

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAROLINA DELLAMORE BATISTA SCARPELLI

FORJANDO LIDERANÇAS:
COMPORTAMENTOS POLÍTICOS E ATUAÇÃO NO SINDICATO DOS
METALÚRGICOS DE BELO HORIZONTE E CONTAGEM DURANTE A
DITADURA MILITAR (1964-1985)

Belo Horizonte
2019

CAROLINA DELLAMORE BATISTA SCARPELLI

FORJANDO LIDERANÇAS:
COMPORTAMENTOS POLÍTICOS E ATUAÇÃO NO SINDICATO DOS
METALÚRGICOS DE BELO HORIZONTE E CONTAGEM DURANTE A
DITADURA MILITAR (1964-1985)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do grau de doutora em História.

Linha de pesquisa: História e culturas políticas

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte
2019

981.063
D357f
2019

Dellamore, Carolina, 1980-

Forjando lideranças [manuscrito] : comportamentos políticos e atuação no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar (1964-1985) / Carolina Dellamore Batista Scarpelli. - 2019.

437 f.

Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.

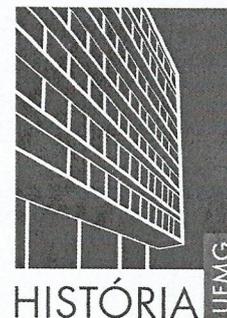
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2. Brasil – Historia - 1964-1985- Teses. 3. Movimento operário - Teses. 4. Trabalhadores – Atividades políticas – Teses. I. Motta, Rodrigo Patto Sá. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



"Forjando lideranças: comportamentos políticos e atuação no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)"

Carolina Dellamore Batista Scarpelli

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - Orientador
UFMG

Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sa Motta
UFMG

Profa. Dra. Magda Maria Bello de Almeida Neves
PUC-MINAS

Profa. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai
UNIFAL

Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes
UFRJ

Belo Horizonte, 20 de março de 2019.

*Para Olívia,
na esperança de tempos melhores...*

AGRADECIMENTOS

Gratidão é um sentimento gostoso de ser compartilhado. Encontrei tantas pessoas maravilhosas durante a minha caminhada no doutorado que só tenho a agradecer.

De início, agradeço ao meu orientador, professor Rodrigo Patto Sá Motta. Sempre o admirei pelo grande pesquisador que é, mas minha admiração só se fez aumentar no processo de orientação. Agradeço pela confiança em meu trabalho e pela generosidade e cuidado com que me conduziu nesse caminho. Suas palavras encorajadoras em momentos de crises de insegurança foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

À professora Miriam Hermeto Sá Motta, que, mais do que professora, tornou-se inspiração como pesquisadora, agradeço pela confiança e parceria, pela contribuição no exame de qualificação e por estar presente na banca final. À professora Magda de Almeida Neves, referência nos estudos sobre os trabalhadores de Contagem, também agradeço pelos comentários no exame de qualificação e por aceitar participar da banca de defesa. Sou grata aos professores Paulo Fontes e Marta Rovai, por já fazerem parte da minha trajetória de pesquisadora como referências acadêmicas e pela disposição e generosidade em contribuir com meu trabalho em diferentes ocasiões. Que bom poder contar com a presença de vocês na banca final.

Agradeço especialmente aos entrevistados e entrevistadas: Adélia Hernandez, Conceição Imaculada de Oliveira, Delsy Gonçalves, Edmilson Lucas, Efigênia de Oliveira, Ênio Seabra, Eulália Batista, Ildeu do Couto Balbino, José Vieira, Luiz Marcos Gomes Magalhães, Luiz Nascimento, Maria José Nahas, Neir Lara, Nilmário Miranda, Oroslinda Maria Taranto Goulart, padre Carlos Frago, padre Pier Luigi Bernareggi (padre Pigi, *in memoriam*), Paulo César Funghi, Rosalva Pardo, Sálvio Humberto Pena e Silvério Ribeiro por abrirem a porta de suas casas, trabalho e, principalmente, de suas vidas para compartilharem comigo experiências, dores e alegrias.

Ao Sindicato dos Metalúrgicos, especialmente ao presidente da entidade, Geraldo Valgas, que sempre colaborou para que eu tivesse acesso a pessoas e documentos. Também agradeço à Consuelo, que enquanto esteve à frente do arquivo do sindicato facilitou meu caminho de pesquisa.

Agradeço aos funcionários da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais, Hemeroteca da PUC Minas, Centro de Memória da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Grupo de Estudo e Trabalho em Educação Comunitária (Getec) e Arquivo Público

Mineiro (APM), reconhecendo e reafirmando a importância da existência de instituições como essas para a preservação da memória.

No Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fiz amigos e companheiros de discussões. Isso com toda a certeza foi fundamental para meu crescimento pessoal e como pesquisadora, além de ter contribuído para tornar a pesquisa menos solitária. Agradeço especialmente a Gabriel Amato e Natália Batista, com quem, além da amizade, compartilhei projetos que se tornaram realidade; acabamos sendo carinhosamente apelidados pelo querido Ricardo Santiago de “trio ternura”. Agradeço ainda a Juliana Ventura, Ana Marília Carneiro e Débora Raíza, mulheres fortes, amigas queridas e grandes pesquisadoras.

Registro o agradecimento aos pesquisadores e pesquisadoras do Núcleo de História Oral da UFMG, coordenado pela professora Miriam Hermeto, um lugar de aprendizagem, debate e acolhimento.

Aos colegas do Núcleo de Estudos Trabalho e Educação, da Faculdade de Educação da UFMG, especialmente ao professor Geraldo Márcio, pelas contribuições.

À Comissão da Verdade em Minas Gerais, pela possibilidade de compartilhar alguns levantamentos da minha pesquisa.

À Carolina Machado e Geisiane Souza, pelas transcrições das minhas entrevistas.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, sempre dispostos a ajudar; e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), pela concessão da bolsa durante o período do doutorado, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço também à minha família. À minha mãe, Elce, mulher forte e batalhadora, que compreendeu minhas ausências dos compromissos familiares e na reta final mobilizou Nossa Senhora Aparecida para que eu conseguisse escrever meus parágrafos. Ao meu pai, Hélio, que mesmo não estando mais entre nós continua sendo uma presença forte em nossas vidas, e ao meu irmão, Eduardo, pelo amor fraterno que dividimos.

Ao meu marido, Adebai, presença fundamental em minha vida, agradeço pelo apoio, compreensão e amor. Pelos debates sobre os rumos da pesquisa e agora, mais do que nunca, por podermos compartilhar essa grande aventura que será nos tornarmos pais da Olívia.

“Quanto resistir é aceitar impávido a desgraça, transigir com a destruição cotidiana, tolerar a ruína dos próximos? Resistir será aguentar em pé a queda dos outros, e até quando, até que as pernas próprias desabem? Resistir será lutar apesar da óbvia derrota, gritar apesar da rouquidão da voz, agir apesar da rouquidão da vontade? É preciso aprender a resistir, mas resistir nunca será se entregar a uma sorte já lançada, nunca será se curvar a um futuro inevitável. Quanto do aprender a resistir não será aprender a perguntar-se?”

(Julián Fuks, *A resistência*, p. 79)

RESUMO

Esta tese procura reconstruir os comportamentos políticos de lideranças operárias, militantes políticos e ativistas sindicais que tiveram atuação no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar (1964-1985). Busca-se, com isso, compreender os impactos desse período e seus efeitos sobre o sindicato que tiveram início a partir do golpe em 1964, com a destituição da sua diretoria eleita, a nomeação de interventores pelo Ministério do Trabalho e a cassação de suas principais lideranças; bem como a reorganização de uma resistência silenciosa, o papel de ativistas sindicais e militantes políticos de esquerda no movimento grevista de 1968, na Cidade Industrial de Contagem, motivando outra intervenção estatal na entidade; examina também os embates entre a diretoria eleita em 1969 – que permaneceu à frente do sindicato por quinze anos – e as novas forças políticas na região que se organizaram nas oposições sindicais surgidas nas décadas de 1970 e 1980; analisa ainda o repertório de ações desses grupos, a retomada das greves como instrumento de luta, bem como a inserção dos metalúrgicos e metalúrgicas no Movimento contra a Carestia, na luta pela anistia, na campanha pelas *Diretas Já!*, além da experiência inovadora do Centro Cultural Operário e da luta das mulheres trabalhadoras por mais espaço no sindicato. A pesquisa sobre a ação de lideranças operárias, militantes políticos e ativistas sindicais possibilitou identificar comportamentos de resistência e engajamento político contra a ditadura, de adesão ao regime e, ainda, as estratégias de acomodação frente à ditadura militar. Portanto, o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem serviu de ponto de partida para compreender, de maneira mais complexa, as atitudes sociais dos trabalhadores e trabalhadoras durante a ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: Ditadura militar. Sindicato. Metalúrgicos. Metalúrgicas. Resistência. Adesão. Acomodação.

ABSTRACT

This study aims at restructuring the political behaviour of workers' leadership and political and union activists who took part in the Belo Horizonte and Contagem metalworkers' union during the military dictatorship (1964-1985). The purpose is to understand the impacts of the period and their effects on the union, which commenced with the military coup of 1964, with the removal of the elected union's board of directors, the designation of intervenors by the Ministry of Labor and the revocation of its main leading members, as well as the establishment of a quiet resistance, the role of union activists and left-wing political militants in the strike movement of 1968, in the industrial hub of Contagem, prompting another government intervention in the labor organization. It also examines the struggles between the elected board of directors in 1969 – who had been in charge of the union for fifteen years – and the new political forces in the region, which resulted in the union oppositions that emerged in the decades of 70's and 80's. It is also viewed here the action plans of these groups, the return of the strikes as part of political struggle as well as the introduction of male and female steelworkers in the 'Movimento Contra a Carestia' (labor movement against the cost of living), in the campaign for amnesty and for 'Diretas Já Campaign!', and also the innovative experience of Centro Cultural Operário (labor cultural center) and the female workers' battle to gain more participation in the union. The investigation of workers leading efforts, political militancy and union activism made it possible to identify resistance and political engagement against dictatorship, collaboration with the regime and conciliatory strategies in the face of military dictatorship. Therefore, metalworkers' union of Belo Horizonte and Contagem served as a starting point to understand more comprehensively the social attitudes of male and female workers during the Brazilian military dictatorship.

Keywords: Military dictatorship. Union. Male metalworkers. Female metalworkers. Resistance. Collaboration. Conciliatory strategies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa atual do município de Contagem/MG, com as divisões por regionais administrativas. A Cidade Industrial está localizada na regional industrial e faz limite com o município de Belo Horizonte.....	49
Figura 2 - Detalhe do traçado hexagonal da Cidade Industrial e sua localização dentro da regional administrativa industrial.	50
Figura 3 - Plano da Cidade Industrial, década de 1940.	52
Figura 4 - Foto aérea evidenciando o traçado hexagonal da Cidade Industrial já com as fábricas implantadas, anos 1960. Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem.	53
Figura 5 - Foto aérea da Cidade Industrial, anos 1960.	53
Figura 6 - Foto da avenida Amazonas, principal via que corta a Cidade Industrial, anos 1950.	55
Figura 7 - Boletim da Mannesmann. APM, Fundo Dops/MG.	92
Figura 8 - Informativo do Sindicato dos Metalúrgicos. APM, Fundo Dops/MG.....	156
Figura 9 - Grevistas da Belgo Mineira concentrados dentro e fora da fábrica.	172
Figura 10 - Trabalhadores em greve no interior da trefilaria da Belgo Mineira. Fonte: <i>Última Hora</i> , 18 de abril de 1968, p. 7.	176
Figura 11 - Panfleto dos trabalhadores da Belgo Mineira em greve.	178
Figura 12 - À esquerda policiais na portaria da Única S/A. À direita, em frente à Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE).	183
Figura 13 - Ofício do Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais (Cici) à Secretaria de Segurança Pública, 1968.....	208
Figura 14 - Polícia militar ocupando o pátio da Mannesmann.....	219
Figura 15 - Ofício do delegado regional do Trabalho ao secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, 1968.....	221
Figura 16 - Recorte do jornal <i>Bodoque</i> . Fonte: Dops/MG.	224
Figura 17 - Foto de faixa convocando os metalúrgicos para a assembleia. Fonte: <i>Jornal dos Bairros</i> , Belo Horizonte, n. 34, 22 de janeiro a 05 de fevereiro de 1978, p. 12.....	293
Figura 18 - Assembleia da categoria metalúrgica, 15 de janeiro de 1979. Foto do acervo pessoal de Eulália Batista. (Essa foto foi publicada no <i>Jornal dos Bairros</i>).....	293

Figura 19 - Trabalhadores votam a favor da proposta da Comissão de Mobilização. Foto do acervo pessoal de Eulália Batista. (Essa foto foi publicada no <i>Jornal dos Bairros</i>).294	294
Figura 20 – Do lado esquerdo a capa do <i>Jornal dos Bairros</i> . Acima o detalhe da charge mostrando a porta do sindicato trancada.297	297
Figura 21 - No detalhe a capa do <i>Batente</i> , primeiro número do jornal do Centro Cultural Operário.345	345
Figura 22 - Policiais ocupam portas de fábrica durante a greve geral dos metalúrgicos, 1979. Foto acervo <i>Jornal dos Bairros</i>375	375
Figura 23 - Capa do primeiro número do boletim <i>Marreta na Bigorna</i> , 1981. Fonte: Arquivo Nacional, Fundo SNI.402	402
Figura 24 - Detalhe do terceiro número do boletim <i>Marreta na Bigorna</i> , 1981. Fonte: Arquivo Nacional, Fundo SNI.403	403
Figura 25 - Foto da campanha da oposição sindical nas eleições de 1984. Foto acervo do Sindicato dos Metalúrgicos.418	418

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFL-CIO - *American Federation of Labor - Congress of Industrial Organizations*

AI-5 - Ato Institucional número cinco

AIFLD - *American Institute for Free Labor Development*

AP - Ação Popular

APM - Arquivo Público Mineiro

Arena - Aliança Renovadora Nacional

BH – Belo Horizonte

BNDE - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

Cedoc/FAFICH - Centro de Documentação - FAFICH/UFMG

Cemig - Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A

Cenimar - Centro de Informação da Marinha

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

Cipa - Comissão de Prevenção de Acidentes

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria

Colina - Comandos de Libertação Nacional

Coseg - Coordenação Geral de Segurança

Covemg - Comissão da Verdade em Minas Gerais

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPOR - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

CSN – Conselho de Segurança Nacional

Cut - Central Única dos Trabalhadores

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DCT - Departamento de Correios e Telégrafos

Doi-Codi - Destacamentos de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

Dops - Departamento de Ordem Política e Social

DPF - Departamento da Polícia Federal

DRT - Delegacia Regional do Trabalho

DVS - Departamento de Vigilância Social

EUA - Estados Unidos da América

Fiemg - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Getec - Grupo de Estudo e Trabalho em Educação Comunitária

Iadesil - Instituto Americano para o Sindicalismo Livre

ID-4 - IV Infantaria Divisionária

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

IPM - Inquérito Policial Militar

Lafersa - Laminação de Ferro S/A

Maferesa - Material Ferroviário S/A

MCC - Movimento contra a carestia

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado

MR-8 - Movimento Revolucionário Oito de Outubro

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

Pebe - Programa Especial de Bolsas de Estudo

Pis - Programa de Integração Social

Plambel - Plano Metropolitano de Belo Horizonte

PM - Polícia Militar

PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais

POC - Partido Operário Comunista

Polop - Organização Revolucionária Marxista - Política Operária

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RCA Victor - *Radio Corporation of America*

Sesp/MG - Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais

SBE - Sociedade Brasileira de Eletrificação

SNI - Serviço Nacional de Informações

SNI/ABH - Serviço Nacional de Informações/Agência Belo Horizonte

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Une - União Nacional dos Estudantes

Usaid - *United States Agency for International Development*

USMG - Unidade Sindical de Minas Gerais

STMBHC - Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Construindo o objeto	16
História política e história social dos trabalhadores: diálogos possíveis	30
Fontes e estrutura da tese	36
CAPÍTULO 1 - FORJANDO UMA CIDADE INDUSTRIAL E UM SINDICATO COMBATIVO.....	46
1.1 Nasce a Cidade Industrial.....	46
1.2 O Sindicato dos Metalúrgicos na Cidade Industrial.....	58
1.3 “Metalúrgicos!... Avante”	62
1.4 Um presidente comunista	66
1.5 Operárias e comunistas.....	71
1.6 “O Sindicato defende nossa lida, devemos apoiá-lo com ardor”	75
1.7 Uma estranha aliança para tirar a “turma do Partidão”	80
CAPÍTULO 2 - GOLPE E RESISTÊNCIA NO MOVIMENTO SINDICAL DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM	85
2.1 “Era uma resistência silenciosa...”	85
2.2 O golpe civil-militar e a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos (1964-1965).....	86
2.3 O golpe nas memórias dos trabalhadores e trabalhadoras.....	99
2.4 “Pelo saneamento moral da entidade”	103
2.5 Controle dentro e fora do sindicato	113
CAPÍTULO 3 - TRABALHADORES E MILITANTES: FORJANDO REDES	123
3.1 Reconstituo forças.....	123
3.2 Trabalho político dentro e fora do sindicato	126
3.3 “Luta dura no Sindicato dos Metalúrgicos”	145
3.4 Uma intersindical em tempos de ditadura	150
3.5 O que fazer?	154
3.6 Nova investida contra o arrocho.....	162
CAPÍTULO 4 - O ANO DE 1968 PARA OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS METALÚRGICAS	168
4.1 “Se você ainda não parou, pare agora!”: a greve de abril	172
4.2 Avaliando o movimento	183
4.3 O 1º de maio	188
4.4 Um líder preso e o sindicato sob ameaça de intervenção.....	194
4.5 Outros rumos	197
4.6 Tempo de radicalismos.....	209
4.7 A greve de outubro	218

CAPÍTULO 5 - RESISTÊNCIA E ACOMODAÇÃO NO SINDICATO.....	234
5.1 A luta silenciosa nas fábricas	234
5.2 As organizações de esquerda no meio metalúrgico depois das greves	239
5.3 O sindicato pós-intervenção	247
5.4 “É nosso propósito renovar e incentivar a vida sindical”	258
5.5 Entrando na campanha salarial.....	265
5.6 “O movimento é subterrâneo e pequeno, mas nunca desiste”.....	267
5.7 A reeleição da diretoria do sindicato.....	270
5.8 O “bom” sindicato e o “bom” trabalhador	275
5.9 Novamente eleito.....	282
CAPÍTULO 6 - SURGE A OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA	288
6.1 Maquiando os índices.....	288
6.2 A Comissão de Mobilização	292
6.3 “Rezemos ao senhor”: a missa do trabalhador como espaço de mobilização política e atuação da Pastoral Operária da Cidade Industrial.....	300
6.4 Da mobilização à oposição.....	306
6.5 As mulheres na oposição sindical	308
6.6 “Mas o pelego ainda ganhou...”: as eleições de 1978 e a oposição sindical	321
6.7 “Aí começa a greve como instrumento de luta”	331
CAPÍTULO 7 - METALÚRGICOS E METALÚRGICAS EM MUITAS FRENTE DE LUTA	337
7.1 Fôlego novo para os movimentos de bairro	337
7.2 A experiência do Centro Cultural Operário	341
7.3 O Movimento contra a Carestia	347
7.4 “Todo trabalhador deve se voltar para uma anistia ampla...”	350
7.5 As mulheres se encontram no sindicato	355
7.6 Que tal um “piquenique”? As greves de 1979	362
CAPÍTULO 8 - TEMPO DE OPOSIÇÕES?	385
8.1 Unidade ou oposições sindicais.....	385
8.2 O problema do desemprego.....	393
8.3 Depois das eleições, como mobilizar?	400
8.4 Uma greve na Belgo contra as demissões.....	407
8.5 Os metalúrgicos e a campanha pelas Diretas.....	409
8.6 “Fora João Silveira, Delfim e Figueiredo”	413
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	420
FONTES	424
REFERÊNCIAS	427

INTRODUÇÃO

Construindo o objeto

Eu sempre vivi em Contagem/MG e cresci ouvindo o adjetivo que qualificava o município: cidade industrial. Na infância, percorria as ruas do Parque Industrial, caminho para a casa da minha avó paterna. Descíamos do ônibus na Avenida Amazonas meu pai, minha mãe, meu irmão e eu, no ponto da Vilma Alimentos, em frente à Magnesita S.A., e atravessávamos o Anel Rodoviário para chegar à vila, no bairro Madre Gertrudes, onde meu pai foi criado. Aquelas construções enormes das fábricas sempre me impressionaram, o céu era cinza e havia um cheiro peculiar naquela região.

Hoje, tantos anos depois, retorno à Cidade Industrial. Agora com outro olhar. As edificações ainda estão lá, grandiosas na paisagem local. Muitas fábricas permanecem em funcionamento, algumas foram fechadas e outras estão abandonadas. O céu já não é tão cinza e o cheiro também não é tão peculiar. Talvez em função da instalação de filtros antipoluentes, luta que mobilizou a comunidade, para minimizar o impacto da poluição que em outros tempos era elevadíssima; talvez também em virtude de avanços na legislação ambiental.

O olhar que me guia agora é o da historiadora que me tornei. Não que seja possível separar esses olhares, afinal, em todo trabalho de pesquisa, as subjetividades do(a) pesquisador(a) estão sempre presentes. Retorno à Cidade Industrial perseguindo um tema para o qual, a meu ver, a historiografia mais recente acerca do regime militar tem muito ainda a contribuir e problematizar: os trabalhadores e a ditadura. Partindo dele, algumas perguntas nortearam o início da pesquisa, entre elas: qual o impacto do golpe e da ditadura militar sobre trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicos¹ da Cidade Industrial e seu sindicato? Como se deu a repressão sobre eles? Como agiram e/ou reagiram à nova ordem política e econômica imposta pela ditadura, tendo em vista atitudes como resistência, adesão e acomodação? Como foi a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos nesse contexto? Quais as relações de trabalhadores com as organizações de esquerda presentes na Cidade Industrial? E com a Igreja? Como se constituiu a oposição sindical? Como trabalhadores resistiram no cotidiano

¹ Doravante, destaco que utilizarei a forma neutra do português “trabalhadores”, no gênero masculino, a fim de tornar a leitura fluida. Contudo, demarco expressamente nesta nota que nessa categoria as mulheres estão incluídas, pois são parte importante nesta pesquisa.

fábrica? Como foi sua atuação nas lutas para além dos muros das fábricas, por melhorias nas condições de vida dos bairros do entorno?

Se do ponto de vista da história social do trabalho este estudo aborda um objeto já bastante conhecido – qual seja, ativistas e lideranças sindicais e o sindicato –, da perspectiva da história política inova-se ao dirigir o olhar para a experiência de trabalhadores no contexto da ditadura militar, temática ainda não suficientemente explorada considerando a historiografia sobre o regime. Em 2014, a *Revista Mundos do Trabalho* publicou um Dossiê intitulado “Trabalhadores e ditadura”. Nele, os organizadores apontaram que, “apesar do relevo do papel dos trabalhadores, tanto para o cotidiano e a economia do país, quanto para as lutas que atemorizaram os partidários do golpe, ainda sabemos pouco sobre sua história durante 1964 e o regime ditatorial” (CORRÊA; FONTES; NEGRO, 2014, p. 6)². Ou seja, os trabalhadores receberam uma atenção não condizente com a sua importância histórica no campo de estudos sobre a ditadura militar³. Apesar de a história dos trabalhadores no Brasil ter se constituído como um importante campo de estudos, resultando, por isso, em farta literatura acadêmica, como bem apontaram Larissa Corrêa e Paulo Fontes (2018, p. 123), especificamente o tema do trabalho, dos trabalhadores e do movimento sindical tem estado à margem dos estudos mais recentes sobre a ditadura no Brasil.

Visando contribuir com a historiografia sobre a ditadura e expandir o espaço de discussão acerca do papel dos trabalhadores e da experiência do mundo do trabalho no período em tela, busquei reconstruir prioritariamente trajetórias de lideranças operárias, ativistas sindicais, militantes políticos, mas também de trabalhadores e trabalhadoras comuns. O objetivo foi, por meio de fontes históricas diversificadas colocadas em diálogo, identificar e compreender o sindicato como espaço de sociabilidade, onde se forjaram laços, afetos, adesões, rupturas, debates de ideias, concordâncias e divergências políticas durante a ditadura. E, com isso, analisar o repertório de ação de ativistas e lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos a fim de desvendar tramas sociais e políticas, e a constituição de comportamentos políticos diversos tendo em vista o contexto de ditadura militar vivido por esses trabalhadores.

Procurei, dessa forma, compreender um período da história do Brasil recente, considerando os impactos sobre os trabalhadores do regime militar instaurado em 1964 com o

² Esse debate também foi colocado no I Seminário Internacional Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul, realizado em 2015, pelo Laboratório de Estudos dos Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais da Escola de Ciências Sociais da FGV (CPDOC/FGV), do Departamento de História da PUC-Rio e do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ. Para mais informações, consultar: <http://cpdoc.fgv.br/lemt-trabalho-e-ditadura>.

³ Marco Aurélio Santana (2014) também compartilha do pensamento dos organizadores do dossiê citado.

golpe de estado, e tendo isso em vista alguns recortes fizeram-se necessários para a constituição do objeto de pesquisa. Em meio a tantas categorias de trabalhadores, uma delas chamava-me a atenção: a dos metalúrgicos. Já havia lido e ouvido memórias dos protagonistas das greves de 1968 ocorridas na Cidade Industrial e conduzidas, sobretudo, por ativistas sindicais e lideranças metalúrgicas. No entanto, além de considerar que pouco se tinha discutido em termos historiográficos sobre esse evento, achava que menos ainda havia sido feito para compreender a atuação desses sujeitos ao longo de todo o período da ditadura militar.

Daí a opção de focar o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Belo Horizonte e Contagem nesta tese⁴. Não se trata, porém, de fazer uma história institucional da entidade, mas sim de reconstituir os comportamentos políticos e as atitudes sociais de lideranças e ativistas sindicais, homens e mulheres, no contexto da ditadura militar. A atuação política desses sujeitos abrangia espectros amplos que iam desde o trabalho junto à categoria metalúrgica, no sindicato, nas fábricas, na oposição sindical, até o engajamento em partidos políticos e organizações de esquerda, mas também nas associações de bairros da região, no movimento contra o aumento do custo de vida, na luta pela anistia, na campanha pelas *Diretas Já*, entre outros.

Entidade fundada em 1934, o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte foi oficialmente reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 1937, quando recebeu sua Carta Sindical. Teve sua trajetória marcada pela participação de grupos políticos diversos, com a predominância de católicos e “pelegos”⁵, entre 1934 e 1956⁶. A partir de 1957, algumas mudanças fizeram-se sentir no sindicato: a primeira delas diz respeito à participação de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na direção da entidade, entre 1957 e 1963. Isso alterou a forma de conduzir as lutas e reivindicações da categoria metalúrgica e projetou o sindicato nas discussões políticas de âmbito nacional. A segunda mudança significativa foi a ampliação de suas bases territoriais para o município de Contagem em 1957, passando a

⁴ Para efeito de fluidez do texto, será utilizado Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

⁵ Pelego é um termo utilizado pelos trabalhadores no meio sindical para caracterizar o operário e/ou dirigente alinhado aos ditames do Ministério do Trabalho, defensor dos interesses dos patrões e que se beneficia dessa relação.

⁶ Desde a sua fundação até 1944, a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos foi marcada por uma forte influência católica. Suas principais lideranças tinham ligação estreita com a Confederação Católica do Trabalho e com os Círculos Operários, caracterizando suas ações principalmente pelo trabalho assistencial no interior da entidade. A partir de 1945, tendo como principal liderança Humberto Canhoni, a direção do sindicato afastou-se da orientação católica e assumiu uma postura mais alinhada às determinações do Ministério do Trabalho e aos interesses dos empregadores, conforme demonstram as atas de reuniões da entidade. Canhoni desligou-se do sindicato em 1956, porém, isso não significou seu afastamento da categoria, pois ele foi eleito para a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de Minas Gerais, onde permaneceu até o final dos anos de 1970.

atender trabalhadores da Cidade Industrial⁷. Inaugurada em 1946, a Cidade Industrial abrigou o primeiro parque industrial planejado de Minas Gerais. Entretanto, sua consolidação como polo da indústria só se daria nos anos 1960, quando o parque atingiu sua capacidade total, com 105 indústrias em funcionamento⁸. Desde o início de sua construção, atraiu operários, migrantes do interior de Minas Gerais, de várias partes do país e do exterior em busca de trabalho. Em meados dos anos 1960, havia em torno de 16 mil operários trabalhando nas mais diversas áreas da indústria.

Ao longo dos anos, os trabalhadores conviveram e se organizaram para enfrentar problemas de várias ordens, que passavam pelas condições de trabalho, baixos salários, vigilância, controle, autoritarismo dos empregadores, insegurança, insalubridade, entre outros. Eram desafiados também por questões relacionadas às condições de vida na região, como falta de moradia, de transporte coletivo e de infraestrutura básica nos bairros recém-criados, onde faltavam água, luz e saneamento básico. Trabalhadores e suas famílias passaram então a se organizar para resolver problemas locais e reivindicar direitos ao poder público com o apoio da Igreja Católica (FILGUEIRAS, 1986; NEVES, 1994).

Entre os anos 1950 e início dos anos 1960, parte desses trabalhadores constituiu associações e representações sindicais na Cidade Industrial, sendo a mais atuante o Sindicato dos Metalúrgicos⁹. Esse foi inclusive um período de ascensão para a entidade, impulsionada pela participação de quadros do PCB, em termos de representatividade da categoria e de grandes mobilizações, como as greves de 1959 e 1962, consolidando o Sindicato dos Metalúrgicos como uma importante força política não só em Belo Horizonte e Contagem, mas no estado de Minas Gerais.

Em 1963, um novo grupo passou a comandar a diretoria do sindicato, numa coalizão entre sindicalistas cujo comportamento não inspirava confiança entre alguns ativistas sindicais mais combativos e lideranças mais preocupadas com a mobilização dos trabalhadores. O objetivo da aliança foi tirar a entidade das “mãos” dos comunistas. Alguns desses novos dirigentes eram e/ou tornaram-se posteriormente membros da Ação Popular (AP), organização de esquerda de orientação católica e cristã fundada em 1962 e que teve inserção

⁷ O município de Contagem faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e seus limites muitas vezes se confundem com os da capital, sendo essa proximidade um dos fatores que contribuiu para sua escolha para abrigar o parque industrial.

⁸ PROJETO “CINCO”. **Cidade Industrial: estudo de viabilidade**. v. 1. Belo Horizonte: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, 1968.

⁹ Em 1940, em função do Decreto-lei nº 2.381, de 09/07/1940, que aprova o quadro das atividades e profissões para o Registro das Associações Profissionais e o enquadramento sindical, o sindicato passou a denominar-se “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Belo Horizonte”, recebendo o complemento “Contagem” em 1957.

no meio metalúrgico, principalmente na Cidade Industrial. Apesar da aliança com líderes conservadores, durante a gestão eleita em 1963, predominaram na entidade os encaminhamentos da ala mais progressista da direção sindical, caracterizados também por muitas continuidades em relação às ações conduzidas pelos comunistas anteriormente.

Todavia, com o golpe civil-militar, em 1964, seguido da instalação de uma ditadura, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem foi destituída e algumas de suas lideranças foram presas e/ou tiveram seus direitos políticos suspensos. Os espaços por onde circulavam muitos trabalhadores da categoria, como as fábricas e as ruas da Cidade Industrial, passaram a ser igualmente controlados e vigiados. A ditadura, por meio da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), instância do Ministério do Trabalho em Minas Gerais, nomeou uma Junta Governativa, composta por três interventores, logo nos primeiros dias de abril, de modo a controlar o sindicato¹⁰. Esses interventores, também trabalhadores metalúrgicos, conforme a pesquisa mostrou, apresentavam comportamento político alinhado à DRT e à ditadura recém-instaurada.

De modo geral, a ditadura militar marcou um novo momento na organização dos trabalhadores no Brasil. Em Belo Horizonte e Contagem não foi diferente. Diante do contexto, ocorreu um rearranjo das forças políticas no meio operário, das lideranças e das bases. Aqueles ativistas sindicais que aderiram ao novo regime tornaram-se interventores no sindicato, passando a seguir exatamente o que era determinado pela DRT e pelo chamado “Comando Revolucionário”. Incrementaram ações recreativas e de lazer, como a organização de campeonatos de futebol, as horas dançantes e o apoio ao concurso *Miss Industriária*, com o objetivo de atrair o trabalhador para o sindicato e justificado por um discurso moralista. Já as lideranças metalúrgicas ligadas a partidos e organizações de esquerda ou mesmo aquelas mais progressistas, mas sem militância partidária, tiveram de se rearticular e buscar estratégias de resistência que iam desde a atuação do ponto de vista tradicional da luta política até ações mais silenciosas, quando a repressão se fez mais rigorosa.

Haja vista os aspectos mais tradicionais da luta política, os metalúrgicos, entre eles algumas lideranças, buscaram no ativismo sindical as formas de resistir à política econômica e

¹⁰ A intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem não foi uma ação isolada do novo regime. A Comissão Nacional da Verdade, por meio de levantamento no *Diário Oficial da União*, constatou que 235 interventores foram nomeados no país somente em abril 1964. Também houve intervenção em sete das dez confederações, entre elas a Contag (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura), a Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Terrestres e a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), que constituíam a base do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Cf. RELATÓRIO Final da Comissão Nacional da Verdade, 2014. Para conferir levantamentos anteriores que contribuíram com os números da CNV, ver FIGUEIREDO, 1978; GORENDER, 1987; ALVES, 2005.

à legislação de controle sindical impostas pelo novo regime. Rearticularam-se e voltaram às bases operárias para reconquistar o espaço sindical e a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, obtendo êxito nas eleições sindicais de 1967. Depois disso, os novos dirigentes ajudaram a fundar uma comissão intersindical em Minas Gerais. Com intensa atuação, a intersindical realizava reuniões, elaborava manifestos, memoriais e abaixo-assinados a serem enviados às autoridades; e ocupava espaços na imprensa sempre que podia, denunciando a situação dos trabalhadores e a insatisfação com a política salarial da ditadura. Outra ação que marcou a história do movimento operário de BH/Contagem nessa conjuntura foi a realização das greves de 1968, a de abril e a de outubro, na Cidade Industrial, tema que suscitou relevantes pesquisas acadêmicas que analisaram os eventos de maneira específica (GROSSI, 1979; MUNIZ, 1984; NEVES, 1994; GONÇALVES DE PAULA, 1994; OLIVEIRA, 2010) ou em comparação com a greve de Osasco, ocorrida no mesmo ano (WEFFORT, 1972; ESPINOSA, 1978; GORENDER, 1987; NEGRO, 2002; ANTUNES; RIDENTI, 2007; RAMALHO, 2009; SANTANA, 2009; RIDENTI, 2010)¹¹. Com importância política inegável, esses movimentos paredistas colocaram em xeque a lei que restringia a realização de greves no país. A greve de abril teve também um ganho econômico: a concessão de um abono salarial de 10% pelo governo para todos os trabalhadores do Brasil, ainda que possamos problematizar os resultados efetivos dessa medida no bolso da maior parte dos trabalhadores, como será analisado posteriormente.

Além do ativismo sindical, alguns trabalhadores metalúrgicos optaram por engajar-se em partidos e organizações de esquerda – alguns já militavam em partidos antes do golpe de 1964 e assim permaneceram –, mesmo que de forma clandestina, para lutar contra a ditadura e implantar o socialismo. Sobre esse aspecto, cabe discutir a relação que se estabeleceu entre trabalhadores e militantes de partidos e organizações de esquerda na Cidade Industrial, nas fábricas, no sindicato e nos bairros da região. Conviviam, no meio operário e sindical, trabalhadores que eram também militantes de partidos e organizações de esquerda; militantes de outra origem social que se proletarizaram, ou seja, homens e mulheres que vinham do meio estudantil e/ou intelectual, mas que se tornaram trabalhadores nas fábricas metalúrgicas locais; militantes profissionais que vinham para a região atuar na articulação dos trabalhadores e da própria organização da qual faziam parte; e operários simpatizantes,

¹¹ Antonio Luigi Negro (2002) analisa as greves de Contagem e Osasco, mas também um movimento ocorrido em São Bernardo do Campo no mesmo ano.

aqueles que ajudavam na distribuição de boletins e jornais clandestinos ou nas greves, por exemplo, mas que não se engajaram diretamente.

Atuaram na Cidade Industrial na década de 1960 partidos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Ação Popular (AP), a Política Operária (Polop) e suas dissidências denominadas Comandos de Libertação Nacional (Colina) e Partido Operário Comunista (POC), bem como a dissidência do PCB formada pela Corrente Revolucionária (Corrente). Já na década de 1970 e início de 1980, estiveram presentes no meio operário o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Convergência Socialista e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Essa atuação dos militantes de esquerda na Cidade Industrial não se deu de maneira homogênea ao longo dos anos da ditadura. Ela foi marcada pela forma como os grupos de esquerda compreendiam o papel dos trabalhadores na luta contra a ditadura e a favor da revolução. Outros fatores a serem considerados nesse contexto são: divergências entre esses grupos que militavam na Cidade Industrial, repressão estatal, políticas econômicas e sociais implantadas pela ditadura, que colocaram os trabalhadores em condições de trabalho e de vida extremamente difíceis; mudanças no movimento sindical de modo geral e na maneira de encaminhar as lutas e reivindicações adotadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos, entre outras questões.

Depois da greve de outubro de 1968, as principais lideranças foram presas e/ou perderam o emprego na Cidade Industrial. Além disso, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos foi cassada e a DRT interveio mais uma vez na entidade. Somente em 1969 uma diretoria eleita voltou ao sindicato, ainda que se questionem as condições de realização dessas eleições. Inaugurou-se aí uma fase do Sindicato dos Metalúrgicos marcada pela ampliação do patrimônio da entidade, por políticas de assistência que, se por um lado se encontravam em consonância com a concepção da ditadura sobre qual deveria ser a função dos sindicatos no Brasil, por outro conseguiu apoio de grande parcela da categoria. A partir da pesquisa, pude identificar a predominância de um comportamento político caracterizado como de acomodação dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, especialmente do presidente da entidade entre 1969 e 1984, João Silveira, dono de um perfil personalista, que primava por estabelecer laços pessoais no lugar de relações impessoais no âmbito do sindicato. Manteve durante toda a sua gestão à frente da entidade uma maneira ambígua de agir. Sempre mais disposto aos acordos e negociações do que aos conflitos, nunca fez crítica aberta ao regime militar, conservando o tom conciliador de seu discurso. No entanto, em 1979, ele se permitiu uma transgressão: mesmo com o direito de greve sendo cerceado pela

ditadura militar, participou ativamente do movimento grevista e colocou o sindicato junto ao movimento operário. Por outro lado, o regime militar, por meio do Ministério do Trabalho, foi condescendente com o sindicato e a diretoria, pois, ao contrário do que havia ocorrido com os sindicatos do ABC Paulista, durante as greves de 1979 e posteriormente também com o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, cuja campanha salarial ocorreu praticamente com a do sindicato de BH/Contagem, este não sofreu intervenção, sendo sua diretoria mantida. Já nos anos 1980, o Sindicato dos Metalúrgicos, representado por sua diretoria, participou ativamente da campanha pelas eleições diretas para presidente da República com eventos realizados em BH e Contagem. A mesma liderança, João Silveira, à frente do sindicato havia 15 anos, em nome de uma unidade para buscar a vitória eleitoral mais uma vez, aliou-se a ativistas sindicais militantes do PCdoB e do MR-8, passando a ser identificado pelos órgãos de segurança como “simpatizante” do PCB.

Durante os anos em que as lideranças entraram em conflito com a ditadura, à margem do sindicato, no movimento operário, ações silenciosas continuavam a ser promovidas. Ativistas e lideranças metalúrgicas de esquerda e/ou progressistas e trabalhadores que simplesmente não aceitavam tanta exploração “voltaram-se para os problemas internos da fábrica” e a resistência passou a se dar “no enfrentamento direto com os patrões sobre os problemas imediatos do trabalho” (LE VEN, 1988, p. 5). No repertório estavam os abaixo-assinados colhidos nas empresas em prol de aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho, paralisações por setores da fábrica, operações tartaruga, organização da oposição sindical, com a “formação de pequenos grupos para denunciar a exploração” e as condições de trabalho que passavam pelas desigualdades salariais, demissão de trabalhadores qualificados e contratação de semiquilificados com salários menores, entre outras situações (LE VEN, 1988, p. 5). Assim, esta pesquisa demonstra, a exemplo do trabalho pioneiro de Celso Frederico (1987, 1990, 1991) sobre São Paulo feito com base no levantamento de jornais clandestinos de esquerda, que, mesmo o movimento operário e sindical tendo sido duramente reprimido, as ações de resistência à exploração, ao arrocho salarial e à política econômica da ditadura militar continuaram a acontecer no cotidiano da fábrica. Além disso, também compunha o repertório de ação, naquele momento, a luta por direitos sociais e políticos, com a articulação do âmbito trabalhista com reivindicações por melhores condições de vida nos bairros, constituindo novos espaços de atuação política. Lideranças e ativistas sindicais levaram para o meio operário o Movimento contra a Carestia, a luta pela anistia, as reivindicações de mulheres trabalhadoras por mais espaço no sindicato e igualdade de direitos na fábrica, bem como a campanha das *Diretas Já!*.

Outra questão não menos relevante sobre o tema dos mundos do trabalho e ditadura é a ênfase da produção acadêmica nos trabalhadores masculinos. Cabe, porém, destacar algumas publicações importantes com recorte de gênero na análise da temática que tratam das mulheres trabalhadoras na década de 1970 e 1980 e sua relação com movimentos sociais e o movimento sindical (GITAHY *et al.*, 1982; HUMPHREY, 1983; LOBO, 1991); da aproximação das mulheres trabalhadoras com os sindicatos nos anos 1980 e a influência do movimento feminista na militância sindical dessas trabalhadoras (ARAÚJO; FERREIRA, 1998); sobre as dimensões públicas e subjetivas de narrativas de mulheres que se envolveram e sofreram as consequências da greve de Osasco, em 1968 (ROVAI, 2014); e a pesquisa que foi fundamental para minhas análises, pois aborda a experiência de homens e mulheres na Cidade Industrial de Contagem/MG, no espaço urbano, no mundo do trabalho e na ação política, dando relevo ao discurso feminino sobre essas vivências (NEVES, 1994). Nesse sentido, a experiência das mulheres no espaço político e fabril no meio metalúrgico de BH/Contagem, a atuação como ativistas sindicais e lideranças operárias durante a ditadura militar, nas greves, mobilizações, na oposição sindical, nos movimentos de bairro, na luta pela anistia ou mesmo a não participação por medo ou indiferença foram contempladas a todo momento na pesquisa. Principalmente, quando se considera que “da história, muitas vezes a mulher é excluída”; exclusão que ocorre, primeiramente, no nível do relato, passando à ausência da mulher, posteriormente, a constituir a representação do acontecimento político, como se de fato ela nunca estivesse estado ali (PERROT, 2001, p. 185). Assim, a fim de demonstrar a presença das mulheres, afinal elas sempre estiveram “ali”, na esfera privada e na pública, na casa e no mundo da política, no sindicato, nos partidos, em movimentos diversos, optei por incluir as vozes femininas neste trabalho, fundamentais para a compreensão do movimento operário e sindical no contexto da ditadura militar na Cidade Industrial. Por isso, o conceito de gênero apresenta-se como categoria útil de análise, pois, mais do que fazer uma história exclusiva das mulheres, o que se pretende é compreender as relações entre mulheres e homens nesse contexto, seus papéis sociais, hierarquias e desigualdades (SCOTT, 1995).

No que diz respeito à temporalidade, quando se trata da história dos trabalhadores durante a ditadura, observo haver alguns enquadramentos na forma como se entende o papel do trabalhador nesse contexto. A construção temporal, de uma maneira geral, segue à seguinte proposição: repressão aos trabalhadores e aos sindicatos em 1964, com a desarticulação do movimento operário e sindical; um breve suspiro ou “dois relâmpagos na noite do arrocho”, como intitulou Antônio Roberto Espinosa (1978), referindo-se às greves operárias de 1968 em Contagem/MG e Osasco/SP; nova onda repressiva aos trabalhadores, principalmente em

virtude da decretação do AI-5 em dezembro daquele ano; e reaparecimento do movimento operário na cena pública em 1978, após 10 anos de “hibernação”. Desse modo, os trabalhadores foram reconsiderados atores políticos e agentes da história somente com a ascensão do movimento operário, em 1978, quando teriam sido despertados de um sono profundo de quase uma década. Isso talvez explique, como apontam Corrêa e Fontes (2018), o reduzido número de pesquisas acadêmicas que buscaram refletir sobre os mundos do trabalho entre 1964 e 1978. Além disso, a repressão e o controle da ditadura sobre o movimento operário e sindical podem ter contribuído para a ideia de que não havia nada interessante a ser estudado, à exceção das greves de 1968 (CORRÊA; FONTES, 2018, p. 132)¹².

O ressurgimento na cena pública do movimento operário, as greves do ABC Paulista que ganharam projeção nacional e a atuação do sindicalismo metalúrgico tornaram-se temas de vários estudos (MARONI, 1982; ANTUNES, 1988; ABRAMO, 1999; NEGRO, 2004; PARANHOS, 2011). Segundo Marco Aurélio Santana (1998, p. 19), esse movimento sindical surgido pós-1978 em um setor moderno da economia caracterizou-se por práticas que preconizavam “autonomia frente aos partidos e ao Estado, organização voltada à base e ímpeto reivindicativo direcionado aos interesses dos trabalhadores”.

Identificado como “novo sindicalismo”, esse movimento buscou construir uma identidade política com o discurso de rompimento com aquilo que associava a um “velho sindicalismo”, o qual caracterizava como distante das bases, atrelado à estrutura sindical do Estado, pouco reivindicativo no que tange aos interesses dos trabalhadores e mais preocupado em participar dos arranjos políticos mais amplos (SANTANA, 1998, p. 19). Essa nomenclatura, no entanto, é problematizada por Ricardo Antunes e Marco Aurélio Santana (2014). Isso porque, ao denominar-se “novo”, esse sindicalismo procurava estabelecer o sentido de ruptura com práticas sindicais anteriores, negando e/ou depreciando o movimento sindical pretérito, sem reconhecer que, muitas vezes, não havia tanta novidade assim no que propunham e realizavam, sendo algumas práticas já experimentadas havia muitos anos por setores mais progressistas do movimento sindical, principalmente no momento anterior ao golpe de 1964 (ANTUNES; SANTANA, 2014)¹³.

¹² O guia bibliográfico organizado por Carlos Fico (2004) confirma a afirmação acima, pois a maioria dos trabalhos listados, incluindo teses, dissertações, livros e artigos, tratam do final da década de 1970, especialmente do movimento grevista de São Paulo e do novo sindicalismo.

¹³ A década de 1950, por exemplo, foi um período rico de lutas do movimento sindical, em que militantes do PCB e do PTB, por meio de alianças, lograram avanços na organização e mobilização dos trabalhadores, mesmo com o controle e os limites impostos pela estrutura sindical vigente. Cf. ANTUNES; SANTANA, 2014, p. 130.

No caso do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, não havia uma identificação e uma prática associada ao novo sindicalismo, como ocorreu em outros sindicatos, sobretudo do ABC Paulista (MUNIZ, 1984). Entretanto, uma parcela da oposição sindical metalúrgica surgida na região da Cidade Industrial identificava-se com as práticas atribuídas ao novo sindicalismo, o que marcou a atuação de ativistas e lideranças. Diante disso, tornou-se fundamental para a pesquisa reconstruir e analisar a trajetória da oposição sindical metalúrgica de BH/Contagem, ponto relevante da tese, pois, conforme assinalam Corrêa e Fontes (2018, p. 131), há ainda poucos estudos sobre as oposições sindicais em outras partes do país, para além da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo¹⁴.

Nascido da resistência cotidiana nas fábricas e nos bairros da região, o grupo de oposição ganhou corpo e visibilidade no final de 1977, quando ocorreram denúncias acerca da manipulação dos índices de inflação, referentes aos anos de 1973 e 1974, pelo regime militar. Já estruturado, disputou e perdeu as eleições sindicais de 1978, mas saiu fortalecido entre os trabalhadores. No entanto, depois da greve geral metalúrgica em 1979, na Cidade Industrial, com a prisão e/ou demissão de importantes ativistas e lideranças operárias, ocorreu uma reconfiguração dos atores políticos locais e a oposição dividiu-se em oposições, refletindo também os conflitos existentes entre as esquerdas presentes na região. Marco Aurélio Santana (1998, p. 20), identificando essa situação em termos mais amplos, apontou que o contexto de surgimento do “novo sindicalismo” pode ser caracterizado pela disputa “entre projetos políticos e sindicais no interior dos setores de esquerda no Brasil”.

O momento do surgimento da oposição sindical metalúrgica na Cidade Industrial para Michel Le Ven (1987, p. 29-30) também pode ser caracterizado como um período de encontro do movimento operário com o movimento associativo, cujas práticas se aproximavam por se pautar em ações de resistência cotidiana diante das difíceis condições de vida. Esse aspecto é também observado em São Paulo por Eder Sader (1988). O autor investigou como uma parcela da classe trabalhadora constituiu os movimentos sociais da década de 1970 com novos padrões de ação coletiva, valorizando o cotidiano como espaço político, possibilitando-me pensar sobre essas dimensões do objeto de pesquisa aqui estudado.

Assim, no caso de Belo Horizonte e Contagem, em que pese a importância das greves de 1968 no contexto ditatorial, procurei na pesquisa trabalhar com um recorte temporal mais ampliado, que compreende os anos de 1964 a 1984, apesar da incursão necessária no período

¹⁴ Sobre a oposição sindical metalúrgica de São Paulo, ver BATISTONI, 2001. Nesse trabalho, o autor procura fazer um estudo comparativo entre Osasco, São Paulo e ABC Paulista. Ver também MOURA, 2015.

que precede o golpe, para examinar inclusive as razões da intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos. Essa periodização se justifica pois o golpe civil-militar, ocorrido em 1964, afetou duramente as bases e a cúpula do movimento operário e sindical no Brasil. Importante lembrar que uma das justificativas para o golpe, principalmente dos apoiadores advindos do empresariado, era impedir a implantação da “República Sindicalista” ou do “sindicalismo revolucionário”. Desse modo, em um contexto em que o movimento operário tomava conta das ruas, qualquer projeto que mobilizasse os trabalhadores era visto como entrada para a “subversão” comunista (NAPOLITANO, 2014). Logo, “sindicalismo revolucionário”, desordem, populismo, tudo isso era facilmente associado à “subversão” e ao comunismo. Para Rodrigo Patto Sá Motta (2014), o anticomunismo se constituiu como o principal argumento do golpe, ainda que sob essa bandeira não estivesse um grupo coeso e homogêneo. Na coalização anticomunista, uniram-se as elites militares e civis, composta ainda que temporariamente por conservadores, liberais, reformistas, antirreformistas. O desafio seguinte ao golpe era manter o apoio da primeira hora e legitimar a ditadura militar que se instalaria em seguida.

O ano de 1985 se tornou um marco para determinar o fim da ditadura em função da posse de um presidente civil, depois de 21 anos de regime autoritário. Do ponto de vista macro, essa é uma demarcação temporal relevante para a organização da vida política no país, em que pese os rearranjos e a permanência de indivíduos e grupos políticos alinhados com a ditadura. Entretanto, no que tange aos trabalhadores, de uma maneira geral, é possível problematizar quanto efetivamente esse marco do final da ditadura impactou suas vidas, as condições de trabalho, as formas de organização e o movimento operário e sindical. Em relação à experiência de ativistas e lideranças sindicais e ao Sindicato dos Metalúrgicos examinado na pesquisa, a eleição sindical ocorrida em 1984 é um marco mais relevante para sua trajetória do que o ano de 1985. Seu resultado promoveu uma mudança na diretoria do sindicato, assinalando o fim da “era João Silveira”, dirigente que se manteve no cargo por cerca de cinco mandatos, totalizando 15 anos ininterruptos à frente do sindicato, alterando, dessa maneira, a composição política no interior da entidade. Tendo em vista esse fator, tornou-se mais pertinente para a pesquisa estabelecer como marco temporal final o ano de 1984.

O recorte temporal proposto, desta forma, possibilitou recompor a experiência de homens e mulheres, ativistas sindicais e lideranças metalúrgicas durante a ditadura. Levei em conta, no entanto, que o regime lidou com a classe trabalhadora de maneiras distintas ao longo de seus 21 anos. Muitas vezes, o que se viu foi a combinação tanto de ações para conter o

movimento operário e sindical, que iam desde repressão, intervenção nos sindicatos, cassação de lideranças, criação de uma legislação prejudicial aos trabalhadores, como ações visando atrair sua simpatia e apoio com a criação de políticas sociais como a ampliação de ofertas de vagas no ensino fundamental e profissionalizante e a concessão de bolsas de estudo e empréstimos via sindicatos, ou com a implantação de programas habitacionais, entre outras medidas. Afinal, a estratégia não era acabar com os sindicatos, mas transformá-los no “sindicato que a ditadura queria” (NAGASAVA, 2018).

Como se vê, se por um lado a violência de Estado cumpriu um papel fundamental como estratégia de disciplinamento social inclusive em relação aos trabalhadores, por outro lado é preciso considerar que essa dimensão não explica o conjunto de comportamentos e atitudes exibidos por esses sujeitos durante a ditadura militar. Nesse sentido, insistir na análise da ditadura somente pela chave interpretativa da violência e da imposição à população, na verdade, “oculta que se muitos sofreram diretamente a ação repressiva, para outras porções da sociedade a vida cotidiana não se viu drasticamente alterada e optaram por aceitar mais ou menos passivamente a nova ordem das coisas” (ÁGUILA, 2015, p. 19)¹⁵.

Busquei, assim, fugir de binarismos que tentam enquadrar a sociedade brasileira quando o tema é a ditadura militar e “apreender a diversidade e complexidade das relações entre ditadura, sociedade e os grupos organizados que atuaram contra o regime”, pois a ideia simplificadora da existência de um *Estado opressor* e uma *sociedade vitimizada* “encobre uma série de atitudes” que nos permitem entender como o regime se sustentou por 21 anos (CORDEIRO, 2009a, p. 94). Para isso, analisei a experiência de trabalhadores no contexto ampliado de 1964 a 1984, o que possibilitou olhar para esses sujeitos de maneira mais complexa. Tal opção me permitiu identificar comportamentos políticos diversos no âmbito sindical, que foram desde a resistência contra a ditadura até atitudes de adesão, acomodação e indiferença ao regime militar. Essa perspectiva favoreceu o exame da ação política de metalúrgicos e metalúrgicas no âmbito do ativismo sindical, na militância política junto aos partidos e às organizações de esquerda, ou, ainda, na constituição de outros espaços de luta política, como nos movimentos de bairro, por melhorias nas condições de vida na região; além da ação dos interventores nomeados pela ditadura e de dirigentes eleitos cujos

¹⁵ A pesquisadora Gabriela Águila (2008) busca complexificar a análise sobre a ditadura na Argentina (1976/1983) ao discutir comportamentos e atitudes sociais da sociedade na cidade de Rosario. No Brasil, alguns pesquisadores também têm procurado demonstrar a diversidade de comportamentos sociais frente à ditadura. CORDEIRO, 2009a, 2009b; MOTTA, 2014; ROLLEMBERG, 2008; ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, entre outros.

comportamentos políticos se caracterizaram pela adesão ou pela acomodação em relação ao regime militar.

Para a pesquisa, tracei como delimitações espaciais dois municípios do estado de Minas Gerais: Belo Horizonte e Contagem, tendo em vista a área de abrangência do Sindicato dos Metalúrgicos. A Cidade Industrial, localizada em Contagem, tornou-se maior que seus limites geográficos, em termos de representatividade, pois muitas vezes os trabalhadores, ao se referirem a ela nas entrevistas, englobavam empresas como a Mannesmann e a Pohlig Heckel, localizadas em bairros situados na fronteira entre os dois municípios. É preciso considerar ainda que os operários viviam em constante fluxo entre Contagem e Belo Horizonte, visto que muitos trabalhavam em uma cidade e residiam na outra. Além disso, o sindicato funcionava na capital, fazendo com que aqueles trabalhadores que quisessem participar de reuniões, assembleias e demais atividades tivessem de se deslocar. Somente no início da década de 1960 foi instalada a subseção do sindicato na Cidade Industrial, sendo convertida em sede anos mais tarde.

Metodologicamente, considerei a formulação de Jacques Revel (1998, p. 32) sobre as potencialidades da micro-história quando afirma que estudar a experiência de um grupo ou até mesmo de indivíduos possibilita esclarecer e complexificar a compreensão de um determinado problema de pesquisa, enriquecendo a análise social por tornar suas variáveis mais numerosas e mais complexas (REVEL, 1998, p. 23). Tendo isso em vista, busquei trabalhar com escalas de análise que foram do micro ao macro. Parti da análise da experiência de um grupo de trabalhadores metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, procurando estabelecer conexões com o macro, representado pela ação da ditadura militar sobre esses sujeitos, seja com políticas públicas instituídas nos campos trabalhistas, econômicos e sociais, seja com práticas repressivas do regime instaurado, que prendeu, matou, torturou e cassou direitos políticos de inúmeros trabalhadores, inclusive em nível local.

Minha escolha de trabalhar com a escala local ou micro, conforme discute Gabriela Águila (2015, p. 93) não é neutra, ela vincula-se às dimensões do que se pretende indagar ao objeto de estudo e às fontes com as quais o investigador conta para isso. A autora também assinala que as abordagens de escala “local-regional” não se justificam por seu mero valor de agregar mais informação ou mais dados empíricos e/ou a possibilidade de verificação de uma história “nacional”, mas ao potencial explicativo que apresentam, tornando possível reduzir

o foco, ao mesmo tempo que torna mais denso o estudo e a explicação sobre um problema ou tema específico (ÁGUILA, 2015, p. 94)¹⁶.

Levando em conta o potencial explicativo, como chamou a atenção a autora citada, reduzi o foco direcionando-o à experiência de mulheres e homens, ativistas sindicais e lideranças operárias, durante a ditadura militar, que tiveram atuação no âmbito da categoria metalúrgica e do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem, entidade que conjugou diversas forças políticas em sua trajetória, entre 1964 e 1984. Assim, em escala local, busquei analisar os impactos da ditadura militar sobre trabalhadores da Cidade Industrial, bem como o repertório de ação empreendido por esses homens e mulheres que resultou em comportamentos políticos diversos; utilizando-me, para isso, dos aportes conceituais trazidos pela história política articulados aos da história social.

História política e história social dos trabalhadores: diálogos possíveis

Como foi dito, nesta tese me orientei pelos referenciais teóricos da história política e da história social. A proposta de colocar esses dois campos da história em diálogo justificou-se pois, se, por um lado, Jean-François Sirinelli (1998, p. 415) chama a atenção para a autonomia do âmbito da história política, por outro, afirma que “autonomia não significa independência”, e que uma história política “dissociada da história socioeconômica, como do resto do ‘todo cultural’, conduz a impasses epistemológicos”. Dessa maneira, o propósito da tese foi compreender os comportamentos políticos das lideranças metalúrgicas e ativistas sindicais no contexto da ditadura militar, a partir da combinação de pressupostos da história política e da história social.

O intuito com isso foi ampliar as possibilidades de leitura e complexificar a análise sobre a experiência de mulheres e homens, ativistas sindicais e lideranças metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar, na sua inter-relação com diversos atores políticos, os demais trabalhadores da categoria, os partidos e as organizações de esquerda, o sindicato, o Estado, o patronato e a Igreja. Esta proposta insere-se nos debates apresentados tanto pela história política quanto pela história social, possibilitando, assim, a interlocução desses campos, com ênfase para o exame dos comportamentos políticos dessas lideranças que se relacionavam com o sindicato, seja como parte da diretoria seja como

¹⁶ Águila (2015) chama a atenção para a renovação da historiografia argentina sobre a ditadura militar naquele país, trazida pelas pesquisas com abordagens de escala local-regional.

associado seja atuando em oposição à diretoria no poder. Interessou-me analisar a atuação desses personagens em outros espaços sociais, na fábrica, como lugar primeiro que caracteriza o operário, na militância em partidos e organizações de esquerda, nos bairros do entorno e na igreja.

Em relação à história política, destaco que este trabalho se norteou pelos preceitos da chamada história política renovada, surgida a partir da década de 1980, como parte de um contexto de transformações nos diferentes campos da pesquisa histórica. Essa mudança se pautou na valorização do sujeito e de sua subjetividade, resgatando a importância das experiências individuais, do cotidiano, das emoções, das trajetórias de vida, além da revalorização da análise qualitativa. Nesse contexto, ganhou impulso a história política e incorporou-se o estudo do contemporâneo. Sua perspectiva, de acordo com Pierre Rosanvallon (2010), procura

reconstruir o modo por que os indivíduos e os grupos elaboram a compreensão de suas situações; de enfrentar os rechaços e as adesões a partir dos quais eles formularam seus objetivos; de retrair de algum modo a maneira pelas quais suas visões de mundo limitaram e organizaram o campo de suas ações (ROSANVALLON, 2010, p. 76).

Ou seja, o intento desta história política é “seguir o fio das experiências, das tentativas, dos conflitos e das contradições” (ROSANVALLON, 2010, p. 76) de indivíduos e grupos, recompondo suas ações e escolhas, tendo em conta as percepções, os valores e as sensibilidades. Nessa perspectiva, faz parte do campo da análise tanto o funcionamento de instituições como partidos políticos, sindicatos e o próprio Estado quanto os interesses e emoções que movem os atores sociais. Sobre a relação entre emoção e política, Christophe Prochasson (2005, p. 309) explica que a adesão a uma ideia ou projeto político mobiliza um conjunto de processos complexos, que não se esgotam na cognição. Mesmo se tratando dos mais racionais dos interesses, o aspecto emocional é um componente fundamental que preside a constituição do vínculo político. Diante disso, os afetos como dimensão sensível do vínculo político tornam-se parte do horizonte analítico dos historiadores da política (PROCHASSON, 2005, p. 311).

Pensando o político como o lugar onde se articula o social à sua representação, o que possibilita a revalorização da ação dos atores e de suas estratégias (ROSANVALLON, 2010), busquei na tese investigar as dimensões da “experiência” operária durante a ditadura militar. Experiência compreendida conforme acepção de Edward H. Thompson (1981, p. 15) como “a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos

acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”. Importante considerar ainda que a resposta mental e emocional aos acontecimentos, chamada de experiência, não surge espontaneamente, mas por meio da reflexão de homens e mulheres “sobre o que acontece a eles e ao seu mundo”. E é essa reflexão que possibilita mudanças, dando origem a novas experiências ou à “experiência modificada”, “no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados” (THOMPSON, 1981, p. 16). Ou seja, a experiência é o lugar do aprendizado, do “fazer-se”, e, ao mesmo tempo, da reflexão e da mudança.

Sendo assim, procurei investigar como esses sujeitos refletiram sobre os acontecimentos que vivenciaram e ofereceram respostas mentais e emocionais durante a ditadura militar e ao rememorar esse momento nas entrevistas de história oral. Nesse aspecto, esta pesquisa se diferencia de outras realizadas anteriormente pois o propósito foi compreender a experiência de trabalhadores da Cidade Industrial diante do jogo político imposto pela ditadura militar, com base em uma perspectiva mais ampla e complexa, que, se, por um lado, considerou comportamentos de resistência à ditadura, por outro, buscou identificar atitudes de adesão, acomodação e indiferença ao regime.

Uma vez que os atores focalizados são trabalhadores, no que diz respeito à história social, o ponto de partida da pesquisa são as questões de caráter metodológico elaboradas por Eric Hobsbawm (2005), de modo a orientar a produção da história operária. Nelas, o autor aponta que a história da classe operária é parte da história de uma determinada sociedade, por isso não pode ser analisada isoladamente, mas a partir de como as sociedades funcionam. Ademais, a história operária deve conectar os diversos níveis da realidade, o socioeconômico, o político, o cultural, etc., trabalhadores e movimentos, bases e líderes, de modo a não cair em reducionismos, sendo que o nível político não deve estar subordinado ao socioeconômico.

Jean-François Sirinelli (1998, p. 415-416) assinala que, ao analisar os regimes políticos, são os fatores dependentes do sociocultural que possibilitam compreender como estes se enraízam ou não “nos sistemas de representações das suas respectivas épocas e depois na memória coletiva dos períodos que seguem”. Isso permite, ainda segundo o autor, “apreender melhor os fenômenos de legitimidade, tão determinantes para o historiador do político quanto os mecanismos e processos de estabelecimento de uma legalidade”. Creio, assim, que a proposição teórica debatida por Sirinelli (1998) contribui para a compreensão da ditadura brasileira, dado que foram os fatores socioculturais enraizados nas representações coletivas e nos imaginários sociais que permitiram a instauração e a manutenção do regime

autoritário no Brasil, bem como as lutas contra ele. Foram também esses fatores que possibilitaram construir a memória coletiva da (e sobre a) ditadura militar.

Portanto, o que pretendi foi identificar comportamentos políticos de resistência de ativistas sindicais e de lideranças operárias do setor metalúrgico de BH/Contagem contra a ditadura, entre 1964 e 1984, assim como atitudes de adesão, acomodação e/ou indiferença ao regime. Nessa perspectiva, o conceito de resistência é entendido aqui “como conjunto de atos de recusa coletiva ao poder instituído, que podem se expressar de diferentes maneiras” (MOTTA, 2016)¹⁷. Resistência pode, ainda, ser concebida como ações organizadas, por grupos e/ou movimentos instituídos, ainda que clandestinos, como greves, manifestações, atentados, entre outras, mas também como resistência cotidiana, “uma resistência sem heroísmos” (SEMELIN, 1994, p. 58-59). Partindo dessa concepção, uma questão surgida no início da pesquisa me permitiu ampliar a visão do que teria se constituído como resistência na vivência de trabalhadores da Cidade Industrial e em que medida a construção de uma memória heroica sobre as greves de 1968 serviu para silenciar outras formas de resistência empreendidas durante a ditadura militar e maneiras diferenciadas de se relacionar com o regime que não se restringiram à resistência e à radicalidade. Colocar o foco da história do movimento operário sobre as greves pode fazer desfocar outras possibilidades de compreensão do papel dos trabalhadores como agentes políticos. Também propicia um enquadramento da história acerca do que foi a resistência operária durante a ditadura, pois, como aborda James C. Scott (2013, p. 273), “enquanto confinarmos a nossa concepção do *político* às atividades abertas e declaradas seremos levados a concluir que grupos subordinados carecem, no essencial, de uma vida política ou então que a sua vida política se confina a momentos excepcionais de explosão política”. Isto, continua o autor, “seria passar ao lado do imenso terreno político que medeia entre o consentimento e a revolta”. Assim, para além das greves, quais outras estratégias de resistência compuseram o repertório desses trabalhadores?

Já a adesão diz respeito ao apoio de alguns ativistas sindicais e lideranças operárias à ditadura militar, que pode ser constituída por sentimentos de simpatia, identidade ou de interesses estabelecidos entre eles e o regime. Essa abordagem coloca em relevo a existência

¹⁷ O presente conceito de resistência, de acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2016), foi inspirado em SEMELIN, Jacques. *Sans armes face a Hitler: la resistance civile en Europe*. Motta considera que apesar das diferenças nas características da resistência no contexto europeu de luta contra o nazismo e no caso brasileiro no período da ditadura é possível fazer uso dessa mesma expressão. Para conferir outros autores que debatem o tema da resistência no contexto da ditadura militar brasileira, ver AARÃO REIS, 2004; RIDENTI, 2004; ROLLEMBERG, 2006.

do apoio de parcela da sociedade à ditadura, como problematizam Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (2010), incluindo representantes da classe trabalhadora. Se muitos trabalhadores sofreram com superexploração, arrocho salarial, eliminação de direitos, medidas que constituíram a base da política econômica da ditadura, outros ligados a determinados setores se beneficiaram com o crescimento da economia, durante o chamado “milagre econômico”. Nesse sentido, “muitos operários/as compartilharam, junto com os setores das classes médias, do sentimento ufanista que tomou conta do Brasil Grande, acreditaram no ‘Brasil do Futuro’” (CORRÊA; FONTES, 2018, p. 138). Assim, não é possível tomar a experiência de ser trabalhador durante a ditadura como algo homogêneo. Ao contrário, é preciso analisá-la como um objeto complexo, afinal, há diversas maneiras de ser trabalhador nesse contexto. Diversidade para a qual é preciso chamar a atenção, pois nos estudos sobre a classe trabalhadora, principalmente quando o enfoque é o ativismo, movimentos políticos e formas de organização, há uma tendência em “idealizar as comunidades operárias concebendo-as como coletividades relativamente indiferenciadas e homogêneas”, subestimando aspectos indicativos de “dispersão e variabilidade de referências e comportamentos sociais” (BATALHA; SILVA; FORTES, 2004, p. 12-13).

Batalha, Silva e Fortes (2004, p. 13) afirmam ainda que só mais recentemente os historiadores que pesquisam os mundos do trabalho e a classe trabalhadora têm se aberto ao desafio de incorporar em suas pesquisas as ambiguidades e as dissonâncias, buscando dar conta da diversidade, dos conflitos, mas também dos consensos sociais, e do que eles chamaram de “imersão nas ‘mentalidades dominantes’”. No caso desta pesquisa, ao considerar as ambiguidades e dissonâncias é que a trajetória desses trabalhadores se tornou interessante, pois me possibilitou analisar formas diversas de ser trabalhador durante a ditadura militar e de lembrar essa experiência. Diante disso, sobre os sindicalistas que apoiaram o regime, coube aqui investigar como e por que apoiaram, como foi a atuação destes no Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e a relação estabelecida com a ditadura, principalmente por meio da Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais, com a categoria, com outros ativistas sindicais e lideranças operárias e com os empregadores.

No presente trabalho também utilizei o conceito de acomodação. Desenvolvido por Rodrigo Patto Sá Motta (2014; 2016) para pensar as relações entre a ditadura e meio acadêmico/científico nas universidades brasileiras, considerei que era possível ampliar o seu uso para compreender o comportamento político de sindicalistas no contexto da ditadura. Isso porque, segundo o autor, as estratégias de acomodação serviram para reduzir os conflitos durante a ditadura, pois possibilitaram o estabelecimento de “um jogo de mútuas concessões

entre Estado e atores sociais”. Assim, muitas pessoas que não partilhavam dos valores da ditadura, mas que também não estavam dispostas a resistir, procuraram formas de conviver e se acomodar ao novo contexto, “sem que isso significasse, a seus olhos, qualquer compromisso com o regime militar” (MOTTA, 2016)¹⁸. Nesse sentido, tendo como eixo a atuação de ativistas e lideranças no Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, como as estratégias de acomodação apareceram na prática sindical de alguns dirigentes? E em contrapartida, como o Estado se comportou por meio, principalmente, do órgão mais diretamente ligado aos trabalhadores e sindicatos, o Ministério do Trabalho, e sua respectiva Delegacia Regional em Minas Gerais?

É preciso considerar ainda, como bem chamou a atenção Rodrigo Patto Sá Motta (2016), outros comportamentos sociais diante da ditadura, que podem ser classificados como de indiferença e exclusão, visto que no Brasil grande parte da população nesse contexto se mostrou “indiferentes ou alheias aos grandes embates políticos”. Isso, para o autor, é fruto da permanente situação de exclusão social e pobreza, que leva ou mantém a exclusão política de grupos sociais historicamente marginalizados (MOTTA, 2016). Os relatos de um dos trabalhadores entrevistados que diz ter participado da greve abril de 1968 por engano; ou de outro que se recorda de viver apenas para o trabalho e a família, sendo eleito “operário padrão” da empresa onde trabalhava e afirma só ter tomado consciência de que era uma ditadura recentemente, ajudam a refletir sobre as diversas maneiras de ser trabalhador nesse contexto e a multiplicidade de atitudes diante do regime.

Propus-me, assim, a partir dos referenciais da história política e da história social, analisar as estratégias de resistência e luta de ativistas sindicais e lideranças operárias no período da ditadura militar, bem como outras formas de se relacionar com o regime, que passaram também por sua aceitação/adesão e pela acomodação. Nesse ponto, Francisco Falcon (1997) explica que o estudo do político, longe de compreender a política em seu sentido tradicional, passou a pensá-la “no nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, as memórias ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder” (FALCON, 1997, p. 76). Dessa forma, este estudo buscou “seguir o fio das experiências”, reconstituindo as dimensões dos

¹⁸ Motta (2016) explica ainda que a acomodação é um fenômeno inscrito na cultura política brasileira, mais propensa a acordos políticos do que aos conflitos. No contexto da ditadura, no entanto, o autor considera que a acomodação deve ser analisada não só como um traço da cultura política, mas como uma opção de agentes estatais e sociais em ação.

comportamentos políticos de ativistas e lideranças metalúrgicas durante a ditadura militar, por meio de fontes orais e escritas, conforme detalhamento adiante.

Fontes e estrutura da tese

Marieta de Moraes Ferreira (1994) demonstra que o resgate do político, associado à renovação da história política, e não apenas determinado por ela, propiciou a revalorização da ação dos atores e de suas estratégias e do papel do sujeito na história. Essa postura promoveu a atribuição de novos significados aos depoimentos, relatos pessoais e biografias, bem como o debate mais aprofundado em relação a essas fontes e à metodologia da história oral.

Pensando em abordar as experiências dos homens e mulheres que se constituíram como lideranças operárias, ativistas sindicais e militantes políticos durante a ditadura, mas também daqueles que não tiveram atuação política, optei pelo uso da história oral como metodologia de pesquisa, com objetivo de me aproximar da história vivida. Para Alessandro Portelli (2010, p. 27), “a história oral é, principalmente, um modo de deixar a política e as condições sociais vivas e tangíveis, evidenciando seu impacto sobre a vida de determinadas pessoas”. Nessa perspectiva, procurei reconstruir as trajetórias dos/as entrevistados/as, examinando seu envolvimento com o jogo político, tendo o sindicato como espaço de estabelecimento de inúmeras relações, buscando, dessa forma, compreender de que modo uma mudança radical no universo da política, com a implantação da ditadura militar, afetou ou não seu cotidiano e a maneira como se lembram desse passado.

Devido ao objeto de pesquisa, foram utilizadas entrevistas temáticas, cuja escolha se justifica quando o tema tem um “estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos” (ALBERTI, 2005, p. 38). Ou seja, esse tipo de entrevista leva em conta a especificidade do que se está pesquisando e versa prioritariamente sobre a participação do/a entrevistado/a no tema escolhido, sem perder de vista, no entanto, a sua história de vida.

A escolha dos/as entrevistados/as se deu a partir da busca por identificar trabalhadores e trabalhadoras que durante a ditadura militar atuaram no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, como ativistas sindicais e lideranças ou ainda exercendo cargo de dirigente. Também aqueles que militaram em partidos, organizações de esquerda e associações de bairros da região – visto que a luta por melhorias nas condições de vida na

Cidade Industrial naquele momento passou pelo movimento operário – e aqueles sem nenhuma atuação política.

Para isso, foi elaborado um roteiro geral, com perguntas que na maior parte do tempo serviram mais como orientação, deixando o entrevistado o mais livre possível para contar sua história e sua experiência. Foram abordados temas como cotidiano na fábrica, a repressão nas áreas da Cidade Industrial, no sindicato e nas empresas, as condições de trabalho, reivindicações, organização da fábrica, greves, atuação no sindicato e atuação do sindicato, engajamento político, partidos políticos, organizações clandestinas, condições de vida (moradia, alimentação, saúde, poluição), associações de bairro e vilas, relação com a Igreja, com o Estado e com os patrões.

Procurei, por meio dos depoimentos de trabalhadores/as, ativistas e lideranças, recuperar significados e representações construídos por esses sujeitos em relação a suas experiências, o que possibilitou, em alguma medida, conhecer mais sobre os sentidos atribuídos a determinados eventos do que propriamente agregar novas informações às versões já construídas. Posto que “fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos; mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos” (PORTELLI, 1997, p. 31). Também analisei a inserção de representações próprias desses sujeitos no espaço público e o repertório de escolhas possíveis e comportamentos políticos adotados no contexto da ditadura militar. Levando em conta que “o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações” (PORTELLI, 1997, p. 31).

O universo da pesquisa, no que diz respeito à história oral, foi composto por 21 entrevistados. Entre eles: Conceição Imaculada de Oliveira, trabalhadora metalúrgica, militante do PCB e da Corrente Revolucionária, foi secretária do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, primeira mulher a fazer parte da direção da entidade e liderança das greves de 1968; Efigênia Maria de Oliveira, trabalhadora metalúrgica, militante do PCB e da Corrente Revolucionária, teve grande atuação no movimento operário, também militou no movimento pela anistia e em outros movimentos sociais dos anos 1970; Ênio Seabra, trabalhador da Companhia Siderúrgica Mannesmann, uma das maiores lideranças operárias da região, foi da Ação Popular e presidente em exercício do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem quando ocorreu o golpe de 1964, foi uma das lideranças das greves de 1968; Adélia Hernandez, trabalhadora metalúrgica e vendedora de cosméticos, buscava mobilizar os trabalhadores fazendo panfletagem, era uma referência na

região; Edmilson Lucas, metalúrgico na Demisa, participou da greve de abril de 1968, não tinha participação ativa junto à categoria; Luiz Nascimento, operário da Belgo Mineira, participou da greve de abril de 1968, defensor dos militares; Neir Lara, operário na Metalúrgica Santo Antônio, participou da greve de abril de 1968 por engano, ficando “preso” no sindicato por três dias, orgulha-se de nunca ter sido um trabalhador “puxa-saco” durante sua vida profissional, manteve-se indiferente à política; Eulália Batista, metalúrgica e ativista sindical, participou das mobilizações para criação da oposição sindical nos anos 1970 e da greve de 1979; Rosalva Pardo, metalúrgica e ativista sindical, atuava no movimento sindical da região nos anos 1970; Ildeu do Couto Balbino, dirigente sindical de 1975 a 1984, exercendo os cargos de secretário e vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem; José Vieira trabalhou em diversas fábricas da região industrial, militante do PCdoB, um dos fundadores da oposição sindical e liderança nas greves de 1978 e 1979; Sálvio Humberto Pena, metalúrgico, teve duas passagens pela Cidade Industrial, a primeira em 1970, quando militava na AP e foi deslocado para retomar o trabalho político na região onde ficou até 1971, quando foi preso, e a segunda quando retornou à Cidade Industrial em 1975 e integrou a oposição sindical; Paulo César Funghi trabalhou em várias metalúrgicas, era membro da Convergência Socialista e da oposição sindical, tornou-se presidente do sindicato, depois das eleições de 1984; Silvério Ribeiro trabalhou na Metalgráfica Mineira e na Pohlig Heckel, ganhando o concurso de “operário padrão” de Contagem em 1976.

Também entrevistei alguns militantes de organizações e partidos de esquerda que tiveram atuação junto aos trabalhadores, entre eles: Maria José Nahas, que teve breve passagem na região, era militante dos Comandos de Libertação Nacional (Colina) e sua tarefa como estudante de medicina foi realizar atendimento médico a operários e suas famílias na Cidade Industrial; Orosinda Maria Taranto Goulart, militante dos Comandos de Libertação Nacional, fazia o trabalho político da organização junto aos operários; Nilmário Miranda, militante da Polop e depois no POC nos anos 1960, morou em Contagem e fundou o *Jornal dos Bairros* nos anos 1970; Delsy Gonçalves, estudante de sociologia da UFMG, foi militante da AP na Cidade Industrial, onde atuou como professora de alfabetização de jovens e adultos e no trabalho político junto aos operários; Luiz Marcos Gomes Magalhães, estudante de economia da UFMG, militante da Ação Popular, morou na Cidade Industrial, onde coordenou trabalho político do setor operário. Também foram entrevistados dois padres que estavam na região naquele período: Carlos Fragoso, pároco da Igreja Nossa Senhora da Glória, no bairro Eldorado, em Contagem, secretário de Educação e diretor do Colégio Municipal local; e padre Pier Luigi Bernareggi, conhecido como padre Piggeri, pároco auxiliar da Igreja Nossa Senhora

da Glória. As entrevistas foram realizadas por mim, com exceção de duas: a de Ênio Seabra, realizada em 1995, por Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira e que faz parte do acervo do Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG; e a de Conceição Imaculada, cedida pelos pesquisadores Isabel Leite e Thiago Veloso.

O acesso aos/às entrevistados/as deu-se basicamente por três vias: a primeira e mais significativa foi o Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, onde consegui a maior parte dos contatos; a segunda foi a Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg), que indicou alguns nomes para entrevistas, principalmente de militantes de organizações de esquerda, pois, durante a pesquisa para a tese, tive a oportunidade de atuar como pesquisadora voluntária no GT Trabalhadores Urbanos e Sindicatos; e a terceira via deu-se por meio de uma campanha feita por mim nas redes sociais, a qual não surtiu o efeito que eu esperava. Consegui dois entrevistados desse modo: Luiz Nascimento e Silvério Ribeiro, ambos trabalhadores comuns, sem ligação com o sindicato e/ou com atividades políticas, que com suas memórias trouxeram contribuições interessantes para a pesquisa. Embora não tendo entrevistado mais mulheres, como era meu propósito inicial, as entrevistas realizadas foram extremamente significativas para pensar o papel das mulheres trabalhadoras, ativistas e lideranças na Cidade Industrial, bem como as militantes. As mulheres abordam determinados aspectos que os homens não tocam. Para além das questões do universo da política, elas trazem relatos de cuidado e solidariedade entre si no cotidiano fabril e sindical, como a troca de alimentos das marmitas para que o grupo pudesse se alimentar melhor e as estratégias para se protegerem do assédio masculino durante as assembleias sindicais, descortinando as relações de gênero e poder nas fábricas, no sindicato e nos partidos. Como pude observar, as mulheres demonstram que, ao relatar suas experiências, estas devem ser “percebidas e reconhecidas como diferentes da experiência masculina, que é, por si mesma, específica”, contribuindo por meio de suas memórias para destacar a construção de papéis sociais (SALVATICI, 2005, p. 35-36).

Entrevistei mulheres e homens que trouxeram subsídios importantes para o trabalho. Como tinha um roteiro, procurei fazer as mesmas perguntas gerais a todos, mas muitas vezes as respostas abordaram aspectos muito distintos, visto que a experiência de cada indivíduo é única e a memória construída sobre determinados eventos também. De acordo com Portelli (2016, p. 20), mesmo que o ato de rememorar e contar seja influenciado pelo contexto histórico e pelos quadros sociais da memória, ele é também filtrado pela “responsabilidade individual”. Ou seja, “o lugar em que a memória é elaborada é a mente do indivíduo, e a maneira pela qual a acessamos é a narrativa individual. Sendo assim, os narradores assumem

uma responsabilidade cada vez que relatam sua história” (HALBWACHS, 1968 *apud* PORTELLI, 2016, p. 20).

Além das fontes orais, foram utilizadas fontes escritas produzidas por agências estatais e atores sociais diversos. Dos órgãos de informação e segurança, foram analisados documentos da polícia política mineira, produzidos pelo Departamento de Ordem Política Social, o Dops/MG, e pela Coordenadoria de Segurança (Coseg/MG), ambos localizados no Arquivo Público Mineiro. Também analisei documentos do Fundo do Serviço Nacional de Informações do Arquivo Nacional.

O acervo do Dops/MG, formado por fichas, prontuários, processos judiciais, relatórios, depoimentos, análises periciais, jornais, cartas e fotografias, tem origem em 1927, quando o governo de Minas Gerais criou um órgão denominado Delegacia de Segurança Pessoal e de Ordem Política e Social. Este seria o ponto de partida para criação do Departamento de Ordem Política e Social, conhecido pela temida sigla Dops, cujas atribuições englobavam ações de prevenção, vigilância e repressão. Dessa forma, o governo do estado pôde contar com “um órgão responsável pela manutenção da ordem, repressão política e defesa do regime estabelecido”, desde o final dos anos de 1920 até o fim da ditadura militar (MOTTA *et al.*, 2003, p. 140)¹⁹.

Assim, considerando a função do Dops/MG como órgão de informação e repressão, em seu acervo foi possível encontrar relatórios de agentes sobre reuniões, congressos metalúrgicos e assembleia da categoria, bem como monitoramento das atividades de dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, ativistas sindicais e lideranças operárias. Também tive acesso a documentos relativos à suspensão de direitos políticos de alguns diretores e ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos; à greve de 1968; material produzido pelo sindicato e pelas organizações de esquerda atuantes no meio metalúrgico como panfletos, boletins e jornais clandestinos que circulavam na Cidade Industrial, entre eles: o *Piquete*, *Bodoque*, *O Companheiro*, *1º de Maio*, *Combate*, *O Flexa*; além de troca de ofícios entre a Delegacia Regional do Trabalho e o Departamento de Vigilância Social (DVS); e entre empresas da região e o DVS, demonstrando que trabalhadores e sindicatos haviam sido efetivamente transformados em caso de polícia²⁰.

¹⁹ Os documentos produzidos pelo Dops de Minas Gerais foram recolhidos ao Arquivo Público Mineiro, no final dos anos 1990. O recolhimento, no entanto, enfrentou resistência de setores do aparato de segurança e só foi possível após muita pressão sobre a polícia do estado, ações de entidades civis, mobilização dos deputados estaduais e ampla visibilidade dada ao caso pela imprensa. Cf. MOTTA, 2006.

²⁰ Em janeiro de 1964, o Dops sofreu uma reforma institucional, passando a designar-se Departamento de Vigilância Social (DVS). Essa reformulação teria sido uma estratégia política adotada pelo governador de Minas

Outro acervo pesquisado também sob a guarda do Arquivo Público Mineiro é o da Coordenadoria de Segurança (Coseg/MG), órgão surgido em 1970 com a reestruturação da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais (SESP/MG). A Coseg/MG foi criada com o objetivo de planejar e coordenar atividades de segurança, principalmente aquelas que envolviam o emprego conjunto de forças policiais do estado. Assumiu também a função de órgão central das atividades de informação da SESP, ocorrendo inclusive a transferência do arquivo do Dops para a Coseg, que nesse momento assumiu o papel preponderantemente operacional (SILVA, 2007). Portanto, para as atividades de ativistas, lideranças operárias, militantes políticos e do Sindicato dos Metalúrgicos, sobretudo referente à segunda metade da década de 1970, recorri à documentação produzida pelo novo órgão de informações da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, a Coseg/MG. Seu conjunto documental, que ainda se encontra em fase de identificação e organização pelo Arquivo Público Mineiro, é composto por microfimes de relatórios de agentes, depoimentos, recortes de jornais, fotografias e documentos produzidos pelo sindicato, oposições sindicais, organizações e partidos de esquerda, como panfletos e boletins.

Vestígios da atuação de trabalhadores, ativistas sindicais, lideranças operárias, militantes políticos no âmbito do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem também foram encontrados no Fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI) recolhido ao Arquivo Nacional em 2005 e disponível para pesquisa pela internet. O SNI, por meio de sua agência em Belo Horizonte, buscava identificar as lideranças locais e a atuação desses sujeitos no meio metalúrgico, monitorava e avaliava os resultados das eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de BH e Contagem, a ação das oposições sindicais, os rumos das campanhas salariais, e demonstrava preocupação em relação a um novo ator político surgido em meados dos anos 1970 na região: a Pastoral Operária da Cidade Industrial.

Dessa maneira, os acervos do Dops/MG, da Coseg/MG e do Arquivo Nacional se constituíram como fontes relevantes, possibilitando compreender duas dimensões que envolveram os trabalhadores da Cidade Industrial e o Sindicato dos Metalúrgicos: as formas de agir dos órgãos de informação e repressão e as estratégias, ações e trajetórias daqueles que atuavam na região e que por sua atuação se tornaram alvo desses órgãos. Ressalto que não deixei de considerar as condições de produção dessa documentação, já que a utilização de

Gerais, Magalhães Pinto, a fim de se aproximar da linha reformista do Governo João Goulart, mas sem afastar-se da direita. Dessa forma, segundo Motta (2003, p. 146), “as mudanças no Dops podem ter ocorrido por pressão de forças de esquerda, mas não alteravam a essência repressiva do Departamento”, pois as atribuições da estrutura anterior foram mantidas. Em 1969, o Departamento retomou a antiga denominação Dops.

fontes oficiais e com características específicas como essas se inserem também no debate sobre o tipo de história que se produz (RAMALHO; SANTANA, 2001, p. 110).

Esse tipo de documentação se, por um lado, permite hoje identificar o olhar da repressão sobre pessoas e instituições tidas como suspeitas, por outro, propicia também conhecer “trajetórias, ações e opiniões daqueles a quem o autoritarismo temia” (MARTINS, 2017, p. 41), já que muitos documentos produzidos e/ou guardados por perseguidos políticos que eram alvo da violência estatal foram apreendidos em batidas policiais e/ou roubados pelas forças de segurança. No caso da pesquisa aqui realizada, havia ainda agentes infiltrados no meio operário que recolhiam e guardavam materiais diversos distribuídos em assembleias e reuniões metalúrgicas, o que constitui parte da documentação.

Outras fontes relevantes utilizadas na pesquisa foram as disponíveis no arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem. Seu acervo, composto por atas de reuniões da diretoria e das assembleias da categoria e boletins da década de 1970 e início de 1980, favoreceu-me analisar a trajetória do sindicato e de seus dirigentes, examinar a sua organização, o funcionamento das reuniões da diretoria e das assembleias, os temas discutidos e os encaminhamentos feitos, além dos debates e comportamentos políticos presentes no interior da entidade durante a ditadura.

Visando reconstruir o contexto de ação de ativistas e lideranças operárias, também explorei as fontes jornalísticas. Conforme apontou Tânia De Luca (2006), o trabalho com essas fontes se dá a partir daquilo que se tornou notícia e de como foi noticiado, cabendo, assim, problematizar as motivações para que determinado assunto fosse publicizado e outro esquecido, tendo em conta ainda que a fonte jornalística se encontra enredada ao seu tempo histórico, ou seja, ao contexto de sua produção. Nessa perspectiva, analisei periódicos da grande imprensa como *Folha de Minas*, *Estado de Minas*, *Última Hora*, *Diário da Tarde* e *Jornal do Brasil*, todos eles pesquisados na Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais. O objetivo foi identificar como foram noticiadas as greves da categoria metalúrgica que ganharam as manchetes, bem como a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem no período estudado, o papel desempenhado pelo governo do estado diante dos trabalhadores e da entidade, qual a imagem dos/as metalúrgicos/as os jornais construíram e, ainda que de forma indireta, acessar por meio de falas e pronunciamentos de trabalhadores nesses veículos seus valores, sentimentos e comportamentos.

Também se constituíram como fontes jornalísticas relevantes para a pesquisa os jornais da imprensa alternativa como *Jornal dos Bairros*, *De Fato*, *Em Tempo* e a *Tribuna da*

*Luta Operária*²¹. Esse tipo de imprensa que se proliferou durante a década de 1970 caracteriza-se por questionar a ditadura militar, denunciar violências e arbitrariedades e expressar opiniões e posicionamentos de esquerda em um momento em que “quase todos os canais de organização e manifestação política de oposição” haviam sido suprimidos (ARAÚJO, 2000, p. 21). Diante disso, essas fontes foram fundamentais para que eu pudesse mapear os diversos problemas vividos por trabalhadores das indústrias metalúrgicas de BH/Contagem na década de 1970, suas estratégias de resistência e formas de organização. Também me permitiram acompanhar o surgimento e a consolidação da oposição sindical metalúrgica na região e a identificação de comportamentos políticos de ativistas e lideranças operárias nesse contexto.

Por fim, para a análise da ação dos trabalhadores entre 1969 e 1979, foi também útil o livro *Memória operária*, escrito por Ignácio Agero Hernandez (2004). Nesse texto autobiográfico, que “consiste na narrativa da própria existência” (PEREIRA, 2000, p. 118), o autor, por meio de suas memórias, recupera sua atuação como padre-operário junto aos trabalhadores da Cidade Industrial, as condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos, as estratégias de luta empreendidas, a repressão policial, o controle e a vigilância nas fábricas e o processo de organização da oposição sindical metalúrgica, da qual ele fazia parte. Assim, ao tomar a autobiografia de Hernandez como uma fonte para a pesquisa, é preciso considerar que, mesmo escrevendo sobre si, o livro ultrapassa o individual e fala também do grupo social do qual o autor fez parte.

A metodologia da pesquisa teve como eixo fundamental a articulação de fontes orais e escritas, aliada a uma discussão conceitual pautada nos pressupostos da história política e da história social. Busquei, dessa forma, examinar os comportamentos políticos de resistência de ativistas sindicais e lideranças que atuaram no movimento operário e sindical nos marcos do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem no contexto ditatorial. Interessou-me, igualmente, analisar os caminhos da acomodação que criaram espaços de negociação entre atores sociais e estatais. Também os comportamentos de adesão à ditadura militar que puderam ser observados, por exemplo, quando da intervenção sofrida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, logo depois do golpe de 1964, em que lideranças metalúrgicas foram empossadas como membros da junta governativa pelo chamado

²¹ O *Jornal dos Bairros* foi pesquisado no Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária (Getec), em Contagem/MG, e o *Em tempo* na Hemeroteca da PUC Minas. O jornal *De Fato* foi consultado na plataforma *Issu*: <https://issuu.com/plusinfo/docs/jornaldefato-n>. A *Tribuna da Luta Operária* foi pesquisada na página do Instituto Maurício Grabois: <http://www.grabois.org.br/cdm/tribuna-da-luta-operaria>.

“Comando Revolucionário”, atuando de maneira alinhada aos interesses do Ministério do Trabalho e da ditadura militar.

A tese foi estruturada em oito capítulos, além da introdução e das considerações finais. Optei por uma narrativa analítica de base cronológica, cujo eixo principal é a trajetória de ativistas sindicais, lideranças operárias e dirigentes que atuaram no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Das trajetórias no sindicato parto para verificar as relações construídas pelos atores sociais a partir da entidade com o Estado, a igreja, os partidos políticos e organizações de esquerda e os movimentos de bairro, bem como examinar os comportamentos políticos de dirigentes, ativistas e trabalhadores ligados a ela durante a ditadura militar.

No primeiro capítulo, abordo brevemente a formação da Cidade Industrial e a trajetória do sindicato a partir de 1957, quando a entidade passou a atender os trabalhadores dessa região. Esse momento é caracterizado pela presença de elementos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) na diretoria da entidade, modificando as estratégias de ação do sindicato, com a organização, por exemplo, das greves da categoria em 1959 e 1962, movimentos de grande repercussão na região, mas não suficientemente estudados. A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos nesses anos, inclusive, justificou a destituição de seus dirigentes e a intervenção sofrida em abril de 1964, em virtude do golpe civil-militar e da instauração da ditadura. No capítulo 2, busco identificar o impacto do golpe e seus efeitos sobre o sindicato e como trabalhadores se recordam desse evento. Também analiso a intervenção ocorrida no Sindicato dos Metalúrgicos, o papel dos interventores, seus comportamentos de adesão ao regime e a permanência deles na diretoria da entidade, após as eleições de 1965. E, por fim, a constituição de uma resistência silenciosa, que mesmo diante do controle dentro e fora do sindicato conseguiu se rearticular e realizar relevante trabalho de base junto à categoria. O capítulo 3 trata da reorganização de ativistas e lideranças operárias, algumas delas ligadas a partidos e organizações de esquerda, pela retomada do espaço sindical e da direção do Sindicato dos Metalúrgicos, objetivo que foi alcançado com a vitória nas eleições sindicais de 1967 pela oposição. No capítulo 4, analiso as ações de resistência empreendidas pelos metalúrgicos da Cidade Industrial e que ganharam a cena pública: a criação e atuação da Comissão Intersindical Antiarrocho, o 1º de maio de 1968 e as greves de 1968, a de abril e a de outubro, sua organização e seus “saldos”, como a fissura na lei antigreve, a conquista do abono salarial de 10% para todos os trabalhadores brasileiros e a repressão posterior que se abateu na Cidade Industrial sobre os operários, com a prisão de lideranças e o fechamento do sindicato, que seria reaberto com as eleições de 1969. Já no

capítulo 5 procuro abordar a luta silenciosa nas fábricas, as organizações de esquerda depois das greves de 1968, o sindicato pós-intervenção, a retomada de um tipo de comportamento político dos dirigentes sindicais de alinhamento aos ditames do Ministério do Trabalho, fazendo com que passassem a ser identificados por parte da categoria e antigas lideranças como “pelegos”. Aqui, foi possível identificar comportamentos políticos de adesão ao regime. É importante destacar que nesse contexto, devido às ações de cunho assistencial, a entidade contou com o maior número de associados de sua história, porém, por outro lado, arrefeceram as lutas e reivindicações salariais e por melhores condições de trabalho e de vida. No capítulo 6, examino o surgimento da oposição sindical metalúrgica, o apoio da pastoral operária da Cidade Industrial e a constituição de novos espaços de mobilização política, o papel fundamental das mulheres na oposição sindical e a retomada da greve como instrumento de luta pelos trabalhadores. Analiso ainda o repertório das lutas políticas empreendidas pela oposição sindical e a relação estabelecida, com mais vigor, entre operários, membros da Igreja Católica progressista e os movimentos de bairro na região. No capítulo 7, verifico a inserção dos metalúrgicos no Movimento contra a Carestia, na luta pela anistia, a experiência inovadora do Centro Cultural Operário, a luta das mulheres metalúrgicas por mais espaço no sindicato e a greve geral de 1979. Por fim, no capítulo 8, abordo a constituição de novas forças políticas na região que levaram à criação de mais de uma oposição sindical, o contexto dos anos 1980 para os/as metalúrgicos/as, a participação do sindicato na campanha das *Diretas Já!* e as eleições sindicais de 1984, que levaram um novo grupo político à direção do Sindicato dos Metalúrgicos sob o lema “Fora João Silveira, Delfim e Figueiredo!”.

O propósito é contribuir para a compreensão de um regime político que durou tanto tempo no país e que, mesmo depois de mais de 30 anos desde o seu fim, ainda tem tanto para dizer sobre nós e sobre a sociedade em que vivemos. Principalmente, em um contexto marcado por pedidos de intervenção militar, retorno da ditadura, de efetivação de um golpe que derrubou Dilma Rousseff, presidenta legitimamente eleita, e a eleição de um defensor da ditadura e de torturadores para a presidência.

CAPÍTULO 1 - FORJANDO UMA CIDADE INDUSTRIAL E UM SINDICATO COMBATIVO

1.1 Nasce a Cidade Industrial

Quando Efigênia Maria de Oliveira nasceu, a implantação da Cidade Industrial ainda dava seus primeiros passos e ela nem imaginava que anos depois teria de abandonar o sonho de ser professora para se mudar para Contagem/MG, onde se tornaria trabalhadora metalúrgica e uma importante liderança operária. Foi em uma manhã de sexta-feira, na antiga casa dos pais, que Efigênia, de passagem por Belo Horizonte, pois vive em Pernambuco há muitos anos, me recebeu para uma entrevista. Hoje, com mais de 70 anos, ela lembra-se de sua mudança, ainda jovem, para a região da Cidade Industrial.

Eu nasci em 31 de agosto de 1944, numa cidade do interior chamada Vila São José do Paraopeba. Essa vila hoje acabou, ela hoje faz parte da cidade de Brumadinho. Meu pai era ferroviário. Eu fui criada nessa cidade, estudei nas escolas dessa cidade, escola pública. Naquele tempo escola pública tinha qualidade. Eu aprendi muito na escola pública, depois eu estudei na Fazenda do Rosário, que era aqui em Ibirité, comandada pela doutora Helena Antipoff. Eu formei em professora, dei aula alguns anos no interior, isso eu era nova, quando eu tinha uns 15, 16, 17 anos eu já era professora de área rural. Aí depois minha família mudou aqui para Contagem, que minha família era uma família muito grande, nós éramos nove irmãos, veio para cá, por causa da questão mesmo de trabalho, interior era impossível ter trabalho para todo mundo e a gente veio para cá para trabalhar. Eu ainda fiquei um ano lá, porque não queria deixar a escola. Depois de um ano foi que eu vim para cá e entrei na indústria. Comecei a trabalhar na Norton do Brasil e foi na Norton que eu comecei a conhecer o movimento sindical. (Efigênia de Oliveira. Entrevista concedida à autora, 15/06/2016).

Efigênia conta que, depois de um ano morando de favor na casa da família de um aluno, na zona rural de Brumadinho/MG, ganhando um salário baixo, acabou indo ao encontro de sua família em Contagem. Assim, a professora tornou-se metalúrgica. É importante destacar que, quando a família se mudou para a Cidade Industrial, foi recebida por familiares que já viviam na região e que a ajudaram a conseguir uma casa e a se adaptar à nova vida. Essas redes sociais formadas por familiares, amigos e conterrâneos são fundamentais no processo de migração da zona rural para as cidades; também para o enfrentamento dos problemas da vida urbana e dos dilemas dos mundos do trabalho (FONTES, 2002, p. 14).

Muitas famílias vindas do interior de Minas Gerais, de outras partes do país e do exterior seguiram o mesmo trajeto da família de Efigênia, transferindo-se para a região da

Cidade Industrial em busca de trabalho e melhores condições de vida. Sobre a presença de trabalhadores estrangeiros na Cidade Industrial, Ênio Seabra, admitido como funcionário da Mannesmann em 1957 e posteriormente tendo se tornado um líder sindical, lembra-se da existência de trabalhadores alemães e austríacos nessa empresa. Em relação aos austríacos, por exemplo, ele ainda se recorda que a primeira greve que presenciou foi desse grupo, para reivindicar receber o mesmo salário dos trabalhadores alemães²². Esse fluxo migratório e imigratório se deu desde a segunda metade dos anos 1940, quando teve início a implantação do parque industrial. Prática comum na região era empregar na construção das fábricas os trabalhadores que chegavam, aproveitando-os em sua maioria como mão de obra depois de instaladas²³. Silvério Ribeiro, nascido em Esmeraldas/MG, foi um desses trabalhadores. Chegou à Cidade Industrial no início da década de 1960, quando trabalhou nas obras de construção da fábrica de latas Metalgráfica Mineira, sendo em seguida incorporado como funcionário, passando a dedicar-se a aprender o ofício de eletricitista²⁴.

Uma das primeiras notas a respeito da Cidade Industrial na imprensa foi publicada em 21 de março de 1941, no jornal *Folha de Minas*, ao lado de notícias sobre a segunda guerra, crimes, anúncios de achados e perdidos, compra e venda de móveis usados, enterro e missa de sétimo dia. A matéria intitulada “A construção da Cidade Industrial” informava sobre esse novo empreendimento e dava conta da declaração de utilidade pública de diversos lotes pelo governo de Minas, para fins de desapropriação na capital, Belo Horizonte, e no município de Betim para construção do “grande Parque Industrial”²⁵. O Decreto-lei nº 770, de 20 de março de 1941, havia sido assinado no dia anterior pelo governador Benedito Valadares, um mês depois o presidente Getúlio Vargas autorizava o governo de Minas Gerais a contrair empréstimo no Banco do Brasil para a construção da Cidade Industrial. Era o início dos procedimentos legais e administrativos para a implantação do parque.

O local escolhido para o empreendimento foi descrito por Benedito Valadares como um espaço onde “o terreno é seco, o ambiente agradável, o aspecto topográfico excelente, as perspectivas amplas, dali se descortinando os pontos altos de Belo Horizonte”²⁶.

²² Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995.

²³ Essa prática foi muito comum nas fábricas da Cidade Industrial. Em 1947, na Companhia Fiação e Tecelagem São Geraldo, os operários que atuavam na construção dos galpões e na montagem de maquinário “trabalhavam animados”, segundo reportagem do jornal *Folha de Minas*, pois sabiam que passariam a compor seu quadro de funcionários. **Folha de Minas**, Belo Horizonte, 05 de maio de 1948, p. 5.

²⁴ Silvério Ribeiro. Entrevista concedida à autora, 29/06/2016.

²⁵ A CONSTRUÇÃO da Cidade Industrial. **Folha de Minas**, Belo Horizonte, ano VIII, 21 de março de 1941.

²⁶ Trecho de entrevista do governador Benedito Valadares. O PLANO do Parque Industrial, 1941.

Ainda hoje, depois de quase 80 anos, de vários pontos da Cidade Industrial de Contagem/MG, em meio a grandes galpões e chaminés, Belo Horizonte se descortina, especialmente a Serra do Curral. Obviamente, não só a vista da capital ressaltada por Valadares foi levada em consideração para definir onde seria implantada a cidade industrial.

O terreno ficava a 12 km de distância do centro de Belo Horizonte, sendo parte do território que o compunha proveniente da capital e parte do Distrito da Vila de Contagem, então pertencente a Betim/MG (FONSECA, 1978)²⁷. Essa proximidade facilitava a comunicação entre o parque industrial e a capital, ao mesmo tempo que preservava a paisagem de Belo Horizonte – conhecida nessa época como Cidade Jardim –, uma vez que as indústrias seriam instaladas fora do seu núcleo urbano. A definição do local levou em conta vários fatores, entre eles a diversidade de matéria-prima nas proximidades, facilidade para obtenção de mão de obra, possibilidade de suprimento de energia elétrica a preços baixos com a construção de usinas hidrelétricas nas redondezas e proximidade de vias de acesso, com rodovias e linhas férreas que facilitavam o escoamento da produção e a aquisição de matéria-prima (GUIMARÃES, 1957). A região era servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), Rede Mineira de Viação (RMV) e por vias de acesso rodoviário aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, contava com disponibilidade de água nas redondezas, necessária à produção industrial. Outro objetivo do governo do estado ao escolher o lugar foi fugir da área de concessão da Companhia Força e Luz de Minas Gerais, subsidiária da Bond and Share, empresa dos Estados Unidos que detinha o monopólio sobre o abastecimento de energia em Belo Horizonte, sendo caracterizada à época pelo deficiente fornecimento de energia elétrica e tarifas elevadas (DINIZ, 1981).

Nos mapas a seguir, é possível observar a localização da Cidade Industrial no município de Contagem e suas fronteiras com Belo Horizonte.

²⁷ Contagem foi emancipada politicamente, tornando-se município em 1911, mas em 1938, com a reforma administrativa do estado de Minas Gerais, perdeu sua autonomia e passou a pertencer a Betim. Dez anos depois, foi reemancipada pela Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948.

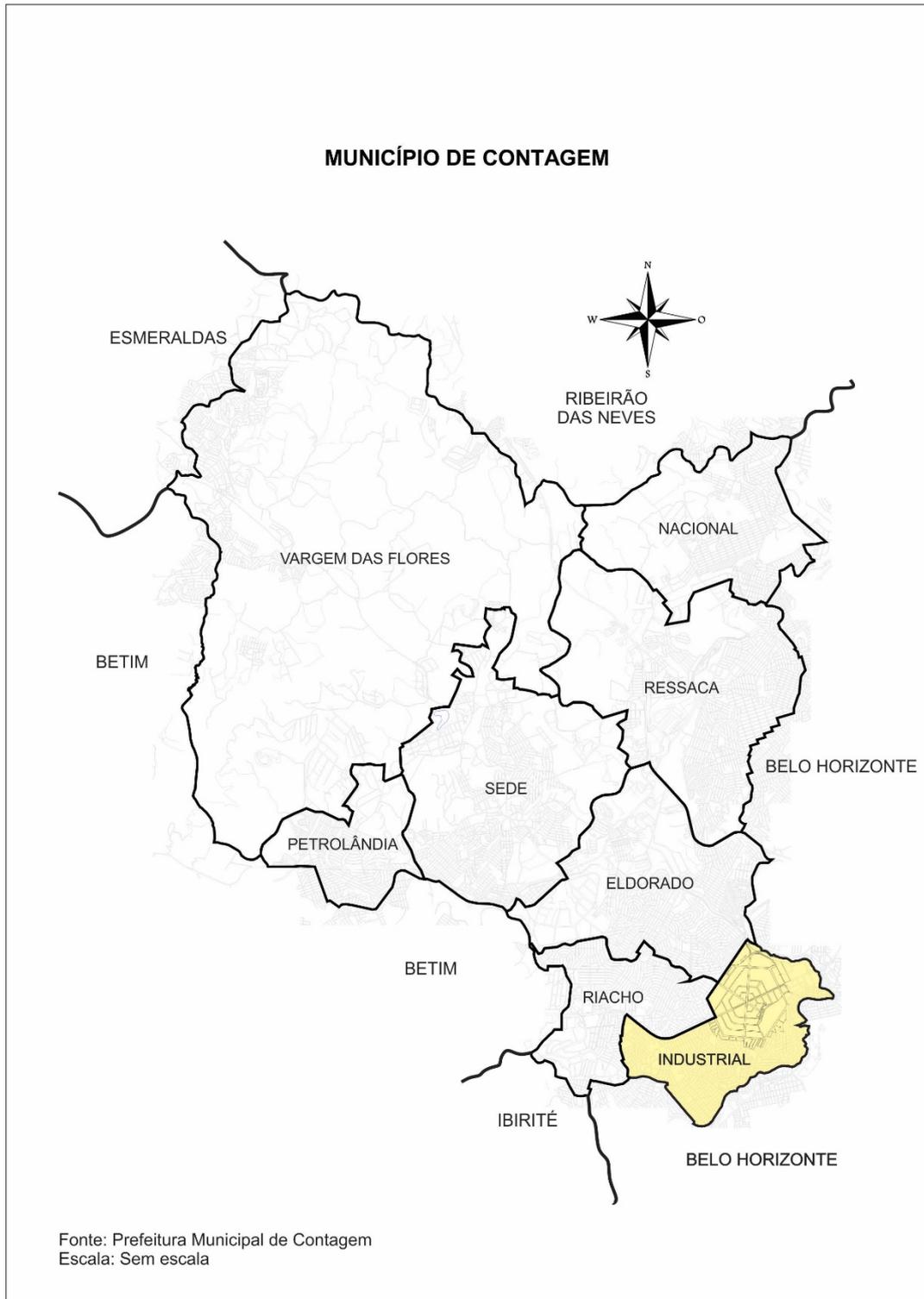


Figura 1 - Mapa atual do município de Contagem/MG, com as divisões por regionais administrativas. A Cidade Industrial está localizada na regional industrial e faz limite com o município de Belo Horizonte.

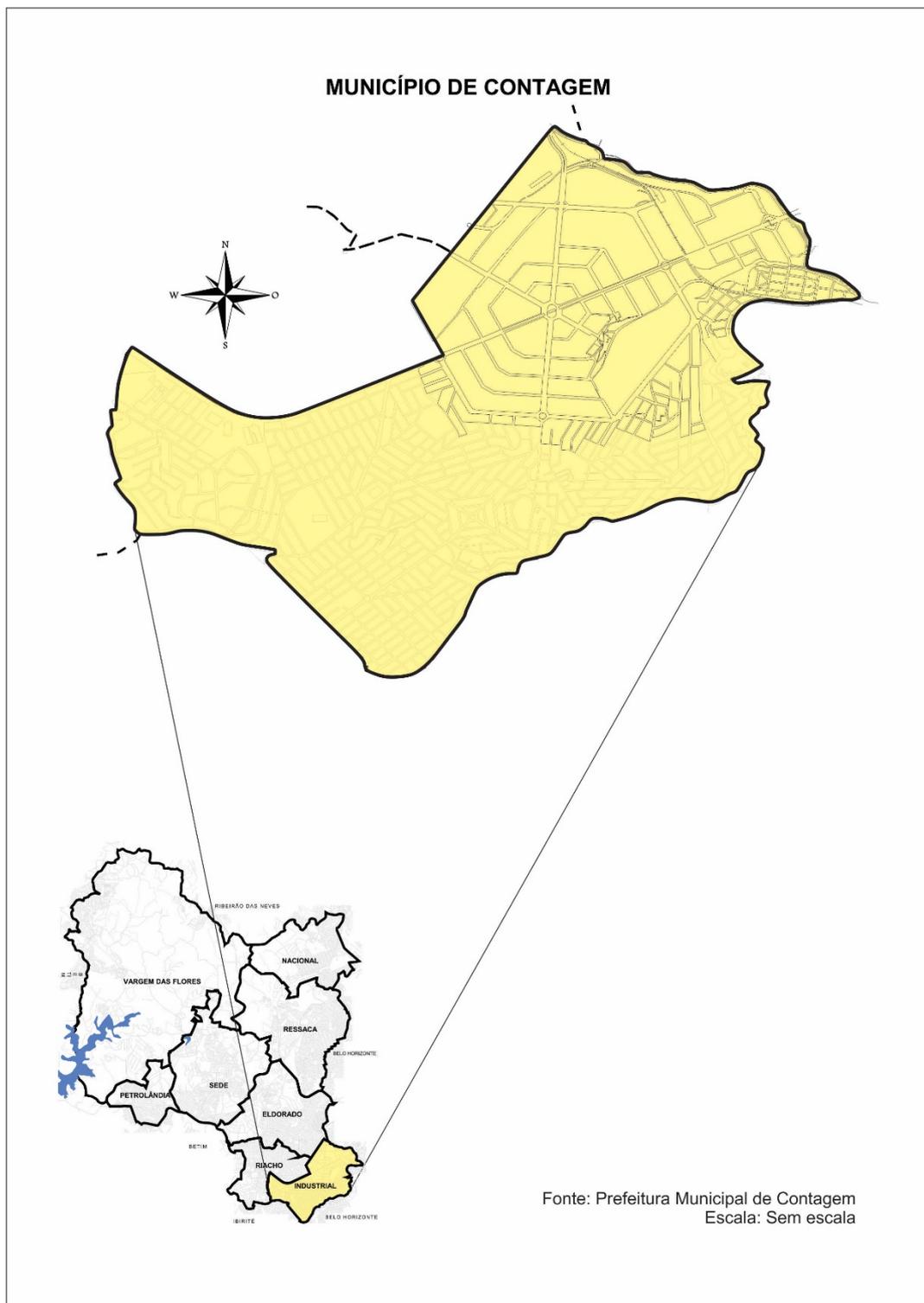


Figura 2 - Detalhe do traçado hexagonal da Cidade Industrial e sua localização dentro da regional administrativa industrial.

Mesmo com a área escolhida e o terreno delimitado, para transformar o plano de Benedito Valadares em realidade, era necessário atrair empresários dispostos. Para isso, o governo de Minas tomou algumas medidas, como a oferta de terrenos a preços módicos, a isenção de impostos aos interessados em investir nesse empreendimento e a definição das

diretrizes para o uso do solo da região. Por meio do Decreto-lei nº 722, de 19 de junho de 1941, que tratava dos aforamentos dos terrenos, estabeleceram-se os valores por metro quadrado, tempo para pagamento, além de definir sua destinação industrial, sendo permitida a construção de moradias somente nos casos em que fossem indispensáveis para a atividade da indústria²⁸. O fato de constar no decreto para aforamento de terreno a proibição de uso residencial da área criou uma situação complexa na região. Os empresários se valiam disso para eximir-se de terem de construir residências para os operários e cobravam essa demanda do poder público, que por outro lado também não solucionava a questão.

Assim, os trabalhadores, ao chegarem, deparavam-se com um espaço hostil que não estava preparado para recebê-los. Apesar de Benedito Valadares ter prometido a construção da “Cidade Operária”, que seria implantada entre Belo Horizonte e a Cidade Industrial, isso nunca se concretizou²⁹. Conforme observou Magda Neves (1994), planejamento só havia em relação ao local onde as fábricas se instalariam, e a ocupação do espaço urbano na região da Cidade Industrial pelas moradias dos trabalhadores foi acontecendo de forma desordenada. “O único direito que lhes é concedido é o do emprego e do trabalho. Tudo mais, o direito à cidade, moradia, água, alimentação, transporte são conquistas a serem atingidas por sua luta e resistência” (NEVES, 1994, p. 45).

Os aforamentos de terrenos e a definição da localização das indústrias ficaram a cargo da Comissão de Obras da Cidade Industrial (Coci), ligada à Secretaria de Viação e Obras Públicas, e do Departamento de Fomento Industrial, da Secretaria de Agricultura. Esses órgãos foram responsáveis pelo planejamento e execução das obras públicas de infraestrutura para implantação da Cidade Industrial, tais como instalação de rede de esgoto, abastecimento de água e de energia elétrica, terraplanagem, construção de ramais ferroviários, asfaltamento de ruas e abertura de vias. Para isso, a Coci mantinha um escritório montado no local que servia de “contato entre os donos de fábricas e o governo”³⁰.

²⁸ Somente a Itaú e a Magnesita contavam com vilas operárias na Cidade Industrial. A Itaú dispunha de 169 moradias para os casados e 30 apartamentos para solteiros. Os trabalhadores não pagavam aluguel, as casas eram emprestadas a eles e suas famílias e vinham mobiliadas. Na vila da Magnesita foram construídas cerca de 60 casas. Nos dois casos o número de moradias era insuficiente para atender todos os trabalhadores.

²⁹ Benedito Valadares faz menção à implantação da “Cidade Operária” em uma visita de Getúlio Vargas à capital. Segundo a *Folha de Minas*, o presidente percorreu as obras da Cidade Industrial e pode avistar onde seria erguida a “Cidade Operária”, localizada entre Belo Horizonte e a Cidade Industrial. Vargas também conversou com um trabalhador sobre as obras, as condições de vida e tomou um café oferecido pela família de um operário. A CIDADE industrial e o Instituto Químico e Biológico. **Folha de Minas**, Belo Horizonte, 18 de maio de 1943, p. 2.

³⁰ A SECRETARIA da viação vem realizando obras de vulto na Cidade Industrial. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 17 de março de 1953, p. 8.

O projeto urbanístico adotado para o parque industrial tinha a forma de um hexágono e disposição radiocêntrica do sistema viário³¹. Assim, como se vê na imagem do “Plano da Cidade Industrial”, a partir do núcleo central irradiavam-se as principais avenidas e constituíram-se as demais ruas que formavam o sistema viário. Elas funcionavam como delimitadoras dos lotes, organizando o zoneamento, composto por grandes quarteirões. No ponto mais alto do terreno localizava-se uma praça central, a Praça J, mais tarde denominada Praça da Cemig, cujos terrenos do entorno se destinavam a receber a parte administrativa e os serviços públicos. A planta teria sido inspirada no traçado hexagonal da cidade de Camberra, na Austrália, e segundo Marshall C. Eakin (2001) conta a tradição oral que Israel Pinheiro escolheu o desenho dessa cidade em um livro por motivos puramente estéticos.

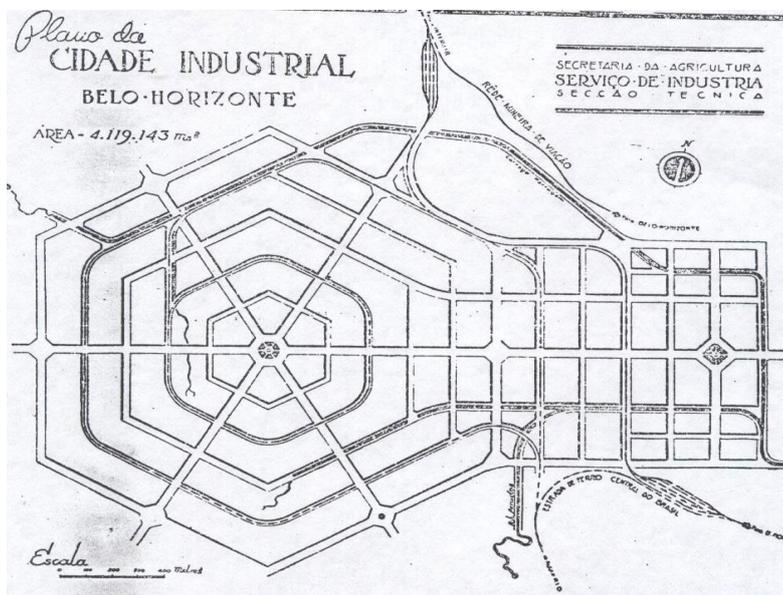


Figura 3 - Plano da Cidade Industrial, década de 1940.
 Fonte: *Revista Mineira de Engenharia*, n. 23 e 24, p. 39, jan./fev. 1941.

A área foi dividida inicialmente nos seguintes setores: metalurgia, construção, têxtil e vestuário, eletricidade e instrumentos científicos, químico e alimentação. Buscava-se, com a concentração de fábricas do mesmo setor em área predeterminada, racionalizar e disciplinar o espaço do parque industrial, estabelecendo uma ordem para o desenvolvimento. Contudo, na prática, esse zoneamento não foi tão rigoroso, sendo possível encontrar fábrica de um setor em área destinada a outro. Isso ocorreu em função do interesse de algumas firmas em estabelecer-se em terrenos que pareciam mais vantajosos devido a condições como tamanho, necessidade de intervenção e localização. Outro problema enfrentado em função do tipo de

³¹ PLANO Metropolitano de Belo Horizonte, 1978.

zoneamento e do sistema viário foi o fato de esse formato dificultar o traçado ferroviário e o crescimento de algumas indústrias que, para viabilizarem sua expansão, tiveram de adquirir terrenos fronteiriços ou mesmo do outro lado da rua³².



Figura 4 - Foto aérea evidenciando o traçado hexagonal da Cidade Industrial já com as fábricas implantadas, anos 1960. Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem.



Figura 5 - Foto aérea da Cidade Industrial, anos 1960. Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem.

A primeira fábrica a iniciar sua implantação no recém-criado parque industrial, logo em 1941, foi a Companhia Cimento Portland Itaú³³, porém seu primeiro forno só entrou em atividade em 1946³⁴, ano da inauguração oficial da Cidade Industrial. Data também da década

³² *Ibidem.*

³³ Cimento Portland não é uma marca, mas o nome técnico de um tipo de cimento. Foi assim nomeado pois sua coloração lembra as cores das pedras da ilha de Portland na Inglaterra, muito usadas nas construções. Fonte: CIMENTO – conheça, construa e reforme melhor. Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCO), 1989. (Folheto).

³⁴ Ao longo dos anos, mais três fornos foram construídos, em 1949, 1954 e 1960, respectivamente, tornando a Itaú uma das principais fornecedoras de cimento para a construção da nova capital, Brasília. ENCARTÉ Especial – 60 anos Cimento Itaú, que faz parte do DOSSIÊ de tombamento das Chaminés e prédio administrativo da antiga Companhia Cimento Portland Itaú. Superintendência de Cultura de Contagem: Contagem, 1999.

de 1940 a instalação da Magnesita S/A³⁵, da Companhia Industrial de Estamparia, também chamada Estamparia S/A, da Ceres Ltda – indústria e comércio de máquinas, da Companhia Fiação e Tecelagem São Geraldo, da Indústria Mineira de Moagem S/A, entre outras.

Entre 1941 e 1947, somente dez fábricas se instalaram no parque industrial e o número de pessoas empregadas na região também era pequeno, não atingindo mil empregados³⁶. A morosidade da ocupação da Cidade Industrial nos anos iniciais deveu-se ao contexto da Segunda Guerra, que trouxe dificuldades para alguns setores da economia que também atingiram o Brasil, retardando os planos do governo de Minas Gerais de ver a área do parque industrial totalmente ocupada em pouco tempo (DINIZ, 1981). Porém, em termos de política interna brasileira, esse foi um momento importante para a industrialização de Minas Gerais. Houve apoio de Getúlio Vargas ao projeto da Cidade Industrial, encabeçado por Benedito Valadares, pois este se enquadrava no objetivo de desenvolvimento industrial do governo federal. Para Celina Albano (1980), o parque industrial representava em nível regional a estratégia de desenvolvimento do governo federal, segundo a qual o Estado intervinha na economia, assumindo um papel de primordial importância. No entanto, com o fim do Estado Novo, a saída de Vargas da presidência e as constantes mudanças no governo de Minas Gerais entre 1945 e 1947, levaria algum tempo até que o projeto da Cidade Industrial fosse efetivamente retomado. Para se ter uma ideia, somente nesses dois anos, cinco interventores passaram pelo governo de Minas Gerais, dificultando o estabelecimento e/ou a continuidade de políticas públicas para diversos setores, inclusive o econômico.

Em 1947, Milton Campos assumiu o governo do estado e, para modificar o quadro geral da economia mineira, instituiu o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção. Para isso, foi criada a Taxa de Serviço de Recuperação Econômica, tributo que incidiria sobre transações de qualquer natureza, com previsão de seis anos de vigência (DINIZ, 1981). O mesmo decreto-lei que autorizou a cobrança da taxa também permitiu ao “Poder Executivo conceder isenção de impostos estaduais às novas indústrias que se instalassem no Estado, até um prazo máximo de cinco anos” (DINIZ, 1981, p. 65)³⁷. Outra medida do Plano de Recuperação Econômica foi a criação de novo parque industrial na cidade de Santa Luzia/MG, situada a 18 km da capital mineira, demonstrando que, mesmo com as

³⁵ A PRODUÇÃO da Magnesita S/A representa, em divisas, para o Brasil uma economia anual de cem milhões. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 17 de março de 1953, p. 7. Segundo a matéria, em 1953, a Magnesita era a principal fornecedora de refratários para as usinas de Volta Redonda, no Rio de Janeiro; de João Monlevade e Acesita, em Minas Gerais, exportando também para o exterior.

³⁶ PROJETO “CINCO, 1968.

³⁷ Decreto-lei nº 2.153, de 12/07/1947.

dificuldades para o estabelecimento da Cidade Industrial de Contagem, esse tipo de empreendimento continuava sendo visto como forma de impulsionar a industrialização no estado.

Entre 1950 e 1960, o número de empresas cresceu consideravelmente, promovendo uma diversificação da estrutura da Cidade Industrial e sua efetiva transformação em um aglomerado industrial³⁸. Contudo, alguns problemas de infraestrutura se avolumavam. Em 1953, o jornal *Estado de Minas* realizou reportagens sobre as empresas existentes na Cidade Industrial e seu potencial produtivo, bem como acerca dos problemas enfrentados, tanto por empresários quanto pelos trabalhadores³⁹. Algumas obras públicas empreendidas pela Secretaria de Viação e Secretaria de Agricultura estavam em curso na Cidade Industrial, como a ampliação da rede de esgoto, de abastecimento de água e de ramais ferroviários. Porém, os industriais continuavam apresentando demandas como a ampliação da rede telefônica e de transportes na Cidade Industrial, garantia de energia elétrica, sendo a criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A (Cemig), em 1952, uma medida importante nesse sentido⁴⁰, e o asfaltamento da avenida Amazonas, principal acesso rodoviário a Belo Horizonte e às BRs que levavam aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Na foto abaixo, figuram algumas fábricas e pequenas casas comerciais instaladas ao longo da avenida Amazonas.



Figura 6 - Foto da avenida Amazonas, principal via que corta a Cidade Industrial, anos 1950. Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem.

³⁸ PLANO Metropolitano de Belo Horizonte, 1978.

³⁹ **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 17 de março de 1953. Especial Cidade Industrial.

⁴⁰ A Cemig foi inaugurada no governo de Juscelino Kubitschek, mas a proposta de uma empresa estatal que centralizasse o sistema operativo de energia, bem como outros indicativos das políticas públicas a serem seguidas pelo setor foram elaboradas na administração anterior, no governo de Milton Campos (1947-1951), e condensadas no Plano de Eletrificação de Minas Gerais, que, por sua vez, se baseou na Memória do Plano de Eletrificação para o Estado, de 1946.

Data também da década de 1950 a instalação na Cidade Industrial de algumas empresas importantes das áreas da metalurgia, mecânica e de material elétrico, como a Material Ferroviário S/A (Mafersa), especializada em vagões de trem; a Laminação de Ferro S/A (Lafersa), empresa de laminação; e a Companhia Siderúrgica Mannesmann S/A. A fundação desta última, em 1952, foi aclamada pela imprensa local como uma “vitória para o povo de Minas” e contou com a presença do presidente Getúlio Vargas e do governador do estado, Juscelino Kubitschek, para inauguração de sua pedra fundamental na cerimônia simbólica de instalação da siderúrgica (ALBANO, 1980).

Essa empresa representou para o governo do estado um novo passo para o crescimento do parque industrial, pois inaugurou o investimento de capital estrangeiro na Cidade Industrial e possibilitou a ampliação do parque industrial para fora do plano hexagonal com a instalação da Mannesmann no Barreiro, em Belo Horizonte. Outras fábricas de capital estrangeiro, principalmente do setor metalúrgico e de material elétrico, também foram instaladas nesse período, como RCA Victor, Pohlig Heckel, Sociedade Brasileira de Eletrificação, Eletro Solda Autogena Brasileira, Esab, Demisa Deutz S/A e a Trefilaria da Belgo Mineira. Desse modo, em fins dos anos 1950, a Cidade Industrial havia se transformado no maior núcleo industrial de Minas Gerais (DINIZ, 1981), atraindo trabalhadores para a região em busca de emprego e melhores condições de vida. Porém, sua consolidação ocorreu somente nos anos 1960. No que diz respeito aos números, observa-se que, em dez anos, de 1950 a 1960, a Cidade Industrial passou a contar com 13.332 trabalhadores atuando em diversos setores, com prevalência para o setor metalúrgico⁴¹.

Nesse contexto inicial da instalação das fábricas, a luta que mais mobilizou os trabalhadores da Cidade Industrial foi por equiparação do salário-mínimo em relação aos trabalhadores de Belo Horizonte, indo contra, inclusive, um fator que funcionou como atrativo de várias empresas para a região: a promessa de manutenção da diferença salarial⁴². Em 1952, os trabalhadores da Cidade Industrial organizaram um movimento pleiteando a equiparação salarial. Uma das ações foi a elaboração de um memorial com mais de mil assinaturas entregue ao presidente da República, Getúlio Vargas, solicitando a medida. O movimento dos

⁴¹ PLANO Metropolitano de Belo Horizonte, 1978.

⁴² O Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938, dividia o Brasil em 22 Comissões de salário-mínimo, correspondentes aos estados, Distrito Federal e território do Acre, cujo objetivo era definir o valor do salário com base em critérios regionais. Em 1º de maio de 1940, o Decreto-lei nº 2.162, que instituiu o salário-mínimo, apresentou uma tabela com as regiões salariais. Nela, o estado de Minas Gerais foi dividido em duas zonas, uma formada por Belo Horizonte, Juiz de Fora, Nova Lima, Uberlândia e Uberaba, cujo valor do salário era maior, e a outra com o restante do estado, por isso, a diferença salarial entre BH e Contagem.

trabalhadores, porém, não ocorreu sem represálias das empresas: “na fábrica Itaú vários operários receberam o aviso prévio e foi cortado o meio litro de leite que lhes era descontado no salário”⁴³.

Sem o resultado esperado, em abril de 1953, mais de 600 trabalhadores da Magnesita entraram em greve, reivindicando melhorias de salário, conforme noticiou o jornal *Estado de Minas*. Segundo a reportagem, o descontentamento em relação aos salários na região já vinha se generalizando, pois o valor do salário-mínimo praticado na Cidade Industrial que pertencia administrativamente ao município de Contagem permanecia menor do que o valor pago em Belo Horizonte⁴⁴.

No dia seguinte à paralisação, o jornal reforçou que o movimento paredista ocorreu por iniciativa dos operários, que agiram por conta própria, sem apoio do sindicato de classe ou amparo do dissídio coletivo e sem a solidariedade de outras categorias. Finalizava afirmando que o clima na Cidade Industrial era dos mais tranquilos e que a paralisação só havia se efetivado na firma citada⁴⁵. A necessidade de afirmação da harmonia e da ordem na Cidade Industrial diante da greve evidencia o receio de que o movimento se espalhasse para outras categorias e empresas. Tanto que um representante do governo de Minas Gerais se reuniu com representantes da fábrica a fim de chegar a um entendimento sobre a reivindicação. O resultado foi favorável aos operários da Magnesita. A notícia da vitória dos trabalhadores dessa firma rapidamente se espalhou pelo parque industrial, fazendo com que trabalhadores de outras fábricas também reivindicassem o mesmo direito à equiparação salarial.

O governo do estado, prevendo que a situação pudesse tomar grandes proporções caso trabalhadores de outras fábricas resolvessem parar o trabalho, interveio. A proposta apresentada foi que a equiparação do salário-mínimo passasse a vigorar para todos os/as trabalhadores da Cidade Industrial. Os empresários aceitaram o acordo, mas antes fizeram o governador Juscelino Kubitschek se comprometer a resolver diversos problemas de infraestrutura do parque industrial, como rede telefônica, asfaltamento da avenida Amazonas, criação do restaurante popular, entre outras medidas⁴⁶.

Em relação ao movimento por equiparação salarial, Magda de Almeida Neves (1994) observa que o que se viu na imprensa local foi uma ênfase na solidariedade constituída entre trabalhadores de diversas categorias, oferecendo apoio àqueles que tinham sido punidos em

⁴³ *Diário de Minas*, 31 de maio de 1952, p. 6.

⁴⁴ EM GREVE operariado da Magnesita. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 de abril de 1953, p. 6.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ ATENDIDOS os operários da Cidade Industrial. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 de abril de 1953, p. 3.

suas fábricas. Outro destaque refere-se às considerações dos próprios trabalhadores acerca da necessidade de organização mais efetiva, por meio de uma associação que representasse seus direitos, pois não havia nenhuma entidade formalmente constituída na região que tivesse esse papel, seja defendendo os trabalhadores de maneira geral seja por categorias. Essa organização só aconteceria anos mais tarde, e um dos primeiros sindicatos a estender suas bases territoriais para a Cidade Industrial foi o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, em 1957, tornando-se uma das entidades sindicais de maior importância no cenário do movimento sindical da região metropolitana de Belo Horizonte e de Minas Gerais.

1.2 O Sindicato dos Metalúrgicos na Cidade Industrial

O ano de 1957 marca o início da atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte no município de Contagem, especificamente na Cidade Industrial, quando o setor da metalurgia se consolidava na região, passando então a denominar-se Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Para Reinaldo Muniz (1984), o impacto da consolidação da categoria metalúrgica resultará numa dinâmica diferente na vida do sindicato, inclusive em razão do aumento do número de trabalhadores do setor. Outra mudança a ser considerada é a participação de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na direção da entidade, entre 1957 e 1963. Era a primeira vez, por exemplo, que o sindicato contava com um quadro do PCB em sua direção, Benigno José Silveira, que assumiu a função de tesoureiro da entidade de 1957 a 1961, tornando-se seu presidente entre 1961 e 1963⁴⁷. Isso alterou a forma de conduzir as lutas e reivindicações dos metalúrgicos, inserindo-os nas discussões políticas de âmbito nacional e projetando o sindicato na cena do movimento sindical de Minas Gerais.

Segundo Marco Aurélio Santana (2001), se a partir de 1948 os comunistas relegaram ao segundo plano o trabalho no espaço sindical, priorizando a atuação no espaço da fábrica, de 1952 em diante, o PCB propõe, como linha sindical, o retorno aos sindicatos oficiais. No entanto, Santana (2012, p.141) aponta que foi no período entre 1955 e 1963 que o trabalho dos comunistas em meio ao movimento sindical brasileiro se intensificou. Nesse contexto, os

⁴⁷ Em suas entrevistas, Ênio Seabra e Efigênia Oliveira apontam Benigno José Silveira como a principal liderança comunista na região. O nome dele também aparece em documentos do Dops/MG relacionados ao PCB. A nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos eleita para o mandato 1957/1958 era composta por José Simões Ascenção, Onofre Martins Barbosa, Benedito de Paula, Geraldo Pires Camargo, Benigno José Silveira e Gustavo Mayrinhos, todos esses exercendo pela primeira vez cargo de dirigente sindical, com exceção de Oswaldo Reis, que fez parte da diretoria do sindicato entre 1945 e 1955, ao lado de Humberto Canhoni, conhecido por sua longa passagem pelo sindicato e pelo perfil conciliador e desmobilizador da categoria, sendo, por isso, chamado de “pelego” por associados e ativistas.

militantes comunistas “vão estar na direção, em parceria ou isolados, das principais instituições sindicais do país”. Essa militância, de acordo com o autor, promoverá avanços sensíveis no âmbito dos organismos de base e das entidades sindicais, possibilitando, inclusive, que os quadros do PCB figurassem na direção das importantes confederações no país.

A intensa participação dos comunistas junto aos operários se deu em razão da Declaração de março de 1958, documento elaborado pelo PCB (SANTANA, 2012). Nela, o partido preconizava a necessidade de organização de uma “frente única nacionalista e democrática” que aglutinasse vários setores da sociedade, como o proletariado, camponeses e até a burguesia nacional, contra um inimigo comum: “a política de submissão ao imperialismo norte-americano”. Nessa luta, aos sindicatos caberia “ser instrumentos da unidade dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas, na luta por suas reivindicações imediatas, pelo direito de greve, pelo melhoramento da previdência social etc”, bem como desenvolver “um grande papel no amplo movimento nacionalista e democrático”. Para isso, o PCB declarava que era necessário fortalecer o sindicalismo nos quadros da organização sindical existente no país e aprender a utilizar as conquistas da legislação social vigente, procurando concretizá-la e aperfeiçoá-la⁴⁸.

O Partido Comunista aliou-se a outras correntes do movimento operário e sindical, principalmente com o setor nacionalista e progressista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), incrementando a atuação nos locais de trabalho e conquistando novas posições de direção nos sindicatos. Mesmo com o partido na ilegalidade, a militância comunista, na segunda parte da década de 1950, desenvolverá um intenso trabalho no interior das empresas, com os conselhos sindicais; nas entidades sindicais; e também por meio da criação das intersindicais, forma de organização que teve destaque ao longo do período (SANTANA, 2012, p. 147).

De acordo com o autor, “o partido vai conseguir integrar o movimento sindical em uma participação importante no quadro político geral do país” (p. 142). Por meio de seus militantes, dos sindicatos e demais organizações lideradas pelo PCB, o partido, mesmo na ilegalidade, vai influir na vida política nacional, participando intensamente da campanha pelas reformas de base e de todos os movimentos políticos de início dos anos 1960. “A turbulência se deu de tal forma que a ameaça do que se chamou ‘república sindicalista’ foi utilizada como uma das

⁴⁸ Trechos da DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DO PCB (MARÇO DE 1958). Rio de Janeiro: Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Disponível em: https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate. Acesso em: 03 de dez. 2016.

justificativas pelo golpe de Estado de 31 de março de 1964” (SANTANA, 2012, p. 141). Além disso, o golpe, como veremos adiante, tinha no anticomunismo seu principal repertório.

No caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, não é possível precisar até que ponto Benigno Silveira, comunista ligado ao PCB presente na diretoria, determinou as escolhas políticas e os caminhos da entidade. Até porque o PCB não era a única força política no cerne do sindicato. Para Reinaldo Muniz (1984), havia pelo menos três “orientações políticas ideológicas” nessa associação sindical, principalmente entre 1959 e 1964, às quais o autor denomina de “tendências políticas”. A primeira tendência era a do Partido Comunista, com uma prática engajada na luta mais geral e que se caracterizou, segundo sua opinião, por instrumentalizar o sindicato para ampliar o espaço político do partido; a segunda era formada por indivíduos com uma concepção fundamentalmente burocrática de sindicato e que desenvolviam práticas distantes dos trabalhadores, estabelecendo relações de maior proximidade com o Ministério do Trabalho e com os patrões; e uma terceira tendência, ainda difusa e pouco organizada, mas que começava a se esboçar a partir de 1959. Para o autor, essa última tendência se consolidaria no início dos anos 1960 no sindicato e, junto à categoria, sobreviveria ao golpe de 1964 e lideraria as greves metalúrgicas de 1968 (MUNIZ, 1984, p. 190-192).

Embora os comunistas não constituíssem a única força política do sindicato, as fontes consultadas possibilitam analisar dois aspectos a partir de 1957: (i) houve uma mudança substancial nas formas de agir do sindicato e (ii), nas reuniões da diretoria, as vozes que prevaleciam eram as dos dirigentes integrantes do PCB. Uma demonstração de mudança na postura do sindicato ocorreu logo no início do mandato da nova diretoria, com o lançamento da “Campanha pró-aumento de salários dos metalúrgicos da capital”, algo inédito até aquele momento. Isso evidenciou uma disposição diferente na maneira de encaminhar as reivindicações salariais. Dessa vez, por exemplo, o sindicato não estava disposto a fazer um acordo com a classe patronal e partiu para a instauração de dissídio coletivo aprovado em assembleia que resultou em 37% de aumento aos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem⁴⁹, demonstrando uma atuação mais ofensiva, ainda que dentro dos marcos legais da estrutura sindical vigente. Isso porque a instalação de um dissídio coletivo, quando não ocorre acordo na fase de negociação entre trabalhadores e patrões, transfere para a Justiça do Trabalho a resolução do conflito trabalhista e o estabelecimento das normativas que vão condicionar as relações de trabalho, pelo menos até a campanha salarial seguinte da categoria.

⁴⁹ Ata da reunião da Diretoria do sindicato, 20 de março de 1958.

O sindicato mostrou-se mais ativo na sindicalização dos trabalhadores e no trabalho nas portas de fábrica. A diretoria passou a ser chamada com mais frequência para tratar de questões específicas de empresas, como maus-tratos contra trabalhadores e insalubridade no ambiente de trabalho. Também cresceu a participação de seus dirigentes em congressos de trabalhadores, principalmente da categoria, nos quais eram apresentadas e discutidas as teses que serviam para pautar a ação dos sindicatos dos metalúrgicos em todo o país. Igualmente, cresceu o monitoramento do sindicato e de suas ações por investigadores do Dops⁵⁰. Entre os dirigentes monitorados estavam Benigno Silveira, 1º tesoureiro, e mais três componentes identificados como comunistas em documentos da polícia política. Eram eles: Antônio Anastácio Campos, 1º secretário; João Batista Viana, 2º secretário; e João Sotero, bibliotecário⁵¹.

Uma importante liderança que iniciou sua vida sindical nesse contexto foi Ênio Seabra. Eletricista de formação e profissão, começou a trabalhar na Mannesmann no fim dos anos 1950. Logo foi sindicalizado por um colega da Escola Técnica, local onde estudava: “por influência de colegas que já tinham vivência sindical e a gente já estava mais ou menos no caminho e o espírito da gente já era aquele... (...) eu me sindicalizei. 31 de março de [19]57. Daí eu vim iniciando a minha vida sindical”. Para Ênio, a influência dos colegas foi

⁵⁰ No dia 4 de setembro de 1957, ocorreu o II Congresso Regional dos Trabalhadores Metalúrgicos de Minas Gerais, realizado em João Monlevade. Sobre esse congresso é possível saber detalhes da programação, dos participantes e das decisões tomadas, em função da presença de investigadores do Dops como infiltrados. Arquivo Público Mineiro, Fundo Dops/MG, pasta 0295, rolo 019, mai.1957-abr.1963, imagens 202 e 203. Em outra pasta desse acervo intitulada “Metalúrgicos”, há mais relatórios sobre o referido congresso, incluindo fotos com a identificação dos participantes. Pasta 0164, rolo 013, jul.1957-set.1957, imagens 20 a 22. O mesmo ocorre em pasta com o título de “Atividades Comunistas”. Pasta 3803, rolo 045, jul.1949-set.1957, imagem 280. Doravante, utilizarei “APM, Fundo Dops/MG” para me referir ao acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais depositado no Arquivo Público Mineiro.

⁵¹ Sobre Antônio Anastácio Campos, há documentos que fazem referência à sua militância no Partido Comunista com data posterior à sua atuação no sindicato. Em razão disso, não é possível precisar se ele já atuava no PCB antes de assumir a direção do sindicato. Contudo, tendo a acreditar que sim, pois em documento de 9 de setembro de 1963, produzido pelo Departamento de Vigilância Social intitulado “Estrutura Estadual do Partido Comunista em Minas Gerais” (Reestruturado em março de 1963), Antônio Anastácio Campos é identificado como membro da Comissão Executiva do PCB, uma função importante que provavelmente não seria exercida por um iniciante. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 3830, rolo 048, set.1963-mai.1974, imagens 6 a 9.

A militância política de João Batista Viana no Partido Comunista é descrita em prontuário produzido pelo Dops como tendo iniciado em 1947. Suas atividades compreendiam assinaturas de manifestos, participação em greves, atuação junto aos mineiros em Nova Lima. Sobre sua atuação no meio metalúrgico, o documento diz o seguinte: “Em 26 de agosto de 1961, foi membro ativo do movimento do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, Rua da Bahia 570, 5º andar. O marginado era membro da diretoria”. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0717, rolo 024, jul.1959-nov.1967, imagens 2 a 4.

O nome de João Sotero é citado em um documento intitulado “secreto”, de 31 de maio de 1962. Nele, o investigador do Dops relata algumas atividades ocorridas na capital, como uma reunião em que estiveram presentes “os comunistas Elson Costa, João Amazonas, Dimas Perrin, Armando Ziller, Raimundo Lima e Silva, João Sotero, Wilson Carneiro Vidigal e Firmino Luzia”. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0188, rolo 014, abr.1962-mai.1972, imagem 184. Esse não é único documento em que o nome de João Sotero é citado. Os demais membros da diretoria (1959/1961) eram: José Simões Ascensão (presidente), Onofre Martins Barbosa (vice) e Rosentino Bispo da Silva (2º tesoureiro).

importante, mas ressalta que seu “caminho” e seu “espírito” já eram aquele até por sua formação cristã. Ele acrescenta que começou como “voluntário”, pois na ocasião não tinha vivência política nem partidária. Passou então a frequentar o sindicato e a participar das assembleias. Dois anos depois de sua sindicalização, em 1959, Ênio vivenciou uma das primeiras greves metalúrgicas da Cidade Industrial⁵².

1.3 “Metalúrgicos!... Avante”

*Metalúrgicos!... Avante,
Cada um na sua profissão,
Todos unidos seremos fortes,
Para nossa maior proteção.*
(Trecho do Hino dos Metalúrgicos –
letra e música de Carlos Alberto Lima)⁵³

A estrofe do Hino dos Metalúrgicos citada na epígrafe acima, que conclama os trabalhadores da categoria a avançarem na luta e a se manterem unidos, representa bem o espírito de uma parte dos metalúrgicos no fim dos anos 1950 e início de 1960. Pela atuação de lideranças operárias e ativistas sindicais nesse período, é possível perceber que muitos foram movidos por esse espírito.

Em 9 de setembro de 1959, os metalúrgicos decretaram greve geral e pararam as fábricas da Cidade Industrial a fim de reivindicarem 50% de aumento sobre os salários⁵⁴. O movimento começou na Cia. Siderúrgica Mannesmann, alastrando-se rapidamente para outras empresas “em virtude da ação de piquetes de greve”, atingindo a totalidade das indústrias metalúrgicas da região. Segundo o *Jornal do Brasil*, a greve teria se iniciado sem o conhecimento e autorização do sindicato da categoria, que se encontrava impedido de participar do movimento por ter aberto processo de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. Segundo a legislação, enquanto o dissídio não fosse julgado, ficava proibida a deflagração de greves⁵⁵.

⁵² A assembleia da categoria que decidiu pela realização da greve foi acompanhada pelo agente do Dops José dos Santos. Comunicado do investigador 131, José dos Santos ao Chefe do Dops, 23 de julho de 1959. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0295, rolo 019, maio 1957 - abr. 1963, imagem 249.

⁵³ O Hino dos Metalúrgicos foi apresentado pela primeira vez em 1961, na comemoração do dia nacional do metalúrgico, no dia 9 de abril, em São Paulo. Posteriormente, foi também apresentado no II Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico do Brasil, realizado em São Paulo (PEREIRA, 2008). A letra do hino faz parte de um conjunto de materiais sobre o sindicato apreendidos pelo Dops/MG. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 5300, rolo 085, set.1953-ago.1961, imagem 48.

⁵⁴ Inicialmente foram 5 mil metalúrgicos paralisados, conforme a manchete de capa do jornal *Última Hora*: “5 mil metalúrgicos paralisam a Cidade Industrial: Greve!”. No dia seguinte, o *Jornal do Brasil* noticiou que já eram 8 mil trabalhadores em greve.

⁵⁵ GREVE na Cidade Industrial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1959, p. 7.

Contudo, os registros nas atas da diretoria evidenciam o envolvimento de seus dirigentes no movimento grevista, que para eles era uma demonstração da força do sindicato e da categoria.

Essa greve contou com a intervenção do governador de Minas Gerais Bias Fortes. Ele se reuniu primeiramente com uma comissão de trabalhadores, acompanhado pelo delegado regional do Trabalho e por dirigentes do sindicato, e em seguida com os empresários, a fim de mediar o conflito. Segundo a imprensa da época, o governador fez os empresários verem “a conveniência de agirem com a maior boa vontade para o encontro de uma solução que satisfaça aos operários sem causar prejuízos a si mesmos e nem transtornos ao ritmo industrial do Estado”. Com isso, os empresários elevaram a proposta de aumento, de 837 cruzeiros para 1.080, a qual não foi aceita pelos grevistas⁵⁶.

Apesar de os jornais afirmarem que o movimento era pacífico e que a força policial não havia sido demandada, o que se viu foi um grande contingente da polícia na Cidade Industrial exercendo constante vigilância sobre os grevistas⁵⁷. Um grupo de metalúrgicos também realizou uma passeata na avenida Afonso Pena, no centro de Belo Horizonte, empunhando cartazes que pediam solidariedade de todos os trabalhadores da capital, a favor do direito de greve e contra o Decreto nº 9.070 (MUNIZ, 1984). Publicado em 15 de março de 1946, o referido decreto dispunha sobre a suspensão e o abandono coletivo do trabalho, estabelecendo as regras para a decretação de greve e punições aos grevistas e sindicatos, que iam desde multas até a prisão. Diante disso, o direito de greve era ponto recorrente nas discussões e reivindicações trabalhistas nesses anos não só em Belo Horizonte e Contagem, mas em todo o Brasil. No mês anterior, por exemplo, em Belo Horizonte, já havia ocorrido uma “concentração operária” acompanhada por um investigador do Dops, no auditório da Rádio Inconfidência, na capital, para pressionar pela aprovação da previdência social e do direito à greve⁵⁸.

A greve teve fim depois de acordo firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho, que estabeleceu o aumento de salário para 1.200 cruzeiros mensais, além da garantia de que os trabalhadores grevistas não sofreriam represálias⁵⁹. O resultado da greve representou uma vitória para os metalúrgicos. Contudo, mesmo com o movimento vitorioso do ponto de vista dos operários e da ação do sindicato, alguns jornais tentavam esvaziar a capacidade de organização

⁵⁶ REJEIÇÃO e melhoria da proposta. **Jornal do Brasil**, 11 de setembro de 1959, p. 5.

⁵⁷ GREVE na Cidade Industrial: cruzam os braços 5 mil trabalhadores. **Última Hora**, 9 de setembro de 1959, p. 2.

⁵⁸ Comunicado do investigador 131, José dos Santos ao Chefe do Dops, 5 de agosto de 1959. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0295, rolo 019, maio 1957 - abr. 1963, imagem 228.

⁵⁹ **Última Hora**, 12 de setembro de 1959, s/n, matéria de capa. Outros pontos do acordo assinado entre os trabalhadores e os patrões constam em: **Última Hora**, 11 de setembro de 1959, s/n, matéria de capa.

dos metalúrgicos, atribuindo os ganhos dos grevistas e o fim da greve à intermediação do governador e à boa vontade dos empresários, e não à mobilização e pressão dos operários.

Assim também a adesão à greve é explicada nos periódicos em virtude dos piquetes, quase como se os trabalhadores tivessem sido simplesmente obrigados por uma minoria a aderir ao movimento. Antônio Luigi Negro (2004, p. 91), ao analisar a greve dos 400 mil ocorrida em São Paulo dois anos antes, explica que os piquetes constituíam um recurso usual dos trabalhadores e tinham mais chance de sucesso quando eram antecedidos por iniciativas nas fábricas e nos bairros que levassem os trabalhadores a se organizarem em comissões e associações. Para o autor, se os piquetes fossem apenas uma palavra de ordem, não teriam o efeito esperado, por isso, necessitavam ser previamente e sigilosamente organizados. Negro (2004, p. 92) argumenta que o piquete dispunha de duas manobras básicas: a primeira e mais usual ocorria quando os piqueteiros se postavam na frente ou nas imediações dos portões das fábricas, buscando “medir forças com a repressão e com os fura-greves”. Essa manobra geralmente era utilizada nos horários de entrada dos trabalhadores, nas trocas de turno em fábricas com mais de um turno de trabalho e no retorno das refeições, quando os trabalhadores tinham de sair à rua para comer.

O segundo tipo de manobra se dava quando os piqueteiros passavam para dentro da fábrica como se fossem trabalhar, mas o objetivo era obrigar os que estivessem dentro da empresa a sair. Funcionava também como um artifício para aliviar ou interromper a pressão de guardas, chefes e administradores sobre os operários dispostos a aderir (NEGRO, 2004, p. 92). No caso da greve dos metalúrgicos de BH e Contagem, a estratégia utilizada pelas lideranças foi a de instalar os piquetes nas portas das fábricas e ao que tudo indica eles foram bem-sucedidos, principalmente pela organização com que foram realizados, já que de um dia para o outro o número de trabalhadores em greve passou de 5 mil para 8 mil, resultando em maior pressão sobre os patrões e conquistando o aumento salarial almejado. A estratégia de piquetes foi utilizada entre os ativistas e os metalúrgicos da região em movimentos grevistas da categoria também nos anos de 1960, 1970 e 1980, demonstrando que a ação de piquetes resiste ao tempo e permanece como parte do repertório organizativo dos trabalhadores (FONTES; MACEDO, 2017), como será visto adiante.

O Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem saiu fortalecido da greve de 1959, demonstrando também uma capacidade de articulação com outros sindicatos do estado de Minas Gerais. Em matéria intitulada “Greve dos metalúrgicos abriu caminho para novos movimentos em todo o Estado”, o jornal *Última Hora* afirma que teria recebido, em primeira mão, a “revelação” de líderes sindicais de que o movimento grevista na Cidade Industrial “era

apenas a primeira etapa de um plano já elaborado e que irá culminar com uma série de outras paredes, eclodindo sucessivamente” no estado, bastando, para isso, apenas uma ordem⁶⁰. De fato, quatro dias depois teve início mais uma greve, agora dos metalúrgicos de Divinópolis, cidade da região do Centro-Oeste mineiro. Essas ações conjuntas demonstravam o nível de organização do movimento operário metalúrgico de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, consolidavam o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem como uma força no interior do movimento sindical no estado e como importante interlocutor para os operários da categoria em sua própria região de abrangência.

O ano de 1960, por exemplo, teve início com a intensa mobilização dos dirigentes do sindicato para o protesto nacional contra a carestia, realizado no dia 21 de janeiro. A presença dos trabalhadores da categoria era uma preocupação para a diretoria da entidade, tendo em vista, como afirmou João Sotero, “a posição de vanguarda que vem tomando o nosso sindicato”⁶¹. Diante disso, a diretoria investiu em propaganda, confeccionando mais de três mil boletins de convocação para serem distribuídos entre os metalúrgicos.

Situações específicas de algumas fábricas também eram discutidas nas reuniões da diretoria. Apareceram nesse momento, além das habituais reivindicações salariais, denúncias de outra ordem, como a dos operários da metalúrgica Gardini, que estavam descontentes com a “administração agressiva” da empresa⁶², e os da Mafersa, que reclamavam de maus-tratos. Sobre o segundo caso, o sindicato se manifestou contra a direção da fábrica, acionou a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de Minas Gerais e apresentou uma moção de repúdio ao comportamento de seus dirigentes na reunião preparatória para o III Congresso Regional dos Metalúrgicos, realizada na cidade de Sabará/MG, a qual foi aceita por todos os participantes⁶³.

O trabalho de sindicalização realizado por João Batista Viana, identificado como comunista, intensificou-se nesse período, sendo elogiado pelos demais dirigentes como “admiravelmente satisfatório”. Entre maio e agosto de 1960, 622 trabalhadores foram sindicalizados, não sem dificuldades, como o próprio João Viana apontou⁶⁴. Não obstante, o trabalho de sindicalização de tantos operários era considerado um feito importante para a

⁶⁰ ALASTRA-SE o movimento grevista dos trabalhadores da Cidade Industrial. **Última Hora**, 11 de setembro de 1959, p. 2.

⁶¹ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 13 de janeiro de 1960.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ *Idem*, 20 de janeiro de 1960.

⁶⁴ *Idem*, 24 de agosto de 1960.

entidade nesse contexto e seu sucesso pode ser atribuído aos ganhos da greve ocorrida no ano anterior e à legitimidade que o sindicato vinha conquistando junto à categoria.

Também em 1960, quando se aproximou a data base para o aumento de salário, por não ter havido acordo entre trabalhadores e patrões, foi instaurado o dissídio coletivo novamente. Nas assembleias, a greve como instrumento de luta chegou a ser cogitada, mas os trabalhadores “consideraram satisfatória a decisão do TRT no julgamento do dissídio” (MUNIZ, 1984, p. 187) e um acordo entre as partes foi estabelecido. Contudo, algo que sempre aparecia como uma questão na hora de decidir de que modo encaminhar a reivindicação salarial era o tempo que o TRT gastava para homologar suas decisões, fazendo com que os trabalhadores demorassem a sentir os efeitos do aumento salarial.

O sindicato manteve sua participação em congressos da categoria e em outros congressos sindicais, em Minas Gerais e em outros estados. Enviou representante para o III Congresso Sindical Nacional e para o II Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Também participou de atividades fora do Brasil, como a Conferência Latino-Americana dos Metalúrgicos e o congresso internacional da categoria, realizado na França, além de enviar o presidente da entidade, José Simões Ascensão, para viagem de estudo sindical nos Estados Unidos⁶⁵. Segundo Larissa Corrêa (2013), a prática de viagens de sindicalistas brasileiros para estudo sindical nos Estados Unidos tornou-se comum nesse momento, pois o governo estadunidense passou a se preocupar com a atuação das organizações sindicais nos países da América Latina, conforme veremos adiante.

1.4 Um presidente comunista

Em 1961, o comunista Benigno José Silveira foi eleito presidente do sindicato. Teve início também a atuação mais direta na direção da entidade de Ênio Seabra, metalúrgico que despontaria como uma das principais lideranças operárias da região. Uma das primeiras ações da nova diretoria foi uma visita à Indústria de Artefatos de Metal S/A (Industam) para tentar resolver problemas relacionados à cantina e à obrigatoriedade do uso de macacões pelos trabalhadores⁶⁶. Na ocasião, os dirigentes foram mal-recebidos na empresa, situação comum para eles. Sobre a cantina, o empregador sugeriu que o sindicato fizesse uma proposta para o

⁶⁵ Sobre a Conferência Latino-Americana dos Metalúrgicos, não há informações sobre o país de realização. A viagem para os Estados Unidos foi informada na Ata da reunião da Diretoria do sindicato, 25 de abril de 1960, mas não há detalhes.

⁶⁶ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 26 de janeiro de 1961.

custo das refeições, para que fosse estudada a possibilidade de redução do valor. Em relação ao uso dos macacões, foram informados de que essa era a nova orientação da administração da fábrica e não havia o que fazer. No entanto, não fica claro qual era exatamente o problema dos macacões, causando estranhamento o sindicato se mobilizar contra o uso do uniforme, que é também uma forma de garantir a segurança do trabalhador.

Outra preocupação dessa diretoria era a de manter ou estimular a organização e a mobilização dos trabalhadores nas fábricas para além da data base da categoria. Na Sociedade Brasileira de Eletrificação S/A (SBE), por exemplo, os trabalhadores criaram, com apoio do sindicato, uma comissão de salários com o objetivo de apresentar suas reivindicações à firma. Uma das primeiras ações da comissão foi a organização de um abaixo-assinado e teve como contrapartida a represália da empresa. A SBE começou a perseguir os trabalhadores que faziam parte da comissão, chegando a demitir três dos seus cinco membros⁶⁷. Essa iniciativa do sindicato chamou a atenção do delegado regional do Trabalho, que se manifestou alertando seus dirigentes a não estimularem lutas salariais de maneira isolada por fábricas. A diretoria, por sua vez, considerou uma intromissão da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e deixou registrado em ata que “não só encamparia, como também orientaria e defenderia os legítimos direitos de seus representados, isto é, a categoria metalúrgica, quando for solicitada”⁶⁸. Tal intromissão da DRT nos assuntos do sindicato nesse período, apesar de comum, estava longe do que viria a ocorrer após o golpe de 1964.

Sobre a organização dos trabalhadores nas fábricas, Marco Aurélio Santana (2012, p. 48) apontou que essa era uma prática e uma busca incessante da militância comunista no período pré-1964, que via esse espaço como pilar de sustentação aos seus avanços no cerne da estrutura sindical oficial, buscando, a partir daí, “calçar seus espaços de entrada no sistema político”. São recorrentes os apontamentos dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem no sentido de aprofundar o trabalho no interior das fábricas, indo até os operários, ao contrário de esperar que estes buscassem o sindicato. Para Benigno Silveira, presidente da entidade, a atuação nas portas e dentro das fábricas constituía também uma forma de politizar o trabalhador, por isso incentivava a propaganda do sindicato à porta das fábricas “para que o nosso operário se politize e possa viver mais os problemas da entidade e da classe”⁶⁹. Essas ações, porém, localizavam-se dentro do marco da estrutura oficial do sindicalismo brasileiro. Mesmo sabendo dos limites impostos por essa estrutura, os

⁶⁷ *Idem*, 9 de fevereiro de 1961 e 2 de março de 1961.

⁶⁸ *Idem*, 29 de março de 1961.

⁶⁹ *Idem*, 22 de agosto de 1961.

comunistas acreditavam e agiam de forma a aumentar os espaços de ação em seu interior (SANTANA, 2012, p. 49).

Todavia, o trabalho no interior das fábricas não era fácil, por motivos diversos, seja por perseguição, como foi visto no caso da SBE, com a demissão de integrantes da comissão de salários, seja por questões relativas à atuação da própria diretoria. O dirigente Ênio Seabra, trabalhador da Mannesmann, uma das maiores fábricas da região, criticou a falta de objetividade do sindicato no interior dessa empresa. Para ele, se a diretoria tomasse medidas imediatas quando surgisse um problema dentro da Mannesmann, “talvez se conseguisse despertar a luta daqueles trabalhadores e conseqüentemente melhor sindicalização”, sugerindo, por fim, que fosse realizada uma reunião “a fim de estudar medidas que venham a incentivar a luta operária naquela fábrica”⁷⁰. Outra apreensão recorrente de Ênio Seabra era a pouca participação, de um modo geral, dos trabalhadores da Cidade Industrial nas assembleias da categoria e a necessidade de reverter essa situação, aproximando mais o sindicato dos trabalhadores daquela região. Considero, inclusive, que o fato de o projeto de construir uma subsede na Cidade Industrial ocupar tantas reuniões, desde 1959, tem relação com a percepção dos dirigentes da entidade acerca dessa limitação, já que o deslocamento dos metalúrgicos para o centro de Belo Horizonte – onde se localizava a sede do sindicato – para participar das assembleias acabava sendo um impeditivo ou pelo menos um fator desanimador depois de um dia extenuante de trabalho.

No que se refere à mobilização por reivindicações salariais, em 1961, os trabalhadores decidiram estabelecer um acordo com os patrões na data base para o aumento do salário, de modo a evitar o dissídio coletivo. Contudo, muitas empresas não cumpriram o referido combinado, obrigando o sindicato a permanecer mobilizado até que o aumento fosse efetivado.

Na Única S/A e na Mafersa, os operários chegaram a entrar em greve devido a atrasos nos pagamentos de salários. Na primeira fábrica, a greve já durava alguns dias e mesmo com a mediação do sindicato e da Delegacia Regional do Trabalho não houve solução, pois a firma não cumpriu o acordo. Diante da situação, os grevistas da Única tiveram de contar com a ajuda financeira do sindicato e de outras entidades sindicais de Belo Horizonte. A solução só veio efetivamente quando o sindicato acionou o secretário de Estado do Trabalho, Edgar de Godoi da Mata Machado, ligado à esquerda católica, que por meio da secretaria colocou

⁷⁰ *Idem*, 23 de fevereiro de 1961.

alguns bancos à disposição da empresa, possibilitando ao empregador contrair empréstimo e pagar os salários em atraso⁷¹.

A greve na Mafersa em protesto contra o atraso nos pagamentos, por sua vez, durou apenas algumas horas, sendo o sindicato logo convocado pelos trabalhadores e patrões para intermediar um acordo. Ficou definido que a firma forneceria um vale no mesmo dia, efetuaria o restante do pagamento no dia seguinte e que os operários voltariam ao trabalho⁷². A greve terminou, mas os problemas financeiros dessa empresa só estavam começando. O sindicato teria muito o que fazer para buscar uma solução que protegesse 1.800 operários do desemprego.

Em 1961, ocorreram alguns congressos importantes em Belo Horizonte, como o I Encontro Estadual de Sindicalistas, em março, o II Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, em maio, e o maior congresso da categoria, o III Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em julho. A escolha de Belo Horizonte para sediar o maior encontro dos metalúrgicos brasileiros é sinal de prestígio do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e de suas lideranças. É também pela importância e força dos trabalhadores da categoria nesse contexto que investigadores do Dops/MG foram destacados para acompanhar o evento. Mais uma vez, foi um relatório produzido por um agente da polícia que possibilitou saber o que foi discutido no referido encontro metalúrgico⁷³.

Em síntese, os dirigentes presentes no congresso defendiam liberdade e autonomia sindicais, sem ingerência ministerial; formação de uma Central Sindical; estímulo ao trabalho sindical, por meio da sindicalização e dos delegados e conselhos de empresas; luta contra a pluralidade sindical; revogação do Decreto-lei nº 9.070, chamado de lei de greve; estabilidade no emprego para dirigentes e delegados de empresa, entre outras questões. Também debateram sobre a situação econômica no Brasil e seus reflexos na vida do trabalhador; reafirmaram a necessidade da reforma agrária e o apoio irrestrito e solidariedade dos trabalhadores metalúrgicos às Ligas Camponesas. Discutiram a questão salarial e resolveram pelo estabelecimento de uma política salarial que garantisse o crescimento do poder aquisitivo dos trabalhadores; incorporação dos bens de produtividade ao salário; jornada de trabalho normal, sem a necessidade de extenuantes horas extras para complementação salarial, e que os trabalhadores se manifestassem contra qualquer projeto que previsse escala móvel de salários

⁷¹ *Idem*, 19 de setembro de 1961.

⁷² *Idem*, 14 de novembro de 1961.

⁷³ O investigador 1826 juntou material distribuído no III Congresso para compor o relatório. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0147, rolo 012, abr.1956-jul.1961, imagens 7 a 22.

até que houvesse uma discussão mais aprofundada sobre o tema. Por fim, debateram temas como a política econômica e financeira nacional e os caminhos da industrialização, com grande ênfase na defesa da indústria nacional⁷⁴.

As resoluções do III Congresso Nacional dos Metalúrgicos demonstram que as lideranças sindicais metalúrgicas estavam envolvidas nos grandes debates nacionais, indo além das questões específicas da categoria e procurando demarcar esse envolvimento. É claro que havia vozes dissonantes no movimento operário metalúrgico; trabalhadores que pensavam de maneiras diversas e com recortes ideológicos os mais variados. Porém, nesses anos, a voz hegemônica no movimento operário e sindical metalúrgico era uma combinação de vozes comunistas e trabalhistas, essa segunda pertencente ao setor mais progressista do PTB.

Nesse congresso, assim como as discussões e os encaminhamentos das lideranças, chamou a atenção de um dos investigadores do Dops/MG a denúncia de João Sotero, ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, sobre a presença de agentes da polícia entre os operários. Segundo o investigador, “o comunista João Sotero, apresentou proposta de protesto contra agentes do Dops em reuniões de operários, quer em sindicatos quer em congressos de trabalhadores. Foi rejeitado pelo plenário”⁷⁵. Esse fato registrado pelo agente é intrigante, afinal, por que a proposta de João Sotero foi rejeitada pelo plenário? Os metalúrgicos presentes não queriam criar polêmica e levantar mais “suspeitas” sobre os trabalhadores, por isso não aprovaram? Ou quem sabe alguns se sentissem protegidos com os agentes do Dops por perto? Não é possível identificar os motivos da não aprovação da proposta, no entanto, fica claro que os operários sabiam que suas atividades eram monitoradas pela polícia política.

O ano de 1962 foi igualmente intenso para o sindicato. A fábrica de vagões Mafersa continuava enfrentando problemas econômicos, colocando seus trabalhadores em situação difícil, com atrasos no pagamento de salários e incerteza quanto ao futuro da empresa. Seguiu-se uma série de reuniões do sindicato com os operários para discutir uma solução, contando ainda com a participação de dirigentes sindicais metalúrgicos de São Paulo e da Guanabara, pois uma das propostas apresentadas foi a incorporação da Mafersa pelo governo federal.

⁷⁴ Resoluções aprovadas no III Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e Material do Elétrico do Brasil, realizado entre 26 e 29 de julho de 1961, em Belo Horizonte. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0147, rolo 012, abr.1956-jul.1961, imagens 7 a 22.

⁷⁵ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 5300, rolo 085, set.1953-ago.1961. Esse relatório, a exemplo de outros, é composto por fotos dos participantes do congresso, descrição do que foi falado e quem falou, bem como as teses defendidas; somam-se a isso matérias de jornais sobre a ação do Sindicato dos Metalúrgicos.

Enquanto isso, os trabalhadores tiveram de conviver com a incerteza e mobilizaram-se para melhorar suas condições de trabalho, fazendo reuniões e organizando passeatas. O Dops acompanhou toda essa movimentação. O subinspetor de Vigilância Especial, Mozar Pacheco de Castro, com base em um relatório secreto de um agente, informou ao chefe do Dops, Fábio Bandeira de Figueiredo, que no dia 19 de junho de 1962 “houve um agrupamento de cerca de 400 pessoas nas proximidades da Mafersa com a finalidade de se organizarem, a fim de obterem aumento salarial. Os metalúrgicos dessa indústria reunir-se-ão nesta noite para traçarem planos de ação para a luta pelo aumento de salários”⁷⁶. Seis dias depois, nova ocorrência assim registrada: “trabalhadores da Mafersa estão nesta data percorrendo as ruas da capital angariando donativos em razão de estarem com os seus vencimentos em atraso há dois meses”⁷⁷.

Em 26 de junho de 1962, um despacho do presidente da República, João Goulart, “tendo em vista o apelo que fazem as entidades sindicais metalúrgicas”, determinou ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), maior credor da referida empresa, a assumir a direção mediante interventor, realizar o pagamento dos 1.800 operários e constituir um grupo de trabalho para examinar a situação da empresa, promovendo sua incorporação⁷⁸. Essas negociações arrastaram-se por anos e a incorporação da empresa pelo governo federal só veio a ocorrer definitivamente em 1964. Com a demora, muitos trabalhadores ficaram desempregados e o bispo de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes de Araújo, tornou-se intermediário na busca por recolocação dos operários em outras fábricas da Cidade Industrial⁷⁹.

1.5 Operárias e comunistas

Paralelamente às ações do sindicato, Benigno Silveira tentava ampliar politicamente a atuação do PCB nas fábricas, buscando novos militantes para o Partido Comunista. Foi assim com Conceição Imaculada de Oliveira. Nascida em Marinhos, no município de Brumadinho/MG, em 12 de junho de 1946, filha de um ferroviário e de uma dona de casa, ela tinha acabado de se mudar com a família para Contagem. Começou a trabalhar em 1962 na Metalúrgica Santo Antônio, fábrica de esmaltados localizada na Cidade Industrial, que produzia

⁷⁶ Mozar Pacheco de Castro, subinspetor de Vigilância Especial, 19 de junho de 1962. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0295, rolo 019, maio 1957-abr.1963, imagem 151.

⁷⁷ Informações levadas pelo investigador 543 a Mozar Pacheco de Castro, subinspetor de Vigilância Especial, 25 de junho de 1962. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0295, rolo 019, maio 1957-abr. 1963, imagem 158.

⁷⁸ O despacho do presidente foi transcrito na íntegra na Ata da reunião da Diretoria do sindicato, 24 de julho de 1962.

⁷⁹ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 16 de abril de 1963.

desde utensílios para cozinha como vasilhames, talheres, bules, xícara de café, botijão de gás até peças para trator. Por intermédio de uma vizinha que trabalhava nessa metalúrgica, obteve uma carta de apresentação com um deputado e foi aceita. Ela tinha 15 anos na época e comenta que, por ser de baixa estatura e magra, o encarregado na fábrica não acreditava que ela “podia trabalhar de tão magrinha”. Precisou insistir para que a deixassem “experimentar” a máquina.

Quando nós chegamos lá na máquina para eu poder trabalhar, eu não dava altura do pedal, não é? Aí eu tinha que subir num caixote. Eu era... sempre fui muito prática. Aí subi nesse caixote e fui fazer as peças, e comecei a fazer as peças, e fui muito esperta e saquei a boa produtividade da indústria Metalúrgica Santo Antônio. (Conceição Imaculada de Oliveira. Entrevista concedida a Thiago Veloso e Isabel Leite, 23/09/2009).

Conceição atribui aqui a sua contratação na Metalúrgica Santo Antônio à sua praticidade e esperteza, características de sua personalidade que também favoreceram que rapidamente tomasse conhecimento dos problemas no interior da fábrica:

Logo quando eu estava trabalhando, ainda em [19]62, um dia eu estou indo para o trabalho e vejo umas pessoas jogando papeizinhos, que eram panfletos, não é? Eu peguei aquilo e li, e achei muito simpático, porque me identifiquei imediatamente com aquilo, porque era denúncia dos problemas que existiam dentro das empresas. Depois eu li aquilo, achei interessante e comecei a comentar com as pessoas que estavam indo para o trabalho. Então já fui falando com as pessoas que eu estava encontrando e peguei uns e já fui levando também, e tinha, claro, gente olhando. Depois tal foi a minha surpresa que na rua que eu morava, (...) morava um senhor, que era o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e era um militante comunista. (...) Aí quando eu estou vindo ele me chamou lá no portão e falou comigo. Perguntou como eu chamava, me cumprimentou e falou para mim, quando eu falei onde que eu trabalhava: “– ah porque eu vi você hoje lá na Cidade Industrial, vi que você estava lendo uns papéis, estava contando”. Começou uma conversa assim toda, não é?... “– E achei você muito inteligente, gostei do que você estava falando, se você gostou daqueles papéis, para mim pareceu que você gostou muito”. Aí eu falei: “– Claro, gostei. É exatamente o que está acontecendo”. E aí comecei a contar para ele tudo de ruim que estava na fábrica. (Conceição Imaculada de Oliveira. Entrevista concedida a Thiago Veloso e Isabel Leite, 23/09/2009).

Ela segue relatando:

Porque na fábrica naquele tempo, existiam situações muito precárias, a Cidade Industrial era muito nova, estava tudo começando. O maquinário não era avançado, a tecnologia ainda era muito atrasada e naquele momento estava um avanço muito grande. Eu não sabia nada disso, eu vou entender isso mais tarde. Mas naquele momento estava um avanço muito grande do movimento sindical que estava cortando para ter mudança. Então eles estavam meio nervosos, e estava um autoritarismo muito grande, exigências muito grandes, problemas de acidente no trabalho também, porque as condições de trabalho eram muito ruins. Então eu falo, conto uma porção de coisas para ele, não é? E ele fala para mim que é isso mesmo, que nós temos que lutar contra todas essas coisas e que para isso precisamos nos organizar e aquela coisa toda. E perguntou se eu gostaria de participar da

organização e falou para mim que a gente tem que lutar, que sem luta a gente não consegue mudar essas coisas. E falou: “– na minha casa vai ter uma reunião essa noite, se você quiser trabalhar junto com a gente para ajudar a mudar essas coisas você pode vir. Só que isso não pode falar para ninguém, porque se as pessoas ficam sabendo que você está participando (...) você pode ser demitida da empresa também. Às vezes o pessoal não gosta muito e você pode sofrer perseguição até política e tudo, então, tem que fazer isso com muita discrição”. (Conceição Imaculada de Oliveira. Entrevista concedida a Thiago Veloso e Isabel Leite, 23/09/2009).

Outro dado interessante que aparece na entrevista de Conceição é em relação às considerações feitas pelo Partido Comunista sobre a viabilidade ou não de ela, sendo mulher, realizar um trabalho no interior do sindicato:

Porque se eu me sindicalizasse como mulher, naquela época desconfiava de tudo, não é? Então ia chamar atenção. Então ali eles decidiram que eu ia ficar trabalhando com eles, mas que eu não ia me sindicalizar, mesmo se outras pessoas me convidassem e tudo não era para aceitar, falar que não, que eu queria ficar ainda em algumas reuniões e tudo, mas que eu não queria sindicalizar, que minha família não gostava, inventar umas coisas assim. Aí eu para não..., que eles falam naquela época queimar, não é? Você não podia se queimar. (Conceição Imaculada de Oliveira. Entrevista concedida a Thiago Veloso e Isabel Leite, 23/09/2009).

Nessa época, o Sindicato dos Metalúrgicos era um espaço eminentemente masculino. Mesmo com muitas mulheres trabalhando nas fábricas metalúrgicas da Cidade Industrial, não era comum mulheres sindicalizadas e frequentando a entidade. Assim, na avaliação do Partido, Conceição não deveria agir de um modo diferente daquilo que se esperava de uma mulher naquele contexto – participar da vida política e sindical –, para não chamar a atenção para ela e conseqüentemente para o trabalho do PCB.

Observa-se já no ano de 1962 a visível preocupação do líder comunista ao convidar Conceição para a reunião do partido. O PCB nessa época encontrava-se na ilegalidade, por isso a necessidade de discrição na condução do trabalho político. Essa discrição, depois do golpe civil-militar em 1964, transformou-se em clandestinidade quase absoluta, uma vez que todos os partidos e organizações de esquerda se tornaram ilegais, foram perseguidos e suas principais lideranças cassadas.

Conceição Imaculada seguiu a orientação do partido e não se sindicalizou. Mas assumiu algumas tarefas, como a distribuição de boletins, o que não deixava de apresentar seus riscos e sobre a qual ela diz ter se tornado especialista.

Então eu peguei aqueles boletins, pus na minha bolsa, levei o envelope na..., que eu levava uma bolsa, tinha que levar marmita, não tinha restaurante, a gente tinha que levar comida de casa, o uniforme também para trocar lá, então eu enfiei aquilo tudo no meio da minha marmita e do meu uniforme, cheguei lá escondi, e depois que eu vesti o uniforme enfiei por dentro da calça assim. Nosso uniforme era uma calça

comprida, com bota e uma blusa. Então eu enfiei assim, e em cada lugar que eu ia, se eu ia tomar água, que era em outra seção, quando você ia tomar água você passava em outra seção, aí eu olhava para os lados, não tinha ninguém eu tirava alguns e punha ali. Aí eu ia ao banheiro e aproveitava que tinha que passar em outra seção, para ir também tinha que sair, por sorte minha, eu trabalhava na primeira seção, e era um galpão muito grande. Ainda tem um galpão ali ainda, se vocês passarem lá vocês vão ver. Aí eu passava e deixava. Todo lugar eu dava um jeitinho, não é? Eu ia numa máquina buscar uma peça, e tinha várias assim, e quando eu ia de uma máquina para outra eu dava um jeito, não tinha ninguém observando eu enfiava o papelzinho. (Conceição Imaculada de Oliveira. Entrevista concedida a Thiago Veloso e Isabel Leite, 23/09/2009).

Além de distribuir boletins na metalúrgica em que trabalhava, Conceição conta que começou a participar de reuniões com trabalhadores de outras fábricas, para quem ela levava os mesmos boletins do partido e informava sobre o que estava acontecendo.

Efigênia de Oliveira, irmã de Conceição, também começou sua militância nesse período. Trabalhadora da Norton do Brasil, ela conta que entrou para o Partido Comunista Brasileiro levada também por Benigno Silveira, seu vizinho e integrante da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos:

Primeiro porque eu tinha um vizinho que foi do Sindicato dos Metalúrgicos muito tempo. É uma figura histórica do Sindicato dos Metalúrgicos chamada Benigno Silveira. Era meu vizinho. Foi ele quem me levou para o Partido Comunista, ele era do Partido Comunista, não só eu, como muita gente, inclusive todos os meus irmãos, muita gente aqui da área da Cidade Industrial foi levada por ele, era militante mesmo do Partido Comunista, era sindicalista, foi do Sindicato dos Metalúrgicos, foi ele quem levou a gente. (Efigênia de Oliveira. Entrevista concedida à autora, 15/06/2016).

Além de Conceição e Efigênia, Benigno levou outros irmãos das duas metalúrgicas para o PCB: Antônio José de Oliveira e Eustáquio Pinto de Oliveira. Tiveram lugar nessa relação não somente a política, mas o convívio de vizinhança e os laços de amizade que se desenvolveram entre as famílias de Benigno e Efigênia.

Porque ele era um cara assim, primeiro, ele era muito carismático, tinha também os filhos dele que participavam, eram trabalhadores também, participavam da luta. Aquela juventude se junta, é amigo e tal, e aí a gente começou a frequentar a casa dele, nas conversas ele era uma pessoa extremamente simpática, muito tranquila, certo, muito tranquilo mesmo, calmo. E você foi começando com as conversas, com as conversas, até você... vai entrosando, quando você vê, você tá lá. (Efigênia de Oliveira. Entrevista concedida à autora, 15/06/2016).

Nas conversas na casa de Benigno, eram discutidas questões sobre a exploração do trabalho, “porque que a gente trabalhava tantas horas, o quê que representava aquelas horas de trabalho em termos de salário, o que representava em termos de lucro para o patrão”. O grupo também lia muito e debatia. “Foi aí que a gente (...) conheceu essa coisa de Marx, a história de

Marx, se lia, se discutia, fazia reuniões, como diz o outro, de educação política”. Porém, antes de as reuniões chegarem a esse ponto de formação política das quais Efigênia se lembra, ela conta que Benigno conversava primeiro sobre a importância de participar do sindicato.

(...) primeiro era muita conversa sobre o sindicato, a importância de participar do sindicato, de ir para o sindicato, ajudar a fazer a formação das comissões de fábrica, de ir para as assembleias, de filiar gente no sindicato, associar gente no sindicato, participar das reuniões e tal, começava por aí. Aí depois que ia avançando o processo. Porque se fosse, se começasse ao contrário, talvez as pessoas se assustassem. Ele tinha a forma dele de fazer isso. E, com isso, ele fez um grande trabalho. E é uma pessoa que praticamente você nem vê falar no movimento sindical. Eu não sei nem se ele consta em alguma coisa do sindicato de hoje. (Efigênia de Oliveira. Entrevista concedida à autora, 15/06/2016).

Assim, Benigno Silveira atuava abertamente na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e fazia um trabalho paralelo e clandestino objetivando atrair novos militantes para o PCB. Efigênia de Oliveira conta que, ao contrário de Conceição Imaculada, que tinha intensa atuação nas fábricas, começou seu trabalho de militância “primeiro pelo movimento no bairro, porque é onde você conhece mais as pessoas e, conhecendo mais pessoas, você sai do limite da sua fábrica”. Dessa forma, estabeleceu em sua militância uma ponte entre o movimento de bairro e o movimento sindical, já no início dos anos 1960.

A entrada das irmãs Conceição Imaculada e Efigênia de Oliveira no mundo da política, passando a militar no Partido Comunista, colocando-se como agentes de transformação social, constitui uma ruptura com a estrutura vigente, uma vez que as mulheres nesse contexto ocupavam posição submissa na cena política. Isso porque “a norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de ‘mães-esposas-donas-de-casa’”, como se observará, posteriormente, com os movimentos femininos que apoiaram o golpe militar de 1964 (RIDENTI, 1990, p. 1). Nesse sentido, tanto Conceição quanto Efigênia ingressaram em um duplo mundo masculino, o da política, com a militância partidária, e o do trabalho, enfrentando o ambiente machista no interior das fábricas.

1.6 “O Sindicato defende nossa lida, devemos apoiá-lo com ardor”⁸⁰

No início dos anos 1960, o Sindicato dos Metalúrgicos se envolveu em lutas de caráter nacional que tratavam não só da questão salarial, mas das condições de vida dos trabalhadores. É o caso do “Movimento contra a carestia”, que congregou sindicatos de outras

⁸⁰ Estrofe do Hino dos Metalúrgicos, letra e música de Carlos Alberto Lima.

categorias, movimento dos favelados, estudantes e donas de casa de Belo Horizonte, no qual o sindicato participou ativamente. Algumas reuniões de organização ocorreram inclusive na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, que também contribuiu com o fundo de propaganda do movimento e cedeu um alto-falante, utilizado nos comícios programados para acontecer em favelas, vilas, bairros operários e portas de fábricas⁸¹. Sobre a participação das mulheres nesse movimento, Conceição Imaculada comenta que, como o PCB atuava em alguns movimentos de forma clandestina, algumas mulheres, principalmente as esposas de militantes do partido, participaram do movimento contra a carestia responsabilizando-se, por exemplo, por fazerem pesquisas de preço e do custo de vida em açougues, padarias e supermercados da região industrial, de modo a subsidiar o movimento com dados concretos sobre as condições de vida dos trabalhadores⁸².

Esse movimento tinha um caráter nacional e foi organizado em outras capitais, tendo como objetivo demonstrar a insatisfação com o alto custo de vida e a carestia. O agente do Dops/MG que acompanhou uma das reuniões via o movimento com desconfiança. Para ele, “apesar de se propagar que o movimento será apenas para chamar atenção dos nossos governantes para a realidade dos problemas angustiantes do povo, obrigando-os a medidas urgentes, temo que possa servir de pretexto a desordem”⁸³.

Além disso, o sindicato lutou ao lado de outras entidades sindicais do Brasil para instituir o décimo terceiro salário, reivindicação encampada pelo recém-criado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), cuja conquista representou uma grande vitória para os trabalhadores e para o movimento sindical. A lei foi sancionada pelo presidente da República João Goulart em julho de 1962, mas as mobilizações continuaram, principalmente, no fim de 1962, para garantir o pagamento pelos empregadores da remuneração conquistada (DELGADO, 1986).

Os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem estavam atentos e acompanhavam a movimentação política nacional, como foi registrado em ata.

Em seguida é levantado o problema da situação nacional – vêm à baila, comentários de que há um clima forte de golpe governamental. Assim, entendemos que nos devemos manter – em estado de alerta – para, não sermos pegos de surpresa. Nesse sentido, será nossa palavra de ordem: – a paralisação do trabalho em sinal de protesto⁸⁴.

⁸¹ Ata da reunião da Diretoria do sindicato, 29 de maio de 1962.

⁸² Conceição Imaculada de Oliveira. Entrevista pública concedida a Sebastião Neto no 16/04/2018.

⁸³ Comunicado do investigador 766, 23 de maio de 1962. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0295, rolo 019, maio 1957-abr.1963, imagens 334 e 335.

⁸⁴ Ata da reunião da Diretoria do sindicato, 29 de maio de 1962.

Esse trecho evidencia que já em 1962 um clima de instabilidade política era sentido pelas lideranças metalúrgicas. Esse clima acompanhou todo o governo de João Goulart e teve início antes mesmo de sua posse como presidente – quando da renúncia de Jânio Quadros, em agosto do ano anterior – e da solução conciliadora de implantação do sistema parlamentarista de governo. Sobre isso, Marcos Napolitano (2014, p. 35) afirma que durante o ano de 1962, mesmo com a superação da crise do veto à posse de Jango, “o conjunto das forças políticas, da esquerda e à direita, trataria de sabotar o novo sistema de governo, a começar pelo próprio presidente. Solução meramente ocasional, o parlamentarismo não convencia ninguém da sua possibilidade de sucesso”. Diante disso, para esses dirigentes sindicais, era preciso manterem-se alertas contra um possível golpe e prontos para deflagrarem a paralisação do trabalho, caso fosse necessário, tendo em vista que a greve era o principal instrumento de pressão e o mais utilizado pelos trabalhadores para atingir seus objetivos naqueles anos (DELGADO, 1986).

A postura mais combativa do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem passou a gerar diversos tipos de pressões. Uma delas foi a verificação das contas do sindicato pela DRT/MG. Por ser uma prerrogativa garantida pela legislação trabalhista ao Ministério do Trabalho, era comum a esse órgão utilizar-se da não aprovação de contas das entidades sindicais como argumento para intervir nelas.

As empresas também procuravam pressionar da forma que podiam. A Mannesmann, por exemplo, reclamava de maneira recorrente do alto número de faltas dos diretores do sindicato que trabalhavam na companhia, chegando a oficializar as reclamações. O presidente da entidade, por sua vez, sempre respondia recorrendo à legislação⁸⁵. Contudo, isso não impediu que a empresa dispensasse seu funcionário e dirigente eleito do sindicato, Silvio Alves. A dispensa provocou protesto dos trabalhadores da fábrica em solidariedade ao sindicalista e obrigou a entidade a se reunir com a diretoria da Mannesmann para reverter a situação, já que a legislação trabalhista garantia estabilidade do emprego aos dirigentes sindicais.

Mas não só o Ministério do Trabalho, por meio de suas Delegacias Regionais, e as empresas estavam atentos ao sindicalismo brasileiro. Segundo Larissa Rosa Corrêa (2013), pelo menos desde o fim da Segunda Guerra, a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil já vinha chamando a atenção para a atuação das organizações dos trabalhadores, principalmente aquelas ligadas aos grandes setores da indústria. Com a criação da Aliança para o Progresso, programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado durante a Conferência Pan-Americana, realizada em agosto de 1961 no Uruguai e com a

⁸⁵ *Idem*, 3 de abril de 1962.

assinatura da Carta de Punta del Este nessa ocasião pelos Estados Unidos e mais 22 países do continente americano, entre eles o Brasil, a preocupação tomou forma de ação. A American Federation of Labor - Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) fundou em 1961 o American Institute for Free Labor Development (AIFLD), conhecido no Brasil como o Instituto Americano para o Sindicalismo Livre (Iadesil), que “lançou um programa de educação no Brasil a fim de formar novas lideranças capazes de implantar e desenvolver o modelo sindical norte-americano” (CORRÊA, 2013, p. 13).

Os trabalhos do Iadesil contavam com o apoio dos setores anticomunistas e conservadores do movimento sindical. Suas ações consistiam na realização de cursos e palestras para formação de lideranças sindicais no Brasil, bem como a organização de visitas e intercâmbios entre sindicalistas brasileiros e estadunidenses (CORRÊA, 2013). Nessa época, era comum a promoção de viagens de dirigentes sindicais brasileiros para os Estados Unidos com financiamento da Embaixada dos Estados Unidos. Larissa Corrêa (2013, p. 14) considera ainda que muitos sindicalistas que teriam um papel importante durante a ditadura militar “participaram das atividades promovidas pelo Iadesil e mantinham vínculos estreitos com o sindicalismo norte-americano”.

Onofre Martins Barbosa, tesoureiro da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, é um exemplo que se encaixa na argumentação da autora. Em julho de 1962, Onofre solicitou uma licença das suas funções da diretoria da entidade, em virtude de “ter sido convocado pela Embaixada Americana – para um curso de especialização nos Estados Unidos – concorrendo a uma bolsa de oito semanas”, de agosto a outubro daquele ano ⁸⁶. Seu retorno deu-se sem alarde, Onofre retomou suas atividades sindicais em outubro, conforme acordado, não havendo sequer um informe sobre o teor do curso realizado nos EUA. Em abril de 1964, para surpresa de alguns e confirmação das desconfianças de outros, Onofre Martins Barbosa seria nomeado interventor no Sindicato dos Metalúrgicos pelo “Comando Revolucionário”, modo como os golpistas denominaram o grupo criado para encaminhar as decisões e ações, incluindo os atos repressivos, depois do golpe civil-militar de 1964.

Enquanto o tesoureiro esteve fora, muita coisa aconteceu. No fim de agosto de 1962, o sindicato iniciou o “Movimento pró-aumento de salários”, chegando a ocorrer uma reunião de conciliação com os empregadores na Delegacia Regional do Trabalho. Como não houve acordo, em 15 de setembro de 1962 foi deflagrada a greve dos metalúrgicos por aumento salarial. Essa greve não teve somente motivação econômica, tendo em vista que ela eclodiu no

⁸⁶ *Idem*, 24 de julho de 1962.

mesmo dia em que foi deflagrada pelo CGT a greve geral em todo o Brasil, como foi noticiado no jornal da capital.

Milhares de operários das indústrias da Cidade Industrial de Belo Horizonte, logo que receberam o comunicado de greve geral do Comando Geral dos Trabalhadores, entraram em greve, fazendo com que várias companhias da Polícia Militar se locomovessem para o local, a fim de impedir distúrbios. (...) Também o Departamento de Ordem Política e Social esteve na Cidade Industrial⁸⁷.

Além da Polícia Militar e do Dops, o Exército foi acionado para “proteger” as fábricas⁸⁸. Nenhuma liderança foi presa, pois as “autoridades” alegaram que não era necessário intervir, por se tratar de movimento pacífico. A greve organizada pelo CGT reivindicava a revisão dos níveis do salário-mínimo, medidas contra a carestia e a antecipação do plebiscito para definição do regime de governo, se parlamentarista ou presidencialista⁸⁹. Teve duração de 12 horas e foi chamada de “greve de advertência”.

No dia 18 de setembro foi publicada uma nota do Comando Geral dos Trabalhadores de Minas Gerais comunicando “à gloriosa classe trabalhadora” que por ordem do Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil a greve geral havia terminado e que todos deveriam voltar ao trabalho⁹⁰. Informaram ainda que as categorias como “a de Metalúrgicos de Belo Horizonte que estão em greve por reivindicações salariais só deverão voltar ao trabalho por determinação de seus sindicatos”⁹¹.

Assim, na Cidade Industrial, a greve geral dos metalúrgicos teve dois objetivos: engrossar politicamente a “greve de advertência” encampada pelo CGT e reivindicar aumento salarial da categoria. Esse movimento foi deflagrado antes mesmo de se comunicar à Delegacia Regional do Trabalho a decisão da assembleia dos trabalhadores, conforme era estabelecido pela legislação trabalhista, abrindo uma fresta nas regras da estrutura sindical brasileira. A situação contou com a mediação do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, como em momentos anteriores, para solucionar o impasse e colocar fim à greve. Os trabalhadores saíram vitoriosos e o sindicato fortalecido em suas reivindicações econômicas pela conquista do percentual pleiteado. Ele também se fortaleceu politicamente, sendo

⁸⁷ GREVE em Minas atingiu em cheio a Cidade Industrial. **Folha de Minas**, Belo Horizonte, 15 de setembro de 1962, s/n, matéria de capa.

⁸⁸ GREVE de advertência durou apenas 12 horas. **Folha de Minas**, Belo Horizonte, 16 de setembro de 1962, s/n, matéria de capa. A categoria dos bancários de Belo Horizonte também participou da greve de advertência deflagrada pelo CGT.

⁸⁹ COMANDO dos trabalhadores anuncia fim da greve e reivindicações atendidas. **Folha de Minas**, Belo Horizonte, 18 de setembro de 1962, p. 3.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ *Ibidem*.

reconhecido como uma força importante em Minas Gerais, por ter participado de uma luta política mais ampla que fortaleceu o movimento sindical brasileiro como um todo, ao realizar greve geral pela antecipação do plebiscito e sair vitorioso.

Na primeira reunião da diretoria depois da greve, o movimento foi avaliado como “memorável”:

(...) o companheiro presidente colocou em pauta assunto relativo ao memorável movimento da nossa greve pela conquista de aumento salarial, cujo foi o maior até então conseguido por uma corporação no Estado, por decisão do TRT, (...) elogiou principalmente a atuação de todos os diretores do sindicato, como também do Comando Geral de Greve, que se portou à altura da grandiosidade do nosso sindicato⁹².

O sucesso do movimento nessa avaliação foi devido à atuação dos diretores e do Comando Geral de Greve. Outros agradecimentos foram registrados em ata e encaminhados por ofício àqueles que ajudaram na greve: aos dirigentes de outros sindicatos, aos deputados, à imprensa e aos advogados do sindicato. Um agradecimento especial “pelo carinho, desvelo e demonstração de luta, com que ajudou à Diretoria e o Comando de Greve, quando da nossa última batalha salarial”⁹³ foi dirigido à esposa do presidente do sindicato Benigno Silveira, a senhora Zita Librelon Silveira, por Ênio Seabra. O agradecimento a uma mulher numa conjuntura de luta radicalizada chamou a atenção, em que pese o lugar de esposa de um dirigente sindical que Zita ocupava, sendo nessa condição a sua homenagem. Além disso, se por um lado foi ressaltada sua demonstração de luta, por outro, duas coisas receberam igual destaque: o carinho e o desvelo, características atribuídas às mulheres e que se relacionam à maternidade. Com toda certeza, nenhum homem depois de uma greve seria elogiado por seus companheiros por seu carinho e desvelo, pois essas características não condizem com o universo masculino.

1.7 Uma estranha aliança para tirar a “turma do Partidão”

Em 1963, foi eleita a nova direção do sindicato para o biênio 1963/1965. Da diretoria anterior mantiveram-se Onofre Martins Barbosa, agora presidente do sindicato, Ênio Seabra, vice, e João Pio de Souza, tesoureiro. É possível visualizar com mais nitidez a presença de outras forças políticas no meio metalúrgico além do PCB, o que de certa forma retoma as tendências políticas analisadas por Reinaldo Muniz (1984). A primeira delas, com um

⁹² Ata da reunião da diretoria do sindicato, 25 de setembro de 1962.

⁹³ *Idem*, 16 de outubro de 1962.

comportamento mais progressista, era representada por Ênio Seabra e Mário Bento, que mais tarde passariam a compor os quadros da Ação Popular (AP) na região. Já Onofre Martins Barbosa, que assumiu a presidência de um sindicato que até aquele momento havia participado de diversas lutas políticas progressistas no cenário local e nacional, acabara de fazer curso sindical nos Estados Unidos e representava uma concepção essencialmente burocrática da administração sindical, cultivando laços estreitos com os patrões e o Ministério do Trabalho, além de exprimir um comportamento político conservador e de adesão à ditadura militar, como os meses seguintes iriam demonstrar.

Sobre essas eleições, Ênio Seabra comenta que “naquele tempo evitava ter chapa concorrente, duas chapas”, uma espécie de combinado entre os interessados em assumir a diretoria da entidade. No entanto, em 1963 o acordo não teve efeito. Foram organizadas duas chapas para concorrer às eleições: uma que contava com membros do PCB, tendo à frente Benigno Silveira, e outra, chamada de oposição, da qual Ênio Seabra tomou parte. Essa decisão de fazer “oposição à turma do Partidão” é explicada por ele da seguinte forma:

(...) em 63 eu já comecei a notar mais a política dentro do sindicato, o partidarismo, essas coisas todas, as influências. Eu comecei a achar que tinha muita política prejudicando o trabalhador. E resolvemos fazer uma outra chapa e nessa chapa eu já fiquei como vice-presidente. E o presidente era uma pessoa, não era muito bem-quisto, não, mas infelizmente a gente não tinha muita opção. Porque a gente já fez uma oposição à turma do Partidão. (Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995).

A explicação de Ênio Seabra sobre a articulação de uma chapa de oposição nas eleições sindicais de 1963, a ponto de convidarem Onofre Martins, que, como ele mesmo afirma, não era bem-quisto, centra-se no seu incômodo em relação ao que considerou partidarização do sindicato. Contudo, ao afirmar “que tinha muita política prejudicando o trabalhador”, seu argumento se dissolve, pois, quando analisadas as ações da diretoria eleita, é clara a continuidade no trabalho que vinha sendo feito pela gestão anterior, tanto na esfera das questões trabalhistas quanto no envolvimento no debate político mais amplo. O próprio Ênio, nesse período, participava de diversas discussões políticas de caráter nacional ao lado de outros sindicatos da categoria e do Comando Geral dos Trabalhadores. Nesse sentido, o que parecia estar em questão era a retirada do PCB da diretoria do sindicato. E o fato de escolherem um sindicalista que acabou de retornar dos EUA é mais do que significativo, já que a maior preocupação dos estadunidenses era reduzir a influência comunista onde fosse possível.

Teve sequência, por exemplo, o trabalho com os delegados de fábrica, ainda que alguns dirigentes vissem a necessidade de reformular a forma como vinha sendo feito.

Estabeleceram que a escolha dos delegados não deveria ser feita pelo sindicato, mas pelas bases, ou seja, pelos operários, e em cada empresa deveriam escolher seus delegados, “uma vez que somente eles conheciam seus líderes”⁹⁴. Porém, o trabalho junto aos delegados de fábrica ou para escolha dessas lideranças apresentava desafios. Os dirigentes apontavam a necessidade de uma presença maior deles nas portas das fábricas para incentivar os trabalhadores a tornarem-se delegados. Além disso, chamavam a atenção para o receio que alguns operários tinham de indicar colegas de trabalho, pois sabiam da possibilidade de perseguição na firma. A Mannesmann, por exemplo, vinha aumentando a perseguição dentro da siderúrgica, chegando mesmo a dispensar operários sindicalizados, conforme denúncia feita pelo dirigente sindical Silvio Alves, também funcionário da empresa⁹⁵.

Ainda sobre a correlação de forças políticas no sindicato, algo digno de nota é o que podemos chamar de presença quase ausente do presidente do sindicato Onofre Martins Barbosa – pelo menos é que fica evidenciado nos registros das reuniões. É possível observar, ao longo da trajetória do sindicato, uma predominância nas atas do registro da palavra da figura do presidente em exercício, sua opinião com frequência é valorizada e raras são as vezes em que é contrariada. No caso de Onofre Barbosa, denominou-se como presença quase ausente, pois é sabido que ele comparecia às reuniões, já que sua assinatura consta ao final de todas as atas. Contudo, a força dos demais membros do grupo se colocava de tal maneira dentro do sindicato, nas tomadas de decisão, que ele pouco aparecia e suas opiniões acabavam por ter um caráter mais burocrático e administrativo, isso quando não eram criticadas e/ou ignoradas.

Ao longo dos meses, as divergências entre o presidente da entidade e alguns membros da diretoria e vice-versa foram se acirrando, a ponto de serem registradas em ata. As discordâncias iam de coisas mais corriqueiras até o modo de encaminhar questões relativas ao trabalho com a categoria. Isso se vê, por exemplo, na crítica de Onofre Barbosa a Mário Bento, por este ter convidado dois estudantes para auxiliá-lo na campanha de sindicalização. A questão foi colocada em votação pela diretoria, com quatro votos a favor e um contra (no caso o de Onofre) à participação de estudantes junto ao sindicato⁹⁶.

Ênio Seabra chegou a expor em reunião suas ressalvas quanto a Onofre Martins Barbosa, que se defendeu e discordou da afirmação. Em um arroubo de autoritarismo, Onofre, no fim de uma reunião que antecedeu a campanha salarial, “disse que se algum companheiro

⁹⁴ *Idem*, 7 de maio de 1963.

⁹⁵ *Idem*, 9 de julho de 1963. Os trabalhadores da Mannesmann, em virtude disso, solicitaram uma assembleia com o sindicato para tentar resolver a questão com a empresa.

⁹⁶ *Idem*, 13 de agosto de 1963.

fosse representar o sindicato, só poderia ser feito com ordem dele!!!”⁹⁷. Ao que parece, o secretário do sindicato que elaborou a ata, desejando aproximar-se do tom da fala de Onofre, finaliza a frase com três pontos de exclamação. A reunião se encerrou depois disso e o assunto não foi retomado no encontro seguinte.

Teve início a campanha salarial. O jornal *Estado de Minas* esteve presente na assembleia dos metalúrgicos e descreveu em detalhes o que se passou na reunião. Segundo a notícia, o auditório estava repleto e por todo lado se viam faixas coloridas com os dizeres: “100 por cento ou greve” e “greve, hoje”. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Onofre Martins Barbosa, expôs aos trabalhadores o conteúdo das negociações com os empregadores, que ofereciam aumento de 70%, e não os 100% que a categoria reivindicava. Onofre então “aconselhou o plenário a aceitar a proposição, mas foi apupado por um grupo”⁹⁸. Mesmo diante da postura desmobilizadora do presidente do sindicato e do apelo “ao bom senso” dos trabalhadores pelo deputado estadual João Gomes Pimenta, o Dazinho, que informou ter conhecimento de rumores de estado de sítio no país⁹⁹, a assembleia colocou em votação e aprovou a proposta de greve. Imediatamente, membros da diretoria da entidade deram início à formação dos piquetes. Pelo que o jornal descreve do movimento, dessa vez os ânimos dos metalúrgicos pareciam estar mais exaltados.

Pouco depois dos metalúrgicos terem se declarado em greve, a zero hora de hoje, começou a surgir agitação na Cidade Industrial, com ataques a instalações de algumas empresas como a Mannesmann e a CEMIG e outras. Houve mesmo uma tentativa dos agitadores de desligar a energia da cidade, nas subestações da CEMIG na Cidade Industrial e no Barreiro¹⁰⁰.

Em função disso, centenas de policiais concentraram-se na Cidade Industrial. Houve confronto entre trabalhadores e militares, e alguns operários foram detidos¹⁰¹. Em 19 de setembro de 1963 o sindicato estabeleceu um acordo com os empregadores junto ao Tribunal Regional do Trabalho e garantiu aumento de 90%¹⁰². Embora tenha resultado em mais uma vitória para o sindicato, essa campanha salarial acirrou o conflito existente na entidade, quando o presidente do sindicato foi questionado por sua postura. Recaíram sobre Onofre

⁹⁷ *Idem*, 24 de setembro de 1963.

⁹⁸ ENTRARAM em greve os metalúrgicos. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 17 de setembro de 1963, s/p, matéria de capa.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ Segundo o jornal *Estado de Minas*, os operários detidos eram Raimundo Graciano Alves, Geraldo Guimarães Félix, Pedro Vieira Mota e Raimundo Lage. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 19 de setembro de 1963, s/p, matéria de capa.

¹⁰² **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 19 de setembro de 1963, s/p, matéria de capa.

Martins Barbosa pesadas acusações, desde ter sido visto entrando pela portaria dos fundos da Mannesmann durante a greve, sem conhecimento da diretoria; ineficiência nos encaminhamentos do caso da Mafersa; filiação à Federação sem informar à diretoria; até recebimento de dinheiro de patrões. Onofre, por sua vez, defendeu-se das críticas¹⁰³, mas o clima na diretoria continuou tenso, tornando a situação insustentável.

Em novembro de 1963, o presidente da entidade apresentou pedido de licença alegando a necessidade de tratamento de saúde¹⁰⁴. O pedido foi colocado em votação e aceito por todos. Ênio Seabra assumiu a presidência do sindicato interinamente e junto aos demais membros da diretoria deu continuidade às ações da entidade. Em meio às participações em congressos, discussões sobre a necessidade de retomar o trabalho de organização dos delegados das fábricas na Cidade Industrial, bem como limpeza do terreno comprado pelo sindicato nessa região, a fim de concretizar o projeto de instalação de uma subsede no local, que se seguiu nos primeiros meses de 1964, outro acontecimento mudaria o rumo das coisas: um golpe de Estado. Golpe arquitetado pelas Forças Armadas e pela elite econômica e política brasileira, com amplo apoio social dos setores da classe média, da Igreja e da imprensa. Golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart, dando início à perseguição aos movimentos populares, entre eles o movimento operário e sindical, e a 21 anos de ditadura no Brasil.

O Sindicato dos Metalúrgicos, por constituir-se como força política no cenário sindical no estado e no Brasil, atuando de maneira contundente nas reivindicações trabalhistas, mas também assumindo uma postura progressista frente às lutas políticas mais amplas no contexto do início da década de 1960, também sofreria as consequências do golpe e da ditadura militar. Ora com suas lideranças e ativistas sindicais sendo perseguidos e tendo de criar estratégias para resistir, ora com seus dirigentes aderindo e/ou acomodando-se à nova situação imposta pelo novo regime, como será analisado adiante.

¹⁰³ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 12 de outubro de 1963.

¹⁰⁴ *Idem*, 26 de novembro de 1963.

CAPÍTULO 2 - GOLPE E RESISTÊNCIA NO MOVIMENTO SINDICAL DOS METALÚRGICOS DE BH/CONTAGEM

2.1 “Era uma resistência silenciosa...”

O dia do golpe foi assim, você amanheceu chocada, não é? Porque aí você começou a ver as notícias no rádio, naquele tempo nem era televisão, era rádio, você ouvia muito rádio, no rádio fulano foi preso, e teve golpe e o Exército está marchando não sei para onde e essa coisa toda. Você chega na fábrica e está aquele clima. Horrível. E você sabe que aquelas pessoas estavam sendo presas e isso e aquilo e aí você óh *fecho-éclair* na boca, não abre a boca para dizer nada, não se conversava sobre nada e você sentindo aquele clima ruim de vigilância, de tudo, não é? E você começa a ver a movimentação de polícia na rua, de Exército na rua. E aí pessoas que você via constantemente, você não via mais, de repente você tinha notícia que foi preso, tinha notícia que morreu, tinha notícia que sumiu. Isso foi tipo um choque grande, não é? Muito grande mesmo. E a recuperação disso foi muito difícil, não foi fácil, o sofrimento da gente foi muito grande, porque de repente pessoas, assim, que você convivia, que você tinha aquela admiração e que você tinha mesmo uma amizade muito grande, que você confiava, que você sabia o que aquela pessoa queria, você não encontrava mais aquela pessoa, você não podia mais encontrar, e se encontrava era escondido, clandestino, de repente aquela pessoa era presa ou sumia, ah foi muito, muito difícil. Foi muito difícil, são lembranças assim muito pesadas mesmo e muito difícil mesmo. (Efigênia de Oliveira. Entrevista concedida à autora, 15/06/2016).

É assim que Efigênia de Oliveira, operária e militante do Partido Comunista Brasileiro, recorda-se do golpe civil-militar que depôs o presidente eleito João Goulart, evento que marcou a história do Brasil e a vida dela em particular. Choque e sofrimento são os sentimentos que predominam na lembrança dela sobre o dia do golpe. Silenciamento, vigilância e o clima ruim na fábrica onde trabalhava, a polícia e o Exército nas ruas, pessoas admiradas sendo presas e/ou sumindo são para Efigênia lembranças difíceis de acessar. Ao lado disso, o não poder falar, os encontros clandestinos, a sensação de amordaçamento e a dificuldade de recuperação emocional e política também surgem em sua memória.

E quando o golpe, assim, apertou mesmo, recrudesciu, que começou mesmo a prender, a matar, a torturar, aí que a tragédia foi pior ainda, não é? Porque você sabia de tudo isso. E o que que você podia fazer? Pouco ou nada. Você estava totalmente amordaçado, impedido de fazer qualquer coisa, era uma resistência silenciosa, certo? Que dentro de você não morria, seu espírito de luta estava ali, mas era aquela resistência silenciosa. Até que aos poucos foi começando a juntar de dois aqui, de três ali, quatro lá, certo? Para ir conseguindo essa resistência e com o tempo a gente conseguiu isso que foram aquelas primeiras greves metalúrgicas que houve aqui, que teve em São Paulo, que teve aquele grande confronto com o Ministério do Trabalho, aquelas coisas todas. Então aquilo já tinha, assim, já tinha acumulado força para chegar naquilo ali, só que o nível de organização era muito frágil para um nível de organização que o golpe militar tinha, que a direita que se instalou no poder tinha. (Efigênia de Oliveira. Entrevista concedida à autora, 15/06/2016).

Nesse trecho das memórias de Efigênia não há uma diferenciação entre o golpe e o regime militar que se estabeleceu em seguida; é como se fosse tudo uma coisa só. Foi o golpe que recrudescer e começou a prender, a matar e a torturar. Desse modo, para ela o golpe ganha contornos tão marcantes que parece se tornar um evento síntese de tudo o que aconteceu depois. Nos dois fragmentos trazidos aqui, Efigênia faz uso constante do “você” para falar de sua experiência pessoal. Talvez por ser uma lembrança traumática, o uso de um genérico “você” em lugar do “eu” seja uma forma de se distanciar do ocorrido, ou ainda uma maneira de coletivizar sua experiência pessoal. O que fica evidente em sua reconstrução memorialística do golpe é que o significado desse evento, para ela, está associado a prisão, tortura, perseguição de pessoas admiradas e morte, além de certa descrença na capacidade de enfrentá-lo.

A experiência de Efigênia de Oliveira representa uma dentre muitas formas de vivenciar o golpe e a ditadura militar. Ela tem uma trajetória de militância no movimento sindical metalúrgico, nos movimentos de bairro na região da Cidade Industrial, no PCB e, posteriormente, na organização de esquerda Corrente Revolucionária, uma dissidência do partido. A experiência dessa operária é a da resistência, e suas memórias, ainda que realizem avaliações no presente sobre seu passado, reafirmam esse lugar. Porém, os comportamentos e atitudes sociais dos trabalhadores metalúrgicos da Cidade Industrial, sejam eles dirigentes sindicais, ativistas de base, militantes de partidos de esquerda e/ou organizações, bem como trabalhadores comuns, diante do novo regime instaurado depois de 1964, são mais complexos do que podem parecer num primeiro momento, e as memórias que esses atores sociais construíram ao longo do tempo também não são unívocas.

Nesse sentido, algumas perguntas orientam o percurso na construção deste capítulo: qual o impacto do golpe civil-militar e da ditadura militar sobre os trabalhadores metalúrgicos da Cidade Industrial e seu sindicato nesse primeiro momento? Como eles se lembram desse evento? Houve alguma reação dos trabalhadores engajados em partidos e organizações de esquerda ao golpe? O que aconteceu com o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, seus dirigentes e ativistas?

2.2 O golpe civil-militar e a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos (1964-1965)

No ano de 1964, segundo dados do Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais, a Cidade Industrial de Contagem contava 95 empresas funcionando e 16.463 operários trabalhando. Quando teve início a ditadura militar no Brasil, a região havia se

consolidado como o maior parque industrial do estado de Minas Gerais e um dos maiores do país. Diante disso, o impacto do novo regime seria sentido ali, tanto pelos empresários, que se beneficiaram da política econômica da ditadura, quanto pelos trabalhadores e trabalhadoras, que experimentaram em seu dia a dia os efeitos da política salarial e econômica do novo governo e da repressão ao movimento operário e sindical¹⁰⁵.

Na madrugada de 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho, à frente de uma coluna de recrutas, deflagrou a ação golpista. Partiu da cidade de Juiz de Fora/MG em direção à capital federal para, segundo os golpistas, “libertar” o Brasil de supostas forças comunistas e subversivas. A rebelião militar adensou-se em várias partes do país no 1º de abril e rapidamente transformou-se em um golpe de Estado, consumado pela declaração de “vacância” da presidência da República pelo Congresso Nacional no dia seguinte, provocando, assim, a deposição de João Goulart.

O golpe civil-militar, expressão criada por René Dreifuss (1981) e já amplamente difundida, congregou atores sociais diversos sob uma mesma bandeira: a do anticomunismo (MOTTA, 2002). Nem só de militares fez-se o golpe, que contou com a participação civil no aprofundamento do clima de instabilidade política, de setores mais conservadores da Igreja Católica, donas de casa empunhando terços nas ruas de várias cidades brasileiras contra o comunismo e a favor da família; políticos, donos de jornais e empresários¹⁰⁶.

O golpe veio, mas a resistência a ele de forma generalizada, não. Da parte dos trabalhadores, uma greve geral foi conclamada pelo Comando Geral dos Trabalhadores. Apesar da adesão de importantes setores da economia e de algumas cidades do Brasil, a pressão grevista não foi suficiente para barrar o golpe. Para Marcelo Badaró Mattos (2005), os trabalhadores do Rio de Janeiro resistiram da forma como lhes cabia fazer, agiram de acordo

¹⁰⁵ Segundo um estudo de viabilidade de criação do Centro das Indústrias de Contagem (CINCO), em 1966, a Cidade Industrial contava com 105 indústrias em funcionamento, praticamente esgotando a capacidade de ampliação do parque na área do hexágono. Cf. PROJETO “CINCO”, 1968.

¹⁰⁶ Em Minas Gerais, vários empresários ligados à Fiemg integraram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais de Minas Gerais (Ipes/MG), órgão criado em 1962, nos moldes dos Ipes do eixo Rio-SP, em 1961, e posteriormente o grupo denominado “Novos Inconfidentes”. Os Ipes tinham duas faces, uma pública, que objetivava fazer pesquisas socioeconômicas e desenvolver ações de fortalecimento da democracia, e outra face clandestina, que organizava propagandas massivas contra o comunismo e para desestabilizar o governo de João Goulart de “modo a criar condições propícias para a ação militar”. O instituto foi criado por empresários ligados aos interesses multinacionais-associados e militares a fim de desencadear uma reação empresarial ao que eles consideravam ser uma tendência esquerdista da sociedade brasileira. Os “Novos Inconfidentes”, grupo conectado ao Ipes/MG, caracterizaram-se como uma frente conservadora-oposicionista, unificada pelo forte sentimento anticomunista e antipopulista, esse último identificado com sua capacidade de mobilização das camadas subalternas. O grupo congregava empresários, militares, intelectuais, estudantes universitários e membros da Igreja Católica. Reunia-se no 11º andar do edifício Acaiaca, no centro de Belo Horizonte, na sede do Sindicato Patronal da Indústria Têxtil, e foi responsável por desenvolver ampla campanha contra o presidente João Goulart e seu governo (STARLING, 1986).

com um repertório ao qual eles estavam acostumados e vinham sendo vitoriosos nos anos anteriores: a greve geral. Em depoimento de Batistinha citado por Mattos (2005), o líder ferroviário afirma que “a classe operária fez seu papel, parou o Brasil”. Contudo, se é um exagero pensar que os trabalhadores pararam o Brasil em 1964, não seria exagero reconhecer que em algumas cidades houve, sim, reação ao golpe por parte dos trabalhadores. Na Baixada Santista, já em 31 de março, por iniciativa dos estivadores, o porto de Santos/SP encontrava-se totalmente paralisado. No dia 1º de abril, nenhum serviço de bonde e de trem trafegou. Em Cubatão/SP, indústrias como a Refinaria Presidente Bernardes e a Cosipa permaneceram paralisadas, sendo que a primeira registrou 21 dias de paralisação, abrindo confronto entre trabalhadores e forças militares. Os portuários também fizeram greve, mas quando essa não teve mais como continuar eles seguiram com uma “operação tartaruga” (SILVA, 1992). Fernando Teixeira da Silva (1992, p. 389) inova em sua interpretação ao afirmar que, “mesmo com as prisões e a fuga de dirigentes sindicais, o movimento não demonstrava sofrer de acefalia: os trabalhadores eram sua cabeça e direção”. Sendo assim, a greve teria acabado muito mais em função da repressão policial do que pela falta de organização e direção dos trabalhadores. Yuri de Carvalho (2014) também aborda as greves do Rio de Janeiro e da Baixada Santista, já conhecidas, mas traz outros exemplos para demonstrar que houve reação dos trabalhadores ao golpe em outras partes do país, como nas cidades de Santa Maria/RS, Criciúma/SC, Rio Tinto/PB e a greve geral do estado de Alagoas. Em Minas, destaca-se a ação dos mineiros de Nova Lima, Raposos e Rio Acima. Esses trabalhadores da Mina de Morro Velho seguiram as orientações do CGT e cruzaram os braços, resistindo por dois dias¹⁰⁷.

Em Belo Horizonte e Contagem, na região da Cidade Industrial, no entanto, não houve greve contra a deposição de Jango e como estratégia de resistência por parte dos trabalhadores. Conceição Imaculada de Oliveira, operária da Metalúrgica Santo Antônio e militante do Partido Comunista Brasileiro à época, afirma que no dia do golpe seguiu para a fábrica normalmente para trabalhar, quando no caminho soube do que havia ocorrido. Ao chegar ao trabalho, conversou com alguns “companheiros” de militância e, juntos, esperaram orientações dos mais “velhos”, forma como ela chamava os militantes mais antigos do partido. Seguiram esperando toda a tarde e a noite, porém nada aconteceu: “Estávamos dispostos, se alguém tivesse entregado uma arma ou dado uma ordem, iríamos resistir. Mas isso não aconteceu. Nós não fazíamos nada sem orientação do partido”¹⁰⁸. Assim, não houve

¹⁰⁷ RELATÓRIO Final da Comissão da Verdade em Minas Gerais, 2017, p. 38.

¹⁰⁸ Essas informações foram anotadas em uma entrevista com Conceição Imaculada de Oliveira, realizada por Carolina Dellamore e Ronald Rocha, Contagem, MG, 2 de dezembro de 2015. Foi um encontro promovido pela

resistência dos trabalhadores e dos comunistas na Cidade Industrial, nem armada nem por meio do repertório de luta conhecido: a greve geral. O que Conceição ainda não sabia, enquanto esperava orientações na fábrica, era que muitas das lideranças do PCB que ela conhecia já haviam sido presas ou tiveram de se refugiar logo no primeiro momento, afinal, com o golpe iniciado por Minas Gerais, os golpistas rapidamente começaram a prender pessoas ligadas aos movimentos populares e aquelas consideradas associadas ao comunismo.

O que se seguiu em Belo Horizonte alguns dias depois do golpe foi comemoração. Líderes do golpe como o governador Magalhães Pinto foram recebidos como heróis, com chuva de papel picado no centro da cidade. A Federação dos Círculos Operários Católicos de Minas Gerais, “considerando a gravidade da situação política nacional agravada nos últimos meses com a implantação comunista em quase todos os setores da vida brasileira”, declarou integral apoio às Forças Armadas e às autoridades civis na “revolução gloriosa pela libertação da nossa Pátria” e ainda conclamou os “60 mil circulistas e os trabalhadores mineiros” “à vigilância cívico-democrática”¹⁰⁹. Dias depois, a federação, seguindo orientação da Confederação dos Círculos Operários do Brasil para realização de campanha de esclarecimento aos trabalhadores visando às próximas eleições sindicais, reuniu-se em sua sede, em Belo Horizonte, para organizar cursos com o objetivo de preparar os trabalhadores para exercerem “uma autêntica liderança sindical”¹¹⁰. Para o secretário executivo da Federação dos Círculos Operários Católicos de Minas Gerais, José Gabriel de Freitas, deveriam ser banidos do movimento sindical “não apenas os comunistas e os agitadores, mas os oportunistas e pelegos”¹¹¹. Nascidos nos anos 1930, os Círculos Operários tinham suas ações voltadas para a assistência social e formativa aos trabalhadores. Baseavam-se no ideário de harmonia social, progresso e ordem, buscavam legitimar a presença da Igreja Católica no espaço do trabalho e afastar os trabalhadores do comunismo (SOUZA, 2002). Nesse sentido, observa-se como o ideário e as práticas do movimento circulista resistiram à passagem do tempo.

Os empresários ligados à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) também ficaram satisfeitos e comemoraram a vitória contra “o sindicalismo subversivo”,

Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Na ocasião, Conceição não autorizou a gravação da entrevista.

¹⁰⁹ FEDERAÇÃO de Círculos Operários conclama os trabalhadores à vigília democrática. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 10 de abril de 1964, p. 4.

¹¹⁰ LIDERANÇA sindical de Operários, e não de agitadores e oportunistas conclama os trabalhadores à vigília democrática. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 26 de abril de 1964, p. 4.

¹¹¹ *Ibidem*. Os Círculos Operários Católicos surgiram em Pelotas, no Rio Grande do Sul, em 15 de março de 1932.

representada pelo bem-sucedido golpe que depôs o presidente Jango. Em editorial da *Revista Vida Industrial* de abril de 1964, o empresário e membro da Fiemg Nansen Araújo escreveu:

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, no instante em que se concretiza a vitória de mais um movimento mineiro pela preservação da democracia e pelo respeito aos princípios constitucionais, dirigem-se aos homens de empresa e à coletividade industriária, expressando seu júbilo pela retomada do ritmo de ordem e trabalho que assegura o processo de nosso desenvolvimento econômico¹¹².

Em outra passagem, o empresário chama a atenção para o fato de os “homens de empresa” terem advertido “os poderes da República” para o perigo da “infiltração vermelha” e a ameaça do “sindicalismo subversivo”, pedindo “tranquilidade para o trabalho, condenando a inflação desenfreada, a indisciplina, as espúrias organizações e o sindicalismo revolucionário”¹¹³.

Fato é que a classe trabalhadora experimentou, no início dos anos 1960, uma ascensão como importante força política. Isso se deveu à ampliação das lutas sindicais que exigiam melhorias de salário e condições de vida, mas também maior participação dos trabalhadores nas decisões políticas, além da efetivação de reformas estruturais (DELGADO, 1986, p. 26).

O Comando Geral dos Trabalhadores, criado em 1962, surgiu exatamente como parte desse processo de crescimento das lutas sindicais, acabando inclusive por liderá-las no período imediatamente anterior ao golpe de 1964 (DELGADO, 1986). A criação do comando, as constantes greves gerais ou as simples ameaças de greve, as pressões sobre o presidente vindas do CGT, as manifestações públicas na imprensa e os grandes comícios dos anos 1960 pelas reformas de base fizeram com que os trabalhadores experimentassem um protagonismo na história do Brasil, a ponto de amedrontarem as elites econômicas e políticas. Tanto que no dia 30 de março de 1964, dois dias antes de se consumar o golpe que depor Jango, três líderes operários e sindicalistas foram presos “preventivamente” pela Polícia Militar de Minas Gerais: Clodesmidt Riani, operário eletricitista e à época presidente do Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil; Sinval Bambirra, tecelão e presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis de Minas Gerais; e José Gomes Pimenta (Dazinho), operário da mineração de ouro, tendo sido anteriormente presidente do Sindicato

¹¹² ARAÚJO, 1964.

¹¹³ A advertência a que se refere Nansen Araújo foi feita por meio de um manifesto assinado por entidades empresariais de Minas Gerais e posteriormente publicado na *Revista Vida Industrial* com o título “Classes produtoras condenam sindicalismo subversivo”. **Revista Vida Industrial**, Belo Horizonte, ano X, ago-out 1963, s/p.

dos Trabalhadores na Indústria da Exploração de Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima. Na ocasião, os três eram também deputados estaduais por Minas Gerais, eleitos nas eleições de 1962, Riani e Bambirra pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e Dazinho pelo PDC (Partido Democrata Cristão). Acusados de subversão, filiação ao PCB e falta de decoro parlamentar, tiveram seus mandatos parlamentares cassados sumariamente em 8 de abril de 1964 por seus colegas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (DELGADO, 2010, p. 80 e 88)¹¹⁴.

Assim como o CGT, algumas confederações, federações de trabalhadores e diversos sindicatos brasileiros despontaram como força política e sindical importante nesse momento no país, seja no plano nacional seja no regional. Em termos regionais, o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem irrompeu como uma dessas forças. Esteve à frente das lutas pela afirmação dos direitos dos trabalhadores da categoria, por questões salariais e melhores condições de trabalho. Os dirigentes e ativistas de base dessa entidade também participaram da organização, na capital mineira, de manifestos e greves gerais de caráter político. E foi essa postura mais combativa do Sindicato dos Metalúrgicos e de outros organismos de representação dos trabalhadores de Minas Gerais que provavelmente inspirou a fala do líder da Fiemg citada anteriormente, em comemoração ao golpe, na qual a luta por direitos é reconfigurada em “infiltração vermelha” e “sindicalismo subversivo”.

Uma das maiores fábricas da região da Cidade Industrial, localizada no Barreiro, a Companhia Siderúrgica Mannesmann S/A, também se manifestou, escrevendo um comunicado aos seus funcionários.

¹¹⁴ Dos três, somente Bambirra tinha ligações com o PCB. Bambirra foi condenado a 20 anos de prisão, teve sua pena reduzida pelo Superior Tribunal Militar (STM), sendo solto em 1968, quando seguiu para o exílio, primeiro para o México e depois para a Alemanha, retornando somente com a anistia, em 1979. Riani foi condenado a 17 anos, teve pena reduzida e foi solto também em 1968, voltou a trabalhar como eletricista, mas com a decretação do AI-5 foi novamente preso e levado para o presídio de Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Dazinho foi condenado a 18 anos, também teve pena reduzida após recurso e voltou para Nova Lima. As atas da cassação só vieram a público em 1998 (DELGADO, 2010).

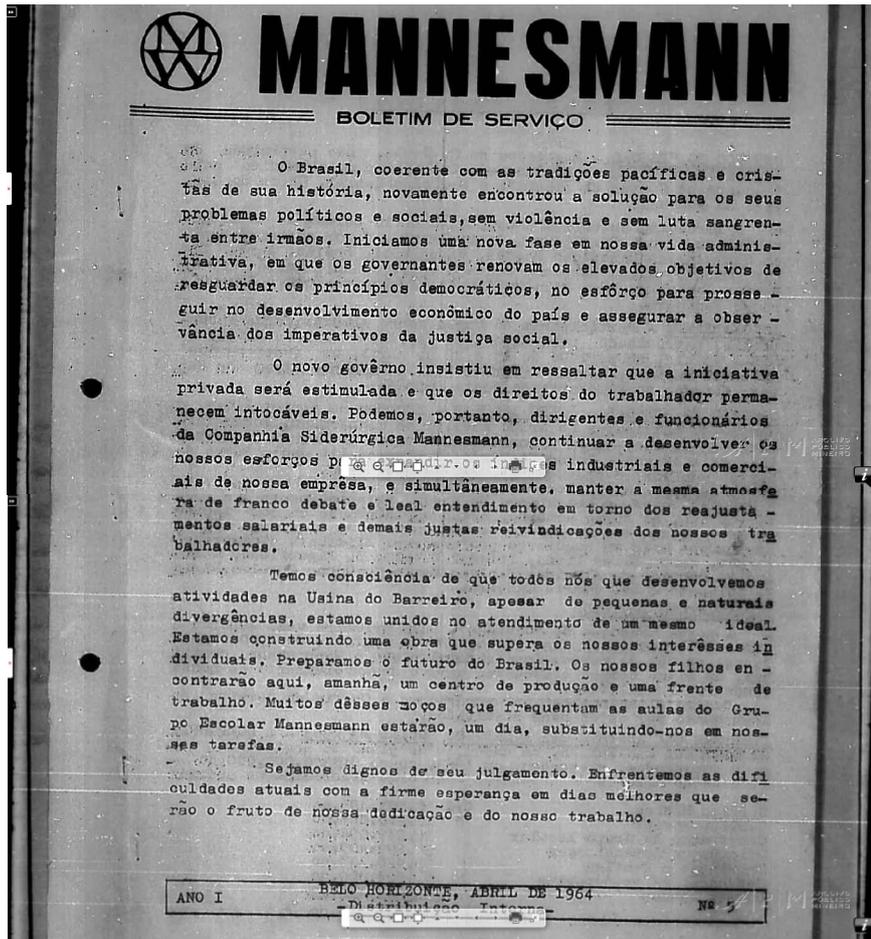


Figura 7 - Boletim da Mannesmann. APM, Fundo Dops/MG.

O *Boletim de Serviço*, de abril de 1964, uma espécie de informativo interno da empresa, ressaltava, antes de qualquer coisa, a capacidade do Brasil de resolver seus problemas políticos e sociais “sem violência e sem luta sangrenta entre irmãos”. Contudo, não foi sem violência que os problemas políticos e sociais foram resolvidos. O próprio golpe de Estado, derrubando um presidente eleito, é por si só um ato de violência. Sem contar que, imediatamente após a concretização do golpe, muitas pessoas consideradas “inimigas” passaram a ser perseguidas, foram presas e há relatos de tortura já nesse período.

A Mannesmann também destacava o início da nova fase na vida administrativa do país, colocando-se como parte do processo ao afirmar na primeira pessoa do plural: “iniciamos nova fase em nossa vida administrativa”. Efetivamente, a siderúrgica era parte do processo, não só ela como várias empresas mineiras e da região da Cidade Industrial, como Belgo Mineira, Demisa, Metalgráfica Mineira S/A, Artefatos de Aço S/A Indústria e Comércio, Companhia Industrial de Estamparia, Magnesita S/A, Refratários e Isolantes S/A,

Máquinas Agrícolas Altivo S/A e Lafersa, que contou com representantes na famosa “reunião do Acaiaca”¹¹⁵. O encontro, realizado no final de 1963, ficou assim conhecido pois foi nesse momento que os “Novos Inconfidentes”, reunidos com o empresariado mineiro, colocaram na mão do general Carlos Luís Guedes, da IV Infantaria Divisionária (ID-4), sediada em Belo Horizonte, a supervisão militar da conspiração em Minas Gerais, e a partir daí decidiram ampliar as ações de desestabilização do governo João Goulart (STARLING, 1986). A IV Infantaria Divisionária, mesmo subordinada hierarquicamente ao comando de Juiz de Fora, na prática se sobrepunha a ele, primeiro por estar próxima da sede do governo de Minas Gerais; segundo por ocupar posição central de onde se irradiavam as comunicações, para dentro e para fora do estado (STARLING, 1986, p. 114). Nesse momento, foi ganhando importância político-militar que se confirmou depois de consumado o golpe, já que o general Carlos Luís Guedes, da ID-4 assumiu relevante função à frente do que os golpistas denominaram de “Comando Revolucionário”.

Assim, no informativo de abril de 1964, a Mannesmann reforçava que os governantes haviam renovado “os elevados objetivos de resguardar os princípios democráticos” e prosseguir no desenvolvimento do Brasil. Por fim, numa tentativa de tranquilizar os trabalhadores da siderúrgica, o boletim afirmava que o “novo governo” havia insistido em ressaltar que os direitos trabalhistas permaneceriam “intocáveis”. Não foi o que se viu meses depois, como analisarei adiante. No entanto, é interessante observar como o boletim da Mannesmann replicava as informações do governo de que os direitos dos trabalhadores estavam mantidos. O tom dado ao informativo é de confiança e esperança em dias melhores no futuro, por meio do trabalho. O uso dos pronomes “nós” e “nossos” reforçava o chamamento à união de classes e afirmava que todos que desenvolviam atividades na Usina do Barreiro, apesar “das pequenas e naturais divergências”, estavam unidos por algo maior: a preparação do futuro do Brasil¹¹⁶.

Além das comemorações e dos comunicados de empresários e empresas, teve início logo depois do golpe um conjunto de ações que visava conter o movimento operário e sindical. A coluna *Notas Sindicais*, do jornal *Diário da Tarde*, de 9 de abril de 1964, anunciava que em “algumas horas” as federações e sindicatos de trabalhadores cujos membros das direções estivessem “comprometidos com as esquerdas” sofreriam intervenção

¹¹⁵ Empresários das quatro últimas empresas citadas compunham diretamente o grupo dos “Novos Inconfidentes”.

¹¹⁶ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0123, rolo 011, jan. 1961-jan. 1966, imagem 45.

do Ministério do Trabalho¹¹⁷. Para isso, em Minas Gerais, uma das primeiras medidas tomadas pelo “Comando Revolucionário” do estado foi a manutenção de Onésimo Viana de Souza no cargo de delegado regional do Trabalho “com os poderes de intervenção em todos os sindicatos”¹¹⁸. Mais que depressa, o delegado utilizou tal prerrogativa concedida pelo “Comando Revolucionário” para mostrar sua eficiência – elogiada, inclusive, em documentos posteriores – e informar ao delegado de Vigilância Social, Fábio Bandeira Figueiredo, sobre a concessão de autorizações a algumas entidades sindicais para reiniciar suas atividades, conforme ofício de 10 de abril de 1964:

Senhor Delegado,
 Comunico a V.S., para os devidos fins, que esta Delegacia Regional do Trabalho autorizou o exercício das atividades sindicais das entidades abaixo relacionadas, mediante o atendimento das normas estabelecidas no ofício, cujos termos levo ao conhecimento de V.S., na cópia anexa.
 Outrossim, esclareço que será levada ao conhecimento de V.S. a relação das demais entidades sindicais, à proporção que as mesmas forem sendo liberadas por esta Delegacia Regional.
 Atenciosas saudações.
 Onésimo Viana de Souza
 Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais¹¹⁹

É possível aventar, com base nesse ofício, que houve paralisação temporária das atividades dos sindicatos em Minas Gerais, pois, se o delegado do Trabalho informava sobre uma autorização para a retomada das atividades, é porque anteriormente teria havido uma ordem para paralisá-las. Essa autorização datada de 10 de abril de 1964 não teve efeito para a totalidade das entidades, somente para aquelas relacionadas em lista anexa, contendo o nome de 20 sindicatos, quais sejam: o Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do

¹¹⁷ NOTAS Sindicais. “Intervenção”. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 09 de abril de 1964, p. 5.

¹¹⁸ Onésimo Viana ingressou no Ministério do Trabalho em 1945, como funcionário de carreira da instituição. Foi escriturário, fiscal do trabalho e inspetor do trabalho. A partir de 1958, passou a exercer a função de delegado regional do Trabalho, permanecendo no cargo até 1985. Cf. MANTIDOS os direitos dos trabalhadores. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 12 de abril de 1964, p. 5. A possibilidade de intervenção nos sindicatos já era uma prerrogativa do Artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho, contudo, durante a ditadura militar tornou-se uma prática corrente. O *Diário da Tarde*, de 11 de abril de 1964, p. 2, noticiou que até a noite do dia 10, “segundo informações colhidas pelo Diário da Tarde na ID-4, já haviam sido nomeados e empossados para a chefia de repartições em Minas, dezenove interventores federais, para órgãos sediados no Estado”. Entre eles estava Onésimo Viana de Souza, com a confirmação de sua manutenção no posto de delegado regional do Trabalho. Os seguintes órgãos também sofreram intervenção em Minas Gerais: Rede Mineira de Viação, Departamento de Correios e Telégrafos, Supra, IAPI, Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, Instituto Brasileiro do Café, Inspeção Seccional do Ensino Secundário em MG, IAPETEC, Instituto do Açúcar e do Alcool, Serviço de Assistência Social dos Economiários, Colônia Agropecuária de Paracatu, IAPFESP e a Sunab. E ainda dois sindicatos: o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará e o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Monlevade, cujos interventores eram Geraldo Costa e Tenente R1 Amaro Corgozinho, respectivamente.

¹¹⁹ Ofício SS- 522/64, de 10 de abril de 1964. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0313, rolo 20B, jul.1965-abri.1964, imagem 13.

Comércio de Minas Gerais, dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas, dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos, dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, dos Trabalhadores em Empresas de Laticínios e Produtos Derivados, dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral e do Frio, o Sindicato dos Empregados em Empresas Teatrais, o Sindicato dos Empregados na Administração das Empresas de Jornais e Revistas, o Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais, o Sindicato dos Empregados em Edifícios Cabineiros, o Sindicato dos Empregados em Empresa de Compra e Vendas e Locação de Imóveis, o Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde, o Sindicato dos Oficiais Barbeiros e Cabeleireiros e Similares, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais, o Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro e Similares e Sindicato dos Empregados do Comércio. Também foram listados os nomes de quatro federações de trabalhadores: a dos Transportes Rodoviários em Minas Gerais, do Comércio de Minas Gerais, das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Minas Gerais, e das Indústrias da Alimentação de Minas Gerais.

Outro documento enviado ao delegado de Vigilância Social para conhecimento do conteúdo foi uma cópia do ofício do delegado regional do Trabalho dirigido aos presidentes, dos sindicatos mineiros que diz o seguinte:

Sr. Presidente,

Atendendo à recomendação contida no ofício Nº7, desta data, do Sr. General Comandante da ID/4, comunico-vos que poderão ser reiniciadas as atividades dessa entidade, a partir desta data, salientando, entretanto, que as mesmas devem se restringir, rigorosamente, às prerrogativas previstas no art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Esclareço, outrossim, que qualquer outro comportamento dessa entidade e o não cumprimento do disposto no art. 521 da CLT, importará na aplicação da medida indicada no art. 528 da mesma Consolidação das Leis do Trabalho.

Saudações

Onésimo Viana de Souza/

Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais¹²⁰

Como se vê, o retorno das atividades sindicais estava condicionado ao cumprimento dos artigos 513 e 521. O artigo 513, em linhas gerais, estabelecia como prerrogativas dos sindicatos: representar diante das autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais

¹²⁰ Ofício Ref. DR-15 224/64. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0313, rolo 20B, jul.1965-abri.1964, imagem 15.

da categoria ou interesses individuais dos associados; celebrar contrato coletivo; eleger ou designar representantes da categoria; colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas da categoria; impor contribuições aos associados; e fundar e manter agências de colocação¹²¹. Já o artigo 521 instituía as condições para o funcionamento dos sindicatos, entre elas, a “proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação”¹²².

É interessante analisar dois aspectos do ofício de Onésimo Viana aos sindicatos: o primeiro é que está claro que o “Comando Revolucionário” interferiu na vida sindical em Minas Gerais, tanto que o delegado regional do Trabalho autorizava o reinício das atividades sindicais atendendo uma recomendação do general Carlos Luís Guedes, da IV Infantaria Divisionária. O segundo era o fato de a recomendação estar mais para uma ameaça, já que o não atendimento às condições apresentadas pela DRT e pelo “Comando Revolucionário” levaria o sindicato a enfrentar uma intervenção, prerrogativa garantida pelo artigo 528 da CLT, que autorizava o Ministério do Trabalho a intervir nas entidades sindicais¹²³.

O retorno das atividades dos sindicatos foi noticiado pela imprensa como forma de evidenciar o restabelecimento da normalidade. Em matéria do *Estado de Minas*, Onésimo Viana comunicava a retomada do funcionamento de alguns sindicatos, em sua maioria de cidades do interior de Minas, mediante autorização da DRT. Na mesma notícia, advertia que estava “estudando a possibilidade de intervenções em alguns sindicatos do interior do Estado, de acordo, aliás, com gestões mantidas com o comando do ID-4”¹²⁴. Isso demonstra mais

¹²¹ Para consultar o artigo 513 da CLT completo: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm.

¹²² O artigo 521 estabelecia a proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com os interesses da nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato; proibição de exercício de cargo eletivo cumulativamente com o de emprego remunerado pelo sindicato ou por entidade sindical de grau superior; gratuidade do exercício dos cargos eletivos; proibição de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no art. 511, inclusive as de caráter político-partidário; proibição de cessão gratuita ou remunerada da respectiva sede a entidade de índole político-partidária. Parágrafo único. Quando, para o exercício de mandato, tiver o associado de sindicato de empregados, de trabalhadores autônomos ou de profissionais liberais de se afastar do seu trabalho, poderá ser-lhe arbitrada pela assembleia geral uma gratificação nunca excedente da importância de sua remuneração na profissão respectiva. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm.

¹²³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm.

¹²⁴ NOVOS sindicatos vão reiniciar suas atividades. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 18 de abril de 1964, s/n. São eles: Sindicato dos Empregados no Comércio de Araxá, Sindicato dos Empregados no Comércio de Muriaé, Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de São Lourenço, Sindicato dos Empregados no Comércio de Ubá, Sindicato dos Empregados no Comércio de Governador Valadares, Sindicato dos Empregados no Comércio de Cambuquira, Sindicato dos Empregados no Comércio de Ituiutaba, Sindicato dos Empregados no Comércio de Montes Claros, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Carangola, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construções e do Mobiliário de Carangola, Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Brumadinho, Sindicato dos Empregados no Comércio de Araguari, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Araguari, Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Oficinas Mecânicas de Itaúna, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de

uma vez que as decisões dessa delegacia sobre a vida sindical em Minas Gerais passavam pelo comando da IV Infantaria Divisionária, que respondia pelo “Comando Revolucionário”.

A questão trabalhista parecia ser algo que gerava preocupação ao “Comando Revolucionário” em relação à opinião pública. Depois da assinatura pelo “Comando Supremo da Revolução” do Ato Institucional nº1 (AI-1) e das polêmicas advindas do seu artigo 7º, que estabelecia que ficavam “suspensas, por seis meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade”, o Comando Militar fez um comunicado assegurando a manutenção das leis trabalhistas¹²⁵. Em Minas Gerais, o general Carlos Luís Guedes reforçou o comunicado, dando uma declaração ao jornal *Estado de Minas*, na qual afirmava que os direitos dos trabalhadores estavam garantidos pela “revolução”,

O que a revolução visou foi justamente impedir que esses direitos [dos trabalhadores] fossem explorados demagogicamente para fins políticos. Os sindicatos continuam em plena atividade, e ao contrário do que possa parecer, são reconhecidos pela revolução como uma conquista do trabalhador. O que não toleraremos é seu desvirtuamento como vinha acontecendo¹²⁶.

O general também prestou contas sobre os sindicatos no estado, afirmando que as entidades continuavam funcionando normalmente. E ainda imprimiu em sua fala um sentido tutelar para a “revolução”, como se ela tivesse sido feita com o objetivo de proteger os trabalhadores “inocentes” daqueles que os estavam explorando politicamente e desvirtuando seus sindicatos.

Além do retorno às atividades sindicais, eram publicadas nos jornais notícias sobre as intervenções nos sindicatos e as nomeações de juntas governativas. No dia 14 de abril de 1964, o delegado regional do Trabalho comunicava a nomeação de juntas governativas para a Federação e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais, umas das maiores entidades de classe do estado naquele período. Sobre isso, o diário ainda explicava como foi tomada a decisão: “O Delegado do Trabalho, sr. Onésimo Viana de Souza, teve contatos ontem, com as autoridades militares no Comando da ID-4, com

Mármore, Calcários e Pedreiras de Mar de Espanha, Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Poços de Caldas, Sindicato dos Empregados no Comércio de Ponte Nova, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Hidroelétrica de Santos Dumont, Sindicato dos Empregados no Comércio de São João del-Rei, Sindicato dos Empregados no Comércio de Uberlândia, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Farmacêuticos de Belo Horizonte, Sindicato dos Músicos Profissionais de Belo Horizonte, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Varginha, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Hidroelétrica do Sul de Minas, em Varginha.

¹²⁵ No entanto, esse artigo facilitou os expurgos no funcionalismo público e manteve sob controle os militares que discordavam do novo regime ou estavam ligados ao governo anterior (ALVES, 2005, p. 66).

¹²⁶ MANTIDOS os direitos dos trabalhadores. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 de abril de 1964, p. 5.

vistas à designação dos interventores (presidente, secretário e tesoureiro), que irão gerir os órgãos classistas dos tecelões”¹²⁷. Ou seja, assim como as decisões acerca das possíveis intervenções nos sindicatos e federações do Estado, conforme mencionado no parágrafo anterior, também passava pelo “Comando Revolucionário” a definição dos nomes de quem assumiria as juntas governativas.

As trocas de ofícios entre a Delegacia Regional do Trabalho e o Departamento de Vigilância Social, a publicação nos jornais das listas de sindicatos autorizados ao retorno de suas atividades e as declarações de Onésimo Viana sobre as intervenções e as juntas governativas possibilitam levantar duas considerações: que num primeiro momento houve paralisação das atividades sindicais de uma maneira geral no estado de Minas Gerais e que as intervenções nos sindicatos e federações eram definidas de acordo com as ordens e a vontade do “Comando Revolucionário”.

Outras intervenções seguiram sendo anunciadas, bem como as nomeações de novas juntas governativas¹²⁸, entre elas, a do Sindicato dos Marceneiros, formada por Aldo Guerra (presidente), Nelson Borges (secretário) e José Agostinho (tesoureiro); do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, por Cândido Siqueira (presidente), Raimundo Adelino de Almeida (secretário) e Pedro Gabriel (tesoureiro); Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo, com Walter Garcia Barbosa (presidente), Paulo Wilson (secretário) e José Januário Santana (tesoureiro); Sindicato dos Hidrelétricos, por Elson Galdino de Paula (presidente), Francisco Grandioso Torres (secretário) e José Ivor de Lima (tesoureiro); e a do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, objeto desta pesquisa, composta por Onofre Martins Barbosa (presidente), Sebastião dos Santos (secretário) e Geraldo Fernandes de Oliveira (tesoureiro).

Concordo com Heliene Nagasava (2018) quando diz da confusão das nomenclaturas utilizadas para determinar a suspensão das diretorias sindicais eleitas, podendo esse ato gerar

¹²⁷ NOVOS sindicatos sob intervenção: designadas as juntas governativas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 14 de abril de 1964, p. 6. No dia seguinte, o mesmo diário noticiou que foram nomeados para as juntas governativas da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais o general Nelson Felício dos Santos (presidente), Geraldo Jesus Pinto (secretário) e Carlos Alberto Rocha (tesoureiro) e do sindicato da mesma categoria o coronel José Osvaldo Campos do Amaral (presidente), João Batista Machado (secretário) e Donovam Eliot Teixeira (tesoureiro). INTERVENÇÃO em mais dois organismos sindicais. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 15 de abril de 1964, s/p. Lembrando que Sinval Bambirra, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais, encontrava-se preso desde o dia 30 de março, conforme mencionado anteriormente.

¹²⁸ Seriam atingidos por novas intervenções os sindicatos dos tecelões de Leopoldina, Cataguases e Além Paraíba, o Sindicato dos Trabalhadores em Laticínios de Três Corações e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos de Uberaba. NOVOS sindicatos sob intervenção: designadas as juntas governativas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 14 de abril de 1964, p. 6.

uma intervenção ou a posse de uma junta governativa. A autora, para tentar esclarecer a situação, explica que, com o afastamento da diretoria eleita, um interventor assumiria por curto período a fim de averiguar as supostas irregularidades no sindicato e encaminhar relatório ao Ministério do Trabalho, que então deveria tomar uma decisão. Enquanto uma definição era aguardada, uma junta governativa era nomeada com a incumbência de convocar eleições ou reconduzir a diretoria afastada, conforme orientação do ministério (NAGASAVA, 2018, p. 41). No entanto, nas declarações de Onésimo Viana aos jornais por ocasião dos anúncios das intervenções e nomeação de juntas, não é possível perceber uma distinção clara entre esses dois atos, aparecendo muitas vezes como coisas equivalentes. Talvez o trâmite usual do Ministério do Trabalho ocorresse da forma como foi descrita por Nagasava (2018), porém numa situação de golpe de Estado e de constituição de um governo ditatorial, em que muitas intervenções sindicais foram realizadas ao mesmo tempo, a nomeação de juntas governativas em alguns casos tenha se tornada a opção viável, possibilitando aos sindicatos retomarem suas atividades para que o novo regime pudesse mostrar o retorno à “normalidade”.

Desse modo, a nomeação da junta governativa do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem propiciou o retorno das atividades da entidade. Contudo, isso se deu à custa da destituição da diretoria eleita pela categoria, da suspensão de direitos políticos de algumas lideranças metalúrgicas e da adoção de formas de atuação subordinadas às ordens do “Comando Revolucionário” e controladas pelo Ministério do Trabalho, por meio da Delegacia Regional, como será detalhado adiante. O golpe de 1964 e a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem representaram um corte no processo de organização dos trabalhadores por lideranças e ativistas de base que só seria retomado depois de recuperados do primeiro impacto desses eventos, como será examinado nas memórias de trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicas sobre o momento.

2.3 O golpe nas memórias dos trabalhadores e trabalhadoras

Vimos anteriormente que para Efigênia de Oliveira o golpe foi um momento difícil de enfrentar, marcado pelo silenciamento e vigilância dentro das fábricas. No entanto, ela também fala da reorganização de uma resistência silenciosa que foi se constituindo na região. Para Conceição Imaculada de Oliveira, o que mais marcou suas lembranças do momento de consumação do golpe foi a repressão imediata na Cidade Industrial, com pessoas que ela

conhecia sendo presas e o “sumiço” das lideranças. Ela também se recorda do apoio recebido de uma parte da Igreja Católica.

Aí vem [19]64 com o golpe. Quando vem o golpe, a maior parte dessas pessoas que eu conhecia, os mais velhos, e esse presidente do sindicato [referindo-se a Benigno Silveira], todo mundo foi preso ou foi para a clandestinidade ou saiu do país. Então vi muita coisa. Teve gente que fugiu de lá, outros foram presos mesmo, outros foram deslocados da região que o próprio partido tirou. A Igreja, muita gente ajudou e trocou tudo. Então ficou só a gente que era mais jovem, que eles tinham feito essas recomendações, não é? Que nós não sindicalizássemos nem nada, então o pessoal não julgou a gente depois. Então até no caminho que eu passava eu ia vendo as pessoas serem presas, naquelas viaturas. Terrível! Eles gostavam de fazer escândalo, não é? Para mostrar que estavam fazendo. Então vendo tudo aquilo eu tinha que ficar quietinha, fazendo de conta que eu não estava sabendo nada daquilo. E aí pronto, acabou tudo. Sumiu todo mundo. (Conceição Imaculada de Oliveira. Entrevista concedida a Thiago Veloso e Isabel Leite, 23/09/2009).

Conceição chama atenção para o fato “dos mais velhos” recomendarem aos jovens ligados ao PCB a não se sindicalizarem. Isso porque as fichas de associados do sindicato eram uma maneira fácil de identificar trabalhadores mais engajados, o que poderia eventualmente levar à repressão aos militantes. Para ela, inclusive, foi essa orientação que evitou que os jovens militantes comunistas fossem imediatamente reconhecidos.

Para alguns trabalhadores, porém, o golpe não foi sentido da mesma maneira que para aqueles que tinham algum nível de engajamento sindical e/ou político. Neir Lara, operário da Metalúrgica Santo Antônio, fábrica onde Conceição Imaculada trabalhava, por exemplo, ao ser perguntado sobre o golpe, comenta: “*diz que teve, né?*”. A resposta do entrevistado é a mesma ao ser questionado sobre a lembrança da ditadura militar. Neir justifica a “não lembrança” à falta de tempo que tinha à época, pois ele afirma que trabalhava muito e sua única preocupação era cuidar da família. Essas duas perguntas foram feitas em função de Neir não ter mencionado o tema de maneira espontânea durante a sua entrevista, o que me levou a querer ouvi-lo sobre como ele se lembra do evento político “golpe” e da ditadura quando é estimulado por uma pergunta relacionada a isso¹²⁹.

Silvério Ribeiro é outro trabalhador que não tinha engajamento sindical e político em 1964. O que o faz lembrar-se do golpe ou da “revolução”, como ele denomina esse evento, é a memória laboral. A marca em sua memória se revela na utilização que faz desse evento como referente para calcular o tempo em que já estava trabalhando na fábrica de latas Metalgráfica Mineira, na Cidade Industrial. Isso se dá pois Silvério se lembra da ocupação da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (Cemig) pelo Exército por ocasião do golpe de 1964:

¹²⁹ Neir Lara. Entrevista concedida à autora, 10/04/2018.

(...) eu vim para cá em sessenta... e um, sessenta e dois, é, acho que foi [19]62, porque em [19]64 teve aquela revolução de [19]64, eu trabalhava lá, inclusive a Cemig ficou cheia do Exército, foi todo mundo do Exército pra Cemig, porque era um dos riscos, não é? Que tinha de dar um problema qualquer e ficar... o Estado de Minas pelo menos era dominado pela Cemig e Belo Horizonte dependia exclusivamente daquela distribuição da Cemig, então eu trabalhava na Metalgráfica, que é praticamente em frente, então, eu lembro perfeitamente do movimento do Exército, da revolução de [19]64, eu já estava lá há uns dois anos (Silvério Ribeiro. Entrevista concedida à autora, 29/06/2016).

Essa parte da entrevista realizada com Silvério Ribeiro traz alguns elementos para a análise. O primeiro é que inicialmente não lhe foi perguntado sobre o golpe civil-militar de 1964. Nesse momento da entrevista, a pergunta referia-se a sua vinda para a Cidade Industrial, como e quando começou a trabalhar na região. O tema do golpe apareceu de forma espontânea como um marco temporal em sua própria história de vida. Esse evento mesclado à sua memória laboral serve, para ele, como demarcador do tempo em que trabalhava na metalúrgica citada. Tanto que ele não se delonga no assunto, rapidamente parte para outras lembranças, explorando a memória do seu trabalho propriamente, descrevendo em detalhes como era a produção na fábrica. O segundo ponto diz respeito ao lugar de fala de Silvério. Ele era um trabalhador comum, sua memória é recortada pela lembrança do trabalho, e não da vivência política; os eventos políticos aparecem mais como complementação da memória laboral. O próprio uso do pronome demonstrativo “aquela” para designar a “revolução de 64” mostra certo distanciamento em relação ao evento. Ao ser perguntado sobre a ditadura, Silvério responde o seguinte:

(...) a realidade é a seguinte, foi um movimento que assim, a gente não entendia por duas razões, primeiro a comunicação que tinha era rádio, a gente nem rádio tinha na época, depois que saiu aquele radinho à pilha, você tinha radinho, mas não se interessava muito pela reportagem, porque também não tinha muita coisa que entender. Então não tinha televisão. Então a gente falava que “– Ah houve uma ditadura, não é?” enfim, o pessoal: “– Ah tem a ditadura que o governo vai ser um governo ditador e tal aquela coisa toda, não é? E que não vai ter mais eleição para eleger o indivíduo lá e tal”, mas na época, pra gente, a gente não corria atrás de muita notícia, então aquilo dava muito medo na gente. Porque, poxa, de repente, o Exército chega e acampa tudo, até para você passar na rua, eles mandavam você passar pelo outro lado, você não podia passar beirando o passeio da Cemig, e, saiu aquela ideia subver... subversivo, não é? Então todo mundo que não obedecia a lei ou que era contra era subversivo, então para nós aquilo não tinha muito sentido, a gente não sabia nem o que queria dizer subversivo, nem o porquê da revolução mesmo. (Silvério Ribeiro. Entrevista concedida à autora, 29/06/2016).

Apesar de afirmar, nesse trecho, não entender exatamente o que estava acontecendo, o objetivo da “revolução” ou o que queria dizer subversivo – mesmo elaborando a ideia de que

subversivo era “todo mundo que não obedecia a lei, quem era contra” –, Silvério não esconde que sentia medo e que a presença do Exército de maneira repentina, impedindo as pessoas de andar na calçada próxima à Cemig, provocava isso.

O entrevistado não consegue precisar quanto tempo o Exército ficou na Cemig. Ele crê que o “o período não foi muito grande (...) foi só naquele período que estourou a revolução, depois acontece que a coisa foi mais pesada foi em São Paulo e no Rio, não é? Aqui a coisa foi só mais mesmo uma precaução que eles tiveram, mas depois resolveram”. Ao contrário da lembrança de Silvério, na Cidade Industrial a situação foi pesada também, há informações de rondas habituais da polícia na região registradas pelo Dops/MG. E depois das greves operárias na região, deflagradas em abril de 1968 e em outubro do mesmo ano, o quadro agravou-se. Lideranças operárias foram presas e muitos trabalhadores foram demitidos por participarem do movimento, cresceu o sentimento de medo entre os trabalhadores, a vigilância e o controle dentro das empresas tornaram-se maiores.

Já Ênio Seabra, trabalhador da Companhia Siderúrgica Mannesmann S/A, presidente em exercício do Sindicato dos Metalúrgicos e uma liderança na região, por precaução precisou se refugiar. Ele conta, em entrevista, que quando recebeu a notícia do golpe no primeiro momento ficou fora de cena, afinal, “é golpe, ninguém está sabendo o que o golpe quer. Então a gente se refugiou um pouco, depois houve intervenção, uma intervenção militar. E depois, quando eu voltei, disseram que o coronel que estava lá queria conversar comigo”¹³⁰. Somente depois de alguns dias Ênio se dirigiu à sede do sindicato, na rua da Bahia, no centro de Belo Horizonte, para ver como estava a situação. Ao chegar, encontrou um coronel no local. Conceição Imaculada também se lembra da presença de militares no sindicato. Em suas memórias, inclusive, a intervenção na entidade inicialmente teria sido militar. Ela afirma: “É, porque o sindicato nessa época está com interventor, porque aí em [19]64 o sindicato está intervindo (*sic*) militarmente, então eles colocam lá depois um civil, mas um civil deles, não é?”¹³¹. Sobre isso, Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 85) aponta que em Minas Gerais as intervenções ocorridas nos sindicatos entre 1º de abril e 5 de maio de 1964 foram precedidas da ocupação de suas sedes pelo Comando Militar de Belo Horizonte.

Ênio Seabra não se recorda do nome do coronel, mas se lembra que ele teria dito que a partir daquela data estava à disposição para “colaborar” com o sindicato. Solicitou ainda a Seabra os dados de fichários de associados e outras informações, comprovando que as

¹³⁰ Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995.

¹³¹ Conceição Imaculada de Oliveira. Entrevista concedida a Thiago Veloso e Isabel Leite, 23/09/2009.

recomendações das “velhas” lideranças do PCB aos mais jovens, como se lembrou Conceição Imaculada anteriormente, estavam corretas.

Bom, eu mantive calado; não disse para ele, nada, que ia fornecer ou não. Mas, depois que ele saiu eu fui ao delegado do Trabalho que era Onésimo Viana e conversei com ele. Que eu, como vice-presidente, estava em exercício, não ia fornecer dados nenhum para ninguém. Poderia fornecer alguns dados para o delegado do Trabalho, que era ele, porque algumas coisas eram de lei. Agora, se ele tivesse que botar intervenção que pusesse porque eu não ia dar dados nenhum para o coronel, não ia fornecer nada para ele. E, com três dias mais ou menos, não durou muito tempo, ele mandou intervenção. Agora a nossa surpresa é que ele botou como interventor o ex-presidente. Não, o ex-presidente não, o presidente, que era o Onofre Martins Barbosa, que nós já não estávamos aceitando. (Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995).

Ao que parece, a decisão pela intervenção ocorreu depois da visita de Ênio à DRT. Mesmo não sendo aceito por muitos trabalhadores da categoria, Onofre Martins Barbosa voltou ao sindicato, depois de alguns meses licenciado, afinal não havia espaço para escolhas, pois se tratava de um golpe de Estado. Assim, ele, Sebastião dos Santos e Geraldo Fernandes, no dia 16 de abril, na sede do sindicato, foram empossados na junta governativa nos cargos de presidente, secretário e tesoureiro, respectivamente, assumindo a administração do sindicato alguns dias depois do golpe civil-militar¹³². Sobre a nomeação de Onofre, Ênio Seabra conta que chegou a ir à Delegacia Regional do Trabalho questionar o delegado Onésimo Viana sobre essa indicação e recebeu como resposta que a nomeação teria sido uma ordem do alto-comando militar¹³³.

2.4 “Pelo saneamento moral da entidade”

Conforme a ata de posse da junta governativa, na qual o secretário Sebastião dos Santos transcreveu o texto da Portaria nº 989, de 10 de abril de 1964, o delegado regional do Trabalho atendeu à determinação do Departamento Nacional do Trabalho, fundamentado no artigo 528 da CLT, que autorizava o Ministério do Trabalho, por meio do delegado, a intervir em caso de “dissídios ou circunstâncias que perturbem o funcionamento do sindicato”¹³⁴.

¹³² 1ª Ata de reunião da junta governativa do sindicato, 17 de abril de 1964.

¹³³ Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995.

¹³⁴ Em 1966, pelo Decreto-lei nº 3, de 27/01/1966, a redação do texto do Artigo 528 foi modificada, acrescentando-se questões de segurança nacional e a intervenção por meio de Junta Interventora. “Art. 528 - Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento de entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional, o Ministro do Trabalho e Previdência Social poderá nela intervir, por intermédio de

Como se sabe, não estava ocorrendo nenhum dissídio naquele momento. O que poderia ser usado para justificar a intervenção era o segundo ponto do artigo 528, que se refere à perturbação do funcionamento do sindicato, algo inclusive bastante subjetivo, pois o que exatamente significava perturbar o funcionamento da entidade? O que é possível observar é que a diretoria à frente do sindicato no período anterior ao golpe vinha com toda certeza “perturbando” a vida dos patrões – à exceção de Onofre –, por sua postura mais combativa em relação às questões econômicas e sociais, além de participar das reivindicações de caráter nacional como as reformas de base.

A intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, dessa forma, fazia parte do conjunto de intervenções ocorridas nas confederações e federações do trabalho e nos sindicatos em todo o país logo após o golpe¹³⁵. Tinha como base a chamada “Operação Limpeza”, cujos alvos prioritários, nesse primeiro momento, eram, além de líderes estudantis, intelectuais, professores e organizadores leigos de movimentos católicos, as lideranças sindicais e os sindicatos, concentrando-se nos movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe de Estado (ALVES, 2005, p. 72 e 80). Para justificar as intervenções, o Ministério do Trabalho valia-se da alegação da acefalia da entidade, posto que muitos sindicalistas tiveram de se esconder para não serem presos ou foram destituídos das direções, sendo impedidos de continuar à frente do sindicato, federação ou confederação. Outra justificativa comum era a proteção ao patrimônio físico do sindicato¹³⁶, chegando algumas diretorias destituídas a serem acusadas de mau uso do dinheiro da entidade. O que se vê é que o sistema corporativo do sindicalismo brasileiro dispunha de mecanismos de interferência direta e indireta nos sindicatos que foram fundamentais para a “Operação Limpeza” (NEGRO, 2004, p. 238).

Para além das justificativas no âmbito sindical, havia a acusação de subversão atribuída aos dirigentes sindicais e a argumentação acerca da necessidade de “que o comandante militar da região fora obrigado a ocupar as instalações dos sindicatos para impedir atividades subversivas” (ALVES, 2005, p. 84). Assim, por meio da “Operação Limpeza”, os militares buscavam “eliminar quaisquer núcleos potenciais de oposição política, econômica e social”, lançando mão também das “primeiras bases econômicas e coercitivas do novo Estado” (ALVES, 2005, p. 95).

Delegado ou de Junta Interventora, com atribuições para administrá-la e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento”.

¹³⁵ Vide alguns números na introdução da tese.

¹³⁶ RELATÓRIO Final da Comissão Nacional da Verdade, 2014.

No caso do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, foram nomeados para a junta: Geraldo Fernandes de Oliveira, Sebastião dos Santos e Onofre Barbosa – apesar de licenciado –, todos eles integrantes da diretoria dita “perturbadora” e que foi destituída pelo novo regime. A questão é que principalmente Onofre sempre apresentou postura alinhada ao Ministério do Trabalho, por meio de seu delegado regional, além de manter uma proximidade com os patrões e com os Estados Unidos, conforme abordado no capítulo anterior.

A primeira instrução recebida, segundo Onofre Martins, e registrada na ata da primeira reunião da junta governativa consistiu em apurar “todas e quaisquer irregularidades, porventura, ocorridas nesta entidade”. Outra instrução considerada de caráter “administrativo interno” foi “o saneamento moral da entidade”, em obediência ao “Comando Revolucionário”. Dessa forma, a “Operação Limpeza” tinha continuidade no interior do sindicato. Para isso, decidiram afastar a equipe do departamento jurídico e substituir seus funcionários. Não fica claro, contudo, se a junta seguiu exatamente o que o “Comando Revolucionário” instruiu ou se o que havia era uma orientação geral acerca da necessidade do “saneamento moral” e seus membros definiram que uma forma de sanear a entidade era a contratação de novos advogados para o departamento jurídico e substituição de funcionários¹³⁷.

Uma deliberação dos interventores que demonstrou como seria o funcionamento do sindicato depois do golpe foi a de não tomar nenhuma iniciativa em relação aos interesses de classe antes das instruções do “Comando Revolucionário” e do delegado do Trabalho de Minas Gerais¹³⁸. Além de colocar em curso, como parte do saneamento moral da entidade, a ampliação da assistência médica, dentária e jurídica aos seus associados.

No que diz respeito aos acordos salariais e às relações com as empresas e empregadores, as questões eram discutidas em reunião e levadas ao delegado do Trabalho para aprovação e encaminhamentos. Até mesmo para realização de assembleias com os metalúrgicos, Onofre Martins tentava “arranjar uma licença” junto à delegacia¹³⁹. Na verdade, de um modo geral, tornou-se obrigatório aos sindicatos solicitar autorização da Delegacia Regional do Trabalho para a realização de assembleias de suas categorias. Ao autorizar as reuniões, a DRT, por meio de sua Seção Sindical, encaminhava ofício ao delegado de Vigilância Social informando sobre a autorização. No documento vinham o nome do sindicato autorizado, a data, o local e a pauta da assembleia, que versava na maioria das vezes sobre

¹³⁷ Ata da 1ª reunião da junta governativa do sindicato, 17 de abril de 1964.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ Ata da 4ª reunião da junta governativa do sindicato, 28 de maio de 1964.

prestação de contas, aumento de mensalidades e acordo salarial¹⁴⁰. Essa comunicação servia, provavelmente, para que a polícia pudesse deslocar seus agentes para acompanhar as assembleias, para vigiar os trabalhadores, manter-se informada acerca das lideranças e reprimir no caso de achar necessário.

Outro aspecto da gestão da junta governativa é a constante participação de representantes em cursos de formação de sindicalistas, realizados pelo Instituto Cultural do Trabalho, órgão com sede em São Paulo, administrado por dirigentes brasileiros e estadunidenses e mantido pelo Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadesil). O Iadesil era financiado pelo governo dos Estados Unidos, pela AFL-CIO (American Federation of Labor – Congress Industrial Organizations) e grandes corporações norte-americanas (CORRÊA, 2013). A participação dos membros da junta governativa Sebastião dos Santos e Geraldo Fernandes de Oliveira em um desses cursos alguns meses depois do golpe foi assunto para uma reunião:

Quanto ao curso de orientação sindical patrocinado pelo Instituto Cultural do Trabalho, o Sr. Presidente congratulou com os dois companheiros, Sebastião dos Santos e Geraldo Fernandes de Oliveira, que com sacrifício mostraram mais uma vez seu espírito de sindicalistas em benefício da corporação metalúrgica e de toda a classe trabalhadora. E espera que os mesmos possam fazer uso do que aprenderam em benefício do trabalhador de todo o território nacional¹⁴¹.

Geraldo Fernandes de Oliveira agradeceu ao Sr. Presidente pelo “incentivo para fazer o curso, no qual aprendemos muita coisa útil ao sindicalismo democrático-cristão”. Sebastião dos Santos também “agradeceu ao Sr. Presidente pela oportunidade que nos deu para conhecer aquilo que há tantos anos não se sabia, isto é, um sindicalismo livre e democrata-cristão, sem política, demagogia, extremismo e peleguismo”¹⁴².

Também se tornou preocupação do sindicato o investimento em atividades de lazer e entretenimento. Horas dançantes na sede social, cujo objetivo, segundo o secretário da junta, Sebastião dos Santos, era “fazer uma verdadeira higiene mental para o trabalhador”, e campeonatos de futebol, com grande participação da categoria, eram frequentemente organizados.

Uma ação que contou com apoio e participação do sindicato foi o concurso “Miss Industriária”, uma promoção da coluna *Notas Sindicais* do jornal mineiro *Diário da Tarde*. O

¹⁴⁰ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0313, rolo 20B, jul.1965-abri.1964, imagens 3 a 12. Nesse conjunto de ofícios não encontrei as autorizações referentes ao Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, mas é possível crer que esse tipo documento seguia um padrão, já que os ofícios existentes na pasta se referem a sindicatos diversos e têm o mesmo formato.

¹⁴¹ Ata da 7ª reunião da junta governativa do sindicato, 14 de julho de 1964.

¹⁴² *Ibidem*.

concurso foi realizado em parceria com as indústrias, por meio da Fiemg e do Centro das Indústrias da Cidade Industrial (Cici), como parte da programação do Dia da Indústria, organizado por essas duas entidades¹⁴³.

Segundo o jornal, o concurso foi planejado em dez dias e cumpriu a seguinte programação: primeira fase de inscrições, dois desfiles das candidatas, um na sede do Serviço Social da Indústria (Sesi) e outro em um ginásio localizado no bairro da Gameleira, em Belo Horizonte. O segundo desfile contou com a presença do ministro interino do Trabalho, Moacir Veloso, quando foram escolhidas a *Miss Industriária* e as princesas da simpatia e da elegância, com um jantar dançante para a entrega da premiação¹⁴⁴. Para concorrer, bastava que a candidata trabalhasse “no escritório ou diretamente na fábrica, ser brasileira, ter entre 18 e 25 [anos], ser simpática e boa funcionária”. Ela também poderia concorrer representando algumas entidades ligadas à indústria como a Fiemg, o Cici, o Sindicato dos Metalúrgicos ou as agremiações esportivas das empresas¹⁴⁵.

O Sindicato dos Metalúrgicos teve sua própria candidata no concurso *Miss Industriária*: Nilsa Fernandes de Oliveira, assim apresentada pelo jornal *Diário da Tarde*:

Nilsa Fernandes de Oliveira é sindicalista por vocação. Seu pai Geraldo Fernandes de Oliveira – é secretário do Sindicato dos Metalúrgicos, Nilsa segue sua atuação à frente da entidade, sendo ela própria metalúrgica. Trabalha na “Metalgráfica”. Está sempre no sindicato e organiza seus programas recreativos. Tem curso de orientação sindical da Escola de Líderes da Federação dos Trabalhadores Cristãos. Nada e joga. Gosta de música¹⁴⁶.

¹⁴³ O Dia da Indústria, 25 de maio, foi instituído pelo Decreto federal nº 43.769, de 21 de maio de 1958, data do falecimento do industrial Roberto Simonsen. Esse dia passou a ser comemorado pela Fiemg e pelo Centro das Indústrias da Cidade Industrial a partir de 1959. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 11 de maio de 1965, p. 6. A programação contava com a entrega do diploma e medalha do mérito industrial pela Fiemg, missa campal, apresentação artística, partidas de futebol, desfile de carros alegóricos das indústrias, inaugurações e sorteio de prêmios para os trabalhadores. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 25 de maio de 1965, p. 3.

¹⁴⁴ NOTAS Sindicais. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 7 de junho de 1965, p. 6.

¹⁴⁵ *Idem*, 19 de maio de 1965, p. 6.

¹⁴⁶ CADERNO Especial dedicado ao Dia da Indústria. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 25 de maio de 1965, p. 3. Nesse caderno especial o jornal fez uma breve apresentação de todas as candidatas do concurso. Além de Nilsa Fernandes, cujo pai, na verdade, era o tesoureiro do sindicato, e não secretário, como informa o jornal, concorreram as representantes das seguintes indústrias e instituições: Ana Maria Reis Azevedo (Sesiminas), Cândida Maria de Jesus Alvares (Souza Cruz), Heloísa Candiotto (Fiemg), Isonete Portugal (Laboratório Iodobisman), Kumico Kamal (Usiminas), Maria Helena Nogueira Dias (Nikolas - Indústria de Calçados), Maria José Pires Couto (Senai), Neide Martins (Indústria e Comércio Abdalla Farah), Oustenka Orrico Nogueira (Belgo Mineira), Solange Silva Maestro (RCA Victor), Vera Lúcia de Oliveira (Cemig) e Zânia Costa de Moraes (Itambé). Foram eleitas Heloísa Candiotto, representante da Fiemg como Miss Industriária de Minas Gerais; Ana Maria Reis Azevedo, do Sesiminas, como Princesa da Simpatia; e Oustenka Orrico Nogueira, da Belgo Mineira, Princesa da Elegância. Todas as participantes do concurso receberam prêmios das empresas e/ou instituições as quais representavam. A Miss Industriária, a Princesa da Simpatia e a Princesa da Elegância também ganharam uma viagem para o Rio de Janeiro com acompanhante, de uma semana, três dias e um fim de semana, respectivamente, além de cortes de vestidos.

Nilsa trabalhava como metalúrgica na Metalgráfica e atuava no sindicato na organização das atividades recreativas. A vocação de sindicalista é ressaltada na nota, principalmente pelo fato de seu pai ser um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos. Ela contou com o apoio “material, moral e social da Junta Governativa”, conquistando o quarto lugar no concurso, o que na avaliação de seus membros fez com que o sindicato saísse “com a moral elevada pela cobertura eficiente dada a nossa candidata”¹⁴⁷. Mesmo com o resultado avaliado como positivo, essa foi a única participação do sindicato com uma candidata no concurso.

Enquanto a junta se preocupava em “sanear” a entidade, entreter o trabalhador e participar de concurso de *Miss*, algumas lideranças sindicais metalúrgicas eram presas e/ou perseguidas, como Antônio Anastácio Campos, João Sotero e João Batista Viana. Antônio Anastácio Campos foi preso e só foi liberado em 21 de junho de 1964, após assinar um documento do “Comando Revolucionário – Comissão de Triagem”, em que se comprometia a não se ausentar de Belo Horizonte, bem como comparecer ao Departamento de Vigilância Social, diariamente, às 10 horas. Para efetivação de sua liberação, sua esposa foi obrigada a assinar o referido documento responsabilizando-se “perante o Comando Revolucionário pelo fiel cumprimento das disposições acima especificadas”¹⁴⁸. Essa foi mais uma forma de submeter o “acusado”, pois desse modo o “Comando Revolucionário” deixava claro para Antônio Anastácio que qualquer atitude diferente do acordado colocava sua esposa, Maria de Matos Campos, em risco, já que ela se tornava responsável pelo cumprimento da medida. João Batista Viana foi outra liderança que havia dirigido o Sindicato dos Metalúrgicos em duas gestões (1959/1961 e 1961/1963) e estava sendo procurado pelo Departamento de Vigilância Social. Em seu prontuário nº 10.541, datado de 16 de outubro de 1968, consta como acusação que, “em 26 de agosto de 1961, foi membro ativo no movimento do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico” e que “era membro da diretoria e recusou a acatar a ordem dada pelo Ministro da Justiça para que fossem suspensas as reuniões dos sindicatos de classe”. Segundo o DVS, o “indiciado” encontrava-se na Rússia e, “por suas tendências comunistas, por suas ligações com elementos esquerdistas e por estar envolvido em greves, chegando os fatos a constituir crimes previstos no artigo, é passível de pena dos artigos números 7º, 10º e 13º da Lei de Segurança Nacional”¹⁴⁹. Como se

¹⁴⁷ Ata da 22ª reunião da junta governativa do sindicato, 10 de junho de 1965.

¹⁴⁸ Para ler o documento na íntegra: APM, Fundo Dops/MG, Pasta 5489, rolo 097, abr.1964-abri.1966, imagem 82.

¹⁴⁹ Todas as informações citadas sobre João Batista Viana estão em seu prontuário produzido pelo DVS. Nele, também é relatada sua atuação em Nova Lima/MG e na Mina de Morro Velho. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0717, rolo 024, jul.1959-nov.1972, imagens 2 a 4.

vê, João Batista é acusado de atos praticados antes mesmo do golpe e essa acusação só foi possível pelo fato de a polícia já dispor em seus registros de informações sobre diversos sindicalistas e trabalhadores.

Houve também a suspensão dos direitos políticos de algumas antigas lideranças operárias com algum nível de ligação com o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, por uma decisão da “Comissão mista de Investigações”. A suspensão se fez valer para Benigno José Silveira, Antônio Anastácio Campos, João Batista Viana, Sebastião Oliveira e João Sotero, conforme atesta documento do Dops/MG de 7 de junho de 1964¹⁵⁰. O alvo principal da comissão eram os comunistas, mas os ativistas sindicais metalúrgicos com atuação anterior ao golpe e à instalação do novo regime também foram perseguidos.

Um ofício, datado de 6 de julho de 1964, do delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana, endereçado ao chefe do Departamento de Vigilância Social também evidencia a constante comunicação entre esses órgãos. No documento, Onésimo explica que a DRT era responsável por “instruir os processos relativos às intervenções realizadas nas entidades sindicais deste Estado, com elementos comprobatórios de atividades subversivas, se for o caso, não só daquelas entidades, como também dos elementos que compunham sua administração”¹⁵¹. Para isso, necessitava da “valiosa colaboração” do Departamento de Vigilância Social, fornecendo informações recolhidas por esse órgão acerca de “atividades subversivas dos sindicatos e federações” do estado¹⁵². Junto a esse ofício foi encaminhado outro documento, em papel timbrado do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, intitulado “Entidades sindicais no Estado de Minas Gerais em regime de intervenção”. Nele, há uma lista organizada por cidade e em ordem alfabética com o nome de 41 entidades sindicais do estado e duas federações e de seus respectivos dirigentes, de forma a facilitar o trabalho da polícia no levantamento de informações¹⁵³.

¹⁵⁰ Segundo o documento, “a Comissão mista de Investigações composta por um major do Exército, um major da Polícia Militar e um delegado do Departamento de Vigilância Social, sugeriu a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos (cassação somente para os que exercem mandatos eletivos), conforme ofício nº 259-EM, de 7/6/64, do Sr. General de Brigada Carlos Luiz Guedes, comandante do 4ºRM e 4ºDI ao Sr. Marechal Estevão Taurino de Rezende Neto, Presidente da Comissão Geral de Inquérito”. No documento o nome de João Sotero aparece como sendo do Sindicato dos Metalúrgicos, contudo, nessa época ela já não fazia mais parte da entidade nem da categoria. O nome de Anélio Marques Guimarães também é citado como sendo do Sindicato dos Metalúrgicos, porém essa informação está incorreta. Entre os nomes estão, além dos citados acima, os de outras lideranças operárias e dos deputados estaduais Clodesmidt Riani e Sinval Bambirra. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0065, rolo 006, jul.1964-nov.1968, imagens 150 e 151.

¹⁵¹ Trecho transcrito do Ofício SS 1267/64, de 6 de julho de 1964. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0313, rolo 20B, jul.1965-abri.1964, imagem 21 e 24.

¹⁵² APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0313, rolo 20B, jul.1965-abri.1964, imagem 15.

¹⁵³ Para consultar o nome dos sindicatos e federações listados no documento citado, ver APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0313, rolo 20B, jul.1965-abri.1964, imagens 21 a 32.

Na lista consta o nome do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e dos seguintes dirigentes: Ênio Seabra, José Maurício Silva Santos, Mário Bento da Silva, João Pio de Souza, Antonio Sebastião Costa, Silvio Alves Faria, Vicente Ribeiro Leite, Armindo Dias de Souza, Darci Luiz Carneiro, Rubens Emídio Ramos, Cícero Manoel Nunes, Djalma da Conceição Silva, Sebastião Gonçalves, Pedro Dias, Raimundo Nonato Diniz, Antonio Correa da Silva, José Rodrigues, Lourival Dias, José Higino da Silva. Esses nomes faziam parte da diretoria destituída logo depois do golpe e do Conselho Fiscal que acompanhava as atividades do sindicato. Há três nomes rasurados, mas com um esforço de leitura é possível reconhecer a quem se referiam. São eles: Onofre Martins Barbosa, Sebastião dos Santos e Geraldo Fernandes de Oliveira, os interventores nomeados, que, antes de serem empossados como membros da junta governativa pelo Ministério do Trabalho, compuseram a diretoria da entidade, mas diante do novo contexto, obviamente, não seriam alvo dessa investigação.

No fim de 1964, com a regularização da situação do terreno do sindicato na Cidade Industrial, a junta decidiu pela instalação da “Delegacia do Sindicato” naquela região, que contaria com atendimento médico e de advogados¹⁵⁴. Depois de a diretoria destituída adquirir o terreno na rua Camilo Flamarión no começo do ano, faltava dar início à instalação da delegacia, que só seria inaugurada em 1º de maio de 1966. O plano de implantar uma subsede do sindicato na Cidade Industrial era antigo e nesse contexto tornou-se providencial para os integrantes da junta, que ao ampliar os serviços do sindicato procuravam melhorar sua imagem com os associados.

A junta governativa permaneceu no sindicato até meados de 1965, mas não sem oposição, conforme registros em atas. No dia 15 de setembro de 1964, depois de ler um relatório das reuniões realizadas com os patrões para discussão de aumento salarial, a junta concluiu que estava “sendo um verdadeiro para-raios de todos os lados”¹⁵⁵. Tanto que Onofre Martins Barbosa chegou a cogitar renunciar ao cargo:

O Sr. Presidente submeteu à apreciação dos presentes a sua disposição de renunciar ao cargo e entregar a direção da entidade aos outros companheiros da Junta Governativa, devido às muitas calúnias dirigidas a sua pessoa por vários associados e pelo fato de muitos empregadores serem os maiores culpados devido ao não cumprimento do acordo salarial firmado na Justiça do Trabalho. Destaca-se como pivô de tais acontecimentos, a Cia Siderúrgica Belgo Mineira, que através de alguns delegados de fábrica ingênuos procura comprometer a Diretoria com o único intuito de desmoralizá-la¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Ata da 12ª reunião da junta governativa do sindicato, 17 de novembro de 1964.

¹⁵⁵ Ata da 10ª reunião da junta governativa do sindicato, 15 de setembro de 1964.

¹⁵⁶ Ata da 14ª reunião da junta governativa do sindicato, 15 de dezembro de 1964.

Os integrantes da junta justificaram sua decisão da assinatura do acordo salarial pelo fato de “vários sócios” terem pedido para que o acordo não fosse julgado pela justiça, chegando a receber um abaixo-assinado solicitando que fosse aceita a proposta do Tribunal Regional do Trabalho. Também concluíram que não conseguiriam um aumento maior e que continuar com o processo na justiça atrasaria o acordo, fazendo “voltar à tona a luta de ódio entre o capital e o trabalho”¹⁵⁷.

Mesmo sofrendo críticas, a junta governativa ponderou que não deveria “abandonar” o sindicato antes da realização das eleições. “Quanto às calúnias, foi recordado que até Nosso Senhor Jesus Cristo, por ser a criatura humana mais justa e honesta, foi pregado na Cruz”. Finalmente, chegaram a duas conclusões: que era preciso uma chapa oficial encabeçada pelos três membros da junta, pois para eles era “um dever cívico e social, patriótico e democrata e sindical, fazer os maiores sacrifícios em prol de um sindicalismo livre, democrático e cristão”. E que os demais componentes dessa chapa deveriam ser trabalhadores com estabilidade para “evitar possíveis perseguições costumeiras de empresas anticristãs”¹⁵⁸.

Observe-se que, mesmo tendo à frente uma diretoria pouco combativa em relação às questões trabalhistas, ainda assim o sindicato enfrentava problemas com as empresas, tanto em relação à perseguição aos trabalhadores que participavam da entidade quanto ao não cumprimento dos acordos salariais. A junta considerava anticristãs as empresas que agiam dessa forma, também interpretava essa atitude como uma quebra na harmonia capital-trabalho que estava incumbida de restaurar na categoria, sendo que o componente moral estava quase sempre presente na forma como os interventores avaliavam as ações do sindicato e os resultados alcançados.

A junta utilizava palavras como “cristão” para referir-se ao sindicalismo que defendiam ou “anticristãs” para designar as empresas que não cumpriam os acordos, mas não se alinhava aos preceitos, por exemplo, dos Círculos Operários Católicos. Em uma reunião foi lido um ofício da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos no qual ela denunciava “os atos de baixo sindicalismo que vem sendo praticado pela Federação dos Círculos Operários, transformando-se num segundo CGT da direita, querendo assumir a liderança dos trabalhadores no Estado de Minas Gerais”. O ofício ainda argumentava que o comportamento da Federação dos Círculos Operários estava fora dos princípios estatutários da CLT¹⁵⁹. A

¹⁵⁷ Ata da 11ª reunião da junta governativa, 21 de outubro de 1964.

¹⁵⁸ Nesse momento, ainda não havia sido aprovada a lei que criava o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que na prática acabava com a estabilidade no emprego.

¹⁵⁹ Ata da 13ª reunião da junta governativa, 3 de dezembro de 1964.

Federação dos Metalúrgicos se colocava contrária a essas atitudes, sendo esse posicionamento compartilhado por alguns integrantes da junta governativa. A ação, tanto da Federação dos Círculos Operários quanto da Federação dos Metalúrgicos, demonstrava que, diante da perseguição dos ativistas de esquerda pela ditadura militar, as disputas políticas para ocupar esse espaço no movimento sindical em Minas Gerais estavam colocadas.

Em janeiro de 1965, Geraldo Fernandes de Oliveira, tesoureiro da junta, apresentou em reunião um convite recebido dos Círculos Operários Católicos para participar como professor de um curso de formação de líderes sindicais. Onofre e Sebastião ponderaram sobre “o passado desta organização e o perigo que pode trazer para o companheiro Geraldo, participar de duas entidades, que se vem combatendo de parte a parte”, disseram ainda que ele deveria ouvir a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos e o delegado regional do Trabalho antes de decidir¹⁶⁰. Ao que parece, Geraldo Fernandes decidiu por continuar frequentando o círculo, comparecendo como representante do sindicato na formatura do curso promovido por essa entidade. Tentou ainda contemporizar os ânimos, aproveitando uma reunião da diretoria para informar que o “Reverendo Padre Ary de Freitas fez elogios ao Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e a toda diretoria, dando a entender que está do nosso lado”¹⁶¹.

Em relação ao papel que desempenhavam no sindicato, os membros da junta governativa do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem avaliavam que este “entre tantos sindicatos desta capital, é o que vem honrando com galhardia a confiança nela depositada pelo Sr. Delegado Regional do Trabalho e pelo Comando Revolucionário”¹⁶². Essa afirmação demonstra que eles próprios reconheciam que estavam cumprindo com a atribuição para a qual foram designados. E faziam questão de registrar o apoio ao governo militar, como ocorreu depois que Sebastião dos Santos relatou sua participação no encontro do ministro do Trabalho com sindicalistas, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, em São Paulo, em que se discutiu a questão da previdência social e as bases para o aumento salarial. Depois do relato, Onofre Martins “pôs em votação e foi unanimemente aprovado incondicional apoio ao Governo e a todas as autoridades constituídas no momento, certos de que só assim poderemos ajudar nessa missão tão espinhosa de recuperação moral e cívica do país”¹⁶³.

¹⁶⁰ Ata da 16ª reunião da junta governativa do sindicato, 12 de janeiro de 1965.

¹⁶¹ Ata da reunião da diretoria do Sindicato, 9 de dezembro de 1965. (Nesse momento já havia ocorrido a eleição para o sindicato).

¹⁶² Ata da 14ª reunião da junta governativa do sindicato, 15 de dezembro de 1964.

¹⁶³ Ata da 17ª reunião da junta governativa do sindicato, 16 de fevereiro de 1965.

Avalio o comportamento político dos dirigentes que pertenciam à junta governativa frente ao regime militar pela chave interpretativa da adesão, cujo significado está associado à aceitação, ao consentimento e/ou apoio ao governo e ao que ele representa. Rodrigo Patto Sá Motta (2014) aponta que a adesão e o apoio à ditadura ocorreram em várias instâncias da sociedade, advindas das motivações mais diversas, que passam pela simpatia e afinidade com os valores do regime em vigor, por medo dos golpistas, pelo apego a cargos e vantagens e/ou pela possibilidade de consegui-los.

O caso de Onofre Martins Barbosa foi emblemático, pois ele conseguiu ascender no movimento sindical. Logo depois do golpe, como se viu, Onofre voltou ao sindicato como interventor e presidente da junta, continuando na presidência da entidade depois de eleito em 1965. Em 1967, a chapa apoiada por ele perdeu, mas ele já fazia parte da diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) desde 1966¹⁶⁴, onde permaneceu por 17 anos, exercendo cargos distintos. Seu afastamento da confederação só ocorreu em 1983, em função de denúncias de irregularidades na construção do Centro Educacional da entidade, em Brasília. Nessa época, era secretário de finanças da CNTI e sócio da empreiteira contratada para realizar a obra citada¹⁶⁵.

Essa situação demonstra que de um lado havia, por parte de alguns dirigentes sindicais, como os membros da junta governativa do Sindicato dos Metalúrgicos, uma afinidade com os valores vigentes do regime e a crença de que estavam restabelecendo a ordem no sindicato, assim como os militares estavam fazendo no Brasil. De outro lado, é notório que a adesão à ditadura possibilitou a obtenção de cargos e vantagens, senão para todos, pelo menos para Onofre Martins Barbosa.

2.5 Controle dentro e fora do sindicato

Nesse contexto, além de contar com o apoio voluntário de lideranças sindicais, como foi possível observar no caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, o governo ditatorial buscou controlar o movimento operário e sindical, seja por meio do uso da

¹⁶⁴ **Jornal do Brasil**, 20 de abril de 1966, p. 17. A primeira eleição da CNTI de que Onofre participou foi para o biênio 1966/1968.

¹⁶⁵ Segundo a denúncia, a empreiteira foi contratada sem concorrência pública. **Jornal do Brasil**, 10 de dezembro de 1983, p. 19. Outra irregularidade era o fato de Onofre ser sócio da empreiteira responsável pela obra e secretário de Finanças da CNTI. Devido ao escândalo, Ary Campista, presidente da CNTI, pediu demissão do cargo. **Jornal do Brasil**, 13 de dezembro de 1983, p. 19. Os jornais não noticiaram o desfecho da Comissão de Inquérito criada pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo, para investigar as denúncias. **Jornal do Brasil**, 6 de junho de 1984, p. 20.

repressão, seja com mudanças na legislação social com foco na esfera trabalhista. Assim, todo um aparato legislativo foi constituído pela ditadura militar, desde o estabelecimento de regras para o acesso às direções sindicais até outras regulamentações, de modo a controlar o sindicalismo combativo e evitar o retorno da esquerda.

A implantação do primeiro Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), que perdurou de 1964 a 1966, trazia como prioridade a luta contra a inflação. Para isso, foram estabelecidas três estratégias pela equipe econômica: severa política de crédito ao setor privado, redução do déficit governamental e política de controle de reajuste de salários (ALVES, 2005, p. 90). Desse modo, houve modificação na política salarial, com o governo transferindo para si o poder de fixar o índice de reajuste anual dos salários, tirando dos sindicatos as condições legais para pressionar os patrões (FREDERICO, 1987)¹⁶⁶. Isso impactou diretamente os reajustes salariais e a própria distribuição de renda. Como explicam Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein (2014), até a implantação da ditadura, os salários dos trabalhadores eram reajustados anualmente, para compensar a inflação do período. A nova legislação passou a corrigi-los utilizando uma fórmula que considerava dois aspectos: a inflação passada e a previsão da inflação para os próximos doze meses. “Como a inflação futura era sistematicamente subestimada, a nova legislação provocou perda salarial sistemática, com perversos efeitos distributivos” (LUNA; KLEIN, 2014, p. 94). Ainda segundo os autores, a legislação, introduzida num regime extremamente repressivo, provocou perda significativa nos salários reais, o chamado “arrocho salarial”, e foi uma das principais causas da diminuição dos custos da mão de obra para a iniciativa privada e do sucesso do programa de estabilização. “Difícilmente tais medidas poderiam ter sido implantadas em um regime aberto e com liberdade sindical” (LUNA; KLEIN, 2014, p. 94).

Outra providência que atingiu os trabalhadores e os sindicatos foi a promulgação da Lei de Greve, chamada popularmente de lei antigreve. Publicada em junho de 1964, essa lei estabeleceu um conjunto de regras para realização de greves no país. Dessa forma, a ditadura promoveu o cerceamento desse direito, o que na realidade resultou em sua proibição, tendo em vista que atender às regras impostas para sua realização era quase impossível¹⁶⁷. Ademais, qualquer movimento nesse sentido poderia resultar em risco para os dirigentes sindicais e trabalhadores de serem acusados de atentar contra a “Segurança Nacional”. Essas duas medidas – legislação de controle de greve e regulamentação dos reajustes salariais – eram

¹⁶⁶ A política salarial passou a ser organizada pelos decretos nº 54.018/64 e nº 54.228/64, das leis nº 4.725/65 e nº 4.903/65 e os decretos-leis nº 15/66 e nº 17/66.

¹⁶⁷ A Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, passou a regular o direito de greve.

consideradas iniciativas necessárias para atrair investimentos financeiros estrangeiros (ALVES, 2005, p. 93), independentemente, como se viu, do grau de exploração do trabalhador que isso acarretaria. O governo implantou ainda o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que colocou fim à estabilidade no emprego e incentivou a rotatividade, dificultando a organização sindical (FREDERICO, 1987)¹⁶⁸. Essa postura evidenciava, nos primeiros anos da ditadura militar, o propósito de desarticular e controlar o movimento sindical, que havia crescido muito no Brasil nos anos anteriores.

Para Antonio Luigi Negro (2004, p. 245), a política de estabilização econômica da ditadura militar pode ser considerada “o AI-5 dos trabalhadores”, pois só pôde ser implantada com “coerção, vigilância, tutela e punições”. A partir daí, abriu-se caminho ao empresariado para “arrancar a produção” dos trabalhadores que “antes ‘arrancavam’ direitos aos patrões”. E mesmo com as explanações do presidente da República, o general Castelo Branco, sobre a necessidade de sacrifício de todos naquele momento, na prática, os encargos dessa política recaíram sobre os ombros do operariado (SILVA, 2015).

Em relação às eleições nos sindicatos, o governo ditatorial, por meio do Ministério do Trabalho, expediu a Portaria nº 40, em 21 de janeiro de 1965, com instruções para regular as eleições sindicais no país, abrindo espaço para que elas acontecessem, mas de maneira controlada¹⁶⁹. Isso porque, segundo Celso Frederico (1987), o governo brasileiro teve de ceder às pressões externas, pois, como signatário de acordos internacionais que previam a liberdade sindical, foi necessário convocar eleições nos sindicatos com intervenção. É provável também que a decisão de autorizar a realização de eleições no país tenha se dado em função da preocupação em sustentar certo ar da legalidade do regime que o acompanhou durante toda a sua vigência. Ademais, as intervenções nos sindicatos do país também estavam gerando descontentamento e questionamentos em diversos setores.

No *Manifesto Nacional pela Democracia e o Desenvolvimento*, escrito por intelectuais e divulgado pela imprensa em março de 1965, por exemplo, um dos pontos imperativos era “a suspensão das intervenções nos sindicatos de trabalhadores e nas associações e diretórios de estudantes”¹⁷⁰. No mês anterior houve manifestação, no Senado Nacional, de Josaphat Marinho,

¹⁶⁸ Implantação do FGTS pela Lei nº 5.170/66.

¹⁶⁹ Portaria nº 40, de 21 de janeiro de 1965, que disciplina o processo de eleições sindicais.

¹⁷⁰ Além desse ponto, o manifesto pedia a garantia dos direitos de opinião, associação, reunião e propaganda; a reintegração dos direitos civis e políticos, de todos os cidadãos; o fim dos Inquéritos Policiais Militares de natureza política, a libertação de presos políticos, a realização de eleições em todas as esferas; fim das “manobras prorrogacionistas ou intervencionistas; e o respeito à liberdade e autonomia universitária. In: MANIFESTO à nação defende liberdade. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 de março de 1965.

na ocasião senador sem partido, que se utilizou de trecho de um discurso de Castelo Branco para se posicionar pelo fim das intervenções sindicais:

Se o Presidente da República, de outro lado, declara que a Nação reclama por crescente e aperfeiçoada justiça social, e que a Revolução não recuará a um passado de deformações condenáveis, urge que se restabeleça, na sua plenitude, a liberdade de funcionamento dos sindicatos, no País. Provado já está, pela compreensão verificada durante quase um ano de fixação do novo Governo, que, se havia elementos de procedimento condenável entre os trabalhadores, não era, contudo a massa operária responsável pelo desvio de ação e funcionamento de suas organizações específicas: Se não o eram, – como perfeitamente demonstrado está – impõe-se que o Governo, corretamente, restabeleça a liberdade de ação dessas organizações, para que sejam, em verdade, órgãos de defesa dos interesses do trabalhador e não instrumentos de realização de propósitos eventuais do Governo¹⁷¹.

Josaphat Marinho, no mesmo discurso, questionou a Portaria nº 40, que autorizava as eleições sindicais conforme citado acima, apontando problemas nas regras estabelecidas pela medida ministerial. Entre elas, chamava a atenção para a que obrigava os candidatos ao sindicato a apresentar declaração de próprio punho de que “respeitarão a Constituição Federal, as leis e se comprometem, a acatar as autoridades constituídas”. Sobre isso, o senador expunha que esse era um dever de todo cidadão brasileiro, sendo desnecessário constar na portaria. Para ele, o mais grave estava no item em que o ministro do Trabalho dizia que “o candidato posto em organização sindical declarará, também, que se obriga – são expressões agora da própria Portaria – a acatar as decisões emanadas dessas autoridades”. Finalizou dizendo que, se nem a Constituição nem a CLT traziam essa exigência, causava-lhe “estranheza”, portanto, ver o representante sindical obrigado, por uma portaria do Ministério do Trabalho, a declarar que acatava as decisões das autoridades, o que em suma significava que “para a organização sindical não haveria liberdade para pedir a revisão dos atos oficiais, ou para aprovar sugestão nesse sentido”¹⁷².

Outro ponto que levantou críticas à portaria, dessa vez do senador Aarão Steinbruch, foi a necessidade de os candidatos a representantes sindicais apresentarem atestado ideológico. Ele também denunciava a presença da polícia política no meio dos trabalhadores.

Os trabalhadores e suas organizações profissionais acham-se encurraladas, sob o peso de um implacável sistema de opressão. Não se nega que alguns sindicatos têm sido autorizados a realizar eleições. Mas acontece que, ainda neste caso, subsiste a odiosa Intervenção governamental: a decorrente da inconstitucional Portaria nº 40, do

¹⁷¹ MARINHO, Josaphat. Anais do Senado, sessões 1 a 16, Brasília, fev. 1965, p. 176-177.

¹⁷² *Ibidem*, p. 177.

Ministério do Trabalho, que exige dos candidatos inclusive o atestado de ideologia, e a da Polícia política, invariavelmente presente e sempre pronta para ameaçar e prender¹⁷³.

No final, mesmo com os questionamentos no Senado Nacional, não houve mudanças na Portaria nº 40 do Ministério do Trabalho, que regulamentava as eleições sindicais. No Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, a situação da junta governativa tornava-se cada vez mais insustentável.

Um episódio de prisão de dois operários na Cidade Industrial sinalizava a insatisfação de alguns trabalhadores em relação à junta e, principalmente, a Onofre Martins Barbosa. Terezinho Vasconcelos de Brito e José de Souza Machado, trabalhador demitido da Mannesmann e operário da Belgo Mineira, respectivamente, foram presos e autuados por crime contra a Segurança Nacional no dia 27 de março de 1965, durante uma ronda da polícia na Cidade Industrial. Segundo o “Auto de prisão em flagrante delito”, produzido pelo Departamento de Vigilância Social, os dois trabalhadores foram detidos em frente à fábrica Bates do Brasil S/A, portando pincéis e tinta para pichar muros na região. Terezinho declarou em seu depoimento que o motivo da pichação era que o presidente da junta governativa, Onofre Martins Barbosa, “trabalhava sempre contra o operariado e na revolução foi o mesmo nomeado interventor pelos militares”. Terezinho também argumentou que cobrava de Onofre a realização de eleição e que “o mesmo alegava que ali estava para cumprir ordens dos militares e que se quisessem eleições que fizessem o movimento”. Por isso, decidiu pichar os muros da Cidade Industrial com as seguintes frases: “Abaixo o pelego Onofre”, “fora com a intervenção sindical”, “eleições gerais”. Os policiais disseram que Terezinho e José declararam que as pichações também teriam os seguintes dizeres: “Precisamos de Juscelino e Goulart”, “Abaixo a ditadura” e “Partido Comunista”¹⁷⁴. Embora as pichações tenham ficado apenas no campo da intenção, não tendo sido concretizadas, os dois trabalhadores permaneceram presos durante 33 dias. Posteriormente, o processo contra Terezinho e José foi arquivado¹⁷⁵.

Levando em conta a origem desse documento, um “auto de prisão em flagrante delito” produzido pela DVS no calor do momento, ou seja, com a tensão que uma prisão em flagrante, durante uma ditadura, com toda certeza causava, considero que, ainda assim, essa

¹⁷³ STEINBRUCH, Aarão. Anais do Senado, sessões 21 a 38, Brasília, fev. 1965, p. 210.

¹⁷⁴ O auto de prisão com as declarações de Terezinho Vasconcelos encontra-se em: APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0135, rolo 012, jun.1964 - out.1975, imagens 14 a 23.

¹⁷⁵ Certificado lavrado em cartório, no dia 8 de julho de 1968, comprovando que o referido processo se encontrava arquivado. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0135, rolo 012, jun.1964 - out.1975, imagens 6 e 7. O argumento utilizado pela defesa foi de que não havia crime em portar pincéis e tintas e que eles não poderiam ser presos por terem a “intenção de pichar muros”, já que a ação não foi realizada. Terezinho e José foram soltos no dia 30 de abril de 1965.

fonte é interessante para a análise. De acordo com o documento, o presidente da junta governativa, Onofre Martins Barbosa, não chegou a ver seu nome pichado nos muros da Cidade Industrial, mas a fala de Terezinho aos policiais indica a existência de descontentamento de alguns trabalhadores em relação a Onofre, à intervenção sofrida pelo sindicato logo após o golpe, à junta governativa e à falta de eleições. Essa insatisfação foi percebida pelos próprios integrantes da junta, a ponto de em uma reunião deliberarem:

que o Sr. Presidente procurasse o mais breve possível o Sr. Delegado Regional do Trabalho e fizesse ver a ele, que o desejo geral da categoria é a realização das eleições o mais breve possível, tendo em vista que não é possível a Junta Governativa se manter nessa situação, sem coragem para continuar defendendo o sindicalismo que professamos, de união entre o capital e o trabalho¹⁷⁶.

Assim, com o objetivo de dar legitimidade aos seus dirigentes e pressionado pelos próprios membros da junta governativa que consideravam não ser mais possível se manterem nessa condição diante da categoria, o delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana, autorizou a realização de eleições para compor a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Contudo, para impedir que algumas conhecidas lideranças se candidatassem, o delegado encaminhou o ofício SS.1183/65, em 14 de junho de 1965, ao chefe do Departamento de Vigilância Social, Fábio Bandeira de Figueiredo, com os nomes de dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos, “que em virtude do despacho do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social no respectivo processo de intervenção estão impedidos de concorrer nas eleições a se realizarem naquela entidade”¹⁷⁷. São eles: Ênio Seabra, José Márcio Silva Santos, Mário Bento da Silva, José Pio de Souza, Sílvio Alves Faria, Vicente Ribeiro Leite, Armindo Dias de Souza, Darci Luiz Carneiro, Rubens Emídio Ramos, Cícero Manoel Gomes, Djalma da Conceição Silva, Sebastião Gonçalves, Pedro Dias, Raimundo Nonato Diniz, Antônio Correa da Silva, José Rodrigues, Lourival Dias, Luiz Gonzaga de Souza Lima, José Higino da Silva. Nessa lista aparecem os nomes dos dirigentes que faziam parte do sindicato no período anterior ao golpe, incluindo algumas conhecidas lideranças, como Ênio Seabra e Mário Bento¹⁷⁸.

Desse modo, a eleição para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos foi realizada tendo na disputa uma chapa única, formada por ex-integrantes da junta governativa. Chamo aqui de “ex-integrantes da junta governativa” pois, para participarem da chapa que

¹⁷⁶ Ata da 22ª reunião da junta governativa do sindicato, 10 de junho de 1965.

¹⁷⁷ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0296, rolo 019, dez.1964 - set.1966, imagem 133.

¹⁷⁸ Nessa lista aparece o nome de Luiz Gonzaga de Souza Lima, que também era uma liderança do movimento estudantil e militante da Ação Popular.

concorreria às eleições daquele ano, Onofre Martins Barbosa, Geraldo Fernandes e Sebastião solicitaram afastamento da direção sindical à Delegacia Regional do Trabalho. Aproveitaram também para designar Agenor Mendes, Armando Belloni e Odarth Miguel Moreira; presidente, secretário e tesoureiro, respectivamente, para ocuparem seus cargos na nova junta governativa. A dispensa foi concedida e os nomes indicados foram aprovados pelo delegado regional do Trabalho¹⁷⁹.

O pleito teve de ser realizado em dois turnos, pois não houve número de eleitores suficiente, faltando cerca de 400 votos para atingir o mínimo exigido¹⁸⁰, demonstrando a falta de legitimidade dos interventores junto à categoria. A coluna *Notas Sindicais* do jornal *Diário da Tarde* de 19 de agosto de 1965 informou ainda aos leitores que a junta governativa do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos estava tentando conseguir quórum nas eleições, já que da primeira vez isso não tinha sido possível¹⁸¹.

Em 27 de agosto de 1965, a chapa composta pelos integrantes da junta governativa foi empossada para o biênio 1965/1967, mas agora em condição diferente, eleita por seus associados, ainda que tenha sido inscrita para a disputa uma única chapa e que se questionem as condições de realização das eleições. Tomaram posse Onofre Martins Barbosa, Sebastião dos Santos e Geraldo Fernandes de Oliveira, mais os seguintes dirigentes: José Wenceslau de Freitas, Djalma Alves de Azevedo, Antônio Sebastião Costa e Cláudio Costa. Pela ata da nova diretoria, tudo transcorreu como se esperava, tanto que a eleição se tornou motivo para comemoração, como pode ser observado no trecho: “O Sr. Onofre frisa bem claro, que dará uma recepção aos metalúrgicos em geral, principalmente aos mesários que muito lutaram pela eleição da chapa”¹⁸². Mas por que Onofre considerou digno de nota “a luta” dos mesários para que a chapa fosse eleita? Teria sido o papel exercido por eles nas eleições sindicais maior do que apenas garantir a organização do processo eleitoral, segundo os trâmites estatutários?

A coluna *Notas Sindicais* também ressaltou que Onofre havia sido eleito presidente e “pela primeira vez na história do sindicato, uma senhorita, Nilsa Fernandes de Oliveira, quarta colocada no concurso *Miss Industriária*”¹⁸³. Nilsa Fernandes foi eleita como integrante suplente da diretoria do sindicato e mesmo o estatuto não a obrigando a estar sempre presente nas reuniões de diretoria seu nome e sua assinatura aparecem em algumas atas. Sua fala,

¹⁷⁹ O ofício da junta governativa do Sindicato dos Metalúrgicos ao delegado regional do Trabalho, registrado sob o número 73/65, foi copiado no livro “Atas de Posse” do sindicato, assim como a resposta do delegado ao pedido de afastamento e indicação da nova junta governativa.

¹⁸⁰ NOTAS Sindicais. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 6 de agosto de 1965, p. 5.

¹⁸¹ *Idem*, 19 de agosto de 1965, p. 5.

¹⁸² Ata da reunião da diretoria, 31 de agosto de 1965.

¹⁸³ NOTAS Sindicais. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 24 de agosto de 1965, p. 7.

contudo, só é registrada uma única vez durante toda a gestão, com certeza o fato de ela ser mulher, filha de um dos diretores e estar entre sindicalistas experientes dificultava a criação de espaços de fala no interior da diretoria, por outro lado, a participação de Nilsa aparece na ata ao registrar que ela apresentou relatório “verbal sobre sua representação na Guanabara do Sindicato”, função que requer certa confiança da diretoria¹⁸⁴. Destaca-se também, nessa chapa, a presença de Joaquim José de Oliveira, uma importante liderança metalúrgica, como membro efetivo do Conselho Fiscal da entidade, que na eleição seguinte disputaria o pleito ao lado dos candidatos da esquerda. Nas memórias das lideranças, essa passagem de Joaquim Oliveira pela diretoria composta por ex-interventores é esquecida.

De um modo geral, as eleições sindicais passaram a ser regulares nos sindicatos do país, ainda que se tenha que levar em consideração as condições de realização, sendo obrigatória a apresentação de atestado ideológico e de declaração de obediência às autoridades oficiais, conforme discutido anteriormente. A partir daí, o Sindicato dos Metalúrgicos passou a ser constituído por uma diretoria eleita, e não mais por uma junta governativa. No entanto, o que se observa é que sua prática cotidiana na forma de conduzir a entidade não representou muitas mudanças. Mas agora, para usar uma frase já dita por esses dirigentes, eles teriam “coragem para continuar defendendo o sindicalismo que professamos, de união entre o capital e o trabalho”.

Os membros da diretoria do sindicato continuaram participando dos cursos promovidos pelo Instituto Cultural do Trabalho, como foi o caso do diretor Cláudio Costa, que se ausentou do sindicato por três meses, para fazer um curso de aperfeiçoamento sindical ministrado pelo instituto, em São Paulo. Cláudio inclusive passou a ministrar cursos de formação de lideranças sindicais em cidades do interior de Minas Gerais, posteriormente. O sindicato também chegou a emprestar sua sede ao Instituto Cultural do Trabalho para a realização de um curso de formação de dirigentes sindicais em Belo Horizonte, “por reconhecerem que até o presente momento esta organização vem prestando grandes serviços ao sindicalismo democrático”¹⁸⁵. Quem também se ausentou do sindicato foi seu vice-presidente, Sebastião dos Santos, para realizar “estágio nos Estados Unidos da América do Norte, de finalidade sindical”¹⁸⁶, demonstrando que mesmo depois do golpe as viagens aos Estados Unidos para formação sindical continuavam a acontecer.

¹⁸⁴ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 3 de fevereiro de 1966.

¹⁸⁵ *Idem*, 14 de abril de 1966.

¹⁸⁶ *Idem*, 22 de abril de 1967.

Em 1966, a delegacia do sindicato na Cidade Industrial foi finalmente inaugurada. Na programação, ocorreram uma missa campal e coquetel aos presentes. O que chama a atenção é o fato de vários empresários doarem donativos para a festa de inauguração da delegacia e os diretores dizerem isso com naturalidade durante uma reunião¹⁸⁷. Talvez porque essa prática, na verdade, evidenciasse a concepção de sindicalismo adotada por esses dirigentes, marcada pela crença na união entre capital e trabalho.

É desse ano também a realização do 1º Campeonato Metalúrgico de Futebol pelo sindicato¹⁸⁸. Seu organizador, o vice-presidente da entidade, Sebastião dos Santos, avaliou que o campeonato foi bem aceito pela categoria, tanto que no ano seguinte recebeu solicitações das organizações esportivas dos metalúrgicos para que a competição fosse iniciada. A diretoria aprovou a realização da segunda edição por achar que essa atividade havia trazido novos associados para o sindicato¹⁸⁹. Outra iniciativa organizada e defendida pelo vice-presidente da entidade foi a realização de curso de corte e costura, bastante procurado pelos sócios. Por isso, os diretores aprovaram sua realização, por acharem que “é este o caminho certo que o sindicalismo, tão desprestigiado, terá que seguir para merecer alguma confiança de seus associados e ainda algumas esperanças”¹⁹⁰. Resta avaliar como um curso de corte e costura poderia fazer com que os trabalhadores passassem a ter confiança e esperanças no sindicato.

Basicamente, entre 1965 e 1967, as assembleias com a categoria eram convocadas para tratar do patrimônio do sindicato, aprovação das contas, aprovação de aumento da mensalidade do sindicato e as bases do aumento salarial. Pela leitura das atas das assembleias desse período, o que se observa é que, apesar da presença da oposição nessas reuniões problematizando e discutindo as propostas apresentadas pela diretoria, na maioria das vezes, elas eram aprovadas. Em alguns casos, a reação de insatisfação de alguns trabalhadores às propostas da diretoria vinha depois da assembleia, como no caso do abaixo-assinado de 60 funcionários da fábrica Mafersa solicitando seu desligamento do sindicato, devido ao aumento das mensalidades¹⁹¹. Pedido esse que foi prontamente deferido pela diretoria, o que causa certa estranheza, já que perder associados não era algo positivo para a entidade.

Em março de 1967, Onofre Martins Barbosa, atuando no setor de assuntos internacionais da CNTI conforme informou à diretoria, anunciou que não pretendia continuar

¹⁸⁷ *Idem*, 22 de abril de 1966.

¹⁸⁸ *Idem*, 12 de maio de 1966.

¹⁸⁹ *Idem*, 30 de janeiro de 1967.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ *Idem*, 31 de maio de 1966.

na presidência do sindicato nem disputar as eleições sindicais que ocorreriam nos próximos meses, “mas que desejava trabalhar para que a entidade tivesse uma nova administração eficiente”. Falou também de “sua preocupação em preservar o atual sentido da administração do sindicato, relembrando os dias difíceis vividos antes da revolução, vencidos graças ao sacrifício da atual diretoria, em prol da entidade”¹⁹². Aqui Onofre Barbosa ressalta as mudanças positivas trazidas pelo que ele chama de “revolução”, reafirmando sua simpatia pelo novo regime, além de destacar o papel da direção do sindicato para vencer os momentos difíceis. O vice-presidente Sebastião dos Santos demonstrou interesse em permanecer no sindicato, formando assim, uma chapa com apoio de Onofre para concorrer à eleição que seria realizada em agosto de 1967. Fato é que, no período que a junta governativa esteve à frente do Sindicato dos Metalúrgicos e posteriormente seus integrantes tornaram-se parte da diretoria eleita, os ativistas sindicais e militantes de esquerda da Cidade Industrial buscaram se reorganizar para retomar a direção do sindicato e/ou para resistir à ditadura militar recém-instaurada, como será analisado no capítulo seguinte.

¹⁹² *Idem*, 6 de março de 1967.

CAPÍTULO 3 - TRABALHADORES E MILITANTES: FORJANDO REDES

3.1 Recompondo forças

O golpe de 1964 seguido da instauração da ditadura marcou um novo momento na luta dos trabalhadores no Brasil. Em relação a isso, Marco Aurélio Santana (2008) aponta que de início o que restou, em termos do movimento operário, como tradicionalmente restava em períodos como esse, foi o trabalho pequeno e silencioso no chão de fábrica. Na Cidade Industrial, o trabalho se deu no chão de fábrica e no chão dos bairros.

Efigênia de Oliveira lembra-se que, com o golpe de 1964, “houve um massacre grande no movimento social que era organizado nos bairros e na própria igreja, essa coisa toda, e no movimento sindical também, aí o que sobrou foi pouco, o que sobrou foram aquelas pessoas mais recentes no movimento”. Como as lideranças conhecidas, principalmente aquelas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro, haviam sido presas ou saído de cena, indo para a clandestinidade devido à perseguição e à suspensão dos direitos políticos, o movimento na região foi sendo retomado aos poucos, pelos militantes mais jovens, “foi esse pessoal jovem da minha época, da época da Conceição [Imaculada] (...) que foi retomando esse movimento, aos poucos”¹⁹³.

É preciso considerar que havia também ativistas sindicais na região que eram uma geração anterior a de Efigênia e Conceição, como Ênio Seabra, Mário Bento, Joaquim José de Oliveira, entre outros. No entanto, o próprio Ênio, em entrevista, reconhece que, apesar de sempre ter tido uma atuação grande dentro da Mannesmann, só depois do golpe ele passou a ser conhecido e se tornou uma referência para a categoria dos metalúrgicos.

E eu sempre dediquei com afinco àquela luta dentro da empresa. Com muita dedicação e perseverança, quase dia e noite se possível. E aquilo foi dando condições a essa, como eu já disse que a Mannesmann descontava os dias de certas pessoas, as horas. Aquilo nós conseguimos reverter, ela pagou e não descontou de mais ninguém. Em tudo a gente estava sempre atuando. Dentro da empresa que algum caso resolvia, e esse movimento da cantina que era para melhoria. Eu estava sempre na frente disso tudo. Agora, no meio do metalúrgico em geral eu já não estava tanto, porque só depois de [19]65, aliás, depois do golpe. Depois do golpe a gente atuou mais. Mas antes eu atuava muito, mas não aparecia quase, porque o espaço era menor, tinha mais gente, essas coisas todas. Como depois do golpe a maioria desapareceu eu continuei atuando. E isso me fez ir aparecendo mais. (Ênio

¹⁹³ Efigênia Oliveira. Entrevista concedida à autora, 15/07/2015.

Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995).

Ênio acredita que o desaparecimento de outras lideranças fez com que ele ganhasse visibilidade. Para Espinosa (1978, p. 164), o fato de algumas lideranças sindicais terem continuado morando e/ou trabalhando na Cidade Industrial, apesar da intervenção no sindicato – como foi o caso de Ênio Seabra, Joaquim de Oliveira e Mário Bento, que continuaram trabalhando na Mannesmann, na A Única e na Mafersa, respectivamente –, permitiu intensa mobilização junto às bases, ação desenvolvida à margem do Sindicato dos Metalúrgicos.

Era preciso recompor forças e somar esforços para enfrentar a intervenção no sindicato e os desmandos dos patrões que agora contavam com uma importante aliada: a ditadura militar. Ênio Seabra esclarece que, de início, mesmo com a intervenção e tendo sido destituído do cargo, ainda havia certa liberdade de reunião, “a gente continuou trabalhando nas assembleias”. Um fato lembrado por ele ocorreu quando a Mannesmann começou a descontar algumas horas de trabalho semanais para, segundo a empresa, equilibrar suas contas, pois os diretores alegavam que a companhia estava em situação precária. Sob a liderança de Ênio, um grupo de trabalhadores enviou uma carta ao sindicato solicitando que fosse feita uma assembleia para discutir a legalização do desconto, momento em que, mesmo com a argumentação dos representantes da empresa, foi constatado que a cobrança era ilegal. Diante do impasse, Ênio pediu a Onofre Martins, presidente do sindicato, que anulasse a assembleia, pois como ela não havia recebido autorização da Delegacia Regional do Trabalho, não tinha legalidade para discutir o problema. Isso foi feito e a assembleia foi dissolvida. Seabra continua: “voltamos ao trabalho. No mês seguinte ou semana, não me lembro bem, eles pagaram tudo que eles já tinham descontado de todo mundo, e não falaram mais nisso, nem continuaram com esse assunto de descontar os dias, nem horas de ninguém mais”¹⁹⁴.

A decisão de Ênio Seabra de solicitar a anulação da assembleia utilizando-se do discurso da ilegalidade, já que não havia sido autorizada pela DRT, pode parecer inusitada no primeiro instante. Porém, o que estava em jogo era demonstrar para a empresa, a diretoria do sindicato e os trabalhadores que o movimento operário ainda tinha força e que era possível se articular. Tanto que ele finaliza o relato dizendo: “Não deixou de ser uma vitória ali [riso] do trabalhador”¹⁹⁵. Convém destacar que essa ação do ativista também deslegitimou a diretoria

¹⁹⁴ Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

do sindicato diante dos trabalhadores, pois no final das contas a assembleia foi anulada, já que os dirigentes não seguiram o trâmite legal junto à DRT.

Os grupos de oposição, para além do trabalho de mobilização e agitação nas fábricas junto às bases, procuravam ocupar espaço no sindicato, principalmente no período dos reajustes salariais (MUNIZ, 1984, p. 197). A oposição participava das assembleias e tentava barrar algumas propostas da diretoria, como o aumento das mensalidades do sindicato¹⁹⁶. Foi o que ocorreu na assembleia realizada em setembro de 1966, quando teve início a discussão sobre o aumento salarial da categoria. A oposição esteve presente e o debate foi acalorado na tentativa de forçar a diretoria do sindicato a apresentar uma proposta que fosse além do índice definido pelo Departamento Nacional de Salários. Terezinho Vasconcelos de Brito fez um discurso exortando os trabalhadores à união, “dizendo que somente poderemos nos libertar desta escravidão no dia em que o trabalhador perceber que só unidos poderemos conseguir alguma coisa”. Ênio Seabra, por sua vez, responsabilizou a diretoria pelos “revezes que o sindicato vem sofrendo”. E Mário Bento, também da oposição, perguntou qual a “razão de convocar assembleia, já que a mesma não tinha autonomia de resolver nada”. Todos esses questionamentos foram respondidos pelo presidente do sindicato, que julgou inoportuna para a entidade a realização de qualquer movimento, sem explicitar, no entanto, os motivos desse julgamento¹⁹⁷. Se no período democrático o sindicalista Onofre Barbosa como dirigente no sindicato desencorajava ações mais combativas, durante a ditadura não seria diferente.

Na assembleia seguinte, convocada para decidir sobre as bases para o aumento salarial dos metalúrgicos, a partir do índice de 39% já estabelecido pelo governo federal, os mesmos associados se manifestaram, mas suas opiniões não foram registradas em ata, ao contrário dos advogados do sindicato, cujas falas em favor da legislação são destacadas. A aceitação do índice da categoria determinado pelo governo foi confirmada por meio de eleição secreta, com 524 votos a favor e 2 contra¹⁹⁸. Mesmo o Departamento Nacional de Salários tendo fixado o índice do aumento, foi realizada uma votação em assembleia para saber se os associados concordavam ou não com isso. Esse ritual da votação secreta poderia dar a sensação aos trabalhadores de que eram eles que estavam decidindo. Nesse caso, se o resultado fosse outro, o que eles poderiam fazer? Haveria espaço para reivindicações fora do índice? Uma coisa é certa, a categoria não contaria com o apoio da diretoria do sindicato. Isso

¹⁹⁶ Ata da assembleia extraordinária do sindicato, 06 de maio de 1966.

¹⁹⁷ Ata da assembleia geral do sindicato, 16 de setembro de 1966.

¹⁹⁸ Ata da assembleia geral do sindicato, 21 de outubro de 1966. Já estavam em vigor a Lei nº 4.725 e os decretos-lei nº 15, de 26 de junho de 1966, alterado para Decreto-lei nº 17, de 22 de agosto de 1966.

porque, pelas leituras das atas do mês em questão, é possível concluir que os dirigentes já estavam decididos a acatar o índice do governo quando as discussões da categoria sobre o aumento salarial se iniciaram, tendo aprovado 13 dias antes o envio de um ofício para o presidente da Fiemg solicitando “a realização de um encontro com a diretoria do sindicato para entendimentos em torno da aceitação do índice do governo”¹⁹⁹. Restava apenas convencer os metalúrgicos presentes na assembleia a aceitar e legitimar o valor, o que pelo resultado da votação foi obtido com sucesso.

3.2 Trabalho político dentro e fora do sindicato

Fato é que, paralelamente à intervenção no sindicato e a posterior eleição dos membros da junta governativa, os trabalhadores ligados a partidos de esquerda como o PCB, junto àqueles que tinham uma atuação sindical anterior ao golpe, mesmo não sendo de partido algum, buscaram rearticular-se para retomar o trabalho, como demonstra a fala de Conceição Imaculada, sobre o caso do Partido Comunista. Esse trabalho de rearticulação, no entanto, não foi feito de maneira descoordenada. A fala de Conceição aponta que, não obstante a repressão e reconhecendo os riscos, a retomada do movimento pelo PCB foi orientada pelas antigas lideranças.

Aí passou o tempo, quando as coisas esfriaram um pouco, uns meses depois aparece um senhor, e me chama na porta na hora do almoço. (...) Ele me chamou e falou: “– vamos até ali tomar um guaraná que eu preciso conversar com você”. Aí quando a gente estava saindo ele falou: “– olha, eu sou amigo do Benigno, que era presidente do sindicato. (...) E ele me mandou vir conversar com você, porque você sabe que a gente foi preso e a gente precisa reorganizar o movimento. Então ninguém pode aparecer, vocês é que vão ter que começar a reorganizar. E nós vamos ficar em contato com vocês. (...) você começa a conversar com as pessoas de novo, nós vamos precisar fazer, nós vamos fazer o boletim de novo para trazer para vocês e tudo, mas não vai ter jeito. Nós vamos dar o boletim para você e você vai arrumar as pessoas para colocar os boletins para circular. E nisso vai contatando as pessoas, vão fazer base de novo e tudo aquilo, mas a gente só vai encontrar com vocês à noite, e você que vai ser o contato entre a gente e o que for organizando”. Aí eu achei ótimo também e ficamos nisso. E, a partir daí, eu comecei a conversar com as pessoas. (Conceição Imaculada de Oliveira. Entrevista concedida a Thiago Veloso e Isabel Leite, 23/09/2009).

Para se reconectar a Conceição, a senha utilizada pelo militante do PCB foi “ser amigo do Benigno”. Benigno Silveira fazia parte da rede de relações de Conceição, tendo sido ele a convidá-la para a militância política, era ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e

¹⁹⁹ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 3 de setembro de 1966.

conhecido militante do partido no movimento operário e sindical da Cidade Industrial. Conceição se tornaria o elo entre os militantes e lideranças do PC na região industrial e as bases a serem organizadas. A retomada do seu trabalho deu-se com conversas com os trabalhadores e a distribuição de boletins, forma já bastante conhecida de propaganda dos partidos e organizações de esquerda.

Efigênia de Oliveira aborda a rearticulação da militância a partir dos bairros, constituindo outra frente de retomada da organização local.

Mas na fábrica, aí é que a repressão foi violenta mesmo, dentro da fábrica você nem tocava no assunto, você encontrava fora da fábrica (...) aí começou mais forte a organização dos trabalhadores através dos bairros, porque nos bairros era mais fácil, fazia reunião em casa de pessoas, revezava, uma vez era na casa de um, uma vez era na casa de outro, era noutra canto e tal, para também não chamar muito, não chamar a atenção. (Efigênia de Oliveira. Entrevista concedida à autora, 15/07/2015).

Marco Aurélio Santana (2009) aponta que se tornou preocupação de alguns grupos de esquerda, como a Polop, a AP e principalmente da militância do PCB, a necessidade de ocupação do espaço sindical de forma a impedir que os sindicatos fossem colocados a serviço do regime militar. O Partido Comunista, por exemplo, convocou seus militantes a participar de todos os eventos que envolvessem as entidades sindicais: eleições, reuniões, convenções e congressos, visando impedir a todo custo a colaboração com a ditadura. No entanto, essa atuação nos sindicatos não poderia prescindir das ações nos locais de trabalho, ainda que unitárias, estimulando as reivindicações econômicas, políticas e sociais dos trabalhadores (SANTANA, 2009, p. 154).

Entre os metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem, de 1964 a 1967, a participação no sindicato e a sua reconquista tornaram-se pontos de honra na luta operária (NEVES, 1994, p. 121). No entanto, a retomada do sindicato tinha sentidos diferentes para as lideranças presentes no movimento operário e sindical naquele momento. Para os ativistas sindicais que não tinham atuação partidária, recuperar o sindicato era tirar Onofre Martins Barbosa e seu grupo e o que eles representavam em termos de trabalho sindical. Para os ativistas ligados a partidos e organizações de esquerda, havia esse mesmo interesse acrescido do desejo de expandir o que eles chamavam de trabalho de massas por meio do sindicato e, com isso, ampliar politicamente a atuação dos grupos políticos dos quais eles faziam parte. Assim, procurando se refazerem do golpe, as lideranças operárias buscaram organizar os trabalhadores, tanto para atuar no sindicato quanto, em alguns casos, entrar para um partido ou organização de esquerda, trabalho esse realizado clandestinamente e de maneira bastante

cuidadosa. Conceição Imaculada de Oliveira explica como ela fez esse trabalho junto aos operários logo depois do golpe e no contexto de intervenção no sindicato:

É, porque o sindicato nessa época está com interventor. (...) Então, lá no sindicato a gente não podia fazer nada, todo trabalho que a gente fazia era no sentido de organizar os trabalhadores, focando para suprir as eleições do sindicato. E aquele pessoal que a gente via que era mais organizado, mais conscientizado, mais avançado, a gente já chamava para o trabalho clandestino, já chamava para trabalhar no partido. Então os dois trabalhos iam marchando juntos, a gente não pode falar, para ele, falar comunista, porque naquela época era terrível, não é? Então eram poucas pessoas que aceitavam a ideia do trabalho clandestino. Aquele que a gente via que era muito religioso, muito cuidadoso, mas era combativo, dinâmico, que tinha um sentimento de justiça e via que aquilo estava incorreto, a gente ficava no trabalho só sindical, e aqueles que já eram mais avançados, mostravam mesmo um propósito, aí a gente contava para eles que tinha um partido comunista, convidava e organizava... Aí você tinha a base do partido e a reunião já era de outro tipo. (Conceição Imaculada de Oliveira. Entrevista concedida a Thiago Veloso e Isabel Leite, 23/09/2009).

A entrevistada divide o trabalho com os operários em dois tipos: um aberto, voltado para o sindicato, e outro clandestino. No trabalho aberto o foco era a entidade sindical, porém, com o sindicato sob intervenção, segundo Conceição, não era possível “fazer nada” lá. Nesse sentido, houve um investimento dos ativistas e militantes no trabalho de organização de parte dos trabalhadores visando prepará-los para as eleições sindicais – se elas viessem a ocorrer, pois depois do golpe a situação dos sindicatos e a possibilidade de realização de eleições sindicais eram algo ainda incerto. Paralelo a isso, havia o trabalho clandestino feito a partir da observação dos trabalhadores “mais avançados”, que, por isso, eram convidados a se organizarem no Partido Comunista e a participar de reuniões. No entanto, Conceição alerta para o cuidado na condução dos dois tipos de trabalho, já que naquele momento falar de comunismo ou de comunistas era considerado “algo terrível” e poderia ter um efeito contrário, afastando os trabalhadores e denunciando sua própria atuação.

Ênio Seabra também fez parte, junto a outras lideranças, da rearticulação das bases. Esse trabalho, como ele explica, constituía-se essencialmente de orientação dos trabalhadores dentro e fora das fábricas, e distribuição de boletins e jornais clandestinos.

Olha, devido à situação, começou um pouco a clandestinidade. Porque a situação já era mais de ditadura e ninguém estava para mostrar a cara. Mas deu para fazer bastante movimento, deu para trabalhar, distribuir boletins nas portas das fábricas, orientar os trabalhadores nas portas de fábrica também. Dentro da fábrica ainda havia uma... como a gente ainda tinha um certo trânsito, trabalhava também. E foi integrando, entre uma fábrica e outra, os movimentos. Grupos políticos também, alguns participavam, para ajudar a orientar, de acordo com a visão deles na época. E fomos assim até uma situação mais brusca, que já veio em [19]68. (Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995).

Nesse momento, havia a circulação no meio metalúrgico de vários grupos políticos que ajudavam a orientar os trabalhadores, como Ênio aponta. Um desses grupos era a Ação Popular, do qual fazia parte Mário Bento, uma liderança metalúrgica local que teria levado Ênio Seabra também para essa organização. A AP surgiu em 1962 no meio estudantil como alternativa política ao PCB. A proposta de sua criação teve origem no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade ligada à Igreja Católica nos anos 1950 e 1960; por isso sua grande representatividade no movimento estudantil universitário, inclusive fazendo parte da direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de outros órgãos estudantis (RIDENTI, 2010). Depois do golpe, a AP se reorganizou a partir do movimento universitário. Passou a propor-se à tarefa de se constituir em uma “organização revolucionária” e criou uma estrutura organizativa formada por um comando nacional, comandos regionais, zonas, seccionais, que se ligavam às células de base (LIMA; ARANTES, 1984, p. 64).

Nas memórias de Ênio Seabra a sua atuação na Ação Popular aparece com certa distância, não reconhecendo uma militância mais orgânica. Em sua entrevista, ele fala que “tinha uma participação dentro do sindicato e fora do sindicato. Mas das organizações políticas só tinha uma que a gente, mais ou menos, dava atenção, era o pessoal da AP. Então a gente reunia, os trabalhadores reuniam num bairro, em outro, nas igrejas...”²⁰⁰.

Sobre a Ação Popular, Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984) apontam que, logo depois do golpe, o trabalho operário da organização desagregou-se, sendo reestruturado somente a partir de 1965. A partir daí, a AP implantou bases em São Paulo, no ABC Paulista, em Osasco e em Contagem/MG. Na avaliação dos autores, essas frentes voltaram seu olhar especialmente para a categoria metalúrgica e tornaram-se os trabalhos operários mais importantes da AP. A Ação Popular, nessas áreas, desenvolveu intenso trabalho de agitação e propaganda, denunciando os problemas das fábricas e divulgando reivindicações dos operários e estratégias de luta por meio de panfletos.

Em 1966, a militante da Ação Popular Delsy Gonçalves começou a atuar como professora junto aos operários e operárias da Cidade Industrial. Delsy nasceu em Poté/MG, onde participava desde o ensino secundário da Juventude Estudantil Católica (JEC). Veio para Belo Horizonte para fazer o vestibular e nessa época já cursava sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais. Antes de ir para Contagem, Delsy deu aula em uma escola do estado no bairro São Bernardo, em Belo Horizonte, por escolha, por achar que quem iria transformar a sociedade era o povo, e não os estudantes. Nessa escola ela colocou em prática a estratégia

²⁰⁰ Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995.

lançada pela Ação Popular chamada de Movimento contra a Ditadura (MCD), uma campanha pelo voto nulo nas eleições de 1966: “o Movimento contra a Ditadura e que era de anulação do voto e nós conseguimos fazer pichação... eu ia com os alunos, entendeu? Eu e alguns alunos. Pichação lá no bairro, conversar com pessoas, fazer reunião, propagar essa ideia”. Foi quando a AP soube do trabalho que ela estava desenvolvendo na escola e a convidou para participar de um curso sobre o método Paulo Freire. Delsy fez o curso e adaptou o método para outros níveis de ensino. Seu objetivo era “ensinar, ao mesmo tempo que você reflete e que você ganha consciência. É uma coisa que eu vou fazer intencionalmente lá em Contagem”²⁰¹.

As circunstâncias da ida de Delsy Gonçalves para a Cidade Industrial foram financeiras. Diante da sua situação, por oito meses sem receber do governo do estado, chegando a passar fome por falta de dinheiro, o padre Carlos Frago, seu colega do curso de sociologia da UFMG e diretor do Colégio Municipal de Contagem, convidou-a para trabalhar como professora.

Padre Carlos Frago, além de dirigir a Paróquia Nossa Senhora da Glória, no bairro Eldorado, era secretário de Educação de Contagem e diretor do Colégio Municipal da cidade. Padre Carlos chegou à comunidade em 1961. Depois de dizer a Dom Serafim que gostaria de trabalhar com os pobres, esse lhe ofereceu a Cidade Industrial. Lá, tornou-se uma pessoa respeitada pela comunidade e pelas autoridades locais, sendo convidado pelos prefeitos Sebastião Camargo (1963/1967) e Francisco Firmo de Mattos Filho (1967/1971), respectivamente, para assumir a Secretaria de Educação. Padre Carlos comenta que sua preocupação social começou durante seu primeiro trabalho como padre, na igreja do bairro Floresta, em Belo Horizonte, ao lado do padre Francisco Lage, que por atuar junto aos trabalhadores e na política foi preso logo depois do golpe militar. Quando assumiu a Secretaria de Educação e a direção do colégio, padre Carlos foi estudar sociologia na UFMG. Lá, conheceu Delsy Gonçalves, militante da Ação Popular e que se tornou, a convite dele, professora do Colégio Municipal, com outros estudantes universitários, onde pôde desenvolver um trabalho com operários e filhos de operários que estudavam nessa escola. Em Contagem, padre Carlos conta que

cuidava da assistência religiosa, mas ao mesmo tempo tentava fazer uma conscientização desse pessoal para terem uma posição mais positiva junto ao patronato, junto aos seus chefes, etc. e tal. Até isso não era bem-visto pelos donos de empresa, não. Eles achavam que a gente estava doutrinando os seus operários, não é? E com isso eu nunca participei de uma promoção de qualquer fábrica daquelas, porque eles promoviam as coisas, inclusive a parte religiosa, às vezes promoviam a Páscoa, coisa assim (...) tentavam manipular de todos os jeitos, não é? Eu nunca fui

²⁰¹ Delsy Gonçalves. Entrevista concedida à autora, 26/12/2017.

convidado para nada disso, aliás, eu não ia aceitar também, não é? (Padre Carlos Fragoso. Entrevista concedida a autora, 25/04/2017).

Padre Carlos também acreditava na educação como algo transformador:

Educação é muito vasta, não é? Muito ampla. Mas, por outro lado, é muito promissora porque abre muita perspectiva. Se trabalhar com operário, por exemplo, despertar nele o valor do seu próprio trabalho, é uma coisa que não aparece muito, mas que de fato transforma às vezes a vida de uma pessoa, entende? Eu preferia esse trabalho mais oculto do que um trabalho mais explícito. (Padre Carlos Fragoso. Entrevista concedida a autora, 25/04/2017).

Assim padre Carlos atuava na educação, mas também apoiava os trabalhadores em suas lutas, como nas greves de 1968, que serão analisadas no próximo capítulo.

Padre Pier Luigi Bernareggi, conhecido como padre Poggi, que à época era coadjutor de padre Carlos e trabalhava na mesma paróquia, também fala dessa atuação nos limites da Igreja. Vindo da Itália, chegou ao Brasil em janeiro de 1964 para estudar no seminário ligado à Arquidiocese de Belo Horizonte. Mesmo surpreendido com o que chamou de “revolução dos militares”, sua formação deu-se “mergulhado dentro do clima do Concílio do Vaticano II, que para a Igreja foi um tempo de renovação, de abertura, em todos os sentidos e do outro lado o drama, daqui do Brasil, da revolução dos militares”²⁰². No seminário, padre Poggi viu perseguidos pelo regime militar serem protegidos até poderem “escapular para outros cantos” e o trabalho de alguns padres junto à favela, fruto de ocupações, que ficava em seu entorno.

Depois de terminar os estudos, foi designado para ir para a Cidade Industrial, lugar que para ele “foi um verdadeiro palco de confronto entre o regime militar, o capitalismo industrial e a questão operária”. Nesse palco, segundo ele, a paróquia se envolvia com os problemas dos operários. No entanto, padre Poggi esclarece: “eles eram paroquianos né, nós trabalhamos a nível de paróquia, nós nunca montamos, digamos, entidades paralelas para assumir essas lutas”. Ou seja, sua atuação se deu dentro dos marcos da Igreja, como ele explica:

(...) a nossa presença no meio deles é a presença da igreja, da forma mais, digamos, normal, só dentro da renovação do Concílio do Vaticano II. Que é uma renovação notável, não é? Porque problema social e político deixa de ser um problema dos políticos e dos movimentos sociais e se torna um problema interno da comunidade cristã. Então as dores, os sofrimentos, batalhas, os equívocos, faziam parte da nossa vivência comum, de igreja, de comunidade da igreja espalhada nesse meio todo. Aliás, a Igreja Católica foi a única presença, digamos, entre aspas, “libertadora”, no

²⁰² Padre Poggi. Entrevista concedida a Carolina Dellamore e Adebald de Andrade Júnior, 27/04/2016.

meio do povo sofrido e pressionado pela ditadura militar. (Padre Piggi. Entrevista concedida a Carolina Dellamore e Adebald de Andrade Júnior, 27/04/2016)²⁰³.

Padre Piggi, em sua reconstrução memorialística, fala da Igreja Católica como a “única presença libertadora” do povo no período da ditadura. No entanto, é preciso problematizar sobre a qual Igreja o entrevistado se refere. Evidentemente, houve correntes da Igreja Católica que se tornaram essa presença libertadora que ele ressalta, resistindo à ditadura militar. Não obstante, quando se trata da Igreja enquanto instituição, sabe-se que ela foi uma poderosa apoiadora do golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart e seguiu omissa diante de muitas atrocidades cometidas pela ditadura²⁰⁴.

Padre Piggi lembra-se principalmente da presença da Ação Popular na Cidade Industrial e, mesmo ele não fazendo parte de “entidades paralelas”, nunca se furtou a auxiliar militantes necessitados: “eu tinha um carrinho velho, um fusquinha vermelho. Quantas vezes chegaram perto de mim falaram: ‘– Opa, nos ajuda que nós temos que levar nosso amigo lá para o aparelho em São Paulo’”. Ele dirigia a noite toda, deixava as pessoas em São Paulo e “tinha que voltar rapidamente e desaparecer do mapa, porque o trabalho foi feito”. Sobre esse tipo de ajuda – do qual ele se lembra de outros episódios – e que num primeiro momento pode parecer ir além de seu papel “paroquial”, o entrevistado conclui: “nós, como padres, tínhamos uma função de facilitar as coisas, né?”²⁰⁵.

Por fim, o coadjutor do padre Carlos também fala da importância do Colégio Municipal de Contagem como “uma tarefa muito profunda” e “muito necessária”, pois por meio do colégio eles podiam passar “a visão aberta da Igreja do Concílio do Vaticano II, com os professores que ele [padre Carlos] mesmo escolhia”²⁰⁶.

Delsy Gonçalves foi uma das professoras escolhidas. Ela aceitou o convite de padre Carlos e fez disso uma oportunidade para realizar o trabalho político da Ação Popular com trabalhadores da Cidade Industrial.

²⁰³ Entre 1962 e 1965, o Concílio Vaticano II reuniu em Roma mais de dois mil bispos e centenas de teólogos de todas as partes do mundo para reformular a doutrina e as estruturas da Igreja, tornando-se a mais ampla reforma da história da Igreja Católica. Aprovou algumas mudanças como a missa rezada nas línguas nacionais (em vez do tradicional latim) e um destaque maior no trabalho dos leigos como “o povo de Deus”. O Concílio também enfatizou a justiça social e os direitos humanos impelindo teólogos, clero e freiras da América Latina a se aprofundarem no trabalho com os pobres (SERBIN, 2001, p. 99).

²⁰⁴ Para Michel Lowy (2000), a maior parte da CNBB adotou uma atitude colaborativa no golpe civil-militar e nos primeiros anos da ditadura, mesmo diante das denúncias de tortura e perseguição política. Somente a partir de 1970, quando Dom Aloísio Lorscheider assumiu a presidência da CNBB, é que o posicionamento da instituição mudou, passando inclusive a ser considerada uma adversária do regime militar, após a eliminação da esquerda armada.

²⁰⁵ LOWY, 2000. “Aparelho” era o nome empregado para designar as casas usadas para atividades políticas. Eram locais que abrigavam militantes, material gráfico e de propaganda e armas (DELLAMORE, 2011, p. 159).

²⁰⁶ *Ibidem*.

Então, eu fui para a Cidade Industrial para poder dar aula em um colégio municipal de Contagem. Que era no bairro Amazonas, à noite, dando aula para o pessoal que ia fazer exame de admissão. E no ano seguinte eu fui dar aula de português. Aí foi uma experiência das mais proveitosas que eu tive, sabe! Porque eu queira fazer o trabalho político, não é? E também eu não fui deslocada para lá, eu fui para lá porque eu precisava de trabalhar e como 90% das pessoas que estudavam ali à noite eram operários que trabalhavam nas fábricas da Cidade Industrial e eu tinha quatro turmas, cada uma com 50 alunos mais ou menos. Então eram 200 pessoas que eu atingia assim, tranquilamente, não é? De quinta até oitava série e dando aula de português. Eu falei: “– Eu não vou adotar livro, não vou pegar gramática, eu vou fazer aqui intuindo de Paulo Freire alguma coisa”. E aí eu pegava textos de jornal, de revistas, de livros, entendeu? Sobre a questão política, sobre questões econômicas, sobre os preconceitos sociais, todas as questões que envolviam política e que eu poderia derivar dali uma reflexão política, ali eu pegava aquele texto e aquele texto eu preparava a parte de gramática, a parte do conteúdo que era a discussão mesmo ferrada em cima do conteúdo do texto. A parte de gramática e depois eu mandava, tirava um tema dentro daquilo tudo que foi discutido para eles fazerem uma redação. Então esses meninos ficaram igual um foguete. Você entendeu? E eu trabalhei lá então, [19]66, [19]67, [19]68 foi a greve. Outubro de [19]68. Então aquilo ali estava assim, igual uma palha seca que era só riscar e aí eu já fui para Cidade Industrial e além disso eu fazia a mesma prática que eu fazia lá no outro. Eu passava fim de semana lá na Cidade Industrial. Discutindo com meus alunos, encontrando com eles. Com colegas de trabalho deles, então eu tinha pessoalmente uma rede enorme, entendeu? (Delsy Gonçalves. Entrevista concedida à autora, 26/12/2017).

Como professora na região da Cidade Industrial, Delsy buscava, por meio do método de ensino que ela criou baseado na pedagogia de Paulo Freire, ensinar português e política aos alunos. Isso também visava ampliar a ação política da AP junto aos operários da Cidade Industrial.

Adélia Hernandez, aluna de Delsy no Colégio Municipal de Contagem, conta como voltar a estudar e entrar em contato com ela e outros professores do colégio foi importante em sua trajetória. Adélia nasceu no interior de Minas Gerais, em 1945. Ainda jovem, mudou-se para Belo Horizonte para trabalhar como empregada doméstica e, assim, ajudar financeiramente a família, pois uma doença do coração adquirida pelo pai lavrador passou a impedi-lo de trabalhar na terra. Como a vida continuava difícil para os que permaneceram no interior e com o falecimento do pai, a família decidiu transferir-se para a região da Cidade Industrial, em Contagem. Vieram morar a mãe, oito irmãos pequenos e ela em um barracão no bairro Industrial. Momento em que Adélia, por meio da indicação de um amigo, conseguiu trabalho numa metalúrgica, a AEI do Brasil (Associada Eletro-industriais do Brasil). A contratação de funcionários por indicação era uma prática comum nas empresas da Cidade Industrial, como ela explica:

(...) a gente para entrar na fábrica tinha que ter uma pessoa conhecida e esse rapaz me indicou, sabe? O dia que ele me indicou foi assim uma festa, porque ir para uma fábrica era um *status* muito alto, você não acha? Para quem morava na Cidade

Industrial, para quem trabalhava em casa de família sofrendo tanta humilhação e ganhando menos que salário, porque não pagava nem salário, não tinha carteira assinada, não tinha nada. (Adélia Hernandez. Entrevista concedida à autora, 30/10/2018)²⁰⁷.

Assim, para a entrevistada, tornar-se metalúrgica lhe possibilitou receber um salário melhor e ter a carteira de trabalho assinada, além de significar uma ascensão social, em razão do aumento da renda mensal e pela representação positiva que a profissão tinha na Cidade Industrial. Na AEI do Brasil, Adélia trabalhava por produção, fazendo bobinas para máquinas e trens de ferro: “sempre gostei muito de trabalhar e eu trabalhava tudo que eu podia e um pouquinho mais, então eu ganhava uns extras lá porque produzia mais e tal, então minha família ficou rica (...) rica da seguinte maneira, a gente já comprava frango no domingo”²⁰⁸. Dessa forma, a fábrica, ao atrelar o salário à produção, forçava a trabalhadora a produzir mais e ainda fazer horas extras para garantir uma remuneração maior. De todo modo, para Adélia isso significou poder comprar o frango no domingo para a família.

A virada política na vida de Adélia Hernandez ocorreu com a sua entrada na fábrica e com o retorno à escola, quando voltou a estudar para cursar o ginásio no Colégio Municipal de Contagem e entrou em contato com professores, entre eles, estudantes universitários e freiras, além do diretor da instituição, o padre Carlos Fragoso. Até então, ela comenta:

Eu não entendia nada de política, a minha política era sobreviver e procurar uma vida melhor para todo trabalhador, sabe? Como que nós vamos fazer isso... então eu vi ela falando de *Miss Universo*, achava a coisa mais linda os desfiles de *Miss Universo*, sabe? E eu trabalhei numa casa que tinha televisão, aí eu via sabe, eu via novela, eu via tudo e pensava: “mas mudar esse mundo não tem jeito, tem que ser assim mesmo”. (Adélia Hernandez. Entrevista concedida à autora, 30/10/2018).

Assim, ao conhecer “pessoas muito avançadas” que queriam melhorias para os trabalhadores, público prioritário do colégio, Adélia deixou as novelas e os concursos de *miss* de lado e começou a pensar em formas de mudar o mundo. E foi também a primeira vez que ela ouviu falar sobre a ditadura militar no Brasil.

(...) nossos professores eram todos estudantes, esse padre chamava os estudantes para ir dar aula para nós no ginásio. Tinha o Ferreira, que estava fazendo medicina; a Sissi, que era professora de português; umas freiras que uma era professora de

²⁰⁷ A entrevista com Adélia Hernandez foi realizada no âmbito do projeto de pesquisa e extensão *E 68, hein? Memórias públicas de um ano inesquecível*. Realizada pelos pesquisadores do Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais, no cinquentenário do ano de 1968, essa iniciativa teve como objetivo registrar, por meio da metodologia da história oral, memórias sobre o ano de 1968 em Belo Horizonte e na região metropolitana.

²⁰⁸ Adélia Hernandez. Entrevista concedida à autora, 30/10/2018.

história e com esses professores o quê que acontece a gente descobriu que tinha que acabar com a ditadura e tinha que mudar o Brasil, sabe? (Adélia Hernandez. Entrevista concedida à autora, 30/10/2018).

Nesse momento, passou a frequentar o sindicato e envolveu-se nas lutas do movimento operário, fazendo panfletagem e conversando com os trabalhadores. Por conviver com militantes da Ação Popular, algumas pessoas e até os agentes de repressão pensavam que ela era da AP, principalmente em função de sua proximidade com Delsy Gonçalves, a Sissi, sua professora no Colégio Municipal, como explica Adélia: “eu tinha aproximação com a Sissi. E a Sissi era ligada a AP, né? Então automaticamente eu era rotulada provavelmente como uma pessoa da AP, mas eu não me preocupava muito com os grupos, sabe?”. Adélia nunca quis participar de forma orgânica dessa organização ou de outros grupos de esquerda atuantes na Cidade Industrial: “eu sabia que existia, mas não a ponto de interessar por uma participação maior”. Mesmo assim, ela sempre teve uma atuação política. Na fábrica onde trabalhava, distribuía panfletos e procurava conversar com os trabalhadores sobre a situação de exploração, sendo muitas vezes censurada por colegas de fábrica que retrucavam: “– que é isso, nós ganhamos bem, você fica falando essas coisas aqui”²⁰⁹.

Com o fechamento da metalúrgica onde trabalhava, Adélia ficou desempregada, voltou a ser empregada doméstica, mas logo arrumou um novo trabalho: tornou-se vendedora autônoma de cosméticos.

E aí eu fui trabalhar uns tempos como doméstica, mas a minha cabeça já não dava, sabe, para ficar presa lá na casa, então eu comecei a vender, aí eu encontrei uma pessoa que vendia Avon: “– você não quer vender Avon?”, porque dava um dinheirinho, a gente ganhava 25% do que a gente vendia, aí eu falei: “– eu quero”. E realmente eu ganhava um dinheirinho porque o que que eu fazia, eu ia para as portas das fábricas e vendia o Avon para aquelas trabalhadoras, para entregar na época do pagamento. Então eu ia para uma fábrica que tinha atrás do Senai que trabalhava só mulher e lá eu vendia para as meninas, depois eu ia para as fábricas onde trabalhavam os homens, para vender um perfume, alguma coisa, eu conseguia fazer boas vendas, sabe? (Adélia Hernandez. Entrevista concedida à autora, 30/10/2018).

Foi esse trabalho de vendedora de cosméticos que possibilitou à Adélia continuar atuando politicamente na região, como ela conta:

(...) aí era ótimo, porque a bolsa da Avon era uma bolsa grande assim, azul, e tinha uns bolsos de fora pra gente colocar os panfletos, as propagandas da Avon, aí atrás daquelas propagandas eu colocava os boletins do sindicato [risos] era ótimo, porque eu entrava na fábrica como vendedora Avon, os papéis da Avon, e lá eu entregava para o pessoal os boletins do sindicato, né? E era muito bom, sabe? Isso foi um

²⁰⁹ *Ibidem*.

período assim maravilhoso que eu podia, tinha tempo de ir fazer isso, conversar e sentir que estava avançando na luta. Porque eu achava que em 30 anos nós íamos mudar o Brasil e ia ter um país... nem sabia bem se era socialista, mas que ia ter humano ia. E olha agora, hein? [risos]. (Adélia Hernandez. Entrevista concedida à autora, 30/10/2018).

Delsy também fazia intenso trabalho de panfletagem na Cidade Industrial. Ela calçava sua “sandália franciscana” e panfletava todos os dias nos bairros da região, como relembra em sua entrevista:

Panfletava na Cidade Industrial, acho que não tinha um dia que não tinha panfletagem em um bairro, entendeu? Cada dia em um bairro diferente. Em um lugar diferente, com coisas diferentes, não é, Nossa Senhora! Era nessas andanças também que eu encontrava eles [os alunos] e falava: “– uai, dona Sissi! O que você está fazendo aqui?” [Risos] “Não sabia que a senhora estava metida com essas coisas, não.” [Risos] Mas ficava tudo caladinho. (Delsy Gonçalves. Entrevista concedida à autora, 26/12/2017).

Inicialmente, morava no bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte, com sua irmã, e ia todos os dias trabalhar em Contagem. Algumas vezes dormia na casa de pessoas amigas, como da família de Adélia Hernandez, e não foram poucas as vezes que a mãe da operária esquentou água para que Delsy pudesse lavar os pés sujos das caminhadas diárias.

Assim como Delsy Gonçalves, lideranças operárias como Ênio Seabra, Joaquim de Oliveira e Mário Bigode frequentavam a casa da família de Adélia Hernandez. Adélia lembra-se que, como o sindicato era perto de sua casa, “quatro quarteirões”, essas lideranças “desciam do sindicato e iam lá pra casa falar mais sobre as greves, sobre a atuação no sindicato, né? E a minha mãe sempre procurava acolher com o que tinha, o pouquinho que tinha em casa era dividido para todo mundo”. Assim, a casa de sua família tornou-se um ponto de encontro e lugar de reunião de lideranças e militantes da época. Segundo Adélia, sua mãe “não tinha consciência política nenhuma (...) não sabia assinar o nome. E nem sabia ler quase. Mas ela apoiava e apoiava todos que faziam e se revoltavam muito contra as injustiças, contra tudo”²¹⁰. Por isso, ela acolhia quem chegava com café, sopa ou água para lavar os pés, transformando a casa também em lugar de afeto nas memórias das pessoas que por lá passaram.

A partir de 1967, o Comando Regional da Ação Popular definiu pelo deslocamento de militantes para a região, conforme conta Luiz Marcos Gomes. Um movimento que na verdade se tornou uma orientação geral da organização no país.

²¹⁰ *Ibidem*.

A Ação Popular estava vivendo um processo do que os chineses chamam não é, que você põe em prática uma linha de massas, que significa você trabalhar, viver e lutar com as massas. Isso tomado bem ao pé da letra. Ou seja, a Ação Popular já estava vivendo um processo de descoberta do marxismo em primeiro lugar, do Marxismo Maoísta, não é? Se a gente pode usar essa expressão, e também de integrar seus militantes na produção. Uma parte razoável dos militantes que atuavam no movimento estudantil foi deslocada para a Cidade Industrial, uma outra parte foi deslocada para fábricas aqui de Belo Horizonte, uma outra parte começou a estudar o deslocamento para as zonas rurais. Isso implicava você estudar, ainda que precariamente, quais eram as fábricas mais importantes, que existiam, não é. Nós tínhamos militantes operários, mas eram reduzidos. Então eu, mais ou menos, assumi a direção desse movimento aqui em Minas. (Luiz Marcos Gomes. Entrevista à autora, 10/01/2018).

Esse direcionamento ocorreu depois que alguns militantes da AP retornaram de uma viagem à China. A organização passou por um processo chamado de “integração na produção”, com o objetivo de promover “a transformação ideológica dos militantes da AP, cuja maioria era de origem pequeno-burguesa” (LIMA; ARANTES, 1984, p. 70). Militantes e dirigentes deslocaram-se para as fábricas e para o campo para fazer o trabalho político junto aos operários e trabalhadores rurais, sendo que as primeiras iniciativas partiram de São Paulo e da Bahia (LIMA; ARANTES, 1984).

A motivação imediata veio do suposto igualitarismo pregado pela Revolução Cultural, movimento deflagrado em 1966, que convulsionou a China e impressionou o mundo inteiro. O movimento visava eliminar a distância entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Aliado a isso, estava presente, no caso da AP, a influência da experiência cristã dos chamados padres-operários, o que tornou a integração na produção um fenômeno derivado dessa simbiose cristã-maoísta (GORENDER, 1987, p. 114). No segundo semestre de 1967 e em todo o ano de 1968, a política de “integração” foi intensamente aplicada, mas declinou a partir de meados de 1970, devido aos conflitos travados no interior da Ação Popular.

Houve deslocamentos de militantes para fábricas de Belo Horizonte, principalmente as tecelagens Renascença e Cachoeirinha, e para a Cidade Industrial, em Contagem. Luiz Marcos Gomes foi profissionalizado pela organização, ou seja, tornou-se um militante profissional, totalmente dedicado ao trabalho político da AP, tomando parte no Comando Regional da organização em Minas Gerais e na coordenação política do trabalho junto ao movimento operário na Cidade Industrial.

Luiz Marcos não foi “integrado” em fábrica, pois a organização avaliou que seria um risco para a segurança dele e da AP. Ele era conhecido pela repressão por sua militância no movimento estudantil como “Luizinho da UNE”, por ter exercido o cargo de vice-presidente da União Nacional dos Estudantes durante o ano de 1966. Sua atuação política teve início

antes mesmo do golpe, em 1963, na Ação Católica, por meio da JEC, quando ainda era estudante secundarista no Loyola, colégio católico e privado. Apesar disso, Luiz declara que não tinha “nenhuma atração por qualquer atuação que envolvesse religião”, mas que, devido às suas origens e ao fato de não conhecer pessoas de outras correntes políticas, como os comunistas, a JEC, naquele momento, tornou-se o espaço político possível para ele. Em 1964, passou no vestibular e começou a cursar Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (Face/UFMG). Foi quando se aproximou de pessoas ligadas à Ação Popular na faculdade, tornando-se militante dessa organização e uma importante liderança do movimento estudantil.

O início da atuação da Ação Popular na Cidade Industrial funcionou, segundo Luiz Marcos Gomes, da seguinte forma:

(...) o Comando Regional tinha um negócio chamado célula de serviços. Que era se você marcava um evento, um encontro, esse pessoal ficava encarregado de arrumar o local, ver como é que você iria até o local, que providências você tomaria, não é? Se o local era seguro, se não era seguro. Então, mais ou menos esse pessoal, escolheu, alugou uma casa para eu ir para Cidade Industrial, ali atrás da Porsche Escavan e a Sissi [Delsy Gonçalves] foi morar comigo. Ou, melhor dizendo, nós fomos morar juntos. Eu, minha esposa e a Sissi. (Luiz Marcos Gomes. Entrevista à autora, 10/01/2018).

A estrutura da AP era bastante hierarquizada, sendo assim, a mudança para a Cidade Industrial foi organizada por integrantes da “célula de serviços”. Além de conseguir uma casa segura para os novos moradores da região, essa célula fez um estudo da geografia da Cidade Industrial e sobre as principais fábricas localizadas ali. O objetivo era conhecer a região e levantar as potencialidades para o trabalho com a classe operária. Mas a mudança de Luiz Marcos, sua esposa e Delsy Gonçalves em definitivo para a região ocorreu somente depois da greve de abril de 1968.

Outras organizações de esquerda passaram a compor o cenário político da Cidade Industrial nos anos seguintes ao golpe. Data de dezembro de 1967, por exemplo, a fundação da Corrente Revolucionária de Minas Gerais, que se deu a partir da saída de militantes pertencentes ao Comitê Municipal do PCB em Belo Horizonte por defenderem uma posição mais combativa e violenta, discordando da linha adotada pelo Comitê Central e Comitê Estadual do Partido Comunista. Ao grupo expulso juntaram-se membros do PCB de Ouro Preto. A Corrente passou a ser integrada basicamente por estudantes secundaristas e universitários, operários e funcionários públicos (VITRAL, 2013, p. 45). Conseguiram inclusive colocar militantes no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, no

Sindicato dos Bancários de BH e região, e na Associação de Servidores Públicos da Prefeitura de Belo Horizonte (VIANA, 2017, p. 120). A Corrente era estruturada em três escalões. O primeiro, dividido em instrução, expropriação, armas e explosivos, era responsável pelas ações armadas e pelo levantamento de áreas na zona rural. O segundo, encarregado do trabalho de agitação e propaganda, era formado pelos chamados setores de massa: operários, estudantes e servidores públicos. E o terceiro escalão abrigava integrantes que realizavam trabalhos clandestinos para a organização que não se enquadravam no primeiro ou segundo escalão (VITRAL, 2013, p. 46).

Na Cidade Industrial, junto aos operários, o trabalho desenvolvido pela Corrente foi fundamentalmente de agitação e propaganda com a divulgação do jornal *1º de Maio*, panfletagem, participação de militantes da organização na direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, em comissões de fábrica e piquetes, por ocasião da greve de 1968. A coordenação do trabalho operário inicialmente foi feita por Gilney Amorim Viana, passando em seguida para as mãos do estudante deslocado de Ouro Preto para a região Hécio Pereira Fortes, conhecido como Ernesto. Hécio mudou-se para a Cidade Industrial, onde morava em um barraco em condições precárias. Sem luz elétrica, à noite, à luz de velas, alfabetizava alguns trabalhadores que faziam parte da Corrente (FORTES, 2017, p. 73). Conceição Imaculada de Oliveira, Efigênia de Oliveira, Antônio José de Oliveira e Eustáquio Pinto de Oliveira, todos irmãos, operários e militantes do PCB atuantes na Cidade Industrial, foram alguns nomes que saíram do partido comunista nesse contexto e passaram a integrar a Corrente. Com isso, houve um declínio da participação do PCB no sindicato e junto aos trabalhadores, ao mesmo tempo que a nova organização passou a se constituir como uma importante força política na região.

Outro grupo que procurou ampliar a interlocução com os trabalhadores da Cidade Industrial foi a Polop. A Polop nasceu em 1961, contestava as ideias reformistas e pacifistas do PCB e propunha a luta armada para implantação do socialismo (RIDENTI, 2010, p. 28). Era contra qualquer tipo de aliança com a burguesia nacional, pois esta era integrada aos imperialistas e aos latifundiários. Segundo Daniel Aarão Reis Filho (1990, p. 34), a Polop tinha como principal proposta “constituir um movimento operário independente da tutela das classes dominantes”; além disso, considerava o Brasil maduro para o socialismo. Nilmário Miranda, estudante da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e militante da Polop à época, conta em entrevista como foi sua entrada para a militância nesse partido e como era o trabalho da organização com os operários em Belo Horizonte e região metropolitana:

Um pouco da minha história. Eu entrei na Polop em [19]65, vim de Teófilo Otoni, estava estudando no Colégio Estadual fazendo o terceiro científico, o terceiro clássico para fazer o vestibular, e eu entrei para a Polop, na Política Operária, que era uma organização revolucionária marxista. E entrei, fiquei e meu primeiro contato foi com a Dilma Rousseff, primeiro contato na Polop foi com ela. Em 1966, eu fiz o vestibular de economia, passei na Faculdade de Ciências Econômicas, mas aí a Polop me designou para trabalhar na Cidade Industrial, chamava Comitê Operário da Polop lá. O setor operário da Polop era um grupo pequeno, eram pouquíssimos operários, o Milton de Freitas, que morava no bairro Novo Eldorado, na época não tinha nem luz na casa dele, nem luz elétrica, era perto do viaduto que dá acesso ao [bairro] Parque São João; e tinha um outro que era o Alcides de Oliveira, morava no Novo Eldorado também, já morreu, foi presidente do Sindicato dos Marceneiros, amigo dele. Tinha um outro que chamava Antônio Batista Filho, que era um metalúrgico da Mafersa que fazia material ferroviário e tinha falido e o Banco do Desenvolvimento, o BN, não o BNDS, BNDE não tinha o S naquela época, é que ficou com a empresa e foi feito um comitê de empresa para gerir, os trabalhadores interferiam, tomaram a direção da empresa. Batista foi parte disso, quando veio o golpe de [19]64 as pessoas foram perseguidas, não é? E teve intervenção no Sindicato dos Marceneiros, Alcides, Milton foram afetados e Otavino Alves, que era o líder deles, hoje mora em Uruguaiana, com 85 anos. (Nilmário Miranda. Entrevista concedida à autora, 26/06/2016).

Nesse momento, a relação da organização com o movimento operário na região era restrita, pois contava com poucos trabalhadores em seu quadro de militância, basicamente três marceneiros e um metalúrgico da Mafersa²¹¹. Assim, a maior parte dos trabalhadores que constituía o pequeno setor operário da Polop era formada por marceneiros, um tipo de profissão que, mesmo contando com empresas àquela época, se colocava no “meio do caminho”, entre o artesanal e o industrial, na visão de Nilmário Miranda. Diante disso, o “sonho” da organização era “chegar nos metalúrgicos”, buscando ampliar suas bases para os setores “modernos” da indústria, como se vê no trecho abaixo.

(...) o nosso sonho de organização obreirista era chegar nos metalúrgicos, porque a nossa base era os marceneiros, marceneiros era quase... está entre o artesanato e a indústria, está no meio do caminho, já existiam empresas, indústrias assim de marcenaria, mas vinha de uma profissão artesanal, da oficina, do artesão, não era artesanato de fazer, era do artesão que era a figura da pré-indústria. E uma organização que queria criar um partido operário, um partido forte, não podia se basear em profissões pré-industriais, não é? E com a modernização do país, a partir sobretudo do JK [Juscelino Kubitschek], o setor automotivo que criou a cadeia produtiva poderosa, criou uma classe operária poderosíssima que era os metalúrgicos. Em Minas tinha, por exemplo, a siderúrgica Belgo Mineira, hoje chama Arcelor Mittal, tinha a Mannesmann, que era uma empresa enorme também, hoje chama Valourec, e tinha a Cidade Industrial, que estava pujante, era uma cidade feita para receber indústrias. Contagem era uma pequena cidade e cheia de favelas perto das indústrias, até porque aos empresários interessava ter gente próximo ali, não precisava remunerar a moradia e transporte, podia pagar um salário de fome; e a ditadura também foi feita para poder fazer aumentar a exploração sobre os

²¹¹ Como foi dito no capítulo 1, em 1962, devido aos problemas financeiros da Mafersa, o presidente da República João Goulart determinou que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) assumisse a sua direção até que o governo federal examinasse a situação da empresa e promovesse sua incorporação, o que ocorreu em 1964.

trabalhadores, chamada mais-valia absoluta, não é? Para aumentar a taxa de exploração, para acumulação mais rápida do capital, então aí... muito bem... Então, nosso objetivo era chegar nos metalúrgicos, por isso a gente fazia o jornal, para ir buscando os contatos nos bairros, igreja, onde fosse possível. (Nilmário Miranda. Entrevista concedida à autora, 26/06/2016).

Os jornais da esquerda eram um canal de comunicação importante nesse contexto, tanto com o movimento estudantil, do qual muitas dessas lideranças faziam parte, quanto com o movimento operário. Além de *O Piquete*, “mimeografado, super mal feito, (...) uma página de ofício dobrada em quatro faces”²¹², que era distribuído aos trabalhadores da Cidade Industrial, havia uma grande circulação de jornais de esquerda das mais variadas tendências na Cidade Industrial, afinal, de acordo com Nilmário Miranda, “todo grupo tinha que ter um jornal, para chegar na classe operária”. Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984) também concordam com isso. Eles explicam que em Contagem a imprensa de fábrica se desenvolveu bastante e teve papel importante na preparação do clima favorável à greve em 1968. Com resultados considerados positivos, a experiência dos jornais de fábricas em Contagem foi levada para São Paulo, onde pequenos jornais proliferaram, contribuindo também para a preparação política da greve de Osasco (LIMA; ARANTES, 1984, p. 104).

Mesmo tendo um campo fértil para a tarefa de ampliar politicamente a ação da Polop no meio operário, devido à exploração vivenciada pelos trabalhadores na região industrial de Belo Horizonte e Contagem no contexto da ditadura, o trabalho dessa organização não avançou. Ao contrário, nesse período surgiram divergências entre seus militantes que provocou uma cisão, dando origem ao grupo denominado Comandos de Libertação Nacional (Colina), em 1967. Depois da cisão, o grupo que permaneceu na Polop uniu-se à dissidência gaúcha do PCB e juntos formaram o POC, Partido Comunista Operário. Esse partido tinha como objetivo aproximar-se da classe trabalhadora, contudo, jamais conseguiu uma penetração efetiva no meio operário (RIDENTI, 2010, p. 60-61). Para se comunicar com os trabalhadores da região industrial de BH/Contagem, os militantes do POC criaram o jornal *Comitê de Empresa*, em substituição ao *Piquete*, que passou a ser produzido pelo Colina. No dia do lançamento oficial do POC na região, dois militantes foram presos nas proximidades da Mannesmann fazendo panfletagem anunciando o novo partido, um deles Nilmário Miranda, como será visto em detalhes mais adiante.

O Colina era formado basicamente por estudantes universitários e contou com a participação em seus quadros de graduandos do curso de medicina da UFMG. Essa

²¹² Nilmário Miranda. Entrevista concedida à autora, 26/06/2016.

composição, segundo Isabel Leite (2009), provocava “mal-estar” quando se tratava de discutir e pensar o trabalho junto aos operários dentro da organização, pois a militância desconhecia na prática a realidade enfrentada pelos trabalhadores. Além de dar continuidade à edição do jornal *O Piquete*, distribuído nas fábricas e no movimento estudantil, o Colina tentou unir teoria à prática e começou a deslocar sua militância para realizar trabalho de apoio ao movimento operário, de acordo com a formação profissional de seus militantes (NAHAS JÚNIOR, 2015, p. 132). Maria José Nahas era estudante de medicina quando foi deslocada para a Cidade Industrial, para atuar no bairro Riacho das Pedras junto aos operários. A entrevistada diz não se lembrar de muita coisa do trabalho das células do Colina na região, mas algo que ela não esquece e lhe parecia assustador era a situação de precariedade, tanto em relação às condições de vida da população local quanto ao que eles, como militantes e estudantes de medicina, podiam fazer:

(...) eu tenho pouquíssima lembrança do que mais que acontecia, sabe? (...) Eu sei que era assustador de ver a precariedade de que você tinha condição de fazer e as filas que se formavam, quer dizer, assistência médica é só com o SUS, não é? Que organiza um pouco a assistência médica, antes não tinha nada... (Maria José Nahas. Entrevista concedida à autora, 06/11/2017).

A experiência de Maria José foi breve, mas ela se recorda de alguns aspectos do bairro, das condições de vida de seus moradores e do trabalho de mapeamento realizado pela organização.

Riacho das Pedras era um bairro novo, o lote, as casas eram assim, era um barraco ocupando um pedaço mínimo do lote e nem tem, nem tinha esgoto, era fossa, então fizeram um trabalho, não sei qual foi a justificativa, eles fizeram um mapeamento. (...) Foram de casa em casa, perguntaram de profissão não sei o quê, e aí sim eu já entrei, de separar, a gente olhava e separava quem teria interesse, se era operário, da onde, sabe? Eu só sei que nesse mapeamento do bairro foi descoberta uma epidemia de varíola, a gente tinha varíola ainda na época, o controle da varíola foi depois e conseguiram vacina na escola [Escola de Medicina], vacinaram a população, né? (Maria José Nahas. Entrevista concedida à autora, 06/11/2017).

Quando chegou ao bairro Riacho das Pedras, o trabalho do Colina já estava iniciado, por isso, Maria José não se lembra do motivo da escolha desse lugar específico, e completa dizendo que naquela época “a gente não perguntava”, o trabalho ia acontecendo. De todo modo, ao que parece houve certa preparação da organização para chegar a esse local, possibilitando aos seus militantes realizar trabalho de mapeamento dos moradores e, com isso, selecionar aqueles trabalhadores que eram de interesse do Colina, classificando-os pela fábrica onde trabalhavam.

Maria José também explica como se organizava a célula da qual ela fazia parte e o trabalho específico que os militantes da área da medicina realizavam no bairro.

(...) aí foram formadas várias células, não é? Cada célula ia explorando, também não sei te falar... a nossa..., nós éramos quatro estudantes de medicina, um formando, então o que que nós fizemos, era dentro de uma escola, era uma sala de aula daqueles meninos que repetiam, ficavam dez anos na primeira série, eles punham numa sala. Essa sala ela era até separada da escola e foi cedida pra gente atender os pacientes, aí pouco a pouco, a gente conseguiu uma mesa de exame, não sei o quê, a gente foi conseguindo, ia nos laboratórios para pedir amostra grátis, sabe? E por incrível que pareça você precisava de ver a fila que formava, a gente não tinha recurso nenhum, era tudo na base da clínica. E tinha só um, na verdade, que estava terminando o curso, a gente ajudava, porque a gente não tinha conhecimento, eu não sei nem em que ano de medicina que eu estava, não sei se estava no segundo ano, segundo para o terceiro, então na verdade, era o companheiro que já estava terminando o curso de medicina é que atendia (...) tinha um pedaço que a gente devia fazer visitas para os operários, isso aí não fazia, para mim era uma tortura, porque, sabe, era uma coisa que eu não tinha o mínimo jeito para fazer isso. Mas algumas delas fizeram, eu não sei depois, eu saí, eu não sei como a célula continuou, mas teve algumas células que foram para frente (...). (Maria José Nahas. Entrevista concedida à autora, 06/11/2017).

Pelo que se pode observar na fala de Maria José Nahas, cada célula da organização ia “explorando” um tipo de trabalho. Na célula da qual ela fazia parte, os militantes foram designados para uma tarefa para a qual eles tinham habilidades. A estratégia dos militantes do Colina foi partir de um problema concreto para se aproximar dos trabalhadores e das dificuldades enfrentadas por eles e suas famílias na vida cotidiana.

A entrevistada também se lembra de um caso cômico, acontecido durante a realização do trabalho da célula do Colina na região da Cidade Industrial:

só tem uma coisa muito gozada que o prefeito de Contagem na época, não lembro quem era, fez uma festinha lá não sei a troco de quê, e o pessoal da escola insistiu que a gente fosse na tal festinha, mas não é que quando chega ele faz a propaganda do nosso trabalho como se fosse dele: “– Não, nós arranjamos os estudantes de medicina, está tudo dentro...” [risos]. (Maria José Nahas. Entrevista concedida à autora, 06/11/2017).

O prefeito em questão era Francisco Firmo de Mattos Filho, eleito pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e pertencente a uma tradicional família de coronéis de Contagem. Mas fica o questionamento: será que o prefeito se entusiasmaria tanto com os jovens estudantes de medicina, a ponto de se apropriar do trabalho como se fosse uma ação da prefeitura, se soubesse tratar-se de uma célula de comunistas interessados em fazer uma revolução no país?

Outra militante do Colina que atuou na região foi Oroslinda Goulart. Estudante do curso de comunicação da UFMG, iniciou sua militância política na Polop, mas, com a cisão vivida por essa organização em 1967, passou a fazer parte do que viria a ser denominado de Comandos de Libertação Nacional. Nesse contexto, Oroslinda foi deslocada para o núcleo operário da organização. Esse grupo, segundo ela, se reunia uma vez por semana e era orientado por Ângelo Pezutti, estudante de medicina da UFMG e uma importante liderança, falecido em 1975, na França.

Para atuar no movimento operário, Oroslinda conta que houve uma preparação dos militantes do Colina: “eu me lembro que a gente foi fazer até um cursinho com advogado trabalhista sobre a CLT, sabe, isso é resto dessa herança, indo embora”, referindo-se à herança da Polop. A entrevistada continua: “então eu acho que estudar CLT estava dentro disso, da gente ter que se preparar, (...) se nós vamos trabalhar, vamos trabalhar para valer e tal. Então eu me lembro que a gente tinha essas aulinhas lá. E o Ângelo participava das aulas também”²¹³.

Uma coisa que ficou na memória de Oroslinda da convivência com os trabalhadores nessa época foi o hábito que adquiriu de beber chá.

Outro dia eu estava lembrando, porque que eu gosto tanto de chá, porque eu não tomo café. Desde pequena, desde sei lá, Contagem, eu já não tomava café²¹⁴. E aí eu ia na casa deles [dos operários] e era fim de semana, porque eu estudava, eu morava em Belo Horizonte, eu ia pro Barreiro e depois para os bairros lá da Cidade Industrial, não lembro os nomes mais de onde eles moravam. Fazia as reuniões na casa deles, aí eu não tomava café e eles me ofereciam chá. E eu tomava chá, era chá de erva até e eu peguei um gosto danado pelo chá. Outro dia eu estava lembrando disso, acho que foi dessa época que eu tomava chá. Porque eu também achava que eu não podia recusar, não é? Que que eles iriam pensar de mim, é aquela coisa da pequena burguesia envergonhada de ser pequena burguesia, essas coisas todas, não é? Desmistificar o operário foi um negócio difícil, viu, eu casei com um. Foi por isso que eu desmistifiquei até, porque o operário era uma coisa meio santificada assim, um ser perfeito. (Oroslinda Goulart. Entrevista concedida à autora, 20/11/2017).

A partir da lembrança do chá na casa dos trabalhadores, a entrevistada reconstrói e avalia a forma mistificada como ela os via e provavelmente os demais militantes do Colina que buscavam purgar as diferenças de classe, ao mesmo tempo que mistificavam a figura do operário e suas difíceis condições de vida.

Os primeiros contatos de Oroslinda para estabelecer uma relação com os operários foram com um motorista de ônibus e um funcionário de escritório do Barreiro, em Belo Horizonte, ampliando-se posteriormente para os bairros da Cidade Industrial, em Contagem,

²¹³ Oroslinda Goulart. Entrevista concedida à autora, 20/11/2017.

²¹⁴ Oroslinda Goulart morou dos 2 aos 6 anos de idade em Contagem.

onde alguns operários começaram a participar, entre eles, João Anunciato dos Reis, de apelido Canela, trabalhador da Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE).

Orosllinda nunca morou na Cidade Industrial, mas passava o fim de semana trabalhando nesse núcleo, fazendo reuniões políticas com os operários, buscando orientá-los no sentido de assumirem seu “papel” de “vanguarda da revolução”.

Tentava discutir um pouco, levar um pouco de teoria, mas bem genérico, não é? Discutia mais a necessidade de avançar (...). O papel que eles tinham como vanguarda da revolução. E como que eles eram os agentes transformadores da sociedade, qual a sociedade que viria daí e tal. Então, eram reuniões políticas mesmo, sabe? Reuniões de orientação, digamos assim, a vanguarda orientando o proletariado, mas era um pouco assim mesmo que a gente enxergava as coisas... (Orosllinda Goulart. Entrevista concedida à autora, 20/11/2017).

Novamente Orosllinda aproveita o momento da lembrança de sua trajetória de militante para avaliar seu papel e a forma como a organização da qual ela fazia parte enxergava os trabalhadores e a si própria naquele contexto: os primeiros como a vanguarda da revolução e a segunda como aquela responsável por orientar a vanguarda no caminho para a revolução. Dessa forma, o Colina defendia a luta armada, mas acreditava que primeiro deveria fazer o trabalho de massa como forma de obter o apoio dos trabalhadores ao partido de vanguarda (LEITE, 2009).

Como se viu, as organizações de esquerda deslocaram-se para a Cidade Industrial para atuar junto aos trabalhadores. Assim, seja atuando de dentro, já que certos trabalhadores eram também militantes dessas organizações e partidos, seja de fora, como apoio às ações de ativistas sindicais, lideranças e trabalhadores de base, esses grupos tiveram importância no trabalho silencioso de rearticulação dos trabalhadores, especialmente a categoria metalúrgica na Cidade Industrial, alcançando uma importante vitória: recuperar a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem nas eleições de 1967.

3.3 “Luta dura no Sindicato dos Metalúrgicos”

Esse foi o título da coluna *Sindicais* do jornal mineiro *Diário da Tarde*, da segunda-feira, 17 de julho de 1967, anunciando como seria a disputa eleitoral para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem naquele ano. Segundo a notícia, os

trabalhadores metalúrgicos assistiam a uma das mais tenazes campanhas eleitorais em seu sindicato, com intensa distribuição de impressos aos operários²¹⁵.

O jornal não mentiu, nem exagerou. A campanha daquele ano foi mesmo ferrenha. De um lado estava a chapa azul, formada pelos ex-interventores nomeados pelo delegado regional do Trabalho, logo depois do golpe de 1964: Sebastião dos Santos e Geraldo Fernandes de Oliveira, vice-presidente e secretário da atual diretoria, e ainda contavam com o apoio de Onofre Martins Barbosa, que havia seguido a mesma trajetória de ambos, mas agora integrava a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria. Do outro lado estava a chapa verde, denominada de oposição sindical, sob a liderança de Ênio Seabra e com integrantes que faziam parte de organizações e partidos de esquerda como Conceição Imaculada, da Corrente Revolucionária; o próprio Ênio, da Ação Popular; Antônio Santana, do Partido Comunista Brasileiro, entre outros.

O perfil das duas chapas era claramente distinto. A proposta da chapa azul era de continuidade da administração anterior e sua campanha se pautava no fato de ter expandido o serviço social prestado pelo sindicato, que incluía assistência médica, dentária e jurídica a associados e dependentes, tanto na sede quanto na Delegacia da Cidade Industrial, inscrições de candidatos a casa própria e bolsas de estudos do Ministério do Trabalho, bem como o aumento do número de sindicalizados²¹⁶. A chapa verde, por sua vez, propunha-se basicamente a lutar pelo fim do “arrocho salarial” e pelo restabelecimento das liberdades democráticas²¹⁷. Ou seja, enquanto a chapa azul se atinha a questões administrativas e burocráticas, voltada ao atendimento dos metalúrgicos, representando o tipo de sindicalismo que a ditadura queria; a chapa verde se dispunha a uma luta política mais ampla, que não se fixava somente na categoria metalúrgica, mas a todos os trabalhadores, ao tratar do arrocho salarial, e à sociedade de um modo geral, ao dizer que lutaria pelo restabelecimento das liberdades democráticas.

A luta no interior do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, entretanto, não se deu somente entre as duas chapas inscritas. A chapa verde teve de travar uma briga contra o ato do delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana, que, buscando intervir nas eleições faltando apenas cinco dias para sua realização, impugnou os nomes de Newton Arcanjo, Geraldo Gomes da Silva, José Geraldo de Oliveira Reis e do líder da chapa, Ênio Seabra. O

²¹⁵ SINDICAIS. “Luta dura no Sindicato dos Metalúrgicos”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 17 de julho de 1967, p. 5. A coluna desse jornal chamada *Notas Sindicais* passou a denominar-se apenas *Sindicais*.

²¹⁶ SINDICAIS. “Sindicalização aumentou entre metalúrgicos”. *Idem*, 8 de julho de 1967, p. 5.

²¹⁷ ELEIÇÕES nos metalúrgicos até 5ª feira. *Idem*, 25 de julho de 1967, p. 5.

conflito foi levado para o campo jurídico, pois o advogado dos “impugnados” Antônio de Oliveira Lins impetrou mandado de segurança contra a decisão da DRT e por meio de liminar conseguiu a liberação dos nomes para a disputa eleitoral²¹⁸.

A chapa verde venceu as eleições. Era composta pelos seguintes trabalhadores: Ênio Seabra, Antônio Santana Barcelos, Luís Fernando de Souza, Joaquim José de Oliveira, José Gordiano da Silva, Conceição Imaculada de Oliveira, Armando Maurilo Souza, João Bleme, Newton Arcanjo, Geraldo Gomes da Silva, José Geraldo de Oliveira Reis, Tarcizo de Souza, José Ferreira de Mattos, Joaquim Antônio da Fonseca, Francisco Vilaça. Contudo, a DRT não se deu por satisfeita e conseguiu uma decisão judicial que impediu Ênio Seabra de tomar posse juntamente a Newton Arcanjo, Geraldo Gomes da Silva e José Geraldo de Oliveira Reis na direção sindical²¹⁹.

Essa eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem pareceu preocupar não somente o delegado regional do Trabalho, mas outros setores da ditadura, sendo assunto do Informe 484/EMAER, de 10 de agosto de 1967. O informe confidencial do Estado Maior da Aeronáutica dizia que:

O Sindicato dos Empregados Metalúrgicos de Belo Horizonte, dia 28 do corrente mês elegeu sua nova diretoria tendo sido eleito presidente do Sindicato o Sr. Enio Seabra, elemento fichado como pertencente ao extinto partido PCB e mais três companheiros de chapa também fichados no DVS.

Esta diretoria eleita está em luta com Delegado do Trabalho em Minas Gerais, Dr. Onésimo Viana, que declarou publicamente não poder registrá-la.

O advogado da mesma é o Dr. Antônio de Oliveira Lins, ex-Delegado da Supra, em Minas Gerais, que esteve detido no DVS por ocasião do Movimento Revolucionário de março de 1964.

É fichado no DVS e indiciado em IPM da 4ª RM de Juiz de Fora.

Dr. Onésimo Viana, Delegado do Trabalho em Minas Gerais há muito vem ajudando os órgãos que lutam contra os agitadores e comunistas.

Por este motivo alguns líderes sindicais notando que com tal Delegado nada conseguirão procuram fazer intrigas pela imprensa para ver se assim conseguem afastá-lo desta Delegacia do Trabalho²²⁰.

Há um equívoco na informação sobre Ênio Seabra, que não pertencia ao PCB. Apesar de haver documentos que mostram sua contribuição com o jornal *A Voz Operária* e que teria assinado um abaixo-assinado pela legalização do partido, ele disputou eleição para o sindicato em 1963 e venceu numa chapa contrária aos comunistas, com o objetivo de “tirar” o PCB da

²¹⁸ SINDICAIS. “Candidatos vetados pela DRT obtiveram liminar”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 22 de julho de 1967, p. 5.

²¹⁹ Ata de posse da diretoria do Sindicato, 27 de agosto de 1967.

²²⁰ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0065, rolo 006, jul.1964 – nov.1968, imagens 23 e 24. O informe foi produzido pelo Ministério da Justiça e difundido para os seguintes órgãos: CSN, SNI, Cenimar, GME e Destacamento da Base Aérea de Belo Horizonte.

entidade, como mencionado anteriormente, contando para isso com uma aliança questionável com o também líder sindical Onofre Martins Barbosa, que viria a ser nomeado como interventor no sindicato posteriormente.

Os “três companheiros” de chapa de Ênio a quem o informe da Aeronáutica se refere são: Newton Arcanjo, José Geraldo de Oliveira Reis e Geraldo Gomes da Silva. Sobre eles constam os atestados de antecedentes, datados de 10 de junho de 1967, assinados pelo escrivão Abel Lobo Cordeiro²²¹. Os atestados provavelmente foram solicitados em virtude da disputa eleitoral para o sindicato, pois era uma exigência do Ministério Trabalho, sendo também possível que as informações contidas no documento tenham levado à impugnação de seus nomes como candidatos à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Os textos dos atestados de Newton Arcanjo e José Geraldo de Oliveira Reis são idênticos. Neles, o escrivão afirma que o DVS teria documentos que provavam que “o marginado, dentre outros, integrou esquema subversivo existente no País, anteriormente à revolução de 31 de março de 1964, conforme é público e notório”. No entanto, não informa que documentos seriam esses e qual era exatamente o esquema subversivo.

Mesmo depois de conseguir impedir a posse dos integrantes da chapa verde, o delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana, enviou um ofício, datado de 12 de setembro de 1967, ao chefe do Departamento de Vigilância Social, Fábio Bandeira, solicitando antecedentes de Ênio Seabra, Newton Arcanjo, Geraldo Gomes da Silva, José Geraldo de Oliveira Reis, Cássio Gonçalves e Antônio de Oliveira Lins, esse último advogado responsável pelo mandado de segurança em favor dos impugnados da chapa verde, a fim de atender ao pedido de buscas da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério do Trabalho e Previdência Social²²². Isso demonstra que, assim como outros órgãos do governo federal, o Ministério do Trabalho também contava com uma Divisão de Segurança e Informações em sua estrutura. Resta saber onde foi parar a documentação produzida por seus agentes²²³.

²²¹ Sobre Newton Arcanjo: APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0429, rolo 022, jun.1967-set.1967, imagem 3 e 4. Sobre José Geraldo de Oliveira Reis: APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0430, rolo 022, set.1967-set.1967, imagem 3.

²²² APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0426, rolo 022, set.1967-set.1967, imagem 10. Nesse documento, aparecem também os nomes de Cássio Gonçalves e Antônio de Oliveira Lins, esse último foi o advogado que tentou reverter o impedimento de Ênio Seabra, Newton Arcanjo, Geraldo Gomes da Silva e José Geraldo de Oliveira Reis para que pudessem tomar posse na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Ambos já haviam sido detidos em 19 de junho de 1964.

²²³ As Divisões de Segurança e Informações (DSIs) nos ministérios civis foram criadas em 1967 com a reestruturação do aparato de informações do regime militar. As DSIs tinham como função assessorar os ministros em questões de segurança nacional e nas tomadas de decisões. Também foram criadas as Assessorias de Segurança Informação (ASI) e Assessorias Especiais de Segurança Informação (AESI), subordinadas às DSIs a aos ministérios (MOTTA, 2008, p. 34). Em 2007, a Casa Civil da Presidência da República determinou a todos

O escrivão Ariovaldo da Hora Silva, do Departamento de Vigilância Social, respondeu à solicitação da DRT no dia 15 de setembro de 1967, mas não acrescentou nada às informações obtidas no atestado anterior dos metalúrgicos Newton e José Geraldo; na verdade, o texto é o mesmo²²⁴. Já sobre Geraldo Gomes da Silva, o documento afirmava que ele teria integrado um esquema subversivo anterior ao golpe de 1964, tendo participado, em 1963, do I Encontro Internacional de Professores e Estudantes de Arquitetura, realizado em Havana, Cuba²²⁵. Ou seja, só o fato de o metalúrgico ter ido a Cuba servia para associá-lo a um “esquema subversivo”.

A posse da nova diretoria no auditório lotado do Sindicato dos Metalúrgicos, dirigida por Humberto Canhoni, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, foi marcada por comemoração e lamento. Comemoração pela vitória, pois significava a reocupação efetiva do sindicato, e lamento pelo fato de o veto da DRT à posse de Ênio Seabra, Newton Arcanjo, Geraldo Gomes da Silva e José Geraldo de Oliveira Reis ter se concretizado²²⁶. Antônio Santana Barcelos foi empossado presidente da entidade no lugar de Ênio Seabra e tornou-se uma figura muito presente na imprensa local da época, sendo constantemente chamado a opinar quando o tema era a situação do trabalhador no Brasil e o movimento sindical. Mesmo não fazendo parte da diretoria sindical, Ênio Seabra continuou sendo uma liderança para os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Conceição Imaculada de Oliveira também ganhou projeção junto à categoria, ao lado de Joaquim de Oliveira e Luiz Fernando de Souza, pois eram os membros mais atuantes do sindicato, com presença constante nas portas das fábricas (BRANCO, 2008).

Conceição Imaculada tornou-se a única mulher até então a fazer parte efetivamente da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem. Esse fato ganha maior importância já que as mulheres só voltaram a participar como dirigentes dessa entidade em 1987. Por ser mulher e estar no meio metalúrgico, tão marcadamente masculino, Conceição comenta que seu nome não foi aceito tão facilmente para compor a chapa verde:

É a primeira vez, não é? Que uma mulher vai para a diretoria do sindicato na parte mais executiva e de metalúrgicos, podia ver no perfil, no gráfico até aí então. A metalúrgica foi uma coisa assim que não foi muito fácil negociar, mas no fim eles

os ministérios o recolhimento ao Arquivo Nacional dos acervos produzidos pelos órgãos de segurança e informações instalados nos ministérios civis durante a ditadura militar. No entanto, na ocasião, a maior parte dos ministérios negou a existência dessa documentação (ISHAQ; FRANCO, 2008, p. 29-42).

²²⁴ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0429, rolo 022, jun.1967-set.1967, imagem 3 e 4.

²²⁵ Sobre Geraldo Gomes da Silva: APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0430, rolo 022, set.1967-set.1967, imagem 3.

²²⁶ METALÚRGICOS viram posse lamentando os vetados. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 28 de agosto de 1967, p. 5.

aceitaram. Porque eu me destacava mesmo, não é? Pelo fato de ter visto aquilo, eles viram que não ia ter muito jeito, porque eu tinha todo mundo ali, porque eu estava muito envolvida no trabalho e para fazer uma coisa, para levar a marcha, eles tinham que me levar também. (Conceição Imaculada de Oliveira. Entrevista concedida a Thiago Veloso e Isabel Leite, 23/09/2009).

Nas atas consultadas, é possível identificar uma participação intensa de Conceição. Em todas as reuniões entre agosto de 1967 e junho de 1968, quando a diretoria foi novamente cassada, ela sempre tinha algo a dizer e a propor, bem como fazia críticas aos demais dirigentes quando estes assumiam uma postura que ela julgava “conservadora”.

A oposição recuperou a direção da entidade para cumprir um mandato de dois anos (1967-1969). Essa “renovação sindical” representou, na opinião de Francisco Weffort (1972, p. 25), “uma pequena fissura no dique que por tanto tempo represara as insatisfações produzidas pela crise”. A nova diretoria tinha uma formação bastante heterogênea, reuniram-se no sindicato militantes da Corrente Revolucionária de Minas Gerais, da Ação Popular e do Partido Comunista Brasileiro, juntamente a trabalhadores independentes. Esses grupos de esquerda apresentavam divergências ideológicas quanto à forma de conduzir o trabalho junto às bases, ao caráter da revolução e seu encaminhamento, mas de acordo com Conceição Imaculada: “todo mundo estava contra a lei do arrocho, todo mundo estava contra o FGTS e acreditavam na importância das Cipas [Comissões Internas de Prevenção de Acidente]. Todo mundo era contra a ditadura. Aí não tinha divergência”²²⁷. Por outro lado, ainda que reivindicações como o fim do arrocho, FGTS e a ditadura unissem os grupos políticos, outros anseios divergentes acirravam a disputa. Enquanto, por exemplo, para os ativistas sindicais era preciso ganhar os trabalhadores para o movimento sindical, para os militantes de esquerda, a conquista era para a revolução socialista.

3.4 Uma intersindical em tempos de ditadura

Na noite de 30 de agosto de 1967, foi realizada a primeira reunião da nova diretoria. Conceição Imaculada, fazendo uso da “palavra franca”, falou sobre a responsabilidade que os novos dirigentes tinham perante a classe e defendeu que todos os “debates e resoluções fossem feitos de uma maneira franca e sincera” com o objetivo de engrandecer, segundo ela, o

²²⁷ A criação das Cipas era uma reivindicação relevante devido ao número de acidentes de trabalho nas fábricas metalúrgicas da região industrial em BH e na Cidade Industrial de Contagem. Esse trecho é de uma entrevista de Conceição Imaculada de Oliveira, coletada por ocasião da comemoração dos 40 anos da greve de 1968, no dia 23 de abril de 2008, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem (BRANCO, 2008, p. 14-20).

nome do sindicato e da classe que dirigiam²²⁸. Em seguida, os dirigentes tomaram algumas decisões, como a mudança no departamento jurídico, com a contratação de advogado de confiança da diretoria, e a confirmação da realização de uma “festa dançante” para entrega dos troféus do campeonato de futebol dos metalúrgicos, compromisso firmado pela gestão anterior com os participantes do torneio e do qual não poderiam declinar, pois os trabalhadores estavam esperando pelo evento.

A partir da reunião seguinte, a nova diretoria começou a imprimir o seu perfil na forma de conduzir as ações da entidade. Uma delas foi a criação do jornal *O Metalúrgico*, que se tornou um importante canal de comunicação com os operários, usado para informar e denunciar questões relativas ao universo do trabalho, à exploração nas fábricas e à ditadura militar. Seus redatores eram Luiz Fernando de Souza e Conceição Imaculada.

Logo em setembro de 1967, o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem envolveu-se com outras entidades sindicais para constituição de uma frente contra o arrocho salarial. A criação da frente, posteriormente denominada Comissão Intersindical Antiarrocho, é citada em trabalhos que examinam as greves de 1968 na Cidade Industrial (SANTANA, 2009; RAMALHO, 2009; OLIVEIRA, 2010; RIDENTI, 2010). Porém, sua constituição, estratégias de atuação no cenário sindical de Belo Horizonte e Contagem e a forma de inserção do Sindicato dos Metalúrgicos nesse movimento não são analisadas pelos autores, algo que pretendo desenvolver neste estudo. Essa não foi uma iniciativa organizada somente na capital mineira. No quadro de luta mais geral que procurava confrontar o arrocho salarial e propor mudanças na legislação que regia a política salarial do governo, surgiram a Frente Intersindical Antiarrocho, no Rio de Janeiro, e o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), em São Paulo. As intersindicais nesses estados se originaram em decorrência de encontros realizados depois da criação da “Campanha Nacional de Proteção contra a Política de Arrocho Salarial”, no II Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, em 1967 (SANTANA, 2009, p. 157). Para Marco Aurélio Santana (2009, p. 157), “embora de forma limitada e tímida, essas serão as mais importantes tentativas intersindicais desenvolvidas pelos trabalhadores nesse período”. Contudo, em Minas Gerais, se está clara a limitação da ação da intersindical, pois não conseguiu alcançar seu objetivo principal que era a mudança na “lei do arrocho”, de tímida a comissão nada tinha. Ao contrário, desenvolveu diversas ações, principalmente na capital, alcançando certa projeção no cenário sindical mineiro, com

²²⁸ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 30 de agosto de 1967.

destaque na imprensa local, como será analisado adiante, sendo vigiada de perto pela polícia e pela Delegacia Regional do Trabalho.

A primeira reunião para estudar as bases do que foi inicialmente chamado de “Frente Ampla” contra a política salarial do governo federal ocorreu no Sindicato dos Bancários de BH. A criação da frente foi divulgada no jornal *Última Hora*, que passou a noticiar as ações do movimento²²⁹. Já o encontro seguinte, realizado na delegacia da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, contou com a presença de representantes de todas as categorias profissionais, marcando o início da luta dos trabalhadores mineiros contra o arrocho salarial.

Segundo o *Última Hora*, o movimento em Minas Gerais começou em solidariedade aos trabalhadores do Rio de Janeiro, também em luta contra o arrocho, e teria se iniciado com a coleta de assinaturas em abaixo-assinados, protestando contra a política de salários e a elaboração de um manifesto, demonstrando a “irrealidade” dos critérios adotados pelo Departamento Nacional de Salários no cálculo dos índices para correções salariais. Esses documentos seriam entregues ao ministro do Trabalho. Os líderes sindicais solicitaram apoio de políticos e pretendiam pedir ajuda aos representantes das classes patronais, que segundo eles “não estavam satisfeitos com a queda das vendas devido à falta de dinheiro dos trabalhadores”²³⁰. Contudo, não consta que as classes patronais tenham “ajudado” os trabalhadores nesse contexto de arrocho salarial.

Num primeiro momento, a intersindical reuniu tendências diversas para a luta contra o arrocho, é o caso, por exemplo, da participação do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Francisco Pizarro, conhecido por sua posição mais alinhada ao Ministério do Trabalho, mas que nesse contexto chegou a fazer críticas na imprensa ao governo federal, afirmando que até aquele momento tinha visto “apenas palavras e conversas, mas pouca ação em favor dos trabalhadores”²³¹. Entretanto, a participação de Pizarro durou pouco, tendo abandonado a comissão alguns meses depois. Para além de sair da comissão e deixar o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil sem representação, Francisco Pizarro escreveu uma carta ao delegado regional do Trabalho, acusando o movimento de ser “muito radical”²³². Em virtude disso e levando em conta que denominar um grupo de “muito radical” num contexto de ditadura era uma atitude que poderia trazer consequências aos

²²⁹ OPERÁRIO forma “Frente” contra arrocho. *Última Hora*, Belo Horizonte, 16 de setembro de 1967, p. 7.

²³⁰ FRENTE operária abre luta contra arrocho. *Idem*, 19 de setembro de 1967, p. 7.

²³¹ OPERÁRIOS levam seu sofrimento a Costa. *Idem*, 25 de setembro de 1967, p. 7.

²³² PROTESTO contra arrocho no 1º de maio. *Idem*, 02 de maio de 1968, p. 6.

sindicalistas envolvidos, redundando em perseguições, prisões e tortura, ele foi apontado por um trabalhador da construção civil, no evento realizado no 1º de maio de 1968, como “traidor da classe”.

Menos de um mês depois da formação da frente de combate ao arrocho, veio a público a denúncia das pressões do delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana, sobre os sindicalistas e contra a intersindical. Na ocasião, o presidente do Sindicato dos Fumageiros, Nilton Borges, disse ter sido intimado por Onésimo Viana a dar explicações sobre a reunião de dirigentes realizada na sede de sua entidade, tendo ele o prazo de 48 horas para informar quais as entidades estiveram presentes e os assuntos tratados na reunião²³³. Essa situação de pressão da DRT preocupou Antônio Santana, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, que levou para discussão da diretoria a continuidade ou não da participação do sindicato no movimento, sendo deliberada a continuidade da entidade na frente sindical²³⁴.

Ao saberem da vinda do marechal Arthur da Costa e Silva a Belo Horizonte, os líderes da frente sindical mineira resolveram tentar uma audiência com o presidente para entregar, pessoalmente, suas reivindicações²³⁵. Dias depois, souberam que não conseguiriam conversar com ele e consideraram sua atitude como “discriminação” aos trabalhadores, “pois todas as categorias empresariais conseguiram audiência com o Marechal enquanto que para nós não há tempo”²³⁶. No final das contas, para contornar, o ministro do Trabalho e da Previdência Social, coronel Jarbas Passarinho, agendou um encontro dos dirigentes sindicais com o presidente. A audiência de três minutos frustrou os presentes, já que o presidente da República apenas apertou a mão dos sindicalistas, recebeu os memoriais a ele dirigidos e saiu para a sala ao lado, dizendo que tinha outro compromisso²³⁷.

Os bancários e os metalúrgicos se recusaram a participar do encontro com o presidente por acharem que o “diálogo proposto pelos trabalhadores desde 1964 vem sendo transformado pelas autoridades em monólogo”²³⁸. Tal recusa não ocorreu sem conflitos, pelo menos não no caso dos metalúrgicos. Esse posicionamento foi decidido em assembleia geral da categoria. Na ocasião, os associados, estimulados principalmente pelos ativistas sindicais Ênio Seabra,

²³³ OPERÁRIOS denunciam abuso de Onésimo. *Idem*, 17 de outubro de 1967, p. 7. A matéria no jornal publicou na íntegra o ofício SS-2527-67 do delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana, a Nilton Borges, presidente do Sindicato dos Fumageiros.

²³⁴ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 20 de outubro de 1967.

²³⁵ OPERÁRIO firmam silêncio. *Última Hora*, Belo Horizonte, 20 de outubro de 1967, p. 2.

²³⁶ OPERÁRIO sem diálogo protesta em silêncio. *Idem*, 24 de outubro de 1967, p. 2.

²³⁷ COSTA teve três minutos para ver trabalhador. *Idem*, 28 de outubro de 1967, p. 5.

²³⁸ OPERÁRIOS se fecham contra diálogo a um. *Idem*, 27 de outubro de 1967, p. 5.

Mário Bento e Moacir Rodrigues, colocaram-se contra o encontro em sinal de protesto²³⁹. O presidente do sindicato, Antônio Santana, que representava a entidade nas reuniões da frente intersindical, tentou argumentar, mas foi vencido pela votação realizada pela assembleia e teve de acatar e sustentar publicamente a posição da categoria. Essa situação demonstra os conflitos na maneira de conduzir algumas questões entre as lideranças sindicais metalúrgicas e, ao mesmo tempo, as disputas políticas internas da entidade, que se refletiam em vários temas debatidos, entre eles, a campanha salarial de 1967.

Inicialmente, a diretoria do sindicato, que vinha trabalhando na campanha salarial dos metalúrgicos desde setembro, buscou entendimentos com a classe empresarial, realizando uma reunião com o presidente da Fiemg, Fábio Motta, para tentar um acordo. Na oportunidade, entregou um memorando reivindicando aumento de 30% sobre os salários, a partir de 1º de outubro²⁴⁰. Ou seja, a diretoria definiu por pleitear na campanha salarial 13% a mais que o índice de 17% estabelecido pelo governo federal.

3.5 O que fazer?

Para debater esse índice do Departamento Nacional de Salários, o sindicato convocou uma assembleia da categoria, realizada na Secretaria de Saúde, em 27 de setembro de 1967. Nesse encontro, vários associados se mostraram contrários ao índice apresentado, assim como os representantes da entidade, pois consideravam, conforme afirmou Antônio Santana, “que o mesmo não satisfazia as exigências da classe”²⁴¹. A secretária do sindicato, Conceição Imaculada, chegou a ir ao Rio de Janeiro tentar a revisão do índice junto ao Departamento Nacional de Salários, mas não obteve sucesso. Na ocasião, ela declarou à imprensa que o aumento era tão insignificante que o sindicato e a categoria acreditavam se tratar de um erro de cálculo do departamento²⁴².

Como a questão do índice gerava muita discussão, os metalúrgicos decidiram marcar uma nova assembleia para continuar debatendo os termos da campanha salarial. Nela surgiram duas propostas: a do ativista sindical Mário Bento, que propunha “recusar os 17% ficando sem reajuste esse ano em sinal de protesto, enviando às autoridades competentes um memorando, ofício e telegrama dizendo que os metalúrgicos não querem esmolas e sim um

²³⁹ Ata da assembleia, 25 de outubro de 1967.

²⁴⁰ METALÚRGICO abre frente contra arrocho. *Última Hora*, Belo Horizonte, 21 de setembro de 1967, p. 7.

²⁴¹ Ata da assembleia, 27 de setembro de 1967.

²⁴² OPERÁRIOS se reúnem condenando o arrocho. *Idem*, 03 de outubro de 1967, p. 6.

reajuste justo”; e a do metalúrgico Baltazar de Souza, que em contraposição propunha à categoria “aceitar os 17% sob protesto enviando às autoridades competentes ofício, memorando e telegramas”²⁴³. Obviamente, a segunda proposta saiu vencedora por 485 votos a 138, na votação secreta realizada no dia 6 de outubro, com a presença de 623 votantes, visto que as condições de vida dos trabalhadores se encontravam bastante depauperadas para que eles se dessem ao luxo de não aceitar reajusto algum²⁴⁴.

Depois da decisão da assembleia, a diretoria do sindicato enviou um telegrama ao jornal *Última Hora*, que o publicou na íntegra. Nele, o Sindicato dos Metalúrgicos comunicava a aceitação do índice de 17% fornecido pelo Departamento Nacional de Salários, mas refutava a manutenção das leis do arrocho salarial, “contrária aos interesses das classes trabalhadoras do Brasil”.

A diretoria do sindicato também fez circular um informativo para a categoria em que criticava o índice e a forma de cálculo adotada pelo governo federal²⁴⁵. Ainda, condenava o arrocho salarial e exigia o fim da Lei nº 4.725/65 e dos decretos nº 15/66 e nº 17/66. A Lei nº 4.725/65 ampliava a política salarial do governo, antes restrita aos trabalhadores do setor público, para o setor privado e estabelecia as regras para os dissídios coletivos, colocando nas mãos do governo a fixação do índice de reajuste salarial. Assim, na prática, mesmo que houvesse uma negociação direta com a empresa buscando a concessão de aumento maior do que o estabelecido aos seus empregados, ela ficava impedida por lei de fazê-lo ou poderia justificar a negativa com base na legislação. A referida lei também desobrigava as empresas em “regime deficitário” a conceder reajustes e impedia a antecipação salarial durante o prazo de vigência dos acordos salariais. O Decreto nº 15/66, por sua vez, endureceu a política salarial e o arrocho, procurando enquadrar a Justiça do Trabalho, que em várias ocasiões havia concedido aumento superior aos índices fixados pelo governo²⁴⁶; ao mesmo tempo que proibia as Delegacias Regionais do Trabalho de homologarem aumentos divergentes das normas do decreto. Já o Decreto nº 17/66 procurava atenuar o anterior estabelecendo que a Justiça do Trabalho poderia considerar fatores como resíduo inflacionário, produtividade e perda do poder aquisitivo dos trabalhadores. No entanto, como todos esses dados eram fixados pelo governo, na prática esses fatores adicionais faziam pouca diferença (COSTA,

²⁴³ Ata da assembleia, 4 de outubro de 1967.

²⁴⁴ *Idem*, 6 de outubro de 1967.

²⁴⁵ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0250, rolo 017, dez. 1967 - mai. 1968, imagem 59.

²⁴⁶ Larissa Corrêa (2013) mostra que o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, pelo menos entre 1964 e 1968, mesmo subjugado à política salarial da ditadura militar, buscava garantir certa autonomia nas decisões relativas aos aumentos salariais. Em alguns casos, os juízes trabalhistas concederam reajustes acima dos índices estabelecidos pelo governo federal, demonstrando resistência à aplicação rígida da política salarial.

1997, p. 128-129). Por tudo isso, trabalhadores e sindicatos pleiteavam a revogação dessas medidas. Ademais, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, como parte das ações contra o arrocho, continuou a recolher assinaturas dos trabalhadores das fábricas de Belo Horizonte e Contagem para o abaixo-assinado que seria entregue ao marechal Costa e Silva, quando ele retornasse à capital mineira²⁴⁷.



Figura 8 - Informativo do Sindicato dos Metalúrgicos. APM, Fundo Dops/MG.

Buscando fortalecer sua liderança no meio sindical metalúrgico de Minas Gerais, a diretoria propôs a realização do Congresso Estadual dos Metalúrgicos, em Belo Horizonte, na sede do sindicato, com o objetivo de coordenar a luta contra a Lei nº 4.725/65, os decretos números 15/66 e 17/66, bem como preparar um documento a ser enviado ao Ministério do Trabalho com assinaturas dos metalúrgicos mineiros, como forma de protesto contra a

²⁴⁷ OPERÁRIO unido quer derrubar o arrocho. *Última Hora*, Belo Horizonte, 10 de outubro de 1967, p. 6.

legislação citada²⁴⁸. O envio de memoriais e abaixo-assinados aos representantes do governo federal se constituía, nesse contexto, como parte do repertório de luta dos trabalhadores. No congresso seriam debatidos quatro pontos: arrocho, FGTS, plano habitacional e INPS; e os dirigentes da entidade deveriam redigir teses sobre cada um desses pontos para serem apresentadas às lideranças presentes no evento²⁴⁹.

O Congresso Estadual dos Metalúrgicos ficou marcado para os dias 25 e 26 de novembro de 1967, mas acabou não ocorrendo devido à interferência da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos. Segundo o presidente do sindicato, Antônio Santana, a federação confirmou sua participação no congresso, na reunião da Comissão Nacional dos Metalúrgicos, realizada na Guanabara/RJ, no dia 10 de novembro de 1967, mas logo depois enviou circular aos sindicatos do interior de Minas Gerais desmobilizando seus representantes a participarem do evento, “levando o encontro ao fracasso total”. Após discussão, a diretoria deliberou esclarecer a categoria sobre a não realização do congresso por meio do seu jornal *O Metalúrgico* e aos demais dirigentes sindicais e à CNTI, no encontro de sindicalistas que ocorreria em alguns dias²⁵⁰. O conflito entre o Sindicato dos Metalúrgicos e sua federação acabou ganhando espaço no jornal *Última Hora*. De um lado, o presidente da Federação dos Metalúrgicos, Humberto Canhoni, com apoio do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, Jorge Norman Neto, acusava Antônio Santana de quebra de hierarquia por assumir a organização do encontro dos metalúrgicos. Do outro, Santana se defendia da acusação explicando que o sindicato se responsabilizou pela realização do encontro “depois de pedir, sem resultado, que a federação organizasse o movimento” e acrescentava que Canhoni havia prometido apoio, “mas depois, às escondidas, mandou ofício aos sindicatos do interior, dizendo que a reunião fora suspensa”²⁵¹. A postura de Humberto Canhoni também foi denunciada pelo boletim *1º de Maio*, redigido pela Corrente Revolucionária:

Os patrões e o governo não estavam vendo com bons olhos esse encontro. Quando os trabalhadores começam a se organizar, a se unir nacionalmente, em todas as categorias, os patrões sentem que seu dinheiro, seus luxos, seus carros e casas estão ameaçados. Era preciso então boicotar o encontro dos metalúrgicos de qualquer jeito. Como não tinham justificativas legais para isso, pois o encontro ia tratar de problemas próprios da classe, nada melhor do que contar com um “trabalhador” para não permitir a reunião²⁵².

²⁴⁸ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 29 de setembro de 1967.

²⁴⁹ *Idem*, 20 e 22 de novembro de 1967.

²⁵⁰ *Idem*, 2 de dezembro de 1967.

²⁵¹ SANTANA diz que os pelegos são outros. *Última Hora*, Belo Horizonte, 14 de dezembro de 1967, p. 7.

²⁵² PELEGO ajuda a arrochar. *1º de Maio*, ano 1, n. 10, 11 de dezembro de 1967. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0250, rolo 017, dez. 1967 - mai. 1968, imagem 67.

Para a Corrente, Humberto Canhoni vinha exercendo o “peleguismo desde 1946”. Segundo o *1º de Maio*, o presidente da federação havia dito a alguns presidentes de sindicatos do interior que o congresso tinha sido proibido pela polícia, o que num contexto de ditadura provocava medo entre muitos trabalhadores. No fim das contas, quando seu comportamento foi denunciado na imprensa pelo Sindicato dos Metalúrgicos, Canhoni justificou-se explicando que sua atitude era “para o bem dos trabalhadores”. No entanto, para os metalúrgicos, a postura do presidente da federação não era uma novidade. Ele, que foi presidente do sindicato nos anos 1940, desde aquela época adotava um comportamento político alinhado ao Ministério do Trabalho e pelo visto, durante a ditadura, sua prática não se modificou, dando a ver que sempre que necessário o delegado regional do Trabalho podia contar com o apoio dele na desmobilização dos trabalhadores da categoria.

O FGTS também era uma preocupação da diretoria e dos trabalhadores em geral. Isso porque, até a promulgação da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, os trabalhadores inseridos no mercado formal que tivessem mais de dez anos no emprego passavam a ter direito à estabilidade. Mesmo para os trabalhadores com menos de dez anos de empresa, em caso de dispensa, a legislação garantia o pagamento pelo empregador de um mês de salário para cada ano trabalhado, o que de certa forma desestimulava demissões arbitrárias (COSTA, 1997, p. 115).

Diante da mudança na legislação, o Sindicato dos Metalúrgicos convocou uma assembleia específica para discutir o tema. Na oportunidade, Conceição Imaculada fez um apelo aos metalúrgicos para que não optassem pelo Fundo de Garantia e àqueles que já haviam feito a opção para que fizessem uma “retratação em massa”. Sugeriu ainda “a criação de comissões de esclarecimento a respeito do FGTS”²⁵³. Nas fábricas, a pressão para a adesão dos trabalhadores ao FGTS era grande. O jornal *Última Hora* denunciou essa situação noticiando que as empresas estavam ameaçando de dispensa os trabalhadores antigos que insistissem em permanecer no regime de estabilidade²⁵⁴.

Sobre isso, é preciso considerar que, apesar de opcional, na prática os empresários se aproveitavam da lei do FGTS e “do estado de repressão e insegurança então existentes para ‘forçar’ os trabalhadores antigos a ‘optarem’ pela nova legislação”. Para os novos contratos de trabalho, a possibilidade de negociação dos trabalhadores praticamente inexistia, pois

²⁵³ Ata da assembleia, 25 de outubro de 1967.

²⁵⁴ TERMINA dia 31 prazo para opção pelo Fundo. *Última Hora*, Belo Horizonte, 1 de dezembro de 1967, p. 5.

obviamente os empresários não empregariam quem não “‘optasse’ pela nova lei. Assim, a ‘opção’ foi se tornando ‘norma permanente’” (COSTA, 1997, p. 115).

Edmilson Costa (1997, p. 115-116) evidencia de que modo o FGTS se apresentou como mais vantajoso do ponto de vista financeiro para o empregador do que o sistema anterior. Primeiro porque, enquanto no sistema anterior nem sempre as empresas dispunham de recursos para pagar as indenizações, as demissões eram dificultadas; no novo sistema, por sua vez, o depósito empresarial do percentual de 8% correspondente à remuneração de cada trabalhador empregado era depositado mensalmente; assim, o patronato podia repassar o custo disso para o consumidor. A segunda vantagem é que o FGTS estimulou a rotatividade no emprego e conseqüentemente a desvalorização do preço da força de trabalho. Isso porque as empresas passaram a agir livremente, demitindo trabalhadores antes dos acordos salariais e os recontratando logo depois por um salário inferior ao acordado pelos sindicatos. A terceira vantagem do Fundo de Garantia para os empresários elencada pelo autor é que a abolição da estabilidade no emprego enfraqueceu a organização sindical, pois a instituição do Fundo acabou com uma das garantias aos ativistas sindicais de atuarem nos locais de trabalho com menor risco de ficarem desempregados. Assim, uma conquista histórica do movimento operário, para a qual várias gerações de trabalhadores haviam contribuído, foi cortada tão logo os militares chegaram ao poder (COSTA, 1997, p. 115-116).

De tal modo, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, por considerar o FGTS um instrumento do governo e dos empresários para manter o arrocho salarial, “já que o empregado sem garantias no emprego não pode gritar contra os salários baixos”, anunciou a proposta de formação de uma nova frente de luta, a “frente única contra o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço”, a ser levada às entidades de classe de Minas Gerais. Para o sindicato, era importante desenvolver uma campanha contra o FGTS, pois essa era uma luta que unia as entidades sindicais. De acordo com Antônio Santana, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, o FGTS só havia trazido intranquilidade aos operários pois se antes “o operário tinha condições psicológicas para gritar contra as imposições da classe dominante”, com o Fundo de Garantia, “o trabalhador sem estabilidade no seu emprego, e sem um mercado de trabalho, não tem a mínima condição de sair às ruas para protestar contra as imposições que lhes são submetidas”²⁵⁵. Ele tinha razão, cada vez mais a legislação trabalhista piorava as condições de luta dos trabalhadores e afastava muitos deles da vida sindical.

²⁵⁵ OPERÁRIOS se unem contra Fundo. **Última Hora**, Belo Horizonte, 8 de dezembro de 1967, p. 5.

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos procurou também regularizar as bolsas de estudo do Programa Especial de Bolsas de Estudo (Pebe) do governo federal, já que muitos filhos de trabalhadores não conseguiam continuar estudando por causa do atraso no pagamento das bolsas. O Pebe foi criado em 1966 pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social como parte do programa Aliança para o Progresso e sua gestão era de responsabilidade dos sindicatos²⁵⁶. Por isso, os dirigentes Conceição Imaculada e Luiz Fernando chegaram a ir ao Rio de Janeiro conversar com os responsáveis pelo programa a fim de resolver a situação. O Pebe buscava assegurar o “ensino de nível médio (secundário, industrial, comercial, agrícola e normal)” a estudantes carentes por meio do custeio de despesas com alimentação, material escolar, vestuário, transporte, assistência médica e odontológica, consideradas pelo Estado essenciais à educação de nível médio.

Se por um lado, durante a ditadura no Brasil, os mecanismos de repressão ao movimento operário e sindical, de intervenção nos sindicatos e perseguição às lideranças operárias estiveram presentes, sendo utilizados sempre que necessário, por outro, foram instituídas formas de fazer dos sindicatos mediadores de algumas políticas sociais. O Pebe é um exemplo disso: os sindicatos eram responsáveis pela gestão das bolsas de estudo, selecionando os bolsistas, realizando os contratos e os pagamentos. Além disso, para que o trabalhador ou seu dependente pudesse se candidatar a uma bolsa, era necessário que ele fosse sindicalizado. A partir de 1966, além de sindicalizado, o trabalhador deveria participar de pelo menos 50% das assembleias da categoria, caso contrário, o beneficiário da bolsa não receberia a última parcela²⁵⁷. Assim, a própria ditadura buscava garantir a continuidade dos sindicatos como instituição e uma participação mínima dos trabalhadores na vida sindical, principalmente daqueles interessados em acessar políticas assistenciais.

Ao longo dos meses, as críticas do Sindicato dos Metalúrgicos ao Pebe na imprensa mineira se avolumaram, a ponto de o presidente do conselho administrativo do programa enviar telegramas a Antônio Santana e a Luiz Fernando exigindo retratação da diretoria, o que, no entanto, não foi feito. Na ocasião, Santana declarou ao *Última Hora* que eles não aceitariam a pressão e “preferiam sair de lá [do sindicato] com a cabeça erguida, a transformarem-se em pelegos, traidores da classe operária”²⁵⁸. O presidente do sindicato denunciou também ao jornal que Onésimo Viana, delegado regional do Trabalho, vinha

²⁵⁶ Decreto nº 57.870, de 25 de fevereiro de 1966.

²⁵⁷ O Decreto nº 57.870 instituiu o Pebe. Em junho de 1966, por meio de resolução, o Conselho Administrativo do Pebe estabeleceu essa regra dos 50% de presença em assembleia.

²⁵⁸ GOVERNO ameaça cassar o líder metalúrgico. *Última Hora*, Belo Horizonte, 3 de fevereiro de 1968, s/p.

ameaçando a diretoria de intervenção. A primeira ameaça ocorreu na posse dos novos dirigentes do sindicato; a segunda durante a campanha salarial de 1967, quando Santana foi obrigado a comparecer à DRT para assinar o verso de um boletim da entidade responsabilizando-se pelo conteúdo do informativo; e a terceira ameaça ocorreu quando foi publicado o primeiro número do jornal do sindicato *O Metalúrgico*, considerado subversivo pelo delegado do Trabalho²⁵⁹.

Mesmo com as ameaças de Onésimo Viana, a diretoria seguiu trabalhando. Desenvolveu, por exemplo, diálogo com a Prefeitura de Contagem em busca de melhorias para a região da subsede da entidade, na Cidade Industrial, iniciando negociação para calçamento das ruas do entorno do sindicato e doação de um terreno para a construção de um colégio dos metalúrgicos²⁶⁰, projeto que veio a se concretizar somente na década de 1970. Paralelo a isso, os dirigentes e ativistas sindicais ligados às organizações de esquerda que atuavam na categoria retomaram o trabalho no interior das fábricas, identificando lideranças e organizando comissões, que funcionavam de maneira clandestina, orientando os trabalhadores dentro e fora das fábricas e distribuindo boletins com denúncias e informações. As comissões de fábrica eram também chamadas de “comissões de cinco”. Conceição Imaculada explica como funcionavam e ressalta a importância das comissões para o surgimento e êxito do movimento grevista que eclodiria na Cidade Industrial:

Nessa primeira greve a gente tinha, formava comissões. Tinha as bases do partido que atuava também e tinha as comissões de fábrica que a gente fazia, a gente criava as comissões de cinco pessoas e buscava que as pessoas não se conhecessem muito, daquele grupo de cinco só aqueles cinco que sabiam (...). Só organizava de cinco em cinco, porque era tudo fechado, não é? Então aquilo nós fomos, nessa sessão aqui tem 300 trabalhadores, por exemplo, então eu sei de todos que estão organizados, mas só sabem cinco, cinco e cinco e todos pensam que são únicos. E a base do partido que está ali dentro também ela não faz parte dos grupos de cinco, elas são à parte, mas ela faz um trabalho também, ela só instiga, é aquela pessoa que provoca, mas eles não são da comissão, porque eles vão queimar muito, fica mais na retaguarda. Ele é para empurrar. Porque o trabalho sindical, ele pode abrir, porque ele não era..., era uma coisa que deveria ser legal, mas não era não, então ele, o pessoal do partido, ele atuava tentando empurrar o sindicato e quem destacava no sindicato vinha pra cá, aí ficava assim, nesse trabalho o tempo todo, então foi montando esses grupos de cinco e tudo, que um dia a gente estourou a greve pela Belgo Mineira. (Conceição Imaculada. Entrevista concedida à Thiago Veloso e Isabel Leite, 23/09/2013).

As comissões ou grupos dos cinco, como o próprio nome diz, eram grupos formados por cinco trabalhadores, mas a ideia era que um grupo não soubesse da existência do outro,

²⁵⁹ *Ibidem*.

²⁶⁰ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 20 de outubro de 1967.

exatamente para proteger seus integrantes. Essas comissões operavam de forma a organizar o trabalho sindical dentro das fábricas, ao mesmo tempo que protegia as lideranças políticas, pois elas não entravam diretamente nos grupos; ficavam de fora, somente estimulando os trabalhadores. Assim, nos panfletos que apareciam por toda parte nas fábricas, nos banheiros, vestiários e, até, dentro dos capacetes dos operários, os trabalhadores eram chamados a formar grupos de cinco que se coordenavam entre si para, inclusive, partir para a greve (ESPINOSA, 1978, p. 42). Além disso, essas ações nas fábricas possibilitavam às lideranças identificar potenciais novos militantes e ativistas sindicais, tarefa difícil num contexto de ditadura.

No caso do trabalho da diretoria do sindicato, sua preocupação e atuação, nesse momento, era no sentido de atrair os trabalhadores para o sindicato e sindicalizar novos associados. Nesse sentido, no início de 1968, foram apresentadas duas propostas para tentar reverter o quadro de baixa participação sindical: a criação de espaços de lazer e hora dançante no sindicato e a premiação com um exemplar da CLT ao associado que conseguisse sindicalizar outros 15 trabalhadores²⁶¹. É provável que essas propostas não tenham sido levadas adiante, pois não se falou mais no assunto nas reuniões. Meses antes, a diretoria adquiriu mais uma máquina de costura para ampliar os cursos de corte e costura oferecidos, e deliberou pela compra de uma coleção de livros do escritor Monteiro Lobato para criar uma biblioteca, como forma de trazer os trabalhadores e seus familiares para a entidade. No entanto, para o vice-presidente do sindicato, Joaquim de Oliveira, só havia uma forma de aumentar o quadro de associados: partir para as portas das fábricas para esclarecer os trabalhadores sobre a necessidade de ser sindicalizado, mostrando a eles “os verdadeiros fins do sindicato”, qual seja, a luta por direitos, e não a assistência social, como acrescentou o presidente da entidade, Antônio Santana²⁶².

3.6 Nova investida contra o arrocho

Em março de 1968, o Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, junto a outros sindicatos mineiros, reacendeu as campanhas contra o arrocho salarial. A retomada se deu em função da participação do sindicato na assembleia intersindical organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, que reuniu representantes do todo o país, em novembro de 1967, na Guanabara/RJ, para debater problemas salariais e da legislação

²⁶¹ *Idem*, 1 de janeiro de 1968.

²⁶² *Idem*, 2 de fevereiro de 1968.

trabalhista²⁶³. Para isso, as entidades sindicais mineiras organizaram uma concentração de trabalhadores na Secretaria de Saúde, no centro de Belo Horizonte. A mobilização dos metalúrgicos para o evento pelo Sindicato dos Metalúrgicos foi feita por meio da distribuição de boletins nas fábricas do centro de Belo Horizonte e da Cidade Industrial. Além disso, os trabalhadores se reuniram nas empresas em pequenas comissões de cinco a dez membros para levantar as dificuldades causadas pelo arrocho salarial e elaborar suas reivindicações²⁶⁴.

Os estudantes universitários também se mobilizaram para participar dessa concentração. O Diretório Central dos Estudantes da UFMG publicou um manifesto dias antes do evento em apoio à reunião. No manifesto, o presidente do DCE afirmava que os trabalhadores brasileiros eram a força capaz de promover mudanças na sociedade brasileira e que o movimento estudantil participaria da concentração dos trabalhadores “como força auxiliar no grande processo de libertação dos brasileiros”²⁶⁵.

A concentração de trabalhadores foi antecedida por uma solicitação de licença ao Dops/MG pelos sindicatos organizadores. O Dops não só autorizou como encaminhou um agente secreto, como era de praxe, para acompanhar o evento. No relatório, o agente confirma que “as autoridades policiais permitiram a concentração somente em recinto fechado”, “limitando-se apenas em fiscalizar tal fato através de seus agentes secretos”. Informa ainda que a concentração, realizada no dia 27 de março de 1968, ocorreu sem incidentes, tendo usado da palavra cerca de 21 oradores, todos eles devidamente nomeados no relatório. Entre as pessoas que participaram da mesa de trabalho foram citadas Antônio Santana, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e dirigente da reunião; Conceição Imaculada, secretária do mesmo sindicato, a qual o agente caracteriza como “a verdadeira coordenadora da solenidade”, acrescentando ainda que ela era “conhecida agitadora”, “universitária e militante do PC”. A segunda informação é incorreta, uma vez que Conceição não era universitária, e sim operária. Sobre ser militante do PC, o agente estava desatualizado, pois desde dezembro de 1967 ela havia rompido com o Partido Comunista Brasileiro e militava na Corrente Revolucionária. O agente também citou a presença de Ênio Seabra, identificado como “presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos”, entre outros sindicalistas de BH e de várias cidades de Minas Gerais e do Brasil, como os representantes dos Sindicato dos Metalúrgicos de Barão de Cocais/MG, João Monlevade/MG e da Guanabara/RJ. Segundo o relatório, participaram da concentração cerca de 600 pessoas, distribuídas entre o que o agente

²⁶³ SINDICATOS preparam luta contra arrocho. *Última Hora*, Belo Horizonte, 21 de março de 1968, p. 5.

²⁶⁴ MOBILIZAÇÃO operária contra a lei do arrocho. *Idem*, 26 de março de 1968, p. 7.

²⁶⁵ OPERÁRIOS contra o novo salário de fome. *Idem*, 22 de março de 1968, p. 7.

denominou de “trabalhadores em geral”, “funcionários públicos em geral” e “estudantes, em grande quantidade”²⁶⁶.

O jornal *Última Hora* também fez um relato do evento, destacando que essa tinha sido a primeira concentração de trabalhadores em Minas Gerais depois de 1964 e que na ocasião decidiram dar continuidade à campanha antiarrocho, marcando para o dia 1º de maio outra manifestação. O periódico ainda publicou um manifesto dos trabalhadores distribuído para a imprensa.

No Brasil a participação do operário nas lutas a seu favor, tem sido totalmente limitada. Isso se dá devido à repressão governamental conjugada à falta de liderança autêntica que quase sempre nos tem faltado. (...)

Desde 64 os trabalhadores tiveram que sofrer calado o assalto de seus salários, sem direção sindical não puderam reagir. A classe trabalhadora estava desmobilizada mas não morta.

Entretanto, é de se notar que na época em que surgiram as leis do arrocho, a grande maioria dos sindicatos estava sob intervenção, que ainda conseguira controlar as manifestações. As federações e confederações não gritavam porque sempre ou defenderam os interesses dos patrões ou seus próprios e nunca os interesses dos trabalhadores. (...)

O dia 27 de março, dia da manifestação nacional contra o arrocho salarial, representa hoje, para os trabalhadores em geral o início de várias lutas que deverão ser travadas contra a política salarial do governo e se coloca, como desenvolvimento da campanha contra o arrocho o caminho a ser aberto aos trabalhadores para a luta. (...). É claro que para essas lutas, as lideranças sindicais são insuficientes, é necessário que os trabalhadores se organizem, pela base formando comissões nas empresas, nas fábricas, nos serviços burocráticos, nos bairros, etc. isto é, que mobilizem todos os seus companheiros. (...)

O dia primeiro de maio, Dia do Trabalhador é nossa próxima meta de manifestação pública. Por isso, não podemos achar que simplesmente com esta manifestação de hoje conseguiremos derrubar a política salarial do Governo. Não, nossa luta é longa e difícil, mas não vai faltar esforços para que continuemos a lutar.

Precisamos mostrar aos patrões e ao governo que estamos organizados e unidos, em torno dos nossos interesses e direitos.

É com a participação efetiva de todos os trabalhadores não só nas manifestações públicas, mas em reuniões e assembleias dos sindicatos, em todos os lugares possíveis de se trabalhar, é que conseguiremos dizer não, a isso tudo que foi imposto ao trabalhador brasileiro.

Abaixo o Arrocho Salarial

Abaixo o novo mínimo decretado

Pelo reajuste necessário

Pela greve²⁶⁷.

No manifesto, a Comissão Intersindical reconhece que a participação somente das lideranças sindicais era insuficiente na luta contra a política salarial do governo, sendo necessária a mobilização dos trabalhadores na base, nas fábricas e nos bairros. Entre as

²⁶⁶ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0346, rolo 022, mar. 1966 - ago. 1975, imagens 83 a 85.

²⁶⁷ OPERÁRIO exige fim do arrocho. *Última Hora*, Belo Horizonte, 28 de março de 1968, p. 7. O jornal publicou o manifesto dos trabalhadores na íntegra, mas para a análise neste trabalho selecionamos algumas partes.

bandeiras de luta, além do “abaixo” o arrocho salarial e o novo salário-mínimo, a greve aparece como parte das demandas, o que deve ter deixado as autoridades preocupadas. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço também foi alvo de protestos durante a concentração, além da falta de apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria ao movimento, por não ter enviado nenhum representante para a reunião, principalmente pelo fato de a ideia da concentração ter partido da própria CNTI no ano anterior²⁶⁸.

Uma das propostas tiradas pela Comissão Intersindical contra o Arrocho, como passou a ser denominado o movimento, foi a realização de coleta de assinaturas nas ruas de Belo Horizonte e na Cidade Industrial para serem enviadas ao ministro do Trabalho acompanhadas de um memorial mostrando as condições de vida dos trabalhadores. Essa tática, contudo, foi suspensa dias depois, em reunião no Sindicato dos Metalúrgicos, quando a comissão decidiu se concentrar na realização de assembleias para organização do 1º de maio²⁶⁹.

Para algumas lideranças sindicais, a Comissão Intersindical contra o Arrocho tornou-se efetivamente uma importante instância da luta sindical. Homero Guilherme, presidente do Sindicato dos Bancários, acreditava que a Intersindical se tornaria um órgão nacional, em substituição às Confederações Nacionais de Trabalhadores, que em sua opinião não tinham representação efetiva já que estavam cada vez mais afastadas dos trabalhadores²⁷⁰. A fala de Homero carrega certa dose de otimismo em relação ao trabalho da Intersindical e sua capacidade de atingir os trabalhadores nacionalmente. A transformação dessa comissão em um órgão nacional, contudo, era tudo que o Ministério do Trabalho não queria – nesse momento em São Paulo o Movimento Antiarrocho (MIA) estava em pleno funcionamento –, tanto que o monitoramento de suas reuniões públicas por agentes policiais e as pressões para sua dissolução da parte da Delegacia Regional do Trabalho continuavam.

As reuniões da Comissão Intersindical eram rotativas, acontecendo em diferentes sindicatos. Há registros na imprensa de reunião no Sindicato dos Fumageiros, dos Metalúrgicos, dos Trabalhadores da Construção Civil e dos Bancários. Essa era uma forma de dividir o trabalho e dificultar a identificação das lideranças, já que vários sindicatos estavam envolvidos em suas ações.

²⁶⁸ MOBILIZAÇÃO operária contra a lei do arrocho. *Idem*, 26 de março de 1968, p. 7.

²⁶⁹ LUTA contra arrocho. *Idem*, 10 de abril de 1968, p. 3.

²⁷⁰ LUTA contra arrocho agora será nas ruas. *Idem*, 29 de março de 1968, p. 7.

Em março de 1968, foi divulgado o valor do novo salário-mínimo, cujo aumento médio foi fixado em 23,3% pelo Conselho Nacional de Política Salarial²⁷¹. No mesmo dia, o ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, afirmou que o governo havia encaminhado um projeto ao Congresso Nacional com o objetivo de criar condições para elevar a 30% os aumentos salariais de todos os trabalhadores, medida que, segundo ele, daria início a uma política de “afrouxo salarial”²⁷².

A Comissão Intersindical contra o Arrocho de Minas Gerais não ficou satisfeita com o novo valor do salário-mínimo nem confiante no “afrouxo” prometido pelo ministro. Em vista disso, manifestou-se na imprensa prometendo intensificar as ações, pois “aos trabalhadores não interessa o aumento de salários concedidos dentro da atual política de contenção de índices de aumento, enquanto os preços sobem”. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Antônio Santana, uma das lideranças do movimento, também criticou o novo salário-mínimo. Para ele, os efeitos negativos eram imediatos, gerando aumento no preço da comida, das passagens de ônibus e dos aluguéis, demonstrando como o simples aumento salarial não era capaz de resolver os problemas cotidianos dos trabalhadores. Para os integrantes da Comissão Intersindical, somente a instituição do regime de contrato coletivo de trabalho poderia resolver a situação do trabalhador brasileiro, possibilitando a livre negociação com os empregadores. Porém, para que isso acontecesse, era preciso “devolver aos assalariados o direito de fazer greves, para pressionar o patrão”²⁷³. Ou seja, as reivindicações da Intersindical envolviam o fim da política salarial do governo, a livre negociação e o fim da proibição do direito à greve.

Os tempos seguiam agitados para o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, que, além de participar de várias frentes de luta, teve de enfrentar um processo na Justiça vindo de Onofre Martins Barbosa, ex-diretor da entidade, ex-interventor e atual presidente da Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais. Depois de ter sido assunto do jornal produzido pelo sindicato *O Metalúrgico*, Onofre acusou o presidente da entidade de difamação e exigiu retratação²⁷⁴. Também solicitou formalmente à Delegacia Regional do Trabalho a cassação do jornal, “acusando-o de ilegal e clandestino, por não ser registrado”²⁷⁵. Solicitação essa que não foi difícil de ser atendida pelo delegado do Trabalho, Onésimo

²⁷¹ MÍNIMO é de 23,3 por cento. *Idem*, Rio de Janeiro, 23 de março de 1968, p. 4.

²⁷² PASSARINHO afirma que afrouxo vem aí. *Idem*, Rio de Janeiro, 23 de março de 1968, p. 4.

²⁷³ LUTA anti-arrocho vai crescer com a gasolina. *Idem*, Belo Horizonte, 02 de abril de 1968, p. 5.

²⁷⁴ A briga entre Onofre Martins Barbosa e Antônio Santana foi tema da seguinte matéria: LÍDER acusa Onofre de traír operários. *Última Hora*, Belo Horizonte, 06 de abril de 1968, p. 7.

²⁷⁵ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 22 de março de 1968.

Viana, que considerava o jornal do sindicato subversivo desde o seu primeiro número. A diretoria decidiu continuar produzindo o jornal, mas um evento interrompeu a elaboração de sua quarta edição: a greve dos metalúrgicos, em abril de 1968. A preparação e o registro do jornal ficariam para outro momento²⁷⁶.

²⁷⁶ *Idem*, 9 de maio de 1968.

CAPÍTULO 4 - O ANO DE 1968 PARA OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS METALÚRGICAS

Entre 1967 e 1968, as fábricas da Cidade Industrial viveram uma crise, algumas demitiram um número expressivo de trabalhadores, outras, de menor porte, fecharam devido a problemas financeiros. Nas atas do sindicato desse período são recorrentes as discussões sobre a situação das indústrias na região. A Minas Aço, no final de 1967, parou de pagar em dia seus funcionários e meses depois acabou fechando; já a Mannesmann foi denunciada pelos trabalhadores por oferecer abono em vez de aumento salarial e por demitir grande quantidade de empregados. O exemplo mais drástico desses anos foi a demissão em massa da Demisa Deutz S.A., em virtude de sua mudança para o estado de São Paulo. Outra empresa em dificuldade era a Mafersa, que ameaçava demitir cerca de 400 trabalhadores devido ao cancelamento de encomendas de vagões pelo governo federal²⁷⁷. A situação da empresa já tinha sido denunciada por um jornal clandestino que circulava na Cidade Industrial, denominado *Combate* e produzido pelo Partido Operário Comunista (POC)²⁷⁸.

Segundo o *Combate*, a Mafersa tornou-se nacionalmente conhecida em razão da luta dos seus operários pela encampação da empresa pelo governo federal e a criação de uma comissão operária para codirigi-la. Nesse período, anterior ao golpe de 1964, a comissão conseguiu garantir pagamentos de salários atrasados e aumento; uso da cantina – que antes era usufruída apenas pelos engenheiros, chefes e funcionários do escritório – por todos os trabalhadores; instalação de 11 chuveiros quentes; leite para soldadores, maçariqueiros e pintores; e a extinção da roleta na saída da fábrica, momento em que os operários eram obrigados a se submeterem a humilhantes revistas.²⁷⁹ O jornal denuncia que depois do golpe de 1964, “com a ditadura no poder e os gorilas nas ruas, os pelegos nos sindicatos, os líderes operários expulsos ou presos, as conquistas dos trabalhadores caíram por terra”. A comissão de operários da Mafersa foi dissolvida e seus membros, expulsos e presos.

A precarização das condições de trabalho agravada pela insatisfação dos operários, prejudicados pelo arrocho salarial e demais políticas econômicas e sociais da ditadura, era levada à entidade²⁸⁰. A diretoria do sindicato eleita em 1967 preocupava-se especialmente

²⁷⁷ MAFERSA demite 400. *Última Hora*, Belo Horizonte, 9 de abril de 1968, p. 7.

²⁷⁸ *Combate*, órgão de luta dos trabalhadores MG, ano 1, n. 2, p. 5. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0250, rolo 017, dez. 1967 - mai. 1968, imagens 65 a 66.

²⁷⁹ *Ibidem*.

²⁸⁰ Atas das reuniões da diretoria do sindicato: 22/09/1967, 25/01/1968, 09/11/1967.

com as condições de trabalho, tendo em vista que a insalubridade, a falta de segurança, as doenças do trabalho e os acidentes faziam parte do cotidiano dos trabalhadores. Em abril de 1968, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Antônio Santana, denunciou à imprensa a ocorrência de duas mortes ocasionadas pelas condições de trabalho e exigiu da Delegacia Regional do Trabalho uma fiscalização mais rigorosa nas fábricas metalúrgicas para proteger os trabalhadores. O dirigente apontou ainda que a tuberculose e a pneumonia eram doenças frequentes que atingiam os metalúrgicos e, segundo levantamento da diretoria, a principal causa era “o calor enorme a que eles estão submetidos quando trabalham perto dos fornos, onde a temperatura passa de 50 graus, trazendo como consequência a desidratação e as infecções de pulmão”. Outro problema ocupacional comum entre os metalúrgicos era a inflamação nos olhos, “devido às fagulhas que saem das máquinas e do metal quando ele é trabalhado”²⁸¹.

O risco de acidentes de trabalho fazia parte da rotina de trabalhadores metalúrgicos. No Brasil, desde 1944 existia um decreto-lei que preconizava a necessidade de os empregadores organizarem comissões internas nas fábricas com mais de 100 funcionários, compostas por um representante da firma e um representante dos trabalhadores, com o objetivo de prevenir acidentes de trabalho, apresentar sugestões e fiscalizar medidas de proteção ao trabalhador. A obrigatoriedade de criação de uma Comissão de Prevenção de Acidentes (Cipa) foi instituída quase 10 anos depois. No entanto, mesmo existindo uma legislação, na prática, na maioria das empresas, quando as comissões funcionavam, era de forma precária. E apesar da garantia de paridade de representação era comum a ocorrência de duas situações: o representante dos trabalhadores era escolhido pelos patrões, entre aqueles mais próximos às chefias e tendo com isso sua ação limitada; quando escolhido pelos trabalhadores, o representante era perseguido na fábrica. Além disso, de acordo com Ana Beatriz Barros Silva (2016, p. 112), os representantes dos trabalhadores não tinham o direito à estabilidade, sendo por lei garantido apenas não serem demitidos arbitrariamente, seja lá qual entendimento faziam em relação ao que era considerado arbitrário. A autora também chama a atenção para o fato de as Cipas terem apenas caráter consultivo, e não deliberativo, podendo apenas sugerir ações e mudanças (SILVA, 2016, p. 112).

A Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE) foi uma das empresas da Cidade Industrial autuadas por fiscais do Ministério do Trabalho, pois os operários ficavam sujeitos a muitos acidentes, por falta de condições de segurança em seus galpões e oficinas. Entretanto,

²⁸¹ SINDICATO denuncia morte de operários. **Última Hora**, Belo Horizonte, 4 de abril de 1968, p. 7.

a fiscalização das empresas por técnicos do Ministério do Trabalho raramente ocorria, tanto que em alguns momentos o Sindicato dos Metalúrgicos assumia esse encargo seja para tentar agilizar as providências e evitar mais acidentes seja para garantir o recebimento do adicional de insalubridade e periculosidade pelos metalúrgicos de BH/Contagem²⁸². Muitas vezes, os dirigentes do sindicato não tinham condições de realizar eles próprios a fiscalização, pois, além de ser uma atribuição do Estado, faltavam recursos para pagar pelo trabalho de profissionais habilitados, além de os empresários obviamente não lhes darem acesso às dependências das fábricas. Assim, a única forma de serem informados sobre as irregularidades e poderem tomar alguma providência era por meio de denúncias dos trabalhadores²⁸³.

O *Combate* também denunciou a Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE). A denúncia era de que empresa, pertencente a um grupo italiano, vinha exigindo dos seus 600 operários o aumento na produção, submetendo-os a péssimas condições e extenuantes horas extras, como se vê no trecho abaixo:

1. Na SBE há seis privadas para seus 600 operários, sob péssimas condições de higiene. É preciso fazer filas imensas para usar as instalações “anti-higiênicas”.
 2. Os operários que trabalham na boca do forno, no maçarico, solda, pintura se quiserem tomar banho tem que se resignar as filas para os cinco únicos chuveiros (frios) existentes.
 3. Só existem dois bebedouros, que nem sempre tem água, e quando tem é suja, sem filtrar.
- Estes são apenas alguns abusos; há muitos outros. O descontentamento é grande, mas não resolve. Todas as conquistas operárias foram conseguidas a partir de lutas, longas e organizadas²⁸⁴.

Aproveita ainda para fazer críticas não a um sindicato específico, mas aos sindicatos de maneira geral. Segundo o *Combate*, os problemas apresentados poderiam ser objeto do trabalho dos sindicatos, mas isso não vinha sendo feito, porque,

²⁸² Em algumas atas da década de 1970, os dirigentes do sindicato falam sobre a contratação de médico do trabalho para realizar inspeção em fábricas de BH/Contagem, para verificar denúncias de insalubridade e possibilitar aos metalúrgicos o recebimento do adicional de insalubridade, como veremos adiante. O Decreto-lei nº 389, relativo ao pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade, foi promulgado em 26 de dezembro de 1968, durante o governo do marechal Costa e Silva.

²⁸³ Artigo 82 do Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944. A portaria nº 155, de 27 de novembro de 1953, introduziu a obrigatoriedade da criação de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes em empresas com mais de 100 empregados e recomendava que empresas com menos de 100 trabalhadores o fizessem espontaneamente.

²⁸⁴ *Combate*, órgão de luta dos trabalhadores MG, ano 1, n. 2, p. 1-4. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0250, rolo 017, dez. 1967-mai. 1968, imagens 63 a 65.

Primeiro, os sindicatos são instrumentos do Ministério do Trabalho – instituição que defende os direitos patronais.

Segundo, os sindicatos são órgãos que cuidam muito mais da assistência social (função que deveria ser dos institutos) que da luta dos trabalhadores contra as diversas formas de exploração.

Terceiro, os dirigentes sindicais só podem ser eleitos se forem aprovados pelo Ministério do Trabalho. Poucos são os verdadeiros líderes operários que conseguem chegar aos postos sindicais. Assim os sindicatos são escolas de pelegos, os quais contam com verbas (nacionais e estrangeiras), para comprar os operários pouco conscientes.

Além disso, depois de 1964, a ditadura das classes dominantes, com a lei antigreve, com a Constituição e a Lei de Segurança Nacional fascista, veio tirar ainda mais a liberdade de ação destes poucos líderes sindicais operários que restaram²⁸⁵.

Assim, para os integrantes do POC, já que os sindicatos eram instrumentos do Ministério do Trabalho preocupados com a assistência social, e não com as lutas dos trabalhadores, compostos por dirigentes pouco combativos, restava ao trabalhador se organizar em seus próprios locais de trabalho, nos chamados Comitês de Empresa. De maneira didática, o *Combate* explicava o papel e como deveria ser o funcionamento desses comitês:

1-O que é o COMITÊ DE EMPRESA?

É a formação de um grupo de operários, da mesma fábrica cuja organização permitirá aos trabalhadores lutar pelo atendimento de suas reivindicações econômicas e políticas.

2-Os comitês têm que ter representatividade; isto é, seus membros devem ser escolhidos pelo maior número de operários da fábrica. Conforme as condições de cada lugar, poderão ser clandestinos ou semiclandestinos.

3-Nas fábricas, os comitês deverão fazer um levantamento dos problemas e reivindicações existentes e discutir com os operários o encaminhamento da luta para solução dos mesmos.

4-Descobrir, denunciar e isolar os alcaguetes.

5-Nos sindicatos, os comitês irão denunciar a dominação do ministério do trabalho, combater os pelegos, indicando companheiros nas eleições sindicais, exigir liberdade de organização para os trabalhadores, levar a luta contra o Arrocho, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, etc. às últimas consequências.

Pela organização dos Comitês de Empresa!

Por uma política operária independente!²⁸⁶

Portanto, a constituição do Comitê de Empresa era uma forma de organizar os trabalhadores para a luta a partir de duas vertentes: nas questões cotidianas dentro das fábricas e nos sindicatos, abrindo espaço também para a radicalização que veio em 16 de abril de 1968, em forma de greve.

²⁸⁵ *Ibidem.*

²⁸⁶ *Ibidem.*

4.1 “Se você ainda não parou, pare agora!”: a greve de abril



Figura 9 - Grevistas da Belgo Mineira concentrados dentro e fora da fábrica.
Fonte: *Última Hora*, 17 de abril de 1968.

A greve operária ocorrida em abril de 1968, na Cidade Industrial, em Contagem/MG, é um tema relativamente analisado. Francisco Weffort (1972) foi o primeiro autor que buscou explicar esse movimento e a greve de Osasco, que ocorreria em julho do mesmo ano, no estado de São Paulo. Para ele, a greve de abril foi “um caso típico de irrupção espontânea das massas operárias” (WEFFORT, 1972, p. 21). O autor não nega que a greve tenha sido, “de certo modo, ‘preparada’, mas por ‘algumas condições’ e não por pessoas, ‘organização corporativa’ (sindicato) ou ‘política’”. Nessa perspectiva, as condições de preparação da greve teriam sido: crise de emprego na região de Belo Horizonte, insatisfação social em função da crise, agitação sindical e presença de grupos de esquerda na região. O autor explica que “uma greve pode ser considerada espontânea quando a massa operária decide e realiza, por si própria, um movimento de defesa de interesses econômicos ou sociais” (WEFFORT, 1972, p. 22). Diante disso, apesar de vitoriosa em sua espontaneidade, enquanto movimento caracterizado sobretudo pela ausência do sindicato, que foi reduzido a mediador entre as partes envolvidas – grevistas, governo e patrões –, para Weffort (1972), foi a tentativa de organizar a greve, já no dia 20 de abril, quatro dias depois de seu início, que determinou seu fracasso. Importa para o autor demonstrar a todo custo a independência do movimento grevista em relação a qualquer organização “corporativa” e/ou política, especialmente o

sindicato, instituição que para Weffort (1972) estava impregnada pelo “sindicalismo populista”.

Yonne Grossi (1979) se contrapõe à interpretação de Francisco Weffort (1972). Para ela, a deflagração da greve não foi espontânea no sentido de decisão das massas operárias; ao contrário, houve um esforço de organização e condições objetivas para que ocorresse o movimento (GROSSI, 1979, p. 59). Na análise da autora, os dirigentes da greve tinham objetivos predeterminados: mostrar aos patrões a força do movimento operário e reivindicar melhores condições de trabalho e aumento salarial. Grossi (1979, p. 56) também considera, diferentemente de Weffort, que quem assumiu politicamente a liderança da greve foi o Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e que enquanto isso não aconteceu os trabalhadores grevistas da Belgo Mineira permaneceram isolados e sem apoio. Por fim, para a autora, a greve de abril de 1968 não deve ser analisada como um evento isolado, mas inserida num processo iniciado em 1967, com a organização da Comissão Intersindical contra o Arrocho e culminado na greve de outubro de 1968, que fazia parte de um planejamento dos grupos políticos de esquerda que militavam na área operária (GROSSI, 1979, p. 59). Marco Aurélio Santana (2009, p. 159) também aponta para isso. Para ele, a ação grevista “aparentemente” teria sido realizada “para além do sindicato, não recebendo o apoio deste”. Contudo, como examinei no capítulo anterior, as organizações de esquerda, principalmente a Ação Popular, Corrente Revolucionária, Colina e ainda a Polop/POC, vinham desenvolvendo um intenso trabalho clandestino na região. E o fato de alguns militantes de grupos de esquerda fazerem parte da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos possibilitava a utilização da estrutura da entidade no trabalho de agitação política nas fábricas, mas com o cuidado de camuflar a participação do sindicato nas ações (SANTANA, 2009, p. 159).

A análise de Weffort (1972) do movimento grevista de abril como algo espontâneo também foi relativizada pelos trabalhadores, lideranças operárias e protagonistas da greve de 1968, quando surgiu a possibilidade de esses sujeitos inscreverem suas falas e interpretações acerca desse evento no espaço público. Ênio Seabra, um dos líderes do movimento, fala sobre isso:

Olha, eu estava até de férias. Tanto é que eles falaram que eu tirei férias de propósito, para poder preparar melhor. Mas não vou dizer que foi muito espontânea, não. A situação estava muito difícil, os salários já tinham caído e havia um certo movimento, uma certa agitação na época, de grupos, também dos próprios trabalhadores. Porque o sindicato também, como estava na mão de outros, da chapa que era formada por nós, tinha mais contato com o pessoal, podia dar melhores informações, distribuir os boletins e mostrar como estava a situação da época, da ditadura. Com isso houve uns... eles falam espontâneo, mas não foi bem espontâneo.

(Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995).

O comportamento político combativo e de resistência à ditadura da nova direção do sindicato, aliado ao trabalho que alguns ativistas sindicais vinham realizando no interior do movimento operário antes de abril de 1964 e que teve continuidade mesmo depois do golpe, juntamente ao agravamento das condições de trabalho e de vida levaram os trabalhadores a se mobilizarem com maior intensidade a partir do dissídio coletivo de 1967, culminando com a greve de abril de 1968. Em sua fala, Ênio ressalta a importância política do sindicato naquele contexto, que por estar mais próximo dos trabalhadores conseguia fornecer informações, distribuir boletins, falar sobre a ditadura e sobre a situação. Assim, em sua opinião, o movimento não foi “bem espontâneo”, afinal, para que ocorresse, teve muita mobilização nas fábricas de Belo Horizonte e da Cidade Industrial, em Contagem. É preciso levar em conta também que assuntos que poderiam comprometer os membros do sindicato, como era o caso de uma greve, não eram discutidos na sede da entidade. Por isso, ativistas sindicais e militantes políticos reuniam-se com os operários em suas casas ou mesmo em igrejas católicas nos bairros da região industrial.

Desse modo, no dia 16 de abril de 1968, teve início uma greve na Trefilaria da Belgo Mineira, assim noticiada pelo jornal *Última Hora*, em sua edição de 17 de abril de 1968:

Mais de 1200 trabalhadores da Trefilaria da Belgo Mineira entraram em greve, ontem, às 7 horas, reivindicando um aumento de 25% e mais o mesmo aumento percentual nas horas de serviço noturno. A empresa se dispôs a conceder um reajustamento de 10%, mas o movimento continuou a noite, com todas as máquinas paradas, à exceção do alto forno, que dois operários mantiveram aceso.

Os operários exigiam 25% de aumento imediato sobre o salário de abril, enquanto os patrões ofereciam 10% a ser descontado na data base de outubro. Assim que o comando de greve deu sinal e as máquinas pararam, foi nomeada uma comissão de 25 trabalhadores para começar os entendimentos com a diretoria da empresa. De início, a direção não reconheceu a comissão e o Sindicato dos Metalúrgicos foi chamado para mediar as negociações, que seguiram noite adentro. Os trabalhadores não estavam dispostos a ceder. O delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana, também compareceu à fábrica para uma reunião com os diretores²⁸⁷.

²⁸⁷ A reconstituição da greve foi feita com base em matérias de jornais da grande imprensa, principalmente o jornal *Última Hora*. GREVE para Belgo Mineira. **Última Hora**, Belo Horizonte, 17 de abril de 1968, p. 10.

Luiz Nascimento trabalhava havia três anos na trefilaria quando a greve ocorreu. Vindo de Alvinópolis, interior de Minas Gerais, chegou a Contagem com a esposa em 1965, foram morar no bairro das Indústrias e desde então era operário da Belgo Mineira. Luiz era ajudante de serviços gerais e tinha como funções trabalhar no alto-forno e carregar ferro-gusa, areia e outros tipos de materiais utilizados na produção. Ele estava na fábrica quando a greve começou e guarda algumas lembranças desse momento.

(...) eu lembro que nós ficamos lá dentro, não é? Preso. Que foi greve, como se diz, não é greve de fome não, era greve dentro da firma mesmo. Eu tenho um irmão que trabalhava na parte burocrática lá, que era contador, ele pulou o muro e saiu, mas o resto ficou lá dentro, até o próprio diretor geral, ele não podia chegar nem na cantina, para comer nem um pão. Peão, Deus que me perdoe, tinha um coronel do exército aqui, até muito legal, a gente punha ele na frente e falava assim: “- agora você vai fazer o que nós queremos”, porque peão, Deus que me perdoe, eu sou peão, mas eu vou falar com você a verdade, ninguém aguenta esse diabo desse trem não. (Luiz Nascimento. Entrevista à autora. 11/10/2017).

O entrevistado não tinha engajamento político e ao se lembrar do momento da ocupação da fábrica, mais de cinquenta anos depois daquele evento, ele se sensibiliza não com a condição em que os trabalhadores viviam naquele contexto, mas com a situação do diretor da empresa diante do comportamento dos “peões” da fábrica. Ele se coloca nesse lugar de “peão” para avaliar como negativa a atitude dessa categoria de trabalhadores.

De fato, essa foi uma greve de ocupação e a estratégia adotada era de que ninguém deveria sair da fábrica, salvo aqueles que, como o irmão de Luiz Nascimento, conseguiram pular o muro e fugir. O movimento foi organizado em absoluto segredo e assim que as máquinas pararam e a comissão de negociação foi nomeada teve início a ocupação da fábrica. Os trabalhadores se dividiram em grupos de segurança para se revezarem na “guarda” dos portões da fábrica e assumiram o controle da cantina. Organizaram junto aos portões da trefilaria um “piquete inverso” para impedir trabalhadores de sair, cuja tentativa era acompanhada de vaias, e deixar entrar aqueles que estavam do lado de fora. Os portões só foram reabertos para a entrada dos trabalhadores do segundo turno (das 15h30 às 23h), que também aderiram ao movimento, e para a liberação “das moças que trabalham nos escritórios e dos menores de 18 anos”. O Dops e a Polícia Militar mantiveram-se de sobreaviso só aguardando um pedido de intervenção da diretoria da empresa. Começaram a correr boatos de que a polícia invadiria a fábrica, mas os trabalhadores se mantiveram calmos nesse primeiro momento. No fim da tarde, a comida da cantina acabou e os trabalhadores puderam contar com a solidariedade de pessoas que estavam do lado de fora da Belgo e passavam por cima do muro marmitas, que foram divididas entre eles. Para passar o tempo, um jogo de futebol foi

organizado, outros permaneceram conversando ou deitados na grama, sobre os rolos de arame, descansando²⁸⁸.



Figura 10 - Trabalhadores em greve no interior da trefilaria da Belgo Mineira.
Fonte: *Última Hora*, 18 de abril de 1968, p. 7.

No dia seguinte ao início do movimento, o delegado Regional do Trabalho decretou sua ilegalidade. Rapidamente, uma rede de solidariedade para ajudar na manutenção do movimento foi criada: era o “Comitê de Apoio à Greve”. As tarefas do comitê eram realizadas, em sua maioria, por mulheres e consistia em arrecadar dinheiro e alimentos para ajudar os grevistas e suas famílias, bem como elaborar boletins denunciando a situação dos operários e o caráter justo do movimento dos trabalhadores, mesmo sendo declarado ilegal pelas autoridades (NEVES, 1995, p. 153-154). Adélia Hernandez, quando a greve de abril foi deflagrada, não trabalhava mais como metalúrgica, mesmo assim, atuou nessa parte de apoio aos grevistas e suas famílias e lembra-se como funcionava isso:

(...) a gente participava, não participava direto na fábrica, participava como uma pessoa que estava dando apoio, não é? E dar apoio era procurar a família, às vezes tinha família que estava precisando das coisas quando já tinha entrado em greve, conversar com as mulheres dos operários, porque isso que era difícil, sabe? Porque elas não queriam que eles fizessem greve, que eles entrassem na luta de jeito nenhum, porque isso significava fome na casa, não é? Ou ficar sem remuneração nenhuma. Então, a gente ia nas casas para conversar com elas. Isso eu fazia, sabe? Ia explicar que ele tinha que fazer isso, porque se não fizesse ia ser pior, nunca ia conseguir melhorar a vida e tal. Então, a gente fazia isso, sabe? Era um trabalho

²⁸⁸ *Ibidem*.

mais de apoio ao movimento. E a gente trabalhou também nos bairros. (Adélia Hernandez. Entrevista concedida à autora, 30/10/2018).

O governador do estado, Israel Pinheiro, tentou interferir no movimento, convocando o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos para comparecer em seu gabinete para uma reunião com o secretário de Segurança, que na ocasião estabeleceu o prazo de uma hora para que os trabalhadores desocupassem a Belgo Mineira. A ameaça foi cumprida, às 18h do dia 17 de abril, a polícia ocupou a fábrica, porém os trabalhadores já tinham se retirado da Belgo. Alguns não se intimidaram e permaneceram na porta da fábrica para garantir que ninguém entraria para trabalhar, outros dirigiram-se à sede do sindicato, na rua da Bahia, no centro de Belo Horizonte, para novos encaminhamentos²⁸⁹.

Conceição Imaculada lembra-se que, diante disso, o advogado do sindicato sugeriu que os dirigentes deixassem o ambiente da entidade o mais descontraído possível para que ficasse claro para as autoridades que o movimento era pacífico. Seguindo as instruções do advogado, Conceição mandou comprar três violões, logo assumidos por estudantes que se encontravam no sindicato apoiando os trabalhadores. E assim permaneceram na entidade até que o ministro do Trabalho chegou a Belo Horizonte três dias depois e quis negociar com os grevistas²⁹⁰.

Sobre a presença de estudantes no meio operário, é interesse conhecer algumas interpretações. Antônio Roberto Espinosa (1978), ao analisar a greve de abril, em Contagem, e a de julho, em Osasco, supervalorizou a participação do movimento estudantil nos eventos operários. Para ele, “a animação do movimento operário em 1967/68 foi diretamente influenciada pelo movimento estudantil e pelas organizações políticas estudantis”. Na aceção dele, as condições de vida dos trabalhadores naquele contexto de arrocho salarial não eram motivos suficientes para desencadear uma reação da classe operária, sendo necessário, portanto, que a vontade de luta dos trabalhadores fosse despertada, “minimamente organizada” ou “amparada”, impulso esse que teria sido externo ao movimento operário (ESPINOSA, 1978, p. 39). Essa influência, no final das contas, para Espinosa (1978), serviu tanto para abrir espaços efetivos de mobilização operária; pois os estudantes teriam ido “cutucar” os operários onde eles estavam, quanto contribuiu de forma negativa para “o isolamento e a radicalização dos setores mais organizados da classe operária” de Contagem e

²⁸⁹ PM ocupa Belgo e greve pode acabar. **Última Hora**, Belo Horizonte, 18 de abril de 1968, p. 7.

²⁹⁰ Conceição Imaculada de Oliveira. Entrevista pública concedida a Sebastião Neto em 16/04/2018, por ocasião das comemorações dos 50 anos de greve de abril de 1968, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e região.

Osasco. Nessa interpretação, Espinosa afirma que toda a mobilização ocorrida em 1967/68 e, principalmente, as greves operárias de 1968 se deram a partir da vontade de luta despertada por um agente externo, no caso os estudantes, retirando das mãos dos trabalhadores o protagonismo por suas ações. Em relação à greve de Contagem, concordo parcialmente com o autor, uma vez que a presença de militantes de esquerda oriundos do movimento estudantil na Cidade Industrial é inegável, inclusive estimulando a reflexão dos trabalhadores, por meio dos seus boletins e jornais clandestinos. Entretanto, não se pode desconsiderar a organização política dos trabalhadores anterior à vinda dessa militância estudantil para a região e que teve continuidade mesmo depois do golpe de 1964.

Prosseguindo o andamento da greve, no dia 18 de abril ocorreu a primeira reunião de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, mas sem sucesso²⁹¹. Porém, os grevistas da Belgo estavam dispostos a se manterem em greve. Além disso, lançaram um panfleto dirigido não somente aos metalúrgicos, mas à classe trabalhadora em geral, explicando o caráter pacífico do movimento de reivindicação salarial e solicitando aos trabalhadores das outras fábricas da Cidade Industrial que paralisassem o trabalho em sinal de solidariedade²⁹².

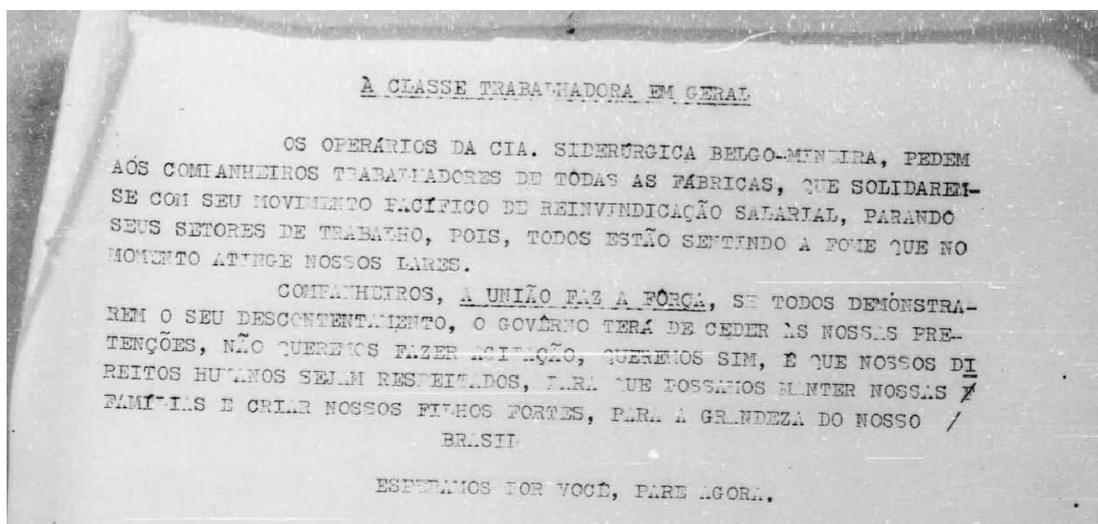


Figura 11 - Panfleto dos trabalhadores da Belgo Mineira em greve.

Depois desse chamado, a greve deixou de ser de uma única empresa. Os 600 trabalhadores da Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE) também paralisaram suas atividades e o movimento começou a se espalhar, preocupando ainda mais as autoridades. A atitude dos operários da SBE foi seguida pelos trabalhadores da Mannesmann, que logo se

²⁹¹ NENHUM acordo na 1ª reunião. **Última Hora**, Belo Horizonte, 19 de abril de 1968, p. 9.

²⁹² APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0250, rolo 017, dez. 1967 - mai. 1968, imagem 18.

transformou em “uma praça de guerra”, com policiais militares armados “patrulhando toda a área por ela ocupada”, permitindo somente a entrada de funcionários que mantinham o alto-forno em atividade²⁹³.

Diante das novas adesões, foi organizada uma assembleia que elegeu o Comando de Greve Unificado, cujo presidente era Ênio Seabra, reafirmando assim sua liderança entre os metalúrgicos, e decidiu dar início aos piquetes, visando manter a paralisação em algumas fábricas e parar outras que ainda não tinham aderido ao movimento. A greve ganhou visibilidade, sendo noticiada em vários jornais, obrigando o ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, a vir a Belo Horizonte negociar diretamente com os grevistas. O ministro se dirigiu aos operários em assembleia na sede do sindicato e colocou a posição do governo. Sua postura e ameaças diante dos operários renderam-lhe vaias e a adesão de mais trabalhadores à greve, que não se intimidaram e mantiveram suas reivindicações.

Em seguida à tentativa frustrada de negociar com os trabalhadores e às ameaças do ministro do Trabalho, o Comando de Greve produziu um boletim informativo assinado pelos “trabalhadores que se acham em greve”. O documento é dividido em três partes: 1) “porque estamos em greve”, 2) “porque a greve é um instrumento de luta dos trabalhadores” e 3) “a luta vai continuar”. Na primeira parte, o comando explica aos trabalhadores que a luta era contra a situação de miséria e de exploração que a classe trabalhadora estava vivendo.

Nossa luta começou na terça-feira, quando os companheiros da Belgo Mineira entraram em GREVE. Depois foi a vez da SBE e da Mannesmann. Nossa luta é uma só: contra a situação de miséria e de exploração que a classe trabalhadora está vivendo. E a nossa exigência é também a mesma: reajuste imediato de 25% (vinte e cinco por cento). Em setembro, tivemos um aumento miserável de 17%, muito inferior ao aumento do custo de vida. De lá pra cá tudo vem aumentando mais ainda: o gás, o arroz, o feijão, o aluguel, etc. Enquanto uns poucos enriquecem, nossas famílias morrem de fome. Por isso, estamos hoje decididos a lutar com firmeza contra a exploração.

Esclarece ainda que a greve era um instrumento de luta, uma forma de mostrar ao governo e aos empresários a força da classe trabalhadora, já que parar as fábricas significava parar de enriquecer os patrões e, em consequência, fazê-los atender suas reivindicações.

Os patrões não trabalham como nós, mas vivem do lucro de nosso trabalho. Quando a classe trabalhadora não luta e fica só pedindo para melhorar os salários, os patrões ficam enganando, como fizeram até hoje. Nós sabemos que todos os problemas que os trabalhadores têm só serão resolvidos pelos próprios trabalhadores. Por isso é que

²⁹³ ALASTRA-SE a greve na Cidade Industrial: mais 7 mil aderem. **Última Hora**, Belo Horizonte, 23 de abril de 1968, p. 7.

a greve é um instrumento de luta dos trabalhadores. Quando paramos a fábricas, os patrões param de enriquecer e são obrigados a nos atender. É o que estamos fazendo hoje, mostrando aos patrões e ao governo a força que a classe trabalhadora tem.

O boletim demonstra a disposição de continuar com o movimento grevista, mesmo com as ameaças da empresa e do governo que resultou na ocupação da fábrica pela polícia.

Desde que os companheiros da Belgo-Mineira iniciaram o movimento, os patrões e o governo vêm fazendo tudo para amedrontar e desanimar os que estão lutando. Primeiramente, mandaram a polícia ocupar a Belgo. Mas nós já esperávamos por isso e continuamos firmes. Depois, disseram que a greve é ilegal: mas nós sabemos que ilegal mesmo é a fome e a miséria que estamos passando. E por fim, veio aqui o Ministro Jarbas Passarinho, por mando do governo e dos patrões, tentando nos passar a conversa e nos ameaçando. Disse o ministro que “a nossa greve é provocação”. Provocação é o arrocho deles contra os trabalhadores e todo o povo brasileiro. Eles são assim: usam de tudo para nos pressionar. Os patrões, o governo e seus ministros, a polícias estão juntos para manter a exploração dos trabalhadores. Mas nós não desanimamos, porque estamos recebendo apoio de toda a classe trabalhadora, que vive a mesma situação nossa. Por isso, unidos e organizados, vamos vencer.

1- Reajuste salarial imediato de 25%;

2- Nenhuma punição aos grevistas;

3- Abono dos dias de greve;

Assinado: os trabalhadores que se acham em Greve

(Belgo – SBE – Mannesmann)

Atenção: não deixe de comparecer à assembleia do sindicato marcada para o dia 22 (segunda-feira), na delegacia do sindicato na Cidade Industrial, às 15:00 horas. Venha ao Sindicato. Rua Camilo Flammarion, 55.

Se você ainda não parou, pare agora!²⁹⁴

A proposta era levar o movimento até o dia 1º de maio. A greve na Cidade Industrial se alastrou. A paralisação atingiu a RCA Victor, a Única S/A e a Industam. Os diretores da RCA chegaram a oferecer 25% de aumento, dividido em duas vezes, mas a proposta foi rejeitada pelas grevistas, já que a maior parte da mão de obra da RCA era composta por mulheres²⁹⁵. Edmilson Lucas, trabalhador da Demisa Deutz S/A, tinha 18 anos à época, sem engajamento sindical e político, participou da greve e lembra-se que foram as trabalhadoras da RCA que pararam a fábrica em que ele trabalhava²⁹⁶.

Neir Lara não guarda uma lembrança muito boa dessa greve. Vindo do interior, trabalhava na Cidade Industrial desde 1961, primeiro em tecelagem, na Santa Elizabeth, tornando-se em seguida operário da Metalúrgica Santo Antônio, fábrica onde trabalhava quando a greve estourou. Casado, não tinha nenhum engajamento político e foi levado para a

²⁹⁴ Boletim informativo aos trabalhadores, n. 1. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0250, rolo 017, dez. 1967 - mai. 1968, imagem 94.

²⁹⁵ ALASTRA-SE a greve na Cidade Industrial: mais 7 mil aderem. **Última Hora**, Belo Horizonte, 23 de abril de 1968, p. 7.

²⁹⁶ Edmilson da Assunção Lucas. Entrevista concedida à autora, 02/03/2018.

greve por sua cunhada: “Eu lembro que estava aquela confusão lá, né, gente? Aí estava aquele trem, para, não para, aquela confusão toda, aí minha cunhada pegou e me chamou para ir. Eu falei com ela assim: “– isso aí não vai dar certo não”, “– ah vamos, vamos”. Para seu azar, Neir e sua cunhada acabaram presos no sindicato com outros trabalhadores por dois dias, pois a polícia havia cercado a entidade. Saíram de lá em uma Kombi. Essa foi sua única participação em greves. No dia seguinte, teve de aguentar a zombaria dos colegas de fábrica: “quando nós fomos trabalhar lá no outro dia, eles ainda gozou a gente”. Ainda sobre sua rápida participação na greve de abril, o entrevistado conclui: “não teve nada pra gente, não, só que eu perdi os dias, não é?”²⁹⁷.

Uma primeira prisão de operário foi feita na Cidade Industrial por agentes do Departamento de Vigilância Social. José Henrique Ribeiro, trabalhador da SBE, foi detido por algumas horas e depois liberado, por distribuir panfletos convocando os trabalhadores a aderirem à greve²⁹⁸. A Polícia Militar ocupou as ruas da Cidade Industrial, tentando impedir a realização de assembleias e aglomerações operárias; os empresários, com apoio da polícia, começaram a convocar os operários diretamente em suas casas para retornarem ao trabalho, sob ameaça de demissão por justa causa (OLIVEIRA, 2010). A Belgo Mineira chegou a divulgar nota no rádio e na televisão convocando os grevistas a voltarem ao trabalho.

Mesmo com a polícia tentando impedir a concentração de trabalhadores, uma assembleia foi realizada no sindicato no dia 22 de abril. Na ocasião, o presidente da entidade, Antônio Santana, dirigiu-se aos associados para expor a proposta do ministro do Trabalho, apresentada no dia 20 com o intuito de colocar fim ao movimento grevista. A proposta consistia no pagamento de 10% sobre o salário vigente a partir da data em que os trabalhadores retornassem ao trabalho, dias de greve compensados como horas extras e 30% sobre a porcentagem concedida pelo Conselho de Política Salarial a partir de outubro. Na assembleia, porém, muitos trabalhadores não se mostraram abertos à proposição do coronel Jarbas Passarinho. Para eles, o aumento salarial proposto era irrisório e mal dava para sobreviver e, embora o movimento fosse considerado ilegal pelo Ministério do Trabalho, diante das leis vigentes, “seus estômagos vazios falavam mais alto”, por isso, defendiam a continuidade da “greve pacífica”²⁹⁹. O presidente do sindicato ainda usou a palavra mais uma vez e fez um apelo aos trabalhadores para que “fizessem um exame de consciência a fim de tomarem uma decisão” sobre a proposta que seria colocada em votação naquele momento. Ao

²⁹⁷ Neir Lara. Entrevista concedida à autora, 10/04/2018.

²⁹⁸ PRISÕES começam. **Última Hora**, Belo Horizonte, 23 de abril de 1968, p. 6.

²⁹⁹ Ata da assembleia, 22 de abril de 1968.

final, entre os 1.468 trabalhadores presentes na assembleia, 1.371 rejeitaram a proposta apresentada pelo ministro do Trabalho, 69 votaram a favor, 40 anularam e 2 votaram em branco. Imediatamente, o Comando de Greve elaborou e distribuiu um boletim para divulgar a decisão da assembleia:

Companheiro metalúrgico:

Os trabalhadores que estão em greve, reunidos em Assembleia geral já decidiram não aceitar a proposta de reajuste salarial de 10% oferecida pelos patrões. Estamos exigindo um aumento mínimo que sirva para compensar os constantes aumentos do custo de vida.

Não estamos dispostos a aceitar um aumento desumano como o oferecido pelos patrões, o qual não resolve nossa situação. Por isto, decidimos continuar a luta enquanto não formos atendidos.

Apesar de inúmeras pressões sofridas por nós e por nossos companheiros, não desanimamos.

Unidos e firmes saberemos continuar a luta até conseguirmos a vitória. Alguns companheiros nossos, pressionados pelos patrões voltaram a trabalhar. São poucos esses companheiros.

Talvez eles não saibam que o simples fato de ter feito greve por um (1) dia poderiam ser dispensados e sem direito à indenização. Portanto, COMPANHEIROS, VOLTEM A ADERIR À GREVE ATÉ A SOLUÇÃO FINAL, através de um acordo feito com o SINDICATO.

A maioria dos companheiros estão parados. Vamos continuar em GREVE!

Não aceitem a propaganda das TVs, RÁDIOS e JORNAIS dizendo para os companheiros voltarem ao trabalho. Procure o Sindicato para você ter certeza de como se encontra o movimento da GREVE.

AS NOTÍCIAS FALSAS SÃO PAGAS PELOS PATRÕES.

Tudo isto é mais uma prova da opressão que nós trabalhadores estamos sofrendo.

Mas estão muito enganados aqueles que pensam que vamos desistir da luta. É por isto que estamos nos organizando.

Para conseguirmos aquilo que queremos, exigimos:

1-Reajuste de 25% sem compensação no dissídio de outubro;

2-Abono dos dias de greve;

3-Nenhuma punição aos grevistas;

4-Libertação do companheiro preso.

a)A Diretoria

Comissão dos Trabalhadores em Greve³⁰⁰

O ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, diante da continuidade do movimento, voltou a Belo Horizonte para se reunir com os líderes da greve e os patrões das fábricas paradas. Também concedeu uma entrevista coletiva demonstrando que o governo não cederia, mantendo a proposta dos 10%. Na ocasião, o ministro “culpou os agitadores” pela continuidade da greve e afirmou que se ela se alastrasse a “questão passaria a ser um problema de Segurança Nacional”. Também assegurou que o governo tomaria medidas para conter o movimento grevista com demissões em massa, prisão dos dirigentes do Sindicato dos

³⁰⁰ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0250, rolo 017, dez. 1967 - mai. 1968, imagem 85.

Metalúrgicos e repressão aos trabalhadores que não voltassem ao trabalho³⁰¹. E havia disposição para isso, já que na Cidade Industrial policiais “armados de metralhadora e fuzil” protegiam os prédios a pedido das empresas e “outros de cassetete-família e revólver” seguiam fazendo “o policiamento para evitar manifestações operárias”³⁰².

Mesmo o Comando de Greve insistindo na continuidade do movimento grevista, tornou-se difícil sustentá-lo. Já no dia 24 de abril, muitos operários voltaram ao trabalho e no dia 25, em nova assembleia, foi votado o fim da greve. Porém, o esquema de segurança não foi relaxado, pois segundo declaração do secretário de Segurança Pública, Joaquim Gonçalves, havia o receio de que os trabalhadores se reorganizassem, principalmente com a proximidade do dia 1º de maio. Em virtude disso, as portas das fábricas seguiam ocupadas, como se vê nas fotos abaixo³⁰³.

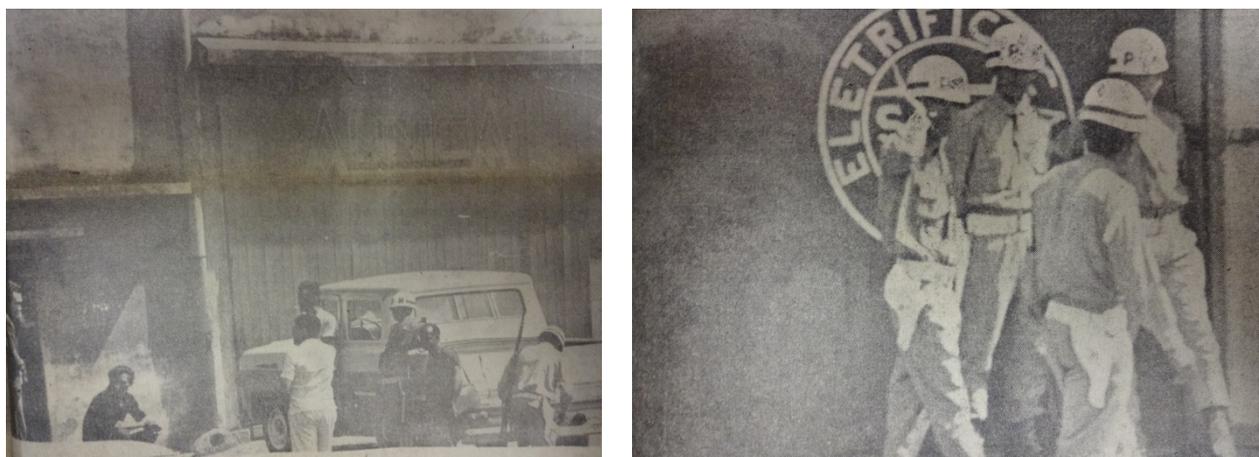


Figura 12 - À esquerda policiais na portaria da Única S/A. À direita, em frente à Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE).
Fonte: *Última Hora*, Belo Horizonte, 25 e 26 de abril de 1968.

4.2 Avaliando o movimento

Com o fim do movimento grevista, “a Cidade Industrial amanheceu (...) em tranquilidade, da greve só sobraram os soldados da Polícia Militar, nas esquinas e em frente às fábricas que pararam”. Para alguns, porém, o dia não foi tão tranquilo, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Antônio Santana, foi detido, sendo solto algumas horas depois. A polícia manteve-se de plantão, monitorando a portaria da sede do sindicato, no centro de Belo

³⁰¹ PASSARINHO admite estado de exceção. *Última Hora*, Belo Horizonte, 24 de abril de 1968, p. 7.

³⁰² AMEAÇA de repressão. *Última Hora*, Belo Horizonte, 24 de abril de 1968, p. 7.

³⁰³ POLÍCIA ainda ocupa maioria das fábricas. *Última Hora*, Belo Horizonte, 25 de abril de 1968, p. 6.

Horizonte³⁰⁴. Conceição Imaculada permaneceu no sindicato até ser resgatada pelo deputado estadual Edgar da Matta Machado, que a levou para depor em segurança na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pela Câmara Federal para apurar os efeitos sociais da política salarial em vigor e a perda do poder aquisitivo real dos assalariados.

A criação da CPI havia sido solicitada por alguns deputados pela Resolução nº 47, de 1967, e seria formada por 11 membros, tendo um prazo de 90 dias para apresentar os resultados da apuração. Contudo, até aquele momento os trabalhos ainda não tinham se iniciado. A greve dos metalúrgicos, em abril, fez com que a comissão começasse a investigar a situação da classe trabalhadora no Brasil e da nova política salarial marcada pelo arrocho, trazendo os deputados a Belo Horizonte para coletar os depoimentos das principais lideranças da greve: Conceição Imaculada, Ênio Seabra e Antônio Santana. Além disso, a CPI tinha como objetivo apurar as distorções na aplicação dessa política, no que diz respeito aos resíduos inflacionários, às interferências da política salarial no sistema de livre convenção entre empregados e empregadores, às implicações dessa política na liberdade e autonomia sindical, bem como na intervenção nos sindicatos operários, aos reflexos econômicos no mercado consumidor e em relação à compatibilidade entre o valor do salário-mínimo e seus critérios de fixação. No entanto, depois do fim da greve, a CPI caminhou a passos lentos e suas conclusões só foram aprovadas e publicadas no Diário Nacional do Congresso no dia 26 de novembro de 1970. Ficou definido que o relatório final deveria ser encaminhado ao presidente da República, ministros do Trabalho e Previdência Social e Planejamento, bem como Comissões de Legislação Social da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para providências³⁰⁵.

Embora não tenha sido possível perceber os resultados efetivos da conclusão da CPI para os trabalhadores nesse contexto, a greve de abril em Contagem se tornou um marco da luta operária no Brasil no período da ditadura militar. Seu efeito surpresa foi um diferencial e o fato de o movimento ter se iniciado dentro da fábrica, durante o expediente, fez com o que os grevistas ganhassem certo tempo para negociar. Em termos de conquista salarial, os trabalhadores conseguiram 10% de abono, que se estendeu a todo o país. No entanto, considero os ganhos políticos desse movimento mais relevantes do que os econômicos, até porque, como analisarei adiante, o governo criou tantos critérios para o recebimento do abono pelos trabalhadores que muitos acabaram não recebendo. Concordo com Espinosa (1978)

³⁰⁴ POLÍCIA agora caça liderança operária. **Última Hora**, Belo Horizonte, 26 de abril de 1968, p. 7.

³⁰⁵ **Diário Nacional do Congresso**, Brasília, Seção I, 24 de novembro de 1967, p. 8020.

quando afirma que a greve de Contagem teve resultados políticos, uma vez que desafiou a política econômica oficial da ditadura, forçando o governo a negociar e a fazer concessões. O movimento grevista também teve outras implicações políticas: colocou em questão a legitimidade da proibição de greves e mobilizou grande contingente de trabalhadores da Cidade Industrial, inclusive operários não sindicalizados, que viram nesse movimento um espaço para mostrar sua insatisfação diante da exploração e do processo de empobrecimento a que estavam submetidos.

Ainda em abril de 1968, a Ação Popular, por meio de seu jornal clandestino *O Companheiro*, publicou uma avaliação da greve para ser distribuída entre os trabalhadores. De acordo com essa avaliação, a greve possibilitou aprender quatro coisas:

1) A nossa força e união.

A primeira coisa que a greve nos mostrou foi a grande força de nossa classe, a nossa união e a nossa grande vontade de lutar. (...) A nossa força e a nossa unidade foi a primeira lição da greve. E neste ponto, a greve deve ser considerada como uma grande vitória.

2) A fraqueza dos patrões e da ditadura dos patrões.

A nossa justa greve visava pacificamente um pequeno aumento de salário e provocou tanto medo que o governo mandou ocupar militarmente a Cidade Industrial, mostrando ainda assim sua fraqueza. Os patrões deram tudo para eles nos ameaçar: os jornais, o rádio, a televisão e a colaboração dos pelegos.

3) A força dos patrões.

A força de nossos inimigos é sua grande capacidade de nos enganar.

4) Algumas fraquezas nossas.

Se a greve mostrou a grande força de nossa unidade e a disposição de luta da classe, mostrou também algumas fraquezas nossas, principalmente a falta de preparação e organização da greve. (...) A boa vontade de alguns companheiros não foi suficiente para acabar com a fraqueza de alguns dirigentes do sindicato e a traição de outros.

Uma greve é como uma batalha. Precisa ter uma direção firme e decidida. A decisão de eleger uma Comissão para dirigir a greve e a luta contra o arrocho tomada na última assembleia, deveria ter sido tomada logo nos primeiros dias. Só assim é que poderia ter uma condução melhor da greve, pois o sindicato não se decidia a fazer seu papel.

Outra fraqueza séria nossa foi a falta de divulgação, informação e propaganda da nossa luta³⁰⁶.

O boletim também se propõe a examinar quais seriam os passos a serem dados na continuidade do movimento. Para eles, a greve representou uma importante vitória para a luta dos trabalhadores e a atitude a ser adotada a partir daí era: “nos preparar cada vez mais e ficaremos mais organizados e esclarecidos”. Na avaliação da AP, a greve não tinha acabado, já que o aumento de 25% não foi conquistado e havia ainda a reivindicação pelo pagamento dos dias de trabalho perdidos e a garantia de emprego aos grevistas. Apesar da demonstração de força dos trabalhadores, tendo vencido uma primeira etapa da luta, havia algumas falhas na

³⁰⁶ *O Companheiro*, ano I, n. 6, abril/1968.

preparação e organização do movimento a serem superadas. No entanto, o jornal deixava claro: “suspendemos a greve, mas não a guerra”; “nós trabalhadores mineiros, fomos os primeiros a dar o exemplo de como deve ser a luta contra o arrocho. Por isso, também seremos os primeiros a conseguir a vitória”. Com uso amplo da primeira pessoa do plural, a AP, que em sua prática havia iniciado o processo de proletarização de seus militantes, também no nível do discurso procurava se aproximar dos trabalhadores, colocando-se como parte da luta deles. Por fim, as palavras de ordem: “Abaixo o arrocho salarial!”, “Abaixo a ditadura dos patrões e do imperialismo!”, “Viva a unidade e a força dos trabalhadores!”. E a recomendação “Leia. Discuta e passe para frente”³⁰⁷.

Além da Ação Popular, quem preparou um documento relatando e tecendo algumas avaliações sobre a greve foi Wilson Marques, ex-chefe de serviço do Departamento de Vigilância Social. Em ofício de 28 de abril de 1968 direcionado a Fábio Bandeira, delegado do mesmo departamento, Wilson afirma que todos os episódios dos últimos dias do corrente mês eram de responsabilidade do Partido Comunista Brasileiro. Isso porque o PCB havia realizado seu VI Congresso Nacional e, segundo ele, os acontecimentos eram nada mais do que o cumprimento das tarefas constantes da resolução aprovada nesse conclave. De fato, o agente estava bem informado sobre o PCB, pois havia ocorrido seu VI Congresso, em São Paulo, em dezembro de 1967, e algumas resoluções políticas foram retiradas das discussões feitas na ocasião.

Assim, para o ex-chefe de serviço do DVS, todos os eventos ocorridos em Belo Horizonte e no interior de Minas Gerais, como “o movimento das professoras primárias, a arruaça dos estudantes, ‘dia do protesto’ que foi realizado nesta capital em recinto fechado na Secretaria de Assistência e Saúde e ultimamente a ‘greve’ dos empregados metalúrgicos de Belo Horizonte”, eram fruto da agitação do Partido Comunista, já que o movimento sindical era um dos principais focos de ação do PCB. Era objetivo desse partido, segundo o agente, estimular os protestos dos trabalhadores, funcionários públicos e estudantes referentes à política salarial “para agitar a nação”.

Wilson Marques conta detalhes da greve em seu relatório, demonstrando que acompanhou de perto o movimento dos metalúrgicos. Ele informa, por exemplo, que verificou que, quando teve início a greve, no dia 16 de abril, os trabalhadores da Companhia Belgo Mineira “diziam em voz alta que tomaram a referida companhia e quem se achava no interior

³⁰⁷ *Ibidem.*

da mesma não poderia sair e quem entrasse ficaria sujeito aos piquetes internos, orientados por elementos do referido sindicato e estudantes não identificados”. Ele comunica ainda que

com o decorrer dos dias do “greve” apurei que o sindicato possui na Cidade Industrial perto da Companhia Têxtil Santa Elizabeth, uma casa grande e isolada donde faziam suas reuniões e ditavam ordens aos trabalhadores para continuarem a “greve” e distribuía boletins com os seguintes dizeres: Agora Greve! 1º de maio atacando pelegos, polícia e patrões, se referiam [a]o movimento contra o arrocho e ditadura, também fizeram pichamentos em várias fábricas e muros da Cidade Industrial. Alegavam que não foi o sindicato quem organizou a “greve” mais que foi através dos próprios operários dentro da fábrica em grupos de quatro de mobilização antiarrocho formadas em cada seção.

Mesmo com a alegação de que os organizadores da greve eram os operários reunidos em grupos de mobilização em cada seção das fábricas, Wilson conclui: “mais tarde eu e o chefe da Seção do Arquivo do Departamento, Sr. José Lima, verificamos que o movimento era chefiado pelo Sindicato dos Empregados Metalúrgicos de Belo Horizonte, situado na rua da Bahia, 570”. Para ele, o principal líder do movimento grevista era Ênio Seabra, sendo apontado pelo agente como responsável por determinar aos trabalhadores em greve que assinassem o livro de ponto das empresas, para garantir o dia de serviço, pois a assinatura poderia comprovar a presença na fábrica. Além disso, segundo o agente, era Ênio quem organizava os grupos dos cinco, mencionados anteriormente, e a distribuição de “boletins subversivos na Cidade Industrial”. Os outros líderes da greve citados por Wilson Marques eram: Jamir de Oliveira e Lacyr Félix Costa, ambos trabalhadores da Companhia Belgo; Mário Bento da Silva, Antônio Santana, Conceição Imaculada e Joaquim Oliveira, presidente, secretária e vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. E ainda uma pessoa externa à categoria que era Homero de Almeida, presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte.

O agente ainda relata que Ênio Seabra e outros trabalhadores permaneceram no interior do Sindicato dos Metalúrgicos durante oito dias, em salas fechadas, por saberem que eram vigiados pelos órgãos policiais da cidade. No relatório constam também informações sobre a detenção do presidente do sindicato, Antônio Santana, pela Polícia Federal na madrugada do dia 25 abril e a prisão do trabalhador da Mannesmann Manoel Sérgio da Silva, tido pelo DVS como “comunista” e “agitador”. Sua prisão, por isso, ganha tom de missão cumprida, pois evitaria novas “agitações” de grevistas da Mannesmann: “nós detivemos e conduzimos a este departamento o ‘comunista’ Manoel Sérgio da Silva (vulgo Paraíba) que era tido no Barreiro como um elemento capaz de agitar os ‘grevistas’ da companhia Mannesmann”. O agente Wilson Marques finaliza o relatório alegando que deixou as

imediações do Sindicato dos Metalúrgicos por determinação do delegado do DVS, sendo que a última coisa que ele acompanhou foi a condução de Ênio Seabra, em carro oficial, para Assembleia Legislativa e o retorno para sua residência acompanhado dos deputados João Ferraz e Emílio Haddad, ambos do MDB³⁰⁸.

Wilson Marques apresentou, na mesma data, outro ofício informando sobre o movimento intersindical contra o arrocho salarial. De acordo com ele, o presidente do Sindicato dos Bancários, Homero de Almeida, um dos integrantes da Comissão Intersindical, afirmou que 16 entidades operárias estavam filiadas a esse movimento, entre elas o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem; o Sindicato dos Oficiais, Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria da Confecção de Roupas de Belo Horizonte; o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem; o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fumo, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil; e a Associação dos Servidores da Prefeitura e Autarquias Municipais de Belo Horizonte. O agente do DVS conseguiu se informar também sobre o lançamento de um manifesto da Intersindical direcionado ao povo, “mostrando a posição da classe assalariada face às leis atuais” que ocorreria depois da concentração na Secretaria de Saúde, no dia 1º de maio, e acerca do apoio dos universitários de Belo Horizonte à Campanha Nacional Antiarrocho e sua participação na manifestação operária³⁰⁹. Porém, enquanto relatórios da polícia política eram despachados, a confiança política dos trabalhadores havia crescido e a Intersindical continuava mobilizando-os para o ato do 1º de maio.

4.3 O 1º de maio

Então a [greve] de abril de [19]68, logo depois dela, foi assim, o passo seguinte foi o primeiro de maio, entendeu? Que foi uma confusão de polícia também, muito grande. Depois vai todo mundo lá para a secretaria, que era antiga Secretaria de Saúde, ali na [Avenida] Augusto de Lima, para ter uma comemoração ali. E, então a rotina era essa. Dia e noite, entendeu. Nesse primeiro de maio eu fiquei três dias trabalhando e três noites sem dormir. Três dias e três noites. Eu lembro que, quando eu cheguei em casa, aí eu já estava aqui na Nova Suíça, eu morava junto com o Melgaço, Carlos Melgaço, que era da organização, e a mulher dele, a Loreta. E aí eu cheguei, fiquei conversando no quarto, sentei na cama deles assim e depois eu deitei. Só acordei no outro dia. Tiveram que dormir no chão, pegaram um colchão meu e um outro colchão que tinha lá para dormir no chão porque ninguém conseguia me tirar da cama. Porque eu estava desmaiada. Três dias e três noites, entendeu?

³⁰⁸ Relatório em formato de ofício escrito à mão pelo ex-chefe de serviço do Departamento de Vigilância Social Wilson Marques ao delegado Fábio Bandeira do DVS. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0250, rolo 017, dez. 1967 - mai. 1968, imagens 25 a 29.

³⁰⁹ *Ibidem*, imagens 23 e 24.

Reunião e panfletagem para preparar o primeiro de maio. (Delsy Gonçalves. Entrevista concedida à autora, 26/12/2017).

Depois do fim da greve de abril, o foco dos trabalhadores ativistas, dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos, como parte das ações da Comissão Intersindical da qual ele era integrante e das organizações de esquerda que atuavam na Cidade Industrial foi a organização e mobilização para o 1º de maio. Delsy Gonçalves, militante da AP, lembra-se que trabalhou durante três dias e três noites participando de reuniões e de panfletagens a fim de mobilizar os trabalhadores.

O clima de confiança no movimento operário com a greve de abril fez surgir o Partido Operário Comunista (POC). No entanto, em uma das primeiras ações dos militantes do POC, que consistia em distribuir o manifesto de lançamento do partido na porta da Companhia Siderúrgica Mannesmann, eles foram presos, conforme explica Nilmário Miranda:

Quando foi 30 de abril de 1968, nós fundamos o Partido Operário Comunista. A Polop fundiu-se com a dissidência leninista do Partido Comunista no Sul do país, uma dissidência na Guanabara, e fundou o POC, Partido Operário Comunista, que era um sucessor natural da Polop, da vertente da Polop; e minha primeira prisão foi dia 30 de abril, na madrugada de 30 de abril. Estava deixando o manifesto de lançamento do POC na porta da Mannesmann, voltando para Belo Horizonte a pé, uma hora da manhã a pé, eu e mais dois companheiros fomos presos na Vila São Paulo, a um quilômetro da Mannesmann, um quilômetro, um quilômetro e meio. Eu fiquei 32 dias presos. Daí, quando eu saí, foi aberto um processo pela Lei de Segurança Nacional, então já mudou minha situação toda, que você sendo processado, denunciado e abrindo um processo, a situação é diferente, mas eu continuei frequentando a Faculdade de Ciências Econômicas, e nós achando que a situação do país estava na iminência de uma revolução, resolvemos puxar uma greve em outubro, final de setembro, início de outubro, na data-base do reajuste salarial dos metalúrgicos de BH/Contagem, puxar uma greve. Começamos, febrilmente, a trabalhar para isso. (Nilmário Miranda. Entrevista concedida à autora, 26/06/2016).

A prisão dos militantes do POC José Benedito Nobre Rabelo, Leovegildo Pereira Leal e Nilmário Miranda deu-se quando eles, de acordo com auto de apreensão produzido pelo Departamento de Vigilância Social, depois de distribuírem “panfletos subversivos no Barreiro, na região da Cidade Industrial”, em frente a uma das portarias da Mannesmann, voltavam a pé em direção a Belo Horizonte, na madrugada do dia 29 para 30 de abril de 1968. No contexto de ditadura, qualquer pequeno grupo de pessoas reunidas era motivo de suspeição por parte da polícia. Ademais, depois da greve operária ocorrida na Cidade Industrial, a repressão estava ainda mais atenta às imediações das fábricas e contava para isso com importantes aliados: os porteiros. O auto de apreensão dos militantes informa que a polícia foi chamada pelo porteiro da entrada nº 1 da Mannesmann, “no sentido de identificar elementos que passando por aquele local haviam jogado boletins nas imediações”.

Com os militantes foram apreendidos 157 boletins, cujo título era *Primeiro de maio, dia de luta dos trabalhadores* e que entre outras coisas afirmava que “a ditadura burguesa” havia aumentado a exploração dos trabalhadores com o arrocho salarial, ao mesmo tempo que procurava impedir a sua organização, reprimindo e tutelando as entidades sindicais, prendendo e espancando seus líderes nas ruas. Para o POC, os sindicatos não estariam em condições de conduzir a luta dos trabalhadores, por estarem em sua maioria dirigidos por “pelegos” e/ou “amordaçados por imposições da legislação sindical e pela atividade policial”. O partido propõe, em seu manifesto, a organização dos trabalhadores em comitês de empresa: “única forma dos trabalhadores lutarem contra o arrocho e por melhores condições de vida”, organizando-se dentro das fábricas e de maneira permanente e independente. O POC finaliza afirmando que os comitês de empresa deveriam mobilizar para a “greve geral proletária”, “arma capaz de impor à burguesia a derrubada das leis do arrocho” e dando “vivas” ao governo dos trabalhadores da cidade e do campo e à Revolução Socialista³¹⁰.

O 1º de maio desses militantes do POC, no entanto, não foi comemorado ao lado dos trabalhadores. Por outro lado, ativistas sindicais, lideranças operárias, dirigentes de sindicatos e militantes de outras organizações de esquerda se reuniram e organizaram o 1º de maio em Belo Horizonte como não se via desde antes do golpe. A militante da AP Delsy Gonçalves lembra-se de alguns detalhes da programação do evento, realizado no auditório da Secretaria de Saúde, no centro da capital:

E aí depois nós fomos para a secretaria. Chegou na secretaria estavam lá fazendo “O operário em construção...” [poema de Vinicius de Moraes, de 1959]. Fazendo poesia, quer dizer, o mundo pegando fogo e a Corrente e a Polop e Colina sei lá quem... Porque ou eles eram de fazer as coisas dessa maneira ou então de outra. Aí lá vamos declamar não sei o quê. Agora fulana vai falar, aí virou aquela confusão. Na hora que nós chegamos estava aquela confusão. E eles pedindo silêncio, ninguém calava, era aquela maior confusão. Aí, pediram por favor, que fulano ia falar uma poesia, não sei o quê, não sei o quê! [Risos] Mas estava assim, uma zorra. Aí o Ênio [Seabra] entra. O palco era lá e ele era aqui. Ele começou a entrar e onde ele passava era igual jogar uma água gelada, entendeu? Quando ele chegou lá na frente dava para ouvir o barulho de uma mosca. Liderança é isso. Era uma coisa o carisma desse cara. Era uma coisa. Sabe? Eu chorei esse dia. (Delsy Gonçalves. Entrevista concedida à autora, 26/12/2017).

³¹⁰ Auto de Apreensão, Departamento de Vigilância Social. APM, Fundo Dops/MG, APM. Pasta 0250, rolo 017, dez. 1967 - mai. 1968, imagens 161 a 176.

Na mesma ocasião, a mesa diretora do ato do 1º de maio, com o objetivo de homenagear Seabra e os metalúrgicos que fizeram a greve da Cidade Industrial no mês anterior, concedeu a ele a presidência de honra da assembleia³¹¹.

O auditório da Secretaria de Saúde estava cheio, com todas as cadeiras ocupadas e muitas pessoas em pé. Os participantes seguravam cartazes contra “o arrocho salarial da ditadura” e em defesa da greve. O evento teve início com a leitura dos nomes dos sindicatos integrantes da Comissão Intersindical de Minas Gerais contra a lei do arrocho, por Homero Guilherme, presidente do Sindicato dos Bancários, e a chamada dos sindicalistas presentes. Ênio Seabra abriu a sessão falando da capacidade dos trabalhadores de protestarem contra as injustiças do governo e da necessidade da união de todas as categorias com o objetivo de forçar a revogação de “leis injustas e desumanas que regem a vida do trabalhador”. Em seguida, os presentes ouviram o Hino Nacional e passaram a palavra aos sindicalistas e trabalhadores inscritos. Alguns dirigentes sindicais foram denunciados no plenário como traidores dos operários, entre eles, Francisco Pizarro, do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, e Nilton Borges, do Sindicato dos Fumageiros, ambos ex-integrantes da Comissão Intersindical³¹². Essa informação aparece também no relatório intitulado “concentração de operários”, elaborado pelo Departamento de Vigilância Social, onde o agente comenta que algumas entidades se recusaram a comparecer à concentração, por não concordarem “com a orientação da mesma”. Ele cita os nomes dos dois sindicatos acima e ainda o Sindicato dos Alfaiates de Belo Horizonte, o Sindicato dos Comerciantes e sua Federação, sendo que esse último, assim como o Sindicato da Construção Civil, enviou comunicado à sua respectiva categoria solicitando que não comparecesse ao evento³¹³.

De acordo com o mesmo relatório da DVS, estavam presentes na concentração dos operários funcionários públicos, estudantes e padres ligados à Comissão da Pastoral Operária da Arquidiocese de Belo Horizonte. Esses padres encaminharam uma mensagem aos párocos da capital conclamando-os a comparecerem à concentração. A mensagem, segundo o agente da DVS, foi baseada na VI Encíclica do papa Paulo VI, intitulada *Populorum Progresio*, que apregoava uma aproximação maior da Igreja com seus fiéis. Os padres Carlos Fragoso, citado em capítulo anterior, Michel Le Ven, Antônio Lopes, Miguel Gonzalez, Agnaldo Leal e José

³¹¹ As informações sobre a concentração dos trabalhadores no primeiro de maio no auditório da Secretaria de Saúde foram retiradas de: PROTESTO contra arrocho no 1º de maio. **Última Hora**, Belo Horizonte, 2 de maio de 1968, p. 6.

³¹² *Ibidem*.

³¹³ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0250, rolo 017, dez. 1967 - mai. 1968, imagens 205 a 212.

Klekamp, todos da Pastoral Operária, também assinaram um documento contra a política de arrocho salarial³¹⁴.

Em determinado momento, foi feita a proposta para que os presentes saíssem em passeata pelas ruas do centro de Belo Horizonte, sendo aprovada pelo plenário. A assembleia foi finalizada e os participantes seguiram em grupos que se reuniram na porta da Secretaria de Saúde. Ao saírem, o quarteirão da secretaria já estava tomado por mais de 300 policiais comandados pelo coronel Ortiga, incluindo a tropa de choque da Polícia Militar, agentes do Dops e da Polícia Federal, muitos deles vestidos à paisana. Atrás do prédio, mais 100 policiais esperavam a ordem para dispersar a manifestação³¹⁵.

Para dar início à passeata, uma bandeira do Brasil foi aberta pelo grupo que ia à frente e o Hino Nacional foi cantado pelos cerca de 800 operários. A manifestação seguiu em direção à praça Raul Soares, onde começou a repressão. Com bombas e cassetetes, a polícia interveio com o objetivo de dispersar a passeata. Durante quase uma hora, em vários pontos do centro de Belo Horizonte, ocorreram choques entre a polícia, estudantes e operários. O resultado foi muita gente espancada e outros sofrendo com as bombas de gás lacrimogênio lançadas pela polícia. Os estudantes responderam às agressões com o que tinham à mão. Os operários, refugiados no Mercado Municipal e nas mercearias situadas por perto, também revidaram a agressão jogando laranjas nos policiais, que tiveram de se esconder dentro do prédio da Secretaria de Saúde. Os operários também obrigaram um fotógrafo que acompanhava a manifestação a retirar o filme de sua câmera fotográfica, pois desconfiaram que se tratava de um agente do Dops, já que não tinha credencial da Associação Mineira de Repórteres Fotográficos³¹⁶.

O 1º de maio de 1968 em outras cidades brasileiras também foi notícia nos jornais. Na cidade de São Paulo, na Praça da Sé, o discurso do governador Abreu Sodré foi interrompido por um tumulto generalizado. Ovos, pedaços de madeira e lixo foram jogados nas autoridades, o microfone foi cortado e o governador acabou ferido. Trabalhadores e estudantes tomaram o palanque e fizeram seus discursos, em seguida o queimaram e saíram em passeata pelo centro, sendo interrompida pela tropa de choque da polícia. Pelo menos 22 pessoas foram presas, entre operários, estudantes e dois jornalistas. O delegado do Departamento da Polícia Federal

³¹⁴ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0250, rolo 017, dez. 1967 - mai. 1968, imagens 205 a 212.

³¹⁵ PROTESTO contra arrocho no 1º de maio. **Última Hora**, Belo Horizonte, 2 de maio de 1968, p. 6.

³¹⁶ As informações sobre a repressão à passeata do primeiro de maio foram retiradas da seguinte notícia: 300 SOLDADOS impediram a passeata dos operários. **Última Hora**, Belo Horizonte, 2 de maio de 1968, p. 7. A truculência da polícia em Belo Horizonte foi noticiada na edição nacional do jornal **Última Hora** de 2 de maio de 1968, p. 9.

em São Paulo, general Sílvio Corrêa de Andrade, afirmou ter identificado “elementos do Partido Comunista” em meio aos detidos. Na Guanabara/RJ, segundo o *Última Hora*, mais de três mil pessoas participaram das comemorações do 1º de maio, promovidas pelas entidades sindicais. O ato público foi realizado no Campo de São Cristóvão e contou com intenso aparato policial, formado por soldados da Polícia Militar e agentes do Dops, com ordens de “só intervir para evitar passeatas”. O 2º Batalhão de Carros de Combate teria se deslocado “em caráter preventivo para a Avenida Brasil” e o I Exército permaneceu de prontidão, avaliando ao final que o plano de agitação para o 1º de maio havia fracassado em função das providências tomadas para garantir a ordem. Em Brasília, as lideranças sindicais distribuíram panfletos que diziam que “o 1º de maio não é dia de festa, é dia de luta”, e buscaram instigar os trabalhadores a não comparecerem nos eventos oficiais do dia do trabalhador, promovidos pela Delegacia Regional do Trabalho e pelo Sesi. Já no Ceará, professores em greve participaram da movimentação do dia do trabalhador. No entanto, todo o aparato policial foi mobilizado para impedir as manifestações de rua em Fortaleza³¹⁷.

Depois de o centro de Belo Horizonte ter se transformado em uma praça de guerra por causa da repressão policial à manifestação no 1º de maio, a Comissão Intersindical se reuniu para avaliar as consequências do evento. De acordo com Homero Guilherme, presidente do Sindicato dos Bancários, “houve uma distorção na manifestação, contra a vontade dos dirigentes do movimento”. Explicou ainda que naquele momento os dirigentes da intersindical aceitaram a decisão da assembleia, mas que sabiam “que seria uma manifestação morta antes de nascer, como realmente aconteceu”, pois entendiam que só depois que os trabalhadores conseguissem “derrubar as leis que aí estão é que poderemos usar essas formas de pressão”. Além disso, a Comissão Intersindical aproveitou para condenar publicamente a passeata por avaliar que as entidades sindicais estavam numa posição delicada naquele contexto, tendo seu campo de ação limitado³¹⁸. O receio do dirigente da intersindical se justifica, pois havia sempre o risco de intervenção nos sindicatos e a própria comissão era considerada ilegal pelo delegado Regional do Trabalho, como visto anteriormente.

Os líderes da intersindical explicaram ainda que não conseguiram cumprir a programação que tinham preparado uma vez que, quando foi dada a palavra ao primeiro orador, a plateia começou a gritar, exigindo que os presentes saíssem às ruas. Os membros da mesa diretora declararam-se contrários à passeata, mas foram impedidos de se manifestarem,

³¹⁷ Essas informações sobre as manifestações no 1º de maio pelo Brasil foram retiradas de PASSEATAS proibidas nos Estados. *Última Hora*, Belo Horizonte, 2 de maio de 1968, p. 9.

³¹⁸ BANCÁRIOS denunciam distorção no 1º de maio. *Última Hora*, Belo Horizonte, 3 de maio de 1968, p. 7.

por causa dos gritos de ‘fora com os pelegos’. Para os organizadores da concentração do 1º de maio, o evento havia sido distorcido devido à “participação de elementos estranhos aos meios trabalhistas”, e não por iniciativa dos trabalhadores, pois “quem trabalha tem muito a perder quando é preso, pois fica desempregado e a família passa necessidade”³¹⁹. Foi o que aconteceu com Ênio Seabra, preso dois dias depois do evento.

4.4 Um líder preso e o sindicato sob ameaça de intervenção

(...) eles me prenderam em consequência da greve. Me chamaram lá no Dops, eu fui até lá acompanhado de um advogado, mas chegando lá o delegado do Dops disse que eu estava preso, que era uma ordem do Comando do Exército e daquele momento me manteve encarcerado. (Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995).

Dessa maneira Ênio Seabra relembra o episódio de sua primeira prisão e como essa notícia imediatamente desencadeou um movimento de solidariedade a ele. O Sindicato dos Metalúrgicos enviou telegramas ao presidente da República, marechal Costa e Silva; ao ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho; e ao deputado Franco Montoro, presidente da CPI criada para apurar as consequências do arrocho salarial, exigindo a libertação de Seabra. O conteúdo dos telegramas, contudo, sofreu censura do responsável pelo setor de Tarifas Telegráficas do Departamento de Correios e Telégrafos e teve de ser modificado, pois se recusou a transmitir a mensagem por considerar que “continham ofensas às pessoas a que faziam referência”³²⁰. O jornal *Última Hora* publicou o conteúdo dos telegramas modificados:

Os metalúrgicos de Belo Horizonte denunciam e protestam contra prisão ilegal e arbitrária do companheiro ao Ministro do Trabalho e ao Deputado Franco Montoro. Comandante do CPOR de Belo Horizonte, estendendo à classe operária o terror implantado na classe estudantil. Pedimos providências urgentes e sua libertação para tranquilidade dos metalúrgicos³²¹.

Não é possível saber qual o texto original do telegrama, mas é difícil acreditar que contivesse ofensas às autoridades, visto que a situação do Sindicato dos Metalúrgicos já era

³¹⁹ Essas informações foram retiradas de LUTA contra o arrocho entra em nova fase. *Última Hora*, Belo Horizonte, 4 de maio de 1968, p. 7. Constava no programa os seguintes momentos: 1) início dos trabalhos pelo presidente do Sindicato dos Bancários; 2) chamada dos membros da comissão intersindical; 3) leitura de um documento analisando a história do 1º de maio; 4) análise da atual situação dos trabalhadores; 6) estabelecimento do novo programa de ação a ser cumprido contra o arrocho. Segundo informações de Homero Guilherme, só os primeiros itens desse programa foram cumpridos.

³²⁰ OPERÁRIO tenta com Costa liberar Ênio. *Última Hora*, Belo Horizonte, 7 de maio de 1968, p. 7.

³²¹ *Ibidem*.

bastante delicada naquele momento. Com uma liderança operária presa, é certo que os dirigentes da entidade não desejassem novas prisões. Além do mais, havia sempre o risco de qualquer motivo ser usado para uma nova intervenção no sindicato pelo Ministério do Trabalho. É possível que a censura aos telegramas tenha sido uma iniciativa do chefe do setor de Tarifas Telegráficas do Departamento de Correios e Telégrafos, por corroborar com o regime ou por medo de que o teor dos telegramas pudesse prejudicar a si e ao seu trabalho.

Outra estratégia utilizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos foi a distribuição de boletins exigindo a libertação imediata dos presos em função da greve na Cidade Industrial e das manifestações do dia 1º de maio. No caso de Ênio Seabra, pesava ainda a denúncia de que ele estava sendo mantido incomunicável há seis dias e que sua esposa e o advogado do sindicato, Cássio Rodrigues, não conseguiam ter acesso à prisão para levar-lhe roupas e sapatos. Por ter sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional, que permitia a prisão por 30 dias de pessoas indiciadas em Inquéritos Policiais Militares, nem mesmo um *habeas corpus* em favor de Ênio Seabra pôde ser impetrado³²². Havia ainda denúncias de que ele estava sofrendo tortura física e psicológica³²³.

A Comissão Intersindical também distribuiu nota de solidariedade ao líder preso em que afirmava que o “companheiro metalúrgico Ênio Seabra” era vítima de prisão arbitrária e que essa situação trazia intranquilidade a todos os que procuravam exercer seus direitos. Falava ainda que esse tipo de prisão provocava confusão jurídica, pois o cidadão comum ficava sem saber se ainda estavam em vigor as leis que garantiam “os direitos individuais do ser humano”. Concluía dizendo que não entendia os motivos que levaram as autoridades a prender Ênio, posto que o próprio governo dizia reconhecer como democráticas as manifestações de trabalhadores³²⁴.

Aqui, é interessante observar como a Intersindical, na defesa de Ênio Seabra, fez uso do argumento da legalidade, mostrando que a prisão do metalúrgico não o atingia individualmente apenas, mas tinha efeitos no cidadão comum, que ficava “confuso”, sem saber se podia confiar nas leis em vigor no país que teoricamente existiam para proteger seus direitos. A comissão também se utilizou de declarações do próprio governo, cujo discurso

³²² NEM “habeas” retira metalúrgico da prisão. **Última Hora**, Belo Horizonte, 9 de maio de 1968, p. 5.

³²³ Recorte da notícia “DCT moralista não transmitia telegramas de metalúrgicos”. **O Sol**, Rio de Janeiro, 9 de maio de 1968. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0250, rolo 017, dez. 1967 - maio 1968, imagem 54. No acervo do Dops existem muitas notícias de jornais nas pastas sobre os metalúrgicos, sindicatos, greves que foram recortadas e coladas em papel com um cabeçalho padronizado com as seguintes informações: “Verificação de jornais”, “histórico”, “publicação, data, setor e número de folhas” com espaço para que o agente preenchesse à mão os dados gerais da notícia a ser arquivada.

³²⁴ OPERÁRIOS agora vão pressionar Congresso. **Última Hora**, Belo Horizonte, 6 de maio de 1968, p. 5.

desde o golpe de 1964 – e isso perduraria durante todo o período de vigência da ditadura militar – era de “defesa da democracia” e do “reconhecimento das liberdades democráticas”. Obviamente, as práticas mostravam o contrário.

A rede de solidariedade a Ênio não arrefeceu. Os trabalhadores da Mannesmann, seus colegas de fábrica, fizeram um movimento, sem que ele próprio soubesse, exigindo a sua libertação.

(...) aí eu já fiquei preso, mas... Essa foi a primeira vez, mas foi uma experiência também que o pessoal na Mannesmann – eu não sabia – queria parar se não me soltasse. Se não me soltasse eles iam parar. Isso aí então acelerou minha saída praticamente. Fiz um depoimento no Dops, fiz outro no Exército por escrito e me soltaram. Mas eu não sabia que eles estavam “doidos” que eu voltasse à empresa, porque a empresa estava querendo parar. Seria uma greve política até muito perigosa para eles. Quando eu cheguei, o pessoal queria que eu fosse a todos os lugares para eles verem que eu estava lá, para poder não parar. Aí eles não pararam, não. Essa foi a de abril, a primeira greve. Essa foi a primeira prisão também. (Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995).

Ênio Seabra foi solto no dia 10 de maio de 1968 e de acordo com sua ficha de identificação produzida pelo Dops o motivo da prisão teria sido “subversão”³²⁵. Não é possível saber, com base nas fontes documentais consultadas, por que ele foi solto sete dias depois. De toda forma, acredito que a pressão dos trabalhadores da Mannesmann, aliada às manifestações públicas de solidariedade, sendo inclusive publicadas na imprensa, principalmente no jornal *Última Hora*, podem, sim, ter causado algum tipo de pressão nas autoridades locais.

Além da prisão de Ênio Seabra, outra consequência da greve de abril foi a demissão de trabalhadores da Industam e da Brasilit. Novamente, o envio de telegramas é usado como estratégia de denúncia. O sindicato enviou telegrama ao coronel Jarbas Passarinho e aos membros da CPI que investigava as consequências da política salarial, denunciando que a promessa feita pelo próprio ministro do Trabalho de que nenhum operário que tivesse participado da greve seria demitido não estava sendo cumprida pelos empresários. Assim, o sindicato apela à “promessa” do ministro, na tentativa de reverter o quadro das demissões. A entidade também acionou o delegado Regional do Trabalho, Onésimo Viana, para que ele interviesse junto à Fiemg a fim de garantir que os grevistas fossem readmitidos e seguia disposta a recorrer à Justiça do Trabalho como última alternativa³²⁶.

³²⁵ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 4214, rolo 057, mar. 1972 - maio 1972, imagem 174.

³²⁶ ONÉSIMO quer anular punição de grevista. **Última Hora**, Belo Horizonte, 3 de maio de 1968, p. 7.

Mas o cenário naquele momento não era dos melhores para o Sindicato dos Metalúrgicos. Em função da greve, seus dirigentes passaram a ser vigiados pela polícia e os investigadores do Dops chegaram a ir à casa de vários deles³²⁷. Conceição Imaculada conta que teve de sair da casa dos pais por alguns dias. O delegado do Trabalho também pressionou o sindicato, bloqueando suas contas bancárias, buscando justificativas para iniciar um processo de intervenção. O presidente da entidade, Antônio Santana, contudo, tentou deslegitimar a ação do delegado do Trabalho, novamente apelando à promessa feita pelo ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, por ocasião da greve de abril. Segundo Santana, Passarinho havia elogiado a prudência do sindicato e prometido não intervir em órgãos de trabalhadores, “a menos que seja comprovada a sua participação em movimentos ilegais ou a aplicação desonesta do seu dinheiro”, conforme prerrogativa da CLT³²⁸.

Na verdade, nesse caso, a promessa do ministro caía por terra, pois Onésimo Viana estava se apegando exatamente à questão das contas do sindicato para procurar um motivo que justificasse a intervenção. O delegado do Trabalho, decidido a pressionar os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos, enviou dois contadores peritos do Ministério do Trabalho, Anísio Vilela Alves e Benedito de Luca, para examinar a movimentação bancária da entidade³²⁹. A diretoria, porém, mostrou-se tranquila, pois acreditava não haver nada que comprometesse seu mandato³³⁰, afinal, suas contas haviam sido submetidas à análise e aprovação do próprio ministério em março daquele ano. Além disso, todas as despesas, de acordo com seus dirigentes, estavam devidamente documentadas e o dinheiro da entidade, aplicado em benefícios sociais para a categoria³³¹. A intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos pela DRT/MG nesse momento acabou não acontecendo, o que não significava, contudo, que Onésimo Viana tivesse parado de vigiar os passos da entidade.

4.5 Outros rumos

Depois da repercussão das manifestações do 1º de maio e das prisões de trabalhadores, que, em sua avaliação, era negativa para o movimento operário, a Comissão Intersindical decidiu que deveria mudar de estratégia e estruturar uma nova fase no movimento. Definiu,

³²⁷ SEABRA hoje no Dops. *Ibidem*.

³²⁸ ONÉSIMO ainda quer punir metalúrgicos. *Ibidem*.

³²⁹ METALÚRGICOS ameaçados. *Ibidem*.

³³⁰ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 30 de maio de 1968.

³³¹ ONÉSIMO ainda quer punir metalúrgicos. **Última Hora**, Belo Horizonte, 3 de maio de 1968, p. 7.

por exemplo, que não haveria mais concentrações públicas e que cada sindicato, em concordância com outras diretorias integrantes da intersindical, deveria desenvolver ações da campanha contra o arrocho no âmbito da sua categoria³³². O objetivo dessa estratégia, conforme os integrantes da comissão, era evitar a infiltração de pessoas “alheias” ao movimento operário, que tiravam “a autenticidade da luta contra as leis de arrocho”³³³. É interessante como o discurso da presença de pessoas “alheias” ao movimento operário é recorrentemente utilizado para justificar determinadas ações. Para a intersindical, a mudança no rumo do ato do 1º de maio foi devida à influência dos elementos externos ao movimento. É possível que alguns integrantes da comissão acreditassem nisso, e é compreensível também o uso desse discurso, pois acabava de certo modo protegendo o movimento operário da repressão.

Como a política salarial regida pela Lei nº 4.725/65, de acordo com as promessas do governo federal, deixaria de vigorar em julho de 1968, algumas medidas foram tomadas pela Comissão Intersindical, entre elas, a de pressionar o Congresso Nacional a fim de impedir a adoção de uma nova política salarial que continuasse prejudicando os trabalhadores. Assim, cada sindicato, conforme acordado na comissão, encarregou-se de mobilizar seus associados para pressionar os deputados federais, enviando-lhes cartas e telegramas. Outra estratégia adotada pelos dirigentes sindicais foi a sindicalização em massa com o objetivo de trazer mais trabalhadores para o sindicato e conquistar novas forças para a luta contra o arrocho³³⁴.

Paralelamente a sua atuação junto à intersindical, o Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem seguia cuidando das demandas da categoria. No entanto, somente no dia 9 de maio de 1968 a entidade conseguiu retomar as reuniões regulares da diretoria, visto que ela não se reunia oficialmente desde 22 de março. Antônio Santana, presidente do sindicato, explica que “por motivos de força maior tivemos que passar 48 dias sem nos reunir oficialmente como de costume, passando a nos reunir ligeiramente, para tomar decisões que eram exigidas no momento”. Essas reuniões ligeiras, não oficiais, realizadas para tomar decisões também rápidas, ocorreram no contexto da eclosão da greve metalúrgica realizada em abril daquele ano. Santana aproveitou para fazer uma longa explanação sobre a greve da Cidade Industrial, que para ele, “mesmo sendo uma greve ilegal, feita sem a permissão do sindicato, teve grande validade, pois nos deu muitas experiências e também uma boa dose de consciência e a todos os grevistas”. Se a “boa dose de consciência” veio, como avaliou

³³² LUTA contra o arrocho entra em nova fase. *Idem*, 4 de maio de 1968, p. 7.

³³³ OPERÁRIOS agora vão pressionar Congresso. *Idem*, 6 de maio de 1968, p. 5.

³³⁴ *Ibidem*.

Antônio Santana, o mesmo não se pode dizer do abono salarial de 10%, prometido pelo governo federal para maio daquele ano. Diante disso, o vice-presidente do sindicato, Joaquim José de Oliveira, defendeu a continuidade da mobilização dos trabalhadores e cobrou um posicionamento da diretoria, já que o acordo estabelecido com a Fiemg durante a greve de abril não estava sendo cumprido pelas empresas. Para tentar solucionar o problema, o Sindicato dos Metalúrgicos deliberou encaminhar um ofício à federação das indústrias e solicitar explicações do próprio ministro do Trabalho sobre o não pagamento do abono emergencial³³⁵.

A causa do atraso era que o instrumento que oficializava o acordo com os trabalhadores, previsto para entrar em vigor no dia 1º de maio, havia sido publicado no *Diário Oficial* em forma de projeto de lei e ainda estava em tramitação no Congresso Nacional, fazendo com que os trabalhadores perdessem as esperanças de receber naquele mês, como acordado, pois não acreditavam que o governo federal decretasse melhorias com efeito retroativo. Além disso, os dirigentes sindicais, incluindo os representantes do Sindicato dos Metalúrgicos, consideravam o projeto de abono em tramitação completamente diferente do que havia sido prometido aos operários pelo ministro do Trabalho. A promessa era de que nos acordos futuros não haveria compensação dos 10% concedidos, mas pelo projeto publicado a compensação seria feita. Outra decisão que desgostou os trabalhadores foi a de conceder abono somente às categorias que tinham feito acordo havia mais de seis meses. Como a maioria dos sindicatos estava promovendo acordos salariais naquele momento, muitas categorias seriam excluídas do aumento autorizado pelo Ministério do Trabalho³³⁶. Assim, a ditadura nesse jogo de forças com os trabalhadores soube dosar muito bem promessas e ações. Aceitou publicamente a pressão dos trabalhadores grevistas, concedendo o abono e demonstrando com isso que se importava com a situação da classe trabalhadora brasileira, mas por outro lado estabeleceu critérios que excluíram as categorias que estavam fazendo acordos salariais naquele momento e, para as outras, instituiu a compensação dos 10% em acordos futuros.

No caso dos metalúrgicos, o sindicato anunciou que algumas empresas estavam pagando o abono, principalmente aquelas que haviam sido atingidas pela greve de oito dias na Cidade Industrial. A primeira a conceder o reajuste foi a Siderúrgica Belgo Mineira – fábrica onde eclodiu o movimento grevista –, ainda no mês de maio, antes mesmo de ser oficializada

³³⁵ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 09 de maio de 1968.

³³⁶ OPERÁRIOS reclamam seu abono. *Última Hora*, Belo Horizonte, 18 de maio de 1968, p. 7.

pelo governo federal a forma de concessão do abono, talvez para se precaver de uma nova paralisação³³⁷. Mas essa não era a regra, e sim a exceção. Tanto que, segundo os sindicalistas, quando o texto definitivo do decreto chegou ao conhecimento dos trabalhadores, a decepção foi grande, pois consideravam os critérios injustos. Por outro lado, a avaliação era de que a insatisfação gerada pela forma como foi concedido o abono de 10% colaborava com a luta antiarrocho, que seria revigorada com manifestações públicas em todo o país, segundo anunciou as lideranças da intersindical no jornal³³⁸.

Ao final, apesar do anúncio do abono salarial de 10% a todos os trabalhadores brasileiros pelo ministro do Trabalho, o que se viu foi que o governo federal não estava disposto a abrir nenhuma brecha que pudesse atrapalhar a consecução de sua política econômica. E a política de salários fazia parte disso. Como já analisado, os critérios estabelecidos para acesso ao abono fizeram com que muitos trabalhadores não conseguissem recebê-lo³³⁹. De todo modo, na construção da memória sobre a greve de abril, o abono de 10% é um referencial importante nas lembranças dos seus protagonistas e é o que possibilita sustentar o sentimento de vitória em relação a esse movimento. Ênio Seabra, por exemplo, comenta que “dessa greve foi dado um abono de 10 % a todo trabalhador brasileiro. O que também foi uma grande conquista dos trabalhadores metalúrgicos”³⁴⁰.

Depois da querela perdida do abono salarial, a Comissão Intersindical iniciou um movimento contrário à instituição do Plano Nacional de Saúde anunciado pelo Ministério da Saúde³⁴¹. Para isso, conseguiu reunir, inclusive, dirigentes sindicais que não faziam parte da intersindical em uma frente contra o plano. No repertório de luta dessa frente, estratégias já conhecidas e utilizadas: envio de memorial ao governo federal e abaixo-assinado. No memorial encaminhado ao presidente da República e aos ministros do Trabalho e da Saúde, os sindicatos mineiros exigiam as seguintes modificações: 1) supressão da obrigação de segurados do INPS pagarem taxas todas as vezes que precisassem de assistência médica; 2) fim da ameaça do Instituto Nacional de Previdência Social ter de transferir seus médicos para clínicas particulares.

³³⁷ NINGUÉM sabe nem vê o abono de Passarinho. *Idem*, 11 de junho de 1968, p. 7.

³³⁸ OPERÁRIO contra abono de 10%. *Idem*, 15 de junho de 1968, p. 3.

³³⁹ Foi o caso, por exemplo, de cerca de trinta e dois mil trabalhadores na construção civil denunciado pelo presidente do sindicato da categoria, Francisco Pizzarro. MILHARES vão ficar sem abono de 10%. *Idem*, 27 de junho de 1968, p. 5.

³⁴⁰ Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995.

³⁴¹ INTERSINDICAL ataca o arrocho na saúde. **Última Hora**, Belo Horizonte, 26 de junho de 1968, p. 7. SINDICATOS condenam os planos de Leonel. *Idem*, 27 de junho de 1968, p. 5.

No documento, os sindicatos afirmavam serem favoráveis a medidas para melhorar a assistência médica no Brasil, contudo, não podiam admitir que para isso os operários fossem “obrigados a desfalcar o orçamento doméstico, já tão sacrificado, para garantir o bem-estar econômico de uma pequena minoria de médicos, como prevê o Plano do Ministro Leonel Miranda”³⁴². Por fim, a frente deu início à coleta de assinaturas contra o Plano Nacional de Saúde em Belo Horizonte e em cidades do interior com a promessa de que, se não surtisse o efeito esperado, os trabalhadores sairiam às ruas levando mulheres e filhos³⁴³. A mobilização dos trabalhadores contra o Plano Nacional de Saúde, também conhecido como Plano Leonel Miranda, nome do então ministro da Saúde, era na verdade contra a privatização da saúde. Os trabalhadores tiveram uma vitória temporária, pois o plano acabou não sendo implementado. Todavia, anos mais tarde, ainda durante a ditadura militar, as ideias privatizadoras foram retomadas pela reforma da Previdência Social, possibilitando o crescimento do setor privado na saúde (ALMEIDA, 2006).

O Sindicato dos Metalúrgicos, como integrante da Comissão Intersindical, também participou da frente contra o Plano Nacional de Saúde. Porém, paralelo a isso, a direção da entidade teve de enfrentar conflitos internos e uma oposição vinda de ativistas sindicais pertencentes à categoria.

No que diz respeito às questões internas, o que fica claro pela leitura das atas é que alguns integrantes da diretoria do sindicato não estavam satisfeitos com a forma de conduzir o trabalho sindical. Era o caso de Conceição Imaculada, que convocou uma reunião para solicitar aos demais integrantes da diretoria que fizessem um exame de consciência para avaliar se estavam cumprindo com suas obrigações. Na ocasião, Conceição ainda sugeriu que os dirigentes fizessem “uma crítica e autocrítica de maneira mais franca possível e no final esquecer que tomamos posse no dia 27 de agosto de 1967 e tomar nova posse simbólica, mas porém mais consciente da realidade”³⁴⁴. Destaco, nesse trecho, o quanto o vocabulário comunista adentra o espaço sindical, afinal, não era incomum que militantes comunistas fizessem autocríticas e/ou exigissem isso de seus companheiros, ou seja, que reconhecessem seus erros publicamente. E Conceição, como militante comunista que era, conhecia essa linguagem e o significado da autocrítica.

Na reunião do mês seguinte, após a diretoria decidir aceitar o pedido das alunas formandas do curso de corte e costura para que o sindicato fizesse uma “festinha” de

³⁴² FRENTE reúne operários na concentração contra o Plano. *Idem*, 6 de agosto de 1968, p. 6.

³⁴³ CINQUENTA mil metalúrgicos pedem fim do Plano de Saúde. *Idem*, 21 de agosto de 1968, p. 6.

³⁴⁴ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 31 de maio de 1968.

formatura, Conceição Imaculada tomou a palavra. A dirigente havia convocado a reunião para novamente criticar a postura da direção do sindicato, que, a seu ver, nada tinha feito desde o mês de abril até aquela data. Disse ainda que se a diretoria não tomasse uma posição de cumprir de fato o seu papel, que para Conceição era o “de lutar em defesa da classe, e ao mesmo tempo desenvolver a consciência dos trabalhadores”, ela optaria por renunciar ao mandato do sindicato e retornar à fábrica, por achar que o que a diretoria tinha feito até aquele momento era “papel de pelego”³⁴⁵. Os diretores aceitaram as críticas de Conceição “no todo ou em parte” e decidiram tomar uma nova posição a partir do dia 9 de julho, data em que o presidente da entidade retornaria de viagem. No entanto, não fica claro que novo posicionamento seria esse.

Nas assembleias, a diretoria do sindicato também passou a enfrentar oposição a determinados encaminhamentos. Isso ocorreu na discussão sobre a participação de um integrante da diretoria no III Encontro de Dirigentes Sindicais, a ser realizado em São Paulo, em agosto daquele ano. Nesse caso, o primeiro a se manifestar foi um trabalhador da Oficina Ludiana que não foi identificado na ata. Sua argumentação era de que a assembleia deveria votar contra a posição da diretoria de querer participar do citado encontro, pois, em sua opinião, se tratava de um “encontro de pelegos” e, ao participar, o sindicato assumia igualmente uma posição pelega e conciliadora. Um representante da Mannesmann também era contra a participação no III Encontro e achava que era preciso enviar um documento explicando por que o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem não iria comparecer ao evento. O mesmo trabalhador criticou duramente a diretoria, afirmando que ela vinha “tomando atitude de pelegos” e que já estava “cansado de ser complacente com a mesma”. Um operário da Demisa, favorável à participação da diretoria e de delegados na convenção, solicitou que isso fosse colocado em votação. Por sua vez, o da Belgo Mineira ponderou que não concordava com a participação de delegados, tendo em vista que os trabalhadores que participavam de congressos sofriam perseguições nas empresas quando retornavam. Por fim, um operário da SBE aproveitou para perguntar aos diretores por que eles não iam para as portas das fábricas todos os dias para manter contato com os associados. Depois dessas discussões, três propostas foram encaminhadas para votação: uma favorável à participação da diretoria no encontro sem a presença de delegados, uma outra favorável à participação da diretoria com a presença de delegados e uma terceira proposta contrária à participação da diretoria e favorável ao envio de um documento se posicionando contra o III

³⁴⁵ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 2 de julho de 1968.

Encontro de Dirigentes Sindicais. Venceu a última e os trabalhadores Renato Godinho, da Pohlig Heckel, Ênio Seabra, da Mannesmann, e Lucas da fábrica, Randazzo, ficaram incumbidos de redigir o documento³⁴⁶.

Na reunião da diretoria posterior a essa assembleia, Antônio Santana ponderou que após conversar com Conceição Imaculada chegaram à conclusão de que deveriam fazer um trabalho mais efetivo às portas das fábricas, talvez estimulados pelo questionamento do operário da SBE. Também foi definido que iriam começar uma campanha de sindicalização, que por sugestão de Conceição seria divulgada de forma diferente, por meio de cartazes que trariam também informações sobre o Plano Nacional de Saúde³⁴⁷.

A campanha do Sindicato dos Metalúrgicos teve início alguns dias depois. Buscando incentivar a sindicalização da categoria, seus dirigentes resolveram mudar de tática e criaram um comando de sindicalização, que passou a se instalar cada dia em frente a uma fábrica durante o intervalo de almoço e na hora da saída. Lá, em vez de simplesmente chamarem os trabalhadores para fazerem a inscrição de sócio, como era de praxe, aproveitaram para discutir temas de seu interesse como o arrocho salarial, o FGTS, o Plano Nacional de Saúde e a necessidade de a categoria se preparar para o próximo acordo salarial. Nas portas das fábricas, durante o tempo em que o comando de sindicalização ficava instalado conversando com os operários, cartazes com os dizeres “o sindicato é a sua trincheira de luta” ou “só unidos venceremos” eram expostos. O tom dos cartazes era belicoso, típico da época, associando o sindicato a uma trincheira, principalmente se considerarmos a presença de militantes de organizações de esquerda no Sindicato dos Metalúrgicos. Os dirigentes não quiseram usar o alto-falante para falar aos trabalhadores durante a campanha, pois para isso precisariam de uma licença do Dops; somente o utilizaram para tocar o hino dos metalúrgicos. A necessidade de autorização para o uso de alto-falante demonstra como o Dops procurava controlar as formas de agir do movimento sindical. Ao final do primeiro dia da campanha, o sindicato contava com 100 operários sindicalizados da Esab, Mafersa, Artefatos de Aço e Metalúrgica Santo Antônio, o que na avaliação de seus dirigentes era um sucesso³⁴⁸.

Mas o caminho para sindicalizar o maior número possível de trabalhadores da categoria, como era pretensão do sindicato, era longo. De acordo com o presidente da entidade, dos 16 mil metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, menos de 7 mil eram sindicalizados. E entre as maiores indústrias metalúrgicas da região, como a Mannesmann, a

³⁴⁶ Todas as informações sobre essa assembleia foram retiradas da ata de 12 de julho de 1968.

³⁴⁷ Ata da reunião da diretoria da diretoria, 20 de julho de 1968.

³⁴⁸ SINDICATO mobiliza operário na fábrica. **Última Hora**, Belo Horizonte, 2 de agosto de 1968, s/p.

Belgo, a SBE e a Pohlig Heckel, não havia mais de 30% de trabalhadores sindicalizados. Isso, para Antônio Santana, era ruim para o sindicato e para a categoria, pois o pequeno número de trabalhadores associados acabava impedindo que as entidades sindicais tivessem força para levar adiante as campanhas contra a política “antitrabalhista” do governo. Além disso, para Santana, “a participação dos operários na vida do sindicato e em suas campanhas é a base para o fortalecimento da entidade e sua garantia contra a intervenção”³⁴⁹. Essa última fala evidencia como o fantasma da intervenção permanecia presente na vida sindical.

Nesse meio-tempo, em 16 de julho de 1968, eclodiu a greve de Osasco, em São Paulo, “reforçada pelo êxito relativo da greve de Contagem”, ocorrida em abril daquele ano (RIDENTI, 2010, p. 182). O movimento de Osasco teve início quando cerca de mil trabalhadores ocuparam a Cobrasma e mantiveram engenheiros e chefes de serviço como reféns a fim de evitar a invasão da fábrica pela polícia. Em seguida, ocorreram adesões da Barreto Keller, Braseixos, Granada e Lonaflex. Reivindicavam 35% de aumento salarial, contrato coletivo de trabalho e reajuste salarial de três em três meses (WEFFORT, 1972, p. 79-80)³⁵⁰. A greve acabou reprimida. O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco sofreu intervenção, a Comissão de Fábrica na Cobrasma também não sobreviveu. Além disso, vários operários foram demitidos, suspensos, perseguidos e os mais engajados foram obrigados a entrar para a clandestinidade para não serem presos (RIDENTI, 2010, p. 185)³⁵¹.

Um aspecto interessante que aparece nas falas de Ênio Seabra e Conceição Imaculada de Oliveira é o intercâmbio entre os operários de Contagem e Osasco. Os entrevistados falam da vinda de José Ibrahim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e um dos líderes do movimento grevista daquela cidade, a Contagem para conversar com as lideranças locais.

Agora, o Ibrahim, que era o presidente do sindicato de Osasco, ele esteve aqui em Belo Horizonte, antes da greve em Osasco. A gente conversou, ele esteve aqui acompanhado de um outro companheiro. Conversou e pouco tempo depois eles fizeram a greve lá também. (Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995).

Então isso foi tão interessante também, porque isso motivou os operários de São Paulo e de Osasco fazer a greve em Osasco. E essa greve inclusive, como Minas é Minas e São Paulo é São Paulo, não é? A greve de julho de Osasco é até mais famosa que a nossa de abril. Tem muito mais coisa escrita sobre a greve de Osasco

³⁴⁹ METALÚRGICOS crescem com sindicalização. *Idem*, 9 de julho de 1968, p. 7.

³⁵⁰ Segundo Francisco Weffort (1972), em junho havia ocorrido, também em Osasco, uma greve na empresa Barreto Keller que teria alcançado resultado parcial, inclusive o reconhecimento da comissão de 15 operários que a organizou.

³⁵¹ Para saber mais sobre a greve de Osasco do ponto de vista da construção da memória, especialmente das mulheres, ver ROVAI, 2014.

do que a daqui. Mas eles, a greve de Osasco vai surgir por causa da nossa. Porque aí o pessoal vê que é possível, não é? Porque lá também estava com intervenção no sindicato, estavam todas essas coisas. Aí o pessoal vê que é possível organizar e tudo. E o José Ibrahim que tá lá, ele vem várias vezes aqui conversar. Nós nos encontrávamos no Jardim Zoológico, para trocar opiniões e tudo. E ele voltava para São Paulo e foi organizando. Quer dizer, ele fez com base na nossa experiência. (Conceição Imaculada. Entrevista concedida a Thiago Veloso e Isabel Leite, 23/09/2013).

Para as duas lideranças, a experiência da greve de abril em Contagem serviu de base para o movimento grevista de Osasco. Conceição acrescenta algumas informações sobre como aconteciam esses encontros, normalmente em lugares públicos como o Jardim Zoológico, de modo a não levantar suspeitas da repressão, até porque, depois da greve de abril, a secretária do sindicato e demais lideranças ficaram mais visadas pela polícia e podiam ser seguidas.

Já no mês de julho, os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem deram início aos debates sobre a campanha salarial, convocando uma assembleia para o dia 26 de julho, na sede da entidade. O diferencial dessa campanha era que o sindicato estava mais fortalecido e não se dispunha a aceitar o índice de aumento salarial a ser definido pelo Departamento Nacional de Salários. Em razão disso, a entidade solicitou ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com sede em São Paulo, o cálculo do aumento do custo de vida em Minas Gerais e pôde, ela própria, fixar o índice de 60% de aumento a ser reivindicado pela categoria³⁵². Os sindicatos perceberam, assim, que deveriam se organizar mais tecnicamente para o desempenho de suas atividades e a necessidade de embasar suas reivindicações e críticas ao governo em um conhecimento técnico, diante das “novas regras” de diálogo com o novo regime. Para isso, várias entidades sindicais começaram a pensar na possibilidade de terem sua própria assessoria técnica (MARTINS, 1979, p. 109).

A colaboração do Dieese paulista animou o Sindicato dos Metalúrgicos e outras associações sindicais mineiras a quererem criar um departamento nos mesmos moldes em Minas Gerais, com o objetivo de elaborar estudos que sustentassem as lutas dos trabalhadores. A proposta era de que a fundação desse órgão técnico substituísse a Comissão Intersindical, que vinha lutando contra a política de arrocho³⁵³. Entretanto, essa animação não era vista com bons olhos pelo delegado Regional do Trabalho, Onésimo Viana, que rapidamente se manifestou sobre essa proposta dos sindicatos mineiros anunciando que “qualquer dirigente sindical que se aliar a outro de categoria diferente para fazer alianças, terá de responder

³⁵² METALÚRGICOS unidos lutam por um aumento. *Última Hora*, Belo Horizonte, 16 de julho de 1968, p. 7.

³⁵³ DEPARTAMENTO ensina metalúrgico a lutar. *Idem*, 23 de julho de 1968, p. 6. O Dieese foi reorganizado em julho de 1964.

legalmente por isso”. O delegado explicava ainda que o Ministério do Trabalho só reconhecia três tipos de associações: sindicatos, federações e confederações, que só poderiam atuar dentro de seu campo profissional, e que qualquer agremiação que fugisse dessas três classificações era considerada ilegal. Por fim, ameaçou os presidentes das entidades sindicais mineiras esclarecendo que todos eles conheciam a lei e sabiam “que estas iniciativas terão consequências ruins para o dirigente que a fundar ou mesmo para o sindicato”³⁵⁴. A fundação do Dieese em Minas Gerais acabou não ocorrendo naquele ano, as “consequências ruins” para os sindicatos e seus dirigentes vieram, não pela criação do departamento, mas em função de um novo movimento grevista, em outubro de 1968. Isso levou à intervenção nos dois principais sindicatos que integravam a Comissão Intersindical e ao adiamento dos planos de criação de um escritório regional do Dieese em Minas Gerais por pelo menos dez anos³⁵⁵.

A ameaça do delegado do Trabalho era real. Em tempos de arbítrio, o controle e a vigilância sobre os sindicatos eram correntes, assim como a possibilidade de os dirigentes responderem legalmente por suas ações, o que significava serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. O mesmo poderia se dar em relação aos trabalhadores, mas nas ruas quem cuidava diretamente da repressão era o Dops. Foi o que ocorreu com o operário Brás Teixeira da Cruz, preso quando distribuía boletins convidando os operários a comparecer a uma assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos, próximo ao portão 1 da Mannesmann e enquadrado na Lei de Segurança Nacional “por tentativa de subversão da ordem”. De acordo com a notícia publicada no jornal *Última Hora* do dia 26 de julho de 1968, Brás Teixeira da Cruz, que trabalhava nas Indústrias Reunidas Vanne e morava no bairro das Indústrias, na região da Cidade Industrial, foi detido inicialmente por dois vigias da Mannesmann, que em seguida chamaram os agentes do Dops. Os vigias que o denunciaram à polícia disseram que já sabiam da distribuição de boletins “contra as empresas” e que por isso ficaram alertas. Não é possível saber se os agentes de segurança da Mannesmann agiram por conta própria ou se seguiam alguma orientação da empresa para lidar com esse tipo de situação³⁵⁶.

Gera estranheza, no entanto, a rapidez com que o Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais (Cici) se pronunciou a respeito da prisão do operário enviando o

³⁵⁴ ONÉSIMO não admite trabalhador unido. *Idem*, 30 de julho de 1968, p. 7.

³⁵⁵ Em 5 de março de 1978, alguns sindicatos mineiros filiados ao Dieese decidiram criar uma filial do Departamento em Minas Gerais. Para isso, foi eleita uma diretoria provisória composta pelos sindicatos dos Jornalistas, Bancários, Petroleiros, Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e Telefônicos. Em 30 de novembro de 1979, uma Assembleia Nacional de Sócios do Dieese aprovou, formalmente, a criação do Escritório Regional de Minas Gerais. Para mais informações, consultar *Projeto Memória Dieese*. In: http://memoria.dieese.org.br/museu/escritorios_regionais/mg. Acesso em: 21 nov. 2018.

³⁵⁶ LEI de segurança para operário que foi preso. *Última Hora*, Belo Horizonte, 26 de julho de 1968, s/p.

ofício nº111/68, ainda no dia 26 de julho, ao secretário de Segurança Pública, Joaquim Ferreira Gonçalves³⁵⁷.

Como se vê a seguir no ofício, o Cici afirmava que era de conhecimento do secretário de Segurança Pública as novas ameaças de “agitadores” que poderiam resultar em uma nova greve na Cidade Industrial. Para exemplificar a ação desses agitadores, o órgão citou o exemplo do trabalhador Brás Teixeira da Cruz, preso por distribuir boletins “subversivos” no portão da Mannesmann, endossando e elogiando o serviço de vigilância da empresa, pois “graças” à ação dele o “agitador” pode ser preso. O Cici deixava claro que as empresas vinham observando a agitação entre os líderes operários que trabalhavam nas fábricas e por isso concluíram que havia indícios de que estavam sendo preparadas “novas movimentações na Cidade Industrial, reproduzindo o que há poucos dias se verificou em Osasco”. Outra prova eram os boletins e panfletos anexados ao ofício. Entre eles estavam: edital do Sindicato dos Metalúrgicos convocando a categoria para uma assembleia; um panfleto assinado pela intersindical em apoio à greve de Osasco/SP; três panfletos, sem autoria, um direcionado “aos operários da Mannesmann e da SBE”, um intitulado “Luta pelo aumento”, direcionado “aos companheiros metalúrgicos”, e outro intitulado “São Paulo: greve continua em Osasco e alastra-se para outros centros”; e, por fim, a notícia do jornal *Estado de Minas* sobre a prisão do trabalhador Brás Teixeira da Cruz. Essa notícia foi recolhida pelo Departamento de Relações Públicas do Cici e seu assunto, identificado como “agitação”. Reforçando o tom de denúncia, o órgão que representava os empresários da Cidade Industrial considerava a situação grave e, por isso, solicitava ao secretário de Segurança Pública vigilância redobrada e outras medidas preventivas para evitar a repetição dos fatos ocorridos em abril. Os empresários alegavam saber que o movimento teria maiores proporções, envolvendo outros sindicatos de trabalhadores.

³⁵⁷ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 4038, Rolo 051, fev. 1960 - fev. 1972, imagem 285.

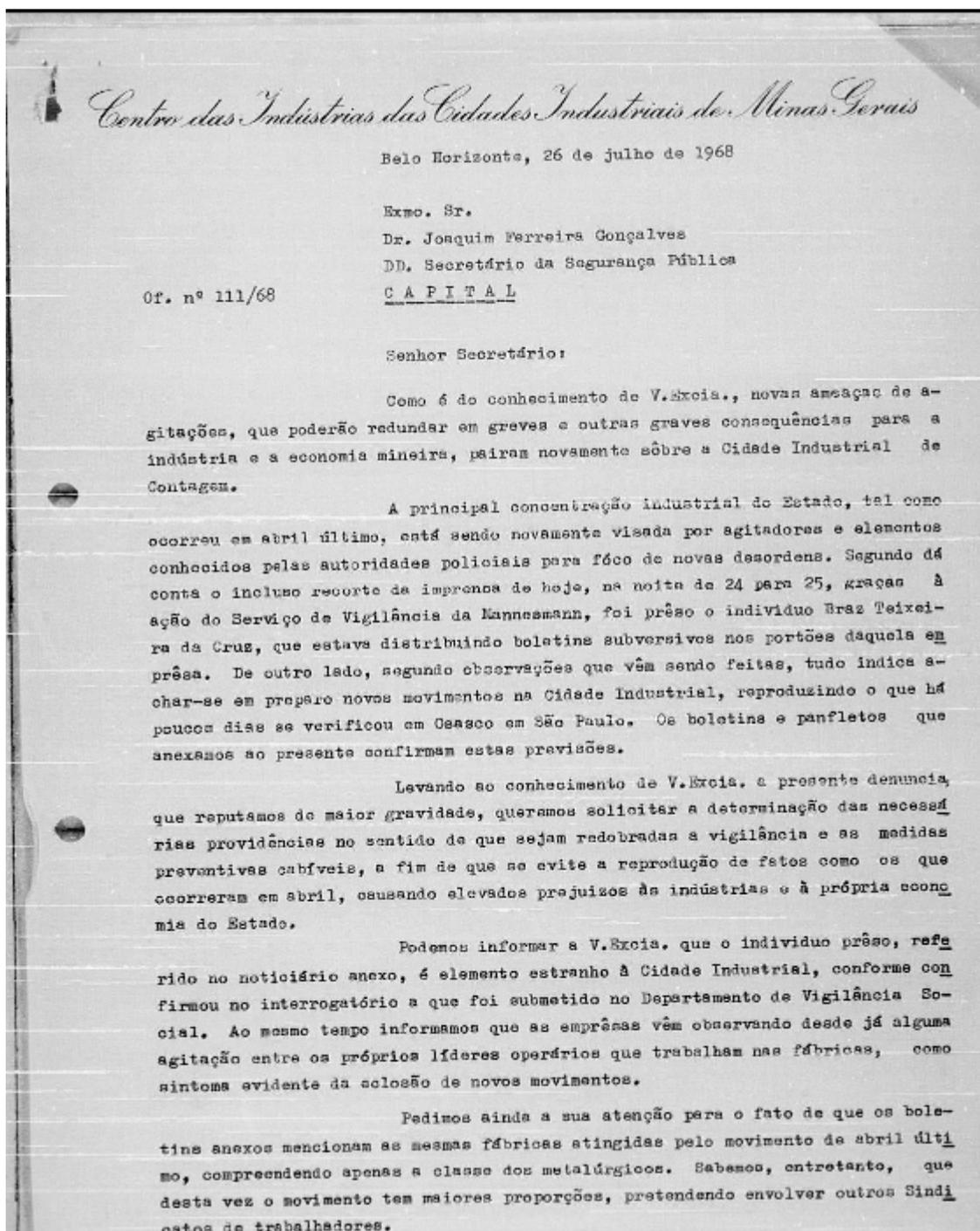


Figura 13 - Ofício do Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais (Cici) à Secretaria de Segurança Pública, 1968.

4.6 Tempo de radicalismos

Naquela noite de 26 de julho de 1968, conforme era de conhecimento dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, bem como da Secretaria de Segurança Pública, ocorreria a assembleia da categoria. De acordo com o edital de convocação, seriam debatidos o abono de 10% e a política salarial. Impressiona o fato de já terem se passado três meses e o abono prometido por Jarbas Passarinho por ocasião da greve de abril daquele ano ainda ser um tema na pauta da categoria metalúrgica; discutiam-se também o Plano Nacional de Saúde e a indicação de delegados para participar do IV Congresso Nacional dos Metalúrgicos, a ser realizado em Santa Catarina.

A assembleia, contudo, acabou centrando-se nesse último tema. A participação no IV Congresso Nacional dos Metalúrgicos gerou grande polêmica entre os presentes e dividiu a assembleia. O primeiro a se manifestar contrariamente à participação da entidade no congresso foi Renato Godinho, da Pohlig Heckel, por acreditar que o momento era de luta por melhores salários e que, por isso, o sindicato não devia se desviar para outros assuntos. Ênio Seabra concordou com Renato considerando desnecessária a participação, pois para ele os problemas regionais eram mais sérios no momento. Antônio Santana argumentou sobre a necessidade de o sindicato comparecer por se tratar de um encontro nacional dos metalúrgicos e porque nesse congresso ocorreria eleição para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, oportunidade para retirar Onofre Martins Barbosa do cargo de secretário nacional da entidade. Apesar de reconhecerem que era importante tirar Onofre – ex-interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem – da CNTI, por ser considerado por muitos metalúrgicos um “traidor da classe”, o presidente do sindicato foi duramente criticado por Mário Bento. Para ele, “a diretoria estava querendo dar mais um passeio em Santa Catarina, uma vez que, se a diretoria quisesse mesmo lutar, o lugar desta luta seria aqui, pois o dissídio da classe estava se aproximando e a classe não iria este ano na conversa como no ano anterior”.

Para resolver a questão, Ênio Seabra pediu que fosse colocada em votação a proposta de não participação do sindicato no congresso, a qual o presidente negou, por não estar na ordem do dia. Mário Bento e Ênio criticaram a atitude da diretoria. O primeiro dizendo que os metalúrgicos tinham sido iludidos e que, por isso, deveriam se organizar nas fábricas, já que não havia mais confiança na atual diretoria do sindicato. Já o segundo acusou a diretoria de não querer lutar, uma vez que tudo que a assembleia propunha o presidente procurava

“tumultuar”³⁵⁸. No final das contas, Antônio Santana encerrou a assembleia sem colocar em votação a participação da diretoria no congresso citado e acabou indo à convenção mesmo sem a anuência dela.

Mas não somente a diretoria do sindicato percebeu o clima conflituoso presente nas assembleias dos metalúrgicos; a Polícia Militar também estava informada quanto a isso, segundo o documento confidencial assinado por Rubens José Ferreira, identificado como Major, chefe G2 da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais³⁵⁹. O informe relata a presença de cerca de 300 trabalhadores na assembleia realizada na sede do sindicato em Belo Horizonte, no dia 26 de julho de 1968. Apresenta detalhes da dinâmica da reunião, como a composição da mesa diretora dos trabalhos, formada pelos integrantes da diretoria do sindicato, o presidente, Antônio Santana, e Conceição Imaculada, a secretária, além de Ênio Seabra, Mário Bento da Silva e Paulo Henrique Alen, esse último identificado como sendo da Escola de Engenharia, mas sem especificar qual era exatamente a ligação com a escola citada e tampouco com os metalúrgicos e mais cinco indivíduos cuja identidade não foi apurada pelo informante.

As discussões daquela noite tiveram início quando o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Antônio Santana, solicitou aos presentes que escolhessem dois delegados para participarem do “Congresso Intersindical de Classe” que se realizaria no estado de Santa Catarina, sendo rapidamente rechaçado pelo ativista sindical Mário Bento da Silva. Na avaliação do informante, o ativista citado estava “procurando tumultuar a reunião”, “sendo muito aplaudido” ao questionar a diretoria do sindicato. Foi seguido por Ênio Seabra, que também discordou da escolha de delegados para o referido congresso, afirmando que “não atenderiam as necessidades da luta operária, pois esta, para se desenvolver, à exemplo da greve operária de Osasco, não necessita de qualquer ‘congresso de fachada’”.

O informante prosseguiu explicando que Ênio Seabra, “continuando seu trabalho de agitação”, “exigiu” que o sindicato confeccionasse boletins para serem distribuídos aos trabalhadores metalúrgicos. O ativista ainda estabeleceu que o boletim deveria abordar: a) o percentual de aumento a ser exigido pelos metalúrgicos; b) o novo esquema de luta, com grupos formados dentro das indústrias; c) a adesão aos companheiros de São Paulo; d) a greve, caso o percentual prometido pelo governo federal não fosse pago imediatamente; e) volta ao trabalho somente depois do cumprimento das exigências, e não como em outras

³⁵⁸ Ata da assembleia, 26 de julho de 1968.

³⁵⁹ Informe nº 34/68, de 29 de julho de 1968. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 4021, rolo 050, jan. 1962 - nov. 1971, imagens 338 e 339.

ocasiões, em que os metalúrgicos voltaram às fábricas antes dessa garantia; f) readmissão dos operários demitidos no decorrer da greve, sendo “muito aplaudido” pelo plenário.

Em seguida, o presidente do sindicato, Antônio Santana, disse concordar com o boletim, mas que alguns pontos propostos deveriam ser excluídos. Nesse momento, Santana foi chamado de “‘pelego’ por elementos presentes à Assembleia”. Em relação ao ponto b, esse esquema de luta já vinha sendo promovido dentro das fábricas desde 1967, com as “comissões dos cinco”; sobre o item c, não fica claro que tipo de adesão seria esta, e provavelmente Ênio não explicitou, já que não consta no documento. Entretanto, ele conseguiu o apoio da secretária do sindicato, Conceição Imaculada, que, além de se manifestar na assembleia a favor da adesão aos companheiros de São Paulo, afirmou que junto a Ênio Seabra iria “planejar lutas vindouras”. Ela também ficou encarregada de revisar os boletins que seriam confeccionados. Com base nos tópicos apresentados por Seabra, fica evidente como os movimentos grevistas de abril de 1968, na Cidade Industrial de Contagem, e de Osasco em julho do mesmo ano, possibilitaram que a greve retornasse ao repertório desses trabalhadores como estratégia possível de luta. Tamanha é a confiança de Ênio nesse dispositivo que ele propõe claramente, no ponto d, a realização de uma greve caso o percentual exigido pelos metalúrgicos não fosse cumprido pelo governo federal.

No mesmo informe, outra coisa digna de nota é a avaliação negativa que Ênio Seabra faz sobre o abono salarial recebido pelos trabalhadores depois da greve de abril. Para ele, a classe havia sido “ludibriada com os 10%”. Aqui, é preciso considerar o contexto da fala, o movimento operário tinha voltado a mostrar sua força e suas lideranças estavam confiantes em seu potencial para pressionar e exigir mais do que um abono do governo federal. De toda forma, é interessante observar nas reconstruções da memória realizadas pelo próprio Ênio Seabra, anos depois e de outros protagonistas da greve, que o abono salarial de 10% foi reconfigurado, passando a ser lembrado como uma grande vitória para toda a classe trabalhadora brasileira.

Em virtude das falas contundentes de Ênio Seabra, Mário Bento alertou Antônio Santana que as palavras do ativista não deveriam ser registradas na ata da assembleia. Quando se compara a ata da assembleia com esse informe da Polícia Militar de Minas Gerais sobre a reunião, é patente que a solicitação de Mário Bento fora atendida, já que grande parte do que Ênio disse no plenário não ficou registrado no livro correspondente. Contudo, Mário Bento não conseguiu “proteger” Seabra, já que não contava que a assembleia estava sendo acompanhada de perto pela polícia.

Ainda na assembleia do dia 26 de julho de 1968, a diretoria do sindicato na pessoa de Antônio Santana foi novamente atacada. Segundo o informe, “um elemento chamado Reginaldo” criticou os dirigentes sindicais expondo que o sindicato não apoiava uma greve geral, porque esses tinham “receio de serem depostos, e, conseqüentemente, perderem suas ‘bocas ricas’, pois são uns ‘pelegos’ muito bem remunerados”. A pessoa que produziu o relatório não se preocupou em contar como o presidente do sindicato e os demais dirigentes se comportaram diante dessa acusação; se houve argumentação contrária, ela não ficou registrada. O que ficou marcado para quem lê o documento é que Antônio Santana foi chamado de “pelego” mais de uma vez durante a assembleia, o que sem dúvida constituía uma ofensa para qualquer dirigente sindical.

Foi registrado também que a assembleia dos metalúrgicos seguiu “com debates acalorados entre as pessoas presentes”, indo de críticas ao governo federal, discussão de um novo estatuto para o Sindicato dos Metalúrgicos, até “a possível queda do atual presidente, Antônio Santana, e ascensão de Mário Bento da Silva à presidência do sindicato”. O clima de tensão na assembleia da categoria ficou evidente no informe da polícia, que ainda apontou Ênio Seabra e Mário Bento como os responsáveis por “tumultuarem” a reunião. Por fim, o informante registrou que “ao término da assembleia, Mário Bento, Ênio Seabra, Conceição Imaculada e Antônio Santana continuaram na sede do sindicato, à portas fechadas”, talvez tentando dirimir os conflitos daquela noite, afinal, precisavam estar unidos para a campanha salarial que se iniciaria em breve.

A “queda” de Antônio Santana não ocorreu, mas no dia seguinte a essa assembleia a diretoria se reuniu e avaliou negativamente as últimas plenárias da categoria, devido aos inúmeros conflitos e divergências com alguns ativistas. Na realidade, as discordâncias vinham de lideranças como Ênio Seabra e Mário Bento, seguidos ora ou outra por outros metalúrgicos, e eram direcionadas aos dirigentes do sindicato, principalmente, ao presidente da entidade. Essa situação vinha causando desconforto na diretoria. Tanto que para tentar reverter o quadro os diretores decidiram fazer um trabalho mais constante nas portas das fábricas, onde, segundo eles, poderiam conversar com os operários, buscando “maior entendimento” e mobilização da categoria³⁶⁰.

Além dos radicalismos próprios desse momento, os ativistas e militantes tiveram de lidar com a ação constante da repressão. Conceição Imaculada foi detida pela polícia dentro do Sindicato dos Metalúrgicos por cerca de oito horas. O mesmo procedimento havia sido

³⁶⁰ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 27 de julho de 1968.

adotado por agentes do Dops em relação ao presidente do Sindicato dos Bancários, Homero Guilherme, que ficou preso no sindicato por mais de três horas. Por sentirem-se ameaçadas, as diretorias das duas associações sindicais decidiram entrar com um *habeas corpus* preventivo na Justiça para tentar se proteger de novas ações desse tipo. Não parece coincidência, no entanto, o fato de essas detenções terem ocorrido no momento em que metalúrgicos e bancários iniciavam seus preparativos para a campanha salarial daquele ano³⁶¹.

Com a aproximação da campanha salarial dos metalúrgicos, que teria início em setembro daquele ano, mais uma vez a diretoria se viu às voltas com conflitos internos para dirimir. Isso porque um dos diretores da entidade, João Bleme, apresentou um pedido de licença de 45 dias ao sindicato. Conceição Imaculada imediatamente se pronunciou contra o pedido do dirigente, pois para ela a campanha salarial daquele ano seria uma luta difícil e o medo de participar era o motivador da tentativa de licenciamento de João Bleme. Na avaliação de Conceição, a categoria não estava disposta a aceitar os índices determinados pelo Departamento Nacional de Salários caso esse não satisfizesse suas necessidades. Logo, para a dirigente, ficava claro que uma nova greve aconteceria e, com ela, a repressão policial. Sendo assim, a atitude de João Bleme, na opinião de Conceição Imaculada, era de “covardia”. Não é possível saber se Bleme tentou argumentar com os demais diretores, pois não há registro na ata; fato é que o pedido de licença foi colocado em votação e rejeitado por unanimidade. Na mesma reunião decidiram encaminhar a campanha salarial. Para isso a diretoria se reuniria com “os companheiros mais combativos” de cada fábrica para debater uma minuta de acordo a ser negociado com os empregadores³⁶².

As divergências entre a diretoria do sindicato e algumas lideranças metalúrgicas chegaram a tal ponto que o *Última Hora* noticiou a existência de um movimento paralelo ao sindicato, denominado “comissões de luta dos metalúrgicos”. O jornal explica que essas comissões eram agrupamentos de operários que não acreditavam mais no sindicato e convocavam os trabalhadores a se unirem fora da entidade para reivindicarem melhores condições de vida. A partir daquele momento, em todas as assembleias da categoria, os membros dessas comissões se manifestavam, procurando interferir na condução do trabalho sindical. Os conflitos existentes entre os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos e destes com os integrantes das comissões citadas extrapolavam o universo sindical. Tratava-se de uma disputa política mais ampla, já que muitos desses ativistas estavam também engajados

³⁶¹ BANCÁRIO e metalúrgicos vão a justiça defender lideranças. *Última Hora*, Belo Horizonte, 22 de agosto de 1968, p. 6.

³⁶² Ata da reunião da diretoria do sindicato, 23 de agosto de 1968.

em partidos e organizações de esquerda, notadamente radicalizados durante o ano de 1968, sendo que alguns deles já se preparavam para a luta armada. Aliás, alguns diretores do sindicato participavam de tais grupos, sendo possível que sua visão sobre a luta sindical estivesse sob influência da estratégia revolucionária do momento.

Diante disso, dois boletins foram distribuídos na Cidade Industrial, um produzido pelo Sindicato dos Metalúrgicos e outro pelas “Comissões de luta”. O primeiro chamava os trabalhadores para a assembleia da categoria e apresentava como pauta a discussão de uma minuta de acordo elaborada pelo sindicato que estipulava um salário-mínimo de NCr\$ 170,00 (cento e setenta cruzeiros novos) e outras reivindicações como a promoção de dois em dois anos para a categoria, férias de 30 dias, aumento no valor das horas extras, entre outras. O outro boletim, elaborado e distribuído pelas “comissões de luta”, também convocava os metalúrgicos a participarem da assembleia, mas com o objetivo de reivindicar apenas o aumento imediato de 50% nos salários, pois as comissões avaliavam que “essa conversa de convenção é coisa de conciliadores”. Além disso, as “comissões de luta” apregoavam que a greve era a “única saída para os trabalhadores”³⁶³.

O presidente do sindicato, Antônio Santana, criticou a existência desses grupos que, para ele, eram organizados por pessoas “sem o mínimo de senso do que é uma luta reivindicatória”. O dirigente sindical também informou ao *Última Hora*, em tom irônico, que a assembleia da categoria convocada para aquela noite do dia 6 de setembro de 1968 seria “muito animada”, tendo em vista que os conflitos da diretoria com algumas lideranças sobre a forma de condução das lutas e reivindicações dos metalúrgicos, como visto anteriormente, já eram notórios³⁶⁴.

Conforme anunciado, a assembleia dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem foi realizada. Após debaterem, os trabalhadores aprovaram por unanimidade a proposta de 50% de reajuste sobre os salários atuais, a não compensação dos 10% de abono conquistado na greve de abril e o estabelecimento de salários-mínimos na categoria. As discussões foram intensas e novamente a atuação dos dirigentes do sindicato foi criticada. Um trabalhador presente na assembleia acusou a diretoria “de ter aberto a mão na última greve inclusive dizendo que o movimento era ilegal”. Disse ainda que ela “deveria agir com mais energia”. O presidente da entidade justificou-se afirmando que a diretoria estaria sempre junto da categoria em tudo que fosse necessário e que, ao dizer que a greve era ilegal, “nenhum companheiro discordou, pois dentro das atuais leis arrojantes (sic), era realmente ilegal”.

³⁶³ METALÚRGICOS em campanha salarial. *Última Hora*, Belo Horizonte, 6 de setembro de 1968, p. 5.

³⁶⁴ *Ibidem*.

Sempre que possível, o presidente do sindicato afirmava que a greve de abril era ilegal. Resta saber se Santana realmente pensava isso sobre o movimento de abril ou se buscava proteger o sindicato e a seus integrantes de uma investida da polícia e da Delegacia Regional do Trabalho.

Os nomes dos trabalhadores que se manifestaram durante a realização dessa assembleia foram rasurados, constando no livro de ata uma observação que diz o seguinte:

As rasuras observadas na ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 06 de setembro de 1968 foram motivadas por proposições de companheiros apresentada na assembleia do dia 27 do mesmo mês, e por esta aprovada por unanimidade, de que não se deve constar em atas os nomes de companheiros que fizerem uso da palavra. Feita essa observação que vai assinada por mim secretária em exercício e Sr. Presidente³⁶⁵.

Fica claro que os metalúrgicos adotaram essa medida por questão de segurança, a fim de dificultar a identificação dos trabalhadores caso a documentação do sindicato “caísse” na mão da polícia. Entretanto, não foi necessário utilizar esse artifício nas atas seguintes, visto que não ocorreram mais registros no livro de atas do sindicato naquele ano de 1968. Nesse trecho há uma menção à assembleia do dia 27 de setembro, quando provavelmente se votou a favor da realização de uma nova greve. As assembleias metalúrgicas só voltariam a acontecer em novembro de 1969, meses depois do fim da intervenção pelo Ministério do Trabalho no sindicato e da realização de eleições para a diretoria em agosto daquele ano, como será analisado adiante.

Um documento do Serviço Secreto da Polícia Militar difundido para o Serviço Nacional de Informações (SNI/ABH), o Departamento de Vigilância Social, a IV Infantaria Divisionária e a Delegacia Regional do Trabalho demonstra que, além dos órgãos de segurança, a DRT acompanhava o monitoramento e a vigilância dos trabalhadores. Nesse caso, a preocupação desses órgãos era com Ênio Seabra, que àquela altura já havia se consolidado como uma importante liderança entre os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. No Informe nº 184/68 da Polícia Militar de Minas Gerais - Quartel General em G/2, de 10 de setembro de 1968, o assunto foi “Ênio Seabra”.

Esta Seção faz difundir o informe seguinte: “O Sr Ênio Seabra será responsável pela impressão de um Jornalzinho, que, todos os dias, seria levado, por ele próprio, à Cia. Mannesmann, na Cidade Industrial, e passado de Secção em Secção; (inegável) dos funcionários daquela Empresa. Posteriormente, esse jornalzinho voltaria às mãos que o levaria de volta.

Os assuntos contidos nesse jornalzinho seriam os tratados em reuniões que estariam sendo realizadas nas casas dos líderes daquela Empresa, e que visariam insuflar os

³⁶⁵ As informações relativas a essa assembleia foram retiradas da ata do dia 6 de setembro de 1968.

operários a deflagrar uma nova greve, e, inclusive, não seriam ventilados fora da indústria, pois, seriam considerados “secretos”³⁶⁶.

O serviço de informação dos órgãos de segurança, como se vê, estava bem informado. Ênio reunia-se com frequência com os demais militantes integrados da Ação Popular e constituiu um grupo de trabalhadores para discutir os problemas locais e lerem textos, mas ele afirma em entrevista que com esses trabalhadores “o socialismo não era colocado, não de forma direta”. As reuniões eram realizadas nas casas dos operários e havia um revezamento para não chamar a atenção. Faziam parte do grupo em torno de 10 trabalhadores ligados a Ênio Seabra, entre eles estava Mário Bento, responsável por levar Seabra para a Ação Popular. Como resultado do trabalho, esse grupo criou um jornal chamado *Bodoque* com o objetivo de circular dentro da Mannesmann e que na greve de outubro de 1968 se tornou um importante instrumento de denúncia da repressão no interior da fábrica.

Luiz Marcos Gomes, como mencionado anteriormente, era coordenador político da Ação Popular junto aos operários na Cidade Industrial. Ao ser perguntado como a organização fazia para se aproximar dos trabalhadores, ele conta:

Como é que você atraía? Você atraía levantando inicialmente, basicamente, piso salarial, entendeu? O arrocho era muito grande, então você chamava o pessoal para discutir as condições de trabalho, não é? O salário, e aquelas pessoas que (...) mostravam, demonstravam maior combatividade, você dava um documento. Mas a gente não tinha assim, uma pressa, eu acho, de recrutar não. A gente tinha, a gente tinha uma pressa de mobilizar. Eu fiz várias reuniões na Cidade Industrial com trabalhadores. Mais da Mannesmann, em geral na casa dos trabalhadores. A casa que a gente morava, a gente não usava para reunião com trabalhador não. O Ênio sabia, a casa, o Renato Godinho sabia, não é? Essa época era uma coisa mais aberta. Mas a gente não levava, trabalhador assim, que ainda não tivesse, não usava a casa. (Luiz Marcos Gomes. Entrevista concedida à autora, 10/01/2018).

Outro ponto interessante a ser analisado diz respeito às diferenças culturais existentes entre estudantes de classe média vivendo na Cidade Industrial e trabalhadores. Luiz menciona, por exemplo, que mesmo com problema de estômago tinha de tomar café nas casas onde as reuniões eram realizadas e em algumas ocasiões também bebida alcoólica. Ele lembra-se que depois de “duas ou três reuniões na casa de um velho operário chamado Braga, da Mannesmann, velho operário, mais velho que o Ênio, fizemos muita reunião na casa do Braga! Lá eu tomei conhaque Palinha! [risos]”. Ênio Seabra, contudo, apresenta uma versão mais incisiva sobre a relação das organizações com os trabalhadores.

³⁶⁶ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 4021, rolo 050, jan. 1962 - nov. 1971, imagem 312.

Tinha discussão tanto dentro do sindicato quando fora do sindicato. Essa aí, era sempre tratada dessa forma, porque muitas vezes dentro do sindicato não tinha condição de tratar dos problemas da greve, essas coisas todas. Então era tratado fora do sindicato. Tinha as assembleias até em grupos, como teve naquele colégio da Cidade Industrial, no Eldorado, antes tinha... Agora, a gente estranhava porque nos movimentos os grupos políticos queriam tomar muito a frente. Então eles se arvoravam em querer tomar o comando da luta. Isso era difícil e eu não concordava por exemplo e falava com eles: “– A luta é dentro da fábrica, é pelos trabalhadores, o comando tem de ser dos trabalhadores, de gente que trabalha. Porque a pessoa que está desligada da fábrica não pode comandar, não deve comandar”. Então às vezes a gente discordava dos grupos políticos e tudo: “– não adianta vocês discutirem comigo aqui, discutir e tomar a frente”. Às vezes a gente chegava lá e já estava tudo organizado, tudo pronto, esquema. “– Pô, então vocês vão para dentro da fábrica e falar”. Então tinha essa dificuldade, mas aquelas coisas de estudante mesmo, não é? Pôr no papel e querer pôr em prática sem estar lá dentro. Então isso foi um erro também muito grande. Falar por exemplo em boletins, falando em guerra revolucionária, o trabalhador está querendo os direitos, querendo brigar; mas guerra, ninguém está preparando a guerra. Ninguém distribuiu fuzil para ninguém. Falar em guerra é bobagem. Agora, revolução é uma coisa de sentimento, uma coisa que tem de brotar da luta, das necessidades. (Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marluci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995).

Se por um lado Ênio Seabra considera “um erro” escrever boletins falando em “guerra revolucionária”, pois trabalhador estava interessado em brigar por seus direitos, por outro, também reconhece a falta de preparo político dos trabalhadores: “mas acontece que o trabalhador, de modo geral, politicamente ele não é muito preparado. É muito difícil preparar o trabalhador”. Nesse sentido, se essa dificuldade é percebida por alguém de dentro, um operário, ativista sindical e líder na região que sempre esteve envolvido politicamente com as questões do movimento operário, é de se esperar que seria um grande desafio para as esquerdas o relacionamento com os trabalhadores.

Para Marcelo Ridenti (2010, p. 165), esse relacionamento sempre foi difícil, pois na maior parte das vezes era algo exterior à luta imediata dos trabalhadores. Todavia, como explica o autor, as organizações de esquerda seguiram atuando no movimento operário depois do golpe de 1964. Mesmo o PCB sobreviveu com um trabalho pequeno em algumas fábricas, apesar de não conseguir recuperar o prestígio que havia conquistado no meio operário antes do golpe militar. Assim também, nas duas greves operárias de 1968 com repercussão nacional, em Contagem e em Osasco/SP, as organizações de esquerda, especialmente grupos armados, estiveram presentes nos movimentos, como a Corrente e o Colina, em Contagem, e a VPR, em Osasco (RIDENTI, 2010, p. 175).

No caso de Contagem, é preciso destacar ainda a presença da Ação Popular. Fato é que as organizações tentavam adentrar nos sindicatos, seja na diretoria seja nas oposições sindicais, e nas entidades estudantis, ainda que não tivessem elaborado efetivamente qual

lugar seria ocupado pelos movimentos de massas urbanos no processo revolucionário a ser iniciado no campo (RIDENTI, 2010, p. 176-177).

4.7 A greve de outubro

Os metalúrgicos da Cidade Industrial entraram em greve ontem, reivindicando um aumento de 50% em seus salários e a liberdade do líder de classe, Ênio Seabra, que se encontra preso no Dops, apesar dos desmentidos das autoridades. A Cidade Industrial está ocupada pela polícia, com soldados da PM guardando todas as fábricas. (*Última Hora*, Belo Horizonte, 2 de outubro de 1968).

Dessa maneira, o jornal *Última Hora* de 2 de outubro de 1968 anunciava o início de mais uma greve operária na Cidade Industrial deflagrada em 1º de outubro. Os grevistas reivindicavam 50% de aumento salarial, depois de terem recusado a proposta apresentada pelos patrões de 12%. O próprio ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, ouvindo rumores sobre uma nova greve, chegou a ligar para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem para tentar convencê-la a aceitar o reajuste de 27%, de acordo com o índice do Departamento Nacional de Salários, com a promessa de logo após determinar uma revisão. Entre os dirigentes do movimento, por sua vez, já circulava uma senha que seria utilizada para deflagrar a greve³⁶⁷.

Os grevistas iniciaram a paralisação na Mannesmann, Iman, Belgo Mineira e Pohlig Heckel e fizeram uma passeata pelas ruas da Cidade Industrial chamando outros trabalhadores para aderirem ao movimento. Em seguida, concentraram-se na subsede do sindicato, onde se organizaram em comissões para manter o movimento paredista por tempo indeterminado. Com o objetivo de evitar prisões, não utilizaram a estratégia dos piquetes. Até o final da noite do dia 1º, já eram nove fábricas paralisadas: CIMEC, Metalúrgica Ita, Bernardo Capistrano, RCA Victor, Metalúrgica Santa Clara, Aster, além das citadas acima.

A greve de outubro, assim como a de abril, não foi decretada pelo sindicato. O movimento foi organizado pelas “comissões de luta” abordadas anteriormente e contou com a participação de integrantes da diretoria da entidade. Elas comandavam as manifestações e orientavam os trabalhadores a não falar com a imprensa, buscando com isso evitar a ação de “dedos-duros da polícia disfarçados de repórter”. Em virtude do seu caráter pacífico e do silêncio absoluto adotado pelos grevistas, os sindicais apelidaram a greve de outubro de “operação Gandhi”.

³⁶⁷ A proposta do ministro foi noticiada em METALÚRGICO pode fazer nova greve. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 de setembro de 1968, p. 14.

No entanto, a “operação Gandhi” não sensibilizou a repressão, que dessa vez agiu rapidamente, com a Polícia Militar ocupando todas as fábricas da Cidade Industrial. Na imagem a seguir observa-se a PM dentro da Mannesmann. O comandante da ID-4, general Álvaro Cardoso, também se dirigiu à empresa para se reunir com o diretor Waldir Soeiro Emrich e tratar da greve. Assim, empresários, governo e as forças de repressão seguiam unidos para sufocar qualquer movimento que questionasse o regime e a política salarial, tão útil ao patronato.

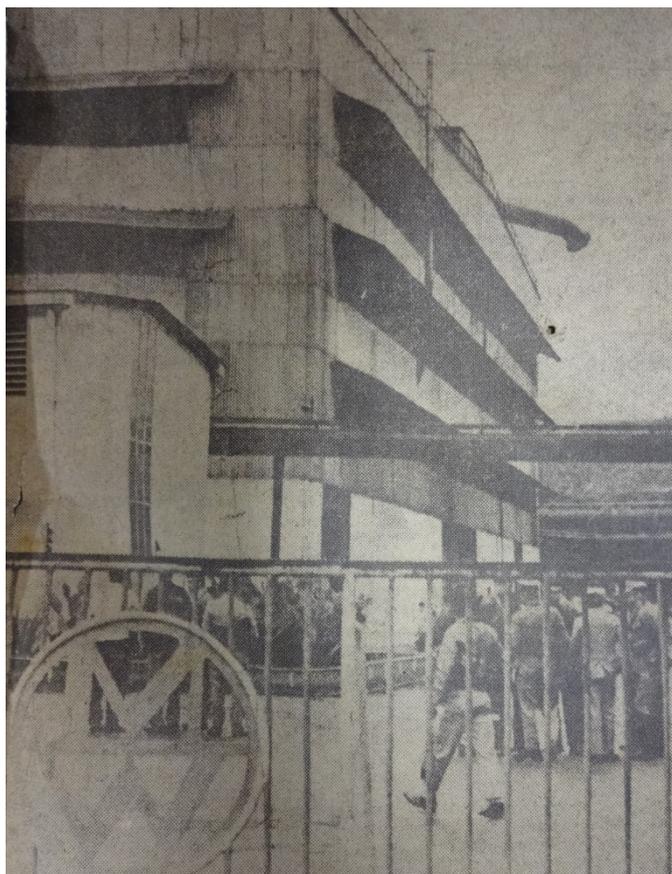


Figura 14 - Polícia militar ocupando o pátio da Mannesmann.
Fonte: *Última Hora*, Belo Horizonte, 02 de outubro de 1968.

Ainda no dia 1º de outubro, o delegado Regional do Trabalho, depois de consultar o ministro Jarbas Passarinho, decretou a ilegalidade da greve e a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, destituindo a diretoria eleita sem que ela pudesse terminar seu mandato. Três funcionários da DRT assumiram a direção da entidade: Humberto Porto Silva Polo – que acumulou a função de interventor no Sindicato dos Bancários, cuja categoria também estava em greve –, Garibaldi Leal da Silva e João Gabriel Cardoso, com a promessa de realizar novas eleições em 90 dias. Tão logo isso foi feito, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos “desapareceram”, afinal, além de serem destituídos, poderiam ser presos. Onésimo Viana também fez publicar na imprensa uma nota oficial da DRT que afirmava que

os metalúrgicos que participassem da greve seriam demitidos sem direito a indenização e processados criminalmente com base na Lei de Segurança Nacional³⁶⁸.

Desse modo, o delegado do Trabalho não restringiu suas ações ao campo sindical, fazendo cumprir o que constava na nota oficial publicada nos jornais. Em ofício datado de 1º de outubro de 1968, o delegado solicita ao secretário de Segurança Pública de Minas Gerais providências para instaurar processo criminal contra aqueles que ele julgava serem os responsáveis pela eclosão do movimento com base na Lei de Segurança Nacional.

No documento estavam listados os nomes de membros da diretoria do sindicato e importantes lideranças operárias como: Ênio Seabra, Mário Bento da Silva, Conceição Imaculada de Oliveira, Antônio Santana Barcelos, Joaquim José de Oliveira, Luiz Fernando de Souza, José Nilson Santos, Renato B. Viegas e Argentino Martins³⁶⁹. Isso demonstra uma clara adesão do delegado regional do Trabalho de Minas Gerais, Onésimo Viana, ao regime militar, contribuindo inclusive com a denúncia de trabalhadores aos órgãos repressivos. Além disso, essas lideranças identificadas no ofício supracitado foram demitidas e não conseguiram empregar-se em outras fábricas da Cidade Industrial.

³⁶⁸ As informações sobre a greve foram retiradas de alguns artigos publicados na imprensa local. METALÚRGICOS entram em greve geral por aumento. **Última Hora**, Belo Horizonte, 2 de outubro de 1968, p. 3; 6.645 OPERÁRIOS paralisam nove empresas metalúrgicas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 2 de outubro de 1968, p. 9; TRT tenta conciliação para reabrir 11 fábricas que greve fechou. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 3 de outubro de 1968, p. 12.

³⁶⁹ OF. GDR 159/68. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0346, rolo: 022, mar. 1966 - ago. 1975, imagem 81.

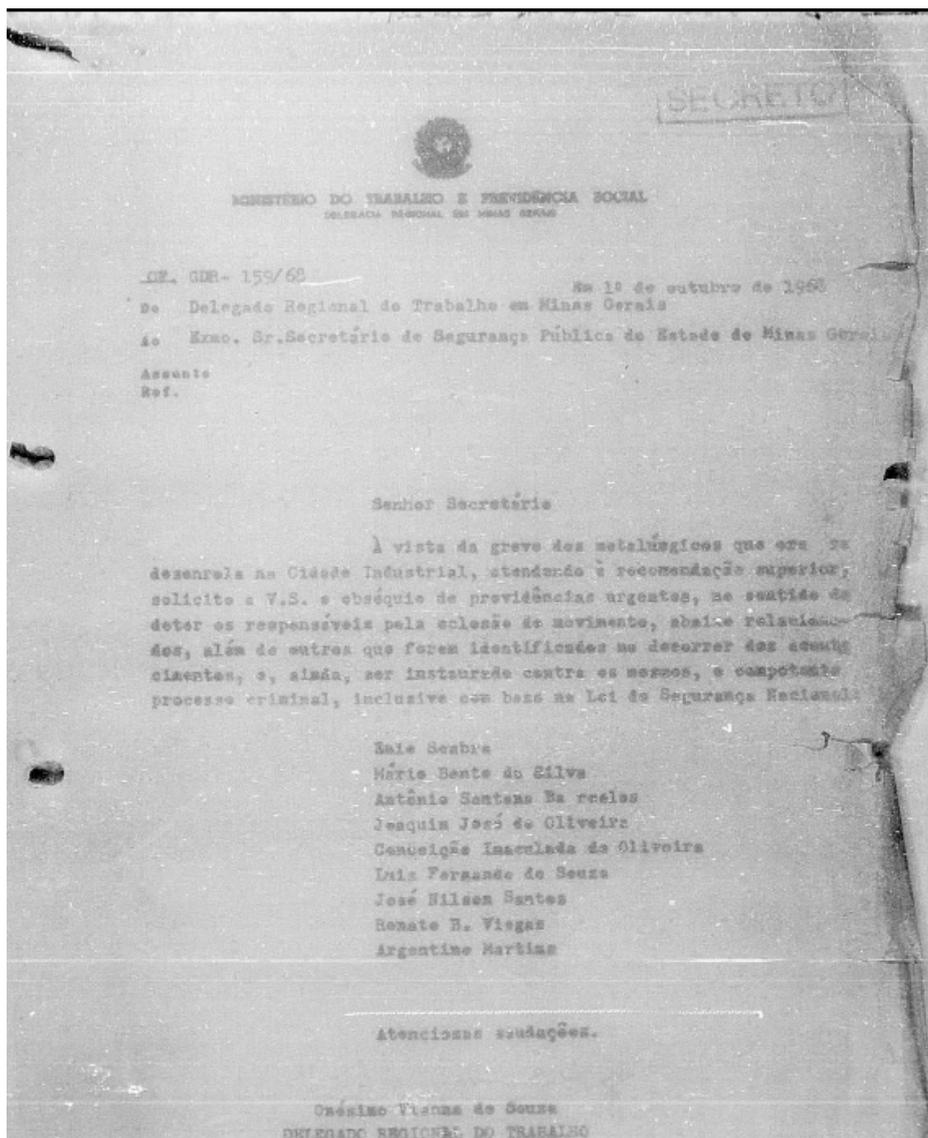


Figura 15 - Ofício do delegado regional do Trabalho ao secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, 1968.

A ação da repressão sobre os metalúrgicos foi ainda mais abrangente, pois o delegado do Dops, David Hazan, buscando evitar novas adesões à greve, ameaçou os grevistas de enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional caso fossem detidos fazendo propaganda do movimento³⁷⁰. E já no dia 1º de outubro vários trabalhadores foram presos nessa situação. Às 9h30, na Cidade Industrial, foram presos Benedito Pedro de Paula, gravador; João Vieira, Paulo Guilherme Rosa e Wilson Dias de Araújo, escriturários; e Joaquim Galdino dos Santos, identificado apenas como trabalhador, todos eles da Metalgráfica Triângulo. Também foram presas Leonícia Firmino de Souza e Maria Luiza de Araújo, funcionárias da JMA. Foram presos por “João (ilegível) Filho – 2º sarg PM – Chefe da guarnição”, pois “encontravam-se

³⁷⁰ METALÚRGICOS entram em greve geral por aumento. *Última Hora*, Belo Horizonte, 2 de outubro de 1968, p. 3.

na manhã de hoje percorrendo as indústrias da Cidade Industrial”, “distribuindo material de propaganda de greve e subvertendo a ordem pública”, segundo a ocorrência nº 8665. Ela informa ainda que, ao chegar às portarias das fábricas, esses trabalhadores realizavam comícios relâmpagos e ameaçavam “impedir que os operários da fábrica focalizada continuassem a trabalhar”³⁷¹.

Às 17h47, na Cidade Industrial, nova leva de prisões. Foram detidos João Afonso, metalúrgico ajustador, e Edson Moreira, metalúrgico ajudante de ajustador. A natureza da detenção foi identificada como “subversão”. Segundo a ocorrência nº 8676, João Afonso e Edson “faziam parte de um grupo de 50 pessoas que andavam em todas as fábricas da Cidade Industrial pressionando os trabalhadores para que entrassem em greve”. No documento não foi possível identificar quem os prendeu, pois consta apenas que os “executantes” foram a “Guarnição da PV 46”³⁷². Segundo o Departamento de Vigilância Social, ambos eram operários da Pohlig Heckel do Brasil S/A³⁷³. Também no dia 1º de outubro foram presos Vitor Hugo Gomes, eletricista, Renato Brandão Viegas, mecânico, Pedro Garcia Gomes, metalúrgico, Paulo Domingos de Souza, galvanizador, e Osvaldo Siqueira Galantini, eletricista, todos trabalhadores da Mannesmann. De acordo com o boletim de ocorrência de nº 8684, esses trabalhadores foram detidos às 23h30 na própria empresa pelos “Ten. Schmitz e Pol. Gustavo” da Patrulha Volante. A “natureza” da detenção foi identificada pelos policiais como crime “contra patrimônio”. Os trabalhadores detidos distribuía panfletos e foram qualificados como “líderes agitadores no movimento grevista que foi deflagrado na Cidade Industrial”. No dia seguinte, foram encaminhados ao Departamento de Vigilância Social³⁷⁴. Assim, os 14 metalúrgicos, entre eles duas trabalhadoras, foram presos basicamente por distribuir panfletos, tentar convencer trabalhadores a aderirem à greve e impedir que outros entrassem ou continuassem nas fábricas trabalhando, estratégia também conhecida como piquete, amplamente utilizada em movimentos grevistas, contradizendo, inclusive, as informações publicadas nos jornais, que afirmavam tratar-se de uma greve sem piquetes.

No dia seguinte, 2 de outubro de 1968, ocorreram novas prisões, demonstrando como a repressão estava disposta a desmobilizar os trabalhadores. Às 15h50 foi preso Heraldo Turíbio Gonçalves, maquinista da Mannesmann, pelos “investigadores Sabino Catão e o subinspetor Hélio de Paula do DVS”. Na ocorrência nº 8701, o local da prisão foi identificado

³⁷¹ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 5303, rolo 085, ago 1968 - abr.1969, imagem 122.

³⁷² *Ibidem*, imagem 123.

³⁷³ *Ibidem*, imagem 79.

³⁷⁴ *Ibidem*, imagens 118 e 119.

como sendo a Mannesmann e a natureza da detenção, crime “contra a paz pública”³⁷⁵. Como consta no registro dessa ocorrência, Haroldo Turíbio foi preso na Mannesmann, o que possibilita questionar o nível de colaboração entre as empresas da Cidade Industrial e Belo Horizonte e a repressão. Às 23h15, foram detidos por “subversão da ordem” Pedro Sebastião Rodrigues e Sebastião Soares Benevides, ambos metalúrgicos da Mannesmann, “pelos policiais Moacir Gomes e Luiz Vital Lourenço, do 5ºBI”³⁷⁶. Em seguida, foram conduzidos por “Léo Machado 1º sarg. PM” ao Departamento de Vigilância Social. O motivo da detenção de acordo com a ocorrência foi o “apedrejamento em um ônibus da Cia Mannesmann e distribuição de boletins grevistas”³⁷⁷.

Também foram conduzidos pelo “capitão Antonio Egg” para o Departamento de Vigilância Social, entre os dias 3 e 4 de outubro de 1968, os seguintes trabalhadores: Barcelar Antônio Eustáquio, metalúrgico da Metalgráfica; Benedito Guedes, Maurílio José Coelho, José Pereira Idelfonso, José Anastácio Machado, metalúrgicos da Pohlig Heckel do Brasil; Lauro Justino da Silva e Joaquim José de Oliveira, trabalhadores da Única S/A; Milton de Freitas Carvalho, da Refrigeração Ir. Pita; Ercias Gomes de Oliveira, da CIMEC; José Antunes Pereira, da SBE; Antônio Belo, metalúrgico da Mannesmann; José Venâncio de Souza, da Magnesita; Jurandir Paulo da Silva, operador; e Nelson Evangelista Espinola, metalúrgico³⁷⁸. Os nomes desses trabalhadores foram preenchidos em fichas de ocorrência de entrada no Departamento de Vigilância Social. Por sua vez, os nomes dos agentes que executaram a prisão e o motivo não foram registrados, impossibilitando, nesses casos, a identificação dos agentes repressores³⁷⁹.

O *Bodoque*, jornal dos operários da Mannesmann, de outubro de 1968, denunciou a repressão vivida dentro da fábrica, a prisão de participantes da greve e a demissão de trabalhadores sem os seus direitos. Ao mesmo tempo, o jornal chamava para uma manifestação contra a repressão da ditadura³⁸⁰:

³⁷⁵ *Ibidem*, imagem 105.

³⁷⁶ *Ibidem*, imagem 104.

³⁷⁷ *Ibidem*, imagens 99 e 103.

³⁷⁸ Todos esses nomes estão listados nas imagens 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 5303, rolo 085, ago 1968 - abr.1969.

³⁷⁹ Esses nomes também aparecem no documento intitulado “Relação dos operários metalúrgicos detidos durante a última greve”. Imagens 4 a 7.

³⁸⁰ *Bodoque*, ano I, n. 6, outubro 68. O *Bodoque* foi um jornal clandestino produzido pelos operários da Companhia Siderúrgica Mannesmann. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0905, rolo 025, out. 1968 - fev. 1969, imagem 9.

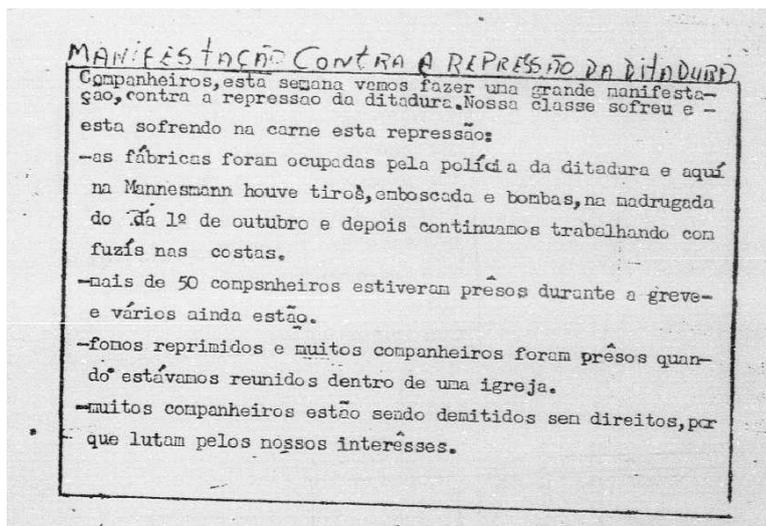


Figura 16 - Recorte do jornal *Bodoque*. Fonte: Dops/MG.

Pelas informações do *Bodoque*, fica claro que a greve de outubro de 1968 veio acompanhada de uma repressão ainda maior que a de abril. Os trabalhadores da Mannesmann não tiveram chance de iniciar a paralisação de dentro da fábrica, pois foram surpreendidos antes pela polícia, ainda na madrugada do dia 1º de outubro. Segundo a denúncia, mais de 50 trabalhadores foram presos e dentro da fábrica houve bastante violência com invasão da polícia, “tiros, emboscadas e bombas”. Os trabalhadores também foram obrigados a continuar trabalhando com fuzis apontados para eles, evidenciando o tamanho da violência dentro da fábrica, a disposição da repressão em defender o patrimônio da empresa e dos empresários em abrir as portas das fábricas para a polícia, sem se preocupar com as vidas dos trabalhadores.

No dia seguinte, além das fábricas e das ruas, a polícia ocupou a subsede do sindicato, na Cidade Industrial, onde os trabalhadores faziam as assembleias. Eles passaram então a se reunir em locais secretos para discutir as decisões a serem tomadas³⁸¹. Novamente, o ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, veio a Belo Horizonte acompanhar o andamento da greve, que, segundo ele, havia sido provocada por “minorias radicais”. O coronel dessa vez não conversou com os trabalhadores, tentou apenas mostrar que o arrocho salarial tinha acabado e que o abono “dado” pelo governo aos trabalhadores de todo o país constituiu um grande benefício, ao mesmo tempo que reconhecia que os trabalhadores precisavam de um aumento efetivo. No entanto, o ministro mais uma vez apelava à compreensão da classe trabalhadora para que entendesse a política salarial do governo e cooperasse com ela³⁸².

³⁸¹ NEM polícia para metalúrgico. *Última Hora*, Belo Horizonte, 3 de outubro de 1968, p. 3.

³⁸² PASSARINHO não entende greve a acusa minorias. *Última Hora*, Belo Horizonte, 3 de outubro de 1968, p. 3.

O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Minas Gerais, Humberto Canhoni, também fez um apelo aos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem para que voltassem ao trabalho. Na nota assinada por ele em nome da federação e publicada na imprensa, Canhoni diz concordar com as reivindicações salariais, mas condena a greve, pois para ele o “único objetivo” do movimento “feito por uma minoria instigadora” era “desafiar as autoridades instituídas, bem como as leis vigentes” e colocar os trabalhadores em risco de serem demitidos ou sofrerem processo criminal³⁸³. O conteúdo dessa nota assinada por Canhoni segue o mesmo teor das declarações do delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana, ou do ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho. Porém, não surpreende. Ao contrário; sua fala é até coerente com o comportamento político de adesão adotado por ele ao longo de sua vida como sindicalista³⁸⁴.

O MDB se manifestou publicamente a favor dos grevistas. Chegou a enviar uma comissão de deputados federais que se solidarizou com os metalúrgicos e bancários em greve e ainda visitou os trabalhadores presos no Dops. O deputado federal Francisco Amaral declarou que as greves só comprovavam que a política salarial do governo deveria ser reformulada. Ele ainda questionou a atribuição do ministro de julgar a ilegalidade das greves, pois para o deputado isso era competência da Justiça do Trabalho³⁸⁵.

Os patrões, que logo no primeiro dia de greve entraram com dissídio coletivo para tentar obrigar os trabalhadores a voltarem ao trabalho, participaram, representados por seu sindicato, de uma reunião de negociação no Tribunal Regional do Trabalho com a presença do interventor do Sindicato dos Metalúrgicos, Humberto Polo da Silva Porto. Na ocasião, decidiram pelo aumento de 27% e pelo desconto do abono salarial de 10% que algumas empresas pagavam desde maio. Os advogados do sindicato não foram ouvidos e o interventor aproveitou para anunciar que a entidade voltaria a funcionar “normalmente” nos próximos dias³⁸⁶.

Alguns líderes do Comitê de Greve, como Ênio Seabra, Renato Godinho Navarro, Luiz Eduardo Grapiúna Lima, Joaquim de Oliveira, foram presos numa operação policial quando realizavam uma assembleia na Igreja Nossa Senhora da Piedade, no bairro Inconfidentes, localizada nas proximidades da Cidade Industrial, em Contagem. Segundo o

³⁸³ AOS TRABALHADORES metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 3 de outubro de 1968, p. 12.

³⁸⁴ De acordo com o jornal *Estado de Minas*, ao desembarcar em Belo Horizonte, o coronel Jarbas Passarinho recebeu Humberto Canhoni na Delegacia Regional do Trabalho. PASSARINHO reafirma que governo não transige com as greves ilegais. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 3 de outubro de 1968, p. 5.

³⁸⁵ MDB acusa Passarinho e defende os grevistas. **Última Hora**, Belo Horizonte, 4 de outubro de 1968, p. 3.

³⁸⁶ METALÚRGICO repudia acordo feito na DRT. *Ibidem*, p. 3.

auto de flagrante, a reunião dos operários na igreja foi descoberta após a polícia receber telefonema de um homem que se identificou como operário da Metalúrgica Santa Clara. O padre Peter Marie Lohs, responsável pela igreja, argumentou com os policiais que aquela atitude era ilegal e injusta e prontificou-se a acompanhar os trabalhadores para defendê-los³⁸⁷. Foi solto no dia seguinte. Ao todo, 23 operários foram detidos, levados para o Dops, ouvidos pelos investigadores e depois liberados, à exceção das quatro lideranças citadas acima, enquadradas na Lei de Segurança Nacional³⁸⁸. À época estudante de economia e militante do POC, Nilmário Miranda estava presente nessa reunião e se lembra da ação policial:

(...) a greve teve uma repressão forte, teve uma assembleia numa igreja no bairro Inconfidentes, o Exército estava ocupando a Cidade Industrial, a polícia descobriu, era fácil descobrir, todo mundo correu, fugiu, vários foram presos, Otavino, Milton Freitas, “seu” Joaquim, um arquiteto chamado Renato Godinho, que trabalha na Pohlig Heckel, era um dirigente da AP, muita gente presa. Eu consegui correr mais do que os policiais, não fui preso, não fui identificado porque eu tinha um nome de guerra, Gerson, então falava tem o Gerson, Gerson, mas não sabiam o nome verdadeiro, não é? Então nessa greve eu não fui identificado. (Nilmário Miranda. Entrevista concedida à autora, 26/06/2016).

Além da Igreja Nossa Senhora da Piedade, no bairro Inconfidentes, os trabalhadores podiam contar com o apoio da Paróquia Nossa Senhora da Glória, no bairro Eldorado, dirigida pelo padre Carlos Fragoso, que, à época, também exercia o cargo de secretário de Educação de Contagem e diretor do Colégio Municipal da cidade, como já foi dito. Afora o trabalho educacional voltado para a transformação social dos trabalhadores, padre Carlos também contribuía com as lutas operárias via paróquia:

(...) nós sempre trabalhamos um pouco, ajudamos um pouco a classe operária quando chegavam ocasiões das greves, que eram mais importantes, onde os trabalhadores se mobilizavam, tentavam melhorar sua vida, salários, etc. E eram perseguidos pelos patrões, etc. Nessa época havia muita repressão, não é? O Dops não dava sossego, ficavam em cima. Então, embora o Sindicato dos Metalúrgicos tivesse sede lá, eles fecharam a sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Para poder fazer as greves era necessário local para poder se discutir, etc. e tal, e muitas vezes eu dispunha desse local para eles [risos] na minha própria igreja, nas caladas da noite, porque não podia ser visto pelo Dops, não é? Tive muitas reuniões de operários lá. Eu não interferia, deixava eles fazerem tudo direitinho lá assim, só dava apoio. (Padre Carlos Fragoso. Entrevista concedida à autora, 25/04/2017).

³⁸⁷ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 5303, rolo 085, ago 1968 - abr.1969, imagens 12 a 29. Relato da prisão destas lideranças.

³⁸⁸ DOPS invade igreja e prende 23 operários. **Última Hora**, Belo Horizonte, 4 de outubro de 1968, p. 3.

Segundo ele, sua contribuição era direcionada à infraestrutura, cedendo espaço para reuniões e ajudando com a produção dos boletins que seriam distribuídos nas portas das fábricas.

Eu próprio pessoalmente me envolvi só ajudando a infraestrutura deles. Por exemplo: eles precisavam de lançar um boletim na porta das fábricas às seis horas da manhã, que era mudança de turno. Não tinha onde rodar porque estava com o sindicato interditado, não tinha onde fazer os boletins, não tinha papel para fazer esses boletins, então diversas vezes eu ofereci a eles até usando um certo artifício, porque eu era diretor das escolas da região toda que eram públicas e ginásio, não é? E nós tínhamos mimeógrafo, nós tínhamos uma infraestrutura de escola bem boa, não é? O quê que eu fazia: pegava duas ou três pessoas de confiança que trabalhavam comigo nas escolas e que comungavam também essas ideias, falava: “– Gente olha, nós vamos ter plantão essa noite [risos]”. Então lá para as 10, 11, meia-noite, uma hora da madrugada a gente rodava aquele material todo para eles, eles passavam lá de bicicleta, de carro quando tinha, pegavam na minha casa e iam distribuir o material nas portas das fábricas. Note que quando a gente podia fazer a gente fez, e isso não aparecia porque era coisa feita na calada da noite. (Padre Carlos Frago. Entrevista concedida à autora, 25/04/2017).

Contudo, mesmo tomando cuidado no trabalho clandestino de apoio aos trabalhadores grevistas, padre Carlos Frago foi interrogado pela repressão depois da greve:

Eu fui entrevistado em uma dependência do Exército, no centro da cidade, eu não sei, era uma espécie de escritório que eles tinham lá, sabe? Não era um lugar oficial, era um lugar também da parte deles clandestino, não é? Porque eles não faziam, às vezes faziam as coisas às claras e às vezes faziam as coisas por debaixo dos panos. (Padre Carlos Frago. Entrevista concedida à autora, 25/04/2017).

Padre Carlos não se lembra do nome de quem o interrogou, mas se lembra de alguns detalhes de como o interrogatório transcorreu:

(...) ele também não se apresentou, não é? Eles faziam também as coisas do jeito deles, não é? Então, ele me perguntava as coisas e eu dizia “– não”, “– não sei”, “– eu não vi”, “– não participei”, “– não conheço”. As minhas respostas eram mais ou menos nesse nível, não é? [fala com risos]. Até que ele deu murro na mesa e falou assim: “– Você sabe alguma coisa da sua vida?”. Falei: “– Não sei nada” [risos]. E com isso terminamos a entrevista porque ele não conseguiu tirar absolutamente nada de mim, entende? Eles queriam informações sobre envolvimento da prefeitura, envolvimento de vereadores, envolvimento de colegas padres, etc. e tal, quem que estava apoiando os operários, essas coisas. Eu falei: “– Não sei, eu sou padre, estou lá celebrando missa, fazendo coisas de religioso”. Essa foi a minha saída. (Padre Carlos Frago. Entrevista concedida à autora, 25/04/2017).

Nesse trecho, com certo sentimento de vitória em relação ao seu interrogador, padre Frago reafirma mais de uma vez o fato de o agente da repressão não ter conseguido tirar

nenhuma informação dele. Para isso, faz uso do seu lugar social de padre, deixando inclusive o seu interrogador bastante nervoso com as evasivas.

Mesmo com todo esse apoio, as principais lideranças sindicais da Cidade Industrial foram presas, evidenciando que a ditadura não ia dar espaço para que novos movimentos pudessem ganhar força, como comenta Ênio Seabra: “No mesmo ano de [19]68, em outubro, nós preparamos para uma outra greve, mas não nos preparamos para enfrentar [riso] batalhão militar, contingente militar. Nós estávamos preparados para uma outra greve, agora, a polícia preparou para dissolver a greve”³⁸⁹.

Com o Comitê de Greve preso, o Sindicato dos Metalúrgicos sob intervenção e os membros de sua diretoria também detidos ou na mira da repressão e ainda demitidos, ficou praticamente impossível a sustentação do movimento. Aos poucos, os trabalhadores foram voltando ao trabalho. No dia 4 de outubro, já cassados, os membros da diretoria foram também demitidos das fábricas em que trabalhavam. Sobre isso Antônio Santana Barcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos à época, conta o seguinte:

Mas, como na cassação de outubro, quando nós fomos cassados, nós perdemos, bom, eu pelo menos perdi a condição de estar no meio metalúrgico, eles cassaram o meu mandato, a Companhia Siderúrgica Mannesmann me mandou embora sem direitos, por subversão, e eu não conseguia emprego em lugar nenhum, e como diz o outro, eu fiquei duro, não é? (Trecho de entrevista de Antônio Santana Barcelos. In: OLIVEIRA, 2010, p. 118-119).

No trecho acima, Santana faz uma pequena lista das coisas que perdeu: o mandato, o emprego e a condição de continuar no meio metalúrgico. Ele foi demitido “por subversão” e sem a garantia de seus direitos, conforme as ameaças do delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana.

Outra estratégia utilizada pelas empresas foi a demissão por justa causa, conforme recorda Luís Fernando de Souza, outro ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos:

O que eu não aceitava era justa causa, porque eles me deram justa causa (...) Como deram justa causa a Antônio Santana, ao Ênio [Seabra] também; todos que foram demitidos, tinha um suplente também aí, era o Zenílson, também foi demitido por justa causa. José Bordiano [Gordiano]... (Trecho de entrevista de Luís Fernando de Souza. In: OLIVEIRA, 2010, p. 118).

Para Luís Fernando a demissão por justa causa era algo inaceitável, ainda mais para bons profissionais. Sabe-se que uma justa causa “mancha” a carteira profissional dos

³⁸⁹ Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995.

trabalhadores. No caso desses metalúrgicos grevistas, essa estratégia tinha como objetivo impedir que os demitidos conseguissem um novo emprego nas fábricas da Cidade Industrial e/ou no meio metalúrgico. Além disso, anos depois, Antônio Santana conta que descobriu que havia um código criado pelos empregadores que possibilitava identificar quem havia participado da greve de outubro.

E aí eu fiquei impressionado na época, porque, poxa, eu li minha carteira de tudo quanto é jeito, não tem nada constando aqui que eu sou grevista, que eu fui presidente do sindicato, eu fui conhecido? Eu sabia que saía na reportagem do jornal todo dia, na televisão e tal, mas que eu era um grevista de [19]64, de [19]68 não tava escrito. Depois, o presidente da Mannesmann, depois de muitos anos, eu tava trabalhando de fotógrafo num jornal, eu fui fazer uma cobertura dum encontro do pessoal da Fiemg [Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais]. Aí eu falei com ele: “– Doutor, até hoje eu não sei como é que o código que vocês utilizaram pra gente não conseguir emprego em outras indústrias metalúrgicas”. [Ele disse:] “– Ah, foi simples demais, todos aqueles subversivos têm na carteira a data de 4 de outubro de [19]68, todos foram demitidos no mesmo dia, todos que têm o dia 4, todo mundo tava avisado”. Aí eu olhei, realmente, todos estavam 4 de outubro de [19]68, todos eles que foram demitidos junto comigo, na época, tinham a data de outubro de [19]68. (Trecho de entrevista de Antônio Santana Barcelos. In: OLIVEIRA, 2010, p. 117).

Assim, por meio desse código, as empresas identificavam mais facilmente os “subversivos”. Ênio Seabra se lembra que, além dele, muitos outros trabalhadores foram demitidos da Mannesmann por participarem da greve de outubro:

Mannesmann depois de outubro de [19]68. Ela eliminou um quadro muito grande. Ela mandou no mínimo umas 300 pessoas. Quer dizer que é um número bem grande de trabalhadores. Por motivo de greve, por motivo de greve. E 300 no mínimo, 300 pessoas foram mandadas embora. Quer dizer que ela sentia que existia internamente um certo movimento, uma certa organização. (Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995).

A demissão de tantas pessoas em função da greve, obviamente, tinha o objetivo de expurgar grevistas e “agitadoras” de dentro da fábrica. Porém, para Ênio Seabra a atitude demonstrou também um reconhecimento da parte da empresa da existência de uma “certa organização” dos trabalhadores dentro da fábrica, por isso a necessidade de desmobilizá-los.

Como se viu, a repressão que se abateu sobre os trabalhadores metalúrgicos depois da greve de outubro trouxe consequências para além daquele acontecimento. O Sindicato dos Metalúrgicos ficou sob intervenção até agosto de 1969, quando foi realizada eleição para a diretoria. Muitos trabalhadores foram presos, alguns foram torturados, como foi o caso de Ênio Seabra, que ficou preso cerca de 40 dias e contou ter “levado umas marteladas nos

dedos, no tornozelo. Algumas pancadas”³⁹⁰. Conceição Imaculada também foi demitida da Metalúrgica Santo Antônio, conseguiu emprego nas Lojas Americanas e depois na fábrica de laticínios Itambé, foi presa em abril de 1969. Outros tantos foram demitidos por participarem das greves e tiveram grande dificuldade de se recolocar no mercado de trabalho. Sem contar o clima de medo e a vigilância que se tornou presente dentro das fábricas.

Alguns dias depois, os grevistas buscaram apoio na Assembleia Legislativa de Minas Gerais junto aos deputados. Também denunciaram ao jornal *Última Hora* a demissão de toda a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos e de diversos operários. Acusavam as empresas de reterem as carteiras de trabalho e de se recusarem a pagar as indenizações devidas, incluindo o pagamento do mês de setembro, que os patrões disseram que só o fariam com ordem judicial. No caso do não pagamento dos direitos dos trabalhadores demitidos, é preciso lembrar que para isso as empresas contavam com o respaldo da Delegacia Regional do Trabalho. Rapidamente os dirigentes sindicais destituídos do Sindicato dos Metalúrgicos se organizaram e criaram uma comissão de desempregados para acionar a Justiça do Trabalho. Diante dessa situação, os deputados estaduais fizeram uma coleta de dinheiro para ajudar as famílias dos trabalhadores demitidos³⁹¹. Ênio Seabra se lembra novamente da solidariedade de seus colegas trabalhadores da Mannesmann, que também realizaram uma coleta de dinheiro na empresa. A lista com os nomes de quem contribuiu foi levada para ele dentro do Dops³⁹².

O arcebispo metropolitano Dom João Resende Costa e o bispo auxiliar Dom Serafim Fernandes de Araújo manifestaram-se publicamente por meio de uma mensagem pastoral que foi lida durante as missas do domingo nas paróquias da capital e divulgada no jornal. Na mensagem, eles consideravam ser “impossível viver com os salários atuais”, por isso as greves são justificadas, pois os trabalhadores que a fizeram estavam em busca de “maior justiça nos salários”. O arcebispo e o bispo auxiliar também condenaram “os métodos” aplicados pelas autoridades para resolver a questão, entre eles, as “prisões arbitrárias, as violências e o impedimento do pleno exercício dos sindicatos”, e fizeram um apelo aos patrões para não demitirem os grevistas e ao governo para que procurasse uma solução mais

³⁹⁰ Ênio Seabra. Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995.

³⁹¹ DEPUTADOS dão apoio a grevista demitido. *Última Hora*, Belo Horizonte, 12 de outubro de 1968, p. 3. Não se sabe ao certo o número de grevistas demitidos. Ênio Seabra, em sua entrevista, fala de 300 trabalhadores somente na Mannesmann; nessa matéria do jornal *Última hora* o número divulgado é de 100 demitidos no total; já Vital Nolasco aponta que mais de mil trabalhadores teriam sido demitidos. Cf. A HISTÓRIA de uma greve organizada, 1998, p. 34.

³⁹² Entrevista concedida a Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira, 08 a 22/11/1995.

“profunda e duradoura” para a situação dos trabalhadores³⁹³. A mensagem de apoio à greve e aos trabalhadores vinda de uma instância oficial da Igreja Católica deve ter gerado descontentamento no governo militar e nas forças de repressão, afinal, estavam sendo publicamente criticados, mesmo que em nível local, por uma instituição que até então os havia apoiado ou se mantido omissa.

Um comitê de apoio à greve criado pelos padres franceses Michel Le Ven, Xavier Berthou e Hervé Crouguennec também atuou no fim do movimento, distribuindo dinheiro e mantimentos arrecadados pela comunidade e guardados na Igreja São José, no centro de Belo Horizonte, aos metalúrgicos desempregados³⁹⁴. Esses padres eram próximos à militância da Juventude Operária Católica (JOC) e atuantes, principalmente, na Paróquia do Horto, bairro de classe operária em Belo Horizonte. Eles apoiaram os trabalhadores nesse contexto de ditadura, envolvendo-se na greve metalúrgica da Cidade Industrial, montando comitês de apoio às famílias dos operários demitidos. Suas ações junto aos trabalhadores trouxeram consequências: os três foram presos em novembro de 1968, mantidos incomunicáveis e submetidos a torturas psicológicas e maus-tratos (DELGADO, 2010, p. 103). Assim, a ditadura, além de agir diretamente na repressão aos trabalhadores grevistas, ampliou sua atuação para as redes de apoio e solidariedade ao movimento operário e sindical.

Setores da igreja local, com algumas lideranças operárias, também criaram comitês de solidariedade aos trabalhadores demitidos. Vital Nolasco, operário e militante da Ação Popular à época e que integrou esses comitês, explica que através das comunidades nos bairros foi possível fazer um levantamento dos demitidos: “formamos comissões para visitar esses trabalhadores, levar-lhes cestas básicas, remédios e os produtos de primeiras necessidades”. Para Nolasco, esse trabalho teria contribuído para a retomada do movimento operário e sindical na região posteriormente³⁹⁵.

As greves metalúrgicas de 1968, na Cidade Industrial, foram um marco na luta dos trabalhadores durante a ditadura militar. Se a greve de abril significou uma vitória política do movimento operário e sindical e certo ganho econômico para os trabalhadores; em outubro, a repetição do mesmo feito não foi possível. Trabalhadores e lideranças estavam mais organizados para o movimento, por outro lado, a ação rápida da Delegacia Regional do Trabalho e da repressão demonstrou que dessa vez a ditadura não estava disposta a ceder. No

³⁹³ ARCEBISPO justifica greves e condena as violências em nova mensagem pastoral. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 08 de outubro de 1968, p. 11.

³⁹⁴ Memórias do entrevistador Michel Le Ven durante a entrevista com Ênio Seabra. *Op. Citada*.

³⁹⁵ A HISTÓRIA de uma greve organizada, 1998, p. 34.

entanto, para além da repressão, é preciso considerar outros fatores quando se trata da greve de outubro.

Nilmário Miranda, ex-militante do POC, fala desse movimento da seguinte forma:

Então, nós trabalhamos ali muito, a greve saiu, foi uma aventura, não havia clima nem para greve, nem construção, greve você não traz de fora para dentro, como nós trouxemos, quase forçando uma greve. Os trabalhadores tinham feito uma greve em abril, tinham tido uma vitória expressiva, ganhou um abono, que o Passarinho veio aqui para negociar o fim da greve, concedeu um abono de 10% a todos os trabalhadores do Brasil a partir dessa greve, por isso que ela virou, foi tão marcante. (Nilmário Miranda. Entrevista concedida à autora, 26/06/2016).

Ao contrário da greve de abril, em que o POC não teve participação, pois ainda não existia, tendo sido criado posteriormente, na greve de outubro o partido contribuiu. Aqui a fala do ex-militante ganha contornos de autocrítica, com o reconhecimento de que não havia clima para uma nova greve e que era muito difícil fazer um movimento de fora para dentro.

Vital Nolasco, operário e ex-militante da Ação Popular, também faz uma avaliação do movimento. Ele diz:

Depois de abril, iniciou-se todo um processo de preparação da nova greve, que de veria eclodir na nossa data-base. Desta vez, queríamos ter um melhor controle sobre o processo. Efetivamente este foi um trabalho que rendeu frutos. A nova greve eclodiu em outubro de 1968. Mas existia naquele momento uma certa visão romântica; acreditávamos firmemente que com aquela greve nós iríamos derrubar a ditadura. Portanto, um certo voluntarismo também orientou a mobilização de outubro. (A HISTÓRIA de uma greve organizada, 1998, p. 32).

A entrevista de Nolasco corrobora com a avaliação de Nilmário Miranda e carrega um tom de autocrítica. Se para Nilmário a experiência foi uma aventura, para Nolasco ela esteve envolvida por uma visão romântica daquele ano de 1968 e do voluntarismo revolucionário. A grande mobilização dos trabalhadores para a greve de abril encheu de otimismo os ativistas sindicais e militantes políticos das organizações de esquerda presentes na região para a preparação de um novo movimento em outubro que agora se travestia, segundo Vital Nolasco, de um objetivo maior: derrubar a ditadura militar. Não se pode negar que o processo de organização desse movimento se constituiu como experiência importante para o repertório de ações dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem; algumas delas, inclusive, serão retomadas na década de 1970. No entanto, o que se viu é que talvez o entusiasmo das esquerdas e de algumas lideranças operárias tenha sido maior do que a disposição da massa operária para fazer uma nova greve naquele momento.

Dois meses depois da greve de outubro, a ditadura decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, que intensificou a repressão em todo o Brasil. Esse ato, conforme aponta Rodrigo Motta (2014, p. 148), foi com um divisor de águas na história do regime militar brasileiro, representando a culminância de “tendências autoritárias” desde 1964 e, “nesse sentido, correspondeu às demandas dos grupos radicais de direita pelo ‘aprofundamento da Revolução’”. Na Cidade Industrial não foi diferente. Aliada à repressão da ditadura, estavam a repressão e a vigilância dentro das fábricas. Algumas empresas passaram a investigar a vida dos trabalhadores que admitiam. Tornou-se comum, ao empregar um operário, as fábricas encaminharem ofício ao delegado do Dops com “pedido de busca” sobre trabalhadores admitidos, a fim de verificar “possíveis ocorrências desabonadoras registradas nos arquivos dessa Delegacia”. Junto ia a lista dos novos funcionários³⁹⁶. Desse modo, o Dops, para além da “defesa” do patrimônio durante movimentos grevistas, auxiliava as corporações a investigar e vigiar seus funcionários.

Ademais, depois do AI-5, essas grandes mobilizações não seriam mais possíveis. A ditadura militar dava demonstrações sobre o quanto estava disposta a recorrer ao arbítrio para dar continuidade ao seu projeto de modernização conservadora e de desenvolvimento econômico que “jogava” todos os encargos sobre os ombros da classe trabalhadora. Entretanto, mesmo nesse contexto de repressão e exploração e sem o apoio do sindicato, muitos trabalhadores, apesar do medo e da demissão certa, buscaram se organizar de maneira molecular no interior das fábricas. Para isso, utilizaram-se de estratégias já conhecidas, como a elaboração de abaixo-assinados às diretorias das empresas exigindo melhores condições de trabalho, as mobilizações por setor de produção, operações tartaruga para pressionar por aumento de salários, entre outras formas de reivindicação.

³⁹⁶ APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0947, rolo 019, mai. 19721- nov.1972, imagens 2 e 3. As imagens de 4 a 7 referem-se a uma lista anexa ao ofício de 2 de novembro de 1972, com 77 nomes de trabalhadores da Companhia Siderúrgica Mannesmann.

CAPÍTULO 5 - RESISTÊNCIA E ACOMODAÇÃO NO SINDICATO

5.1 A luta silenciosa nas fábricas

Na Cidade Industrial, depois da greve de outubro de 1968, da interdição do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem e da repressão que se fez mais presente na região, trabalhadores da categoria tiveram de buscar outras formas de se organizar. O livro *Memória operária*, escrito por Ignácio Agero Hernandez e publicado pela primeira vez em 1979, possibilita ao leitor caminhar não pela cidade industrial, mas pela cidade operária. Por meio de suas memórias, Ignácio Hernandez nos conduz ao cotidiano das fábricas em que trabalhou, durante a ditadura militar, contando como era a convivência diária com os operários e as lutas travadas no interior das empresas por melhorias nas condições de trabalho e as perseguições sofridas. Ele rememora a reorganização do movimento operário também no âmbito sindical, com a constituição de uma oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos que se converteu em uma luta efetiva pela “conquista” da entidade.

Além disso, a lembrança da vigilância dos agentes da repressão e a prisão por seu envolvimento na luta dos trabalhadores também são objetos de sua reconstrução memorialística. Por tudo isso, o lançamento de *Memória operária* foi motivo de preocupação do Serviço de Informações do Departamento da Polícia Federal - Superintendência Regional no Estado de Minas Gerais, como se vê no Informe nº 200/80, de 25 de março de 1980. O documento comunicava que o livro citado, de autoria do “ex-padre” Ignácio Agero Hernandez, publicado pela Editora Vega/SA, havia sido lançado na capital e estava sendo vendido ao preço de CR\$ 80,00 (oitenta cruzeiros) na Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade Católica de Minas Gerais e na Cidade Industrial de Contagem, no meio operário³⁹⁷. O informe também dizia que o livro *Memória operária* tecia críticas ao governo quanto aos seus procedimentos junto à classe operária e que seu autor, pertencente ao movimento operário, havia sido indiciado no IPL 154/79-SR/DPF/MG, incurso no art.42, inciso VI Lei 6620/78 e investigado na IPP nº 24/79 – SR/DPF/MG, quando da greve dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, referindo-se ao movimento grevista que

³⁹⁷ A Editora Vega pertencia ao CET, Centro de Estudos do Trabalho.

ocorrera em outubro de 1979. Para conhecimento, encaminharam ainda cópia da capa e do sumário do livro³⁹⁸.

Na cena que abre *Memória operária*, o autor evoca o dia 7 de março de 1969, seu primeiro dia na fábrica Pohlig Heckel:

Os operários da Pohlig vão entrando lentamente pelo portão da fábrica. Os retardatários saltam dos ônibus ainda em marcha e correm pela rua para chegar a tempo de marcar o cartão de ponto e não perder o dia. A sirene implacável apita com estridência.

O desconhecido se mistura a um grupo qualquer ao acaso, e dá seus primeiros passos dentro de uma fábrica. Não conhece ninguém e ninguém o conhece. (HERNANDEZ, 2004, p. 11).

Ignácio Hernandez é, naquele momento, um desconhecido misturando-se aos operários, envolvido pela imagem dos ônibus, dos trabalhadores correndo, dos cartões de ponto e das sirenes estridentes. Desse modo, ele chega à seção de pessoal da fábrica, carregando no bolso um bilhete com a orientação de ser encaminhado ao setor de montagem.

Já está diante de Faustino, pequeno e magro, com as mãos nos bolsos. Tira a mão direita do bolso, pega o bilhete e lê. Lentamente olha o desconhecido de baixo pra cima: a ponta do sapato não está estragada. A calça não é nova, mas também não é velha. A camisa tem todos os botões. As mãos finas e brancas não têm nenhuma unha quebrada, os óculos, a careca pronunciada. É um pouco corcunda e, apesar de querer dissimular, está nervoso.

– O senhor vai trabalhar na montagem?

– É, está escrito aí.

– É um trabalho duro, vai aguentar?

– Vamos ver.

Faustino fica pensando um minuto. Tira uma caneta e escreve no bilhete: “Ao senhor Luciano”.

– Procure o senhor Luciano. Vai trabalhar com ele. A seção é por ali. (...)

Luciano olha o bilhete. Pergunta:

– O senhor é oficial?

– Não, senhor, sou ajudante.

– Mas conhece o ofício, sem dúvida.

– Não, senhor, não conheço nada do ofício. É a primeira vez que trabalho no ramo.

Luciano fica pensativo e por fim manda o desconhecido trabalhar com dois operários ali perto, Bonecão e Marcha Lenta, que parafusam chapas de desgaste no chute de descarga do carregador de vagões.

O desconhecido se apresenta e fica como galinha em puleiro alheio. Bonecão olha pra ele com desconfiança e não diz nada. O tempo passa. Os minutos parecem horas. Por fim pede ao desconhecido que traga umas arruelas de 5/8. O desconhecido não sabe o que é arruela e muito menos o que quer dizer 5/8 de polegada. Após a explicação traz as arruelas completamente erradas. Todo mundo se entreolha com um sorriso de desconfiança e desprezo. O desconhecido fica mais encabulado. Marcha Lenta traz as arruelas.

O desconhecido pega uma chave de boca e começa a apertar parafusos: um, dois, vinte, quarenta, sessenta... lembra-se de Carlitos de “Tempos Modernos”. Depois

³⁹⁸ Informe nº 200/80, de 25 de março de 1980. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta CA.02.01.

não pensa nada. A mão dói, doem as costas, as pernas. A posição é desajeitada. (HERNANDEZ, 2004, p. 12-13).

A diferença entre Ignácio Hernandez e aquele mundo operário logo se revela, por sua aparência física, pelas roupas que veste e ainda por seu desconhecimento sobre o novo ofício a ser exercido. A desconfiança é o que marca seus primeiros contatos com os trabalhadores, estabelecida em vários níveis: em relação à sua capacidade de aguentar o trabalho pesado, conforme pergunta Faustino; e ao seu conhecimento do ofício, pois mesmo com as explicações do operário Bonecão não acerta as arruelas e polegadas, gerando mais suspeita e desprezo. E por fim, a desconfiança quanto a quem Ignácio realmente era, pois na cabeça dos trabalhadores um sujeito com aquela aparência e nenhum conhecimento do ofício só poderia ser um “espião”.

Ninguém fala com ele. A desconfiança reina na seção. Uns meses atrás, a Pohlig estava em greve. Aquela seção foi firme: a primeira a abandonar o trabalho e a última a retomá-lo. “O desconhecido deve ser um espião. O melhor é gelá-lo”. Ninguém fala com ele. Por fim, apita a sirene. 11 horas, hora de almoço: as máquinas vão parando devagar. A ponte rolante fica silenciosa; as máquinas de solda emudecem seu zum-zum. Não se escutam mais as marretadas nas chapas de aço. O silêncio mais profundo. (HERNANDEZ, 2004, p.13-14).

A desconfiança e o silêncio em relação a Ignácio são justificados em suas memórias: os trabalhadores da Pohlig Heckel tinham participado de uma greve meses antes, em outubro de 1968. Desse modo, dez anos depois de entrar no mundo operário, em sua reconstrução memorialística, Hernandez já compreende o que se passava dentro de uma fábrica, compreende a suspeição, afinal, eram tempos de ditadura e qualquer um poderia ser um “espião”.

Durante 15 dias, “aquele homem alto, um pouco corcunda, careca que não tem nem mãos nem jeito de metalúrgico” trabalhou sendo sondado por alguns e ignorado pela maioria. O momento de mudança na relação com os trabalhadores veio quando a notícia de que ele era padre se espalhou pela fábrica, atraindo olhares de simpatia e cordialidade. Na lembrança de Ignácio, o fato de ele se revelar padre elimina a possibilidade de ser também alguém a serviço da repressão, quando se sabe que alguns sacerdotes eram simpáticos à ditadura militar.

Ignácio Agero Hernandez, nascido no ano de 1932 em Cória, na província de Cáceres, Espanha, formou-se padre em 1959 e veio para o Brasil para tornar-se “padre operário”: “trabalhar na fábrica para ser mais um, como qualquer um”. Depois de anos vivendo na Cidade Industrial como operário, após refletir sobre sua vida, tomou uma decisão: “continuar

na fábrica, casar-se e integrar-se o mais possível na vida do povo” (2004, p. 31). Casou-se em 1971 com Adélia Batista, com quem teve três filhos.

Antes disso, interpelado pelos trabalhadores da Pohlig sobre sua condição de padre na fábrica, ele responde que veio porque achava que a Igreja deveria ser pobre e estar junto com o trabalhador; “sofrer com quem sofre e lutar com os que lutam por melhores salários e condições de vida mais descentes que as atuais” (HERNANDEZ, 2004, p. 17). Logo o “gelo” e a desconfiança de que Ignácio fosse um “espião” se desfizeram. Havia na lembrança de lideranças como Gambiarra, o exemplo do padre holandês, preso na igreja do bairro Inconfidentes com o Comitê de Greve, em outubro de 1968. Bonecão e Marcha Lenta, seus colegas diretos na seção de montagem, desculparam-se; de Mário Bode, “melhor montador da *Pohlig*”, ganhou um abraço e a promessa de que lhe ensinaria o ofício, seguida da afirmação de que dali em diante comeriam da mesma marmita. A aceitação de Ignácio na fábrica se completou quando João Bico o “batizou” com um apelido, prática comum no cotidiano fabril. Agora era Curiango, “pássaro desajeitado e misterioso que sai à noite” (HERNANDEZ, 2004, p. 17-18).

A partir daí Ignácio toma contato com os trabalhadores mais combativos do setor de montagem da Pohlig Heckel e juntos buscam mobilizar os demais conforme era possível no momento, como será analisado ao longo do capítulo. Isso revela que apesar das dificuldades de organização na Cidade Industrial durante a ditadura militar, principalmente depois da greve de outubro de 1968 e da ameaça real de desemprego – vivida pelo próprio Ignácio, que no espaço de apenas dez anos passou por mais de oito empresas, sendo demitido a cada nova reivindicação –, os trabalhadores continuavam se mobilizando, constituindo um movimento operário do possível. Mesmo assim, ainda há pouca pesquisa sobre o período “entre greves” que vai de 1968 a 1978, principalmente, considerando o movimento operário e sindical fora do eixo de São Paulo³⁹⁹.

Para além das greves por questões salariais, uma estratégia amplamente empregada nesse contexto foi a chamada “operação tartaruga”, que consistia em diminuir o ritmo da produção, o que provocava prejuízo aos empresários e muitas vezes os obrigava a negociar com os trabalhadores. Outras reivindicações eram feitas também, buscando melhorar as condições de trabalho ou apenas reunir os trabalhadores em torno de uma causa comum.

³⁹⁹ Sobre a atuação do movimento operário em São Paulo, uma importante referência é o volume 2 da coletânea *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*, organizada por Celso Frederico (1987), onde foram reunidos artigos e dados produzidos pela imprensa alternativa e que mostra a movimentação dos trabalhadores no período citado.

Assim, em mais uma passagem de sua “memória operária”, Ignácio Hernandez (2004) revela como era o trabalho de organização silencioso feito pelas lideranças no chão de fábrica, na década de 1970. Em outubro de 1971, por exemplo, depois de uma reivindicação desorganizada por aumento de salário que acabou levando à demissão de dois montadores, os trabalhadores da Pohlig Heckel se mobilizaram para exigir o fim da prática da empresa de obrigar os trabalhadores da seção de montagem a comprar as trenas utilizadas no trabalho. As trenas, ferramentas fundamentais nesse ofício, eram vendidas no almoxarifado da empresa por 30 cruzeiros. Na tentativa de abolir essa prática, os trabalhadores da seção de montagem escreveram uma carta ao gerente da fábrica. No final, o gerente aceitou a reclamação, na condição de a empresa praticar o valor de cinco ao invés dos 30 cruzeiros cobrados anteriormente pelas trenas, com a justificativa de evitar “abuso”. Mesmo sem conseguir abolir completamente a cobrança, para os trabalhadores do setor de montagem isso não deixou de ser uma conquista, afinal, era mais 25 cruzeiros de volta ao já parco orçamento (HERNANDEZ, 2004, p. 27-28).

Outro exemplo de lutas cotidianas foi a mobilização dos trabalhadores da fábrica Módulo, em 1975, em relação à caixinha da empresa. Logo que o trabalhador entrava para essa fábrica, era obrigado a se associar à sua “caixinha”, pagando um determinado valor todo mês. No entanto, a maior reclamação dos funcionários era que, quando precisavam pegar um empréstimo, além de demorar a conseguir, ainda tinham de pagar juros. O grupo então, de posse do estatuto da caixinha, convocou uma assembleia para tratar de quatro itens: 1- devolução, no Natal, do dinheiro da caixinha com juros aos contribuintes; 2- avaliação de empréstimos, feitos com rapidez e sem juros, no valor de cinco mil cruzeiros; 3- prestação de contas pela diretoria a cada seis meses; 4- escolha da diretoria da caixinha em assembleia por todos os associados. Ao receberem a primeira prestação de contas da história da caixinha, os trabalhadores tiveram uma surpresa; descobriram que 10% dos associados, constituídos por funcionários com cargos mais altos como engenheiros e o próprio presidente da caixinha, beneficiavam-se com 70% do dinheiro. A revolta foi grande e, no final, os trabalhadores conseguiram fechar a caixinha da empresa. Ao liderar essa ação, Curiango e Gambiarra foram dispensados da Módulo (HERNANDEZ, 2004, p. 99-103).

5.2 As organizações de esquerda no meio metalúrgico depois das greves

Além dos trabalhadores que passaram a se mobilizar dentro das fábricas de forma silenciosa, algumas das organizações de esquerda continuaram seu trabalho político e clandestino na Cidade Industrial, como a Corrente Revolucionária e a Ação Popular. Obviamente com mais dificuldade nesse novo contexto, pois os órgãos de informação e repressão vinham aprimorando sua maneira de operar e a perseguição às organizações tornou-se uma prioridade para a ditadura militar, sem contar que o AI nº 5, em vigor a partir de dezembro de 1968, aumentou o poder das forças repressivas. O Colina, por sua vez, optou por se afastar do trabalho de massas e se militarizar completamente, retirando militantes da Cidade Industrial antes mesmo da greve de outubro, como foi o caso de Oroslinda Goulart, integrante do núcleo operário da organização. Data desse período algumas ações armadas dos Comandos de Libertação Nacional na região. Na Cidade Industrial, realizaram um assalto a uma agência do Banco do Brasil, localizada na avenida 1, próxima ao Sindicato dos Metalúrgicos e da Mannesmann. Rapidamente o secretário de Segurança do estado, Joaquim Gonçalves, concluiu que o “assalto tinha tudo de subversivo” pelo nível de planejamento e organização e por terem os assaltantes deixado um manifesto no local que atacava o governo e conclamava o povo à revolução⁴⁰⁰. O assalto ocorreu durante a greve dos metalúrgicos, mas não se relacionava diretamente com o movimento. O objetivo do Colina era provocar o levante dos trabalhadores na Cidade Industrial e demonstrar a coragem da ação revolucionária em uma área ocupada pela repressão (NAHAS JÚNIOR, 2015, p. 255). No manifesto deixado no local, a organização se solidarizava com os trabalhadores em greve, os bancários e os metalúrgicos, e conclamava o povo a se organizar e se armar para a luta⁴⁰¹. Outra ação do Colina foi o lançamento de bombas caseiras e panfletos nas casas do delegado Regional do Trabalho, Onésimo Viana, e do interventor do Sindicato dos Bancários e dos Metalúrgicos, Humberto Polo. Essa ação, realizada na madrugada de 12 de outubro de 1968, visava demonstrar o apoio do Colina aos trabalhadores e denunciar a repressão sofrida por bancários e metalúrgicos em função de seu movimento grevista. Foi a única ação do Colina em apoio ao movimento de massas (NAHAS JÚNIOR, 2015, p. 262-263).

⁴⁰⁰ “GANG” armada assalta Banco do Brasil. *Última Hora*, Belo Horizonte, 5 de outubro de 1968, p. 5.

⁴⁰¹ Trecho do manifesto deixado no banco durante a ação. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 0016, rolo 02, 1968, imagens 4 a 11. O Colina realizou outras ações armadas, como o assalto ao Banco Ultramarino, no Rio de Janeiro, e os assaltos simultâneos nas agências do Banco Mercantil e Banco da Lavoura na cidade de Sabará, no dia 14 de janeiro de 1969.

Menos de um mês depois dessas ações, em 1º de novembro de 1968, o jornal *Última Hora* noticiou uma ação da polícia na Cidade Industrial contra o Colina. Segundo o diário, “tudo começou no domingo, quando a polícia descobriu na casa de um metalúrgico na Vila Riacho das Pedras, na Cidade Industrial, um grupo de terroristas”. Na verdade, o dito “grupo de terroristas” era formado por três pessoas: dois estudantes e um operário, que, quando a polícia chegou, estavam “assentados numa tosca mesa de cozinha” e “não fizeram a menor resistência à prisão”. Enquanto os três foram levados para o Dops e interrogados pelo delegado Thacir Meneses, Davi Hazan se reuniu “a portas fechadas com dois oficiais do Exército para analisar ‘os planos subversivos do grupo’”, que de acordo com a polícia “planejava decretar greve geral dos trabalhadores em janeiro de [19]69” e realizar “atos de violência para deslocar tropas da PM das cidades do interior para a capital”.

Os presos eram Pitágoras de Oliveira, estudante, único identificado na matéria, Carlos Vilan Piñon, estudante de Medicina da UFMG, e João Anunciato dos Reis, conhecido como Canela, operário da Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE). A Polícia declarou ainda ao jornal que foram apreendidos com os “três terroristas” livros sobre “Guerra de Guerrilha” e panfletos “cujo teor e estilo são os mesmos dos panfletos deixados pela organização terrorista Colina” em suas ações. O delegado do Dops aproveitou para anunciar que tinha em seu poder uma lista com 30 nomes de membros do Colina, que estariam “sendo caçados em todos os pontos da cidade”⁴⁰². Se a tal lista alardeada pelo delegado existia não é possível saber, mas fato é que sucessivas prisões de militantes do Colina, incluindo o metalúrgico da SBE, ocorreram, culminando com a “queda” definitiva da organização na madrugada do dia 28 de janeiro de 1969.

No que diz respeito à Corrente Revolucionária, a organização continuou a produzir o jornal alternativo *O Flexa*, na Belgo Mineira, denunciando as condições de trabalho no interior da fábrica em sua edição de janeiro de 1969⁴⁰³. Segundo a publicação, as ameaças das fábricas aos trabalhadores com o “assina ou vai embora”, para que optassem pelo FGTS, eram constantes, e alguns já haviam sido dispensados por esse motivo. O jornal, com a seguinte palavra de ordem: “Abaixo o Fundo de Garantia, lutemos pela readmissão do Titino, Antônio, Ciro e Vitória”, conclama os trabalhadores a lutarem.

Além disso, *O Flexa* aponta outras situações como os acidentes de trabalho recorrentes, a falta de preparo do serviço médico da empresa e a exploração de um

⁴⁰² DOPS ouve estudantes e operário da “colina”. *Última Hora*, Belo Horizonte, 1 de novembro de 1968, p. 3.

⁴⁰³ O FLEXA, Jornal dos trabalhadores da Belgo Mineira, jan.1969. APM, Fundo Dops/MG, Pasta 1043, rolo 026, jan.1969-jan.1969, imagens 2 a 5.

encarregado que pressionava trabalhadores de sua seção a trabalhar em dias de folga em obras fora da fábrica sem receber pagamento por esse serviço. Os encarregados eram chamados pelo jornalzinho de “carrascos dos gringos”, pois aumentavam a velocidade das máquinas, obrigando os trabalhadores a também aumentarem o ritmo de produção, causando, por sua vez, “grandes perigos aos operários que sempre se acidentam”. Ainda sobre o tema da sinistralidade laboral, outra denúncia d’*O Flexa* era em relação à censura na fábrica quando os acidentes ocorriam:

(...) os gringos, além de exigirem maior produção, maior velocidade das máquinas, ainda tentam esconder os acidentes que acontecem aqui, por culpa deles. O companheiro da máquina 1 da BTC, por exemplo, que foi acidentado tem quase um mês. Uns dizem que ele morreu, outros dizem que não. Mas de uma coisa nós sabemos – ele saiu daqui quase morto. (*O FLEXA*, jan.1969).

O silenciamento da empresa em relação aos acidentes também constituiu uma forma de violência. Os trabalhadores, ao saberem de um acidente de trabalho vivido por algum colega e da maneira como a empresa tratou a ocorrência, como no exemplo citado, em que os demais não sabiam se o acidentado estava vivo ou morto, sentiam-se vulneráveis e reduzidos a nada mais do que uma peça da fábrica. Os trabalhadores também tinham de lidar com os maus-tratos na enfermaria da empresa, outro alvo de reclamação do jornal. Por fim, *O Flexa* chama os trabalhadores a agirem, exigindo a diminuição da velocidade das máquinas, “e se não atenderem vamos baixar a produção, fazendo a operação tartaruga”.

Tanto na Pohlig Heckel quanto na Belgo Mineira, a “operação tartaruga” aparece como parte do repertório de luta dos trabalhadores já em 1969. Outra coisa importante nessa denúncia do periódico é que a exigência da diminuição da velocidade das máquinas se tornava uma forma de os trabalhadores reassumirem o controle dos seus corpos, que passaram a ser regidos por um ritmo externo a eles e cada vez mais veloz. *O Flexa* não teve vida longa na Belgo Mineira, pois depois de uma série de ações armadas, concentrada sobretudo em Belo Horizonte, que durou até aproximadamente abril de 1969, vários militantes da Corrente foram presos e a organização se desmantelou. O que restou dela se fundiu à Ação Libertadora Nacional (VELOSO, 2013, p. 103). A líder operária Conceição Imaculada foi presa em abril de 1969 e seus irmãos, também militantes da Corrente, Antônio José de Oliveira, Efigênia Maria de Oliveira e Eustáquio Pinto de Oliveira, em março de 1970.

No que concerne à Ação Popular, logo após a greve de outubro de 1968, houve a retirada de militantes da Cidade Industrial, como Delsy Gonçalves e Luiz Marcos Gomes, ambos do núcleo operário do Comando Regional da AP. Ênio Seabra, depois de detido e

liberado pelo Dops, foi demitido da Mannesmann; e Mário Bento da Silva, da Mafersa. No caso de Mário Bento, sua atuação política como ativista sindical no meio metalúrgico foi interrompida momentaneamente, mas logo ele voltaria a participar das assembleias da categoria. Em 6 de agosto de 1969, Ênio e Mário Bento foram presos para responder ao Inquérito Policial Militar (IPM) que envolvia a Ação Popular, sendo soltos em 5 de dezembro do mesmo ano⁴⁰⁴.

Na avaliação de Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984, p. 105), em Minas Gerais, logo depois da greve de Contagem e em função dela, o trabalho operário foi “golpeado”. Para os autores, tanto a forma de participação na greve, gerando suspeitas acerca da existência de um trabalho organizado na região, como a prática de integração na produção começaram a chamar a atenção da repressão, provocando algumas perseguições e prisões de militantes da Ação Popular atuantes na Cidade Industrial.

Diante dessa situação geral de repressão aos trabalhadores, ativistas sindicais e lideranças operárias, bem como militantes de organizações de esquerda que atuavam no meio metalúrgico, o trabalho das comissões de fábricas foi desarticulado em algumas empresas e/ou tornou-se residual em outras. No caso da AP, no entanto, a partir de setembro de 1969, a organização conseguiu reestruturar o trabalho operário em Contagem, ainda que em uma escala reduzida, apoiando-se em contatos que sobreviveram às “quedas” de 1968 (LIMA; ARANTES, 1984, p. 106). Assim, no início do ano de 1970, a AP decidiu deslocar militantes novamente para a região.

Foi nesse momento que o casal Sálvio Humberto Pena e Ana Lúcia chegou à Cidade Industrial. Sálvio nasceu em 1943, em Sabará. Estudou em Belo Horizonte na Escola Técnica, onde começou sua militância no movimento estudantil e na Ação Popular, mas acabou não se formando no curso de Mecânica, pois a escola cancelou sua matrícula devido à sua atuação política. Com isso, teve de começar a trabalhar, entrou para a Belgo Mineira de Sabará, em 1966, tornando-se metalúrgico. Depois da greve de outubro de 1968, a Ação Popular avaliou que seria interessante que ele se transferisse da fábrica de Sabará para a trefilaria da Belgo, em Contagem, a fim de recompor a atuação da organização na região. Para que isso se concretizasse, ele conta que ficou do final de 1968 e durante o ano de 1969 articulando sua transferência com a diretoria da empresa com o apoio de um irmão que já trabalhava na Belgo, na Cidade Industrial, pois “tinha que combinar isso com a questão da segurança, então não podia ser uma transferência se eu tivesse que forçar a barra, não é?”. Ana, por sua vez,

⁴⁰⁴ *Idem*, Pasta 4214, rolo 057, mar. 1972 - maio 1972, imagem 126.

abandonou o curso de História na Universidade Católica (atual PUC Minas) e, como era servidora concursada do estado de Minas Gerais, conseguiu transferência para trabalhar em uma biblioteca pública localizada no Bairro das Indústrias⁴⁰⁵.

Sálvio e Ana casaram-se no dia 31 de janeiro de 1970, principalmente para agradar à família dela. O casal foi morar inicialmente no bairro Eldorado, como relembra Sálvio: “fechamos o aluguel, um barracão fodido, de um segurança da Mannesmann! Então a gente assim..., muito cuidado, um comportamento supercontrolado, porque o cara era segurança da Mannesmann”. O local não tinha privada, “era uma fossa para os dois barracos”, “mas acabou que ficamos ali três meses, aprendendo a viver com água de cisterna (...), já fizemos nosso teste de proletarização... [risos]”⁴⁰⁶.

Sobre a proletarização na AP, Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984, p. 114-115) avaliam como ponto positivo o fato de a integração possibilitar a muitos militantes travar um contato direto com as massas, servindo para consolidar e ampliar trabalhos populares da organização e inaugurar frentes em regiões operárias. Por outro lado, como ponto negativo, eles consideram que essa prática adotada pela AP, em muitos casos, “tomou feições de pauperização”, obrigando seus militantes a viver em condições precárias, como foi o caso de Sálvio e Ana.

Ao ser perguntado sobre a relação que estabeleceram com o segurança da Mannesmann e a esposa deste, Sálvio responde que foi a relação “possível” e que eles logo perceberam que o novo casal que chegou à Cidade Industrial não era dali.

Mas eles sentiram que tinha alguma coisa no ar. Por exemplo, a gente resolveu fazer, fizemos dois sábados só. Montamos a célula operária que reunia todo sábado lá em casa. Então eu lembro dela comentando, eu não lembro o nome dela, mas a nossa locadora: “– Vocês são engraçados, vocês recebem o pessoal no sábado e a casa fecha, vira um silêncio...” [risos]. Eu falei: “– Ah a gente fica jogando...” [risos]. (Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 30/03/2017).

Sálvio acrescenta que, se Ana e ele obedecessem às exigências de segurança da organização, possivelmente teriam sido presos nos três meses que moraram nesse barracão.

Porque a organização, a gente é obrigado a admitir hoje, não tinha a menor ideia do que que era comportamento de trabalhador. Menor ideia. O que ajudou foi primeiro, que eu vinha dessa área, eu era filho de operário e irmão de operário. Já estava na Belgo desde [19]66, não é? O pai da Ana também era operário da Belgo, então ela também vinha desse berço, nos ajudou muito. Porque a organização foi fundada por

⁴⁰⁵ Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 30/03/2017.

⁴⁰⁶ *Ibidem*.

intelectuais, não é uma crítica, estou contando a história. A organização foi fundada por intelectuais da JUC, da Juventude Universitária Católica. Para você ter uma ideia, a organização me fez dar todos os discos de *jazz* importados que eu tinha, porque a organização tinha uma visão do operário totalmente irreal, fantasiosa, não é? Agora como a gente já vinha de um mundo, de uma relação simples na família, com amigos e tal, que a gente conseguiu ter uma relação boa com esse casal. (Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 30/03/2017).

Assim como Orosllinda Goulart, ex-militante do Colina, falou anteriormente sobre a mistificação da figura do operário pelos integrantes de sua organização, aqui Sálvio Pena chama a atenção para o fato de a Ação Popular não ter ideia do que era o “comportamento do trabalhador” naquele momento. Ele continua:

Para você ver como é que a gente foi, a gente era pouco crítico, não é? Porque era uma questão para ter sido levantada na época. Eu tinha uma coleção de discos de *jazz* comprada com muito sacrifício, eu sempre fui um amante do *jazz*, (...) e a Ação Popular me fez dar tudo, para você ter uma ideia, nós chegamos aqui, nós achamos em pleno [bairro] JK um conjunto *cover* dos Beatles e eles cantavam em inglês perfeito! Nossos vizinhos! [risos]. Tomava todas as cachaças do mundo e tocavam guitarra e cantavam Beatles. Quando começamos a nos relacionar, por exemplo, com as meninas da RCA, a RCA tinha uma fábrica de válvulas aqui na Praça A, B, C, Praça C, não é? Então conhecemos algumas meninas da praça C, da RCA, e elas já vestiam bonitinho, compravam calça *lee* a prestação, a Ação Popular cometeu, e imagino que outras organizações, a gente saía, no meu caso eu já era metalúrgico operário, o pessoal saía da universidade e punha um vestido de chita, todo cheio de conta, rasgado e vinha para a Cidade Industrial. Os jovens não andavam assim. Sempre oh, a juventude sempre foi vaidosa. Quem tem... ah, na época já tinha televisão, né? Nós não tínhamos, até que os pais da Ana nos deram uma TV, mas já tinha TV, tinha cinema, tinha rádio, então achamos aquilo no JK, um *cover* dos Beatles. E eles cantavam em inglês! As festas terminavam com cachaçadas e todo mundo cantando, estava fazendo um sucesso danado aquele filme *Aquarius*. Eu lembro perfeitamente a gente numa casa fodida, de pobres, negros, e todo mundo cantando as músicas do *Aquarius*. Eu falei: “– Caramba, bicho, eu dei todos os meus discos, chego aqui o pessoal cantando em inglês!” [Risos]. (Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 30/03/2017).

O enquadramento dos trabalhadores em uma imagem idealizada que os colocava como a vanguarda da revolução, própria daqueles anos de 1960, trouxe dificuldades para muitos militantes de organizações de esquerda de enxergarem homens e mulheres reais que enfrentavam a dureza do cotidiano da fábrica e da vida nas periferias das grandes cidades, mas que ainda assim alimentavam sonhos e desejos, que não necessariamente era o de fazer a revolução. Além disso, muitos trabalhadores eram jovens e estavam ou queriam se inserir na cultura jovem daquele contexto, consumindo produtos da moda como a calça *lee* e ouvindo Beatles, e isso, como pode ser visto na entrevista de Sálvio Pena, não se enquadrava na imagem dos trabalhadores construída pela Ação Popular.

Em seguida, o casal alugou uma casa na rua C, no JK, ao lado das fábricas Lafersa e da Companhia Cimentos Portland Itaú, bairro de maioria de trabalhadores. Era “uma casa

boazinha” na avaliação de Sálvio, e daí eles puderam começar o trabalho de integração com os vizinhos. Segundo o entrevistado, sua companheira, Ana, tinha uma habilidade enorme para trabalhar com as mulheres simples do bairro, em função disso, “ela se integrou rapidinho”. Quando perguntado sobre sua integração na fábrica e o trabalho político, Sálvio Pena explica que para ele foi mais tranquilo, pois já trabalhava na Belgo Mineira desde 1966, em Sabará. Acrescentou que a principal coisa que tinha de fazer para conseguir o respeito dos demais trabalhadores e não ficar visado na fábrica era “chegar e trabalhar”.

Você tinha que chegar e trabalhar, até porque para você se afirmar com alguma liderança como uma pessoa respeitada, você tinha que trabalhar e produzir, até os seus companheiros tinham que ver que você era uma pessoa trabalhadora. As grandes lideranças operárias da base de [19]68 se revelaram, eram grandes profissionais, Ênio Seabra, Mário Bento, grandes profissionais da área, não é? Ênio Seabra estava por aí, mas era um profissional respeitado dentro da Mannesmann. Mário Bento trabalhava com uma máquina chamada retífica, ele trabalhava com retífica de automóveis de motores, não é? E era tido e reconhecido como o melhor profissional de Belo Horizonte. O que você tinha que fazer na fábrica era trabalhar. (Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 30/03/2017).

Ao mesmo tempo que se mostrava uma pessoa trabalhadora, Sálvio procurava se integrar em outros aspectos da vida dos operários da Belgo.

Agora, você aproveitava o momento também para se integrar, não é? Ampliar suas relações e aí que você descobria as pessoas, então você tinha que fazer o que o operário faz. Jogar futebol. Eu sempre fui péssimo de futebol. Tive que jogar futebol de salão. Tive que aprender a jogar truco, tive que aprender a gostar de televisão, porque o pessoal me chamava para ver televisão em suas casas, eu e Ana. E o que eu não precisei aprender porque eu já comecei novo é beber cachaça, porque a bebida é um elemento, (...) também foi um elemento de ligação, quer dizer, uma pessoa, igual todos, não é? Beber no dia do pagamento, ir no boteco no dia do pagamento. (...) até descobrir pessoas já com uma clareza, de certas explorações, levar a sindicatos, sindicalizar, sindicalizar era uma coisa muito importante. (Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 30/03/2017).

Sálvio também frequentava os locais onde os trabalhadores tomavam café: “passei a frequentar todos, existia muito, deve ter hoje ainda, não é? Aqueles *trailers* de café em volta da Belgo, em volta das fábricas, da Belgo e em frente a SBE, do outro lado da Itaú”⁴⁰⁷. Esses encontros favoreciam ao militante se aproximar dos trabalhadores e identificar aqueles que poderiam se interessar em se sindicalizar, ação considerada importante nesse contexto de reorganização do movimento operário e sindical entre os metalúrgicos.

⁴⁰⁷ *Idem*, 16/04/2018.

Para desenvolver o trabalho político na fábrica, era preciso também ter cuidado com funcionários de setores específicos, que de acordo com Sálvio passaram a ser treinados para “identificar” comunistas nas fábricas. Nos departamentos de recursos humanos, por exemplo, essa identificação começava já na entrevista de seleção para o emprego, conforme ele explica.

Muitas fábricas, não sei se todas, mas muitas fábricas tinham inclusive entrevistadores qualificados para ter sensibilidade para descobrir, porque a repressão descobriu que pessoas começaram a desaparecer do movimento universitário. Aliás, foi um pouco assim que organizações como a Colina, a Corrente foram descobertas, pessoas desapareceram do movimento universitário, não é? E começaram a ser vistas por aí. Então, assim, as fábricas criaram gente qualificada nos departamentos de recursos humanos para detectar esse tipo de gente que chegava, não é? (Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 30/03/2017).

Os porteiros das fábricas também eram “qualificados” para “pegar comunista”. O entrevistado fala ainda sobre uma situação vivida por ele durante um curso obrigatório ministrado na Belgo, para trabalhadores que estavam entrando na empresa aprenderem a lidar com “situações emergenciais”:

Para você ter uma ideia, quando você entra para a Belgo você vai fazer... não sei como que é hoje, imagino que é até, deve ser até mais, mas você tinha que fazer um curso para situações emergenciais. Então eu tive que fazer um curso de apagar incêndio. Isso era obrigatório. Então fiz em Sabará e quando vim pra aqui já tinha feito lá, mas consideraram que eu estava entrando, como se tivesse entrando tipo para fazer o curso de novo. No primeiro dia, entre as causas de incêndio, o sujeito colocou que uma das causas de incêndio eram sabotadores comunistas. Eu perguntei assim: “– Você tem algum incêndio que tenha sido provocado por sabotador comunista?”.

“– Não”. Mas ele deu como causas de incêndios, curto-circuito, manipulação de coisa combustível, isso, aquilo, aquilo e sabotadores comunistas. Eu falei: “– Uai, mas tem na estatística algum...”

“– Não, não tem não”.

“– Pois é”.

Sabotadores comunistas. Botar fogo é praticamente no seu corpo. Porque se eu pôr fogo em uma fábrica, possivelmente eu vou morrer queimado, não é? Já pensou? Matar meus companheiros. Matar meus companheiros! Que loucura é essa, sabotadores comunistas. Então, assim, era todo mundo qualificado, pessoal de segurança do trabalho, portaria, recrutamento e seleção, era gente com qualificação. (Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 30/03/2017).

Se considerarmos o contexto, para os funcionários que faziam o treinamento, talvez a situação não fosse tão absurda de ser aventada como uma possibilidade real. Isso porque o sentimento anticomunista seguia sendo estimulado pela ditadura militar e esse tipo de ação de sabotagem era associado às práticas comunistas. Ao mesmo tempo, as ações armadas realizadas pelas organizações de esquerda no final da década de 1960 e início de 1970 e

ganhavam repercussão na imprensa acabavam reforçando o medo de que algo parecido pudesse ocorrer dentro das fábricas.

Mesmo com os riscos e a vigilância dentro das fábricas, Sálvio Pena buscou desenvolver um trabalho político clandestino na Belgo Mineira, chegando a recrutar alguns operários e a organizar uma pequena célula, algo extremamente difícil naquele momento, pois ele e os trabalhadores conheciam a repressão vivida na empresa, principalmente depois das greves de 1968, como ele conta:

Eu nunca admiti que a gente tinha uma célula na Belgo, mas chegamos a montar, uma célula de operários da Belgo Mineira da Ação Popular, cuja célula, inclusive, eu recrutei dois companheiros, dois companheiros foram formalmente para a AP. Porque a gente formava células, os companheiros sabiam que a gente era organizado, agora num primeiro momento a gente não precisava trazer todo mundo para a organização. Agora, dois viraram militantes da organização. Dois operários. Dois operadores de máquina de arame, de trefilaria. É muito difícil trazer, era muito difícil. Porque eles vinham de uma repressão dentro da Belgo muito grande, foi a repressão de [19]68. Por exemplo, eles não aceitavam de jeito nenhum, nenhum tipo de impresso. Eles falavam: “– Poxa, eu sou acidentado aqui dentro com papel no bolso, oh Sálvio, espera aí o quê que você está querendo?!”. Então era só na discussão. (Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 30/03/2017).

Além do trabalho nas fábricas, por considerar importante a participação no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, o entrevistado rapidamente passou a frequentar a entidade e a participar das assembleias da categoria. Ele explica que para os novos militantes da Ação Popular e ativistas sindicais que chegavam à Cidade Industrial as principais tarefas naquele momento era sindicalizar os metalúrgicos e recuperar o sindicato.

5.3 O sindicato pós-intervenção

O ano de 1969 para o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem teve início no mês de agosto, com as eleições para a diretoria da entidade, sob intervenção do Ministério do Trabalho havia dez meses. Durante esse tempo, ao contrário da intervenção ministerial ocorrida logo após o golpe de 1964, em que a junta governativa registrou suas atividades no livro de atas do sindicato, essa segunda intervenção não deixou registro de suas ações, dificultando, assim, a pesquisa sobre como foi o funcionamento do sindicato nesse período, como agiam os interventores Humberto Polo, Garibaldi Leal da Silva e João Gabriel Cardoso e qual o comportamento político assumido por eles frente ao regime militar e aos trabalhadores da categoria.

Uma das poucas ações do Sindicato dos Metalúrgicos nesse período a que tive acesso pela imprensa foi a realização de uma assembleia da categoria em 8 de agosto de 1969, no mesmo dia em que ocorreria a dos bancários, ambas autorizadas pela Delegacia Regional do Trabalho e com igual objetivo: discutir a campanha salarial daquele ano. Segundo a notícia do *Diário da Tarde*, mesmo contando com um auditório na sede do sindicato, a junta governativa resolveu marcar a assembleia dos metalúrgicos em um auditório maior, na Secretaria de Saúde, o que para o jornal era prova do otimismo da junta em relação à participação dos trabalhadores.

Na avaliação do periódico, bancários e metalúrgicos eram as categorias que tinham “tradição de luta na cidade”, sendo protagonistas de importantes greves ocorridas no ano anterior, fato que motivou a intervenção nos dois sindicatos. No caso dos bancários, nesse momento, eles tinham a vantagem de contar com uma diretoria eleita. Os metalúrgicos, porém, compareceriam às urnas somente na semana seguinte para eleger seus novos dirigentes⁴⁰⁸. Assim, a definição acerca da aceitação ou não pelos metalúrgicos do índice de aumento salarial divulgado pelo governo federal ocorreria dentro dos marcos possíveis de um sindicato ainda sob intervenção.

Uma semana depois, conforme o *Diário da Tarde* anunciou, as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos foram realizadas. Em 30 de agosto de 1969, tomaram posse João Silveira, como presidente da entidade; Geraldo Magela Rocha, vice-presidente; Gaspar dos Reis, primeiro secretário, João Batista Pereira, segundo secretário; Silos Martins Perdigão, primeiro tesoureiro; Júlio Gonçalves Sacramento, segundo tesoureiro; e Benedito Leandro, bibliotecário. João Silveira, o novo presidente da entidade, era trabalhador do setor de almoxarifado da Belgo Mineira, encarregado da expedição de materiais. Em entrevista para a revista comemorativa dos 70 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, Silveira conta que se sindicalizou em 1º de maio de 1964, mas não frequentava as assembleias, só participando no período das campanhas salariais. Um fato rememorado e acompanhado de perto por ele, já que era trabalhador da Belgo, foi a greve de abril de 1968. João Silveira lembra-se que foi na greve que ele conheceu Joaquim José de Oliveira, o “seu” Joaquim, identificado por ele e por outros sindicalistas como uma grande liderança metalúrgica. Um fato que marcou Silveira em relação à greve de 1968 foi exatamente a atuação do ativista Joaquim. Ele conta que durante a ocupação da empresa, enquanto outros

⁴⁰⁸ BANCÁRIO e metalúrgico numa campanha para valer. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 8 de agosto de 1969, p. 12.

diretores do sindicato negociavam com os representantes da Belgo, Joaquim aproveitou para sindicalizar os trabalhadores, utilizando a sala de Silveira para isso. Ele também comenta que quando a greve acabou a luta continuou, comandada pela diretoria do sindicato, que “tentou” outra greve em outubro, “mas aí houve a intervenção”. Como se vê, também para João Silveira, que não tinha atuação sindical, as greves de 1968 tornaram-se um marco em relação ao que lembrar sobre a trajetória do sindicato. Além disso, a greve de outubro e intervenção sofrida pelo sindicato são eventos que localizam temporalmente a entrada dele na história da entidade. A partir daí, João Silveira relembra, na mesma entrevista, como foi a primeira eleição em que concorreu para a diretoria do sindicato:

O presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de Minas Gerais, companheiro Humberto Canhoni e o companheiro Onofre Martins, diretor da CNTI e ex-presidente do nosso sindicato, encarregaram-se de formar uma chapa para concorrer à eleição e pôr fim à intervenção. Ele procurou companheiros em várias empresas e a chapa foi formada, inclusive com a escolha de companheiros feita por mim mesmo, com ajuda do Joaquim, Benigno, Bené Leandro e Gaspar dos Reis. Eu fui o escolhido para concorrer à presidência do sindicato, mas sabia, e assim entendo até hoje, que a eleição da chapa aconteceu porque companheiros influentes não quiseram ou não puderam concorrer, devido à repressão da ditadura. A chapa foi eleita e conseguimos devolver o sindicato aos trabalhadores. Tem muita gente que, por maldade ou por desconhecer o fato, que chegou a dizer que eu fui interventor no sindicato durante a ditadura. Graças a Deus foi o contrário: eu tirei o sindicato da intervenção do governo, que já durava 11 meses. Os dois primeiros mandatos foram sem chapa de oposição, mas os três seguintes foram com chapas de oposição, em disputas ferrenhas, principalmente os de 78/81 e 81/84, perdemos a eleição para o grupo que até hoje se encontra na direção do sindicato. (CINCO vezes presidente, 2004, p. 25).

Eleita para o triênio 1969-1972, a nova diretoria concorreu com chapa única formada, de acordo com João Silveira, com a interferência de seus “companheiros” o ex-interventor e membro da junta governativa entre 1964-1965 Onofre Martins Barbosa e Humberto Canhoni, duas figuras conhecidas no meio metalúrgico por adotarem um comportamento político alinhado ao Ministério do Trabalho quando foram, em momentos distintos, presidentes da entidade. João Silveira também se utiliza do momento da entrevista para esclarecer aos leitores que ele não foi interventor no sindicato durante a ditadura. Essa associação de Silveira com a intervenção talvez tenha ocorrido pela proximidade dele com Onofre Martins. Além disso, compôs a diretoria como membro suplente Odarth Miguel Moreira, um dos integrantes da junta governativa durante o período em que Onofre se licenciou para concorrer às eleições de 1965. Ou seja, João Soares Silveira não foi interventor, mas na composição da chapa havia a presença de ex-interventores, influenciando sua formação e/ou fazendo parte dela e da nova diretoria.

Para Reinaldo Muniz (1984), entre 1969 e 1978, o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem foi do imobilismo à retomada. O autor divide essa fase do sindicato em dois períodos: o primeiro, que vai da derrota da greve de outubro de 1968 até meados de 1977, caracterizado pelo “total silêncio da categoria dos metalúrgicos na Cidade Industrial, ficando o movimento operário completamente estacionado”. E o segundo período, iniciado em fins de 1977, quando lutas mais organizadas e massivas por reajuste salarial ocorreram, demonstrando os sinais de recuperação do movimento operário e resultando na organização de uma oposição sindical que terá participação ativa nas eleições sindicais para a diretoria em 1978 (MUNIZ, 1984, p. 232-233).

A meu ver, silêncio não significa falta de mobilização. Obviamente não era possível fazer como antes, um movimento aberto de luta contra o arrocho e a ditadura militar; no entanto, a categoria não estava imóvel. Ao contrário disso, os metalúrgicos empreenderam várias lutas nas fábricas por melhorias salariais e por melhores condições de trabalho. Muniz (1984) argumenta ainda que João Silveira, ao assumir a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos, imprimiu à entidade uma orientação eminentemente “pelega” até 1978, que é a fase do imobilismo, e a partir daí é possível observar uma mudança em seu comportamento à frente do sindicato. Isso se deu em razão da pressão diante da nova conjuntura do movimento sindical brasileiro e local. Silveira manteve-se na presidência até 1984, adotando uma atitude de acomodação no contexto pós-1978 – como será analisado em detalhes mais adiante –, pautada ainda pelo assistencialismo, sem críticas diretas à ditadura, mantendo certa proximidade com o Ministério do Trabalho, ao mesmo tempo que buscava aproximar-se de ativistas sindicais com comportamentos políticos mais progressistas e de resistência ao regime.

A bandeira do assistencialismo, sob a qual trabalharia a nova diretoria que assumiu a direção do Sindicato dos Metalúrgicos a partir de 1969, configurou-se em uma forma de dirigir a entidade que tinha forte apelo junto à categoria (MUNIZ, 1984, p. 234). Isso se explica também pela crescente pauperização da classe trabalhadora, o que tornava os serviços assistenciais fundamentais para os trabalhadores metalúrgicos e suas famílias.

Em sua primeira fala oficial no cargo de presidente, João Silveira agradeceu aos demais diretores pela confiança nele depositada e expôs seu programa administrativo. Em seguida, deixou claro aos presentes que somente ele responderia pelo sindicato, na assinatura de documentos e/ou em qualquer declaração pública em nome da entidade e que em sua

ausência um diretor seria por ele designado para substituí-lo⁴⁰⁹, dando demonstrações já de início que adotaria uma postura centralizadora.

Os meses de agosto, setembro e outubro, até então, caracterizavam-se como período de maior mobilização dos metalúrgicos, pois era o momento da campanha salarial da categoria. No ano de 1969, não foi o que se viu. Ainda marcados pelas consequências das greves de 1968 e pelo clima político do país, os metalúrgicos não se mobilizaram enquanto categoria no ano em curso. Cerca de 130 associados se reuniram em assembleia no dia 8 de agosto de 1969 e decidiram aceitar o índice de aumento salarial de 24% determinado pelo Departamento Nacional de Salários. Essa reunião não foi registrada no livro de atas de assembleias do sindicato. Na verdade, as únicas assembleias registradas em 1969 foram duas reuniões feitas com os metalúrgicos da Belgo Mineira para tratar de questões específicas dos trabalhadores dessa empresa, como a proposta de 2% de aumento espontâneo da empresa, além do índice para mensalistas e 3% para horistas. Esse tipo de prática, de oferecer percentuais “espontâneos”, tornou-se comum na Belgo, na tentativa de manter os trabalhadores “mais” satisfeitos e longe de paralisações e greves⁴¹⁰.

Só é possível, em consulta às fontes, ter conhecimento das resoluções da assembleia da categoria sobre a campanha salarial ocorrida no mês de agosto por meio da avaliação feita por João Silveira em reunião posterior da diretoria eleita, realizada no dia 1º de outubro de 1969, em que ele comenta acerca do encontro que teve com o diretor do Departamento Nacional de Salários para discutir os índices salariais da categoria. Silveira pondera que, diante da pouca participação dos metalúrgicos na assembleia e com a aceitação do índice de 24% estabelecido pelo governo, a diretoria não teve força para discutir com o representante do Ministério do Trabalho, mas ainda assim julgava “conveniente o encontrar para demonstrar nossa preocupação com a situação angustiante da classe sufocada pelo alto custo de vida”. Por fim, o presidente destacou que para o ano seguinte o sindicato deveria se preparar para uma campanha salarial “apoiada em bases mais sólidas, sem subverter a ordem, com o que nada

⁴⁰⁹ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 30 de agosto de 1969.

⁴¹⁰ De acordo com o livro de atas, foram realizadas duas assembleias com metalúrgicos da Belgo, nos dias 9 e 17 de novembro de 1969. Na primeira, estiveram presentes 93 associados, mas a votação não pôde ser realizada por falta de quórum. Na segunda, depois de uma mobilização maior, compareceram 500 associados, 478 votaram a favor da proposta da empresa e 22 contra. O aumento ficava vinculado à supressão do prêmio de produção ou incentivo existente na Trefilaria e ficaria incorporado ao salário. Além disso, a empresa propunha a manutenção do regime de 30 dias corridos de férias, dos horários de trabalho, do sistema de revezamento e descanso e da remuneração vigente na Trefilaria.

conseguiríamos, mas usar de todos os meios possíveis, dentro da legalidade, para forçar os patrões a conceder um bom percentual”⁴¹¹.

De fato, nas campanhas salariais dos anos subsequentes, a diretoria utilizou-se “de todos os meios possíveis” para garantir o aumento dos metalúrgicos, que naquele contexto estavam restritos a dois caminhos para quem quisesse agir sem “subverter a ordem” e “dentro da legalidade”: fazer um acordo com os patrões via entidade patronal, negociando o máximo dentro do índice, ou instaurar dissídio coletivo, recorrendo à Justiça do Trabalho, num processo que poderia se arrastar por anos e ainda correr o risco de ser em vão, pois quem dava a última palavra era o delegado regional do Trabalho, orientado pela política de salários do governo federal a não autorizar valores acima do estabelecido.

Além do encontro com o representante do Ministério do Trabalho para se informar sobre o índice salarial da categoria, a diretoria se reuniu com Armando Brito, presidente do conselho administrativo do Programa Especial de Bolsas de Estudo (Pebe), na Delegacia Regional do Trabalho. Tratava-se de uma reunião com dirigentes sindicais para informar sobre o 2º Encontro Nacional do Programa Especial de Bolsas de Estudo, a realizar-se em Belo Horizonte, apresentar os temas que seriam debatidos e o regimento interno do congresso, a fim de que os dirigentes pudessem se preparar⁴¹². O objetivo do segundo encontro era “receber críticas, opiniões e sugestões das entidades sindicais, tendo em vista o melhoramento, a ampliação e o aperfeiçoamento das atividades do Pebe”. A expectativa era reunir representantes de cerca de 200 sindicatos de todo o Brasil para debaterem as seguintes temáticas: “A importância do Pebe para o desenvolvimento sindical”, “participação dos sindicatos”, “legado da doação de bolsas de estudos” e “sugestões das entidades sindicais”. Armando Brito também anunciou que seria apresentada aos dirigentes sindicais uma proposta de ampliação do alcance do programa, com a criação de “cooperativas educacionais”, a fim de financiar o ensino secundário e profissional, manter ginásios e, futuramente, alcançar o financiamento de estudos universitários. Para isso, precisava reunir os sindicatos, pois a ampliação se daria por meio da contribuição sindical⁴¹³.

O presidente do Pebe aproveitou a viagem a Belo Horizonte para se reunir com o presidente da Fiemg, Fábio de Araújo Motta, de quem conseguiu a promessa de doação de verbas para aumentar os recursos do programa para o ano de 1970. De acordo com um

⁴¹¹ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 1 de outubro de 1969.

⁴¹² Ata da reunião da diretoria do sindicato, 2 de setembro de 1969.

⁴¹³ BOLSAS de estudos reúnem duzentos sindicatos aqui. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 10 de setembro de 1969, p. 6.

balanço publicado no *Diário da Tarde*, a partir de entrevista com Armando Brito, em seu primeiro ano, o Pebe atendeu cerca de 20 mil bolsistas, ficando com uma sobra de bolsas, pois segundo sua avaliação “poucos sindicatos acreditaram no plano”. Com o tempo, a situação se modificou: em 1969, foram 120 mil bolsas distribuídas, sendo 11.393 em Minas Gerais⁴¹⁴.

Segundo o jornal, o programa, nascido em fevereiro de 1965 para atender aos trabalhadores e seus dependentes com bolsas de estudo, teria sido resultado de compromissos internacionais assumidos pelo governo brasileiro com a Carta de Punta del Este. Tanto que, até 1968, a Aliança para o Progresso era quem emprestava dinheiro ao Brasil para os financiamentos das bolsas de estudo. Porém, o programa voltado aos trabalhadores acabou tornando-se um projeto do Ministério do Trabalho de relevância na agenda do regime militar. A partir de 1969, o Pebe passou a ser financiado com verbas do orçamento do governo e contribuições de empresas e entidades. Para o ano de 1970, conforme anunciou Brito, o programa já havia conseguido a aprovação pelo Ministério do Planejamento de um orçamento especial de 15 milhões de cruzeiros novos.

Assim, o Pebe ganhava importância como política de governo e entre os sindicatos e trabalhadores, pois para esses últimos, com o crescente arrocho salarial, dificultando dia a dia a manutenção da vida cotidiana, o programa tornava-se, para muitos, a única forma de possibilitar o acesso de seus filhos à educação. Por sua vez, o Pebe constituía-se como mais uma maneira de buscar garantir o enquadramento ao modelo de trabalhador e de sindicato que o Ministério do Trabalho e a ditadura queriam (NAGASAVA, 2018). Diante disso, a coordenação do programa também se envolvia em eventos promovidos pelo governo, procurando incentivar os sindicatos e trabalhadores a participarem. Para o evento do dia 7 de setembro de 1970, o Pebe convidou o Sindicato dos Metalúrgicos – convite que provavelmente foi feito a todos os sindicatos ligados ao programa – a participar das comemorações pela independência do Brasil daquele ano, devendo o sindicato arregimentar os alunos bolsistas em torno “das atividades cívicas”⁴¹⁵.

Mas a preocupação em inserir os sindicatos em atividades que servissem para “reforçar” certo tipo de civismo não era somente da coordenação do Pebe. Uma campanha iniciada em Brasília, com o objetivo de distribuir uma bandeira nacional para cada sala de aula, em todo o país, foi estendida aos estados e, em Minas Gerais, a Secretaria de Trabalho e Ação Social resolveu adotá-la, com foco nos sindicatos de classe. A campanha, batizada de

⁴¹⁴ As informações sobre o Pebe foram retiradas de TEM bolsa para todos. Filho de trabalhador não fica sem escola. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 3 de setembro de 1969, p. 2.

⁴¹⁵ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 8 de agosto de 1970.

“*Uma bandeira em cada sindicato*”, mobilizou dirigentes sindicais e empresários. Para dotar cada sindicato mineiro com uma bandeira nacional e estimular seu hasteamento nas datas cívicas, foi criada uma comissão formada por dirigentes sindicais e presidida pelo secretário do Trabalho, Geraldo Sardinha, que tinha como tarefa sensibilizar os empresários a aderirem à campanha e doarem as bandeiras. A comissão realizou inúmeras visitas em empresas de Belo Horizonte e na Cidade Industrial de Contagem com esse objetivo. Para finalizar o projeto, as bandeiras foram entregues pelo governador Israel Pinheiro aos sindicatos, durante solenidade em comemoração ao Dia da Bandeira, na Biblioteca Pública Estadual⁴¹⁶.

O ano de 1969 terminou com a avaliação unânime da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de que alguma coisa deveria ser feita em defesa dos associados e que um bom começo seria o sindicato procurar “instruir a classe” por meio de boletins e palestras sobre temas como sindicalismo e direitos trabalhistas e previdenciários. Talvez assim os associados passassem a frequentar a entidade para outros fins que não apenas jogar pingue-pongue no salão ou assistir à televisão⁴¹⁷.

Nesse período, ocorreu um aumento da repressão, principalmente depois do AI-5 e do sequestro do embaixador dos Estados Unidos Charles Elbrick em uma ação ousada das organizações revolucionárias de esquerda. Uma crise política também foi ocasionada entre agosto e setembro de 1969. Em virtude do afastamento da presidência do general Arthur da Costa e Silva devido a um derrame cerebral, o vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, foi impedido de tomar posse e, rapidamente, se constituiu uma junta militar formada por Aurélio de Lira Tavares, do Exército, Augusto Rademaker, da Marinha, e Márcio de Sousa e Melo, da Aeronáutica, para comandar o país tendo como suporte o AI-5. A junta tentava aplacar os distintos grupos dentro das Forças Armadas que divergiam quanto ao rumo da política econômica do governo e da repressão aos guerrilheiros, enquanto os militares buscavam um novo general para assumir a presidência. A decisão acabou sendo rápida, e em 30 de outubro de 1969, com o Congresso Nacional reaberto, depois de 312 dias, confirmava-se a escolha de general Emílio Garrastazu Médici para presidente (NAPOLITANO, 2014, p. 120-121).

A repressão à guerrilha intensificou-se. As forças repressivas, que antes eram formadas pelas polícias estaduais e os Dops, passavam a contar com o recém-estruturado Doi-Codi (Destacamentos de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna),

⁴¹⁶ As informações sobre a campanha realizada em Minas “Uma bandeira em cada sindicato” foram retiradas de: PARA os sindicatos uma bandeira nacional nova. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 18 de outubro de 1969, p. 9. PONHA uma bandeira no seu sindicato. *Idem*, 29 de outubro de 1969, p. 6.

⁴¹⁷ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 30 de dezembro de 1969.

que se constituiu como um sistema integrado de repressão policial, e com a Operação Bandeirante, conhecida como Oban (NAPOLITANO, 2014, p. 133).

Em função da repressão, o período Médici ficou conhecido como “anos de chumbo”, “por excelência, tempo da tortura, dos alegados desaparecimentos e das supostas mortes acidentais em tentativas de fuga” (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 332). Contudo, ao lado disso, esses anos também poderiam ser caracterizados como “anos de ouro”, marcados “por uma inabalável fé” no país que contagiou alguns segmentos da sociedade. “Estes acreditavam – tal como dizia o *slogan* ufanista da agência de propaganda do governo –, que o Brasil era, de fato, *o país do futuro*” (CORDEIRO, 2009a, p. 87). Houve investimento da ditadura militar no setor econômico, fazendo com que essa fase, que começou um pouco antes, ainda no governo Costa e Silva, mas se consolidou durante a presidência do general Médici, fosse denominada de “milagre econômico” ou “milagre brasileiro”. Pleno emprego, aumento do consumo e dos créditos, crescimento do mercado de ações na bolsa de valores e um tricampeonato mundial de futebol caracterizaram o início dos anos 1970. Além disso, grandes obras da construção civil, como a Ponte Rio-Niterói, ligando as cidades do Rio de Janeiro e Niterói; a Usina Hidrelétrica de Itaipu, na fronteira Brasil e Paraguai; e a Rodovia Transamazônica (não concluída), que percorreria os estados da Paraíba, Piauí, Pará, Maranhão e Amazonas, materializavam o projeto *Brasil Grande* (NAPOLITANO, 2014, p. 160-161).

Além do sucesso da política econômica interna adotada pelo governo, o Brasil viu-se beneficiado pelo crescimento econômico internacional, haja vista que a maior parte dos países da América Latina também teve suas taxas de desenvolvimento elevadas nesse período (LUNA; KLEIN, 2014, p. 97). Porém, segundo Luna e Klein (2014), mesmo com o sucesso, duas críticas acompanharam a política econômica do governo: o expressivo aumento da dívida externa; e o fato de o crescimento ter sido acompanhado de um aumento na concentração de renda no país, cuja explicação, entre outros fatores, está na “política salarial restritiva que impediu a transferência dos ganhos de produtividade para os trabalhadores”. O aumento nos níveis de desigualdade na distribuição de renda, contudo, era justificado pelo governo como um “fenômeno transitório”, causado pelo crescimento (LUNA; KLEIN, 2014, p. 97).

Celso Frederico (1987, v. 2), em sua análise sobre o movimento operário durante o “milagre”, aponta para as implicações políticas das transformações econômicas do período. Para o autor, isso foi perceptível no comportamento da pequena burguesia, que de maneira imediata se deixou seduzir pela facilidade de acesso aos bens de consumo que o regime passou a propiciar. Importante considerar que era nesse setor que a esquerda recrutava a maior

parte dos seus militantes. Essa situação, aliada ao agravamento da repressão, acabou isolando os grupos de esquerda de sua principal base de sustentação.

Já no meio operário, na avaliação do autor, a atmosfera não era das mais receptivas, pois, apesar do arrocho salarial, dos acidentes de trabalho e das demais formas de exploração que acompanhavam a expansão da economia, “a classe operária encontrou estratégias de sobrevivência e formas de ilusão para atravessar os novos tempos” (FREDERICO, 1987, v. 2, p. 12). De um lado, havia uma situação de pleno emprego e o aumento do número de pessoas de uma mesma família trabalhando, o que melhorava, de certo modo, o orçamento doméstico; de outro, o arrocho salarial atingia de maneira diferenciada os trabalhadores. Aqueles considerados mais qualificados eram os menos atingidos e, como viam possibilidades de ascensão social, embarcavam no otimismo propagandeado pela ditadura militar. Finalmente, como o autor ressaltou, para além da repressão, o regime adotou “uma política demagógica” para os trabalhadores que previa “benefícios indiretos” como empréstimos da Caixa Econômica via sindicatos, o PIS, o BNH, “cujos resultados maléficos demoraram a ser compreendidos pela população” (FREDERICO, 1987, v. 2, p. 12), se é que foram em algum momento.

Nesse contexto, o Sindicato dos Metalúrgicos seguia funcionando e tomava parte nas políticas do regime voltadas aos trabalhadores. Na primeira reunião da diretoria da entidade do ano de 1970, os dirigentes receberam uma carta do empresário Nansen Araújo, presidente do Sindicato da Indústria Mecânica de Belo Horizonte, solicitando sugestões de como aplicar a verba que a entidade presidida por ele destinava a bolsas de estudo. Na carta, o empresário explicava que sempre destinava a verba aos estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, onde era professor. No entanto, considerou mais justo utilizá-la na alfabetização de filhos de trabalhadores e, para isso, disponibilizaria parte da arrecadação de seu sindicato a esse fim⁴¹⁸. A oferta foi aceita pelos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos, cujo único comentário em relação a isso foi acerca da necessidade de marcar uma visita ao escritório de Nansen Araújo. Se a diretoria debateu sobre o teor da oferta, isso não foi registrado em ata. De todo modo, o fato de um sindicato patronal oferecer verba a um sindicato de trabalhadores e seus representantes aceitarem sem nem ao menos avaliarem a situação de vinculação que estava sendo criada parece revelador de um tipo de postura da diretoria, atrelada à ideia da harmonia entre capital e trabalho. Essas parcerias com empresários e empresas ocorreram em outros momentos, como na manutenção do consultório dentário dentro do sindicato pelo Sesi, tendo a entidade de negociar diretamente com Fábio Motta, presidente da Fiemg. Ou ainda

⁴¹⁸ *Idem*, 28 de janeiro de 1970.

para realização do Curso de Alfabetização de Adultos, uma proposta da diretoria que, para ficar “mais barato para o sindicato”, contou com sugestão do secretário para entrar em contato com as firmas da Cidade Industrial a fim de conseguir salas para o curso e estabelecer convênio para que colaborassem financeiramente⁴¹⁹. Ao final, a Mannesmann cedeu as salas do grupo escolar mantido pela empresa para realização do curso. Tal situação foi criticada pelo metalúrgico Mário Bento da Silva na assembleia da categoria, que percebendo o significado dessas “parcerias” declarou não concordar com a realização de um curso patrocinado pelo sindicato dentro do espaço de uma empresa⁴²⁰.

Às vésperas do 1º de maio, foi notícia na capital o anúncio de “uma nova cidade industrial em Contagem”. Numa área de três milhões de metros quadrados, localizada entre a atual Cidade Industrial e a sede do município de Contagem, seria construído o Centro Industrial de Contagem (Cinco), com possibilidade para instalação de mais de 100 indústrias e a geração de 20 mil novos empregos⁴²¹. O Cinco, como passou a ser chamado, foi criado pela Lei municipal nº 911, de 16 de abril de 1970, e já em dezembro de 1971 13 empresas haviam obtido a aprovação para iniciarem a instalação na área (FONSECA, 1978, p. 376). Entre elas, algumas metalúrgicas cujos trabalhadores durante toda a década de 1970 realizarão mobilizações por melhorias nas condições de trabalho e de salários, culminando com importantes movimentos grevistas no final da década, como será examinado mais adiante, como a Estruturas Metálicas Módulo Ltda. e a Isomonte – Equipamentos e Montagens Industriais Ltda. Faziam parte também do setor de metalurgia: a Mecânica Leão, a Metalúrgica Argos Ltda., a Metalúrgica Triângulo S/A e as Indústrias Michelletto Ltda.

Para Magda de Almeida Neves (1994), uma mudança trazida pelo Cinco ao parque industrial de Contagem foi o crescimento da mão de obra feminina, que passou a ser empregada no novo centro industrial. A autora verificou esse crescimento, principalmente, nas indústrias eletroeletrônicas, mecânicas e de autopeças, em sua maioria multinacionais, recém-implantadas no Cinco. Mesmo na “antiga” Cidade Industrial a força de trabalho feminina também aumentou consideravelmente. Essas trabalhadoras terão papel importante no movimento operário e sindical metalúrgico na década de 1970.

⁴¹⁹ *Idem*, 27 de novembro de 1970.

⁴²⁰ Ata da assembleia, 28 de fevereiro de 1971.

⁴²¹ UMA nova Cidade Industrial, em Contagem. 100 indústrias, 20 mil empregos. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 30 de abril de 1970, p. 11.

5.4 “É nosso propósito renovar e incentivar a vida sindical”

O 1º de maio do ano de 1970 não seria de reivindicações para os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Para comemorar a data, o tesoureiro do sindicato, João Batista Pereira, propôs que fosse feita uma festa para a categoria. Para ele, essa era uma oportunidade de fazer contato com os associados, “tão necessário aos dirigentes sindicais”⁴²². A proposta foi aceita e o evento promovido pelo sindicato realizou-se no Clube do bairro Santa Cruz Industrial, com direito a show para animar a festa⁴²³. Também aprovaram a compra de troféus para premiar os participantes da competição esportiva, pois o futebol continuou a ser incentivado pelo sindicato e era algo que aproximava a entidade dos trabalhadores. Mesmo assim, para o dirigente João Batista, que entendia que o sindicato deveria promover mais atividades de lazer para o associado, a parte recreativa da entidade estava aquém das suas possibilidades⁴²⁴.

Também no 1º de maio, o delegado Regional do Trabalho, Onésimo Viana, pronunciou-se na imprensa com um texto intitulado “Revolução, trabalhadores”. No artigo, “ao ensejo das comemorações do ‘Dia do Trabalho’”, ele considera oportuno refletir e confrontar “o período que antecedeu à Revolução de março de 1964 e o posterior a ela”, enfatizando os problemas que interessavam aos trabalhadores, “através de rápida análise do comportamento de dirigentes sindicais da época, quando de movimentos reivindicatórios”⁴²⁵. Analisa Onésimo que até março de 1964 era comum ver diretores de sindicatos de expressão, embora em número reduzido, que, “desvinculados dos nobres objetivos peculiares aos sindicatos”, não se dedicavam a solucionar os problemas de suas categorias profissionais, mas ao contrário, “enveredavam-se pelos caminhos da promoção pessoal buscando, mercê de engodos e mistificações, angariar simpatias que lhes permitissem, na maioria das vezes, a inscrição como candidatos a cargos eletivos”. Ou seja, na opinião do delegado do Trabalho, os diretores de antes do que ele chamou de “revolução” estavam preocupados exclusivamente com seus interesses particulares. Para isso, essas lideranças preparavam, do ponto de vista “psicológico” e “concreto”, os operários para a realização de campanhas radicais, “de fundo ideológico, contrárias aos interesses nacionais”. Donde se explicam os vários movimentos grevistas e constantes tentativas de paralisação do trabalho antes de 1964 travestidos de fins justos, mas que na verdade, para ele, “traziam em seu bojo o escuso objetivo da conquista do

⁴²² Ata da reunião da diretoria do sindicato, 31 de março de 1970.

⁴²³ *Idem*, 29 de abril de 1970.

⁴²⁴ *Idem*, 30 de setembro de 1970.

⁴²⁵ SOUZA, Onésimo Viana de. Revolução, trabalhadores. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 30 de abril de 1970, p. 10.

poder pela violência”. Nesse período também teriam sido criadas organizações extrassindicais, portanto, ilegais, que segundo Onésimo Viana prometiam aos trabalhadores conquistas impossíveis, com o objetivo “desprezível de lançar os trabalhadores e suas famílias contra os empregadores e contra o próprio governo”. No entanto, para o delegado era “notório” que a maioria dos trabalhadores seguia dedicada ao trabalho e às suas famílias, não se identificando “com o desespero da minoria de inconformistas”. Considera que um fato se tornou um marco da mudança no sindicalismo brasileiro: o golpe civil-militar em abril de 1964, denominado por Onésimo de “revolução”:

Mas veio o momento decisivo para pôr fim àquele estado de coisas. As Forças Armadas, aliadas ao patriotismo da quase totalidade dos brasileiros, levantaram o mastro revolucionário e, vitorioso o movimento, o “Comando Revolucionário” externou suas primeiras manifestações difundindo entre os trabalhadores que as conquistas sociais até então obtidas por meios normais seriam integralmente mantidas e, na medida do possível ampliadas (*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 30 de abril de 1970, p. 10).

Depois de traçar um panorama de como era, em sua opinião, o movimento sindical e o comportamento das lideranças antes do golpe de 1964, o delegado regional do Trabalho defende que tal foi “a preocupação do Governo Revolucionário para com os trabalhadores” que a legislação trabalhista foi ampliada e que, “a partir de abril de 1964, inúmeras foram as medidas adotadas em prol do homem que trabalha”, entre elas: a correção monetária aplicada aos valores das reclamações junto à Justiça do Trabalho, que para ele evitava “que empregadores inescrupulosos, ainda que poucos”, protelassem a conclusão das ações; a criação do Pebe, com a distribuição de bolsas de estudo para trabalhadores sindicalizados e seus dependentes, fortalecendo consequentemente as organizações sindicais; a instituição do Plano Nacional de Habitação, que com recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço viria amenizar o problema da casa própria, o que na prática não ocorreu para os trabalhadores. Para Onésimo Viana, o volume de medidas decretadas pelo “Governo da União” em benefício do trabalhador brasileiro a partir de abril de 1964 era tanto que o espaço do artigo no jornal era insuficiente para enumerá-lo.

Em seguida, o representante da DRT em Minas passa a elogiar o fato de que, “pela primeira vez na história do Ministério do Trabalho”, havia sido nomeado para a Direção Geral do Departamento Nacional do Trabalho “um trabalhador autêntico”, no caso, Rômulo Marinho, dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade. Isso, a seu ver, endossava a fala do ministro do Trabalho, Júlio Barata, demonstrando a confiança que o governo depositava nos trabalhadores e “o desejo de fazer de

um trabalhador o elo de ligação entre a área sindical e o Governo”. Onésimo conclui o artigo afirmando:

Por tudo isso é que a confiança é recíproca. As lideranças sindicais no presente, imbuídas de nova mentalidade, tem procurado corresponder à expectativa governamental, integrando-se nos ideais de suas respectivas categorias profissionais já formuladas com toda liberdade mas dentro do respeito à ordem e à lei. (*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 30 de abril de 1970, p. 10).

O delegado do Trabalho afirma ainda que lideranças sindicais e Ministério do Trabalho haviam desenvolvido uma confiança recíproca. Isso porque essas lideranças estavam agora tomadas de uma “nova mentalidade”, com ideias formuladas dentro das respectivas categorias profissionais e marcadas pelo “respeito à ordem e à lei”, procurando corresponder aos anseios do governo. Assim, a “nova” liderança era reconhecida pela DRT por agir e pensar de acordo com as expectativas da ditadura. No entanto, a confiança citada por ele na prática era bastante frágil, já que o Ministério do Trabalho e a polícia política continuavam vigiando as ações dos sindicatos, prontos para reprimir comportamentos políticos que não se enquadrassem ao que a ditadura traçou para as entidades sindicais, suas lideranças e os trabalhadores de um modo geral.

O presidente da República, como sempre ocorria, também fez um pronunciamento no 1º de maio. Contando cinco meses no cargo, Médici se dirigiu aos trabalhadores pela primeira vez e anunciou algumas medidas que os atingiriam e também aos sindicatos. No discurso, ele deixa claro que o governo, atento “aos imperativos de desenvolvimento”, não acenaria ao trabalhador com “vantagens ilusórias, passageiras, descabidas, que sirvam só um pouco a cada um” e prejudicavam “o bem de todos, debilitando a empresa privada nacional”. Entre essas medidas não “ilusórias” e “passageiras” estavam: a concessão de novos níveis de salário-mínimo a todos os trabalhadores; envio ao Congresso Nacional de projeto de lei que simplificava o julgamento de reclamações trabalhistas, estabelecendo um procedimento sumário para os dissídios individuais de valor igual ou inferior a dois salários-mínimos; busca pela proteção contra o desemprego e pela melhoria da legislação de estabilidade e fundo de garantia, a fim de “impedir uma perigosa tendência para a excessiva rotatividade de trabalho”, medida que era um claro sinal de que o governo tinha ciência de que o FGTS havia provocado esse tipo de situação. O presidente também aponta para a reformulação da previdência, mas não anuncia quais seriam as bases disso, noticia o início da reforma do “ensino de nível

médio”, “fazendo-o voltar-se mais para o trabalhador”, o aumento do número de bolsas de estudo para filhos de trabalhadores e a ampliação do Fundo Social Rural.⁴²⁶

O interessante nesse pronunciamento do presidente é conhecer o que o regime militar pensava sobre os sindicatos e qual era o papel vislumbrado para essas associações⁴²⁷:

É nosso propósito renovar e incentivar a vida sindical, desenvolvendo ao máximo a associação entre o Sindicato e a Previdência, por meio de convênios descentralizadores. Mas não vemos apenas o Sindicato servindo como ambulatório, consultório e laboratório, senão também buscamos o Sindicato-Escola, o Sindicato Centro-Cívico, cultural, recreativo, desportivo, assim como o Sindicato-Cooperativa de consumo, a que possamos dar facilidades para a aquisição do alimento, da roupa, do remédio e do instrumento de trabalho. Queremos o Sindicato integralmente ativo, expressão de defesa do trabalhador, o Sindicato assistencial, financiador e fiscalizador do exercício dos direitos e deveres dos sindicalizados (*Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 02 de maio de 1970, p. 4).

Para a ditadura, o sindicato não deveria restringir-se somente à assistência à saúde, mas dedicar-se a uma assistência mais “integral”, cuidando de outros aspectos da vida do trabalhador, tais como o educacional, cultural, cívico, recreativo; tornando-se também um órgão facilitador até mesmo para a aquisição de alimentos, roupas, remédios e instrumentos de trabalho. Desse modo, ao invés de criar condições para assegurar uma política salarial que possibilitasse ao trabalhador garantir a sua manutenção e a de sua família, o governo “arrochava” os salários ao mesmo tempo que buscava oferecer medidas paliativas via sindicato. Assim, nenhuma voz opositora poderia dizer que os sindicatos não funcionavam, no entanto, esse funcionamento pautava-se em uma determinada visão do papel das associações sindicais.

Para viabilizar o incentivo e a renovação da vida sindical no Brasil, anunciada pelo presidente Médici no discurso do 1º de maio, veio o Decreto nº 67.227, de 21 de setembro de 1970. Esse decreto buscou estabelecer prioridades para uma política de valorização da ação sindical, pois era orientação do governo “a implantação de uma política, que valorize a participação das entidades sindicais no esforço para a promoção social do trabalhador”. Para isso, seriam implementadas, por meio do Ministério do Trabalho e Previdência Social, ações de assistência social e assistência sindical. Em relação à assistência social, o decreto previa, em linhas gerais, a ampliação da prestação de serviços médicos e odontológicas aos trabalhadores rurais e urbanos por meio de convênios com instituições públicas e privadas, especialmente com os sindicatos, doação de material médico-hospitalar, gabinetes odontológicos e remédios para

⁴²⁶ PALAVRA aos trabalhadores. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 2 de maio de 1970, p. 4.

⁴²⁷ *Ididem*.

essas entidades. No âmbito da assistência sindical, a ação ocorreria por meio de empréstimos financeiros às entidades sindicais para construção, reforma, ampliação ou aquisição de sedes, escolas, colônias de férias, campos de esporte, clubes recreativos, hospitais, creches, ambulatórios e cooperativas de consumo; incentivo à realização de cursos e atividades culturais, recreativas e cívicas; prestação de assistência jurídica gratuita para os casos de acidentes do trabalho; empréstimos financeiros simples aos previdenciários-sindicalizados; bolsas de estudos, principalmente no campo da formação profissional; doação aos sindicatos, de bens e equipamentos para instalação e funcionamento de seus serviços de finalidades assistenciais; e concursos intersindicais com objetivo de estabelecer “competição sadia” entre os sindicatos no âmbito cultural, esportivo e educacional.

A proposta desse decreto, no entanto, não criou uma situação nova em termos da relação Estado/sindicato, visto que o sindicalismo brasileiro surgiu e se estabeleceu em bases corporativistas. Contudo, investigar a condição dos sindicatos como mediadores e/ou executores de algumas políticas sociais implantadas pela ditadura possibilita compreender esse período e os impactos do autoritarismo na vida sindical para além do “tradicional par resistência/repressão” (MOTTA, 2014, p. 18) ou pela também tradicional tríade repressão/resistência/peleguismo. Sem desconsiderar as dimensões da referida tríade, presentes nesse contexto, mas levando em consideração elementos como negociação, cooptação, adesão e acomodação, pode-se elaborar uma interpretação mais complexa e rica sobre o sindicalismo e a ditadura no Brasil. Nesse sentido, é importante perceber, na prática sindical cotidiana, que tipo de recepção algumas dessas medidas teve e como os dirigentes mediarão os interesses dos trabalhadores, seus próprios interesses e o do governo.

Uma das medidas anunciada no discurso do 1º de maio por Médici, por exemplo, que não agradou aos sindicatos, incluindo o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, foi o projeto de lei que obrigava os sindicatos a prestar assistência jurídica a todos os trabalhadores, independentemente de serem associados. A justificativa para a medida, segundo o presidente da República, era a de que o patrimônio das entidades sindicais era constituído pela contribuição de toda a categoria, e não apenas dos seus sócios, por isso, elas deveriam prestar assistência a todos igualmente. O presidente Médici ainda ressalta em seu discurso que isso atribuiria ao sindicato “a importante missão de colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social”⁴²⁸. Aqui, novamente, o papel do sindicato como colaborador do governo é ressaltado.

⁴²⁸ *Ibidem*.

Não foi o que as entidades sindicais avaliaram acerca do projeto. Na reunião da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos realizada no dia 23 de maio de 1970, João Silveira falou sobre a organização do movimento sindical, incluindo as federações, contra o projeto de lei. A justificativa para essa postura, segundo ele, era de que, além de “altamente onerosa”, isso desestimularia os trabalhadores a associarem-se ao sindicato⁴²⁹. Entretanto, as manifestações das associações sindicais contrárias ao projeto do governo não tiveram repercussão e os sindicatos passaram a ter de oferecer a assistência jurídica a todos os trabalhadores de suas respectivas categorias, conforme determinava o decreto, em casos de acidentes de trabalho.

Outra medida que causou controvérsia entre os metalúrgicos de BH e Contagem e não foi bem recebida pela diretoria do seu sindicato foi a possibilidade de empréstimos financeiros aos sindicalizados como parte da política de assistência sindical do Ministério do Trabalho, de acordo com o mesmo decreto. A proposta do governo levada para discussão na assembleia da categoria foi exposta pelo presidente da entidade, João Silveira, que se posicionou de maneira contrária a ela. Na ocasião, explicou ao plenário que, de acordo com a legislação, os empréstimos seriam feitos pela Caixa Econômica Federal a trabalhadores sindicalizados com aval exclusivo do sindicato. Ou seja, o sindicato transformava-se em avalista do trabalhador que solicitava o empréstimo. Diante disso, Silveira tentou argumentar que o empréstimo era um paliativo e não resolveria o problema dos trabalhadores, podendo em alguns casos até agravá-los. Esclareceu ainda que a entidade não tinha recursos financeiros para isso e que, considerando o grande o número de trabalhadores dispensados, o sindicato poderia “ter de pagar uma soma além de seus próprios recursos. Se isto ocorrer e a probabilidade de que ocorra é muito grande, o sindicato (...) poderá não cumprir o programa traçado na referida previsão com sérios prejuízos para a classe”. Por fim, ponderou que “se o sindicato se enfraquece financeiramente a própria classe se enfraquecerá com ele”⁴³⁰.

Pelo que ficou registrado em ata, essa assembleia foi bastante polêmica; a maior parte dos trabalhadores que se manifestaram era a favor do empréstimo, diante da situação de dificuldade em que viviam. Mas não faltaram aqueles que aproveitaram o momento para criticar a diretoria. Mário Bento apontou que o decreto foi assinado pelo presidente da República no encontro com os dirigentes sindicais que participavam do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria, em Brasília, e que na ocasião “ninguém protestou

⁴²⁹ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 23 de maio de 1970.

⁴³⁰ Ata da assembleia, 28 de fevereiro de 1971.

contra”, incluindo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, que esteve presente no congresso. João Silveira, por sua vez, respondeu que a regulamentação do decreto assinado no dia 21 de setembro de 1970 ocorreu mais de um mês depois do referido congresso, não tendo os dirigentes sindicais como protestar contra algo que ainda não conheciam. Alguns trabalhadores presentes acusaram a diretoria de não querer fazer o empréstimo, obrigando o presidente da entidade a reformular seu argumento, dizendo que na verdade os dirigentes não eram contra; o que queriam era apenas uma garantia para o sindicato quanto ao pagamento das prestações. A ponderação de João Silveira funcionou parcialmente, a assembleia deliberou por unanimidade a abertura das inscrições para os empréstimos, mas também aprovou a criação de uma comissão formada por João Silveira, Geraldo Fernandes Gonçalves, Paulo Pereira Reis, Mário de Castro Gonçalves e Mário Bento para definir um regimento que desse alguma segurança financeira ao sindicato.

Na assembleia seguinte, nova polêmica: o regulamento foi elaborado pela comissão, porém dois de seus integrantes, Mário Bento e Mário de Castro Gonçalves, se manifestaram contrários a ele. Os dissidentes da comissão formularam um memorial a ser enviado ao presidente da República sugerindo modificações na lei de empréstimos. Mário Bento pediu a palavra e argumentou que as leis não favoreciam os trabalhadores, que por estarem sendo prejudicados precisavam mostrar que tinham “capacidade de luta, nas ruas, nas fábricas e em qualquer lugar”. Em seguida, pediu aos companheiros do plenário que não aceitassem o empréstimo nas condições vigentes e que esperassem a resposta do governo ao memorial apresentado por ele e Mário de Castro. Geraldo Fernandes de Oliveira criticou a “pretensão” de Mário Bento, dizendo que a assembleia já tinha decidido aceitar o empréstimo em reunião anterior, cabendo no momento apenas votar as condições em que isso ocorreria. Ao final, a proposta de Mário Bento de iniciar as inscrições para empréstimo somente depois das mudanças na lei foi rechaçada pelo plenário, o regulamento foi aprovado e as inscrições para os empréstimos tiveram início⁴³¹.

Nesse episódio, Mário Bento, liderança no meio metalúrgico, tenta promover a mobilização dos trabalhadores por meio da “estratégia da recusa”⁴³². Uma vez que outros canais de reivindicação eram inviáveis naquele contexto, devido ao medo de alguns e a indiferença de outros, além da possibilidade real de serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional – o que poderia resultar em prisão, processo, entre outras medidas repressivas –, a não aceitação de uma

⁴³¹ *Idem*, 19 de março de 1971.

⁴³² Expressão inspirada no título do livro de Maroni (1982), que analisa as greves de maio de 1978 no ABC Paulista.

lei pelos trabalhadores e o envio de um memorial ao presidente da República acabavam por se constituir como uma forma de mostrar, como nas palavras de Mário Bento, “a capacidade de luta” dos metalúrgicos diante de um situação que os prejudicava.

5.5 Entrando na campanha salarial

Para compreender a atuação do sindicato no início dos anos 1970 e sua relação com os trabalhadores, é importante focar as campanhas salariais. Ao aproximar-se o período da data-base dos metalúrgicos, que era sempre em outubro, Benedito Leandro sugeriu aos demais dirigentes que o sindicato “entrasse” na campanha salarial daquele ano de 1970. Essa sugestão leva a crer que mesmo entre os membros daquela diretoria havia o reconhecimento de que até então o sindicato ainda não tinha “entrado” efetivamente na campanha salarial dos trabalhadores.

A proposta de Benedito Leandro era de que a diretoria levasse à assembleia algumas “reivindicações” a serem discutidas para o próximo acordo da categoria com os patrões, entre elas, o “máximo de aumento para a classe e férias de 30 dias”⁴³³, sendo que o “máximo de aumento” significava na realidade o máximo permitido conforme o índice estabelecido pelo governo federal. De toda forma, não deixa de ser interessante um dos dirigentes sugerir que o sindicato fizesse um trabalho reivindicatório. Contudo, a categoria parece não ter aderido a esse desejo de alguns dirigentes, pois o presidente da entidade lamentou a baixa participação dos metalúrgicos na assembleia que discutiria a campanha salarial, “em que o número de companheiros presentes foi abaixo do quórum, o que enfraquece muito a categoria”⁴³⁴. Cabe aqui, no entanto, problematizar a causa da baixa adesão dos metalúrgicos às assembleias.

Para Ignácio Hernandez (2004), o clima da Cidade Industrial nos anos 1970 era de medo, dificultando a participação política dos trabalhadores e mesmo as reivindicações salariais.

Nos anos 70, falava-se em voz baixa nas fábricas, nas ruas e até nas casas, olhando primeiro para os lados antes de pronunciar-se uma palavra sobre salários ou política... Uma sirene ao longe sobressaltava as pessoas. Desconfiava-se de qualquer desconhecido. O medo pairava sobre a Cidade Industrial. Corriam rumores sobre prisões de operários as quais realmente aconteciam. Circulavam com frequência, de boca em boca, notícias sobre trabalhadores e estudantes interrogados no Dops. (HERNANDEZ, 2004, p. 57).

⁴³³ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 8 de agosto de 1970.

⁴³⁴ *Idem*, 30 de setembro de 1970.

O motivo desse medo e do desânimo entre os trabalhadores, segundo Hernandez (2004, p. 57), estava na violenta repressão desses anos, mas também, em parte, “na derrota da segunda greve em outubro de 1968”. Isso porque, depois do movimento de outubro, as principais lideranças operárias da Cidade Industrial foram presas, algumas responderam a processos que se prolongaram por anos e outras foram obrigadas até mesmo a sair de Minas Gerais. “A categoria viu-se, de repente, sem direção e sem orientação.”

Hernandez também avalia que nesse momento o movimento sindical se esvaziou. No caso dos metalúrgicos, isso teria se acentuado com a eleição de uma diretoria em 1969, apoiada pelo delegado Regional do Trabalho, e que teria transformado o sindicato em uma entidade “assistencial e festiva”. O autor questiona inclusive a legitimidade dessa eleição, pois segundo ele não houve fiscalização e o resultado do pleito nunca foi divulgado.

Em 1969, assume o sindicato uma direção pelega. A eleição foi feita levando as urnas às portas das fábricas sem nenhuma fiscalização. Nunca se soube do resultado. Simplesmente, a diretoria tomou posse com as bênçãos do delegado do trabalho, Onésimo Viana, e lá se manteve até ser derrotada pela oposição sindical em 1984. Transformou-se o sindicato em uma associação assistencial e festiva. Os principais dirigentes do sindicato, ano após ano, repetem a mesma comédia na assembleia do dissídio do mês de setembro: “Não vale a pena lutar por melhores salários. É o governo quem determina o salário e, além do mais, já estamos atrasados e podemos perder a data-base. Aí não vem nada. Mais vale pingar do que secar”. (HERNANDEZ, 2004, p. 57).

Nesse trecho, Ignácio também questiona a postura desmobilizadora dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos por ocasião das campanhas salariais da categoria, cujo discurso era marcado pelo “mais vale pingar do que secar”, defendendo com isso a aceitação dos índices salariais estabelecidos pelo governo federal e desestimulando, segundo o autor, a luta por melhores salários.

No entanto, fica a pergunta: mesmo que o número de trabalhadores presentes nas assembleias fosse maior, o que poderia ser feito em termos de lutas sindicais num contexto de ditadura militar? Fato é que nas assembleias realizadas durante as campanhas salariais de 1970, 1971 e 1972 as discussões sempre giravam em torno de duas propostas: conceder poderes ao sindicato para negociar o aumento com os patrões no que era chamado de “fase administrativa” ou acionar a Justiça do Trabalho e instaurar o dissídio coletivo.

O caminho da Justiça não se apresentava como uma proposta efetiva, pois o sindicato e os trabalhadores sabiam que o processo de dissídio poderia se arrastar por anos e ainda assim não resultar em decisão favorável aos metalúrgicos de BH/Contagem. Diante disso, os trabalhadores acabavam decidindo pelo acordo na “fase administrativa”, e os ativistas, apesar

de concordarem com essa decisão, aproveitavam o momento da assembleia para fazer cobranças à diretoria do sindicato. Nas assembleias realizadas nos dias 6 e 10 de setembro de 1971, durante a campanha salarial, é possível observar isso. Os ativistas concordavam com a proposta da diretoria de aceitar o índice, não sem exigir que, ainda assim, o sindicato tentasse melhorá-lo. Solicitavam também que os dirigentes negociassem outros ganhos para os trabalhadores com os patrões e utilizavam o espaço de fala da assembleia para criticar a diretoria. O metalúrgico Sálvio Pena criticou a diretoria “por não tomar, no seu entender, medidas corajosas em favor da classe, dizendo que já é hora de dizer chega e protestar para mostrar às autoridades que não estamos satisfeitos”. Por sua vez, o presidente do sindicato, João Silveira, respondendo à crítica, esclareceu que a diretoria não era favorável à política salarial do governo e que seus representantes haviam apoiado todas as teses que pediam a revogação dessa política nos congressos sindicais em que estiveram presentes⁴³⁵.

No entanto, se Silveira negou ser a favor da política salarial, sua postura não se estendeu à política econômica da ditadura. Ao contrário, em mostra de entusiasmo, afirmou que, “estando o governo debelando a inflação, a tendência é de diminuir de ano a ano o índice de aumento, até chegar a ponto de não subir o custo de vida e não haver necessidade de reajuste salarial”⁴³⁶. Como se vê, há muito otimismo nessa fala de João Silveira.

5.6 “O movimento é subterrâneo e pequeno, mas nunca desiste”

Sem espaço para exigir uma postura mais combativa do sindicato em relação às reivindicações salariais, os metalúrgicos se movimentavam como podiam nas fábricas. Ignácio Hernandez, o Curiango, conta em outra passagem de seu livro de memórias como ele, seus companheiros Gambiarra, Queixada, entre outros, organizaram uma operação tartaruga por aumento salarial na Pohligh Heckel em 1972. A decisão, de acordo com ele, ocorreu quando, “numa tarde de sábado, a turma tomava umas cervejas num bar de estrada. A discussão, a meia voz, era sobre o salário” (HERNANDEZ, 2004, p. 31). Fazer uma greve foi imediatamente descartado, pois o risco de demissão era imediato, além disso, “o pessoal na fábrica está com medo e com razão, a polícia vem em cima na mesma hora”. Decidiram, então, diminuir a produção. Para isso, a estratégia utilizada seria: o “oficial fica com a ferramenta na mão. Faz que trabalha, mas o serviço não rende. Ajudante mexe, se vira, pode

⁴³⁵ Ata da assembleia, 6 de setembro de 1971.

⁴³⁶ *Idem*, 10 de setembro de 1971.

até trabalhar um pouco para não dar muito na cara e ser mandado embora. Mas se o oficial não trabalha, o serviço não sai” (HERNANDEZ, 2004, p. 32).

Na segunda-feira seguinte deram início à operação tartaruga. Uma primeira seção diminuiu a produção, em seguida, outra seção entrou no ritmo tartaruga; pouco depois, eram quatro seções. Diante disso, descreve Hernandez: “O serviço não rende. Os encarregados ficam doidos e os chefes começam a passar lentamente pelas seções de montagem” buscando pressionar os trabalhadores. A operação tartaruga durou dois meses, “nunca ficou tanto tempo naquela marcha lenta”. Finalmente, os trabalhadores decidiram falar com o gerente e exigir o aumento, e o Curiango foi escolhido pelo grupo para conversar com o representante da empresa. No primeiro momento, o gerente da fábrica “deu uma negativa enérgica e o trabalho continuou no mesmo pé. Dias depois, saiu um aumento para toda a fábrica e outro para a seção de montagem. Gambiarra e Curiango foram dispensados” (HERNANDEZ, 2004, p. 35). Esse tipo de prática tornou-se comum nas fábricas metalúrgicas pelas quais Curiango passou nos anos 1970. A atitude dos patrões era acatar a solicitação dos trabalhadores depois de um movimento reivindicatório e, em seguida, demitir aqueles identificados como os líderes do movimento. Não sem antes encaminhar o nome do demitido a uma lista que corria entre as fábricas da região, a fim de identificar os trabalhadores que não deveriam ser contratados.

Foi o que aconteceu com Curiango. Depois da demissão da Pohlig Heckel, ele conseguiu emprego, em fevereiro de 1973, no serviço de caldeiraria de uma fábrica ainda em construção no Cinco: a Isomonte. Porém, quando faltava um dia para vencer o período de experiência, Ignácio Hernandez foi chamado ao escritório e recebeu a notícia de sua dispensa. Ao procurar saber o motivo da demissão, o gerente lhe devolveu a pergunta: “– Que bagunças você andou fazendo na Pohlig?”. Daí que ele concluiu que o sistema informativo dos patrões funcionava. “Sempre funcionou. Não foi esta a primeira nem a última vez em que o sistema deu o alarme. Dizia-se que uma lista negra de operários inadmissíveis circulava pelas firmas” (HERNANDEZ, 2004, p. 46-47). Com toda certeza, seu nome estava incluído nela.

Para Hernandez, o controle patronal nesse contexto tornou-se mais rígido. As ameaças de demissão nas fábricas eram constantes, e isso valia tanto para tempos de desemprego quanto para momentos da expansão das indústrias nos anos do “milagre econômico”. Assim, o autor lembra-se que muitos encarregados se especializaram em amedrontar os trabalhadores com o desemprego. Ameaças que se tornavam realidade frente a qualquer reivindicação de aumento salarial individual ou coletivo. Ignácio também comenta que outra estratégia que serviu para dividir a categoria foi a diversificação salarial, que provocava o desinteresse pela

luta operária, pois aqueles que ganhavam mais não desejavam perder suas vantagens (HERNANDEZ, 2004, p. 58-59).

Algumas empresas como a Módulo, diante de problemas como falta de refeitório, banheiros e filtros insuficientes, transporte precário para os operários e, sobretudo o salário baixo, procuravam compensar se utilizando de uma prática paternalista, da qual muitos trabalhadores se valiam. Concediam empréstimos, licença para sair da fábrica uma vez por mês, sem descontar o remunerado do domingo, e no Natal ofereciam presentes como garrações de vinho, caixas de biscoitos e brinquedos. Assim, na avaliação de Ignácio Hernandez, a postura paternalista da fábrica era outro fator que dificultava a mobilização dos trabalhadores (HERNANDEZ, 2004, p. 97).

“Quando um metalúrgico fica desempregado, a primeira coisa que faz é dar uma ‘rodada’, avisando aos companheiros e pedindo uma ‘dica’” (HERNANDEZ, 2004, p. 48). Depois da dispensa da Isomonte, ele acabou conseguindo trabalho na Polytécnica, “fábrica pequena” e que pagava uma “mixaria”. Não durou muito. A fábrica foi transferida da Cidade Industrial para o município de Rio Acima/MG, e algumas lideranças, entre elas novamente Curiango e Gambiarra, tentaram negociar a ida dos trabalhadores somente mediante 30% de aumento. A fábrica não aceitou e muitos metalúrgicos, por medo do desemprego, dispuseram-se a ir sem o aumento. Nessa fábrica, ao final, Curiango acabou sendo dispensado mais rápido do que o previsto, por dizer ao engenheiro que ele parecia “um carrasco” e que “não sabia mandar”. Meses depois, na Montec, a mesma história. Sob a liderança de Ignácio, montadores, maçariqueiros e soldadores conversaram com o engenheiro-chefe sobre aumento de salário. O aumento saiu e Curiango foi demitido (HERNANDEZ, 2004, p. 92-93). Mesmo assim, Ignácio faz um relato otimista daquele momento:

Apesar de tudo, as pequenas lutas continuam, os metalúrgicos procuram organizar-se nas fábricas e, em pequena escala, o conseguem. Pipoca descontentamento numa fábrica e outra. A comunicação destas vitórias é difícil, só de boca em boca. A voz de alguns companheiros lança seu grito de protesto ano após ano no sindicato. Voz que nunca se calou. O movimento é subterrâneo e pequeno, mas nunca desiste. (HERNANDEZ, 2004, p. 59).

Para ele, os metalúrgicos, ainda que em pequena escala, seguiam se mobilizando num movimento subterrâneo, mas perene. Algumas vozes realmente nunca se calaram. Ao analisar as atas das assembleias a partir do início dos anos 1970, é possível perceber um retorno ao sindicato de algumas lideranças perseguidas pela repressão e que mesmo assim mantiveram um comportamento político caracterizado pela resistência. São eles, Mário Bento da Silva,

dirigente sindical entre 1963 e 1965, militante da Ação Popular e líder nas greves de 1968, tendo sido preso em função de sua militância; e Joaquim José de Oliveira, membro da diretoria de 1967 a 1969 que não chegou a terminar o mandato, pois ela foi destituída logo depois da greve de outubro de 1968, participou ativamente do movimento tendo sido preso também em função disso. No entanto, uma voz a favor da ditadura também se fez presente nas assembleias sindicais: a de Geraldo Fernandes de Oliveira, integrante da diretoria deposta com o golpe e nomeado em seguida como membro da junta governativa pelo “Comando Revolucionário”, tendo sido eleito para o mandato de 1965 a 1967 posteriormente. Geraldo manteve uma postura de colaboração com o Ministério do Trabalho e nesse momento estava alinhado à nova diretoria do sindicato.

5.7 A reeleição da diretoria do sindicato

Enquanto os trabalhadores que encabeçavam reivindicações por melhorias salariais e de condições de trabalho seguiam sendo perseguidos nas fábricas, o Sindicato dos Metalúrgicos continuava desenvolvendo seu trabalho assistencial, como pode ser visto em seu *Boletim Informativo* lançado em abril de 1972. O objetivo da publicação era tratar de temas de interesse para os trabalhadores, como o Programa de Integração Social (PIS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e falar aos associados sobre as realizações da diretoria. Afinal, era ano de eleição para o sindicato, sendo assim, não foi coincidência o *Boletim Informativo* ter apenas três números: o primeiro, relativo aos meses de abril e maio, falando sobre a ampliação do trabalho assistencial do sindicato; o segundo, de junho e julho, apresentando a chapa inscrita para concorrer às eleições que era formada pelos membros da atual diretoria; e o terceiro número do boletim, englobando agosto e setembro, agradecendo pela vitória eleitoral. De todo modo, o boletim permite analisar que imagem pública a diretoria constrói para mostrar aos associados e demais trabalhadores.

O primeiro número do boletim, por exemplo, foi aberto com uma mensagem do sindicato aos trabalhadores pelo 1º de maio⁴³⁷. Na mensagem, a diretoria reconhece que os caminhos a percorrer pelos trabalhadores brasileiros são ásperos, em razão das dificuldades enfrentadas, principalmente pelos baixos salários, que não correspondem às suas necessidades. Também elogia o “milagre econômico” e identifica que o desenvolvimento que o país vinha alcançando, “nos últimos anos, é qualquer coisa de extraordinário, de causar-nos

⁴³⁷ BOLETIM Informativo do sindicato, n. 1, abr./mai. 1972. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos.

o maior orgulho, como brasileiros e patriotas que somos”. E que, para isso, era inegável a imensa contribuição dos trabalhadores. Por outro lado, afirma que os trabalhadores não estavam participando “de maneira justa dos frutos desse desenvolvimento”, pois suas reivindicações quanto a salários, saúde, habitação, educação e condições de trabalho, feitas por meio dos sindicatos e das confederações em diversos congressos realizados pelas lideranças sindicais no país, nos dois últimos anos, não vinham sendo atendidas.

No boletim, a diretoria aponta que os trabalhadores têm muito que conquistar, devendo “agir de maneira pacífica e ordeira”, e “não através de lutas que possam causar perdas de vidas e danos ao país, como em outras épocas, mas por meio de um entendimento harmonioso entre capital-trabalho-governo”. Assim, os dirigentes deixam claro que a sua concepção sobre o trabalho sindical considera que as conquistas dos trabalhadores não devem vir de lutas, mas da “conjugação de esforços dos trabalhadores, da classe empresarial e das autoridades governamentais”. Desse modo, o sindicato prega pacifismo e ordem no encaminhamento das reivindicações e acrescenta mais um ator ao cenário de harmonia capital-trabalho: o governo.

Ainda no primeiro número do boletim, em uma seção intitulada “Esta festa é nossa”, foi divulgada a programação do 1º de maio na capital, que pela manhã contaria com o hasteamento da bandeira Nacional e estadual e missa celebrada por Dom João Resende Costa, em frente ao Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte; seguida de um desfile das Escolas Profissionais e carros alegóricos e a inauguração da sede própria da Delegacia Regional do Trabalho, localizada à rua Tamoios, nº 598. No fim da tarde, os trabalhadores poderiam acompanhar o pronunciamento do ministro do Trabalho, Júlio Barata, na escadaria do Palácio Liberdade, e poderiam se divertir assistindo ao jogo de futebol entre Atlético e Flamengo, às 20h, no Estádio Mineirão. Aqui é interessante perceber como o futebol era uma atividade sempre presente na programação do dia do trabalhador. Segundo o boletim, em Betim, no Clube do Trabalhador, ocorreria a distribuição de prêmios aos trabalhadores presentes e o sorteio de um carro da marca Volks. O Sindicato dos Metalúrgicos participaria de um torneio de futebol, como aconteceu nos anos anteriores.

Na seção nomeada de “Reportagem”, cujo título era “Sindicato quer trabalhador com mais instrução”, a diretoria anuncia a construção do Ginásio dos Metalúrgicos e do Departamento Médico-Odontológico, na Cidade Industrial, cujo objetivo era conseguir “trabalhadores instruídos e gozando de boa saúde”. Para isso, a obra seria iniciada nos primeiros dias de maio no terreno do sindicato, situado na Rua Camilo Flamarion, 55, na Cidade Industrial. O sindicato também informa que a primeira parte do prédio ficaria pronta em setembro e que do orçamento total da obra de Cr\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros

novos) já havia arrecadado Cr\$300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) durante os anos de 1970 e 1971. Ao todo, o ginásio e o Departamento Médico-Odontológico ocupariam uma área de 1500 m² e inicialmente seriam construídos 13 consultórios e um salão para reuniões e assembleias. Para viabilizar uma construção desse porte, o sindicato conseguiu a doação de dois lotes na Cidade Industrial pela Prefeitura de Contagem⁴³⁸. Meses depois, João Silveira proporia à diretoria e teria a aprovação da assembleia da categoria para realizar a compra de outros lotes no mesmo local, ampliando a área do sindicato para todo o quarteirão da rua Camilo Flamarion.

Em 9 de abril, Dia Nacional dos Metalúrgicos, conforme noticiado pelo boletim, depois da celebração de uma missa pelo padre José Maurício, a diretoria do sindicato realizou uma festividade de lançamento da pedra fundamental do seu ginásio e do Departamento Médico-odontológico. O lançamento foi feito pelo delegado Regional do Trabalho, Onésimo Viana de Souza, e contou com a presença de associados do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e de Onofre Martins Barbosa, secretário de Finanças da CNTI, demonstrando como a proximidade com Onofre ainda existia.

O segundo número do *Boletim Informativo* aborda as eleições no sindicato⁴³⁹. Com apenas uma chapa inscrita, a eleição daquele ano de 1972 ocorreria com tranquilidade para a atual diretoria, que buscava a reeleição. Em sua “plataforma” administrativa constavam as seguintes propostas: realização de cursos de orientação sindical; ampliação da assistência odontológica, médica, social, recreativa, jurídica; entrega no fim do mandato do Ginásio dos Metalúrgicos construído e funcionando; luta por melhorias da classe e por leis de proteção ao trabalhador. Essa infraestrutura assistencial do sindicato correspondia aos anseios das famílias trabalhadoras, cada vez mais pauperizadas e exploradas em suas condições de vida (LE VEN, 1987, p. 29).

Além da proposta da chapa, o boletim divulgou algumas realizações da diretoria, como a inauguração, em 9 de julho de 1972, no quinto andar da sua sede social, no edifício Alcazar, à rua da Bahia, do ambulatório médico do sindicato, com três consultórios: ginecológico, pediátrico e clínica geral. Com a iniciativa, dizia o presidente, o sindicato procurava prestar assistência adequada aos associados e seus dependentes, tendo como meta continuar ampliando o serviço médico. Mas para ele,

⁴³⁸ De acordo com a ata da reunião da diretoria do sindicato de 28 de fevereiro de 1970, a doação do lote foi formalizada pela Lei Municipal nº 837/70.

⁴³⁹ BOLETIM Informativo do sindicato, n. 2, jun./jul. 1972. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos.

o sindicato não pode divorciar-se de sua verdadeira e real finalidade. O serviço médico não é a meta essencial, embora às vezes o tenha dado, mas a sua verdadeira finalidade é aquela de reivindicar melhoras para a classe que representa. Afirmamos: que não teria sentido um bom serviço médico e odontológico se não déssemos a atenção devida aos demais problemas dos trabalhadores, como o salário, custo de vida, educação, habitação, condições de trabalho...

Portanto, quando procuramos dotar o sindicato de um bom serviço médico que representaria o item saúde, fazemos consciente de que devemos dar ênfase toda especial à verdadeira razão de ser da entidade sindical. Não podemos transformar o sindicato num mero órgão de “assistência social”, mas num órgão que visa ao homem integral, buscando para ele, uma vida mais verdadeira e digna.⁴⁴⁰

Aqui, é interessante observar como o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos é ambíguo em sua fala. Apesar de dizer que a “verdadeira finalidade” da entidade é reivindicar melhorias para a classe, cuidar de problemas relativos a salário, custo de vida e condições de trabalho, João Silveira também fala que o sindicato deveria dar atenção a outras dimensões da vida dos trabalhadores como educação e habitação, trazendo para si, ou seja, para a associação sindical, um problema que deveria ser do Estado. O dirigente conclui dizendo que o sindicato não deveria ser um órgão de assistência social, mas que visasse o homem na sua integralidade, buscando “uma vida mais verdadeira e digna”. Ora, quanta responsabilidade para um órgão de classe. A fala de Silveira possibilita concluir como o discurso do presidente da República, general Médici, proferido no Dia do Trabalho, dois anos antes, em que afirmava que o governo queria e buscava um sindicato “integralmente ativo” que prestasse assistência no campo da saúde, mas também se envolvesse em outros âmbitos da vida do trabalhador, transformando-se em “Sindicato-Escola”, “Sindicato Centro-Cívico, cultural, recreativo, desportivo”, e até mesmo “Sindicato-Cooperativa de consumo”, havia sido devidamente apropriado pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Naquele dia de celebração para a diretoria da entidade, às vésperas da eleição que, muito provavelmente, o reelegeria, já que não havia chapa concorrente, a entidade também exerceu seu papel de “sindicato centro-recreativo”. Assim, após a inauguração, foi oferecido um coquetel para os associados e autoridades presentes, seguido de um “animado baile”, também na sede social. Afinal, de acordo com o *Boletim Informativo*, “a recreação também é importante para uma vida de integração dos associados com suas famílias, e de famílias entre si, formando o todo, uma classe que trabalha e que se diverte”.

No último número do *Boletim Informativo*, a diretoria, agora reeleita para o triênio 1972-1975, agradece aos operários que votaram nela, dizendo-se alegre pelo apoio da grande maioria. Segundo o resultado da apuração divulgado no informativo, foram 4.261 votos para a

⁴⁴⁰ *Ibidem*.

chapa inscrita, 86 votos brancos e 40 nulos⁴⁴¹. A mesma edição apresenta a ampliação de oportunidades do Pebe com o estabelecimento de convênio com a Escola Técnica Federal e o Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais, para concessão de uma nova modalidade de bolsa de estudo, destinada à formação técnico-profissional do 2º grau. No entanto, dessa vez, as bolsas seriam pagas através da própria escola, e não pelo sindicato, porém continuavam valendo as mesmas regras, ser sindicalizado e frequentar 50% das assembleias para ter esse direito. A entidade sindical também se responsabilizava por fornecer uma declaração para que o associado pudesse candidatar-se à bolsa. Assim, no final das contas era do sindicato poder de decidir quem poderia ter acesso às bolsas de estudo, já que era esse documento que habilitava ou não o candidato. Diante disso, muitas vezes as bolsas de estudo eram utilizadas para estabelecer relações de dependência e favorecimentos. Não foram poucas as assembleias em que a oposição sindical acusou a diretoria do sindicato de convocar os bolsistas para votar em suas propostas.

Mas o *Boletim Informativo* do Sindicato dos Metalúrgicos também faz críticas a um programa do governo federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. No texto “Que tal mudar o FGTS?” a avaliação era de que “a decepção foi geral” com o Fundo. Isso porque, uma das promessas do FGTS era possibilitar ao trabalhador o acesso à moradia. Entretanto, na prática, a primeira decepção surgiu, segundo o informativo, quando se deram conta de que as normas baixadas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) permitiam o movimento das contas só para aquisição de moradia, e dentro do seu sistema financeiro, ou seja, através das Cohabs, Apes, Cooperativas Financeiras, etc. Assim, com essa regra várias situações vividas pelo trabalhador relacionadas à moradia não teriam solução, por exemplo, o trabalhador que tivesse casa financiada por outro sistema que não o do BNH precisando do dinheiro do Fundo para pagar o financiamento ou quitar a dívida, aquele que tivesse adquirido o lote e necessitasse de dinheiro para construção, e ainda o trabalhador que já tinha a casa própria e precisava apenas terminar de construir ou reformar. Em todos esses casos, o trabalhador não teria acesso ao FGTS. E mesmo quando optasse pelo sistema financeiro do BNH, surgia outro problema, os planos dessas financeiras exigiam rendas familiares muito elevadas, impossibilitando que a grande massa de trabalhadores conseguisse se habilitar para ter acesso ao financiamento.

A outra decepção, considerada maior pelo boletim, foi quando se soube que o Fundo de Garantia tiraria do trabalhador o seu maior direito: a estabilidade. Mesmo assim, apesar da crítica ao FGTS, o Sindicato dos Metalúrgicos não propõe algo radical como acabar com o

⁴⁴¹ *Idem*, n. 3, ago./set. 1972.

Fundo, sua proposta como se vê no título do texto “Que tal mudar o FGTS?” é um convite à mudança. Nesse sentido, ele endossa as sugestões apresentadas pela Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, que se restringia a propostas de modificar as regras para uso do FGTS para aquisição da casa própria, visando possibilitar que casos como os apresentados acima pudessem ter acesso ao dinheiro do BNH. O boletim conclui que “essas modificações trariam realmente benefícios e justificariam, pelo menos em parte, a perda da estabilidade”. Assim, percebe-se que acabar com o FGTS deixou de ser uma bandeira de luta dos sindicatos, o mote agora era negociar, aceitando inclusive a perda da estabilidade, como o Sindicato dos Metalúrgicos, em troca de mudanças para a aquisição da casa própria. O “Abaixo o FGTS”, palavra de ordem que circulou bastante no meio sindical até a greve de 1968, aparecendo esporadicamente em alguns jornais alternativos depois disso, como no *O Flexa*, da empresa Belgo Mineira, havia definitivamente saído de moda.

5.8 O “bom” sindicato e o “bom” trabalhador

Ignácio Hernandez (2004), em suas memórias operárias, relembra como o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem funcionava no início da década de 1970, enquadrando-se no modelo de sindicato que a ditadura queria:

Constroem-se a subsede da Cidade Industrial e o colégio. O dinheiro entra farto. As festas se multiplicam. Os torneios de futebol animam a quadra do sindicato. O metalúrgico pouco consciente abandona o seu sindicato. Aquele mais consciente, o que levanta a voz para protestar, é massacrado nas pequenas e raras assembleias de pelegos e bolsistas do colégio. A diretoria sente que está ficando sozinha nas salas do sindicato, sente que está na hora de uma campanha de sindicalização e se lança a ela pelo caminho errado. Acena para o metalúrgico exclusivamente com assistência médica, bolsas de estudo, empréstimos da CEF. Chega o dia em que nas fábricas exigem até fazer seguro de vida por intermédio do sindicato, para poder receber este empréstimo. O número de sindicalizados cresce, atraídos e traídos pelas vantagens assistenciais, não pelo espírito de luta. (HERNANDEZ, 2004, p. 58).

Resta problematizar se esse também não era o sindicato que grande parte dos metalúrgicos queria. Haja vista que, como aponta Hernandez, o número de sindicalizados cresceu, afinal, a entidade garantia minimamente o atendimento à saúde, exames laboratoriais, empréstimos, bolsa de estudos, confecção de óculos e dentaduras num momento em que, apesar do “milagre econômico”, que proporcionou um inegável desenvolvimento econômico e a expansão capitalista, a maior parte da sociedade brasileira continuava não se beneficiando de maneira igualitária dos resultados materiais desse processo (NAPOLITANTO, 2014, p.

147). Os trabalhadores enquadravam-se na parcela que continuava sem ter acesso às benesses do crescimento econômico brasileiro.

Em janeiro de 1974, um novo general tomava posse como presidente da República, Ernesto Geisel. Em termos econômicos, em meio à crise mundial do petróleo, Geisel lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O governo procurava com o novo plano econômico resolver problemas de fornecimento de energia, com a criação de infraestrutura energética, e diminuir a dependência de insumos importados, gargalos da indústria nacional de base. Tudo isso sem abrir mão do crescimento econômico, uma das condições para colocar em prática a política de distensão (NAPOLITANO, 2014, p. 170). No entanto, apesar da manutenção de elevados índices de crescimento até o fim da década de 1970, os trabalhadores assalariados continuavam a sentir os efeitos do arrocho salarial, agravados pelo aumento no custo de vida.

Por isso, alguns metalúrgicos viam o sindicato como um espaço de luta política a ser reconquistado, a fim de também, por meio dele, buscar melhorias nas condições salariais e de vida. E não só isso, para quem era militante de partido ou organização de esquerda, a conquista do sindicato significava ampliação do espaço de atuação política. Contudo, ainda era “preciso estar atento e forte”, pois mesmo com o discurso de distensão os órgãos de informações e o aparato repressivo da ditadura continuavam funcionando⁴⁴².

Em 1974, já como militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), José Vieira retornou ao setor metalúrgico, isso porque ele havia sido demitido da Belgo Mineira anos antes, como será visto em detalhes. Nascido em Mutum, no Vale do Rio Doce, interior de Minas Gerais, veio ainda criança com a família para Belo Horizonte, no início dos anos 1960, em busca de melhores condições de vida. Trabalhou com o pai numa banca de frutas no Mercado Novo, localizado no centro da capital, até os 14 anos, quando entrou para a Belgo Mineira e se deu sua inserção no meio metalúrgico. Como menor de idade, recebia apenas a metade do salário-mínimo, conforme a legislação em vigor, o que para ele “era uma exploração brutal”. José Vieira lembra-se que, como a Belgo ficava em frente à Fábrica Cimento Portland Itaú, “debaixo daquela poluição monstruosa do cimento”, todos os dias o primeiro trabalho a ser realizado era espanar a poeira: “eles abriam aquelas chaminés e de manhã você tinha que limpar todo o ambiente de trabalho, porque acumulava uma poeira

⁴⁴² O saldo da repressão durante governo do general Ernesto Geisel é de 39 desaparecidos políticos e 42 mortos, tendo algumas dessas mortes gerado grande comoção, como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, no ano seguinte, ambos nas dependências do Doi-Codi de São Paulo. Houve também uma “caçada” ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Além disso, o Congresso foi fechado por 15 dias e a censura às artes e à imprensa continuava sendo utilizada.

violenta durante a noite”. Vieira trabalhou na Belgo Mineira por três anos, quando foi então demitido por “questões disciplinares”:

(...) fui demitido por questões disciplinares, porque na época estava começando já a onda, vamos dizer assim, *hippie*, não é? Dos cabelos grandes, eu tinha o cabelo crespo e grande, e eles mandaram eu cortar o cabelo, eu falei que essa coisa era da minha esfera pessoal e que eu não aceitaria cortar o cabelo, e eles acabaram me demitindo por causa de um cabelo, com três anos de casa. (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

A lembrança de José Vieira sobre o episódio do cabelo demonstra como as empresas procuravam controlar o corpo do trabalhador, seja por meio do processo de produção, imprimindo um ritmo externo ao indivíduo, conforme já foi discutido, seja pela definição do que consideravam comportamento “aceitável” dentro da fábrica, seja ainda por questões que passavam pela aparência ou forma de vestir do trabalhador, travestida de “questões disciplinares”. O cabelo de José Vieira é associado por ele próprio à “onda *hippie*”, e é importante considerar o imaginário construído sobre os *hippies* naquele momento, ligado ao consumo de drogas e à ideia da “vagabundagem”. A sua demissão pela recusa em cortar o cabelo diz de uma imagem de trabalhador que a fábrica queria e do tipo de comportamento desejável.

Ignácio Hernandez (2004) também levanta, de maneira crítica, quais seriam as atitudes esperadas dos trabalhadores para garantir a manutenção do emprego.

O trabalho se torna uma contínua insegurança. O preço para se manter constantemente empregado é muito caro: é nunca protestar contra salário por mais baixo que seja, não sonhar de noite com greves, estar dia e noite à disposição do patrão, agradecer as horas extras como se fossem um prêmio, zelar pelos bens da firma com mais carinho que pelos da família, achar maravilhosas todas as iniciativas dos chefes e encarregados. Então, o operário está garantido, se não chegar um período de crise. Neste caso, não se perdoa ninguém. (HERNANDEZ, 2004, p. 46).

Nessa “cartilha” do “bom” trabalhador, o operário não seria avaliado pelo conhecimento profissional e experiência, mas por seu comportamento de colaboração com a empresa, que poderia incluir cortar o cabelo quando exigido, como foi o caso de José Vieira.

Vieira começou a despertar para a política nesse período, ironicamente, “através da própria Belgo Mineira”. Ele conta que trabalhava com um colega chamado Geraldo Magela da Fonseca, que tinha um irmão ligado à guerrilha do Vale da Ribeira, em São Paulo. E foi esse colega que lhe deu “as primeiras noções de política” e “de luta de classe”. José Vieira lembra-se que gostava muito de ler e que se alfabetizou com revistas em quadrinhos. Costumava ler livros com histórias de faroeste e espionagem, e a revista

americana *Seleções Reader's Digest*, da qual, por ser barata, chegou a ter uma coleção. Até que o mesmo colega politizado lhe “mostrou que aquilo lá era uma manipulação de opiniões, que aquela revista era um instrumento de propaganda norte-americana, não é? E o período já estava... o período quente da guerra do Vietnã, eu comecei a acompanhar mais essas coisas”. Acabou conhecendo militantes do PCdoB e tornou-se também um militante, como ele relembra:

(...) em [19]72, aos 17 anos, eu conheci militantes comunistas do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, e eu comecei a militar, como se usava a linguagem da época, eu fui recrutado para o PCdoB, não é? E já tinha determinação de voltar às minhas origens operárias. Eu já tinha saído da Belgo Mineira e eu estava trabalhando aí em biscates com marcenaria. E voltei. Fiz Senai, estudei, fiz Senai, tornearia mecânica e voltei para a metalúrgica. Em [19]74 eu já estava de novo em metalúrgica, na Metalúrgica Samag que pertencia ao grupo Itaú, em frente à Itaú também, por coincidência do lado da Belgo Mineira. E depois da Samag eu fui chamado pela Mannesmann. Não vacilei nenhum minuto porque a Mannesmann era a maior siderúrgica do Estado. Na época, se bem que eu acho que a Usiminas era maior. Mas aqui na região industrial de Belo Horizonte, a Mannesmann era a maior, nessa época tinha 12 mil trabalhadores. Eu comecei a trabalhar lá na oficina central, fiz um segundo curso no Senai, de mecânica geral e troquei de profissão, deixei de ser torneiro mecânico e fui ser mecânico geral na Mannesmann. E a Mannesmann foi minha grande escola de sindicalismo, não é? Porque eu estava em um setor importante, trabalhava na oficina central, cuidava da manutenção de toda a usina. Na Mannesmann eu já conheci alguns ativistas antigos do movimento sindical, me sindicalizei, não é? Me sindicalizei em [19]74, e comecei a participar. (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

Trabalhar na Mannesmann era de fato um desejo de muitos metalúrgicos no período, em razão das oportunidades profissionais oferecidas. Para aquele trabalhador mais combativo, que já era ativista do movimento operário e sindical ou tinha pretensão de sê-lo, a Mannesmann tornava-se também uma possibilidade de atuar politicamente e de aprendizado, como relata José Vieira, que pôde conhecer antigas lideranças e aproximar-se dos trabalhadores da maior fábrica da região industrial de Belo Horizonte, cujo comportamento, de certa forma, ditava o ritmo da luta operária na região.

Mesmo assim, as dificuldades de desenvolver um trabalho político com os operários eram grandes. A principal questão que aparece nas memórias de Ignácio Hernandez e que desafiava a ele e aos operários apelidados de Gambiarra e Caxinguelê, que lideravam lutas cotidianas dentro das fábricas, era sobre fazer trabalho clandestino ou aberto entre os trabalhadores. Em uma passagem do livro, Hernandez rememora alguns diálogos durante um café na casa de Caxinguelê, em que avalia que o trabalho nas fábricas ia muito devagar e, quando acontecia de conseguir “a muito custo” a adesão de algum trabalhador, nunca se sabia exatamente até onde iria sua participação, pois, “quando a coisa aperta, casca fora”. O avanço

desse grupo na organização dos trabalhadores também era paralisado pelas constantes demissões; isso, de acordo com Caxinguelê, ocorria sempre que eles conseguiam “um grupinho bom na fábrica”. Por isso, em sua opinião, o trabalho deveria ser clandestino (HERNANDEZ, 2004, p. 78-79).

Para Hernandez, no entanto, a ação clandestina não era o melhor caminho naquele momento:

Estamos num tempo em que aqui em Contagem qualquer organização clandestina é descoberta e destruída pela polícia. Se a polícia não a conhece, é que é clandestina demais e nem os companheiros a conhecem. Então, é estéril. Não serve para nada. A Cidade Industrial é pequena para tanto dedo-duro que está aqui, parece uma cidade do interior, onde todo o mundo se conhece e a polícia sabe de tudo. É muito fácil seguir qualquer um de nós e todos nós sabemos que, de vez em quando, somos seguidos e fiscalizados. Para mim o caminho da clandestinidade agora e aqui conduz a um beco sem saída e inútil. (HERNANDEZ, 2004, p. 79).

Nas memórias de Hernandez, Gambiarra era da opinião que havia “dois lugares para desenvolver a consciência de luta dos companheiros: a fábrica e o sindicato. Na fábrica, o trabalho encontra muita dificuldade e vai devagar, mas é o lugar mais certo. No sindicato, por enquanto, não vejo muito jeito”. Diante do impasse, o operário sugere ao grupo criar outro lugar e outra maneira de chegar aos trabalhadores. A proposta apresentada por ele foi de realizarem um curso para os operários, afinal, no grupo havia montadores, torneiros, fresadores e todos entendiam “um pouquinho de luta operária. Poderíamos transmitir o que sabemos”. Na avaliação de Gambiarra, principalmente ajudantes e meio-oficiais, que são aqueles que ainda estão aprendendo sobre a profissão, haveria interesse pelo curso. E a partir daí, tinha esperança de fazê-los se interessarem também “pelos problemas da classe operária”. Assim, o grupo, constituído por Curiango (Ignácio Hernandez), Gambiarra e Caxinguelê, conseguiu organizar o curso na área metalúrgica, que funcionou por alguns anos na Cidade Industrial e por onde passaram muitos trabalhadores (HERNANDEZ, 2004, p. 79-80).

Esses trabalhadores que adotaram um comportamento político de resistência no contexto de ditadura foram criando estratégias diversas para as lutas locais. Enquanto isso, o Sindicato dos Metalúrgicos aprimorava seu trabalho assistencial e preocupava-se em dar visibilidade a ele. Não é à toa que o presidente propôs a contratação da empresa PPR – Propaganda, Promoções e Relações Públicas para serviços de assessoria, publicidade e divulgação do sindicato⁴⁴³.

⁴⁴³ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 4 de agosto de 1973.

Finalmente, uma parte da subsede da Cidade Industrial seria inaugurada no aniversário da entidade. Para cuidar disso com “brilhantismo e maior ênfase”, foi formada uma comissão de festas⁴⁴⁴. Seguiram-se a compra de móveis para o local, a reabertura do curso de corte e costura e a mudança do nome do Ginásio dos Metalúrgicos para Instituto Cultural dos Metalúrgicos, uma forma encontrada pela diretoria de ampliar seu leque de propostas de cursos, cuja previsão de abertura era na comemoração dos 40 anos da entidade no ano seguinte⁴⁴⁵. O sindicato também buscou criar estratégias de aproximação com os trabalhadores da categoria. Para isso, o presidente da entidade propôs que fossem agendadas reuniões mensais na Delegacia da Cidade Industrial, de preferência aos domingos, para garantir maior presença⁴⁴⁶. Meses depois, a diretoria procurou nomear delegados de fábrica, cujo papel principal seria distribuir boletins e jornais do sindicato. Na verdade, com essa função atribuída pelo presidente da entidade a esses metalúrgicos, eles seriam mais delegados do sindicato do que de fábrica⁴⁴⁷.

A Delegacia Regional do Trabalho continuava cerceando as escolhas do sindicato. Exemplo disso foi que, quando a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos expressou seu desejo em filiar-se ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em São Paulo, o presidente da entidade logo foi chamado a comparecer à sede da DRT. Na ocasião, o delegado do Trabalho, Onésimo Viana, “alertou-o” verbalmente dizendo que o sindicato não deveria associar-se ao Dieese. Do alerta a conversa evoluiu para a ameaça, já que o representante da DRT informou que, caso a diretoria insistisse nessa ideia, correria o risco de não ter as contas aprovadas; e todos sabiam que isso poderia acarretar afastamento da diretoria e até intervenção no sindicato. O recado foi bem compreendido, pois os dirigentes da entidade acharam melhor desistir da filiação, pelo menos naquele momento⁴⁴⁸.

A relação com a Delegacia Regional do Trabalho não era constituída apenas de alertas e ameaças. Havia convites também, como o que a DRT fez à diretoria do sindicato para que a entidade participasse de um torneio de futebol de salão, realizado no dia 7 de setembro daquele ano. O Sindicato dos Metalúrgicos não só aceitou, como foi campeão dessa competição e seguia disputando com outros sindicatos o “torneio da independência”. Resta

⁴⁴⁴ *Idem*, 21 de abril de 1973.

⁴⁴⁵ *Idem*, 15 de dezembro de 1973.

⁴⁴⁶ *Idem*, 31 de julho de 1974.

⁴⁴⁷ *Idem*, 21 de junho de 1975.

⁴⁴⁸ *Idem*, 19 de maio de 1973.

saber o que acarretaria ao sindicato se o convite não fosse aceito, talvez o repertório da DRT voltasse ao mesmo tom, com alertas e ameaças⁴⁴⁹.

Chama a atenção também o tipo de solicitação que chegava à diretoria encaminhada por alguns associados. Pedidos como a doação de uniformes ao coral São José Operário, do bairro das Indústrias⁴⁵⁰, compra de uniformes para a Sociedade Esportista Santa Cruz, cujo time era formado por associados⁴⁵¹, ou ainda o pedido de alguns associados, moradores na Cidade Industrial, para que o sindicato intercedesse junto à Prefeitura de Contagem, em razão da cobrança de impostos considerados exagerados pela população⁴⁵². Todas essas solicitações foram aprovadas pelos dirigentes e encaminhadas. Assim, o sindicato buscava aproximar-se dos associados atendendo a demandas que iam além das questões trabalhistas.

O sindicato foi obrigado a tomar posição em função de problemas denunciados pelos metalúrgicos em algumas empresas. A Nansen foi acusada por seus funcionários de cronometrar o trabalho, obrigando-os a marcar o cartão de ponto até no tempo de uso de banheiros. Diante de tal irregularidade, o sindicato decidiu enviar uma correspondência à Delegacia Regional do Trabalho denunciando a fábrica⁴⁵³. A Mannesmann também foi alvo de denúncias, inclusive em jornais da capital. Segundo a denúncia, as refeições servidas na cantina da empresa estavam contaminadas por elevada dose de nitro, fato comprovado por meio de exames realizados pelo laboratório Ezequiel Dias. O sindicato comprometeu-se a apurar as responsabilidades, denunciando a contaminação às autoridades, “combatendo dentro do possível, porque é nossa obrigação”⁴⁵⁴. Nota-se que mesmo em situações graves como essas, com denúncias comprovadas, o comportamento da diretoria era sempre de “combate dentro do possível”, estratégia reconhecida e utilizada de forma recorrente pelos dirigentes, tratando-se seja do governo seja de empresários.

Uma novidade que colocou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, João Silveira, em um lugar diferenciado pelo poder que acumulou, pela melhoria salarial considerável e o prestígio social entre os trabalhadores e as entidades de classe foi a sua nomeação como juiz vogal, ou seja, juiz classista na Justiça do Trabalho⁴⁵⁵. Sobre isso, Edmilson Costa (1997, p. 120-121) aponta que entre os mecanismos de cooptação de trabalhadores e sindicalistas

⁴⁴⁹ *Idem*, 10 de setembro de 1973.

⁴⁵⁰ *Idem*, 31 de julho de 1974.

⁴⁵¹ *Idem*, 11 de agosto de 1975.

⁴⁵² *Idem*, 21 de agosto de 1974. Nitro, antiga designação para nitrato de potássio, é um componente químico utilizado para conservar alimentos, servindo também para realçar sua cor e sabor. Se usado em grande quantidade, provoca danos à saúde.

⁴⁵³ Ata da reunião da diretoria do sindicato, 30 de outubro de 1974.

⁴⁵⁴ *Idem*, 4 de novembro de 1974.

⁴⁵⁵ *Idem*, 24 de março de 1974.

utilizados pelo regime militar destaca-se a Justiça do Trabalho, órgão formado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento. Com objetivo de regular a disputa entre capital e trabalho, por meio do julgamento de dissídios coletivos e individuais, e outros problemas envolvendo as relações trabalhistas, essas instâncias contavam também com pessoas que teriam o papel de representar os interesses dos trabalhadores, os chamados juízes classistas. O grande número de instâncias trabalhistas nas três esferas (nacional, estadual e local) constituíam espaços a serem ocupados por esses representantes. Nesse sentido, o autor chama a atenção para o fato de que, com uma legislação autoritária, intervenções sindicais e perseguições políticas a trabalhadores e lideranças sindicais desencadeadas pelo Estado ditatorial, a Justiça do Trabalho se transformou num mecanismo “de cooptação e carreirismo sindical”. Assim, ao assumir comportamento político mais próximo do regime e seguir a cartilha do Ministério do Trabalho, o dirigente sindical em troca poderia ser nomeado no cargo de juiz classista, ocupação que lhe proporcionava distinção entre os demais trabalhadores e remuneração superior ao que recebia atuando na fábrica (COSTA, 1997, p. 121). Os candidatos a juízes classistas eram escolhidos pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral mediante uma lista tríplice para um mandato de três anos, renovável por mais três. Como apontou Edmilson Costa (1997, p. 121), “não foram raras as vezes que os ‘juízes classistas’ votaram contra os trabalhadores”.

Não é possível afirmar aqui que João Silveira tenha votado contra os metalúrgicos, pois seria necessária a análise da documentação da Justiça do Trabalho de Minas Gerais referente à sua atuação depois de empossado no novo cargo, o que não é o objetivo deste trabalho. O que posso afirmar é que a nomeação de sindicalistas para esses cargos trazia benefícios para os dois lados: de um lado, o trabalhador ganhava prestígio em sua categoria e um salário melhor, enquanto a ditadura militar, por sua vez, angariava pessoas de sua confiança atuando para diminuir os conflitos trabalhistas.

5.9 Novamente eleito

Em 1975, ocorreram eleições sindicais, mas dessa vez não seria uma chapa única. A oposição nessas eleições, encabeçada por Vicente de Andrade, só o era no nome, pois, no que se refere à sua orientação política e sindical, pouco se diferenciou da chapa de João Silveira, reeleita para mais um mandato à frente do Sindicato dos Metalúrgicos (MUNIZ, 1984, p. 234).

Ildeu do Couto Balbino, nascido em Belo Horizonte em 1934, fazia parte dessa chapa e assumiu o cargo de secretário do sindicato. Começou a trabalhar muito jovem. Foi servente de pedreiro, trabalhou em loja no centro de BH, na fábrica de calçados Eloi Balesteros. Depois de fazer o curso de eletricista na Escola Técnica, entrou para o setor metalúrgico, trabalhando na White Martins, na Esab e, por fim, na Usiminas, onde ficou por 20 anos. Sua entrada no sindicato ocorreu em 1975 e se deu de maneira inusitada, lembrada por ele no trecho abaixo:

Minha entrada para o sindicato foi uma questão de... sei lá. O João Silveira que era o presidente foi na Usiminas procurar um candidato lá e conversando com meu superintendente, eu vi meu superintendente mostrando para mim, sabe? Por que eu fui diretor social da Associação dos Aposentados da Usiminas e lá perto de casa tinha um clube chamado Esparta que eu fui diretor, eu fui vice-presidente, então eu estava acostumado a mexer com clube, sabe? E esse superintendente me indicou por causa disso, falou: “– aquele lá é capaz de resolver seus problemas”, porque o João estava alegando a dificuldade de administração, ele precisava de uma pessoa que pudesse assumir mais, sabe? Na ocasião ele me ofereceu o cargo de tesoureiro, falei: “– nem me pagando eu não vou mexer com isso, com tesouraria eu não mexo não”, depois ele voltou outra vez insistindo comigo se eu aceitei como secretário, eu falei: “– óh, eu não vou afastar da Usiminas para poder servir o sindicato não, eu tenho aqui a função de chefe de seção”. (...) Naquele tempo da revolução o negócio estava muito complicado, não havia aquele movimento que depois eu enfrentei, sabe? Então eu aceitei, mas assim, só para participar de reunião a noite, se houvesse uma assembleia durante o fim de semana eu poderia participar e aceitei e fui eleito como secretário, porque ele me ofereceu como secretário, o primeiro mandato meu foi como secretário. E como secretário ele começou a me dar um punhado de atividade diferente. (Ildeu do Couto Balbino. Entrevista concedida à autora, 06/09/2017).

A forma como Ildeu Balbino entrou para a diretoria do sindicato possibilita analisar dois pontos: primeiro, que o fato de um dirigente sindical ser indicado por seu chefe cria uma situação problemática para o sindicalista e para o sindicato, principalmente em momentos de negociação com a empresa em favor dos trabalhadores; o segundo ponto diz respeito ao tipo de trabalhador que João Silveira procurava para integrar a diretoria. Ildeu nunca foi operário, começou na empresa como encarregado de manutenção, tornando-se depois chefe de seção de mecanografia e material gráfico. Não foi procurado por João Silveira por ser uma liderança entre os funcionários da Usiminas, mas por ter um perfil capaz de auxiliar na administração do sindicato. Interessante que o entrevistado estabelece algumas condições a Silveira para aceitar participar da diretoria, além disso, ele reconhece que “naquele tempo da revolução o negócio estava complicado”. Mesmo assim, participou das eleições, tornou-se secretário da entidade em 1975, passando ao cargo de vice-presidente nos mandatos de 1978 a 1981 e 1981 a 1984, só saindo do sindicato quando sua chapa perdeu as eleições de 1984.

Entre as “atividades diferentes” que João Silveira repassava a Ildeu Balbino estavam algumas viagens. O entrevistado lembra-se de viajar aos Estados Unidos para fazer um curso de sindicalismo e para a Suíça para participar de um encontro sindical.

Eu fui fazer curso nos Estados Unidos, 40 dias lá, um curso que já existia, sabe? Para sindicalista. Não fui eu só não, naquele tempo eu conheci o João Paulo Pires Vasconcelos, que tinha feito lá também, outros colegas meus haviam feito isso lá. Fiquei 40 dias lá, depois eu fui para Genebra, na Suíça, sabe? Também pelo sindicato, participar de um encontro lá que havia eu fui participar. E nessas participações eu fui me inteirando de muita coisa e ele me segurando mais ainda. Aí o pessoal do sindicato, né? Os outros diretores todo mundo pressionando, achavam que eu seria capaz de resolver mais coisas lá. E insistindo comigo. Eu falei: “– olha só se a Usiminas me dispensar, mas com direitos e vantagens que deve ter. Não vou sair para enfrentar uma situação que não... posso pedir licença, eu tenho família, não pode ser uma licença pura e simples não, né?”. Porque no sindicato a gente não tinha salário, a gente tinha uma ajuda de custo quando estava trabalhando. Então o João Silveira fez um ofício ao presidente da Usiminas, que na ocasião era Rondon Pacheco, pedindo, e ele me liberou com todos os direitos e vantagens. Então eu passei a receber pela Usiminas, aumento que houvesse eu ia receber também. E eu na ocasião fiquei meio na dúvida de ir, sabe? Porque eu toda vida... eu entrei na Usiminas em 1960 e isso já foi... eu até esqueço a data. (Ildeu do Couto Balbino. Entrevista concedida à autora, 06/09/2017).

Perguntado sobre detalhes do curso nos Estados Unidos, Ildeu conta que durou 40 dias e que todo fim de semana o grupo formado por sindicalistas da “América do Sul todinha” viajava para conhecer uma cidade diferente: “foi a primeira vez que eu vi neve cair”. Em relação ao conteúdo, o entrevistado explica que eram abordados temas sociais, mas em sua avaliação “aquilo era pra mudar a cabeça da gente. Eu acho que era. 40 dias pagando passagem, pagando hospedagem, pagando diária, pagando tudo? (...) Devia ser alguém que estava patrocinando aquilo tudo lá, mas tinha diploma, tinha tudo”. Na verdade, como mencionado em capítulo anterior, esses cursos de formação de lideranças sindicais eram organizados pelo Instituto Americano para o Sindicalismo Livre (Iadesil) e patrocinado pela Embaixada dos Estados Unidos com objetivo de formar sindicalistas alinhados ao sindicalismo estadunidense. No entanto, com base no relato de Ildeu Balbino, nem sempre o Iadesil conseguia atingir seus objetivos. O entrevistado conclui que não aproveitou nada do que foi ensinado no curso, que para ele era “só bobagem, só besteira”. Além disso, comenta em outro trecho que pensou em voltar para o Brasil: “poxa, 40 dias fora da minha família era muito difícil, sabe? Eu queria vir embora, mas não tinha jeito”. Isso porque a organização do curso “segurava” o passaporte dos participantes. “Eles seguravam o passaporte, você não podia voltar, mesmo se você quisesse”⁴⁵⁶.

⁴⁵⁶ Ildeu do Couto Balbino. Entrevista concedida à autora, 06/09/2017.

Pelo visto, os Estados Unidos não deixaram de se preocupar com o sindicalismo brasileiro, continuando a oferecer cursos a dirigentes sindicais nos anos 1970, mesmo que em algumas vezes o objetivo não fosse atingido, como aconteceu com Ildeu. De toda forma, essas viagens e o dia a dia no sindicato ajudaram Ildeu Balbino a se inteirar sobre o funcionamento da entidade, e depois de conseguir a liberação da empresa onde trabalhava com todos os direitos e vantagens passou a dedicar-se integralmente ao Sindicato dos Metalúrgicos.

A primeira assembleia após as eleições sindicais de 1975 foi para discutir a campanha salarial da categoria. O debate não se diferencia dos anos anteriores, ou aceitar índice estabelecido pelo governo ou entrar em dissídio coletivo e esperar muito tempo por uma decisão que poderia inclusive não ser favorável aos metalúrgicos. O discurso do ativista Joaquim de Oliveira caminhou no sentido de aceitar o índice, mas junto a isso fazer um trabalho de fortalecimento do sindicato, “sindicalizando o maior número de companheiros”, única forma de “demolir a estrutura que prejudica a todos”. A diretoria foi duramente criticada pelo tímido trabalho em relação às reivindicações salariais, e João Silveira, diante das críticas, afirmava que a diretoria do sindicato também era “composta de lutadores e trabalhadores (...) não cabendo culpa ao sindicato e a seu Departamento Jurídico se o aumento pretendido não for o proposto”. Argumentava ainda: “estamos lutando em todas as frentes, construindo um ginásio que irá beneficiar a todos os companheiros, além de mantermos e procurar melhorar ainda mais a assistência médica, que é melhor que a prestada pelo INPS que é o órgão do governo responsável por esta parte”⁴⁵⁷.

A resposta do presidente do sindicato é interessante, pois possibilita problematizar o sentido de luta para esses sujeitos. Enquanto para muitos ativistas a luta sindical se travava no embate com patrões e com o próprio governo por melhorias salariais e de condições de trabalho, para João Silveira, ao melhorar a estrutura do sindicato, construindo o ginásio e ampliando a assistência médica, ele também estava lutando, só que em outras frentes. O trabalhador Messias de Jesus ponderou: “estamos no regime militar e não adianta reclamar”. Essa é a primeira vez que aparece uma menção direta ao regime militar em uma assembleia dos metalúrgicos de BH/Contagem.

Outro fator de destaque nessa reunião é a participação de uma trabalhadora fazendo uso da fala nesse espaço. A manifestação de Maria das Dores Belmiro foi para denunciar que durante quatro anos recebeu salário-mínimo na fábrica onde trabalhava e que nunca “obteve um aumento pelo sindicato”, criticando, com isso, a postura dos dirigentes. A diretoria

⁴⁵⁷ Ata da assembleia, 10 de setembro de 1975.

também foi questionada por se reunir com os patrões para solicitar abono ou antecipação salarial até a chegada do acordo na data-base sem o conhecimento da categoria, o que demonstra que algumas atitudes eram tomadas pela diretoria sem o consentimento dos trabalhadores. Contudo, no final, mesmo com todas as discussões e críticas, a decisão, como a exemplo das últimas campanhas salariais, foi de conceder poderes à diretoria para realizar acordo na fase administrativa⁴⁵⁸.

Diante do visível esvaziamento das assembleias da categoria, os dirigentes resolveram inovar na campanha salarial de 1976. Além da reivindicação de reajuste de 60% nos salários, acrescentaram outros itens à pauta de negociações: 1) comprovante de pagamento em papel timbrado com discriminação dos valores e descontos feitos, inclusive FGTS e INPS; 2) fornecimento pelas empresas de uniforme gratuito a seus funcionários; 3) validade dos atestados fornecidos pelos médicos e dentistas do sindicato, já que este mantém convênio com o INPS; 4) acréscimo de CR\$ 132,00 (cento e trinta e dois cruzeiros) ao salário do trabalhador que recebia o mínimo até a data-base e que depois disso passará a receber menos que o mínimo; 5) consideração do sábado e do domingo como dia não útil para efeito de gozo de férias; 6) estabilidade para gestante do início da gravidez até 60 dias depois da cessação do benefício ou alta do médico da empresa; 7) salário igual ao empregado substituído, quando não for substituição eventual; 8) concessão de percentual descontado em folha de pagamento de sócios e não sócios do sindicato logo depois do aumento para ampliação de seu patrimônio imobiliário e assistencial⁴⁵⁹.

Dos oito itens da pauta de reivindicações, somente dois foram aceitos na íntegra pelos patrões durante reunião de negociações na Delegacia Regional do Trabalho, quais sejam: desconto em folha a favor do sindicato no primeiro mês de aumento e comprovante de pagamento fornecido pela empresa com discriminação dos valores e descontos feitos⁴⁶⁰. Depois de quase nenhuma reivindicação ser aceita, principalmente a concernente ao índice de aumento aprovado pela categoria, considerada por ela um pouco mais justa do que a do governo, um trabalhador da Mannesmann chegou às seguintes conclusões: “os trabalhadores não devem discutir reajuste através do sindicato, mas diretamente com os patrões; que o governo tem de discutir aumento é para o funcionalismo público e os empregados das fábricas devem discutir nas fábricas, com os patrões”⁴⁶¹. Mal sabia esse

⁴⁵⁸ *Ibidem*.

⁴⁵⁹ *Idem*, 29 de agosto de 1976.

⁴⁶⁰ *Idem*, 28 de setembro de 1976.

⁴⁶¹ *Ibidem*.

operário que, além de tomar para si o poder de fixar o índice de reajuste anual dos salários de todos os trabalhadores brasileiros, do setor público e privado, enfraquecendo o papel mediador dos sindicatos, a ditadura militar maquiou os índices do aumento do custo de vida nos anos de 1973 e 1974, causando impacto direto nos salários dos trabalhadores do país nesses anos e nos posteriores.

Se a indignação tomou conta da classe trabalhadora, também trouxe novos ares ao movimento operário e sindical, como será examinado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 6 - SURGE A OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA

6.1 Maquiando os índices

“O presidente do nosso sindicato parece mais um lord inglês do que um operário metalúrgico que ganha cinco contos por hora”.
(Um metalúrgico sobre o dirigente da maior entidade sindical da Grande BH.
Fonte: *Jornal De Fato*, n. 18, setembro de 1977, p. 15)⁴⁶².

Era um dia especial para os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Assim iniciava a notícia do *Jornal dos Bairros* sobre a assembleia que dava início à campanha salarial de 1977, realizada em 26 de agosto daquele ano. Marcou também aquele momento a homenagem a Arnaldo e Valdo, trabalhadores da Mannesmann mortos em um acidente de trabalho um dia antes. Eram poucos os metalúrgicos presentes, apenas 151, principalmente quando se sabe que a categoria à época contava com 60 mil trabalhadores, sendo 13 mil sindicalizados. A baixa participação foi colocada na conta da diretoria, acusada pelos presentes, como de outras vezes, de ter feito uma divulgação insuficiente.

Os debates foram abertos e para ter direito à fala era preciso mostrar a carteira de sócio do sindicato. Duas propostas foram colocadas em votação, uma que defendia 70% de aumento e outra 107%, valor este calculado pelo Dieese e que levava em conta as perdas salariais dos metalúrgicos desde 1964. A votação foi aberta e logo surgiu um impasse: o secretário da entidade informou que somente os sócios do sindicato poderiam votar. Um metalúrgico protestou, considerando que todos os presentes deveriam ter direito a voto. A diretoria aceitou, mas alertou que nas próximas assembleias só seria permitida a entrada dos sócios do sindicato. Com 89 votos a favor, a reivindicação dos 70% saiu vitoriosa. Em seguida, nova polêmica. O presidente colocou em discussão a proposta de um “desconto para o sindicato” que consistia na retirada de uma quantia, definida pela assembleia, do primeiro salário depois do reajuste de todos os metalúrgicos da região, sindicalizados ou não. A justificativa do sindicato para o desconto era a manutenção do colégio e da assistência nas áreas da saúde e jurídica. Alguns operários manifestaram-se contrários, alegando que colégio não era função do sindicato, mas do Estado, assim como a assistência à saúde, que seria papel do INPS. Um trabalhador, por sua vez, argumentou que as filas do INPS eram grandes e que ele não queria

⁴⁶² O jornal *De Fato* foi criado por um grupo de jornalistas de Belo Horizonte/MG em janeiro de 1976. Circulou até outubro de 1978, totalizando 26 edições.

morrer na fila e, por isso, apoiava o desconto. Mesmo causando controvérsia, a proposta foi colocada em votação. Nesse momento, de acordo com o *Jornal dos Bairros*, presente na assembleia, João Silveira, presidente do sindicato, teria “interpretado” equivocadamente o resultado da contagem dos votos, invertendo o resultado, dando vitória à aceitação do desconto. Um tumulto se formou, o secretário anunciou o erro e uma nova votação foi feita. Muitos trabalhadores já tinham se retirado da assembleia, pois já era tarde e tinham de trabalhar cedo no dia seguinte. Entre aqueles que permaneceram na assembleia, 64 votaram contra o desconto. Mesmo assim, o presidente declarou vitoriosa a aprovação da doação. Para isso, o presidente teria usado a seguinte estratégia: subtraiu os 64 votos das 151 assinaturas da lista de presença, como se os demais, mesmo não estando mais presentes na reunião, tivessem votado na proposta do sindicato. Mais trabalhadores indignados se retiraram da assembleia. Ao final, 40 metalúrgicos decidiram o valor do desconto na folha de pagamento de outros 59.960 trabalhadores da categoria. Dessa forma terminou aquele dia especial⁴⁶³.

Apesar da participação pequena em termos numéricos, considerando o tamanho da categoria, e das polêmicas, essa assembleia foi importante na trajetória do movimento sindical da região da Cidade Industrial, pois serviu para aglutinar um grupo de pessoas insatisfeitas com a diretoria do sindicato que darão origem à oposição sindical. Na assembleia seguinte, convocada para o dia 23 de setembro de 1977, com a presença de 340 metalúrgicos, tanto a diretoria do sindicato quanto o grupo citado foram preparados para a reunião. A diretoria, além de gravar a assembleia, segundo o *Jornal dos Bairros*, convocou “bolsistas, o pessoal do empréstimo e frequentadores assíduos do sindicato” que mostraram estar “bem ensaiados”, pois desde o começo da reunião “aplaudiam a diretoria e vaiavam os críticos”. Já “os críticos”, para usar a expressão do jornal, levaram para a reunião um abaixo-assinado com 1.945 assinaturas contra o desconto proposto pela diretoria da entidade na assembleia anterior. Houve uma tentativa de entregar o abaixo-assinado ao presidente do sindicato, mas João Silveira se recusou a recebê-lo, alegando que o documento deveria ser protocolado na secretaria da entidade. O grupo fez isso e ainda encaminhou uma cópia do documento e uma carta ao delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana. Na carta, publicada na íntegra no *Jornal dos Bairros*, esses ativistas sindicais denunciavam o que eles chamavam de manobra do presidente do sindicato para “falsear” o resultado da votação do desconto. Argumentavam ainda que a cobrança dessa taxa era uma imoralidade, pois se daria sobre os salários de todos

⁴⁶³ A ASSEMBLEIA dos metalúrgicos. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 24, 04 a 07 de setembro de 1977, p. 7.

os trabalhadores da categoria, embora somente os sindicalizados pudessem se utilizar dos serviços do sindicato. Apesar das divergências, em uma coisa o grupo favorável à diretoria e “os críticos” acordaram ao final da assembleia: aceitar a contraproposta apresentada pelo sindicato patronal, que prometia 1% a mais sobre o índice estabelecido pelo governo, que era de 40%, já que os patrões não concordaram com a reivindicação dos 70% de aumento. Outras conquistas dos metalúrgicos nessa negociação foram: uniforme gratuito para os trabalhadores e implantação de envelopes de pagamento em todas as fábricas⁴⁶⁴, sendo que esta última medida, acordada entre sindicato e patrões na campanha salarial de 1976, até momento não tinha sido implementada.

Um fato novo fez com que os metalúrgicos e os trabalhadores em todo o Brasil se mobilizassem: a luta pela reposição salarial devido à manipulação dos dados sobre a inflação. Isso porque foi amplamente divulgado na imprensa e o próprio governo reconheceu os erros nos cálculos do aumento do custo de vida nos anos de 1973 e 1974. Esse “equivoco” protagonizado pelo Ministério da Economia, tendo como ministro Delfim Neto, causaria impacto direto nos salários dos trabalhadores do país nesses anos e nos anos posteriores, pois um dos itens no qual se baseava o Departamento Nacional de Salários para calcular os índices de aumento salariais de todas as categorias profissionais era o custo de vida.

Diante disso, para compreender os comportamentos políticos de ativistas sindicais e de novas lideranças operárias surgidas de meados da década de 1970 em diante, no âmbito do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, bem como o surgimento da oposição sindical, é importante situá-los em um contexto mais amplo. De agosto a novembro de 1977, mais de 100 sindicatos em todo o Brasil aderiram à campanha pela reposição salarial. Desse modo o movimento operário e sindical brasileiro conseguiu “tornar-se visível para o conjunto da sociedade” (ABRAMO, 1999, p. 194).

Nessa campanha, as estratégias utilizadas pelos sindicatos foram diversas. Em setembro de 1977, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema levou cinco mil metalúrgicos para uma assembleia, em que foi decidido entrar em dissídio coletivo exigindo 34% de aumento para cobrir os prejuízos da categoria com a manipulação das taxas da inflação em 1973. “As antigas e monótonas assembleias operárias metalúrgicas ganharam calor e passaram a ter um sentido além da mera formalização do ritual das campanhas salariais”⁴⁶⁵. Para Luís Inácio da Silva, Lula, presidente desse sindicato, era o momento de a

⁴⁶⁴ ASSEMBLEIA aceita índice do governo mais 1%. *Idem*, n. 26, 02 a 15 de outubro de 1977, p. 7.

⁴⁶⁵ REPOSIÇÃO: “a campanha já pegou no breu”. *Em Tempo*, São Paulo, n. 0, novembro de 1977, s/p.

classe trabalhadora acordar: “ela já foi muito sacrificada, já se deu demais e o momento é de começar a receber”. Além disso, o sindicalista afirmou que havia uma causa muito maior que não poderia ser esquecida com a campanha pela reposição, que era “a liberdade sindical, a própria liberdade dos trabalhadores⁴⁶⁶, delineando-se o que viria a ser chamado de novo sindicalismo. Já a opção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foi entrar com uma ação na Justiça contra a União exigindo a reposição salarial.

Por sua vez, o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, com certo atraso, pois em algumas categorias a luta pela reposição já vinha ocorrendo desde agosto de 1977, convocou uma assembleia no fim daquele ano para discutir qual medida tomar para exigir a reparação⁴⁶⁷.

A denúncia da manipulação dos índices, nesse sentido, tornou-se, na opinião de José Vieira, ativista e militante do PCdoB nesses anos, o principal fator que levou à retomada do movimento operário na Cidade Industrial em uma escala maior e o que ele chamou de “a volta dos trabalhadores para o sindicato”:

Nesse período aí já estava em curso um ascenso das lutas de massa que tinha começado em [19]76, [19]77 com a denúncia da manipulação dos índices de inflação pelo Delfim [Neto], aquilo foi um rastilho de pólvora no movimento sindical da época, não é? Começou por São Paulo, engraçado que a primeira leva de mobilização começou no sindicato que era tido como o líder do sindicalismo pelego. Que era o Joaquinção, Joaquim dos Santos Andrade, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Que essas mobilizações pela reposição salarial, pelo que tinha sido roubado dos trabalhadores pela manipulação dos índices da inflação pelo ministro da Economia, Delfim, ou Planejamento, não me lembro, mas houve essa manipulação, e foi o movimento contra essa fraude, esse assalto ao salário dos trabalhadores, que criou a primeira maré de mobilização; nós já tivemos em [19]77 algumas mobilizações fortes na Cidade Industrial. Em [19]77 foi o ano que marcou as assembleias com centenas de trabalhadores, que tinha muitos anos que não existiam grandes assembleias no sindicato, em [19]77 o sindicato voltou a encher. Os trabalhadores voltaram a ir para o sindicato. (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

No caso dos metalúrgicos de BH/Contagem, em sua primeira assembleia para tratar do tema, o presidente do sindicato, João Silveira, propôs que os trabalhadores presentes na reunião autorizassem a diretoria a, por intermédio do seu departamento jurídico, encaminhar uma ação judicial pela reposição salarial, a exemplo do que havia feito o sindicato da categoria em São Paulo. Porém, diante de uma assembleia esvaziada, o líder sindical Joaquim de Oliveira ao microfone perguntou aos presentes onde estava o metalúrgico de BH e Contagem. Sem resposta, ele propôs que nenhuma decisão fosse tomada naquele momento e,

⁴⁶⁶ *Ibiem*.

⁴⁶⁷ REPOSIÇÃO salarial. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 31, 11 a 24 de dezembro de 1977, p. 12.

já que havia pouco mais de 100 trabalhadores na reunião, que uma nova assembleia fosse realizada. Com o objetivo de mobilizar a categoria, foi criada a “Comissão de Mobilização dos Trabalhadores”, sugestão da trabalhadora Maria Antonieta Pereira, que, concordando com Joaquim de Oliveira, acreditava que a comissão possibilitaria “ajudar a diretoria” a mobilizar os trabalhadores para participarem das reuniões seguintes. Além disso, Ignácio Hernandez defendeu que o tema da reposição salarial fosse tratado dentro das fábricas⁴⁶⁸.

6.2 A Comissão de Mobilização

A Comissão de Mobilização contou inicialmente com a participação de 30 metalúrgicos, entre eles, três trabalhadoras que, em sua primeira reunião, decidiram elaborar um boletim esclarecendo a categoria sobre a reposição salarial e convocando os trabalhadores para a assembleia seguinte⁴⁶⁹. Vale notar que a criação dessa comissão ia ao encontro de um trabalho de base que alguns ativistas sindicais vinham desenvolvendo entre os operários no interior das fábricas, com reivindicações por melhorias nas condições de trabalho, buscando dessa maneira atraí-los para a luta sindical. Para Reinaldo Muniz (1984, p. 247), a Comissão de Mobilização representou, na prática, a democratização do sindicato, que deixou de ser um “feudo” da diretoria. Ela tornou-se também um “elo” entre o sindicato e as bases dentro das fábricas, ao mesmo tempo que criou a possibilidade de ativistas sindicais que se opunham à diretoria a “abandonarem a luta isolada” se unirem a outras lideranças e buscarem espaço político dentro da entidade. Isso explica, inclusive, os conflitos entre a comissão e a diretoria do sindicato.

⁴⁶⁸ Ata da assembleia, 11 de dezembro de 1977.

⁴⁶⁹ METALÚRGICOS entram na luta pela reposição. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 32, 25 de dezembro de 1977 a 07 de janeiro de 1978, p. 16. De acordo com a ata da assembleia do dia 11 de dezembro, inscreveram-se inicialmente para compor a Comissão de Mobilização: Hélio Luiz Papa, da Retífica Tupis; Wander Miguel, da Pohlíg Heckel; Carlos Antônio Siqueira, da Mannesmann; Joaquim José de Oliveira, da Máquinas Altivo; Osvaldo Pereira de Souza, da Nansen; Manoel Antônio dos Santos, da Artefatos de Aço; Antônio Cardoso de Aguiar, da Mannesmann; José Carlos Duarte, da Eluma; João Lemos da Silva, da Mannesmann; Arthur Geraldo Barbosa, da Esab; João Onofre Marinho, da Eluma; Vitório Soares da Silva, da Mannesmann; José Nicolau, da Mafersa; Antônio Alves Dias, da Pohlíg Heckel; Ignácio Agero Hernandez, da Demag; José Osvaldo Pinheiro, da Usipa; Ataíde Fernandes Soares, da Módulo; Airton Guedes Neto, da Eluma; Newton Leite Teixeira, da Eluma; Gerson José de Castro, da Mannesmann; Nilton Eustáquio da Silva, da Barmell; José Quintão, da GM Terex; Jorge Luiz de Andrade, da Montec; Heleno Ferreira Lima, da Pohlíg Heckel; e Raimundo José de Lana, da Fiat Allis. Entre as mulheres estavam: Maria Antonieta Pereira, da Eluma; Carminda Batista Ferreira, da Pohlíg Heckel; e Vânia Lúcia Moreira Martins, da Eluma. Da comissão também participaram os dirigentes sindicais.



Figura 17 - Foto de faixa convocando os metalúrgicos para a assembleia. Fonte: *Jornal dos Bairros*, Belo Horizonte, n. 34, 22 de janeiro a 05 de fevereiro de 1978, p. 12.

Como se vê na foto acima, espalhar faixas na região industrial de BH e Contagem foi uma das estratégias utilizadas pela Comissão de Mobilização. Também foi feita ampla distribuição de boletins em portas de fábrica, carro com alto-falante e anúncios nos jornais impressos e na televisão convocando a categoria para a assembleia do dia 15 de janeiro de 1978. Ao final, o trabalho de mobilização realizado pela comissão e a diretoria teve êxito, levando 1.055 metalúrgicos para a discussão sobre a reposição salarial de 24,4%. Tanto que as cadeiras preparadas para a reunião tiveram de ser retiradas, pois, diante do número de participantes, a única forma de acompanhar a assembleia foi de pé.



Figura 18 - Assembleia da categoria metalúrgica, 15 de janeiro de 1979. Foto do acervo pessoal de Eulália Batista. (Essa foto foi publicada no *Jornal dos Bairros*).



Figura 19 - Trabalhadores votam a favor da proposta da Comissão de Mobilização. Foto do acervo pessoal de Eulália Batista. (Essa foto foi publicada no *Jornal dos Bairros*).

O ativista Joaquim de Oliveira declarou-se emocionado, pois havia muitos anos não via a classe trabalhadora mobilizada. O *Jornal dos Bairros* chegou a considerar essa assembleia de operários a maior ocorrida em Minas Gerais desde a greve de abril de 1968. O periódico, que acompanhou toda a reunião, apurou que para a maioria dos presentes essa era a primeira vez que participava de uma assembleia. A presença das mulheres, mesmo pequena, foi demarcada pelo jornal, cerca de 10; dessas, uma era esposa de trabalhador e três fizeram uso da fala durante a assembleia, Vânia Lúcia Moreira Martins e Maria Antonieta Pereira, trabalhadoras da Eluma, fábrica localizada no Cinco, e Carminda Batista Ferreira, da Pohlig Heckel. As três faziam parte da Comissão de Mobilização e o fato de tomarem a palavra em uma assembleia sindical é algo importante de ser destacado, tendo em vista que o sindicato seguia sendo um lugar pouco aberto à participação feminina, ainda mais fazendo o uso da fala.

Não obstante tenham realizado um trabalho conjunto que conseguiu levar muitos trabalhadores à assembleia, havia divergências entre a Comissão de Mobilização e a diretoria do sindicato. Os desacordos começaram na elaboração do boletim, primeira ação da comissão. A diretoria solicitou a retirada de um trecho que criticava sindicatos que levavam as lutas trabalhistas para a Justiça, mas a comissão não aceitou, afirmando sua autonomia em relação aos dirigentes, já que sua criação havia sido definida em assembleia. Os conflitos se acirraram

durante a plenária, no que diz respeito à forma de encaminhar as reivindicações pela reposição das perdas salariais em função da manipulação nos índices do custo de vida de 1973 e 1974. Enquanto a diretoria propunha entrar com uma ação na Justiça do Trabalho exigindo a reparação, a comissão criticava o caminho judicial, pois considerava que a Justiça desmobilizava a categoria, devido à morosidade. Em contrapartida, propunha a negociação direta com os patrões e a continuidade do trabalho de mobilização dentro das fábricas. Depois das respectivas defesas, o presidente do sindicato abriu votação.

No momento das decisões, João Silveira colocou em votação apenas a proposta de seus opositores. Para sua surpresa, cerca da metade do auditório levantou a mão. Os dois lados, entre gritos, proclamaram a vitória, estabelecendo a confusão na plateia. O dirigente sindical repetiu a votação mais umas duas vezes, mas com o mesmo truque de considerar como seus os votos de todos que não se manifestaram. Na última vez, ainda sem pedir aos que concordassem com a sua proposta que levantassem a mão – o único critério para verificar rigorosamente quem era vencedor – Silveira simplesmente gritou: “ganhamos”, e encerrou a assembleia, gerando tumulto. Na verdade, havia uma grande parte de trabalhadores indecisos: de dez pessoas ouvidas à saída do sindicato, seis não tinham uma posição bem definida. “– Esse negócio de levantar a mão é programa de auditório”, explicou um deles, que pela primeira vez comparecia à entidade. (*Em Tempo*, São Paulo, n. 1, 23 janeiro de 1978, p. 3)⁴⁷⁰.

A manobra de João Silveira durante a votação foi registrada por vários jornais. No *Em Tempo*, *Jornal dos Bairros* e no *Estado de Minas*, a narrativa do episódio é praticamente a mesma⁴⁷¹, demonstrando que o presidente do sindicato não estava preparado para uma derrota na assembleia. A atitude autoritária de João Silveira provocou indignação e tumulto, e ele saiu da assembleia “escoltado por seus colaboradores mais diretos e sob um coro ritmado ‘Pelego! Pelego!’”⁴⁷². Porém, a comissão não desistiu de tentar reverter o rumo que aquela assembleia tinha tomado. Para isso, marcou uma reunião na subsede do sindicato na Cidade Industrial esperando que o presidente do sindicato aceitasse a decisão da assembleia, que definiu pela negociação direta com os patrões. A comissão também exigiu que o sindicato convocasse nova plenária para deliberar sobre outras propostas que com o encerramento brusco da

⁴⁷⁰ O jornal *Em Tempo* foi fundado em São Paulo, em 1977. Contava com sucursais em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, e tratava em suas páginas de temas como eleições, sindicatos e questões internacionais. Na análise de Maria Paula Araújo (2000, p. 133), o *Em tempo* tornou-se “uma frente de organizações da esquerda revolucionária” que procurava, por meio do jornal, “apresentar uma alternativa política à sociedade brasileira”. Os grupos políticos que compunham o *Em tempo*, posteriormente, participaram da formação do Partido dos Trabalhadores (PT).

⁴⁷¹ ESCOLTADO e vaiado, o pelego deixa o sindicato. **Em Tempo**, São Paulo, n. 1, 23 janeiro de 1978, p. 3; METALÚRGICOS entram na luta pela reposição. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 34, 22 de janeiro a 05 de fevereiro de 1978, p. 12; MIL metalúrgicos lutam pela reposição salarial. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 17 de janeiro de 1978, s/p.

⁴⁷² ESCOLTADO e vaiado, o pelego deixa o sindicato. **Em Tempo**, São Paulo, n. 1, 23 janeiro de 1978, p. 3.

assembleia anterior não puderam ser votadas, quais sejam: realização de reuniões por fábricas coordenadas pela comissão e pelo sindicato; e presença da comissão durante a negociação direta do Sindicato dos Metalúrgicos com o Sindicato Patronal⁴⁷³.

A comissão estava no seu papel de continuar a mobilização, conquistar mais espaço político no meio metalúrgico e ampliar sua ação no interior do sindicato da categoria. No entanto, é difícil imaginar que, depois do comportamento autoritário adotado pelo presidente do sindicato na assembleia, a diretoria aceitasse a presença da comissão em qualquer atividade de importância da entidade. Afinal, o movimento sindical era também lugar de disputas políticas e, ao abrir espaço para a atuação da comissão, a diretoria corria o risco de ter seu lugar de poder contestado e até perdê-lo junto à categoria.

A diretoria do sindicato decidiu adotar um caminho mais radical: romper com a Comissão de Mobilização. Em nota oficial, reafirmava a vitória de sua proposta na luta pela reposição salarial, que era o encaminhamento de ação na Justiça do Trabalho, e acusava a comissão de causar tumulto na assembleia. A nota também assegurava que a categoria não poderia “ficar prejudicada pela ação predatória de uma minoria obstinada e radical” e informava que os dirigentes sindicais não se reuniram mais com os integrantes da comissão de mobilização⁴⁷⁴. A diretoria não só não compareceu à reunião marcada pela comissão como fechou a subsede do sindicato, impedindo a entrada dos ativistas sindicais na entidade. Além do *Em Tempo*, o *Jornal dos Bairros* denunciou a situação publicando uma charge na capa do periódico. Vale destacar que esse jornal era produzido no Barreiro, em Belo Horizonte, e circulava na região industrial de Belo Horizonte, Contagem, Ibirité e Betim, tendo certo alcance entre os trabalhadores e suas famílias, pois tinha como objetivo tratar dos problemas e questões de interesse da população que vivia nessas regiões (ALMEIDA, 2010), como será analisado adiante.

No detalhe da charge, o Sindicato dos Metalúrgicos aparece com suas portas lacradas com madeira, correntes e cadeado diante de trabalhadores perplexos. Apesar da atitude inesperada da diretoria do sindicato, a perplexidade da Comissão de Mobilização, que naquele momento já contava com cerca de 40 metalúrgicos, não durou muito tempo. Ela se reuniu assim mesmo, na rua, e decidiu redigir uma carta aberta aos trabalhadores da categoria explicando a situação e se posicionando sobre o ocorrido. Na carta, a comissão denuncia a “atitude totalmente estranha e antidemocrática” da diretoria do sindicato, que havia fechado as

⁴⁷³ MIL metalúrgicos lutam pela reposição salarial. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 17 de janeiro de 1978, s/p.

⁴⁷⁴ METALÚRGICOS de BH terão nova assembleia. **Em Tempo**, São Paulo, n. 2, 4 a 18 fevereiro 1978, p. 2.

portas da entidade – espaço que “pertencia aos metalúrgicos, não sendo propriedade privada de ninguém” – para as discussões de mobilização e esclarecimento sobre a luta pela reposição salarial. A comissão também explica que não pretendia abandonar a luta, “com o sindicato aberto ou não”, e convida os metalúrgicos a participarem das reuniões na subsede da entidade, na Cidade Industrial⁴⁷⁵.

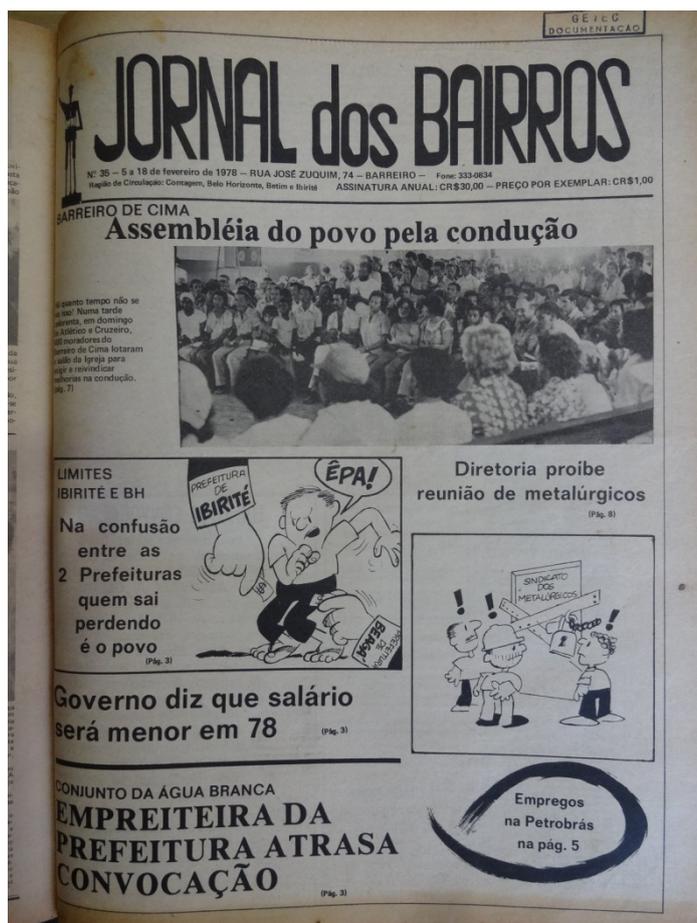


Figura 20 – Do lado esquerdo a capa do *Jornal dos Bairros*. Acima o detalhe da charge mostrando a porta do sindicato trancada.
Fonte: *Jornal dos Bairros*, Belo Horizonte, n. 35, 05 a 18 de fevereiro de 1978, p. 12.

Diante da intransigência da diretoria e da manutenção do fechamento do sindicato, os integrantes da comissão denunciaram a atitude à Federação dos Metalúrgicos, que, mesmo alegando não poder interferir na situação diretamente, chamou as duas partes para uma negociação na subsede do sindicato, na Cidade Industrial. Na ocasião, João Silveira afirmou que não reconhecia a comissão, mas que abriria o sindicato, considerando que era um grupo de metalúrgicos que queria se reunir⁴⁷⁶.

Fato é que a ação da Comissão de Mobilização, mesmo com o rompimento do sindicato e sofrendo pressões e ameaças de demissões das empresas, cresceu ao longo das

⁴⁷⁵ Carta aberta. *Jornal dos Bairros*, Belo Horizonte, n. 35, 05 a 18 de fevereiro de 1978, p. 12.

⁴⁷⁶ OPERÁRIOS voltam ao seu sindicato. *Idem*, n. 36, 19 de fevereiro a 04 de março de 1978, p. 11.

semanas, como se nota no aumento considerável no número de participantes nas assembleias da categoria. Esse crescimento, obviamente, desagradava a João Silveira, acostumado a “reinar” sozinho no meio sindical metalúrgico de Belo Horizonte e Contagem.

De acordo com o jornal *Em Tempo*, a campanha pela reposição salarial da forma como estava sendo conduzida pelo sindicato não passava de uma tentativa, segundo os críticos de João Silveira, de “mudar sua fachada política”. Para isso, foi feita ampla e inédita divulgação da campanha nos meios de comunicação, inclusive na TV; a distribuição do jornal *O Metalúrgico* “com ingredientes criativos para fomentar a nova imagem: crítica ao assistencialismo sindical, apoio às reivindicações de aumento salarial e melhoria das condições de vida e trabalho, e até uma imaginosa versão da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em verso de cordel”; e a aceitação da proposta de ativistas sindicais críticos à diretoria de criar uma comissão de mobilização.

No entanto, a mudança de atitude adotada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos devia-se, para seus oponentes, principalmente à aproximação das eleições sindicais⁴⁷⁷. Por isso, a necessidade de Silveira de recuperar sua imagem do desgaste diante das principais lideranças metalúrgicas de base, mostrando-se mais aberto a opiniões divergentes e à participação de outros ativistas, posto que seus opositores ocupavam cada vez mais espaço no movimento sindical metalúrgico, sobretudo em função da atuação da Comissão de Mobilização.

O ativista José Vieira tem uma opinião diferente sobre João Silveira e o sindicato nessa época. Ao ser perguntado se houve mudança de comportamento, Vieira responde que não, e explica:

(...) nessa época aí o sindicato vivia numa espécie de dualidade. Porque a diretoria do sindicato que era pelega dirigia o aparelho, dirigia fisicamente o sindicato, mas o rumo político do sindicato e as decisões de assembleia eram o que a oposição falava no microfone, você entendeu? Tudo que era levado em assembleia, a massa seguia a oposição, a gente comandava a massa, sabe? Os dirigentes do sindicato dominavam o aparelho do sindicato, mas a massa era dirigida pela gente, os ativistas de bairro. (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

Para o ativista, o que caracteriza o sindicato naquele contexto não é a mudança, mas a dualidade. Isso porque João Silveira e os demais dirigentes comandavam a máquina sindical, mas politicamente as decisões nas assembleias eram influenciadas pelo posicionamento da oposição. Em alguns momentos, como visto anteriormente, a diretoria chegava a incorporar

⁴⁷⁷ UM caminho eleitoral: melhorar a fachada. *Em Tempo*, São Paulo, n. 1, 23 jan. 1978, p. 3.

algumas proposições do grupo opositorista como se fosse dela, para não perder espaço junto aos metalúrgicos.

Assim, apesar da confusão na primeira assembleia para discutir a reposição salarial, à diretoria do sindicato não seria possível voltar atrás nessa campanha ou “querer” que as votações e decisões funcionassem como nos anos anteriores, em que a participação de sócios nas assembleias era baixa e, à exceção de algumas vozes dissonantes, tudo seguia exatamente como os dirigentes sindicais queriam. A diretoria foi então compelida a marcar uma nova assembleia para debater o tema da reposição e os caminhos a serem adotados, tomando o devido cuidado de já no panfleto de convocação da categoria avisar duas coisas: que só teria direito ao voto associados portando carteirinha de sócio ou boleto de pagamento e que a votação seria por “escrutínio secreto”⁴⁷⁸.

Para amenizar as tensões, a assembleia foi presidida pelo vice-presidente da Federação dos Metalúrgicos, Jorge Noman. Durante o encontro, a determinação de que só os sindicalizados poderiam votar foi criticada pela ativista sindical e integrante da Comissão de Mobilização Maria Antonieta Pereira. Para ela, sócios e não sócios tinham o direito de participar das assembleias que diziam respeito à questão salarial, pois era um tema de interesse de toda a categoria. Porém, a diretoria manteve a exigência da apresentação da carteira de sócio e somente 324 trabalhadores puderam assinar a lista de presença e votar.

Na hora da votação, uma surpresa, seriam debatidas e votadas duas propostas: a primeira, da diretoria, previa a negociação com o Sindicato Patronal e em caso de esses se negarem a conversar, então, a Justiça seria acionada. A segunda, elaborada pela comissão, falava de negociação direta com o Sindicato Patronal e em caso de negativa acionar a Justiça e em paralelo dar início à mobilização por fábricas ou grupos de fábricas com divulgação feita pelo sindicato⁴⁷⁹. No final das contas, com exceção da parte da mobilização paralela, as duas diziam a mesma coisa, isto é, que o Sindicato dos Metalúrgicos deveria negociar diretamente com o Sindicato Patronal e só depois de uma negativa entrar com uma ação na Justiça. Temendo uma derrota caso mantivessem a proposta original de ir para a Justiça imediatamente, os dirigentes sindicais vestiram sua nova “fachada” política e se apropriaram parcialmente da proposta da comissão, pois esta se configurava, naquele momento, como a opção a ser escolhida pela categoria. No final, a proposta da comissão venceu, com 156 votos

⁴⁷⁸ Panfleto de convocação da assembleia dos metalúrgicos pelo sindicato da categoria publicado em: **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 36, 19 de fevereiro a 04 de março de 1978, p. 11.

⁴⁷⁹ Ata da assembleia, dia 26 de fevereiro de 1978 e ASSEMBLEIA quer negociação. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 37, 05 a 18 de março de 1978, p. 12.

contra e 115 em favor da proposta da diretoria. Contudo, dois meses se passaram e a diretoria não havia iniciado nenhum tipo de contato para começar a negociação, nem com a Delegacia Regional do Trabalho, que poderia servir de mediadora, nem com os sindicatos patronais. A explicação de João Silveira foi a seguinte: “a publicação de edital de eleição nos atrasou um pouco”, “esta conversa com os patrões será mera formalidade. Eles não vão dar mesmo. Temos é que nos preparar para entrar na justiça. E para mim o melhor caminho será contra a União. Realmente estamos morosos, mas este é um processo demorado”⁴⁸⁰.

A fala do presidente do sindicato só faz reforçar o argumento da tentativa de forjar uma nova “fachada política”, pois se na presença dos trabalhadores da categoria reunidos em assembleia ele defendeu a negociação como estratégia de luta, na prática, adotou o mesmo comportamento pouco combativo de sempre. Silveira imprimiu uma morosidade ao processo e deixou claro que, na realidade, nunca acreditou que a negociação fosse o caminho para enfrentar a questão da reposição das perdas salariais de 1973 e 1974. Nesse trecho, João Silveira também demonstra que não só não acreditava nessa possibilidade como achava que a ação na Justiça deveria ser direcionada ao governo, e não aos patrões. Por fim, evidencia que sua maior preocupação naquele momento não era com as melhorias nas condições salariais e de vida dos metalúrgicos, mas com a proximidade da eleição sindical, na qual haveria novamente uma chapa encabeçada por ele.

Outra amostra de que os trabalhadores estavam mais mobilizados naquele ano de 1978 em todo o Brasil e na Cidade Industrial deu-se nas comemorações do 1º de maio. Em alguns lugares, esses atores sociais voltaram ocupar a praça pública e, para isso, receberam apoio de parte da Igreja Católica, que já vinha se posicionando publicamente contra a ditadura militar. Na Cidade Industrial, o apoio veio, principalmente, da Pastoral Operária, que auxiliou na organização das comemorações do 1º de maio de 1978 e se colocou ao lado da oposição sindical nas eleições daquele ano para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos.

6.3 “Rezemos ao senhor”: a missa do trabalhador como espaço de mobilização política e atuação da Pastoral Operária da Cidade Industrial

O 1º de maio de 1978 teve ares diferentes. De um lado, o governo ditatorial procurou marcar sua presença nas festividades do dia dos trabalhadores, com o presidente, general

⁴⁸⁰ FATOS SINDICAIS – 1 Metalúrgicos BH. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 40, 16 a 29 de abril de 1978, p. 12.

Ernesto Geisel, visitando Porto Alegre/RS e São Paulo/SP para as comemorações oficiais. Do outro, os trabalhadores, como há muitos anos não faziam, “voltam a ser os principais personagens do seu próprio dia”. Em algumas cidades, como Osasco, as oposições sindicais de São Paulo ocuparam as ruas em atos unificados. Em Porto Alegre, realizaram a Semana Sindical com diversas atividades. No Rio de Janeiro, por iniciativa da Pastoral Operária, as igrejas homenagearam os trabalhadores⁴⁸¹. E na Cidade Industrial, uma missa levou mais de cinco mil operários para a principal praça da região, a Praça da Cemig. Nem “a chuva miúda que caía” sobre os trabalhadores atrapalhou a celebração conduzida pela Pastoral Operária de Contagem e Belo Horizonte pelo 1º de maio e encerramento da Campanha da Fraternidade, cujo tema era “Trabalho e Justiça”.

Em notícia do jornal *Em Tempo*, o coordenador da Pastoral do Setor Industrial, frei Eduardo Metz, explicou que a participação dos cinco mil operários na missa foi o resultado de um longo trabalho de base feito na região. Afinal, “uma manifestação como essa não nasce espontaneamente, não é um jogo Atlético x Cruzeiro, que o pessoal vai se divertir”. Ainda mais em tempos como aqueles, em que operários tinham de dividir espaço no evento político/religioso com policiais do Dops que aproveitavam para registrar todos os detalhes e fotografar os participantes. A resposta à infiltração policial se deu por meio de orações feitas no final da missa “pelos presos políticos de Itamaracá, que estão em greve de fome”, “pela Anistia” e, ironicamente, “por aqueles que estão aqui entre nós, não participam de nossa confraternização e estão aqui espiando”⁴⁸². Além disso, os padres da Coordenação Pastoral do Setor Industrial encaminharam um abaixo-assinado ao secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, coronel Washington Flores, reprovando o comportamento intimidador dos agentes durante a missa do trabalhador. No documento, também publicado na íntegra pelo *Jornal dos Bairros*, os religiosos ainda denunciaram a invasão da polícia à sede da Coordenação Pastoral, na sexta-feira anterior ao 1º de maio, de onde foram levados documentos e publicações de caráter religioso e pastoral. Os padres exigiam a devolução dos materiais retirados e protestavam contra essa ação violenta da polícia e a vigilância ostensiva a que estavam sendo submetidos na sede da pastoral⁴⁸³.

A missa combinou preceitos católicos com as reivindicações dos operários e moradores da região, ou seja, seguiu-se o ritual de uma missa comum, mas foram inseridas

⁴⁸¹ UM primeiro de maio operário. *Em Tempo*, São Paulo, n. 9, 1º a 7 de maio de 1978, p. 4.

⁴⁸² As informações sobre a missa-manifestação realizada na Cidade Industrial foram retiradas de: A MISSA dos cinco mil. *Em Tempo*, São Paulo, n. 10, 8 a 14 de maio de 1978, p. 5.

⁴⁸³ PADRES protestam contra ação violenta da polícia. *Jornal dos Bairros*, Belo Horizonte, n. 42, 14 a 27 de maio de 1978, p. 2.

mensagens de conteúdo político e reivindicatório. Para iniciar, um operário leu uma mensagem que dizia: “felizes os que participam das associações de bairros, felizes os operários que lutam em favor de seus colegas nas oposições sindicais” e todos os presentes responderam: “bendito aquele que vem em nome do Senhor”. Essa fala inicial traz uma mensagem política dos padres da Pastoral da Cidade Industrial e dos trabalhadores, que junto com eles organizaram a missa-manifestação. Ela deixa clara a necessidade do engajamento político e o posicionamento dos organizadores em favor das oposições sindicais.

Assim como em toda missa católica, essa, igualmente, teve uma parte reservada às preces dos fiéis. Muitas orações foram feitas pela resolução dos problemas vividos nos bairros da Cidade Industrial pelos trabalhadores e suas famílias. Mas também foram feitos pedidos por salários justos que permitissem uma vida decente, pela liberdade sindical, pelos presos e por aqueles que sentiam medo de “proclamar a verdade”. Todas as preces eram seguidas de um sonoro “rezemos ao senhor”. Ao final da missa-manifestação, foi erguida uma faixa com o *slogan* da campanha da fraternidade “Trabalho e justiça para todos”⁴⁸⁴.

Vala destacar que o 1º de maio daquele ano movimentou a comunidade do entorno da Cidade Industrial. No dia anterior, cerca de 200 pessoas puderam assistir a uma peça de teatro sobre a origem e o significado do dia do trabalhador. A encenação foi feita na porta do salão paroquial da Igreja da Vila Cemig pelos alunos do curso de traçador mecânico promovido pela associação pró-melhoramentos da vila⁴⁸⁵.

As missas do 1º de maio na Praça da Cemig, na Cidade Industrial, também marcaram a memória de alguns trabalhadores e ativistas da época. Eulália Batista lembra-se que

o 1º de maio eram reuniões muito participativas. Hoje não mais, hoje acabou. Mas primeiro de maio para mim era assim, uma reunião de todo mundo, era linda a missa. Não era uma missa, era um ato político. Que a igreja aproveitou um pouco. Que hoje só ficou a igreja, mas na época era um ato político que se tinha ali na Cidade Industrial. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

Para Eulália, apesar de ainda ser realizada todos os anos, na mesma praça, desde 1978, a missa acabou, na medida em que perdeu seu sentido político. Do ato dos trabalhadores participavam políticos de todas as esferas, municipal, estadual e federal, que ela identifica como “aqueles companheiros de esquerda que já estavam nesses níveis”, as lideranças políticas dos movimentos de bairros da região e de outros movimentos como o “movimento

⁴⁸⁴ A MISSA dos cinco mil. **Em Tempo**, São Paulo, n. 10, 8 a 14 de maio de 1978, p. 5.

⁴⁸⁵ O 1º DE MAIO teve teatro. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 42, 14 a 27 de maio de 1978, p. 2.

estudantil, o próprio movimento de mulheres, o movimento de mulher negra, que não era separado, mas tinha uma fala, já tinha uma fala pouca, mas tinha”.

A lembrança de Eulália em relação a esse evento carrega certo saudosismo:

(...) então era um evento muito bonito, muito bonito. Muito festivo e ao mesmo tempo reivindicativo, de denúncias, de relatos e ali a gente buscava força. O primeiro de maio dava força para as pessoas participarem. Muitos companheiros saíam dali para ir participar no sindicato, de ver que era uma coisa que valia a pena, no sentido de reivindicar, de ter uma condição de vida melhor no mundo, não é? De profissão. De tudo. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

Isso porque, para ela, o 1º de maio realizado nesses anos estava impregnado de muitos sentidos: era ao mesmo tempo festa, espaço de denúncia, reivindicações, de renovar forças para continuar participando e esperanças; ainda, de conquistar novos participantes para o movimento sindical.

No ano seguinte, a mesma manifestação se fez presente no 1º de maio. Os trabalhadores organizaram atos unificados em vários estados, comemorando o dia à sua maneira. As reivindicações incluíram o direito de greve, garantia do emprego, liberdade e autonomia sindical, salário-mínimo unificado e os protestos contra a carestia. Na Cidade Industrial, na Praça da Cemig, ocorreu a missa organizada pela Pastoral Operária e trabalhadores, trazendo novamente as mensagens políticas, e na Praça do Trabalhador, um ato político reuniu os sindicatos dos Petroleiros, Rodoviários, Construção Civil e Gráficos, a Associação de Sociólogos, o Movimento do Custo de Vida e o DCE da UFMG, podendo ser notada a ausência do Sindicato dos Metalúrgicos⁴⁸⁶.

Além das missas em comemoração ao 1º de maio, a Pastoral da Cidade Industrial esteve envolvida com diversos movimentos na região. Ela apoiou as greves dos metalúrgicos no final da década de 1970, colocou-se ao lado dos moradores nas reivindicações por melhorias incentivando os movimentos de bairros e a organização de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que incentivou a criação de associações de moradores, mantendo essa postura no início dos anos 1980.

As CEBs podem ser caracterizadas como pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia ou capela que, motivados pela fé, buscam refletir sobre os problemas sociais e organizarem-se para “criar ou recriar” movimentos populares (BETTO, 1981)⁴⁸⁷. De acordo

⁴⁸⁶ DIA de festa e luta dos trabalhadores. **Em Tempo**, São Paulo, n. 61, 26 abr. a 02 de mai. de 1979, p. 7.

⁴⁸⁷ O surgimento das CEBs está ligado ao movimento de renovação da Igreja, iniciada com o Concílio Vaticano II que se efetivou na América Latina com a realização da Conferência de Medellín, na Colômbia, em 1968, em que uma das mudanças preconizadas era a busca pela aproximação da igreja com os mais pobres. O autor

com José Maria de Paiva (1987, p. 150), em Minas Gerais, uma das primeiras experiências de CEBs em área urbano-industrial, na década de 1970, ocorreu na Cidade Industrial, em Contagem. Depois de a primeira experiência de renovação da Igreja na região, com padres operários, ter se desmantelado em função da repressão, principalmente entre 1969 e 1973, o trabalho de base recomeçou com a organização de grupos de reflexão e círculos bíblicos.

Nesse sentido, Magda Neves (1994, p. 178) aponta que as CEBs tiveram importância na região da Cidade Industrial, pois surgiram “num período em que a maioria dos canais de participação estava bloqueada”. A autora ressalta que em vários bairros, como o Eldorado, Jatobá, Lindeia, Industrial, Inconfidentes e Sol Nascente, a Igreja Católica estimulou a articulação de “formas mais organizadas de resistência à opressão e à exploração”, surgindo a partir daí diversos grupos de jovens, círculos bíblicos, clubes de mães e associações de bairro com participação destacada das mulheres, principalmente das donas de casa (NEVES, 1994, p. 179).

Por isso, o Serviço Nacional de Informações monitorava as ações da Pastoral Operária da Cidade Industrial, cujos padres participantes eram denominados pelo SNI de “religiosos esquerdistas”. Em relatório caracterizado como “confidencial” datado de 30 de abril de 1980, o SNI avalia que, das correntes existentes na Igreja Católica, a que se encontrava em evidência era a “linha progressista”, que atuava sob a fachada das pastorais operárias. Para o autor do relatório, o envolvimento desses religiosos nos diversos movimentos que ocorriam na região metropolitana de Belo Horizonte e a abordagem de temas como o fim do regime militar, eleições diretas, reforma agrária, distribuição de renda, participação do trabalhador nas decisões da empresa em sermões, reuniões e encontros, demonstrava seu posicionamento contrário à política governamental. Em sua opinião, os religiosos apresentavam essas discussões de maneira distorcida, com o intuito de criar sentimento de revolta e descrédito do povo em relação ao governo. Os agentes do SNI também avaliaram que houve um ascenso nas atividades do clero progressista em geral e que no setor operário da Grande BH, por meio da atuação da Pastoral Operária da Cidade Industrial, os padres vinham “doutrinando” uma parcela considerável dos trabalhadores utilizando-se da “Teologia da Libertação”⁴⁸⁸.

esclarece o sentido de CEBs. São comunidades, porque reúnem pessoas que pertencem à mesma igreja e moram na mesma região; eclesiais, pois são congregadas pela igreja e motivadas pela fé; e, de base, porque integram pessoas das classes populares. Cf. BETTO, 1981.

⁴⁸⁸ Informação nº047/116/ABH/80, 30 de abril de 1980. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Serviço Nacional de Informações/ABH. Pasta 1426/80. De acordo com esse documento, atuavam na região metropolitana de BH o bispo auxiliar da capital Dom Arnaldo Ribeiro; os padres Paulo Fernandes de Souza, Paulo Gabriel Lopes Branco (Pablo Gabriel Lopes Branco), José Maria de Man; Henrique de Moura Faria, Pierluigi Bernareggi e os freis Eduardo Bernardes Maria Metz, Élio Cristóvão Pereira (Frei Capeta), Carlos Alberto Libânio Christo (Frei

O monitoramento das atividades dos religiosos na Cidade Industrial continuou. Em 1982, um informe produzido pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações e difundido para diversos órgãos de informação e repressão do governo descreve as “atividades do ‘clero progressista’ da Cidade Industrial de Contagem”⁴⁸⁹. De acordo com o informe, os padres Rogério Inácio de Almeida Cunha, Paulo Fernandes de Souza, Paulo Gabriel Lopes Branco e os freis Élio Cristóvão Pereira (frei Capeta) e Carlos Alberto Libânio Christo (frei Beto) pertenciam ao clero progressista que atuava na Cidade Industrial. A ação pastoral desses clérigos, para o SNI, caracterizava-se pelo enfoque na política sobrepondo-se ao religioso, com a pregação da luta de classes e a condenação do regime e do governo. Para chegar a essa conclusão, a agência de informação se valeu do folheto *Caminhando*, distribuído no dia 14 de fevereiro de 1982 e utilizado durante a celebração das missas. O folheto espalhado aos presentes para que pudessem acompanhar a celebração católica era intitulado “Política e politicagem” e começava explicando que a politicagem era “a política suja e corrupta”, que visava apenas ao interesse pessoal ou de um grupo e que se fazia necessária uma nova política sadia e justa que objetivasse a igualdade de todos os cidadãos. No rito penitencial, por exemplo, os fiéis pediam perdão pelas vezes que deixaram de unir-se aos sindicatos e às associações de bairro e por criticar a Igreja por seu envolvimento no campo da política.

De fato, o folheto da missa traz um tipo de abordagem diferente, em que o tema da política é tratado como parte integrante do ritual, seguindo a orientação da Igreja Católica progressista de se aproximar dos problemas do povo. E esse não é único exemplar que consta nos arquivos; o *Caminhando* foi sistematicamente recolhido pelos órgãos de informação. Na década de 1970, vale dizer que a Pastoral Operária da Cidade Industrial apoiou os moradores da região em suas reivindicações por melhorias nas condições de moradia e de vida e os trabalhadores na reorganização do movimento operário e sindical, posicionando-se claramente ao lado da oposição sindical. Nesse sentido, parte da Igreja Católica progressista, representada pelos padres da Pastoral Operária, constituiu-se como mais um ator político relevante na Cidade Industrial.

Beto). Esses padres são acusados no documento de manifestarem-se publicamente a favor da greve dos professores do estado de Minas Gerais e dos metalúrgicos do ABC Paulista, bem como de organizarem coletas para ajudar esses movimentos grevistas.

⁴⁸⁹ Informação nº 0067/19/AC/82, de 09 de março de 1982. Arquivo Nacional, Fundo SNI. O informe traz como anexo o folheto CAMINHANDO. Região Industrial de Belo Horizonte, ano V, n. 266, 14 fev. 1982.

6.4 Da mobilização à oposição

Conforme analisado anteriormente, a campanha pela reposição salarial desencadeada depois da descoberta da manipulação dos índices de inflação referentes aos anos de 1973 e 1974 pelo regime militar mobilizou os trabalhadores metalúrgicos de BH/Contagem. A partir desse momento, João Silveira e os demais integrantes da diretoria teriam um pouco mais de trabalho, pois se constituiu na categoria uma oposição cada vez mais atuante entre os trabalhadores. Para José Vieira, integrante da Comissão de Mobilização e da oposição sindical, a marca desse movimento era a juventude:

Como esses jovens ativistas, que a maioria era jovem, dos sindicalistas jovens, que eram da oposição, ocupavam muito o microfone começou um afluxo maior de trabalhadores ao sindicato e criou-se uma situação interessante, porque a direção do sindicato era a diretoria pelega, mas nas assembleias a massa seguia esses jovens ativistas que davam o tom e que pegavam o microfone, discordavam da diretoria e faziam propostas diferentes. (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

O entrevistado era então um jovem metalúrgico, ativista sindical e militante, de 23 anos de idade. Dessa maneira, sua memória se constrói a partir da perspectiva de que eram os jovens sindicalistas que davam o tom das assembleias e “ocupavam o microfone” para discordar da diretoria e propor caminhos diferentes. Havia, claramente, uma nova geração de trabalhadores e sindicalistas se constituindo naquele momento na região. No entanto, nem todos os ativistas da oposição sindical eram jovens. É preciso considerar a presença de lideranças como Joaquim José de Oliveira e Efigênia de Oliveira, que desde os anos 1960, conforme capítulos anteriores, faziam parte da categoria e participavam do movimento operário e sindical, ou mesmo de Ignacio Hernandez, que apesar de novo no meio metalúrgico era uma pessoa mais velha em idade.

É interessante como José Vieira define o sentido da oposição à diretoria do sindicato naquele contexto.

Em [19]78, foi a primeira vez que houve uma chapa marcadamente oposicionista, não é? Recheada de militantes de diversas organizações revolucionárias. Algumas de matriz trotskista, algumas de matriz leninista, mas já de grupos organizados. Foi uma chapa ampla, nós recebemos apoio, alguns apoios externos. (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

Em outra passagem, ele até reconhece que “já nas eleições de [19]75 surgiu uma chapa de oposição, mas ainda sem um viés muito político, era só um grupo de pessoas insatisfeitas com a diretoria”. Dessa forma, o que marca uma oposição efetiva, para o entrevistado, não é

somente o fato de alguns trabalhadores estarem insatisfeitos com a diretoria do sindicato, mas sim de pertencerem a organizações políticas.

Contudo, ser militante de uma organização revolucionária ou de um partido político não é uma experiência compartilhada por todos os integrantes da oposição sindical. Ignácio Hernandez não era militante político no sentido atribuído por José Vieira. No caso de Joaquim de Oliveira, os órgãos de repressão insistiam em associá-lo ao PCB, mas nesse período, segundo outros militantes, ele atuava no Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). O MEP era uma dissidência da PO – organização derivada da antiga Polop –, defendia que algumas liberdades democráticas como liberdade de organização, expressão e manifestação eram fundamentais para a conscientização dos trabalhadores, mas não abria mão da luta maior que era a luta econômica (ARAÚJO, 2000, p. 125). Havia também pessoas reunidas em torno da oposição sindical como Sálvio Humberto Pena, ex-militante da Ação Popular, que nesse momento se autodenominava “independente”, e Efigênia Maria de Oliveira, ex-militante da Corrente Revolucionária, que continuava tendo uma atuação política importante na região, mas sem fazer parte de organização política ou partido. No entanto, percebe-se que a Cidade Industrial continuava a atrair militantes de várias correntes políticas. Na pesquisa foi possível constatar, a partir de meados dos anos 1970, a presença de militantes do PCdoB, do MEP e do MR-8 e, em seguida, da Convergência Socialista e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Paulo César Funghi, que iniciou sua militância política e sindical em 1979, lembra-se da presença das seguintes organizações no meio metalúrgico:

Mas então, as organizações que tinham eram: o MEP, que era bem pequeno-burguês, assim que a gente chamava na época, não é? Tinha o PCdoB, que tinha uma boa militância, uma liderança muito forte, que era o Zé[José] Vieira na época, tinha o MR-8. O MR-8 na época, em função da greve da Mannesmann que, de uma certa forma foi liderada por um quadro deles, que era o Albênio [Dias de Carvalho], que tinha apelido de Boné, na Mannesmann. (Paulo César Funghi. Entrevista concedida à autora, 27/11/2015).

Para ele, de um modo geral, “a esquerda era muito fracionada” no movimento sindical metalúrgico. Ele próprio engajou-se politicamente em outra organização que começaria a atuar na região a partir de 1979, a Convergência Socialista.

De toda forma, antigas e novas lideranças se reuniram em uma chapa de oposição à diretoria do sindicato, com o objetivo de concorrer às eleições de 1978. Destaco o papel que algumas mulheres metalúrgicas tiveram na organização e na militância em torno da oposição sindical, como foi o caso de Efigênia de Oliveira, liderança sobre a qual já falei aqui, e das ativistas Maria Antonieta Pereira, Carminda Batista Ferreira e Vânia Lúcia Moreira Martins,

citadas anteriormente, bem como Eulália Batista e Rosalva Pardo, cujas narrativas nos possibilitam conhecer como elas reconstroem suas lutas no movimento sindical e o cotidiano da mulher operária dentro da fábrica.

6.5 As mulheres na oposição sindical

Ainda são poucos os estudos dedicados a analisar as trajetórias das oposições sindicais no Brasil, surgidas na década de 1970, para além da oposição metalúrgica de São Paulo (CORREA; FONTES, 2018, p. 131). Essa constatação também se observa na produção acadêmica sobre as mulheres operárias que atuaram nas oposições sindicais nesse contexto⁴⁹⁰. Entre esses estudos está o trabalho de Magda Neves (1994) sobre a experiência das mulheres da Cidade Industrial de Contagem na fábrica, no espaço urbano, no sindicato e na política. Diante disso, nesta seção busco situar a atuação das mulheres metalúrgicas de BH e Contagem no sindicato, especialmente na oposição sindical, e analisar, por meio de suas memórias, as representações sobre a própria participação política, suas pautas, formas de organização e como elas se relacionavam com um espaço e uma categoria fundamentalmente masculina.

Elizabeth Souza Lobo (1991) considerou como dado relevante para compreender a atuação das mulheres nos sindicatos a partir da década de 1970 dois fatores: o primeiro diz respeito à modificação da participação das operárias como força de trabalho no setor industrial no Brasil, entre 1970 e 1980. Essa mudança é caracterizada quantitativamente pelo aumento do número de trabalhadoras na indústria e, qualitativamente, pela distribuição da mão de obra feminina nos diversos ramos industriais, pois se antes a maior concentração de operárias se localizava nas áreas têxtil, de vestuário e calçados, nesses anos as mulheres passaram a adentrar diversos segmentos da metalurgia (LOBO, 1991). O segundo fator abordado pela autora que na visão dela vai influenciar a sindicalização das trabalhadoras é o surgimento, em meados da década de 1970, de um “movimento social de mulheres”, um termo, segundo ela, utilizado para designar uma diversidade de movimentos sociais que tiveram as mulheres como protagonistas. Entre eles estavam os primeiros grupos de mulheres organizadas por reivindicações democráticas, como o movimento feminino pela anistia, aqueles que lutavam por melhorias das condições de vida como os movimentos contra a carestia e/ou por creches, grupos de mães, movimentos de bairros nas periferias das grandes cidades e ainda a organização de mulheres junto à Igreja Católica nas Comunidades Eclesiais

⁴⁹⁰ Ver alguns trabalhos acadêmicos citados na introdução desta tese.

de Base, além dos grupos que, a partir de 1975, passaram a pautar a problemática da equidade de direitos entre homens e mulheres, sendo que alguns assumiram posições feministas (LOBO, 1991, p. 30).

Diante da degradação das condições de vida, da repressão vivenciada no cotidiano nos bairros populares no contexto da ditadura, as mulheres se mobilizaram para reivindicar direitos, tornando-se protagonistas em diversos movimentos sociais, apropriando-se do espaço da cidade e da política. Ao assumirem o protagonismo dessas lutas, as mulheres adentraram na cena pública e romperam com o papel imposto a elas.

Foi no século XIX que se constituiu a “racionalidade harmoniosa” da divisão sexual, surgindo daí a ideia de que cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminado. Tem origem a distinção entre público e privado que implicaria uma segregação sexual do espaço, definindo o público como espaço da política e do poder reservado aos homens e restringindo as mulheres à esfera do privado, da casa, do cuidado com a família e da maternidade (PERROT, 2001)⁴⁹¹. Assim, ao “invadir” a cena pública, as mulheres do fim da década de 1970 rompiam também com construções históricas acerca do espaço adequado destinado a elas.

O sindicato constituía também um espaço considerado masculino, tanto por homens quanto pelas mulheres trabalhadoras, que deixavam de comparecer e participar do movimento operário e sindical exatamente por não considerarem o espaço do sindicato como delas. Perrot (2001, p. 211) observou que a separação entre o sindicalismo e o movimento das mulheres no caso francês ocorreu no início de século XX, quando o movimento sindical passou a caracterizar “as formas de expressão das mulheres como selvagens, irresponsáveis, pouco adequadas à dignidade dos trabalhadores” e, por isso, recusá-las. Nessa perspectiva, trabalhadores homens qualificam as formas de expressão das mulheres e se utilizam dessa classificação para excluí-las do mundo sindical e político, tornando o sindicato espaço exclusivo de uma sociabilidade masculina.

Ruth Milkman (1990, p. 87), ao tratar dos sindicatos americanos, chama a atenção para o fato de essas associações terem falhado ao representar os interesses da mulher trabalhadora ou lutar contra a desigualdade de gênero no mundo do trabalho. Isso porque, ao concentrar suas forças em manter uma unidade na luta contra os patrões, acabou por manter

⁴⁹¹ No entanto, Michelle Perrot (2001, p. 180) demonstrou que mesmo sendo esses espaços predeterminados historicamente, exatamente por serem construções históricas, eles não são estanques, assim “nem todo o público é o ‘político’, nem todo o público é masculino”. No século XIX, por exemplo, o espaço da cidade pertencia às mulheres. Eram elas “as guardiãs do mercado”, sendo protagonistas em diversos motins por alimentos, tendo a luta pelo pão como “terreno privilegiado de intervenção direta das mulheres” (p. 195).

os privilégios masculinos no mundo do trabalho. Nesse sentido, as formas de organização do mundo sindical podem também constituir-se como motivos da exclusão das mulheres. Isso não significa, no entanto, que elas não se organizem. Para Perrot (2001, p. 212), ao contrário disso, na relação entre as mulheres e o sindicalismo, o problema não é a falta de organização delas, mas o conflito existente sobre as formas de intervenção e expressão que encobre uma diferença cultural e de existência. O questionamento, então, deveria ser direcionado não à organização das mulheres, mas em que medida os sindicatos estariam dispostos e preparados para incluir as mulheres efetivamente, como elas pensam a organização e como os sindicatos podem ser excludentes (FRACCARO, 2016).

As mulheres trabalhadoras nas indústrias no Brasil da década de 1970, ao buscarem se organizar, também se depararam com sindicatos que não estavam preparados para incluí-las de maneira efetiva em suas lutas. São elas que terão de construir seu espaço, enfrentando preconceitos de gênero, piadas e assédio, nos sindicatos e nas fábricas. Há também que se considerar, conforme Ângela M. Carneiro Araújo e Verônica Clemente Ferreira (1998, p. 57), que “o movimento sindical é um ator coletivo em permanente reelaboração de sua própria identidade”, em função das mudanças de contexto e dos sujeitos sociais que o compõem. Dessa forma, a renovação do discurso e das práticas sindicais a partir do fim da década de 1970, que marcou principalmente o campo das oposições sindicais, buscando organizar os trabalhadores a partir do interior das fábricas e estabelecer uma relação mais próxima com as bases, teve papel fundamental na constituição de espaços para a emergência do discurso das mulheres trabalhadoras e no aumento do ingresso delas na militância sindical. Foi também importante, nesse momento, o surgimento na cena pública de movimentos sociais de mulheres e a divulgação de correntes feministas que deram visibilidade ao debate em torno das questões de gênero (ARAÚJO; FERREIRA, 1998, p. 57). Mesmo que muitas trabalhadoras não tenham aderido ou nem fizessem ideia do que era o feminismo, as discussões estavam colocadas no espaço público, ampliando as possibilidades de determinadas pautas serem debatidas também no mundo do trabalho.

Nesse contexto, as demandas das metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem no fim de década de 1970 foram encontrando um lugar nas práticas e nos discursos, inicialmente dentro da oposição sindical, para em seguida serem apropriadas pela direção da entidade. Essas trabalhadoras passaram a denunciar abusos de toda ordem no mundo do trabalho, como desigualdades salariais, degradação das condições de trabalho, utilização de práticas disciplinares sexistas e violentas, más condições de trabalho, higiene e segurança, e controle da empresa sobre o corpo e a vida privada. Constituíram-se espaços de fala das mulheres

trabalhadoras, redes de solidariedade, e elas passaram a reivindicar direitos como melhorias de trabalho e equidade salarial. Suas demandas, no entanto, iam além disso, como será analisado a seguir por meio das entrevistas realizadas com metalúrgicas e ativistas sindicais.

Eulália Batista tinha 17 anos quando se tornou metalúrgica. Sua família, como tantas outras, mudou-se do interior, da cidade de Oliveira, para Contagem, em busca de trabalho e melhores condições de vida, relato comum entre muitos dos entrevistados para esta pesquisa. Da infância guarda boas recordações, apesar das dificuldades enfrentadas pela família. Morava no bairro das Indústrias, onde ela e um dos irmãos mais novos saíam para buscar lenha usada para cozinhar e esquentar água para os demais membros da família tomarem banho quando chegassem do trabalho na fábrica. Depois das obrigações podia brincar: pipa, roubar bandeira, pegador. Lembra-se que sua mãe aproveitava caixas descartadas pela fábrica de cigarros Souza Cruz para fazer uma casa de papelão para as crianças brincarem.

Assim, o cotidiano da infância era atravessado pelas fábricas do entorno, nas brincadeiras e na rotina da casa. Eulália parou de estudar no primeiro ano do curso científico, hoje ensino médio. Queria trabalhar, ter seu próprio dinheiro e ajudar com as despesas de casa, afinal, as condições econômicas da família eram difíceis. Para isso, “saía cedo, tomava café e ia para a porta da fábrica procurar emprego (...) de porta em porta” nas fábricas da Cidade Industrial. O primeiro emprego foi na General Electric (GE). Para entrar nessa empresa, além de ter seus documentos averiguados, Eulália se lembra de ser perguntada se “tinha condição de fazer hora extra. Que às vezes ficava até sete horas da noite, oito horas da noite trabalhando”, totalizando de 12 a 14 horas trabalhadas por dia. A predisposição da trabalhadora e do trabalhador em fazer hora extra se tornava fator a ser considerado no momento de selecionar o candidato para contratação.

Na segunda metade da década de 1970, a questão das horas extras apareceu como um problema a ser debatido pelo movimento operário e sindical. As fábricas exigiam cada vez mais de seus empregados e as horas extras passaram de opcionais a praticamente obrigatórias, uma vez que a margem de negociação do trabalhador era muito pequena. Por outro lado, diante do arrocho salarial, muitos trabalhadores eram levados a fazer horas extras porque isso representava um rendimento a mais para completar os baixos salários. As horas extras se revertiam assim de uma dimensão ambivalente: a coação e a escolha (ABRAMO, 1999, p. 61). No aspecto da escolha, como já foi dito, o trabalhador se utilizava delas para complementar o salário; no entanto, as empresas burlavam a legislação e o valor recebido com o trabalho extra não incidia sobre o 13º salário, férias, FGTS e o descanso remunerado. No que se refere à dimensão da coação, a convocação dos trabalhadores para o cumprimento de

horas extras ocorria sempre que a fábrica precisava intensificar a produção sem ter de contratar novos operários e arcar com os encargos trabalhistas que isso acarretaria. Os trabalhadores eram então coagidos a aceitar por meio de intimidações, ameaça de demissão e da discriminação na concessão de aumento salarial. Havia ainda os impactos físicos e emocionais que o aumento da jornada de trabalho acarretava aos trabalhadores, caracterizados pela falta de tempo de descanso, de convívio com a família e vida social; irritabilidade, sono, cansaço, diminuição da capacidade de concentração; acidentes de trabalho; brigas e surtos dentro da fábrica (ABRAMO, 1999).

As lembranças de Eulália sobre esse tempo do trabalho não são boas. A fábrica em sua descrição aparece como desorganizada, sendo caracterizada pela bagunça e pelo barulho, ao qual ela atribui a enxaqueca que sente ainda hoje: “era uma fábrica que não tinha divisões por paredes e nem divisórias. Era dividido por setores, mas tudo junto”, disposto em um grande galpão. Ela conta que começou a trabalhar em uma máquina de soldas que estourava a cada movimento para soldar alguma peça. Nesses estouros acontecia de ela queimar a barriga, pois não havia uniforme e nenhum tipo de proteção, situação que lhe gerava medo e ansiedade: “a solda queimava a blusa. Então não tinha uniforme. Então eu ficava apavorada, (...) eu chegava a pôr até duas, três blusas, para poder evitar a queima da barriga”. Depois de um tempo e de algumas queimaduras, Eulália foi transferida para a linha de produção. Trabalho igualmente difícil, pois a pressão para produzir era muito grande.

Que é onde que às vezes, você não dava conta de fazer tudo, às vezes você deixava várias peças passar porque você não dava conta de fazer a peça toda, e aí você era chamada atenção, ameaçava de perder o emprego, porque tinha o chefe, sempre era homens. Na GE só tinha homens, era muito difícil ter mulher para ser chefe. Outra coisa que eu percebia muito é isso, que mulher chefe era muito difícil. Na GE era praticamente só homens, e assim, eles ficavam em cima, no final da linha de produção, eles já faziam o controle do produto, aí via que tinha deixado passar, já vinha em cima de você. Falava que se continuasse assim você ia perder o emprego. Então era muita pressão psicológica, para você dar conta de fazer em vários, em poucos minutos, muitos, muitos apertos, muitos ajustes, não é? E com isso a gente sofria. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

A entrevistada evidencia o descompasso entre o tempo da máquina e o tempo dela, sendo difícil dar conta de produzir uma peça inteira no ritmo exigido. Outro ponto que aparece em suas memórias é sobre o sofrimento gerado pela pressão psicológica, as ameaças constantes de demissão exercidas pela chefia, composta fundamentalmente por homens.

Diante de tantos problemas dentro da fábrica, como falta de uniforme e de equipamentos de segurança para trabalhar e a pressão psicológica constante, Eulália sentiu a necessidade de se organizar: “foi quando eu ingressei para o sindicato”. Isso significava

sindicalizar-se e participar das reuniões. Foi nesse momento que ela se juntou a mulheres com “mais experiência”, como Efigênia de Oliveira, com uma trajetória de ativismo sindical e militância política, e começou a mobilizar as trabalhadoras na fábrica onde trabalhava para participarem do sindicato, das campanhas salariais da categoria e na constituição da oposição sindical com todas as dificuldades e riscos que essa atividade acarretava.

No caso de Eulália, é preciso considerar a família como fator que influenciou seu comportamento político combativo e sua opção pelo engajamento no ativismo sindical. Desde criança, ela acompanhou a luta de seus irmãos mais velhos, também metalúrgicos, no movimento operário. A casa da mãe tornou-se um lugar de reuniões, ponto de encontro de importantes lideranças operárias como Ênio Seabra e Joaquim José de Oliveira por ocasião das greves de 1968. Eulália se lembra de sair muitas vezes na garupa de uma moto para distribuir boletins e panfletos pela Cidade Industrial com as pessoas que frequentavam a casa da mãe. Nessa ocasião, sua irmã Adélia Batista Hernandez, também uma liderança operária, foi perseguida pela polícia por participar do movimento grevista.

Cheguei a ver minha casa ser invadida por polícia. Polícia na época, Dops, aí, que foi quando estourou já, parece que estavam atrás dessas pessoas. Essas lideranças. (...) vi minha casa ser toda revirada, vi minha pasta de escola também ser remexida, tudo jogado no chão. A casa toda cercada por polícia. E vi uma irmã ser presa, que foi a Zélia. Ela foi presa no lugar da Adélia. Eles queriam a Adélia, mas a Adélia não estava, ela [Zélia] fingiu que fosse a Adélia, eles não conheciam a Adélia, então ela foi no lugar da Adélia. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017)⁴⁹².

Essa é uma memória dolorosa para Eulália. Afinal, presenciar, ainda criança, cenas de violência, com uma irmã sendo levada presa e sua casa sendo invadida e “revirada” pela polícia, constitui-se em um trauma:

Eu fiquei muito assustada. Fiquei muito assustada. Tentei sair pra casa de um vizinho, aí a polícia me empurrou, falou que eu não podia sair de casa. Que eu tinha que ficar lá, que eles estavam olhando minha casa para prender os meus irmãos,

⁴⁹² A prisão de Zélia Batista Ferreira encontra-se registrada pelo SNI no Encaminhamento nº 663/969/SNI/AC, do dia 27 de agosto de 1969. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 8239/81. De acordo com o documento, o serviço secreto da Polícia Militar de Minas Gerais havia levantado quatro “aparelhos” em Belo Horizonte pertencentes a uma organização chamada Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), onde foi apreendido material “subversivo”. Vários militantes desse Partido foram presos, entre eles Zélia Batista Ferreira. No documento Zélia é identificada da seguinte forma: “atualmente é representante (vendedora) da “Avon”, (...) anteriormente empregada doméstica (...), cursa atualmente o 3º ano ginásial, no Colégio Municipal de Contagem”. Ou seja, todas as informações sobre ela, na verdade, referem-se à sua irmã Adélia Batista Hernandez, confirmando o equívoco da prisão de Zélia. Outra coisa que gera estranheza no documento é que nomes como de Delsy Gonçalves, Loreta Valadares e Carlos Melgaço encontram-se na lista de presos do PRP, no entanto, eles pertenciam à Ação Popular.

então para mim foi muito assustador, fiquei com muito medo, fiquei com muito medo, não é? (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

Eulália avalia que sua mãe apoiava, mas não sabia exatamente o que e como era a atuação dos filhos e do conteúdo político das reuniões que abrigava em sua casa: “ela não tinha clareza do que estava acontecendo com meus irmãos. Ela só sabia que eram reuniões que faziam lá, mas ela não tinha clareza da questão política, não é? Ela sabia da necessidade de reivindicar, mas não sabia da formação política”. Mesmo assustada, Eulália Batista ainda teve de ajudar a mãe a destruir alguns papéis deixados em sua casa para evitar que a polícia os encontrasse, pois poderiam comprometer e servir de prova contra os irmãos mais velhos.

(...) quando a casa estava cercada de policial, na sala, na nossa sala lá de casa, tinha uma mesa de centro e debaixo dessa mesa tinha boletins que eles faziam e eles deixavam lá. E eu lembro da minha mãe pegar os boletins, discretamente e colocar debaixo da minha roupa e falava: “– Vai no banheiro, na privada, – a gente falava privada – você vai na privada e joga tudo lá dentro”. Porque era fossa. E aí como a casa já tinha cercado, eles já tinham levado a Zélia, eles não viram, eles não viram esses boletins. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

O sentimento de medo ainda acompanhou essa família por um tempo, pois permaneciam duas preocupações: com Zélia, já presa, e com Adélia, que poderia ser encontrada pela polícia, tanto que ela ficou “desaparecida” por um tempo, sem poder voltar para casa. Eulália conta que a família “tentava contatar Adélia para ela não voltar, aí mandavam bilhetes. A minha mãe ia atrás dos amigos para falar com eles”. Deu certo, pois Adélia não foi presa. Além delas, já na década de 1970 sua irmã Carminda Batista Ferreira e o irmão Ademir Romeu Batista também atuaram no movimento sindical. Fato é que a dura realidade da fábrica aliada a um contexto familiar de aprendizado na luta política fizeram com que Eulália também se tornasse uma ativista sindical.

Foi nesse período que Rosalva a conheceu na GE e juntas passaram a fazer um trabalho de base com as demais operárias. Rosalva Pardo, nascida em fevereiro de 1945, era mais uma operária vinda do interior de Minas Gerais com a família para a Cidade Industrial. Uma história que se repete a cada relato. Primeiro veio um irmão e, quando “já tinha conquistado um lugar de ficar, ele foi buscar todo mundo”. Desse lugar chegavam cartas que a menina Rosalva ia buscar no mercadinho de Nanuque/MG para ter notícias do irmão migrante. Finalmente ela também chegou a Belo Horizonte. Era o ano de 1968. Sua primeira impressão desse novo lugar foi de medo: “Ah, eu acho que a gente tinha medo das pessoas. Tinha medo de conversar com as pessoas” e completa: “a gente não conversava com vizinho, a gente tinha medo, era muita casa, uma perto da outra”. Era o medo da cidade grande que

imprimiu uma nova lógica na vida daquela família que foi morar no bairro Jardim Industrial. Mesmo com medo, Rosalva começou a estudar numa escola no Barreiro, em Belo Horizonte. Quatro anos depois, conseguiu um emprego e entrou para o setor metalúrgico. Primeiramente na RCA Victor, fábrica de válvulas para rádio e televisor, e depois na General Electric.

Eulália e Rosalva tornaram-se ativistas sindicais, transformando o cotidiano da fábrica por meio da ação política. Elas não se engajaram em partidos políticos, principalmente os de esquerda, presentes no meio operário da Cidade Industrial. Preferiram o ativismo sindical. Eulália, por exemplo, chegou a abrigar reuniões do MR-8 em sua casa, grupo do qual seu marido à época, também metalúrgico e ativista sindical, participou por um tempo. E mesmo sendo convidada a entrar para essa organização não quis participar. Ela se lembra de Regina Costa Almeida, uma moça de classe média, estudante, militante do MR-8 que teria se “infiltrado” no meio metalúrgico para atuar no movimento operário e sindical da região e que nesse processo buscava “ganhar” as mulheres metalúrgicas para o “oito”, forma abreviada usada por Eulália para referir-se ao MR-8. Rosalva também se recorda de Regina e justifica: “a Regina também eu lembro, porque a Regina era da classe alta e ela ficava querendo entrar no meio da gente e as meninas sempre saíam fora porque achava que ela foi lá para colher alguma coisa, que ela não era da turma”. Assim, a lembrança sobre Regina é acionada pela diferença existente entre ela e as outras trabalhadoras, percebida por Rosalva por seu modo de vestir, pois esta “andava bem trajada, bem arrumadinha, às vezes ela até trazia roupa dela para dar pra gente”. Rosalva continua falando sobre Regina e as impressões que ela causava:

Ela trabalhava junto com a gente. Na GE. Tadinha, ela trabalhou na GE para poder participar do grupo, que ela queria participar, não é, e as meninas custaram a confiar nela, sabe? Porque ela, ela parece até com você! [Risos]. Ela, só lembro da Regina. Era muito bonitinha e ela ficava querendo entrar. Ela não precisava trabalhar na GE. Ela trabalhava para poder mostrar para nós que ela estava vivendo daquele salário também igual nós. [Risos]. (Rosalva Pardo. Entrevista concedida à autora, 21/11/2017).

De uma maneira afetuosa e quase maternal, a metalúrgica Rosalva coloca Regina, a militante, pertencente a outra classe social, no lugar de “tadinha”, a coitadinha que trabalhava na GE sem precisar, somente para participar do grupo das metalúrgicas e mostrar que podia viver do salário que elas viviam. O que na prática não se confirmava quando Rosalva fala da forma como Regina se vestia, demonstrando um padrão de vida incongruente com o salário de metalúrgica. De modo bem-humorado, Rosalva também me coloca, a pesquisadora, que nunca entrou numa fábrica, no lugar da diferença. Ela afirma que “as meninas custaram a confiar nela” e emenda: “porque ela, ela parece até com você!”. Assim, Rosalva se lembra de Regina

ao mesmo tempo que mobiliza as lembranças em torno dela sobre a dificuldade de se estabelecer a confiança, para dizer da relação que estava se firmando ali, naquele momento da entrevista, entre ela e mim. Uma relação ainda cheia de desconfianças.

Eulália Batista explica as estratégias utilizadas por ela e outras ativistas para tentar atrair as trabalhadoras para o movimento sindical:

Feijoadas. Foram feijoadas. Campanhas salariais. Era tudo no pé de ouvido. A conversa era cada um por si e Deus por todos. Ia no pé do ouvido e dentro de fábrica. Por exemplo, quando eu atuei na fábrica, eu fazia os boletins e ia na hora do almoço e eu ia, eu dobrava, sentava junto e conversava, principalmente com aquelas pessoas que eram vítimas de infecção urinária, de cantada, aquelas pessoas que você via que eram mais combativas. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

Assim, o grupo de trabalhadoras e trabalhadores que constituíram a oposição sindical aproveitavam esses instantes de descontração e lazer para discutirem sobre as condições de trabalho e a necessidade de reivindicar melhorias. Outro momento propício utilizado por ativistas sindicais, em que os operários estavam mais abertos a debaterem sua situação, eram as campanhas salariais. Eulália explica ainda que a aproximação com as trabalhadoras ocorria na hora do almoço, pois era o único momento em que elas podiam andar na fábrica, evidenciando o controle e a vigilância desse espaço, “e aí a gente aproveitava a colega e ia no pé da orelha, não é? Conversar, chegava perto”, mas sempre com muito cuidado, pois “tinha muito medo das mulheres perderem o emprego”.

A abordagem de Eulália às trabalhadoras era mais próxima, de se sentar, conversar. Mas para isso a ativista partia de problemas reais enfrentados pelas mulheres dentro da fábrica para criar uma aproximação e discutir as condições de trabalho. No trecho acima, ela comenta que a conversa era principalmente com as trabalhadoras que ela percebia serem mais combativas, com mulheres que sofriam de infecção urinária e aquelas que já tinham passado ou ainda passavam pela situação de serem “cantadas” dentro da fábrica. Em relação à infecção urinária, Eulália esclarece que era um problema de saúde comum entre as operárias.

Os chefes ficavam com as chaves do banheiro, o banheiro ficava fechado. Para você ir no banheiro você tinha que pedir a chave, e aí eles seguravam para você ficar o máximo que podia. Então muitas companheiras eram vítimas de infecção urinária, não é? Até se sujavam com menstruação, entendeu? Então ficava exposta. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

É interessante ver como essas ativistas transformaram o banheiro da fábrica em um espaço político. Primeiro, quando a liberdade de ir ao banheiro se tornou objeto de

reivindicação e em seguida em sua utilização como espaço de panfletagem, mensagens e boletins sindicais. Rosalva Pardo conta que “não gostava de maquiagem, nunca gostei. E batom então, nunca usei batom na minha vida! [Risos]”, por isso, ela era sempre a escolhida para escrever mensagens políticas com batom no espelho do banheiro feminino da fábrica.

Aí eles saíam procurando na boca quem estava usando, mas nunca tinha aquela qualidade que estava lá. Aquela cor que estava lá. E eu não levava para colocar no armário, jogava fora de uma vez. Sempre era eu. Mas os trabalhos difíceis sempre era eu. Eu sempre era..., eu era muito para frente. Eu era danadinha! [Risos]. (Rosalva Pardo. Entrevista concedida à autora, 21/11/2017).

Assim, o banheiro também se tornava espaço de resistência. A estratégia era escrever e jogar fora o batom para dificultar a identificação da autora das mensagens. E era preciso ter coragem, pois, se a chefia descobrisse ou mesmo alguém delatasse a autoria, a demissão era certa. Por isso o orgulho de Rosalva em destacar que fazia “os trabalhos difíceis”, que era uma mulher “pra frente”, “danadinha”. Se Rosalva Pardo como ativista sindical tinha coragem, por outro lado, o medo das trabalhadoras em relação ao sindicato era um sentimento compartilhado por muitas, como é lembrado por Eulália Batista.

(...) por mais medo que uma colega tinha, de ver que a gente participava de sindicato, a gente sempre deixava mostrar que a gente era responsável. Que a gente queria o melhor para todas, que a gente não queria uma coisa para as pessoas serem mandadas embora. Porque o sindicato era visto na fábrica como uma instituição que mandava embora quem participasse. Você vai participar de sindicato, então você vai ser mandado embora. Não pode. Então isso era muito claro, quem participa de sindicato é comunista e vai ser mandado embora. As pessoas ficavam com medo. Então a gente também tinha que fazer um trabalho dentro da fábrica para mostrar que a gente não era essa pessoa, não era comunista e que a gente não queria que as pessoas perdessem o emprego, muito pelo contrário, o que a gente queria era que o emprego ficasse melhor, o melhor ambiente, o melhor lugar, um lugar com condições de trabalho e um salário justo pelo que a gente fazia. Mas não era fácil de se ganhar, porque o medo do desemprego era muito grande. E existia, infelizmente, muitos colegas eram mandados embora. Tanto é que existia uma lista negra. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

Diante disso, as ativistas buscavam desconstruir essa imagem em relação à entidade e à participação no movimento sindical visto que o comunismo e o medo em torno do seu significado ainda eram mobilizados no fim da década de 1970. Mas o trabalho das ativistas não ficava somente na fábrica. Havia uma militância junto aos movimentos de bairro. Efigênia de Oliveira participou de várias lutas e mutirões por melhorias no bairro Vale do Jatobá, onde morava, e em bairros vizinhos na região da Cidade Industrial.

E eu participava de todo esse processo de mutirão de construção de casa, como a minha também foi feita assim, eu fui na dos outros e tal, e a gente fazia sempre esses almoços de confraternização dia de domingo e conversava e isso e aquilo, participava muito aqui dentro do bairro. Eu ajudei aqui a construir a creche que tem aqui. Tem um bairro que chama Sol Nascente, aí pra frente, que tinha um padre que chamava padre Rogério, que era muito avançado, era progressista, a gente fazia reunião aqui, a gente lutou por creche, foi construída essa creche lá. A Associação de Moradores era muito ativa, a gente tinha muito movimento aqui, movimento de água, movimento de luz, movimento de calçamento disso aqui. Porque isso aqui era horrível, era uma lama só, era um dos bairros operários mais novos, mais pobres, onde nesse tempo a gente já nem conseguia passar, Eldorado já era bairro de chique. Isso aqui era o fim do fim. (Efigênia de Oliveira. Entrevista concedida à autora, 15/06/2016).

Algo comum nas histórias contadas pelos moradores dos bairros da região da Cidade Industrial é a falta de infraestrutura e como eles se organizavam para reivindicar o acesso à água, luz, calçamento, transporte coletivo, entre outras demandas ao poder público. E quando algumas coisas não vinham, os moradores colocavam a mão na massa para fazerem eles próprios as melhorias no bairro.

Efigênia de Oliveira tinha a preocupação de envolver a família do trabalhador em suas lutas. Para isso, além das confraternizações no domingo, os livros e a leitura tiveram importância como estratégia de sensibilização. Efigênia conta que passou semanas fazendo leitura coletiva do livro *A mãe*, do autor russo Máximo Gorki, e que esse trabalho servia à “conscientização” das famílias dos operários, das esposas principalmente, pois ela aproveitava o momento da leitura para falar da importância do sindicato, da organização dos trabalhadores e das greves. Além disso, a leitura coletiva era um modo de interação social entre as famílias dos trabalhadores.

A leitura também servia à formação das ativistas, era uma forma de politização, como afirma Eulália Batista. Para facilitar, as ativistas constituíram uma espécie de biblioteca do grupo. Das leituras realizadas nessa época, Rosalva Pardo lembra-se apenas de um livro que a marcou: “Era só esse *Se me deixam falar* [risos]. Esse eu li acho que umas quatro vezes. Ô livro bom! Eu gostei demais. Eu li muitos, história de Cuba, eu li, mas não lembro o título do livro. Eu quase não lembro de título”. *Se me deixam falar* marcou Rosalva e foi lembrado também por Eulália. Esse livro foi organizado a partir do depoimento de Domitila Barrios de Chungara, uma liderança sindical da Bolívia, à socióloga brasileira Moema Viezzer, depois que elas se conheceram por ocasião da participação de Domitila na Tribuna do Ano Internacional da Mulher, realizada no México, em 1975. Talvez pelo fato de tratar da trajetória de uma mulher trabalhadora e sindicalista, esse livro tenha se tornado uma referência para as ativistas metalúrgicas à época da leitura e em suas memórias.

Rosalva Pardo morava sozinha e se lembra de ter assumido a responsabilidade por guardar os livros em sua casa. Tarefa segundo ela delicada, pois “eram livros que eram considerados comunistas na época”. Cientes dos riscos as ativistas sindicais tomavam todo o cuidado para que elas e os livros chegassem à casa de Rosalva em segurança.

Como eu morava sozinha aí o pessoal falou assim: “– Olha, eu acho que para você sozinha é menos arriscado. Porque se pegar pega você só.” Foi aí que meu irmão me deserdou. Quando meu irmão chegou e estava lá. Eu guardava os livros debaixo do colchão, colocava um compensado assim nos livros e depois colocava o colchão. E aí, meu irmão chegou lá, e viu alguns livros. Aí meu irmão não gostou, como ele era da polícia e ele poderia pagar o pato por isso, não é? Aí ele falou assim: “– Ah, você não é minha irmã mais. A partir de agora você não é minha irmã mais não.” Aí desceu correndo as escadas e foi embora. E eu lembro que a Eulália levava às vezes lá em casa, a Lurdinha, mas elas pegavam táxi e desciam em certo ponto depois, rodavam e pegavam táxi e chegavam lá em casa. Elas iam com uma caixa de livros. E os livros eram livros comunistas. Livros que vinham da Bolívia, de Cuba... (Rosalva Pardo. Entrevista concedida à autora, 21/11/2017).

Essa situação familiar vivida por Rosalva apresentava-se como mais um desafio para as mulheres participarem do espaço político. Se vivenciar esse espaço era algo difícil para todos em um contexto de ditadura militar, para as mulheres era especialmente complicado, pois tinham de enfrentar também os limites impostos pelo machismo, de uma sociedade que esperava que elas cumprissem um determinado papel, cuidassem da casa e da família e não se envolvessem com política.

Os maridos também tinham problemas em aceitar a participação das mulheres no movimento sindical. Eulália Batista casou-se aos 23 anos, com seu primeiro namorado, um metalúrgico e militante da oposição sindical. Segunda ela, o marido era muito atuante, “mas machista também. Não gostava que eu participasse. De certa forma tentava, ele podia ir, mas eu não deveria ir. Com muito custo eu conseguia, forçando a barra, consegui: ‘– Não, vou com você!’”. Eulália, mesmo casando-se com alguém do movimento sindical que a conheceu na militância, teve de se impor para continuar participando.

Mas não somente as famílias das ativistas sindicais tinham dificuldade em aceitar a participação delas no movimento sindical. Muitas vezes elas tinham de lidar com essa situação entre os trabalhadores da categoria. Tinham de se impor nas reuniões e assembleias, às vezes com os próprios militantes da oposição sindical, como aponta Eulália.

Mesmo os companheiros da oposição. Isso existia. Então o fato de você ter namorado, ou se você é casada, tinha um certo respeito, não é? Agora ia depender muito da sua postura também. De perceber isso, porque eu já entrei no sindicato eu já tinha o Ismael como namorado e eles respeitavam muito ele e eu também era uma pessoa bem, assim, eu tinha mais clareza nesse sentido para mim. Eu acho que eu já

afastava pelo meu discurso, de afastar. Mas nas reuniões a gente sempre percebia uma gracinha dos companheiros de fora que vinham: “– não tem o que fazer dentro de casa...”, “– podia arrumar uma trouxa de roupa para lavar...” “– devia ficar dirigindo fogão”. Naquela época usava muito essa expressão, “– ficar com a barriga no tanque e a barriga no fogão”. Então, pelos companheiros de fábrica, os peões que a gente chamava, era mais difícil, a gente tinha que ter inclusive uma postura mais séria. Porque eles realmente acham que podia passar a mão, que podia cantar, que você era oba-oba, não é? Era uma mulher qualquer. Então pra gente fazer isso, isso dificultou a participação da mulher, e da gente mesmo de estar, de chegar na assembleia. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

A dificuldade maior, segundo a entrevistada, era com “os companheiros de fora”, aqueles que não eram da oposição e que por não estarem acostumados com a presença das mulheres trabalhadoras entre eles achavam que, por elas estarem naquele espaço de sociabilidade tradicionalmente masculino, podiam assediá-las ou até “passar a mão”. Isso levava as metalúrgicas a controlarem suas atitudes e posturas, ou seja, não era aos homens que cabia reconhecer que as mulheres deveriam ser respeitadas e que tinham tanto direito de estar presentes no espaço sindical quanto eles; eram as metalúrgicas que tinham de assumir uma “postura mais séria”. Eulália explica que as mulheres precisavam criar estratégias de proteção entre elas para participarem das assembleias:

(...) a gente tinha que chegar antes para ficar na frente ou então atrás, porque atrás nunca no meio, era uma estratégia da gente. Você não ficava em reunião e assembleia sentada lá no meio do bolo, você não via, a gente ficava mais na frente ou então atrás, do lado, onde você via que era fácil de você se safar de qualquer situação. E uma proteger a outra. Tinha isso, uma ajudava a outra, qualquer coisa diferente uma já alertava os colegas, os companheiros. Entendeu? Punha a boca no trombone, nunca tive esse problema. Eu já ouvi, ouvi verbalmente, mas passar a mão assim não. Mas já teve colegas que sim, que chegaram a ter cantadas, não é? Cantadas mesmo. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

Assim, as mulheres que participavam das reuniões e assembleias passavam a compartilhar códigos e uma maneira de se portar nessas ocasiões de forma que uma pudesse proteger a outra. O combinado era nunca ficar calada caso acontecesse alguma coisa e alertar os “companheiros”, demonstrando também como a proteção dos homens, identificados por ela como “colegas” e “companheiros”, era esperada nesses momentos. Com toda certeza, esse tipo de precaução não fazia parte das preocupações dos sindicalistas homens. Já as mulheres, para participar das reuniões do movimento sindical, tinham de se preparar para o debate político, que era sempre disputado, e ainda ficar atentas para se proteger do assédio.

As ativistas sindicais, além de enfrentar questões relacionadas a gênero, tinham de lidar com a perseguição dentro das fábricas e a constante vigilância dos órgãos de informação e segurança. Nas fábricas, a chefia atuava no sentido de coibir qualquer ação mais combativa

em seu interior. Eulália Batista foi demitida das duas metalúrgicas em que trabalhou em função de sua militância sindical.

Fui mandada embora, por causa do sindicato. Falaram isso claramente. “– Você não vai ficar porque você é ativista, porque você tá promovendo bagunça”. Eles falaram isso, que a gente estava promovendo algazarra, bagunça. Fazendo a cabeça das pessoas para poder participar. E que eu não ia conseguir emprego ali mais. “– Você vai ficar na nossa lista negra”. Tinha uma famosa lista negra. Mas eu achava que essa lista negra era só forma de repressão. Eu não achava que existia. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

Esse tipo de pensamento relacionado à atuação nos sindicatos não era exclusivo da fábrica onde Eulália trabalhou. De modo geral, a organização dos trabalhadores na luta por direitos, ao longo da história do Brasil, sempre foi associada à desordem e tratada como caso de polícia.

A participação das mulheres operárias na oposição sindical metalúrgica de BH e Contagem foi amplamente registrada pelos órgãos de informação e repressão. A documentação da Coordenadoria de Segurança (Coseg) mostra quem eram as ativistas da oposição e como era essa participação, identificando duas importantes lideranças femininas: Efigênia de Oliveira e Maria Antonieta Pereira, e que elas não só estavam presentes em todas as reuniões da oposição, como também faziam uso constante da fala. Maria Antonieta integrou, como suplente, a chapa 2 que concorreu às eleições sindicais de 1978 para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Sobre isso, é importante considerar que, ainda que na condição de suplente, ela foi a única mulher a compor uma chapa eleitoral entre as três concorrentes naquele momento. Assim, mesmo com vigilância, perseguição, demissões, “lista negra”, assédio e pouco espaço político no meio sindical, o fato é que essas mulheres participaram ativamente da constituição da oposição sindical e entraram de cabeça na campanha eleitoral para a direção do sindicato em 1978.

6.6 “Mas o pelego ainda ganhou...”: as eleições de 1978 e a oposição sindical

Como mencionado no capítulo anterior, João Silveira chegou à direção do Sindicato dos Metalúrgicos em 1969, concorrendo numa chapa única, organizada pela diretoria interventora nomeada pelo Ministério do Trabalho da ditadura, logo após a greve do outubro de 1968, na Cidade Industrial. De 1969 a 1978, Silveira transformou o sindicato numa “gigantesca máquina administrativa” e assistencial. Eram 116 funcionários, entre médicos,

dentistas, enfermeiros, laboratoristas, advogados e pessoal do setor administrativo. O patrimônio da entidade se ampliou, sua sede já ocupava o primeiro e o quinto andar do edifício Alcazar, na rua da Bahia, no centro de Belo Horizonte. O sindicato também construiu o Instituto Cultural Metalúrgico, inaugurado em 1976, onde funcionava o colégio, e o prédio da sua subsede na Cidade Industrial. As obras e a assistência foram realizadas com dinheiro do imposto sindical, dos associados, por meio das mensalidades e do desconto de uma parte do salário dos sindicalizados após cada acordo salarial⁴⁹³. João Silveira seguia a “cartilha” do sindicato da ditadura, convertendo o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem em um grande centro assistencial, oferecendo o serviço de assistência médica, odontológica, laboratorial e jurídica, concedendo bolsas de estudos e empréstimos, e abrigando um colégio.

Para Ildeu do Couto Balbino, ex-vice-presidente do sindicato nessa época, no entanto, o investimento na estrutura da entidade é lembrado com muito orgulho.

Eu vou te contar um outro caso, o nosso sindicato, eu tenho um prazer de falar isso, sabe? Na ocasião que nós tivemos lá eu e o João Silveira nós chegamos a ter 18 mil associados, 18 mil! Hoje, eu não sei se eles têm 9 mil. Mas 18 mil nós tínhamos na ocasião. Nós tínhamos médico, dentista, tinha um serviço de advocacia. Nós chegamos a montar uma escola lá dentro para filho de metalúrgico, sabe? Uma escola mesmo. Em que eu fui um dirigente dessa escola, tinha diretor, tinha professor, tinha tudo e eu participei também, eu que respondia por aquilo também, eu e o João Silveira. Tínhamos ambulância, o serviço médico lá, nós chegamos a ter um laboratório, nós tínhamos um convênio com laboratório. A pessoa fazia receita, recebia a receita e ia nesse laboratório e não pagava nada. Claro, num exame mais aprofundado não tinha como não pagar, mas esses exames que normalmente eles pedem sangue, urina, fezes eram feitos. Montamos também uma escola de ensino profissional. Tinha solda, tinha torno, tinha ferramenta toda, entendeu? Tinha tudo isso lá para a pessoa aprender, alguns que queriam aprender uma profissão iam lá e trabalhavam nesse sentido. Nós tivemos isso lá também, não sei se tem até hoje. Nós compramos um terreno na BR-040 pra fazer uma sede campestre. Venderam esse terreno, não sei se tem a sede, se existe, acho que não existe mais, não. Nós compramos um terreno aqui no [bairro] Gutierrez também pra fazer uma sede nova, porque sair da rua da Bahia seria interessante pra gente, mas era com um contrato com a Caixa Econômica, financiamento, sabe? Nós começamos a fazer e a metade do lote ficou vago, era um lote grande, também não existe mais. Nós fizemos um punhado de atividades assim crescendo o sindicato, sabe? (Ildeu do Couto Balbino. Entrevista concedida à autora, 06/09/2017).

Se, por um lado, a ampliação do patrimônio do sindicato e dos serviços de assistência ao trabalhador foi um grande feito, por outro, a transformação do sindicato em um órgão assistencial e administrativo interessava ao regime militar. Não foi sem motivo, pois, que as eleições de 1978 para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e

⁴⁹³ UM CAMINHO eleitoral: melhorar a fachada. **Em Tempo**, São Paulo, n. 1, 23 jan. 1978, p. 3.

Contagem foram acompanhadas de perto pelos órgãos de segurança, talvez por temerem que trabalhadores não identificados com o projeto de sindicato da ditadura vencessem o pleito daquele ano.

Para concorrer à eleição sindical de 1978 foram registradas três chapas. A chapa 1, encabeçada por João Silveira, representava a continuidade da atual gestão e de uma forma de conduzir o trabalho sindical alinhada ao Ministério do Trabalho; e as chapas 2 e 3, ambas identificando-se como de oposição. Entretanto, é preciso qualificar o que cada uma das chapas considerava como oposição. A chapa 3 era liderada por Vicente Andrade, trabalhador da Mannesmann, que havia participado de uma chapa concorrente a de João Silveira nas eleições de 1975. Tinha como objetivo “fazer a conciliação entre patrão e empregado” e dar continuidade às políticas assistenciais. Para isso, prometia a criação de um colégio profissionalizante, um pronto-socorro com ambulância e farmácia. Em relação a algumas questões polêmicas como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Vicente Andrade considerava que essa medida do governo havia trazido benefícios ao trabalhador, pois no caso de falência da empresa o funcionário não “perde tudo”. Também se posicionava favoravelmente ao desconto realizado pelo sindicato sempre após o reajuste salarial de todos os trabalhadores da categoria, mesmo os não sindicalizados⁴⁹⁴. A chapa 3 situava-se, portanto, como oposição na disputa eleitoral no sentido de ser um grupo de pessoas reunidas que se colocava como oponente do grupo que estava à frente do sindicato havia nove anos. Porém, no que se refere às opiniões políticas e propostas, as diferenças entre as chapas 3 e 1 são quase imperceptíveis.

Francisco Martinho (2001, p. 217) define as oposições como grupos articulados contra as direções “pelegas” ou “atrasadas” e defensores de ampla liberdade sindical. Assim, a chapa 2 apresentava-se como esse “grupo articulado” que se opunha ao modo como o trabalho sindical vinha sendo realizado até aquele momento, tendo como eixo principal a proposta de organização dos trabalhadores a partir das fábricas. Vale destacar que, para os órgãos de informação e segurança, a chapa 2 era a “oposição”, por isso o constante monitoramento de suas atividades, medida que não foi tomada em nenhum momento em relação à chapa 3, como mostra a documentação produzida pela Coordenação Geral de Segurança, órgão ligado à Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Isso se explica pois a chapa 2 era formada por ativistas sindicais que foram se consolidando no meio metalúrgico como lideranças

⁴⁹⁴ CHAPA 3: “Faremos tudo para que não haja briga com a empresa”. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 42, 14 a 27 de maio de 1978, p. 8.

importantes e ainda pelo fato de haver militantes de partidos e organizações de esquerda entre essas lideranças.

De acordo com informe confidencial nº 032/Coseg/78, de 29 de maio de 1978, a Coseg difundiu para outros órgãos de informação e segurança documentos alusivos à eleição para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem. Isso porque em 24 de abril de 1978, ou seja, praticamente um mês antes, a Delegacia de Operações Especiais, ligada ao Dops/MG, havia “conduzido” ao departamento Newton Leite Teixeira e Vânia Lúcia Moreira Martins. De acordo com o delegado Almir Corrêa de Lacerda, que assina o informe direcionado ao chefe do Dops David Hazan, Newton e Vânia foram detidos “por estarem afixando cartazes alusivos à propaganda de eleição no Sindicato dos Metalúrgicos – Oposição Sindical chapa - 2”. Após “efetivar a qualificação dos conduzidos”, o delegado determinou que fossem liberados, contudo, agora a polícia tinha em mãos os dados pessoais de ambos, nome completo, filiação, endereço e número da carteira de trabalho, facilitando identificação posterior e prisão caso fosse necessário⁴⁹⁵.

Os cartazes apreendidos convidavam os metalúrgicos para o lançamento oficial “oposição chapa-2”, no Colégio Santa Rita, no bairro Barreiro de Cima, em Belo Horizonte, próximo à Cidade Industrial, no dia 25 de maio de 1978, que concorreria às eleições a serem realizadas entre os dias 10 e 14 de julho de 1978. No convite, a chapa 2 deixa claro que lutaria, “principalmente”, pela continuidade da luta pela reposição salarial de 24,4% e antecipação de 25%, por liberdade sindical, direito de greve, reconquista da negociação direta com os patrões, reconquista da estabilidade no emprego e aumento de salário de acordo com o aumento do custo de vida. Propõe como caminho para conduzir essas reivindicações e “ter mais força” a organização dos metalúrgicos em comissões de fábrica e delegações sindicais. Conclama os trabalhadores que concordam com o programa da chapa 2 a ajudar na “luta pela volta do sindicato às mãos do trabalhador”. A chapa 2 também informa que, a fim de criar um canal de comunicação com os metalúrgicos, havia lançado o primeiro número de seu jornal *Peão*, distribuído boletins no dia 1º de maio e realizado a primeira reunião com trabalhadores da Belgo Mineira, Isomonte, Pohlig Heckel e Mafersa para debater seu programa. E para angariar fundos para a campanha a chapa 2 organizou o “Baile da Oposição”, no Clube Comercial do Barreiro, em Belo Horizonte⁴⁹⁶.

⁴⁹⁵ APM, Fundo Coseg/MG, Pasta CA.02.01.

⁴⁹⁶ *Idem*, Informe confidencial nº417/78/SST3.2.1/PM2, Belo Horizonte, 27 de abril de 1978. Pasta CA.02.01.

O Serviço Secreto da Polícia Militar de Minas Gerais também procurou “qualificar” alguns integrantes da comissão de mobilização do Sindicato dos Metalúrgicos de BH e Contagem, grupo que deu origem à oposição. No Informe nº406/78/SST3.2.1/PM2, de 25 de abril de 1978, novamente aparecem os nomes de Newton Leite Teixeira e Vânia Lúcia Moreira Martins, mas agora com informações adicionais. Sobre Newton, por exemplo, é possível saber que trabalhou na Módulo S.A., na Material Têxtil São Geraldo e na Empresa de Pinturas Sipam e que naquele momento estava na Eluma Auto Peças. Em relação a Vânia, além da informação sobre seu endereço, tomamos conhecimento de que ela trabalhava na mesma fábrica que Newton. Outras pessoas também “qualificadas” pela PM2 foram Carminda Batista Ferreira e José de Alencar Soares. Carminda era eletricista na Eletro Mecânica Geral Ltda., localizada no Bairro Industrial e identificada como “assídua frequentadora das reuniões da comissão e assembleias do sindicato”. José, por sua vez, apesar de “frequentador assíduo das reuniões”, estava desempregado naquele momento⁴⁹⁷.

Em 27 de abril de 1978, o Serviço Secreto da Polícia Militar encaminhou a vários órgãos de segurança e informação um documento confidencial que entre outras informações trazia os “antecedentes” de Ignácio Agero Hernandez e Joaquim José de Oliveira, importantes lideranças metalúrgicas e integrantes da Comissão de Mobilização e da chapa 2. Sobre Ignácio, além de informações pessoais como local, data de nascimento e filiação, consta que em 30 de setembro de 1971 – quando foi feita a primeira anotação sobre ele – trabalhava na Pohlig Heckel, na Cidade Industrial, como ajudante, estando afastado das atividades religiosas. “Que morava no Barreiro e que seu quarto era bastante frequentado por pessoas diversas”. Em 31 de março de 1978, o “nominado” tornou-se líder de um grupo denominado “Comissão de Metalúrgicos para a Reposição Salarial”, que se reuniu várias vezes na subsede do Sindicato dos Metalúrgicos, na Cidade Industrial. O documento conclui que naquela ocasião Ignácio Hernandez continuava com sua liderança e ações à frente da Comissão de Reposição.

Sobre Joaquim José de Oliveira, o informe menciona que sua profissão era moldador de fundição; que foi vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem; e que havia sido preso por duas vezes, uma delas em companhia de Ênio Seabra, antiga liderança metalúrgica na região. Também aponta que Joaquim era próximo de Conceição Imaculada, identificada como “presa da célula Corrente”. Aqui a proximidade de Joaquim com Ênio e Conceição parece ser um fator digno de nota pelo informante, como se a

⁴⁹⁷ *Idem*, Informe confidencial nº406/78/SST3.2.1/PM2, Belo Horizonte, 25 de abril de 1978. Pasta CA.02.01.

relação com eles de antemão o colocasse sob suspeição. O agente também afirma que havia fortes suspeitas “por parte da esposa e dois cunhados” de que Joaquim de Oliveira continuava “fazendo contatos com outros elementos subversivos, nas proximidades do Conjunto IAPI, Bloco 12, sito à Rua 4 – Cidade Industrial”, onde morava, demonstrando que o monitoramento de Joaquim ia além do mundo do trabalho. Por fim, para o agente, Joaquim dava demonstrações de que permanecia “nos seus propósitos francamente subversivos”, pois desde fins de 1977 vinha participando “de reuniões de caráter subversivo na área da Cidade Industrial”. Dessas reuniões com objetivo de “conscientização ideológica” participavam trabalhadores de várias indústrias da Cidade Industrial e ensinava-se “Teoria Marxista-Leninista e técnicas revolucionárias”⁴⁹⁸.

Para a 4ª Divisão do Exército – 2ª Seção, a oposição sindical dos metalúrgicos de BH/Contagem era uma “facção” que “surgiu com a campanha em favor da chamada ‘reposição salarial’”, sendo o jornal *Peão* o órgão representativo “da facção dissidente”. O informe do Exército explica que em virtude da campanha pela reposição foi criada uma comissão para discutir a questão junto ao Sindicato dos Metalúrgicos e que, apesar dos “desentendimentos entre a diretoria do sindicato e a citada comissão”, ambas concordavam que os encaminhamentos “da luta pela reposição deveriam se desenvolver de duas maneiras: levar o caso à Justiça do Trabalho e, concomitantemente, negociar com os empregadores”. No entanto, continua o informe, “alegando ‘esfriamento’ por parte da diretoria do sindicato nas ações visando a reposição salarial, a Comissão Pró-Reposição rompeu com a Diretoria do Sindicato, criando uma chapa de oposição (chapa 2) para disputar as próximas eleições sindicais”⁴⁹⁹. Aqui, o rompimento entre a comissão e a diretoria do sindicato é atribuído pelos órgãos de informação à Comissão de Mobilização.

O clima entre as chapas 2 e 1 não era dos mais harmoniosos. Os integrantes da oposição, desconfiados de como a eleição seria conduzida, enviaram ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, João Silveira, um ofício propondo nomes de oito sindicalistas mineiros para presidirem as mesas coletoras durante o pleito. Entre eles, estavam nomes de lideranças sindicais “combativas” e que se destacavam na defesa dos interesses das categorias profissionais que representavam, como Dídimo Paiva, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, e João Paulo Pires dos Vasconcelos, presidente do Sindicato dos

⁴⁹⁸ *Idem*, Informe confidencial nº417/78/SST3.2.1/PM2, Belo Horizonte, 27 de abril de 1978. Pasta CA.02.01.

⁴⁹⁹ Documento identificado como “confidencial”. Produzido pelo Ministério do Exército - I Exército - 4ªDE – 2ª Seção. Informação nº263/78/E2/4ªDE, Belo Horizonte, 30 de abril de 1978. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta CA.02.01.

Metalúrgicos de João Monlevade. O Sindicato dos Metalúrgicos, por sua vez, ignorou a solicitação e não respondeu ao ofício, situação acompanhada de perto pelo jornal *Em Tempo*⁵⁰⁰.

Contudo, mesmo tentando se precaver, uma situação pegou a chapa 2 de surpresa: o impedimento pela Delegacia Regional do Trabalho de dois de seus integrantes de comporem a chapa, faltando apenas 60 horas para começar a votação. Os impedidos foram Joaquim José de Oliveira, conhecido como “seu” Joaquim, metalúrgico desde 1958, trabalhador na Indústria de Máquinas Agrícolas Altivo e como visto anteriormente monitorado pelos órgãos de informação; e Alberto José Lobo Ferreira Lima, o “Berzé”, desenhista da indústria Belgo Mineira havia quase dez anos. Em relação a Joaquim de Oliveira, a justificativa para torná-lo inelegível, segundo a DRT, baseava-se no fato de que ele fazia parte da diretoria quando o Sindicato dos Metalúrgicos sofreu intervenção após a greve de outubro de 1968. Ouvido pelo jornal, o delegado substituto da DRT, Jair Augusto Oliveira, explicou que a legislação, especificamente o artigo 530 da CLT, estabelecia que não poderiam ser eleitos para cargos administrativos ou de representação sindical nem permanecer no exercício desses cargos pessoas que tivessem sido destituídas de cargo administrativo ou de representação sindical. Já Berzé foi impugnado sob a alegação de que, por ser desenhista, pertencia a outra categoria profissional, e não à dos metalúrgicos, embora fosse registrado no Sindicato dos Metalúrgicos havia cinco anos e a diretoria não tivesse achado isso um problema ao associá-lo. Assim, para a oposição sindical o autoritarismo manifestava suas garras e a CLT era “um verdadeiro AI-5 para o trabalhador”, impedindo o exercício da liberdade sindical. A oposição também denunciou ao jornal *Em Tempo* que a chapa 1, liderada por João Silveira, havia espalhado pela Cidade Industrial que a chapa 2 contava com elementos infiltrados entre seus integrantes. Isso teria sido noticiado em um boletim da chapa 1, cujo trecho a seguir foi publicado no jornal: “Companheiro Metalúrgico. Tem chapa orientada por elementos estranhos ao meio metalúrgico, que desejam jogar o seu sindicato no buraco, colocando a classe em dificuldade. Vamos continuar com a atual diretoria – chapa 1 – que são as ideias dos próprios metalúrgicos”⁵⁰¹. O discurso e o imaginário em relação ao “perigo” da infiltração de “elementos estranhos” aos metalúrgicos que estariam orientando a chapa 2, como se vê, são mobilizados para influenciar a decisão dos trabalhadores por meio da desconfiança e do medo.

⁵⁰⁰ METALÚRGICOS: Oposição. *Em Tempo*, São Paulo, n. 16, 19 a 25 de junho de 1978, p. 2.

⁵⁰¹ LÍDER metalúrgico cassado em Minas. *Em Tempo*, São Paulo, n. 20, 17 a 23 de julho de 1978, p. 3.

Mesmo com a impugnação de alguns de seus integrantes e da divulgação desse boletim, a oposição sindical dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem conseguiu levar a eleição para o segundo turno, pois a chapa de João Silveira não obteve a maioria absoluta dos votos. Porém, isso não foi suficiente para reverter o resultado, tendo ao final a chapa 1 conseguido 5.419 votos; a chapa 2, 2.796 e a chapa 3, “que também se dizia de oposição mas que apresentava um programa de conciliação com os patrões, ficou com votação inexpressiva, totalizando apenas 469 votos”. Do total, o jornal *Em Tempo* apurou que em Belo Horizonte a chapa 1 obteve 69% dos votos válidos, contra 28% da oposição. Em Contagem, a chapa 1 conseguiu 60% dos votos e a oposição, apenas 34%, o que segundo o periódico foi uma surpresa, pois a expectativa era de que em Contagem, onde as maiores fábricas estavam instaladas e havia um número maior de metalúrgicos sindicalizados ligados à produção “e que possui maior tradição de luta, a oposição poderia obter uma grande adesão e, pelo menos, equilibrar a votação”⁵⁰². Somente na Siderúrgica Mannesmann e na Belgo Mineira a oposição foi vitoriosa.

Essa expectativa ancorava-se em uma pesquisa de opinião realizada pelo *Jornal dos Bairros* em maio daquele ano com 327 metalúrgicos (230 sindicalizados e 107 não sindicalizados) de 18 fábricas da região industrial. O resultado entre os sindicalizados foi o seguinte: chapa 1, 60 votos; chapa 2, 78; chapa 3, 10 votos; indecisos, 74; e oito não quiseram opinar. Entre os trabalhadores não sindicalizados, 38 preferiam a chapa 2, 9 a chapa 1, 4 ficaram indecisos e 54 não quiseram opinar⁵⁰³. Desse modo, se num primeiro momento a pesquisa mostra um resultado promissor para a oposição sindical, ao analisar os dados com mais atenção percebe-se que o número de metalúrgicos indecisos e/ou que não quiseram opinar era grande e provavelmente influenciou no resultado das eleições.

A derrota da oposição sindical motivou o jornal *Em Tempo* a analisar o resultado da eleição. Para o periódico, alguns fatos poderiam explicar a votação alcançada pela chapa 1, entre eles: as facilidades para entrar nas fábricas e divulgar sua propaganda, sendo que em uma delas o expediente chegou a ser interrompido para que os operários pudessem ouvir João Silveira, enquanto a chapa 2 era impedida de levar seus jornais para dentro das fábricas, sofria com a perseguição de seus apoiadores e a prisão de pessoas que afixavam sua propaganda e teve dois de seus integrantes cassados. O jornal também denunciava como havia transcorrido o dia da eleição:

⁵⁰² SUPRESA nas eleições metalúrgicas de Minas. *Em Tempo*, São Paulo, n. 21, 22 a 28 de julho de 1978, p. 3.

⁵⁰³ PESQUISA na Cidade Industrial revela que metalúrgicos preferem a chapa 2. *Jornal dos Bairros*, Belo Horizonte, n. 43, 28 de maio a 10 de junho de 1978, p. 8.

No dia das eleições, os encarregados e chefes de serviços buscavam os operários em cada seção e os levavam até a mesa eleitoral, com instruções para votarem na chapa 1. No sindicato, onde funcionava uma mesa coletora, os eleitores tinham de passar, antes de votar, pela sala do João Silveira, candidato da situação. Toda a máquina sindical, incluídos aí os 120 funcionários e o jornal “O Metalúrgico”, foi acionada para a reeleição dos pelegos. Nas listas de eleitores, preparadas pelo sindicato, e que eram as usadas pelas juntas eleitorais, faltavam nomes de muitos metalúrgicos e que “por coincidência” eram quase sempre conhecidos eleitores da oposição. Estas listas que dão o quadro dos sindicalizados por fábrica, foram negadas à oposição, que só teve acesso a elas às vésperas das eleições, o que dificultou muito o planejamento de sua campanha. Acompanhando as urnas, além dos mesários, ia sempre um “mesário suplente”, na verdade cabo eleitoral e fiscal da chapa 1. Enquanto isso, os fiscais da oposição tinham que ficar correndo atrás das urnas, de uma fábrica para a outra, algumas vezes de carro. Mas também de ônibus e até mesmo a pé, sem muito sucesso, pois o trajeto era modificado continuamente e o fiscal chegava quando a urna já estava saindo. (*Em Tempo*, São Paulo, n. 21, 22 a 28 de julho de 1978, p. 3).

A matéria aponta que a chapa 1 teria se utilizado de algumas manobras para conseguir votos e/ou atrapalhar especialmente a chapa 2. A “máquina sindical” foi igualmente utilizada para a reeleição, tendo a diretoria cerca de 120 funcionários do sindicato trabalhando na campanha. As denúncias passavam também por irregularidades durante a votação, como a ausência de nomes nas listas de eleitores, a negação de acesso a essas listas pela oposição com antecedência e as mudanças contínuas no trajeto e localização das urnas, que em sua maioria eram itinerantes, para dificultar a fiscalização da chapa 2. No entanto, o mais significativo foi o fato de os donos das fábricas apoiarem a reeleição de João Silveira, pois, além de abrir as portas para que a chapa 1 pudesse fazer campanha livremente, as empresas colocaram chefes e encarregados de seções para acompanhar os metalúrgicos até a mesa de votação, o que por si só já constituía intimidação. Mas os empregadores não se utilizaram somente da pressão na hora do voto, “o golpe final” veio às vésperas das eleições, com a concessão de uma antecipação salarial de 15% para toda a categoria apresentada como um aumento conseguido pelo sindicato.

Para José Vieira, mesmo a oposição sindical conseguindo levar as eleições para o segundo turno, o que fez com o que João Silveira ganhasse foi uma imaturidade do próprio movimento de oposição, pois para ele as lideranças não foram capazes de transformar a insatisfação dos trabalhadores em votos que possibilitassem a mudança na diretoria do sindicato.

Já em [19]78, as eleições foram em julho, já foram para o segundo turno, não é? Mas o pelego ainda ganhou, um pouco porque o movimento ainda não estava maduro, existia uma profunda insatisfação com a direção do sindicato, mas ainda não estava cristalizada, ainda não tinha um conjunto de lideranças ainda capaz de transformar essa insatisfação em votos e mudar a direção do sindicato. (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

O entrevistado não leva em conta a capacidade de escolha dos metalúrgicos, considerando a derrota nas eleições muito mais um problema das lideranças do que o desejo da maioria dos metalúrgicos de manter João Silveira e os demais integrantes da diretoria e conseqüentemente o projeto de sindicato que ele representava. Apesar das críticas de alguns pela pouca combatividade do sindicato em relação à questão salarial, outros consideravam que a entidade cumpria um papel assistencial importante naquele contexto, atuando aonde o Estado chegava de forma precária ou nem chegava. Além disso, a diretoria contou com um importante aliado nessa eleição: as empresas.

Mesmo com a derrota nas eleições, a oposição sindical utilizou a campanha para manter a mobilização dos trabalhadores:

A chapa de [19]78 já foi uma virada e como o núcleo, esse núcleo que conformou a chapa, tinha uma leitura de que não dava para ganhar as eleições, que a gente deveria usar a campanha como elemento de mobilização para a campanha salarial, porque como as eleições eram em julho, agosto e a data-base da categoria era 1º de outubro, estava na boca da campanha salarial a eleição sindical, a gente usou a campanha como um fator de mobilização para esquentar a campanha salarial e deu certo, não é? (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

Na narrativa construída sobre esse período, especialmente sobre o resultado das eleições, tanto José Vieira em entrevista quanto Ignacio Hernandez (2004) em seu livro de memórias avaliam que mais importante do que vencer as eleições era criar espaços de mobilização dos trabalhadores para a campanha salarial que viria em seguida. Obviamente, a oposição desejava vencer as eleições, mas ao mesmo tempo, quando se conhece a trajetória de seus integrantes, muitos deles militantes de partidos e organizações de esquerda, percebe-se que em sua gramática política não era possível alimentar qualquer discurso derrotista; ao contrário, era preciso manter os trabalhadores mobilizados. Para isso, mesmo perdendo as eleições, esses ativistas sindicais compuseram a comissão de mobilização, como no ano anterior, e mantiveram a organização em torno da campanha salarial.

A posse da chapa 1 na diretoria do sindicato ocorreu no dia 2 de setembro, com direito a coquetel e hora dançante. A mesa que dirigiu a solenidade foi presidida por ninguém menos do que Onofre Martins Barbosa, ex-interventor, ex-membro da junta governativa do sindicato e atual diretor financeiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, mostrando assim a quem João Silveira continuava ligado⁵⁰⁴.

⁵⁰⁴ FATOS sindicais: Metalúrgicos BH – posse. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 51, 16 a 29 de setembro de 1978, p. 2.

6.7 “Aí começa a greve como instrumento de luta”

Depois da constituição das comissões de reposição salarial e de mobilização seguida da organização da oposição sindical, os ativistas sindicais e lideranças que tinham um comportamento político mais combativo e se colocavam em oposição à diretoria em vigor, ou seja, ao projeto de sindicato que esses dirigentes representavam, ganharam força no meio metalúrgico e confiança em sua capacidade de mobilização. A diretoria do sindicato reeleita no pleito daquele ano também percebeu a força da oposição e na assembleia do dia 27 de agosto de 1978 aceitou as três principais propostas apresentadas por ela: declarar a categoria em estado de assembleia permanente; criar uma comissão para trabalhar com a diretoria na mobilização pelos 20% acima do índice oficial a ser decretado pelo governo; indicar três metalúrgicos para acompanhar a diretoria na negociação direta com os patrões⁵⁰⁵. Obviamente, a comissão de mobilização e de negociação seria composta por integrantes da oposição, ex-chapa 2. Assim, talvez para parecerem mais democráticos e abertos a opiniões divergentes, os dirigentes, especialmente João Silveira, aceitaram o retorno da comissão de mobilização, com a qual eles tinham rompido meses antes. Outra coisa que chama a atenção é a concordância com o estado de assembleia permanente, pois isso significava “abrir” o sindicato para a luta reivindicativa, e não somente para consultas médicas e outras formas de assistência ao trabalhador. João Silveira chegou a declarar na mesma assembleia que a proposta apresentada pela diretoria “não era de brincadeira: era pra valer”, o que foi uma surpresa para muitos dos presentes na reunião, principalmente os ativistas mais combativos.

Outro ponto a ser considerado na abertura da campanha salarial de 1978 é que a palavra “greve”, impronunciada desde pelo menos a greve de outubro de 1968, retornou à gramática política dos ativistas sindicais de oposição nas assembleias, tornando-se parte de um repertório possível de ações a serem empreendidas. Essa situação deixou os órgãos de informação e segurança em estado de alerta com a possibilidade de um movimento grevista. Assim, os agentes desses órgãos continuaram a acompanhar as assembleias da categoria e a registrar as falas dos participantes, principalmente daqueles que sabidamente faziam parte da oposição sindical.

O clima político ficou quente nas assembleias realizadas durante a campanha salarial no mês de setembro de 1978, afinal, as campanhas salariais ganhariam nova dimensão com a organização da oposição sindical: constituíam agora espaços de luta política. O informe

⁵⁰⁵ “DESTA vez é pra valer”. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 50, 03 a 16 de setembro de 1978, s/p.

confidencial nº829/78/SST3.2.1/PM/2 produzido pela Polícia Militar relata o conteúdo da reunião metalúrgica ocorrida no dia 10 daquele mês. Com cerca de 600 participantes, a plenária teria se reunido para tratar da continuidade da campanha salarial. Para reunir essa quantidade de trabalhadores, a oposição sindical seguia com a mobilização e, para isso, lançou um boletim de convocação paralelo ao da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. O boletim foi apreendido pelos órgãos de segurança e anexado ao informe citado. Nele, a oposição convocava os metalúrgicos a se unirem para conquistar: aumento de 20% acima do índice estabelecido pelo governo federal, que era de 40%; piso salarial de Cr\$ 3.000,00 (salário-mínimo de metalúrgico) e direito à formação de comissões de fábrica com estabilidade. Ressaltava ainda as vitórias dos metalúrgicos em João Monlevade/MG e no ABC Paulista, buscando exemplos que pudessem inspirar as lutas em Belo Horizonte e Contagem⁵⁰⁶. O boletim finalizava com a seguinte mensagem aos metalúrgicos: “Um sindicato independente do governo e dos patrões é possível!”.

O agente da Polícia Militar presente nessa assembleia ainda registrou algumas falas de ativistas sindicais. A fala do metalúrgico Ademir Romeu Batista foi transcrita da seguinte forma: “nós, operários, é que sofremos todo tipo de pressão e arrocho salarial, e não é com blá-blá-blá que conseguiremos os 20%; temos que nos unir e fazer greve, pois só assim poderemos mostrar as nossas forças e união da classe”. O ativista sindical Alberto José Lobo também “concitou o pessoal à greve, dizendo que a solução é parar as máquinas”. O relator ainda anotou que, segundo os elementos da oposição sindical, a Belgo Mineira estaria se preparando para parar as máquinas⁵⁰⁷. A greve aparece nas falas de integrantes da oposição sindical como um instrumento que possibilitaria mostrar a força dos trabalhadores. Apesar de tão falada na reunião, a realização de uma greve não havia ainda se transformado em uma proposta efetiva. De todo modo, uma novidade em termos de trabalho sindical foi aprovada nessa assembleia: a realização de reuniões por fábricas, a fim de mobilizar os metalúrgicos para a campanha salarial daquele ano e para participarem das próximas assembleias. As primeiras reuniões ocorreram na Belgo Mineira e Mannesmann.

No dia 17 de setembro, 700 trabalhadores comparecem à nova plenária para saberem do resultado da negociação do sindicato com os patrões, mediada pela Delegacia Regional do

⁵⁰⁶ Em João Monlevade/MG, depois de uma greve que durou 82 horas, os 4.100 metalúrgicos da Belgo Mineira conquistaram 10% de aumento acima do índice oficial, piso salarial e mudança na escala de revezamento no turno de trabalho de 2.504 horas anuais trabalhadas para 2.200 horas sem diminuição no salário. AS CONQUISTAS da greve em Monlevade. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 51, 16 a 26 de setembro de 1978, p. 12.

⁵⁰⁷ Informe confidencial N°829/78/SST3.2.1/PM/2, Belo Horizonte, 12 de setembro de 1978. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta CA.02.01.

Trabalho. Na ocasião, o presidente da entidade, João Silveira, reconheceu a difícil situação do trabalhador frente à “insensibilidade patronal” e informou que os patrões apresentaram como contraproposta Cr\$2.200,00 de piso salarial e não aceitaram a escolha de delegados de fábrica com estabilidade. Mais uma vez, a Polícia Militar acompanhou a reunião e produziu um informe confidencial a ser difundido aos órgãos de informação e segurança, registrando as falas de diversos ativistas sindicais.

De um modo geral, as falas de membros da oposição sindical como Ademir Batista Ferreira, Ignacio Hernandez, José Vieira e Maria Antonieta Pereira nessa assembleia seguiram o mesmo tom. Essas lideranças consideravam a greve “a única arma” que tinham em mãos para causar medo aos patrões. Porém, como avaliavam que ainda não estavam organizados o suficiente para a greve, propuseram “começar a tartaruga”, convocando os metalúrgicos a diminuir a produção de suas máquinas a partir do dia seguinte, com o objetivo de pressionar os patrões. Era preciso considerar ainda as denúncias das demissões que já se faziam sentir na Cidade Industrial. O metalúrgico Raimundo Lana informou aos demais que ele, Ademir Batista e outros tinham sido demitidos da Mannesmann naquela semana, pois “quem fala em nome da categoria é eliminado das fábricas”. Mesmo correndo risco, os trabalhadores presentes na assembleia decidiram pela operação tartaruga. Para divulgar a decisão, segundo o informe da PM2, foi solicitado à diretoria que “rodasse” boletins com a informação. O presidente da entidade, por sua vez, respondeu que a diretoria poderia fazer o boletim, mas não o assinaria, propondo que a “Assembleia do dia 17 de setembro de 1978” assinasse o informativo, numa clara tentativa de não comprometer o Sindicato dos Metalúrgicos na operação tartaruga que teria início nas fábricas de Belo Horizonte e Contagem⁵⁰⁸. Foi o que ocorreu. No boletim apreendido pela PM2, quem assina é a “Assembleia geral dos metalúrgicos de BH e Contagem”. Nele, era informado que, na assembleia do dia 17 de setembro, os metalúrgicos presentes decidiram não aceitar as propostas dos patrões: 8% além do índice do governo e 1.800 cruzeiros de piso salarial, pois julgavam ser essa “proposta ridícula e desumana que condena os operários à fome”. Por isso, os metalúrgicos decidiram diminuir a produção “como forma de pressão para sensibilizar os patrões” para a proposta de 20% além do índice do governo e 3.000 cruzeiros de piso. O boletim também avisava aos patrões que, caso não aceitassem as reivindicações, outras medidas seriam tomadas.

⁵⁰⁸ Informe confidencial N°874/78/SST3.2.1/PM/2. Belo Horizonte, 20 de setembro de 1978. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta CA.02.01.

No final das contas, a diretoria recuou em vários aspectos e retomou seu comportamento conciliador, demonstrando que a campanha salarial daquele ano não era “pra valer”, pelo menos no que se refere às suas atitudes frente aos metalúrgicos. Em relação à produção do boletim, descumpriu com sua palavra, pois nem mesmo emprestou o mimeógrafo para a comissão “rodar” o informativo à categoria. Depois da aprovação da operação tartaruga, a diretoria desrespeitou a decisão da assembleia e começou a fazer um trabalho de desmobilização da categoria, realizando reuniões em fábricas para convencer os trabalhadores a aceitarem a proposta dos empregadores a fim de não “perderem tudo”⁵⁰⁹.

Assim, as disputas políticas sobre a maneira de conduzir a luta sindical no meio metalúrgico de Belo Horizonte e Contagem vão se acirrando ao longo da campanha salarial de 1978. José Vieira lembra-se de um momento decisivo na trajetória da oposição sindical, quando teria ocorrido o que ele chamou de “manipulação” da assembleia pela diretoria do sindicato para que a proposta de realização de uma greve não fosse aprovada.

Nesse ano de [19]78, dia 29 de setembro, contra a decisão da assembleia geral do sindicato que foi extremamente manipulada, o sentimento de revolta na categoria já estava muito grande, a eleição estava marcada, a assembleia estava marcada para as 19h da noite e a votação só foi feita quase meia-noite. Houve uma série de manobras, de colocações, os dirigentes do sindicato, os pelegos, a turma do João Silveira sabia que se fizesse uma votação a greve seria aprovada e eles estavam morrendo de medo, não queriam partir para a greve de jeito nenhum. Então enrolaram, enrolaram, enrolaram e às 11 e 30 da noite, quando uma boa parte da massa já tinha abandonado, eles fizeram uma votação confusa e determinaram que a “não greve” tinha vencido. (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

A estratégia da diretoria de protelar votações importantes a fim de esperar o esvaziamento da assembleia já havia sido utilizada outras vezes. Porém, mesmo diante do que José Vieira e os demais integrantes da oposição identificaram como manipulação da diretoria do sindicato para barrar a greve, uma parte da categoria, mais especificamente trabalhadores da Mannesmann liderados por ativistas dessa empresa com um comportamento político mais combativo, fizeram uma paralisação na oficina central da siderúrgica.

Aí um grupo numeroso não aceitou, chamou a greve contra a decisão da assembleia e nós paramos cerca de quatro mil trabalhadores da Mannesmann, toda a oficina central que nesse período tinha de novecentos a mil trabalhadores, prensa, laminação automática, nós paramos alguns setores da Mannesmann que totalizaram quase cinco mil trabalhadores, fizemos o bê-á-bá da organização daquele período. Como a gente estava parando fora do sindicato, sem o apoio e o aval do sindicato, não é? Que foi um protesto contra a manipulação da assembleia, nós elegemos uma

⁵⁰⁹ HERNANDEZ, Ignácio; BATISTA, Ademir. E os mineiros matutaram e abandonaram o salão. **Em Tempo**, São Paulo, n. 32, 09 a 15 de outubro de 1978, p. 6-7.

comissão com um representante de cada seção [da Mannesman]. Eu me lembro que na época foram 32 ou 34 pessoas, foi uma grande comissão de representantes, fizemos um acordo entre nós de solidariedade, entre esses 32 membros de que não aceitaríamos perseguição de nenhum deles e paralisamos as atividades da Mannesmann, só que nesse período ainda valia para o movimento sindical a Lei de Segurança Nacional, não é? (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

Sem o aval do sindicato, o movimento operário conduziu a paralisação da maneira que podia. Elegeram uma comissão de negociação para representar os grevistas e fizeram um acordo de solidariedade entre seus integrantes para tentar minimizar os efeitos das perseguições. Mas, como bem lembra José Vieira, ainda estava em curso a Lei de Segurança Nacional e a repressão aos movimentos sociais era imediata. Ele descreve em sua entrevista quais as estratégias adotadas pela empresa para coibir o movimento que se iniciara.

Nós fomos muito ameaçados, cortaram os telefones dos setores que estavam paralisados, não é? Isolaram o núcleo central, que era a oficina central da Mannesmann, que era onde eu trabalhava, mais uma série de lideranças expressivas que trabalhavam na oficina central, nós fomos isolados e cercados, a gente não podia nem sair, botaram jipes da segurança em torno dos galpões e fomos muito muito pressionados, então a gente entrou parado 6 horas da manhã, na hora do almoço 11, 11 e meia, meio-dia, a gente fez uma assembleia, avaliamos a situação, o sindicato não tinha aparecido na fábrica para negociar e nós decidimos recuar, fazer um recuo organizado, não é? (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

Os efeitos do movimento na Mannesmann e os resultados da campanha salarial de 1978 foram analisados em artigo para o jornal *Em Tempo* escrito no calor do momento por Ignácio Hernandez e Ademir Batista (1978). Para eles, a paralisação, além de não conquistar vitória alguma, era prova da desorganização das bases dos trabalhadores. Refletiam ainda que a oposição não havia conseguido criar grupos de fábricas que dessem sustentação à luta e que precisava se dedicar ao trabalho de organização dos metalúrgicos dentro das empresas⁵¹⁰.

Nas memórias, no entanto, os resultados da paralisação na oficina central da Mannesmann se refazem. Quase 40 anos depois, José Vieira, uma de suas lideranças, ao rememorar esse evento, avalia-o positivamente. Para ele, mesmo o movimento tendo recuado nessa empresa, logo em seguida os metalúrgicos de Betim igualmente iniciaram uma paralisação, “também espontânea e contra o sindicato” de lá, o que “reacendeu o pavio das mobilizações em Contagem”. Isso teria inclusive motivado, segundo o entrevistado, algumas paralisações por fábrica no Cinco.

⁵¹⁰ *Ibidem*.

A greve da Nansen, por exemplo, que fabricava relógios de luz e então era uma importante metalúrgica do Cinco, teve um nível de preparação assim inédito, não é? Presidido de dezenas de reuniões de grupos de operários, o pessoal preparou todo o material, as faixas, os cartazes para a greve com antecedência, elegeram clandestinamente uma comissão de representantes. Esse processo se repetiu na Toshiba, se repetiu na Eluma na época, na Isomonte também. Houve uma série de greves em fábricas isoladas nesse segundo semestre de [19]78, já sinalizando esse, essa mudança, não é? Ai começa a greve como elemento, como instrumento de luta começa de novo a virar uma coisa, uma prática usual do movimento operário nesse período. Cresce, surge um número bastante grande de lideranças. (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

As paralisações por fábrica como essas mencionadas por José Vieira, além de promover a oposição sindical, recolocaram a greve como possibilidade de instrumento de luta na região e fizeram surgir novos ativistas, como Albênio Dias de Carvalho, que de acordo com os entrevistados e documentos da Coordenadoria de Segurança era militante do Movimento Revolucionário 8 de outubro, o MR-8, e um dos líderes da greve da Mannesmann que ocorreria em maio do ano seguinte e da greve geral da Cidade Industrial em fins de 1979 que agitaram os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Tendo isso em vista, o ano de 1978 representou para os metalúrgicos da região industrial de BH/Contagem um retorno ao sindicato, não só pelo acesso aos serviços assistenciais que a entidade oferecia, mas como lugar de reivindicação de direitos. Para os militantes sindicais significou a retomada das mobilizações dos trabalhadores, do envolvimento com outras frentes e da luta aberta, com todos os riscos que isso acarretava, afinal, apesar do discurso oficial de abertura, ainda se vivia em uma ditadura militar.

CAPÍTULO 7 - METALÚRGICOS E METALÚRGICAS EM MUITAS FRENTES DE LUTA

7.1 Fôlego novo para os movimentos de bairro

O fim da década de 1970 foi marcante para os metalúrgicos e metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem, especialmente para aqueles envolvidos com o movimento operário e sindical da região. Isso porque, em 1979, a greve ganhou a cena pública, sendo definitivamente utilizada como estratégia de reivindicação. Nesse momento, assumia a presidência da República mais um general do Exército: João Batista Figueiredo, quando também crescia a agitação nas ruas, fábricas e universidades.

Os trabalhadores politicamente engajados também se envolveram em outras frentes, como a luta pela anistia, o Movimento contra a Carestia (MCC) e as lutas nos bairros por melhorias nas condições de vida. Na região da Cidade Industrial, eles se envolveram também com iniciativas culturais. Para Michel Le Ven (1987, p. 29), nesse momento ocorreu o encontro do movimento operário com o movimento associativo, que tinha mais condições de se manifestar e se organizar, por não ser imediatamente taxado de subversivo⁵¹¹. Cristina Filgueiras (1986) aponta que esse período foi de renovação do movimento operário. A autora explica que na Cidade Industrial, entre 1976 e 1981, houve grande mobilização da população trabalhadora em associações de moradores, comissões, clubes de mães e creches comunitárias e que as mobilizações para conquista de água, esgoto, asfalto, escolas, postos de saúde e contra a poluição eram constantes (FILGUEIRAS, 1986, p. 204-205). Para ela foram as reivindicações por melhorias da vida urbana com os movimentos de bairros que “nesse momento histórico tiveram o papel de abrir espaço e renovar as forças do movimento operário na região” (FILGUEIRAS, 1986, p. 200).

Concordo com os autores citados quando falam do encontro e da renovação das forças propiciada pelos movimentos associativos ao movimento operário da região da Cidade Industrial. No entanto, é preciso considerar que esses movimentos de luta por melhorias nas condições da vida urbana na região desde sempre contaram com a presença de trabalhadores e

⁵¹¹ Talvez fosse o caso de relativizar essa afirmativa, pois se inicialmente pode parecer que os movimentos associativos não foram “imediatamente taxados de subversivo”, com a liberação dos documentos produzidos por órgãos de informação e segurança, é possível perceber que lideranças comunitárias, pessoas ligadas aos movimentos de bairros, vilas e favelas eram constantemente monitoradas por eles como pode ser visto em Oliveira (2014).

foram se constituindo juntamente com os bairros, pois os loteamentos eram feitos sem nenhuma infraestrutura para receber os novos moradores (NEVES, 1994).

A entrevista de Efigênia de Oliveira também demonstra isso. Como militante do PCB, ela desenvolvia um trabalho junto aos movimentos de bairro da região, já no início dos anos 1960. Ou seja, o associativismo não era um fenômeno novo, o que aconteceu nesse momento foi que esses movimentos ganharam fôlego em todo o país e algumas demandas novas dialogavam com as pautas colocadas por movimentos sociais que ganharam a cena pública de meados da década de 1970 em diante.

Além disso, muitos militantes de esquerda, com o fracasso da luta armada, foram para os bairros populares, morar entre a classe operária. Para esses militantes, a estratégia agora era adensar a consciência de classe por meio de pequenas ações no cotidiano, e não mais colocar em prática o projeto revolucionário armado de tomada de poder (NAPOLITANO, 2014, p. 273). Como já foi citado, Efigênia de Oliveira é um desses exemplos. Depois de sair da prisão ela volta para a Cidade Industrial. Em seu caso, no entanto, esse é um duplo retorno: para a atuação política e para o meio familiar.

Outro militante de esquerda que se enquadra nessa situação é Sálvio Pena. Ele, que tinha uma história anterior de militância política com sua esposa, Ana, na Ação Popular, na Cidade Industrial, fala sobre essa volta para a região:

(...) eu saí da cadeia, em abril de [19]73, e aí num primeiro momento, eu avalei com a Ana, e avalei muito empiricamente né, e depois nós vimos que foi uma avaliação correta, eu saí doído para voltar, para a Cidade Industrial. (...) Mas numa avaliação com o nosso advogado na época, que era o Afonso Cruz (...) eu coloquei a vontade de voltar pra aqui, para a Cidade Industrial, mas nós chegamos à conclusão de que devia esperar um pouco porque a gente estava muito vigiado. (Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 16/04/2018).

Sálvio e Ana foram presos em dezembro de 1971, em casa, no bairro JK, bairro habitado em sua maior parte por operários, em Contagem. Sálvio foi barbaramente torturado. Saiu da prisão em 1973 e, por continuarem sendo vigiados, ambos decidiram esperar um pouco mais para voltar para a Cidade Industrial. No ano seguinte, começaram a organizar o retorno; a proposta era fazer um trabalho político, mas agora sem vinculação com organizações de esquerda. Para isso, contaram com o apoio da ativista sindical Efigênia de Oliveira, de quem o casal era amigo. Foi ela quem conseguiu um emprego para Sálvio no setor de almoxarifado da fábrica de estruturas metálicas Montec e ele pôde assim voltar à categoria e retomar o ativismo sindical. O casal mudou-se para Contagem, alugou uma casa no bairro Eldorado, que acabou, inclusive, comprando por meio de financiamento do BNH.

Rapidamente Sálvio passou a frequentar o Sindicato dos Metalúrgicos e participou da constituição da oposição sindical. Ao ser perguntado por que decidiu retornar, Sálvio responde: “Contagem é o berço do movimento operário, daí a importância de vir pra aqui. Então, ainda tinha companheiros que eu sabia que ia rever e revi, por exemplo”. Ele acrescenta: “eu tinha esperança em conseguir rever alguns companheiros da Belgo, que foram contatos que eu abri”. Dessa forma, o militante “retornado” juntou-se a Efigênia de Oliveira, Joaquim de Oliveira, José Vieira, Alberto Berzé, Ignácio Hernandez e tantos outros ativistas sindicais que tomaram a frente das mobilizações metalúrgicas de fins da década de 1970 na Cidade Industrial.

Nilmário Miranda segue uma trajetória parecida. Militante da Polop e do POC na década de 1960 e com atuação no setor operário da organização, ele foi preso em São Paulo em 1972. Depois de cumprir pena de “três anos e um mês”, voltou para Contagem. No entanto, como ele explica, ainda na prisão se desligou da organização a que pertencia e fez revisões sobre sua atuação política:

(...) então a gente fez revisões, então em [19]74 eu já me desliguei da minha organização que eu percebi que aquilo não correspondia mais, não ia conseguir cumprir o papel que ela esperava. Foi nas prisões que eu também comecei a elaborar um outro modo de fazer política, outro projeto. Quando eu saí em [19]75 fiquei uns meses procurando tirar documentos, recuperar minha vida, minha identidade, minha vida legal e me recolocar, voltei para a universidade e tal em [19]76. Aí nós, eu cheguei com uma proposta do *Jornal dos Bairros* lá, onde houve a lendária greve de Contagem, de [19]68. Aí nós viemos procurando, nossa vida era procurar quem foi daquela greve, para retomar o fio da meada e quem apareceu depois, de novo e recuperamos dezenas de pessoas, muitos não voltaram a militar, já surgiram outras lideranças, né? A história vai mudando, seguindo em frente. Mas o motivo de eu vir, fui morar em Contagem em [19]77, de novo, morei lá praticamente 20 anos, com *Jornal dos Bairros*, depois fundação do PT, etc., fui candidato a prefeito de lá duas vezes, tinha a ver com isso que Contagem é uma cidade especial, não sei, a gente que tinha essa relação com a classe operária [silêncio], acho que tem tudo a ver sabe. (Nilmário Miranda. Entrevista concedida à autora, 26/06/2016).

A fundação do jornal em 1976 e o retorno para a cidade operária, na reconstrução memorialística de Nilmário, ganham um contorno de “retomada do fio da meada”, de recuperação de um trabalho interrompido: “Então eu voltei para lá, fundamos, voltei para fundar, para a gente resgatar a ponta do trabalho interrompido pela repressão [19]68, [19]69, né? Um reencontro com a minha trajetória toda”⁵¹². Entretanto, a recuperação do trabalho interrompido não se dá do mesmo ponto, o contexto era outro e o entrevistado também. Muitos militantes, assim como Nilmário, Sálvio, Efigênia e tantos outros já tinham feito suas

⁵¹² Nilmário Miranda. Entrevista concedida à autora, 26/06/2016.

revisões depois da derrota da luta armada. A proposta agora passava por outros caminhos. O caminho traçado por Nilmário Miranda foi a criação de um jornal com um amplo trabalho nos bairros da região industrial de Contagem e Belo Horizonte:

No caso do *Jornal dos Bairros* era outro tipo de trabalho, quer dizer muita repressão nas fábricas, muita repressão no movimento sindical, muito controle sobre o movimento sindical, então nós procuramos os bairros, onde os trabalhadores viviam, e fomos trabalhar as associações de bairro, a gente chamava ecológicas, não era ecológicas, era luta contra a poluição, contra o monopólio do transporte, as favelas, contra as remoções forçadas, a primeira missa operária foi [19]77, nós já estamos há trinta e... sete, trinta em tantos anos de missa operária, no mês de maio, quer dizer, lá atrás. E era um jornal, né? Quem tem aquela formação socialista sempre associa com jornal, jornal é mais do que..., além de ser um divulgador, ele é um organizador coletivo, você tem um contato sistemático com as pessoas, chamava organizador coletivo, do lugar das classes populares. (Nilmário Miranda. Entrevista concedida à autora, 26/06/2016)⁵¹³.

Fruto de uma revisão dos métodos de luta da esquerda por alguns de seus fundadores (ALMEIDA, 2010), configurando-se para os jornalistas envolvidos no projeto como uma forma de ativismo político, o *Jornal dos Bairros* foi editado entre 1976 e 1983⁵¹⁴. Era uma publicação quinzenal que circulou na região industrial de Belo Horizonte, Contagem, Betim e Ibirité. Foi apresentado à população local como um jornal que vinha retratar “o que existe no seu bairro, na sua rua, no seu comércio, no esporte amador, no futebol da Várzea, na vida enfim da região”⁵¹⁵. Porém, para isso, desejava contar com a colaboração dos moradores com o envio de sugestões e denúncias a serem apresentadas por carta ou pessoalmente. Inicialmente, sua distribuição era gratuita, mas a partir de abril de 1977 o jornal passou a ser vendido por CR\$1,00 (um cruzeiro), como forma de garantir sua manutenção.

Bernardo Kucinski (2003) classifica esse tipo de jornal como “imprensa alternativa basista”. Ocorre quando um grupo de jornalistas forma pequenas redações, cooperativas e mutirões, e lança jornais voltados aos problemas específicos de uma região, de um bairro ou de um movimento social. Esses periódicos caracterizam-se pela comunicação direta entre jornalista e público e pelo fato de as “bases populares” serem “ao mesmo tempo o sujeito da comunicação e seu próprio agente” (KUCINSKI, 2003, p. 80). Para o autor, o *Jornal dos Bairros* foi “um dos projetos mais acabados do jornalismo alternativo basista” (KUCINSKI, 2003, p. 82).

⁵¹³ A primeira missa operária no 1º de maio à qual Nilmário Miranda faz referência nessa passagem foi realizada em 1978 e noticiada no *Jornal dos Bairros*, e não em 1977.

⁵¹⁴ Infelizmente algumas edições do jornal se perderam. No acervo do Getec é possível pesquisar as edições de 1976 até 1982.

⁵¹⁵ APRESENTAÇÃO. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. zero, 2ª quinzena set. 1976, p. 1.

Com o lema “*Jornal dos Bairros* – onde os problemas do seu bairro são importantes”, o periódico divulgava os problemas enfrentados pelos trabalhadores e moradores da região cotidianamente, como a poluição, a falta de transporte, de infraestrutura como água, luz, asfalto, saneamento, a questão das remoções das favelas, mas se propunha também a servir como uma espécie de “organizador coletivo”. Assim, o jornal contribuía com os movimentos sociais locais e, em contato constante com as comunidades e associações de bairro, auxiliava na organização dos moradores para reivindicar seus direitos por melhores condições de vida e infraestrutura urbana.

De acordo com Nilmário Miranda, o *Jornal dos Bairros* também tinha como objetivo “ajudar a estimular a organização da classe trabalhadora a resistir à ditadura a partir dos bairros, das favelas”⁵¹⁶. Ou seja, para esses jornalistas, o bairro era local de atuação para fomentar a resistência à ditadura e a organização dos trabalhadores. Com essa concepção de ser instrumento de incentivo à organização operária, o jornal passou também a apoiar as oposições sindicais e as greves ocorridas no fim da década de 1970.

É importante frisar que a partir de meados dos anos 1970 os trabalhadores metalúrgicos se envolveram com iniciativas culturais fundando o Centro Cultural Operário (CCO) na região industrial, atuaram no Movimento contra a Carestia, se engajaram nas lutas mais amplas por direitos políticos como a luta pela anistia e, especificamente as mulheres metalúrgicas, que já vinham conquistando algum espaço político com a participação na oposição sindical, passaram a reivindicar também espaço institucional dentro do Sindicato dos Metalúrgicos. Além disso, os metalúrgicos da região deram continuidade a estratégias de luta mais combativas por reajustes salariais e outras pautas relativas ao mundo do trabalho, por meio de um instrumento bastante conhecido de seu repertório de ação: a greve. Todas essas frentes de atuação foram amplamente divulgadas no *Jornal dos Bairros* e serão analisadas nas próximas seções.

7.2 A experiência do Centro Cultural Operário

No início de janeiro de 1979 foi realizada a primeira reunião de organização do Centro Cultural Operário, uma iniciativa de ativistas sindicais da Cidade Industrial⁵¹⁷. O encontro

⁵¹⁶ Nilmário Miranda. Entrevista concedida à autora, 26/06/2016.

⁵¹⁷ Surgiram centros culturais operários em outras partes do país neste período como os Centros de Cultura Operária de São Paulo e da Bahia.

ocorreu num domingo, 7 de janeiro, no Colégio Helena Guerra, no bairro Eldorado, em Contagem, e contou com a participação de 25 pessoas, de acordo com o informe confidencial da Polícia Militar do Estado Minas Gerais – 2ª seção (PM/2).

A reunião foi conduzida por “Efigênia Maria de Oliveira, antiga ativista do movimento operário da área, Ignácio Agero Hernandez, ex-padre, e Ademir Romeu Batista, ambos pertencentes à oposição sindical da Cidade Industrial”. Na ocasião, Ademir e Ignácio explicaram que o Centro Cultural Operário funcionaria em duas frentes: uma totalmente aberta, em que todos os operários poderiam frequentar ativamente, e uma segunda frente, clandestina, fechada ao operariado em geral, com acesso restrito a pessoas de confiança “que em sala reservada tratarão de reforçar a campanha salarial e a organização nas fábricas”. O centro cultural se instalaria em uma casa alugada na Cidade Industrial e os seis primeiros meses de aluguel seriam pagos com apoio dos deputados Edgar Amorim e Cássio Gonçalves. Além do apoio material, a presença dos deputados no espaço também serviria como fachada. Dessa forma, para Ademir, “caso a polícia dê batidas por lá”, “nunca saberá que ali existe uma organização de greve, pois haverá a presença constante dos deputados, ficando fora de suspeita, e com isto, vamos nos organizando”⁵¹⁸. Diante desse documento da polícia, concluiu-se que a proposta de estabelecer uma frente clandestina para o trabalho do Centro Cultural Operário fracassou no seu nascimento, já que – por meio de policial infiltrado na reunião ou de algum trabalhador que repassava informações para a polícia – desde o momento da fundação do CCO a iniciativa foi acompanhada de perto pelos órgãos de informação e segurança.

As memórias de Eulália Batista, operária e ativista da oposição sindical que participou ativamente da organização do Centro Cultural Operário, recuperam como se deu a montagem do centro: “a gente fazia feijoada, naquela época era chope e feijoada para montar o centro operário, o centro cultural operário”. Assim, o chope e a feijoada tinham dupla função: arrecadar fundos para a montagem do centro cultural e “era a forma de atrair o metalúrgico para dentro do sindicato”. Dessa maneira, os ativistas sindicais da oposição conseguiram colocar o CCO para funcionar. Inicialmente, na Vila São Paulo, na região da Cidade Industrial, em Contagem, e depois, segundo Eulália Batista, “ele parou dentro do sindicato. Tinha uma sala lá, só que a gente guardava coisas lá dentro. Que eu lembro que a gente fazia

⁵¹⁸ Informe nº030/79/SST3.2.1/PM/2, Belo Horizonte, 12 de janeiro de 1979. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta AB007.

fôlderes grandes e pregava na parede”⁵¹⁹. Os fôlderes traziam a programação do centro com atividades diversas como filmes, palestras com convidados, etc.

O Serviço Secreto da PMMG seguiu monitorando as atividades do centro cultural. Meses depois da sua fundação, em novo informe confidencial, de 10 de abril de 1979, registrava a realização de uma reunião em sua sede. Dela participaram Ignácio Hernandez e Efigênia de Oliveira e mais seis operários da Mannesmann, cujos nomes não são citados. Na reunião Efigênia exibiu o filme *Jornadas de Trabalho*, que já havia sido exibido para operários da Pohlig Heckel do Brasil dias antes. Filme que, segundo o relator do informe, procurava esclarecer as vantagens e desvantagens da hora extra, mostrando inicialmente a alegria do operário, que com o que ganha em horas extras consegue diminuir o que o custo de vida tira do seu “miserável salário”, e ao final mostra as consequências, como o cansaço e os acidentes de trabalho⁵²⁰.

Na programação do centro cultural eram exibidos filmes com o objetivo de promover o debate sobre as condições de trabalho, como conta Eulália Batista:

Eu lembro que eu vi muitos filmes de Charlie Chaplin, *Vidas Secas*, filmes que tinham apelos de melhorias de vida, a condição do trabalhador ser explorado. Então tinha muito esses filmes, filme romântico muito pouco, a maioria mesmo eram filmes que te mostravam mesmo que valia a pena você reivindicar. Era importante mesmo, o apelo sempre era esse. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

Sálvio Pena lembra-se que as reuniões ocorriam aos sábados e que além dos filmes “sempre tinha um convidado, um intelectual convidado e que a gente discutia o movimento operário”⁵²¹.

O CCO também publicou um jornal: *Batente*. O primeiro número foi editado em abril de 1979, era vendido aos trabalhadores por dois cruzeiros e tinha como finalidade divulgar as ações do centro cultural e servir como espaço de debate de ideias, informações e aperfeiçoamento profissional. A capa do primeiro número do *Batente* anuncia uma entrevista com o líder operário e deputado estadual cassado Dazinho, uma matéria sobre a importância das mulheres nas greves do ABC Paulista e o lançamento do bem-humorado concurso “Ferradura de Ouro”, que premiaria o pior patrão da Cidade Industrial por meio de indicação dos próprios trabalhadores. Aqui é interessante como o humor torna-se um recurso para atrair esses leitores para o jornal.

⁵¹⁹ Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017.

⁵²⁰ Informe nº402/79/SST3.2.1/PM/2, Belo Horizonte, 10 de abril de 1979. APM, Fundo Coseg/MG.

⁵²¹ Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 16/04/2018.

O *Batente* também explicita os propósitos do Centro Cultural Operário. O primeiro deles era contribuir para a cultura operária, que, na concepção de seus integrantes, consistia em: conhecer bem a profissão e ser um artista nela; estudar a história da classe operária e conhecer suas lutas e conquistas; compreender a política para dela participar sabendo defender os direitos dos trabalhadores; saber educar os filhos, ensinando-os a consciência e a solidariedade; e, por fim, ser homem ou mulher consciente dos problemas e reivindicações de sua classe. Em seus objetivos nota-se uma preocupação dos organizadores com vários aspectos da vida do trabalhador, desde ser um bom profissional, a defesa de seus direitos até a educação dos filhos. Para alcançá-los, o centro cultural pretendia promover debates, cursos, palestras, projeção de filmes, curso de qualificação profissional, arte popular, entre outros, e organizar uma biblioteca com livros doados.

Outro propósito do centro era contribuir para a organização do trabalhador de forma que ele próprio pudesse discutir e resolver seus problemas, sem interferência do governo e/ou dos patrões. A organização dos trabalhadores, no entanto, não prescindia do sindicato, nem era objetivo do CCO substituí-lo. Ao contrário, no jornal seus integrantes preconizam a necessidade de “batalhar” para que as associações sindicais desempenhassem “suas verdadeiras funções”, que eram: “reivindicar, educar, organizar e lutar para mudar as condições de vida do trabalhador”, ao invés de se preocupar com “assistencialismo”.

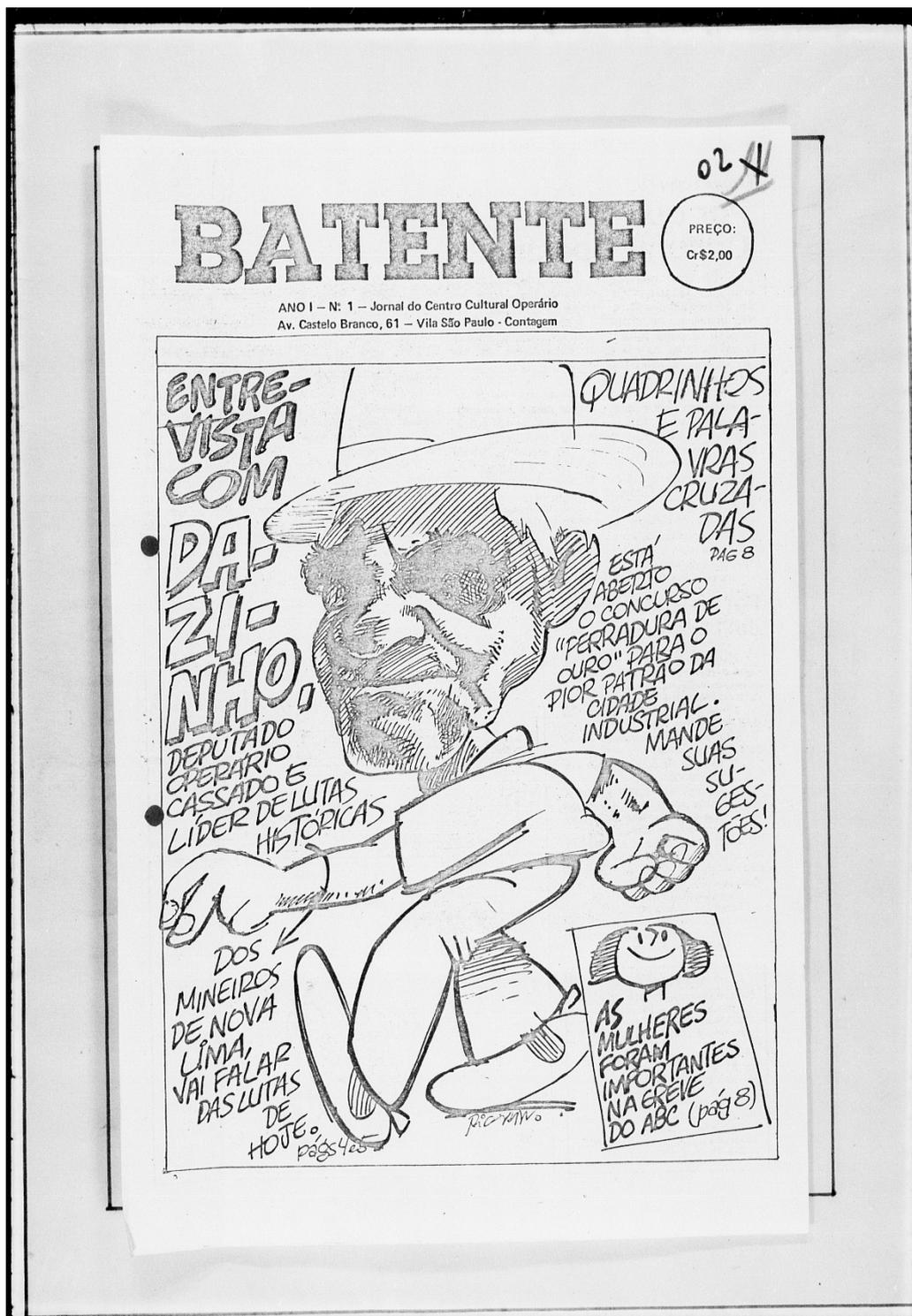


Figura 21 - No detalhe a capa do *Batente*, primeiro número do jornal do Centro Cultural Operário. Fonte: APM, Fundo Coseg/MG.

Por último, o CCO anuncia que também pretendia contribuir para “o despertar da mulher trabalhadora”, que na avaliação de seus integrantes vinha avançando⁵²². Para isso,

⁵²² POR QUE surgiu o Centro Cultural Operário? *Batente* (jornal do Centro Cultural Operário), Contagem, ano 1, n. 1, p. 2. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta AB007.

divulgou a iniciativa das metalúrgicas em se reunir para debater temas como: “por que as operárias ganham menos que os homens pelo mesmo trabalho?”, “por que estão querendo mudar a lei que proíbe o trabalho noturno para mulheres?”, “estabilidade no emprego para a gestante e mulher casada” e “como as operárias vão participar na luta contra o arrocho salarial, a carestia?”. O Centro Cultural Operário também colocou o *Batente* à disposição das trabalhadoras para se manifestarem e debaterem seus problemas⁵²³.

Definitivamente, o CCO constituiu-se em uma iniciativa inovadora no contexto da Cidade Industrial e “foi um elemento importante que deu sustentação à ação da oposição sindical” (NEVES, 1994, p. 233). Numa região onde o acesso à educação e à cultura era restrito, a criação de um centro cultural que possibilitasse exibir filmes, promover debates, realizar cursos, entre outras atividades, teve sua relevância como experiência trazida pela oposição sindical metalúrgica de BH/Contagem, que procurava constituir espaços alternativos de aprendizado e organização dos trabalhadores. Contudo, é preciso considerar como efetivamente se deu a participação dos trabalhadores nesse espaço. Eulália comenta que mesmo o CCO buscando dar um caráter de lazer às suas atividades, visando atrair os trabalhadores, ainda assim a participação foi diminuindo com o tempo, ficando “sempre as mesmas pessoas”.

Mas acabou que foi ficando... no início foi ótimo, depois foi raleando, raleando e viu que, acabou, não é? Então tinha encontros também, não é? Era como um lazer, chamava aquilo ali como um lazer para atrair o trabalhador para dentro do sindicato. Mas não teve uma grande participação. Não teve um avanço, não teve assim, foi um tempo, foi um período. Depois acabou. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

Ela completa dizendo que no fim quem mais participava eram estudantes, militantes políticos infiltrados nas fábricas para trabalhar como metalúrgicos: “sempre eles estavam presentes, sempre trazendo sugestões. Tinha livros, revistas, mas você via que não era uma coisa que ia ter uma proporção que a gente achou que fosse, que ia ter para chamar o sindicato para participar, que ia mudar o sindicato”⁵²⁴. O espaço criado por trabalhadores e para eles acabou, pois, sendo ocupado por estudantes.

Mesmo que nas lembranças de Eulália a participação dos trabalhadores nas atividades do Centro Cultural Operário tenha sido “ótima” no início e “raleado” aos poucos, para os órgãos de informação e repressão esses espaços eram vistos com suspeição. Além de monitorar e vigiar as ações promovidas pelo CCO, outras medidas foram tomadas. Na

⁵²³ METALÚRGICAS mineiras discutem seus problemas. *Batente* (jornal do Centro Cultural Operário), Contagem, ano 1, n. 1, p. 7. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta AB007.

⁵²⁴ Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017.

madrugada do 1º de maio de 1979, o CCO foi invadido pela polícia. Na mesma ocasião a polícia invadiu o Centro de Estudos do Trabalho (CET), o Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária (Getec)⁵²⁵ e a sede do *Jornal dos Bairros*, levando documentos e equipamentos. Todas essas entidades localizavam-se na região da Cidade Industrial e tinham em comum o fato de realizarem um trabalho junto aos operários⁵²⁶. O *Jornal dos Bairros* denunciou a invasão no próprio periódico e a omissão dos órgãos do estado como a Delegacia do Barreiro, a Secretaria de Segurança Pública e a Procuradoria do Estado de Minas Gerais, que foram procuradas pelas entidades invadidas, mas permaneceram em silêncio diante do ocorrido. Porém, uma onda de solidariedade foi gerada. As associações de bairros, as comunidades de base da Igreja Católica progressista e o Comitê Brasileiro pela Anistia demonstraram apoio às entidades e condenaram publicamente a ação da polícia⁵²⁷.

Como se viu, o Centro Cultural Operário teve sua importância na Cidade Industrial no sentido de criar um espaço de formação para os trabalhadores e encontro de parte dos ativistas sindicais, mas essa experiência não durou muito tempo, além de enfrentar a invasão da polícia às suas instalações, é preciso considerar que os próprios trabalhadores de uma maneira geral não se apropriaram dessa iniciativa. Por fim, algumas das lideranças que integravam o centro cultural foram demitidas logo depois da greve geral de 1979, como será visto adiante, impossibilitando a sua continuidade.

7.3 O Movimento contra a Carestia

Além da experiência do Centro Cultural Operário, no ano de 1979 surgiu um movimento contra a elevação do custo de vida em Belo Horizonte e região. Um de seus fundadores foi Joaquim José de Oliveira, importante liderança operária, ligado à oposição sindical metalúrgica. Para “seu” Joaquim, em entrevista ao *Jornal dos Bairros*, esse movimento devia ser organizado de acordo com a necessidade de cada bairro, pois havia especificidades que deveriam ser consideradas. No entanto, ele reforça que as associações não deveriam centrar-se somente nessa luta e esquecer os demais problemas do bairro. Ao ser perguntado sobre a relação entre o movimento que estava surgindo e a organização operária,

⁵²⁵ O Getec foi fundado em 1978 como um centro de educação e formação de militantes e lideranças e de documentação dos movimentos populares da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Atualmente, funciona como centro cultural, onde guarda o acervo produzido nesse período.

⁵²⁶ ASSALTO. *Jornal dos Bairros*, Belo Horizonte, n. 67, 04 a 17 de maio de 1979, capa.

⁵²⁷ *Idem*, n. 68, 18 a 31 de maio de 1979, p. 12.

Joaquim de Oliveira explica que “esse povo do bairro é o mesmo operário que está trabalhando nas fábricas”. Assim, o movimento contra o aumento do custo de vida daria “apoio ao movimento do trabalhador nas fábricas e no sindicato, desde que se organize nos bairros pela base”, mas sem diluir a luta do operário na fábrica⁵²⁸. Dessa forma, Joaquim de Oliveira estabelecia relações entre os dois movimentos, ao mesmo tempo que deixava claro que havia lutas que eram específicas de cada um e que deveriam seguir assim.

A primeira reunião de moradores da região industrial de Belo Horizonte e Contagem para discutir os problemas do aumento do custo de vida e seus impactos na vida do trabalhador e organizar um movimento como o existente em São Paulo e outros estados foi realizada no dia 20 de janeiro de 1979, no Colégio Santa Rita, no Barreiro, em Belo Horizonte⁵²⁹. Da reunião participaram cerca de 300 pessoas e foi lido um documento elaborado pela comissão organizadora com dados que apontavam que em 1977 o aumento do custo de vida em Belo Horizonte tinha sido de 63% e em 1978 atingia os 52%, demonstrando que o “custo de vida sobe pelo elevador enquanto os salários sobem pela escada, aumentando as dificuldades dos trabalhadores e do povo”.

Nessa espécie de documento/denúncia, o movimento também criticava o governo federal por manter um rígido controle sobre o aumento do salário dos trabalhadores, ao contrário do que fazia com o custo de vida, e por proibir os trabalhadores de se organizarem livremente por melhorias salariais⁵³⁰. Assim, as pautas do movimento contra a carestia eram colocadas com as do movimento operário, pois seus participantes entendiam que estavam relacionadas. Na mesma ocasião, os participantes do evento assistiram a uma peça teatral que mostrava as dificuldades financeiras de uma família de baixa renda, encenada pelo Grupo de Teatro Popular Bloco do Povo. O grupo, inclusive, passou a participar das reuniões do movimento, por acreditarem que o teatro e outras formas de manifestação cultural poderiam contribuir para sua ampliação⁵³¹.

Na reunião seguinte, os moradores dos bairros discutiram como efetivar a proposta de realização de uma pesquisa na região para identificar como o problema da elevação do custo de vida atingia a população. A Associação de Moradores do bairro Industrial – 3ª Seção já

⁵²⁸ NESTA reunião, o inimigo é custo de vida. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 60, 20 de janeiro a 02 de fevereiro de 1979, p. 3.

⁵²⁹ O Movimento do Custo de Vida (MCV) surgiu em São Paulo, em 1975. Sua primeira assembleia ocorreu em 1976 e contou com participação de quatro mil pessoas. A estratégia do movimento era organizar assembleias massivas e encaminhar petições às autoridades contra o aumento do custo de vida. O MCV de São Paulo ganhou grande visibilidade durante a ditadura militar. A partir de 1979, o PCdoB assumiu a liderança do MCV e o movimento passou a denominar-se Movimento de Luta contra a Carestia (NAPOLITANO, 2014, p. 274-275).

⁵³⁰ BH na luta contra a carestia. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 61, 03 a 16 de fevereiro de 1979, p. 11.

⁵³¹ MCC discute atividades. *Idem*, n. 63, 10 a 23 de março de 1979, p. 3.

estava realizando a pesquisa no bairro em formato de questionário escrito e contava com o apoio da Igreja São José Operário, que, engajada na luta contra a carestia, abriu espaço para a realização de tardes de estudo sobre o tema, que era inclusive abordado nos sermões da missa⁵³². Os moradores do Industrial, especialmente as mulheres, já tinham experiência com esse tipo de pesquisa, pois haviam realizado um levantamento anterior sobre as condições de vida no bairro. Para isso, dividiram tarefas, elaboraram o roteiro, percorreram ruas, entraram em vilas, visitaram barracos e assim, ao mesmo tempo que conheciam um pouco mais da realidade do lugar onde viviam, as mulheres assumiam o protagonismo da organização no bairro. Elas passaram a integrar a Comissão Pró-melhoramentos, rompendo com o isolamento em que como donas de casa viviam, adquirindo papel fundamental na mobilização cotidiana das lutas do bairro, coletando assinaturas em abaixo-assinados, encaminhando solicitações e indo aos órgãos públicos (FILGUEIRAS, 1986). Dessa forma, o Movimento contra a Carestia constituiu mais uma luta entre tantas assumidas pelas mulheres, esposas de trabalhadores, moradoras dos bairros operários da região industrial de Belo Horizonte e Contagem.

O movimento em Belo Horizonte e região foi denominado Movimento contra a Carestia (MCC) e conseguiu realizar ações em diferentes bairros. No bairro Industrial – 3ª Seção foram aplicados mais de 600 questionários. No bairro 1º de Maio, os moradores prepararam boletins para divulgar a luta contra a carestia e organizaram grupos de compra comunitária, em que várias famílias se reuniam para comprar juntas gêneros alimentícios na Ceasa (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais), conseguindo com isso diminuir os custos dos alimentos. Esses grupos também foram criados em bairros de Contagem. Eulália Batista, em entrevista, lembra-se de o irmão metalúrgico e ativista Ademir Batista “ter a ideia de ir para o Ceasa com carro de alguém, para comprar coisas baratas e dividir” entre as famílias de trabalhadores, “para ninguém ficar sem as coisas, com um preço mais em conta”⁵³³. Sálvio Pena também se lembra de ter participado desses mutirões: “descobrimos o Ceasa, o companheiro tinha um Fiat [carro] velho, caindo aos pedaços, fizemos mutirão de compra, todo sábado comprava para cinco, seis famílias, depois chegava na casa de um e dividia tudo em seis montinhos”⁵³⁴. Assim, as famílias dos trabalhadores iam se organizando para driblar o alto custo de vida. No Eldorado e Conjunto IAPI, os moradores realizaram discussões sobre o custo de vida e aproveitaram o momento para debater a criação das

⁵³² MOVIMENTO contra a carestia: pesquisa nos bairros. *Idem*, n. 62, 17 de fevereiro a 03 de março de 1979, s/p.

⁵³³ Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017.

⁵³⁴ Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 16/04/2018.

associações nesses bairros. Na ocasião, o MCC indicou uma comissão com um representante de cada bairro para elaborar um boletim, organizar o 1º de maio unificado e realizar um abaixo-assinado em apoio aos desabrigados da Cidade Industrial e da Grande BH⁵³⁵.

O primeiro boletim do MCC foi distribuído gratuitamente nos bairros de Belo Horizonte e Contagem. Nele, o movimento exigia o congelamento do preço de gêneros de primeira necessidade e o aumento do salário acima do custo de vida. Declarava seu apoio às greves dos trabalhadores do ABC Paulista e censurava as intervenções em seus sindicatos. Também anunciava que o Movimento contra a Carestia crescia junto a outras lutas nos bairros, pela melhoria nas condições de vida de seus moradores⁵³⁶.

Na avaliação das lideranças, no entanto, em Belo Horizonte e região, o movimento vinha se esvaziando e não tinha conseguido ampliar a adesão da população em geral. Esse balanço foi feito pelos representantes mineiros presentes no II Encontro Nacional do Movimento contra a Carestia, realizado no bairro Industrial, em Contagem, nos dias 7 e 8 de julho de 1979, e que reuniu pessoas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará e Minas Gerais⁵³⁷. Os participantes do encontro também definiram que o MCC de BH e região deveria continuar cumprindo seu papel de denunciar a política econômica do regime militar, que era a causa da carestia, mas ao mesmo tempo apoiar outras lutas populares, como a luta pela participação política dos trabalhadores, pelo direito de se organizar sem o risco de uma intervenção da ditadura nos sindicatos e a luta pela anistia. O movimento, apesar de esvaziado, continuou se reunindo, buscando atrair mais integrantes, exigindo congelamento de preços e aumento de salário, ampliando suas reivindicações, mobilizando-se pelo transporte coletivo de qualidade e pela tarifa única, mas aos poucos deixou de ser notícia no *Jornal dos Bairros*. Em relação à luta pela anistia, não é possível identificar se o MCC local inseriu esse tema ao seu repertório. Fato é que a anistia mobilizou algumas lideranças metalúrgicas, que colocaram o tema em evidência na região industrial.

7.4 “Todo trabalhador deve se voltar para uma anistia ampla...”

A luta pela anistia atravessou a luta dos trabalhadores naquele ano de 1979. Em relação à categoria metalúrgica de Belo Horizonte e Contagem, o tema da anistia entrou para

⁵³⁵ MCC discute atividades. *Jornal dos Bairros*, Belo Horizonte, n. 63, 10 a 23 de março de 1979, p. 3.

⁵³⁶ MCC distribui primeiro boletim. *Idem*, n. 65, 07 a 21 de abril de 1979, p. 2.

⁵³⁷ MOVIMENTO contra a carestia faz IIº Encontro. *Idem*, n. 73, 28 de julho a 10 de agosto de 1979, p. 4. O primeiro encontro foi realizado em São Paulo, em janeiro de 1979.

a discussão em função da atuação da oposição sindical, principalmente pela militância de Efigênia de Oliveira. Como já foi dito, Efigênia militava na Corrente Revolucionária e foi presa em março de 1970, no Rio de Janeiro, aos 26 anos de idade. Sobre esse episódio em sua vida ela conta: “eu mesma fiquei presa três anos e tive uma condenação de seis meses, veja que absurdo! Passei por um processo de tortura, de tudo, horrivelmente, por conta dessa participação social”. Ficou presa na Penitenciária Regional de Juiz de Fora, conhecida como Penitenciária de Linhares. Quando saiu da prisão, Efigênia voltou para a casa da família, na Cidade Industrial, conseguiu um emprego em uma pequena metalúrgica e retomou o trabalho no movimento sindical e nos demais movimentos sociais da região. A partir de 1976, integrou-se junto a outras mulheres ao movimento de luta pela anistia no Brasil. No entanto, mantinha seu passado de presa política escondido de todos. Efigênia lembra-se que nessa época

ninguém, diretamente, sabia da minha história passada, sabe? Esse povo foi saber de fato a minha história passada quando eu fui eleita no sindicato como delegada para ir num congresso dos metalúrgicos que aconteceu em Poços de Caldas. Aí eu fui para esse congresso, aí nesse congresso: “– eu vou fazer a denúncia dos trabalhadores que tão presos e dessas coisas”. Aí fui com essa coisa na cabeça. Aí fui para esse congresso em Poços de Caldas. Já estava uma efervescência já de movimento sindical na época, ainda meio assim, já tinha aparecido o Lula, que movimentava São Paulo, tinha Lula, tinha Alemão, tinha não sei quem, já tinha aparecido, já aparecia novas lideranças no movimento sindical. (Efigênia de Oliveira. Entrevista concedida à autora, 15/06/2016).

Ela menciona que esse era um momento de efervescência do movimento sindical e que talvez isso a tenha encorajado a falar sobre seu passado e a “botar tudo para fora”:

Mas eu fui escolhida delegada, teve a, quando eu fui escolhida, fui pronta lá nesse congresso, aí nesse congresso quando eu fui fazer o uso da palavra, aí eu abri o verbo. Botei, botei tudo para fora mesmo. Aí foi aquele alvoroço, a imprensa caiu em cima, e foi aí que o dono e os meus companheiros de fábrica foi saber quem eu era, qual a minha história. Aí que foi saber que eu tinha sido presa, que foi saber que eu tinha toda, todo esse, esse passado, essa coisa, mas, mesmo assim, eu não fui demitida. Continuei lá. Ficou meio, meio cabreiro comigo, meio assustado, mas eu era eficiente no trabalho, não faltava no trabalho, nunca viu eu fazer nada lá, já estava começando o processo de abertura política, já começava o movimento de anistia, então não tinha razão para demitir, não é? E não fui demitida, não, fiquei lá. (Efigênia de Oliveira. Entrevista concedida à autora, 15/06/2016).

A intervenção de Efigênia ocorreu durante uma plenária realizada no Congresso dos Metalúrgicos na qual foi discutida a moção sobre a anistia. Depois de serem apresentadas duas propostas: uma “dos representantes das Federações de São Paulo e Minas e dos sindicatos pelegos em defesa da anistia pura e simples ou mesmo restrita” e outra “dos

sindicalistas autênticos e operários de base” que defendiam a anistia ampla, geral e irrestrita, Efigênia de Oliveira fez um discurso relatando a sua experiência de prisão e as torturas sofridas. Falou dos operários que permaneciam presos nos “cárceres do regime” e sobre a situação de sua irmã, Conceição Imaculada, também metalúrgica, ex-secretária do Sindicato de Belo Horizonte e Contagem, que se encontrava banida do país. Com seu depoimento no congresso, Efigênia “conseguiu encher de lágrimas os olhos de quase todo o plenário” e “arrancar” a aprovação de que “ao operário só interessa a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”.

No último dia do Congresso dos Metalúrgicos, o tema da anistia voltou ao plenário. Isso porque a mãe do metalúrgico David Gongorra Júnior leu uma carta escrita pelo filho do presídio político do Barro Branco, em São Paulo, aos congressistas, que dizia: “como metalúrgico, confinado nas masmorras da ditadura, a decisão do nosso congresso, em favor da anistia, mais uma vez reforçou minha inquebrantável fé de que a solução dos principais problemas do nosso povo e de nosso país se encontram nas mãos de nossa classe”⁵³⁸. Assim, o depoimento de Efigênia e o discurso de um operário trazido de dentro do presídio reforçaram a bandeira da anistia no meio metalúrgico.

Depois do congresso, Efigênia conta que começou “a trazer essa luta da anistia para a Cidade Industrial”, pois agora, que todo mundo conhecia sua história, ela não precisava mais atuar clandestinamente.

Todo mundo já tinha convivência comigo, já sabia da minha luta, já sabia da minha participação do sindicato, só não sabia que tinha esse passado, aí foi conhecer o passado. Aí pronto, facilitou porque eu não precisei fazer mais nada escondido, já ia para o sindicato abertamente, já conversava abertamente sobre isso, entrei para o movimento de anistia, comecei a..., aí a partir daí eu abri mesmo a campanha dentro do movimento operário, que a gente tinha que lutar pela anistia, que tinha que tirar os companheiros que estavam presos, que essa história, por exemplo, que todo mundo achava que não existia trabalhador preso, aí foi: “– Tem trabalhador preso, tem metalúrgico preso, é fulano, é cicrano que está lá, que não tem visita, que não tem apoio, não tem isso, e que a gente tem que fazer esse movimento”. E eu participava disso, aí eu ia visitar o pessoal lá em Linhares [Presídio] no final de semana, levava coisa para o pessoal, cigarro, comida, roupa, material para ler, livro, para a pessoa ter uma assistência, daí visita que não tinha de família, não tinha de nada e começou a ter, através de mim, que ia através do movimento de anistia e que era ajudado pelos companheiros que estavam trabalhando e que estavam nas fábricas, e foi essa que foi a minha retomada. (Efigênia de Oliveira. Entrevista concedida à autora, 15/06/2016).

É interessante como Efigênia de Oliveira consegue fazer essa integração. Ela leva a luta pela anistia para dentro do movimento operário e sindical, ao mesmo tempo que insere o movimento operário e sindical na luta pela anistia, ao denunciar trabalhadores que

⁵³⁸ A ANISTIA dos trabalhadores. **Em Tempo**, São Paulo, ano II, n. 68, 15 a 21 de junho de 1979, p. 12.

permaneciam presos, banidos e/ou com seus direitos políticos cassados. Isso pode ser visto, por exemplo, na assembleia realizada no dia 19 de agosto de 1979 para discutir a campanha salarial. Durante a reunião, segundo relatório produzido por um agente policial, foram distribuídos aos 350 trabalhadores presentes os panfletos intitulados: “É hora de anistia”; “Pelo direito de greve! Abaixo a repressão!” e “Dos trabalhadores à população”.

O panfleto “É hora de anistia”, assinado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia-MG e Movimento Feminino pela Anistia-MG, falava sobre a greve de fome realizada pelos presos políticos em diversos presídios do Brasil como forma de se manifestarem contra o projeto de anistia que estava sendo discutido no Congresso Nacional. Para sensibilizar os trabalhadores para o debate da anistia ampla, geral e irrestrita, o panfleto se valia de exemplos de trabalhadores da categoria perseguidos. Citava o caso de Conceição Imaculada de Oliveira, diretora do Sindicato dos Metalúrgicos e uma das lideranças das greves de 1968, banida do Brasil, esclarecendo que de acordo com o projeto do Congresso, se ela voltasse, não poderia “retornar às suas funções no trabalho” nem “ocupar um cargo no sindicato como antes”. O documento ainda denunciava: “há também milhares de brasileiros que estão fora da cadeia, mas foram cassados das diretorias dos sindicatos para os quais foram eleitos e demitidos de seus empregos”, lembrando Ênio Seabra, Mário Bento e Joaquim José de Oliveira, “líderes dos movimentos dos trabalhadores da Cidade Industrial, em 1968”. Afirmava “que todos estes brasileiros que estão presos, que estão fora do país e que foram cassados, lutaram por melhores condições de vida e por melhores salários”. Por fim, o panfleto conclamava a todos a lutarem pela anistia ampla, geral e irrestrita, “para termos de volta os brasileiros que estão ao lado do povo”⁵³⁹.

Com essa estratégia, o Comitê Brasileiro pela Anistia-MG e o Movimento Feminino pela Anistia-MG buscavam aproximar a luta de militantes de esquerda da luta dos trabalhadores. Efetivamente, Conceição, Ênio, Mário e Joaquim, como ativistas sindicais que eram, lutaram por melhores condições de vida e salários. Mas a luta deles ia além dessas demandas, considerando que estavam também engajados na militância em organizações de esquerda com objetivos revolucionários, como visto nos capítulos anteriores.

O *Jornal dos Bairros* também entrou no debate da anistia. Para isso, procurou pessoas que na região industrial tivessem sido atingidas pela perseguição por motivos políticos e/ou sindical, produzindo algumas entrevistas com importantes líderes metalúrgicos perseguidos

⁵³⁹ Esse relatório está sem o cabeçalho que identifica o órgão de origem do documento. Ao final, traz a data e a assinatura do agente, porém não é possível identificar seu nome. APM, Coseg/MG, Pasta CA.02.01.

pela ditadura militar. O primeiro entrevistado foi Ênio Seabra, preso cinco vezes pelos órgãos de repressão, demitido da Mannesmann depois da greve de outubro de 1968 e afastado do movimento sindical desde 1969. Para ele, a anistia conforme prometida pelo governo era uma farsa, visto que atingiria somente algumas pessoas, por isso, defendia que deveria ser ampla, geral e irrestrita. Contudo, em sua avaliação, a anistia não tiraria “a pedra do caminho” do movimento operário, pois para Ênio “anistia para os trabalhadores é liberdade de luta dentro da fábrica e liberdade para os sindicatos, é o fim da tutela do Ministério do Trabalho”. Dessa forma, Seabra, em sua entrevista, denuncia a falta de liberdade dentro da fábrica e associa a discussão da anistia a uma mudança profunda na relação histórica entre os sindicatos e o Ministério do Trabalho⁵⁴⁰.

Joaquim de Oliveira foi o segundo entrevistado do *Jornal dos Bairros*. Detido em 1968 por causa das greves, ele também falou sobre a anistia, afirmando que todos que foram punidos pela “revolução de 64” deveriam ser anistiados. Joaquim também não demonstra muita crença na abertura política, “pois no momento em que o governo fala em abertura ele intervém nos sindicatos mais combativos e cassa os líderes dos trabalhadores”⁵⁴¹, evidenciando os limites da abertura política e conseqüentemente do tipo de anistia que seria aprovada pelo governo.

O último entrevistado do *Jornal dos Bairros* na série sobre a anistia foi Antônio Santana. Presidente integrante da diretoria cassada em 1968 com a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos depois da greve de outubro daquele ano, Santana foi detido pela polícia e demitido da Mannesmann em razão do movimento grevista. Na entrevista, apesar de afirmar que não seria pessoalmente beneficiado pela anistia, por estar afastado do movimento operário, ele a defende para todos os brasileiros que foram cassados, banidos e exilados. Também diz acreditar que a anistia para os trabalhadores só serviria se eles pudessem se candidatar livremente nos sindicatos⁵⁴². Isso porque, ainda àquela altura, as eleições sindicais continuavam a ser controladas pelo Ministério do Trabalho, que vetava nomes de candidatos que não atendessem aos seus interesses.

As entrevistas mostram a opinião de três trabalhadores metalúrgicos que foram atingidos pela perseguição da ditadura militar por envolvimento político e sindical e que tinham em comum uma desconfiança em relação à abertura política e à anistia, ambos processos conduzidos pelo próprio regime militar. E Joaquim de Oliveira não tinha mesmo motivo para acreditar na abertura

⁵⁴⁰ ÊNIO SEABRA foi demitido, preso e cassado. *Jornal dos Bairros*, Belo Horizonte, n. 64, 24 de março a 06 de abril de 1979, p. 4.

⁵⁴¹ “TODOS que foram punidos por essa revolução de 64 devem ter anistia”. *Idem*, n. 65, 07 a 21 de abril de 1979, p. 4.

⁵⁴² SANTANA: anistia para todos os brasileiros. *Idem*, n. 66, 21 de abril a 04 de maio de 1979, p. 4.

política, afinal, ele próprio havia sido impedido pela Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais de concorrer às eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem em 1978, pela chapa da oposição sindical.

Meses depois, na iminência de o Congresso Nacional votar um projeto de anistia que não contemplava os movimentos sociais e excluía algumas categorias de presos políticos, o *Jornal dos Bairros* publicou uma nova matéria para discutir o tema. O periódico levantava o problema dos trabalhadores que tiveram seus direitos políticos cassados entre 1964 e 1979 e se perguntava como eles seriam contemplados com a aprovação de uma anistia parcial, publicando ainda o apelo do líder operário e integrante da oposição sindical Joaquim de Oliveira, para quem “todo trabalhador deve se voltar para uma anistia ampla”⁵⁴³. Ao final, o projeto de lei de anistia da ditadura foi aprovado pelo Congresso Nacional, sendo promulgado em 28 de agosto de 1979, ainda no governo do general João Batista Figueiredo. No caso dos trabalhadores em empresas privadas, o artigo 7º da lei abria uma possibilidade, pois falava da anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, foram despedidos do trabalho ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical⁵⁴⁴. Logo depois, Conceição Imaculada, banida desde 1971, pôde finalmente voltar ao Brasil⁵⁴⁵.

7.5 As mulheres se encontram no sindicato

O ano de 1979 também foi marcante no movimento operário e sindical dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem pela atuação das mulheres. As ativistas sindicais, principalmente aquelas integrantes da oposição sindical, buscaram mobilizar mais trabalhadoras da categoria para participarem da vida sindical. Para isso, organizaram várias reuniões ao longo do ano; comemoraram o dia das mulheres, realizaram encontros, palestras

⁵⁴³ “TODO trabalhador deve se voltar para uma anistia ampla”. *Idem*, n. 79, 26 de outubro a 08 de novembro de 1979, p. 6.

⁵⁴⁴ Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm. Acesso em 05 de outubro de 2016.

⁵⁴⁵ Conceição Imaculada de Oliveira foi uma das militantes banidas do Brasil em troca da libertação do embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em dezembro de 1970. As negociações entre os militantes da VPR e o governo militar duraram mais de um mês. Em janeiro de 1971, 70 presos políticos foram embarcados em um avião com destino ao Chile e o embaixador foi solto. Para mais informações sobre o sequestro e o banimento dos 70 presos, conferir os documentários *Brazil: a report on torture* (1971), de Haskell Wexler e Saul Landau; *Setenta* (2014), de Emilia Silveira; e *Retratos de Identificação* (2014), de Anita Leandro.

sobre temas de interesse das mulheres e organizaram no início de 1980 o I Congresso da Mulher Metalúrgica de Belo Horizonte e Contagem, a exemplo do que já havia sido realizado em São Bernardo do Campo/SP e São Paulo.

O *Jornal dos Bairros* acompanhou de perto a organização das metalúrgicas noticiando as reuniões e contribuindo com a mobilização das trabalhadoras. A primeira reunião marcada por esse grupo na subseção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, na Cidade Industrial, foi anunciada como “uma reunião diferente”, onde as mulheres se encontrariam para discutir temas de seu interesse. O debate tinha em vista a preparação para o Congresso dos Metalúrgicos a ser realizado em Poços de Caldas, em maio de 1979, para o qual essas trabalhadoras levariam uma tese sobre o trabalho da mulher metalúrgica, reivindicando ainda o direito de ter uma delegada no congresso para representá-las⁵⁴⁶. Essa reivindicação foi aceita, sendo Efigênia de Oliveira eleita como delegada. Ela então pôde levar para o congresso a tese preparada pelo grupo de trabalhadoras e a discussão da anistia, conforme mostrado na seção anterior.

Da primeira reunião participaram, segundo o *Jornal dos Bairros*, 26 metalúrgicas de 13 fábricas que discutiram os problemas enfrentados em seus locais de trabalho e elaboraram a tese para o citado congresso. A tese abordava: 1) o trabalho noturno da mulher, sendo que as presentes se colocaram contrárias ao trabalho noturno, por considerarem prejudicial à saúde; 2) desenvolvimento de campanha para conseguir creches nos locais de trabalho ou próximas a ele; 3) luta pela equiparação salarial entre homens e mulheres; 4) luta por estabilidade no emprego para gestante e mulher casada, de pelo menos um ano depois do parto ou do casamento; 5) luta pela participação da mulher no sindicato, com a criação de departamentos femininos nas entidades sindicais⁵⁴⁷.

O dia da mulher daquele ano também foi comemorado, mas de um modo diferente. Com o objetivo de atrair as trabalhadoras para o espaço sindical, as ativistas organizaram uma assembleia especial para as mulheres no sindicato. O evento contou com a presença de representantes de outras categorias e a apresentação de uma peça teatral encenada por estudantes da UFMG, mostrando as condições de trabalho da mulher na fábrica e as dificuldades de um pai em aceitar a participação da filha no sindicato, possibilitando a reflexão sobre a atuação das mulheres no espaço sindical. Antes disso, no entanto, as ativistas sindicais percorreram as ruas da Cidade Industrial distribuindo boletins nas portas das

⁵⁴⁶ MULHERES agora é nossa vez. *Jornal dos Bairros*, Belo Horizonte, n. 62, 17 de fevereiro a 03 de março de 1979, s/p.

⁵⁴⁷ METALÚRGICAS comemoram do Dia da Mulher. *Idem*, n. 63, 10 a 23 de março de 1979, s/p.

fábricas, convidando as metalúrgicas para a assembleia. Com a mobilização, 70 mulheres compareceram à assembleia⁵⁴⁸. Essas se constituíram como as primeiras ações efetivas para incluir a mulher metalúrgica da região no espaço sindical e ganharam relevância principalmente pelo fato de serem conduzidas por mulheres trabalhadoras. No entanto, é preciso considerar o desafio que as ativistas teriam pela frente para atrair as metalúrgicas para a luta operária e para dentro do sindicato. Elas tinham de lidar com dirigentes e ativistas sindicais homens, pouco abertos à participação feminina na entidade, com a pressão das fábricas sobre as trabalhadoras, pois a participação nessas atividades poderia levar à demissão, e ainda o próprio desinteresse de parte das metalúrgicas, problema enfrentado em relação à categoria como um todo.

Mesmo com a pouca participação das trabalhadoras, as ativistas sindicais continuaram a trabalhar no sentido de mobilizar as mulheres e chamar para as reuniões. A proposta era a formação do Departamento Feminino no Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, para levar adiante as pautas levantadas na tese elaborada pelas metalúrgicas e encaminhada ao congresso da categoria⁵⁴⁹. Efigênia de Oliveira conta que, depois de trazer a luta pela anistia para a Cidade Industrial, ela começou a organizar as trabalhadoras, promovendo as discussões com as mulheres e sobre elas no espaço sindical:

(...) aí eu comecei mesmo, trazer essa luta da anistia para a Cidade Industrial, e participava desse movimento, continuei no sindicato, (...) foi aí que a gente começou a fazer a discussão das mulheres, a levar mulher para o sindicato, a forçar o sindicato a assumir essa luta das mulheres apesar da resistência de João Silveira, mas o outro que fazia parte que era secretário do sindicato, Ildeu [do Couto Balbino], ele era mais abertozinho (*sic*), mais sensível, ele dava mais apoio, foi por conta dele que o congresso aconteceu. (Efigênia de Oliveira. Entrevista concedida à autora, 15/06/2016)⁵⁵⁰.

Aqui é importante refletir sobre como essas mulheres tiveram de encarar uma dupla tarefa: mobilizar as trabalhadoras para a participação na vida sindical e enfrentar a resistência no interior do próprio sindicato, formado por dirigentes homens, para ocupar esse espaço político.

No início de 1980, as ativistas sindicais começaram as mobilizações para organização do I Congresso da Mulher Metalúrgica de Belo Horizonte e Contagem, distribuindo boletins nas portas de fábricas e enviando a programação de atividades pelo correio às trabalhadoras

⁵⁴⁸ NOVA reunião de metalúrgicas. *Idem*, n. 64, 24 de março a 06 de abril de 1979, s/p.

⁵⁴⁹ MULHER também quer participar da luta. *Idem*, n. 68, 18 a 31 de maio de 1979, p. 12.

⁵⁵⁰ Nessa época Ildeu do Couto Balbino era vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

sindicalizadas. Para isso, organizaram reuniões cuja chamada era “todas ao sindicato”⁵⁵¹. Esses encontros funcionavam como preparação das metalúrgicas para seu primeiro congresso na Cidade Industrial e traziam convidadas para tratar de temas que pudessem interessar às trabalhadoras. Um desses encontros contou com a presença da líder sindical Conceição Imaculada, de volta do exílio depois de dez anos. Ao longo de dois meses, sempre aos domingos, foram discutidos os seguintes temas: mulher e educação, a saúde da mulher, o trabalho da mulher, a mulher e o sindicato.

Além disso, as ativistas criaram um grupo de teatro no Departamento Feminino, – funcionando ainda de forma não oficial –, que encenava peças com temas relacionados à vida da mulher trabalhadora visando sensibilizar as participantes das reuniões preparatórias para o congresso. Na primeira reunião, a peça apresentada mostrava a vida de Geni, uma metalúrgica da linha de produção constantemente assediada por seu encarregado. Ela acaba aceitando as investidas, fica grávida dele e é demitida⁵⁵². Aqui, por meio do teatro, um problema sério enfrentado pelas trabalhadoras foi abordado e colocado em debate: o assédio sexual dentro das fábricas. Na reunião seguinte, a saúde da mulher foi tema de palestra e dois problemas comuns relacionados a isso foram trazidos pelo grupo de teatro: o atendimento médico na fábrica e o aborto⁵⁵³. Ao unir teatro e política, as ativistas inovavam na proposição das discussões, traziam as situações vividas no dia a dia das fábricas pelas trabalhadoras, possibilitando que muitas mulheres tivessem dimensão de que os problemas vivenciados por ela não eram algo individual, mas que atingiam a todas as trabalhadoras cotidianamente.

Sobre a questão da saúde, Eulália Batista conta que em uma das fábricas em que ela trabalhou não havia serviço médico e que as trabalhadoras, quando passavam mal, não tinham a quem recorrer. Já em relação ao aborto, a entrevistada lembra-se que conheceu algumas colegas de fábrica que fizeram aborto, mas que era uma situação muito delicada:

Tinha colegas que fizeram abortos. Não falavam que fizeram, assim fez o aborto, não assumia, era escondido, porque ninguém podia saber. Mas a gente sabia que ela sofria aquela violência. As formas eram horríveis, tinha colegas de fábrica que morreram, porque iam procurar essas mulheres, como é que a gente fala, curiosas, não é? Não tinha o dinheiro para pagar, para fazer uma coisa benfeita, então muitas morriam, muitas iam internadas, aí inventava desculpa, falava que era outra coisa mais aí quando ia, via que a gente..., como elas tinham mais respeito pela gente, ela

⁵⁵¹ METALÚRGICAS debatem o problema da mulher. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 84, 12 a 25 de maio de 1980, p. 7.

⁵⁵² TEATRO mostra dificuldade na vida das mulheres pobres. *Idem*, n. 85, 26 de janeiro a 08 de fevereiro de 1980, p. 12.

⁵⁵³ MULHERES continuam preparando o I Congresso das Metalúrgicas. *Idem*, n. 86, 09 a 22 de fevereiro de 1980, p. 8.

chegava e falava, às vezes era do marido, às vezes era do namorado, às vezes da vida fácil lá fora, não tinha condição de criar, não queria. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

Nesse trecho, Eulália toca em um tema considerado tabu e mostra que as dificuldades enfrentadas no final da década de 1970 para as mulheres fazerem um aborto seguro no Brasil ainda continuam, sendo o aborto, na maioria das vezes, considerado um ato criminoso, e não uma questão de saúde pública.

Além disso, é preciso considerar o rígido controle de algumas fábricas sobre o corpo da mulher, e isso incluía a gravidez.

Porque eles não tinham interesse nenhum em ter mulher grávida dentro da fábrica, porque para eles era prejuízo. Tinha que afastar, muitas mulheres adoeciam na gravidez, tinha que continuar pagando. Então era a forma que eles tinham de pressionar para não engravidar, era perguntando. Todo mês perguntava, às vezes chegava até a marcar na cartelinha. Não esqueço isso, jogo de bicho e marcava. Tinha mulheres que sofriam até mais assédio. A gente ouvia contar em outras fábricas. Eu na GE passei por isso, de perguntar de menstruação. Agora mulheres em outras fábricas, meninas falavam isso, de ver *modess* [marca de absorvente], de dar *modess*. Tinha fábrica que dava até *modess*, que era uma forma de controlar. Aí fornecia *modess* para a gente. Mas pessoas achavam que era bom: “– Nó, está dando até *modess*, a fábrica é até boa”. Mas não era, era uma forma de controlar. Muitas mulheres foram mandadas embora grávidas. Estava no início, mandava embora. E a justiça naquela época não é como hoje, perdia-se o emprego. Então é muito complicado, não é? (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

A vigilância da gravidez das operárias pelas fábricas se dava tanto no momento da contratação, exigindo o exame para saber se a candidata estava grávida, como quando já era funcionária, por meio de sondagem ou abordagem direta sobre a regularidade da menstruação, como se recorda Eulália.

Como se vê, as ativistas sindicais tinham muito trabalho a fazer. Essa organização das mulheres para ocupar seu lugar no sindicato também chamou a atenção dos agentes policiais. Tanto que o Comando Geral da Polícia Militar de Minas Gerais permaneceu atento à movimentação das mulheres trabalhadoras da Cidade Industrial. No informe de 29 de fevereiro de 1980, às vésperas do I Congresso da Mulher Metalúrgica de Belo Horizonte e Contagem, o Comando encaminha para a 4ª Divisão do Exército, o Serviço Nacional de Informações/Agência Belo Horizonte, a Secretaria Regional do Departamento da Polícia Federal de Minas Gerais e a Coordenação de Segurança alguns documentos recolhidos “para conhecimento e providências decorrentes”. Os documentos eram: um folheto referente ao congresso, um panfleto intitulado “Preparação para o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de

BH e Contagem” e uma “Carta aberta à população”⁵⁵⁴. É provável que as providências tomadas tenham sido as de sempre, enviar um agente para acompanhar o congresso e produzir relatórios identificando as participantes e o conteúdo das falas durante o evento.

No panfleto, em papel timbrado do sindicato, intitulado “Preparação para o I Congresso da Mulher Metalúrgica de BH e Contagem”, as organizadoras convidavam as trabalhadoras para a palestra de Aparecida Malavazzi, metalúrgica associada do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, com o tema mulher e sindicato. Dirigiam-se à “companheira metalúrgica” chamando-a para comparecer e ver “o quanto é importante para a mulher a sua participação na vida sindical, se irmanando ao homem e dando força à luta comum dos trabalhadores”. O convite era especialmente dirigido às metalúrgicas que tiveram “participação brilhante nas lutas que travamos na campanha salarial de 1979”, buscando com isso trazer as operárias que por terem participado das mobilizações e das greves de 1979 talvez estivessem mais abertas ao debate e à participação mais cotidiana na vida sindical. O convite também teve o cuidado de avisar às trabalhadoras que após a palestra haveria ônibus para Belo Horizonte, isso porque o acesso da Cidade Industrial ao centro de BH nesse período era bastante restrito, com pouca oferta de transporte coletivo.

Na “Carta aberta à população”, as organizadoras do I Congresso da Mulher Metalúrgica de Belo Horizonte e Contagem divulgavam a realização do evento, que, segundo elas, era liderado pelo sindicato e por um grupo de mulheres ativistas sindicais, com o objetivo de discutir as condições de vida e trabalho da mulher. As ativistas se dirigiam à população para informar sobre a situação dos trabalhadores, os baixos salários, falta de creches nas fábricas e nos bairros populares e o aumento “quase diário” nos preços dos alimentos, remédios, moradia, transporte e educação. Buscava-se, com isso, informar à população criar um sentimento de empatia para a luta das trabalhadoras e trabalhadores.

Finalmente, entre os dias 7 e 9 de março de 1980, na subsede do sindicato, na Cidade Industrial, foi realizado o I Congresso da Mulher Metalúrgica de Belo Horizonte e Contagem, que contou com a participação de quase 100 metalúrgicas e representantes de outras categorias. Evento nascido, segundo Efigênia de Oliveira, “em função da grande participação das mulheres na campanha salarial e na greve, refletindo a mobilização de [19]79 e para comemorar o dia internacional da mulher”⁵⁵⁵.

⁵⁵⁴ Encaminhamento nº 028/80/SST3.2.6/PM/2. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta CA.02.01.

⁵⁵⁵ CONGRESSO das Metalúrgicas. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 87, 08 a 28 de março de 1980, p. 12.

O Sindicato dos Metalúrgicos, que nunca havia sido preparado para receber as trabalhadoras em suas dependências, dessa vez foi devidamente organizado para recepcionar as congressistas. Além de fornecer almoço gratuito às participantes, as mães trabalhadoras poderiam levar seus filhos para o evento, pois foi providenciada uma creche para crianças de três meses a cinco anos e cuidadores e brincadeiras para entreter as crianças acima dessa idade⁵⁵⁶. Esse tipo de preocupação com as condições de participação das trabalhadoras que eram também mães era fundamental e, em alguns casos, poderia definir a participação ou não de algumas mulheres nas atividades sindicais.

As metalúrgicas, ao final do congresso, votaram algumas propostas para serem encaminhadas, entre elas: convocação de uma assembleia da categoria para debater e votar a modificação no estatuto do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem de modo a possibilitar a criação oficial do Departamento Feminino na entidade; campanha pela implantação de creches, reivindicação conquistada no acordo salarial de 1979; luta por delegados sindicais nas fábricas; participação das mulheres nas Cipas; melhores condições de trabalho e segurança nas fábricas; equiparação salarial entre homens e mulheres, com “classificação na carteira profissional”, pois muitas mulheres, não só as metalúrgicas da região industrial de Contagem e BH, trabalhavam nas mesmas funções que homens, mas isso não era colocado em suas carteiras de trabalho (LOBO, 1991); estabilidade no emprego e contra o trabalho noturno; e, por fim, fazer uma edição especial do jornal *O Metalúrgico* para divulgar as resoluções do congresso⁵⁵⁷.

Ao rememorar o encontro, Efigênia de Oliveira, uma das organizadoras do evento, faz a seguinte avaliação:

A gente fez esse trabalho de fábrica em fábrica, fez o Congresso das Mulheres Metalúrgicas, que não foi um grandioso congresso, mas foi um congresso onde se discutiu a questão das mulheres; se tirou uma comissão para participar do sindicato, para levar a questão das mulheres, essa comissão trabalhou durante algum tempo no sindicato. (Efigênia de Oliveira. Entrevista concedida à autora, 15/06/2016).

Congresso construído de fábrica em fábrica, trabalho diário de mobilização das ativistas sindicais. Se na análise de Efigênia esse não foi um evento “grandioso”, ele foi, com certeza, fundamental para inserir no Sindicato dos Metalúrgicos a pauta da mulher trabalhadora. Possibilitou ainda a constituição de uma comissão de mulheres para atuar no

⁵⁵⁶ Folder com a programação do I Congresso das Metalúrgicas. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de BH, Contagem e região.

⁵⁵⁷ MULHER metalúrgica vai lutar por creches e salário igual. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 88, 29 de março a 25 de abril de 1980, p. 11.

interior da entidade, encaminhando as questões específicas das mulheres metalúrgicas nas reuniões e assembleias, e deu origem ao Departamento Feminino.

Na visão de Eulália Batista, para a direção do sindicato era importante ter um departamento como esse funcionando.

(...) porque eles [os dirigentes] queriam também que as mulheres participassem. Para eles era bom, de certa forma era bom, que o sindicato, com o João Silveira, para ele era bom. Porque ganhava, ia ganhar respaldo, mulher dentro do sindicato, não é? Já era uma coisa mais aberta a questão da mulher. Pelo fato de ter muitas fábricas que tinham mulher. Porque não só homens participariam do sindicato?! A gente falou com ele da necessidade, aí ele concordou. Não, aí abriu o sindicato para a gente. Deixou um lugar, um cantinho só para a gente, para as coisas de mulher, assim para a gente reunir, a porta estava aberta qualquer hora que a gente quisesse. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

A fala de Eulália é significativa no sentido de demonstrar que, mesmo “abrindo” a entidade, as mulheres não foram incorporadas efetivamente ao espaço sindical. A elas foi destinado um “cantinho”, “para as coisas de mulher”, ou seja, estabeleceu-se um lugar diferenciado para a participação das mulheres no sindicato, demonstrando claramente a dificuldade de integração delas a esse espaço (NEVES, 1994, p. 261).

O Departamento Feminino acabou tendo uma vida curta no Sindicato dos Metalúrgicos, pois as principais ativistas que levavam à frente a mobilização e organização das metalúrgicas foram demitidas logo depois do congresso, como foi o caso de Eulália Batista e Rosalva Pardo, e muitas não puderam se manter na categoria, pois não conseguiram empregar-se nas metalúrgicas da região (NEVES, 1994, p. 260). Já Efigênia de Oliveira, uma das maiores lideranças femininas do movimento sindical, mudou-se para o estado de Pernambuco, continuando sua militância política em outras terras.

7.6 Que tal um “piquenique”? As greves de 1979

A organização dos metalúrgicos da Cidade Industrial em torno de reivindicações por melhores salários e condições de trabalho, começou mais cedo naquele ano de 1979. A situação econômica dos trabalhadores estava tão difícil que as mobilizações não esperaram o período usual de discussão salarial, que normalmente se iniciava em agosto. Essas mobilizações contaram mais uma vez com a atuação dos ativistas da oposição sindical e de novas lideranças que foram se destacando.

A organização dos trabalhadores por fábrica com a eleição de uma comissão de operários em cada uma foi a estratégia adotada e que já de início conseguiu algumas vitórias. Na Belgo Mineira, primeiramente foi eleita uma comissão para redigir e distribuir um boletim convocando os trabalhadores para participar das reuniões, em seguida iniciaram-se reuniões por turno de trabalho, também uma estratégia inovadora. O passo seguinte foi levar as propostas levantadas para as assembleias. Numa delas reuniram-se mais de dois mil operários, que ameaçaram uma greve caso a fábrica não acatasse as reivindicações. Uma comissão de negociação formada por integrantes da comissão eleita na fábrica e dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos encaminhou o diálogo. Os trabalhadores pleiteavam 20% de aumento para todos, a partir de 1º de maio, gratificação de férias de 190 horas e folga aos sábados para os operários da manutenção. A diretoria da Belgo, que em um primeiro momento negou as reivindicações, logo percebeu a disposição dos trabalhadores em deflagrar uma greve, afinal eram outros tempos, e não quis se arriscar; apresentou uma contraproposta, aceitando quase todas as demandas. Em relação ao reajuste, a empresa ofereceu 18% a 10% de aumento dependendo do nível salarial, a partir de 1º de maio, aceitava a gratificação de férias de 190 horas e quanto aos operários da manutenção propunha a formação de uma comissão com representantes da fábrica e dos trabalhadores para discutir a situação⁵⁵⁸. Para os trabalhadores da Belgo Mineira, esta era, sem dúvida, uma vitória.

Na Mannesmann, o processo de organização seguiu a mesma cartilha. Eleição de uma comissão de trabalhadores, reuniões por turno de trabalho e assembleias. No entanto, no meio do caminho veio a recusa da empresa em aceitar as reivindicações e a greve foi deflagrada no dia 23 de maio de 1979, com a formação de piquetes na porta da fábrica e apoio do sindicato e da federação da categoria⁵⁵⁹. Os trabalhadores não estavam dispostos a ceder, organizaram comissões, revezavam-se nos piquetes e realizavam duas assembleias por dia para avaliar o movimento. Reivindicavam 20% de aumento a partir de 1º de maio, gratificação de férias de 240 horas, fim do sistema de revezamento de turnos de trabalho, pois como não havia turno fixo para os trabalhadores nesse sistema isso acabava dificultando sua vida social. Depois do início da greve, passaram a requerer também pagamento dos dias parados e a estabilidade da comissão de salários formada por trabalhadores da fábrica, sendo que essa se tornou uma das

⁵⁵⁸ ASSEMBLEIA de 2 mil operários ameaça greve e Belgo dá aumento. *Idem*, n. 68, 16 a 31 de maio de 1979, p. 12.

⁵⁵⁹ PRIMEIRO, as reuniões; depois, a negociação, a recusa, a assembleia, o piquete. No dia 23 a Mannesmann parou. *Idem*, n. 69, 1º a 14 de junho de 1979, p. 10.

principais exigências dos grevistas, que chegaram a recusar uma contraproposta da empresa por não contemplar esse ponto⁵⁶⁰.

No dia 29 de maio, as lideranças da comissão salarial da Mannesmann apresentaram à assembleia uma nova proposta: 80 horas de gratificação, garantia de estabilidade da comissão até 31 de dezembro e aceitar a contraproposta da empresa de aumento de 20%, 15% e 10% de acordo com a escala salarial e do prazo de até 1º de outubro para acabar com o regime de revezamento. Mas um fato novo mudou o rumo das negociações. O Tribunal Regional do Trabalho declarou a greve ilegal e, diante disso, a Mannesmann recuou, recusando-se a aceitar qualquer demanda. Os trabalhadores, por sua vez, decidiram manter a greve e os piquetes, conchamar a intermediação do ministro do Trabalho, Murilo Macedo, nas negociações e organizar um fundo de greve. Também definiram por continuar a vigília de 24 horas por dia da comissão de salários e da diretoria no sindicato.

Apesar da dificuldade de negociação, os grevistas mantiveram 34 trabalhadores dentro da Mannesmann cuidando do forno, já que seu desligamento provocaria prejuízos, pois colocá-lo novamente para funcionar levaria alguns dias. Também foi criada uma comissão encarregada de distribuir alimentos, dinheiro e remédios arrecadados pelo fundo de greve para as famílias de grevistas mais necessitadas. Um grupo de médicos se solidarizou com os metalúrgicos e se ofereceu para atender gratuitamente as famílias dos grevistas dentro do sindicato⁵⁶¹.

Entretanto, no dia 31 de maio, uma surpresa: uma multidão de trabalhadores da Mannesmann ocupou as ruas da Cidade Industrial. Do Sindicato dos Metalúrgicos desceram em passeata até a portaria da fábrica, de onde gritavam “vitória” e “organização vence o patrão”. Em seguida, passaram pela Praça da Cemig e retornaram ao sindicato, comemorando a vitória da greve. Essa comemoração ocorreu após a assembleia dos trabalhadores decidir aceitar a proposta da empresa, que havia voltado a negociar depois de oito dias de greve. Ao final, os trabalhadores da Mannesmann conseguiram aumentos proporcionais de 20%, 15% e 10%, fim do regime de revezamento de turnos de trabalho até o fim do ano, pagamento da metade dos dias parados e a outra metade sendo descontada um dia de cada mês⁵⁶².

Essa greve teve notável importância política no contexto do movimento operário e sindical mineiro e nacional. Constituiu-se como mais uma greve de operários que agitou os anos finais da década de 1970 no país, projetando o movimento operário como um ator político relevante a ser considerado naquele momento e que vinha assustando o empresariado e o regime

⁵⁶⁰ COMISSÃO é conquista que não pode morrer. *Idem*, n. 69, 1º a 14 de junho de 1979, p. 11.

⁵⁶¹ MANNESMANN a greve continua. *Idem*, n. 69, 1º a 14 de junho de 1979, p. 12.

⁵⁶² A GRANDE vitória dos operários da Mannesmann. *Idem*, n. 69, 1º a 14 de junho de 1979, p. 8.

militar. A greve de maio igualmente colocou os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, conhecidos por protagonizarem as greves de 1968, na cena pública novamente. Também como resultado político desse evento destaca-se a represália da empresa em relação aos ativistas sindicais. Albênio Dias de Carvalho, o Boné, Arthur Geraldo Barbosa, Cesário Palhares e Celso (sem registro do sobrenome na documentação consultada) – novas lideranças notabilizadas pela greve e integrantes da comissão de salários eleita pelos trabalhadores da empresa – foram demitidos. Diante disso, os metalúrgicos da Mannesmann permaneceram mobilizados, agora para tentar reverter a situação dos líderes da greve. Elaboraram um abaixo-assinado dirigido ao Sindicato dos Metalúrgicos solicitando a convocação de uma assembleia para discutir medidas a serem tomadas e exigindo a intervenção da entidade no ocorrido⁵⁶³.

Os resultados positivos obtidos pelos trabalhadores da Belgo Mineira e da Mannesmann, as maiores fábricas da região industrial de BH e Contagem, acabaram influenciando os operários de uma pequena empresa a parar também. Apenas uma semana depois da vitória dos grevistas da Mannesmann, dos 300 operários da Macife, fábrica de perfis soldados, 150 cruzaram os braços para que os patrões os escutassem. Os trabalhadores se reuniram no restaurante da empresa e apresentaram sua lista de reivindicações, que consistia em: aumento salarial de 35%, pagamento da taxa de insalubridade e do adicional noturno e fornecimento de macacões. Para mostrar que estavam dispostos, os operários elaboraram cartazes e fizeram piquetes no portão da fábrica, impedindo a entrada do primeiro turno de trabalho, às 7h. A adesão dos trabalhadores foi imediata, em dois dias a fábrica inteira parou. Foi iniciada a conciliação na Justiça do Trabalho e a Macife aceitou as condições dos trabalhadores⁵⁶⁴. Era mais uma vitória dos metalúrgicos da região industrial de Belo Horizonte e Contagem.

Daí em diante, a movimentação por fábricas teve uma crescente. Na Pains, depois de duas assembleias com a presença de quase 400 trabalhadores, as reivindicações foram aceitas em parte: 500 cruzeiros fixos de aumento salarial, prazo de dois meses para a empresa providenciar refeitório e banheiros; quanto à insalubridade, ficou acordado que o sindicato contrataria um médico do trabalho para elaborar um laudo para que a empresa regularizasse os pagamentos. Na Fiat Allis, três assembleias resultaram em um acordo que, se não foi totalmente o que os trabalhadores desejavam, também não constituiu uma derrota. Eles reivindicavam 20% de aumento para todos os trabalhadores, a empresa, inicialmente, ofereceu os 20% mas em

⁵⁶³ VINGANÇA da Mannesmann. *Idem*, n. 71, 30 de junho a 13 de julho de 1979, p. 8.

⁵⁶⁴ A MACIFE também parou: foi mais uma vitória. *Idem*, n. 69, 1º a 14 de junho de 1979, p. 8.

forma de antecipação salarial a ser descontada em outubro, mês da data-base, proposta que não foi aceita pelo movimento. Por fim, a negociação fechou em aumentos fixos por faixa salarial.

Paulo César Funghi era o principal ativista que atuava na Fiat Allis, fábrica localizada na Cidade Industrial. Natural de Nova Lima, mudou-se com a família para Belo Horizonte aos quatro anos de idade. Levava uma “vida extremamente pobre”. Começou a trabalhar cedo, vendia laranja, picolé, chocolate; engraxava sapatos; aproveitava a ausência do pai, jardineiro, para pegar a tesoura dele e sair pela vizinhança para saber se alguém queria cortar grama. Em 1972, aos 13 anos, conseguiu seu primeiro emprego com carteira assinada na Nansen, fábrica de instrumentos de precisão que inicialmente funcionava no bairro Barro Preto, em Belo Horizonte, mas com a inauguração do Cinco foi transferida para Contagem. Sobre o início dos anos 1970 ele comenta:

(...) no início da década de [19]70, quando eu entrei na fábrica, quem estava fora do processo não sabia de nada que estava acontecendo, você vivia num mundo alienado. Eu fico pensando: “como eu fui alienado?!” Durante pelo menos uns cinco anos... assim... de não participar de nada, de não enxergar nada, então eu fico imaginando que é um movimento político mesmo, ele era para poucos, era muito pouca gente que participava, e a própria clandestinidade não deixava aquilo, então os grupos eram muito fechados. (Paulo César Funghi. Entrevista concedida à autora, 27/11/2015).

Nas memórias de Paulo César, quem estava fora do processo político, ou seja, não fazia parte de um grupo, ficava totalmente “alienado” do que estava acontecendo no Brasil durante a ditadura. Ao mesmo tempo, o entrevistado mostra que a clandestinidade vivida pelos grupos políticos por causa do contexto da ditadura também dificultava qualquer inserção. Em 1978, Paulo César iniciou sua militância na Convergência Socialista, – ano em que a convergência também se constituiu enquanto um movimento –, onde permaneceu até 1992, quando alguns de seus integrantes romperam com o Partido dos Trabalhadores e fundaram o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Paulo optou por permanecer no PT, no qual milita até hoje.

A Convergência Socialista originou-se da Liga Operária (LO), um grupo trotskista surgido a partir de um agrupamento de exilados brasileiros na Argentina em 1973. Em relação ao sindicalismo brasileiro, a convergência afirmava os limites das ações das direções sindicais naquele momento, porém considerava os sindicatos oficiais a principal referência para os trabalhadores brasileiros. Por isso seus integrantes passaram a integrar e fortalecer as oposições sindicais, a fim de ocupar esses espaços. Preconizava a criação de um novo partido e, com a ascensão do movimento operário no final dos anos 1970, começou a defender que

sua base deveria estar ancorada na classe trabalhadora (FARIA, 2005). Para aproximar-se dos trabalhadores, a Convergência Socialista passou a implementar a estratégia chamada de “giro para a proletarização”, quando militantes estudantis foram deslocados para o trabalho nas fábricas (MARTINS, 2015). Paulo César, militante recente da convergência, mesmo contando com o fato de ser metalúrgico, trabalhando em fábrica desde os 13 anos e conhecendo de perto os problemas vivenciados pelos trabalhadores cotidianamente, explica como era realizado o trabalho de mobilização na Fiat Allis e as dificuldades enfrentadas:

Olha, em termos de mobilização era o seguinte: você acompanhava as assembleias do sindicato, nas assembleias do sindicato você tinha os contatos com todas as forças políticas que tinha ali, e aí a principal tarefa era o seguinte, na época, tinha lá o pelego, que a gente falava, que a gente vivia em choque com ele, que na época era o João Silveira, depois eu fiquei até amigo dele, depois de um tempo, ele morreu já tem muito tempo. Mas a gente discutia nas assembleias e ia para a fábrica para tentar mobilizar. Então a primeira coisa era sindicalizar e convocar para a assembleia né, e aquele trabalho de ficar discutindo sindicato, “bando de carneiro, acorda peão”, aquele, aquele trabalho permanente. Obviamente que na medida que você vai tendo na fábrica, vai medindo a tensão, vou vendo quem é que está, quem é que está trabalhando, quem está mexendo, aí essas pessoas passam a correr risco. Mas na época eu estava sozinho dentro da Fiat, não é? A Fiat [Allis] era uma fábrica que tinha um controle, eu estava muito sozinho, então eu acabei expondo demais, não é? Porque não tinha muita gente para ajudar. (Paulo César Funghi. Entrevista concedida à autora, 27/11/2015).

Paulo César avalia que na Fiat Allis o controle era muito grande e como ele atuava sozinho na fábrica acabou se expondo muito, até ser demitido.

(...) a partir de 197... 1979, com a militância política, sindical, meu primeiro grande problema de trabalho foi em [19]79, após as greves, antes da greve geral eu fui demitido da Fiat Allis. Eu trabalhava na Fiat Allis, nós fizemos um processo de mobilização da fábrica, então eu fui demitido. E nesse período a situação estava muito ruim, porque tinha um clima de greve e tudo mais, então tinha, o que a gente chamava de lista negra, não é? Então era, foi a maior dificuldade para mim depois voltar para a categoria. Mas até essa, até 1978 mais ou menos eu não tinha uma participação política, era muito atrasado, não é? Tinha a participação, ela se dava de forma muito clandestina. Então quem já estava no movimento, ou que se aproximou de alguma organização política, evidentemente que se aproximava na militância sindical, ou estudantil ou sindical, mas como era tudo clandestino, então para você entrar era a oportunidade de você ser cotado por alguma liderança política na época. Mas só em 1979 que eu comecei a participar de um grupo político, de um grupo Trotskista. Que hoje é o PSTU, e na época chamava Convergência Socialista. Então entrei para a Convergência Socialista no início de [19]79, e a partir daí comecei a ter uma militância mais firme, não é? Política e sindical. Mas foi exatamente aí que eu perdi o emprego, sofri para poder arrumar, para poder voltar para a fábrica novamente. Logo depois que eu voltei também, eu consegui... nós tínhamos um trabalho de oposição. (Paulo César Funghi. Entrevista concedida à autora, 27/11/2015).

De início, quando começou a ter uma “militância mais firme”, Paulo César Funghi foi demitido já no momento das primeiras mobilizações por aumento salarial na Fiat Allis. Ele cita a “lista negra”, já abordada por outros entrevistados, onde eram listados os nomes de trabalhadores que, quando demitidos, não deveriam ser contratados pelas empresas locais e comenta da dificuldade que teve para conseguir emprego em fábrica novamente. Mas assim que voltou para uma metalúrgica integrou, junto ao grupo da convergência, o trabalho de oposição sindical que vinha sendo realizado na região por outros ativistas e grupos políticos.

As mobilizações seguiram acontecendo em outras fábricas. Na Usipa, o ganho foi de 15% de aumento salarial. Na Aasa, os trabalhadores reivindicavam 20% de aumento e o pagamento da taxa de insalubridade; conseguiram 15% e o compromisso do pagamento da insalubridade depois do laudo apresentado pelo médico a ser contratado pelo sindicato. Os trabalhadores das fábricas do Cinco, com oito anos de pleno funcionamento, também se organizaram. Ocorreram reuniões na Eluma e Delp, sendo que nesta os trabalhadores reivindicavam, além de um aumento salarial de 40%, restaurante, transporte, adicional de insalubridade, leite e horário para lanche⁵⁶⁵. As negociações não avançaram, a empresa recusou a reunir-se com os metalúrgicos e não estava disposta a aumentar os salários antes da data-base. Já na Hércules e na Módulo, também no Cinco, a reivindicação era pelo recebimento dos salários em dia, que estavam sendo pagos com atraso. Na Mafersa, a campanha obteve algumas vitórias, como o aumento efetivo na carteira de trabalho de 15%, 10%, 7% referente a maio de 1979, proporcionais às faixas salariais. Na Isomonte, a empresa antecipou-se e aumentou o salário dos operários em 30%⁵⁶⁶, evidenciando como o clima criado pelas mobilizações por fábricas na Cidade Industrial e no Cinco acabavam influenciando decisões de empresas cujos trabalhadores não tinham sequer apresentado suas pautas reivindicatórias.

A mobilização por fábricas deixa entrever que os problemas dos trabalhadores iam muito além da questão salarial. É claro que isso tinha um peso relevante, mas as reivindicações por melhores condições de trabalho entraram com força como elemento mobilizador dos trabalhadores da Cidade Industrial e Cinco. Estava em jogo nesse momento o “resgate da dignidade” dos trabalhadores, para usar a expressão de Laís Abramo (1999). Dignidade vilipendiada ao longo de anos de ditadura militar, pela política econômica que levava ao extremo a exploração dos trabalhadores, expondo-os a baixos salários, jornadas exaustivas,

⁵⁶⁵ MOVIMENTO salarial prossegue com outras vitórias. *Idem*, n. 71, 30 de junho a 13 de julho de 1979, p. 8.

⁵⁶⁶ ASSEMBLEIA decidirá rumos da luta pelo aumento salarial. *Idem*, n. 72, 14 a 27 de julho de 1979, p. 12.

péssimas condições de trabalho, acidentes e desrespeito diário dentro das fábricas, além do alto custo de vida ao qual principalmente as famílias de trabalhadores estavam submetidas.

Para fechar o relato sobre a onda de mobilizações ocorridas, antes da movimentação para a data-base, foram deflagradas duas greves, uma na Nansen e outra na Toshiba. A paralisação na Nansen foi noticiada em detalhes na edição número 72 do *Jornal dos Bairros*. Na carta de reivindicações dos trabalhadores dessa empresa constava aumento salarial de 30% a partir de julho, equiparação salarial para as mulheres, salário-mínimo para os menores de idade, uniforme gratuito para os trabalhadores, pagamento de insalubridade, cartão de ponto na portaria para ser marcado antes da troca de uniforme, estabilidade de dois anos para a comissão de salário, pagamento das horas paradas e não demissão dos grevistas. A greve começou no dia 23 de junho, com a montagem de um piquete às 6h30, tendo várias mulheres à frente. Assim que os trabalhadores chegaram nos ônibus da empresa, dirigiram-se ao piquete, formando um cordão de mãos dadas e cantando: “Vamos dar as mãos, vamos dar as mãos, vamos cantar e vamos juntos lutar” e ainda “Se a Nansen não pagar, olê olê olá, nós não vamos trabalhar”, imprimindo um pouco de descontração e humor naquele momento de tensão, principalmente com a chegada da Polícia Militar para proteger, como sempre fazia, o patrimônio da empresa.

No caso da Nansen, a greve foi feita sem apoio do Sindicato dos Metalúrgicos, posto que seus dirigentes, em uma assembleia de trabalhadores dessa fábrica, tentaram dissuadi-los de paralisar suas atividades. Porém, os trabalhadores presentes não se convenceram e ainda acusaram o sindicato de tentar esfriar o movimento. Em seguida, criaram uma comissão de operários e fizeram a greve sozinhos. Contudo, no momento de sua deflagração, procuraram a entidade sindical para que ela conduzisse as negociações, recebendo apoio depois disso. Com dois dias de greve, os trabalhadores da Nansen conquistaram, em parte, as suas reivindicações, que incluíam aumento salarial de 20%, 10% e 8% proporcionais a partir de julho, igualdade salarial para as mulheres, salário-mínimo para os menores de idade, uniforme gratuito para os trabalhadores com mais de 12 meses de firma e estabilidade de três meses para a comissão de operários⁵⁶⁷. Se, por um lado, a comissão composta por trabalhadores da confiança dos demais estava a partir de agora com seus dias contados na Nansen, por outro, ela pôde dar continuidade às mobilizações pelo menos até o fim da campanha salarial da categoria. O mesmo se passando na Toshiba, onde os trabalhadores grevistas, além de aumento salarial, conseguiram garantir a estabilidade de sua comissão de salário até dezembro de 1979. Outro ponto em comum nessas

⁵⁶⁷ TRABALHADORES se organizam na luta por melhor salário: metalúrgicos. *Idem*, n. 73, 28 de julho a 10 de agosto de 1979, p. 12.

duas greves foi a participação ativa das mulheres nos piquetes e integrando as comissões⁵⁶⁸. O vice-presidente do sindicato à época, Ildeu do Couto Balbino, lembra-se especialmente da atuação de uma ativista na greve da Toshiba da seguinte forma: “tinha até uma menina muito educada, muito boa, a menina ficou entusiasmada, sabe? Depois mandaram ela embora. Ela brigou, brigou, brigou e eles tiveram que fazer o acordo que nós estávamos propondo junto com o grupo”⁵⁶⁹. De todos os movimentos por fábrica que analisei, além das questões salariais, tornavam-se cada vez mais frequentes as reivindicações por representação na fábrica, pela estabilidade no emprego e pelo respeito ao cumprimento da legislação pelos empregadores (ALVES, 2005, p. 315).

É importante considerar as memórias de trabalhadores que participaram das mobilizações nas fábricas e do movimento grevista. Voltando ao caso da Mannesmann, analiso como José Vieira, trabalhador dessa empresa e destacada liderança à época, em sua entrevista, rememora as greves de 1979, a de maio e a de setembro, durante a campanha salarial. Essas greves ocorreram nas fábricas, mas chegaram às ruas, recebendo apoio popular e divulgação na imprensa local, fazendo com que os metalúrgicos da Cidade Industrial ocupassem a cena pública. É interessante como, nas memórias de José Vieira, as duas greves ganham contornos distintos. O movimento de maio é caracterizado por ele como “um verdadeiro piquenique”.

Em [19]79, tem aquela famosa greve da Mannesmann que, na verdade, são duas greves na Mannesmann esse ano, não é? Ocorre uma em maio que abria a grande paralisação da Mannesmann e que é um verdadeiro piquenique até pela novidade da paralisação. A Mannesmann daquele tamanho, não é, a última vez que ela tinha parado tinha sido mais de uma década antes. Tinha dez anos que não existia paralisação de peso. Tinha acontecido uns meses antes uma paralisação de 4 mil trabalhadores, mas não chegou nem a completar um dia inteiro de paralisação, a gente recuou antes. [19]79 não, foram oito dias. Se não me engano foram oito dias de greve, com piquetes nas portarias, uma grande solidariedade do entorno, porque a Mannesmann naquele período ali tinha um cordão de favelas no entorno dos acessos principais que eram aqueles ali do viaduto do Barreiro e vinha até o bairro das Indústrias. Tinha umas quatro portarias de entrada de trabalhadores ali e ao longo do Rio Arrudas tinha uma longa favela. Então essa população ali, os comércios, aquelas coisas ali foram muito solidários, os piquetes eram... o pessoal ficava ali fazendo campeonato de truco, o pessoal levava quitanda, café com leite e tal pro... a população ali em volta tratava dos piquetes. Foi um apoio, foi a primeira vez que houve essa mobilização da população em apoio ao movimento operário, não é? Nessa greve de [19]79. (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

⁵⁶⁸ NANSEN e Toshiba: últimas vitórias. *Idem*, n. 74, 11 a 24 de agosto de 1979, p. 12.

⁵⁶⁹ Ildeu do Couto Balbino. Entrevista concedida à autora, 06/09/2017.

O “piquenique” de José Vieira se dá por vários motivos: pela novidade da paralisação, pois fazia muitos anos que não ocorriam paralisações daquela proporção na Mannesmann nem na Cidade Industrial; e pelo apoio recebido pelo movimento da população do entorno da fábrica, de comerciantes e moradores que, solidários aos operários, “cuidavam” dos piqueteiros e dos grevistas, servindo café e quitandas.

Eulália Batista, ativista sindical, também tem uma memória positiva dessa greve. Para ela, foi algo muito bonito:

A greve de [19]79 foi muito bonita. Parou. A Mannesmann parou! Nossa! A Tito Fulgêncio [avenida], em cima do viaduto, menina de Deus! Esses cartazes, eu tinha que arrumar um para você, nossa mãe, era lindo demais! Sabe... nossa, o pessoal na frente e aquele bando e o sindicato foi tomado, não é? Não tinha nem jeito do João falar: “– não vai entrar”, não tinha jeito. Polícia de um lado e não tinha jeito, polícia era pouco. Parou tudo, era muito bonito, muito bonito, mas também depois, acabou. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

A entrevistada se lembra dos cartazes, dos trabalhadores na rua e da tomada do sindicato, impedindo inclusive a ação da polícia nesse momento pela proporção do movimento. Porém, enquanto José Vieira consegue precisar exatamente a existência de duas greves, uma em maio e outra em setembro, nas memórias de Eulália essas greves aparecem como um único evento: “a greve de 79”. O episódio aqui recordado pela entrevistada diz respeito ao fim da greve da Mannesmann, em maio daquele ano, quando os trabalhadores saíram em passeata da fábrica até o Sindicato dos Metalúrgicos comemorando o que eles consideravam ter sido uma vitória.

Voltando às memórias de José Vieira, se no trecho supracitado a greve de maio é lembrada como um “piquenique”, a de setembro, por sua vez, é rememorada pela intensa repressão aos trabalhadores:

Então, agora é interessante nesse ano de [19]79, essa greve de maio foi esse passeio, esse piquenique, uma coisa tranquila, relaxada, e na campanha salarial desse ano de novo foi chamada uma greve geral da categoria; aí houve uma inversão radical do comportamento da repressão, sabe? A greve de [19]79 ela não conseguiu se firmar apesar da gente ter conseguido paralisar algumas dezenas de fábricas e alguns milhares de operários. Ela, a repressão, foi tão violenta, foram dezenas e dezenas de prisões, muito espancamento, a polícia jogava a cavalaria em cima, batia para valer mesmo, as assembleias dos sindicatos eram dispersas no cacete, o sindicato foi cercado algumas vezes pela polícia, sabe, na Ciro Flamarion. Foi um clima de muita pressão, houve uma mudança no comportamento dos patrões no enfrentamento do processo grevista e da polícia, entre maio e setembro de [19]79, foi muito marcado isso aí. (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

Como se vê, a campanha salarial de 1979, a contar pelas inúmeras reuniões e greves por fábricas ocorridas até agosto daquele ano, demonstra uma menor disposição dos trabalhadores em continuar aceitando o arrocho salarial e as péssimas condições de trabalho. E o movimento em torno da data-base com reivindicação por novos aumentos de salários prometia ter continuidade. Tanto que a partir de agosto as reuniões com esse objetivo tiveram início e a repressão e a ação policial eram elementos considerados durante as discussões do movimento.

Um relatório produzido por um agente policial de 20 de agosto de 1979, referente à assembleia dos metalúrgicos realizada no dia anterior, com a presença de 350 trabalhadores, buscou registrar como estava sendo a organização da campanha salarial daquele ano. Os metalúrgicos, por sugestão do ativista sindical Albênio Dias de Carvalho, foram divididos em três regiões: região de BH, região do Cinco (Contagem) e região da Cidade Industrial. Em cada uma seria constituída uma comissão formada por até 15 pessoas que teria como função orientar os trabalhadores no desenvolvimento da campanha salarial, elaborar cartazes e faixas, indicar lideranças locais e lugares para reuniões. Albênio ainda destacou que os integrantes das comissões não deveriam ter seus nomes muito divulgados⁵⁷⁰, preocupando-se com a segurança e a possível identificação dessas pessoas pela polícia. Isso porque as assembleias metalúrgicas, o sindicato da categoria e seus ativistas foram e continuavam sendo sistematicamente monitorados pelos órgãos de informação e segurança. Contudo, mesmo com a preocupação de Albênio, já nessa reunião os nomes dos membros das comissões ficaram conhecidos da repressão, pois havia um agente infiltrado na assembleia.

As comissões ficaram assim divididas: na região de Belo Horizonte, Efigênia de Oliveira, Joaquim José de Oliveira, José Nelson, Cesário Palhares e uma pessoa conhecida por Coelho; na região do Cinco, em Contagem, Ignácio Hernandez, Sálvio Pena, Paulo César Funghi, Ademir Romeu Batista e Camilo; na região da Cidade Industrial, Albênio Dias de Carvalho, Marco Antônio, José Vieira, Maria Antonieta Pereira, Alberto José Lobo e Arthur. Este último, identificado como ex-operário da Mannesmann, é provável que seja Arthur Geraldo Barbosa, demitido dessa empresa meses antes por ser um dos líderes da greve de maio.

José Vieira, tentando não deixar de fora nenhum trabalhador, disse na assembleia que quem não sabia ler nem escrever poderia contribuir fornecendo número de portarias, de funcionários e localização das fábricas para orientar a formação das comissões, descortinando

⁵⁷⁰ Essas informações sobre a assembleia dos metalúrgicos do dia 19 de agosto de 1979 foram retiradas do relatório de um agente. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta CA.02.01. Esse relatório está sem o cabeçalho que identifica o órgão de origem do documento. Ao final, traz a data e a assinatura do agente, porém não é possível constatar seu nome.

mais um problema enfrentado pela classe trabalhadora: o analfabetismo e a baixa escolaridade. Algumas intervenções feitas durante a plenária demonstravam mais uma preocupação dos trabalhadores: a ação da polícia durante a greve que seria deflagrada. Maria Antonieta, além de dizer da importância da panfletagem dentro das fábricas, afirmou que os piquetes não deviam se desfazer com a presença de policiais. O agente anotou que Joaquim José de Oliveira, Sálvio Pena e Alberto José Lobo explicaram como a polícia estava agindo e como os trabalhadores deveriam atuar, sem, contudo, registrar essas informações. Já Efigênia de Oliveira explicou aos presentes que “esteve em Osasco, e lá inteirou-se da venda de um *carnet* (*sic*) para obtenção de numerário para o fundo de greve. Sendo esta tarefa feita pelo pessoal da comissão”⁵⁷¹. A proposta de criação de um carnê para ser vendido visando ao fundo de greve foi colocada em prática. Eulália Batista lembra-se que entre as estratégias de manutenção da greve estava a venda de rifas, organização de feijoadas e a venda desses carnês.

Aí tinha para a manutenção da greve. Para manter. Muito interessante isso, porque a gente fazia bônus. A gente vendia bônus. Eu não esqueço. A preparação da greve de [19]79 a gente, a gente tinha carnês, a gente reunia no sindicato para fazer a reunião, para ver como que a greve ia ser deflagrada, como que a gente ia sustentar a greve. Então a gente vendia tipo um carnê, não é carnê que fala, falava boletos, não era boletos, era um carnê. E aí vendia ele, feijoadas, vendia para rifar coisas, relógio entendeu? Bicicleta, cesta básica, a gente tinha isso também. Rifava aquilo para angariar dinheiro para depois, para aquele dinheiro a gente fazer mais cesta básica, por essa questão do Ceasa, porque se tivesse greve por muito tempo a gente sustentar aquelas famílias que estavam, para não enfraquecer o movimento. Então, essas tarefas dividiam. Então, quem vai vender tanto, e tinha aquela pessoa que coordenava a tesouraria e depois o quê que ia fazer com aquele dinheiro ganho, em nível de panfleto, comprar comida. O sindicato naquela época ele ajudava a sustentar a greve. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

Como explica Eulália, o dinheiro arrecadado era revertido para o fundo de greve para comprar comida para as famílias dos grevistas e produzir panfletos com o objetivo de não deixar o movimento perder força, pois o desconto dos dias parados e a falta de dinheiro para alimentar a família poderiam ser um fator de desmotivação do trabalhador para continuar na greve. E quando o movimento grevista era apoiado pelo sindicato, ele também contribuía com o fundo de greve para sua manutenção.

Ao ser perguntada sobre o apoio da comunidade local às greves, Eulália Batista responde que era “muito pouco” e comenta que a ação que sempre recebia ajuda era a venda dos carnês para o fundo de greve. Em sua avaliação, o pouco apoio relacionava-se “a questão do comunismo” que “era muito séria, era muito medo que se tinha”. Desse modo, pela fala de

⁵⁷¹ *Ibidem*.

Eulália, percebe-se que o comunismo, em fins dos anos de 1970, ainda habitava o imaginário das pessoas, causando medo.

A mesma pergunta sobre o apoio da comunidade às greves foi feita a Rosalva Pardo, que, corroborando com as lembranças de Eulália, responde categoricamente:

Não, eles falavam que a gente era comunista. Na época eu nem sabia o que era isso. Aí eles falavam assim: “– é comunismo”. Falava com a gente é, não sabia no que a gente estava mexendo, aí eles vinham e reclamavam com a gente: “– Oh, os comunistas estavam aí de madrugada entregando folheto”. A gente tinha muito medo de comunismo. Todo mundo tinha medo, não é? Aí era assim. O pessoal não apoiava não. (Rosalva Pardo. Entrevista concedida à autora, 21/11/2017).

O interessante é que, quando Rosalva diz “a gente tinha muito medo do comunismo”, ela também se situa nesse lugar do medo. Sentimento esse reforçado pelo desconhecimento, pois ela própria afirma não saber do que se tratava. É importante qualificar a que tipo de apoio essas ativistas estão se referindo. Para Eulália Batista, por exemplo, uma atitude importante em apoio ao movimento era abrir a casa para a realização de reuniões, mas, segundo ela, “aceitar entrar na casa, fazer reuniões era muito difícil, muito difícil, ou você tinha que alugar uma casa, ou os companheiros abriam a porta, do contrário não tinha jeito. Não tinha jeito”. Assim, o que se percebe é que o apoio da comunidade aos trabalhadores veio em alguns momentos, seja alimentando os piqueteiros, como aconteceu na greve de maio, seja na compra de carnês para o fundo de greve. Havia, porém, um limite nessa relação, pois abrir a casa significava envolver-se diretamente no movimento, correndo todos os riscos que esse envolvimento poderia trazer, principalmente em anos de ditadura militar. Logo, para fazer as reuniões, que obviamente eram clandestinas, o movimento contava com as casas de operários mais diretamente envolvidos em sua organização. Já os militantes de algumas organizações de esquerda que tinham atuação na Cidade Industrial mantinham a estratégia de alugar os chamados aparelhos. Eulália, que conhecia militantes do MR-8 e quase se tornou militante, também conta que “o 8[MR-8] tinha muitas casas alugadas. Não só para aluguel, morava na casa. Mas era mais isso, era onde que morava e servia como lugar para fazer reuniões”⁵⁷².

Voltando ao relatório do agente que acompanhou a assembleia do dia 20 de agosto, é possível perceber que ele se preocupou em registrar até mesmo conversas de grupos menores após o término da reunião. Na conversa entre Albênzio Dias de Carvalho e Alberto Carlos Dias Duarte, cujo sobrenome foi acrescentado à mão posteriormente, o primeiro afirmava conhecer “todos os locais, becos e mocós da Cidade Industrial e apresentou algumas táticas

⁵⁷² Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017.

para evitar a ação policial”. As táticas segundo registro consistiam em: jogar bolas de gude na rua, contra a cavalaria; fazer bloqueios para parar os ônibus das empresas que traziam os trabalhadores; e jogar tocos, toras nas ruas, contra os carros. Em relação à movimentação dos piquetes, também sugeria uma tática: dividir o piquete em dois grupos, com cada grupo se movimentando de um lado para o outro, dificultando a ação da polícia⁵⁷³.

Fato é que cerca de um mês depois, no dia 26 de setembro de 1979, uma assembleia com mais de sete mil metalúrgicos reunidos na quadra de esportes do sindicato decidiu pela greve. Teve início, depois de 11 anos, a greve geral dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Logo depois da assembleia, dois piquetes formaram-se na rua, o mais numeroso seguiu para as portarias da Mannesmann e o outro para a Belgo Mineira (HERNANDEZ, 2004, p. 179). Tão rápida quanto os piquetes foi a ação da polícia, que deu início à ocupação das fábricas ainda naquela noite, principalmente da Belgo e da Mannesmann. Nesta última, por orientação da própria fábrica, os trabalhadores que estavam finalizando seu turno de trabalho antes da deflagração da greve ficaram presos dentro da siderúrgica.



Figura 22 - Policiais ocupam portas de fábrica durante a greve geral dos metalúrgicos, 1979. Foto acervo *Jornal dos Bairros*.

No dia seguinte, a polícia se manteve a postos nas portas das fábricas maiores para garantir a entrada dos trabalhadores que não quisessem aderir à greve. Em alguns casos, a polícia nem precisou intervir, os próprios trabalhadores deram um jeito, como comenta Sálvio Pena, ativista sindical e organizador da greve, em relação à Mannesmann:

⁵⁷³ APM, Fundo Coseg/MG, Pasta CA.02.01.

[19]79 nós tínhamos certeza que parariamos a Mannesmann. Eu vi trabalhador pulando a cerca para entrar, para trabalhar! (...) Eles fizeram um buraco assim de baixo da cerca, é... tinha um lugar que não era cimento, era terra, não é? E eles vinham correndo e entravam ali se contorcendo para trabalhar. (...) Para você ver o que é movimento operário, se você tiver só discurso você quebra a cara. (Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 16/04/2018).

A fala de Sálvio é interessante porque possibilita refletir sobre a diversidade de comportamentos dos trabalhadores, que muitas vezes ficam subsumidos em grandes movimentos organizados, como foi a greve geral dos metalúrgicos em 1979. Por motivos diversos, assim como havia muitos trabalhadores engajados efetivamente naquela greve, havia outros que queriam continuar trabalhando, tomando atitudes extremas de passar embaixo da cerca para furar os piquetes, e ainda aqueles que se mantiveram indiferentes ao movimento.

Parar a Belgo e a Mannesmann, por serem as maiores indústrias, continuava sendo um objetivo almejado para o sucesso de qualquer movimento na região. Embora, dessa vez, não tenha sido o que aconteceu, uma vez que nessas duas fábricas a paralisação foi parcial, isso não impediu que a greve se alastrasse e ganhasse fôlego. Na avaliação de Sálvio Pena, mais de 40 anos depois, foi uma greve “belíssima”.

No Cinco, em Contagem, segundo o *Jornal dos Bairros*, oito mil trabalhadores aderiram quase imediatamente ao movimento. Operários de uma fábrica faziam piquetes na fábrica vizinha e foram parando a Nansen, Isomonte, Eluma, Módulo, Delp, Auso, Mitto, Usipa e outras. Na Cidade Industrial, a repressão teve início antes de a greve se generalizar. Já na quarta-feira, dia 27, ou seja, no primeiro dia da greve, a polícia permaneceu à porta das fábricas, espancando e jogando a cavalaria contra os piquetes. Por isso, foi preciso mudar a estratégia dos piquetes, que passaram a ser feitos interceptando os ônibus especiais que traziam os operários para trabalhar. A violência continuou à noite. Segundo o *Jornal dos Bairros*, a polícia lançou bombas, invadiu bares da região, investiu contra as pessoas nos pontos de ônibus, prendendo mais de 85 pessoas⁵⁷⁴.

Mesmo assim, no dia seguinte, a greve se generalizou, quando os trabalhadores da Mafersa, Aasa, Hércules, Fiat Allis, M Abras, Lafersa, Ita, São Miguel pararam suas atividades⁵⁷⁵. Na Pohlig Heckel aconteceu um fato interessante: um piquete de apenas dois operários parou outros mil. Sálvio Pena foi um dos piqueteiros e lembra-se do fato do seguinte modo:

⁵⁷⁴ A FOME falou mais alto. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 77, 28 de setembro a 11 de outubro de 1979, p. 12.

⁵⁷⁵ *Ibidem*.

(...) tinham fábricas doidas para parar. Eu e Ignácio [Hernandez] paramos sozinhos, a gente chamava de “poligue”, mas era uma subsidiária da Belgo que na verdade chamava Pohlig Heckel, fazia estrutura metálica. Fábrica pequena, eu lembro que o eu e o Ignácio chegamos lá sozinhos e o pessoal entrando e a gente: “– oh gente, Belgo já parou, SBE já parou, nós viemos aqui conversar com vocês, queremos parar, queremos que vocês parem em solidariedade, e depois que tiver todo mundo aqui na porta nós vamos a pé para o sindicato, fazer uma plenária lá agora, 8 horas da manhã”. Em 10 minutos nós paramos a Pohlig, em 10 minutos! Eu e Ignácio. (Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 16/04/2018).

Não deixa de ser anedótico imaginar um piquete formado por duas pessoas conseguindo parar mil trabalhadores. Mas a questão é que, enquanto em algumas empresas os operários atravessavam a cerca para fugir do piquete e ir trabalhar, em outras havia uma grande disposição dos trabalhadores em aderir ao movimento, esperando somente que alguém viesse chamá-los. Assim, além da Pohlig, os 600 trabalhadores do primeiro turno da SBE desceram em passeata até o sindicato. Nas fábricas com maioria de mulheres, a RCA Victor, GE, Dasa e Tecnowatt, a notícia era de que a paralisação tinha sido de 100%, destacando a participação das metalúrgicas no movimento.

Os grevistas tiveram apoio da Igreja Católica, principalmente da Pastoral Operária da Cidade Industrial, do MDB, de vários sindicalistas, das associações de bairro da região e das esposas dos metalúrgicos, que chegaram a participar de alguns piquetes. Mesmo com apoio de pessoas e instituições, a violência sobre os trabalhadores não arrefeceu. Para lidar com ela, Sálvio Pena explica que quando a polícia chegava a tática dos grevistas era correr em “debandada, cada um corria para um lado, a polícia tinha que escolher um”. Essa estratégia servia para evitar muitas prisões de uma só vez, principalmente das lideranças. O entrevistado também comenta que a repressão começou a usar como forma de desarticulação do movimento as prisões temporárias:

A repressão fez prisões temporárias. Temporárias, não é? Depois o Ignácio foi preso depois em casa. Prisão mais absurda do mundo. Ignácio saiu de casa para, tipo assim, não sei para quê, para ir na padaria e não voltou. Mas teve prisões temporárias e depois foram soltos. Ignácio esteve preso num piquete e foi solto horas depois, sabe? A polícia militar ficava rondando, muitas vezes inclusive imagino que a polícia militar, não é? O fato de eu não estar organizado teve, ao mesmo tempo que eu, eu te disse que atrapalhou as minhas reflexões talvez, e se atrapalhou a reflexão, atrapalhou a ação, mas do ponto de vista da prisão por exemplo, me livrou, porque eu lembro de piquetes, a gente fazendo piquetes em que a polícia chegava e eu uma vez eu vi claramente um oficial falar “prende esse”, então eles chegavam com fotografias, sabe? “Prende aquele”. Então houve assim, prisões individuais, e ficavam horas, não teve uma prisão, não teve processo, a partir da greve de [19]79. Demissão, claro que teve. Eu estava desempregado. (Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 16/04/2018).

Sálvio Pena, em outro momento da entrevista, havia contado que depois da prisão não quis retomar o contato para se integrar novamente à Ação Popular e tampouco ingressar no PCdoB, como muitos militantes da AP fizeram⁵⁷⁶. Ele tornou-se um militante sindical “solto”, como se autodenomina, ou seja, sem vínculo com organizações ou partidos de esquerda, atuando na organização da oposição sindical metalúrgica de maneira independente. Acredita que por isso não tenha sido novamente preso, já que a repressão não o identificava a nenhum grupo. Além das prisões temporárias, outra forma de reprimir os trabalhadores engajados era com a demissão.

Sobre a primeira prisão de Ignácio Hernandez, é importante esclarecer que ela ocorreu em agosto de 1979, um mês antes da deflagração da greve geral dos metalúrgicos. Ignácio havia saído de sua casa no bairro Eldorado para buscar seu filho na casa do vizinho quando foi “sequestrado” pela polícia e levado para o Dops. Ele conta em seu livro de memórias que foi abordado por três policiais na praça em frente à sua casa. Para sua surpresa, conhecia um deles, já o havia visto no sindicato, distribuíram panfletos juntos e a suspeita era de que fosse um policial disfarçado de metalúrgico. Saiu de casa achando que voltaria em cinco minutos e passou dez dias preso no Dops, foi solto com o decreto de anistia, no final do mês de agosto. (HERNANDEZ, 2004, p. 157).

O *Jornal dos Bairros* noticiou a prisão de Ignácio Hernandez e de trabalhadores de outras categorias também em campanha salarial naquele momento. Em virtude dessas prisões, foi organizado um ato público na escadaria da Igreja São José, no centro de Belo Horizonte, para protestar e reivindicar anistia ampla, geral e irrestrita. Adélia Hernandez, esposa de Ignácio e ativista, mesmo não fazendo mais parte da categoria, esteve presente no evento e fez um discurso em que afirmava que a prisão do marido teria sido para intimidar os trabalhadores, mas que a campanha salarial dos metalúrgicos iria continuar. João Silveira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, também se pronunciou conclamando a categoria a prosseguir na campanha, ressaltando que ela era “ordeira, bem organizada e pacífica”⁵⁷⁷, tipo de discurso coerente com o comportamento político de Silveira.

⁵⁷⁶ Segundo Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984, p. 166), a adesão da AP ao PCdoB teve início em 1971, incorporando-se definitivamente em 1973.

⁵⁷⁷ “FAZER greve não é nenhum crime”. *Jornal dos Bairros*, Belo Horizonte, n. 75, 25 de agosto a 07 de setembro de 1979, p. 5. Essa matéria noticiou que naqueles dias também tinham sido presos 20 trabalhadores de diversas categorias, entre eles, bancários, professoras, funcionários públicos da Prefeitura de Belo Horizonte em campanha salarial. Também lembrou a morte de dois trabalhadores: Orocílio Martins Gonçalves e Benedito Gonçalves. Orocílio era operário da construção civil e foi assassinado por um policial com um tiro à queimadura durante uma passeata no primeiro dia de greve da categoria em 30/07/1979, em Belo Horizonte. Na ocasião, 52 pessoas ficaram feridas e 96 foram presas. Benedito era metalúrgico. Foi morto em consequência de traumatismo craniano provocado por um golpe de cassetete desferido por um policial militar, em 13/08/1979,

Mesmo com os protestos, as ações policiais na Cidade Industrial continuaram a ocorrer, principalmente durante a greve geral metalúrgica. O próprio Ignácio Hernandez foi preso novamente com sua esposa, Adélia, quando chegavam para um piquete na portaria da Belgo Mineira. Ela, segundo o policial que os prendeu, “estava com a bolsa cheia de panfletos subversivos”, levava consigo boletins do sindicato e convites para as metalúrgicas e esposas dos trabalhadores participarem de uma reunião naquela noite. Adélia foi solta horas depois, não sem ouvir do delegado do Dops que greve era lugar de homem e que sua obrigação era cuidar dos filhos e da casa, e não insuflar mulheres a participar do movimento (HERNANDEZ, 2004, p. 232). Segundo Adélia Hernandez, o delegado também lhe perguntou por que ela permanecia casada com um comunista, “por quê que você não faz ele deixar disso?”, e ela respondeu o seguinte: “– mas defender o trabalhador é ser comunista? Então eu tenho que ser, eu também sou” [risos]⁵⁷⁸.

No episódio entre Adélia e o delegado, é nítido o incômodo dele ao ver uma mulher que, além de ser esposa de alguém considerado “subversivo”, “comunista” pelos órgãos de informação e segurança, participava e estimulava outras mulheres a participar da greve. Comportamento que para o delegado representava um desvio do seu lugar de mãe e esposa, que deveria estar cuidando dos filhos, e não participando de política. Não sabia ele que as mulheres dessa família não se acomodavam aos lugares tradicionais femininos. A irmã de Adélia, a metalúrgica Eulália Batista, foi uma das ativistas que ajudou a parar as trabalhadoras da GE e da RCA Victor. Ela lembra-se bem da violência policial:

Tinha gente, civil, e tinha polícia mesmo, com capacete, cavalo, a pé. Com cassete na porta das fábricas para bater. Para jogar bomba de gás. Carro. A gente corria muito da polícia. Entrava na casa dos outros, entrava dentro do sindicato e fechava tudo, a gente tinha que ficar preso dentro do sindicato, ficar lá dentro, porque dentro do sindicato não podia prender. Igreja. As casas de alguém conhecido que a gente podia entrar. A Cidade Industrial foi um horror correr, porque não tinha muita casa para se esconder, muitos colegas machucaram, quebraram o braço, não é? Mas a maioria imensa da liderança, mesmo quando foi isso, que eles jogaram a cavalaria com tudo, a gente levava bolinha de gude, prego, para jogar, para furar, para machucar, para eles não pegarem a gente. Muito ruim. Muito ruim e ao mesmo tempo interessante. (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

Diante do quadro de violência promovido pelos órgãos de repressão do Estado, foi montada uma sala de urgência para atender os trabalhadores feridos na subsede do Sindicato dos Metalúrgicos, na Cidade Industrial. Foi também o sindicato que deu dinheiro para

quando realizava um piquete de greve em frente à Companhia Siderúrgica Paim (Divinópolis-MG). Disponível em: <http://cemdp.sdh.gov.br/>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

⁵⁷⁸ Adélia Hernandez. Entrevista concedida à autora, 30/10/2018.

comprar os materiais necessários ao atendimento. A sala funcionou até o fim da greve e a responsável pelos atendimentos era Antônia, metalúrgica que exercia a função de supervisora de linha de montagem na RCA Victor, provavelmente a única supervisora a organizar e a participar de uma greve (HERNANDEZ, 2004, p. 222). A violência policial também aparece nas memórias do ex-vice-presidente do sindicato Ildeu do Couto Balbino. Para ele, esta “foi uma greve muito bem organizada”, porém foi “uma greve que deu muito trabalho, porque a polícia atuou muito”. Ildeu lembra-se de levar pessoas feridas pela polícia para um hospital no Barreiro⁵⁷⁹.

Os ativistas também criaram um código entre si para saber se alguém tinha sido preso.

(...) uma coisa que era mais certa, porque não existia celular, era depois tentar reunir o máximo de pessoa para tentar ver quem foi preso. Que aí se o colega não aparecia, aí depois um saía, por exemplo, saía do sindicato, tinha que ficar dando volta. Quantas vezes eu dava volta no lugar até entrar para uma casa, entendeu?! Para as pessoas não perceberem que você estava indo para aquela casa, porque naquela casa ninguém podia entrar, só a gente. Então tinha que ficar dando voltinha a pé, nossa mãe! E às vezes você tinha que ir embora para sua casa e não tinha jeito de chegar porque tinha gente seguindo. Entendeu?! Aí marcava, marcava: “– na casa de fulano, tal hora, todo mundo tem que estar lá, se não tiver é porque está preso”. Entendeu? E por outro lado tinha a igreja que ajudava, tinha o pessoal intelectual que já ajudava, e já procurava rodar [a notícia]. “Fulano está preso”, aí para dar assistência técnica, advogado... (Eulália Batista. Entrevista concedida à autora, 05/12/2017).

A orientação, se alguma coisa acontecesse, era “procurar o padre para ir lá na polícia”, pois os padres auxiliavam na busca por trabalhadores presos, sendo essa uma forma de garantir minimamente a segurança deles.

A onda repressiva que atingiu o movimento operário e sindical em Minas Gerais, especialmente na Cidade Industrial e região, fez com que a Igreja Nossa Senhora da Glória, no bairro Eldorado, em Contagem, organizasse uma vigília contra a repressão. Na ocasião, 25 padres pertencentes às paróquias da Cidade Industrial celebraram uma missa e junto aos trabalhadores e demais integrantes das comunidades do entorno protestaram contra a violência policial e o desrespeito aos direitos humanos.

Na missa, foi denunciada a violação de correspondências de padres, a invasão da Pastoral Operária da Cidade Industrial, do Centro Cultural Operário, Centro de Estudos do Trabalho, Getec e a sede do *Jornal dos Bairros* nos meses anteriores. Também denunciaram a violência policial contra os trabalhadores durante as greves, as bombas, jatos d’água, cassetetes e frequentes batidas policiais às quais os trabalhadores eram submetidos. No final

⁵⁷⁹ Ildeu do Couto Balbino. Entrevista concedida à autora, 06/09/2017.

da missa, a comunidade dirigiu-se à porta da casa do líder operário Ignácio Hernandez para comemorar sua libertação⁵⁸⁰.

Além da vigília contra a repressão, vale destacar que as paróquias da Cidade Industrial e a Pastoral Operária atuaram em diversos outros movimentos locais, apoiando a oposição sindical na recuperação do Sindicato dos Metalúrgicos, ajudando nas eleições sindicais, nas campanhas salariais, organizando junto aos trabalhadores a missa do 1º de maio e atuando nos movimentos de bairros por melhorias de condições de moradia e de vida.

A greve geral dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem acabou no dia 1º de outubro. Ao todo, foram quatro dias de paralisações. Na assembleia da categoria, a primeira depois da greve, realizada no dia 7 de outubro de 1979, a avaliação das lideranças e dos trabalhadores presentes, segundo o *Jornal dos Bairros*, foi a de que a greve representou uma vitória parcial. Isso por dois motivos: possibilitou uma participação crescente dos trabalhadores no movimento e conseguiu alcançar, em parte, as reivindicações dos metalúrgicos. Entre as conquistas, destacam-se algumas que atingiam diretamente a mulher metalúrgica, como a garantia do emprego da gestante do início da gravidez até 60 dias depois do fim da licença-maternidade e o estudo em 60 dias para assinatura de um convênio com o Sesi para abertura de creches na região. Pela primeira vez, as demandas das trabalhadoras foram incluídas em acordo salarial da categoria, fruto da pressão das mulheres metalúrgicas sobre o sindicato e a categoria para que considerassem as pautas específicas das mulheres nas discussões e da grande participação delas no movimento grevista.

A assembleia também aproveitou o momento para criar o fundo de desemprego, a fim de auxiliar os trabalhadores demitidos em consequência da atuação na greve. O fundo seria gerido por dirigentes do sindicato e por uma comissão de trabalhadores. Para obter recursos, algumas ações como a venda de rifas foram iniciadas, já que as demissões nas metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem não paravam de aumentar⁵⁸¹.

Um novo ato público em apoio às greves dos metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Betim e contra a repressão aos trabalhadores foi realizado nas escadarias da Igreja São José, no centro da capital. A greve de BH/Contagem havia terminado no dia anterior e os trabalhadores continuavam sentindo as consequências da repressão. O evento contou com a presença de trabalhadores, estudantes e representantes do Comitê Brasileiro

⁵⁸⁰ VIGÍLIA condena a repressão. *Jornal dos Bairros*, Belo Horizonte, n. 76, 14 a 27 de setembro de 1979, p. 8.

⁵⁸¹ METALÚRGICOS fazem avaliação da greve geral. *Idem*, n. 78, 12 a 25 de outubro de 1979, p. 11.

pela Anistia, o grupo de padres pelos Direitos Humanos, sindicatos e associações de trabalhadores⁵⁸².

Os metalúrgicos de BH, Contagem e Betim continuaram a denunciar a repressão aos trabalhadores. Em 18 de outubro de 1979, uma comissão formada por seis metalúrgicos das três cidades e o presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia foram a Brasília denunciar a violência sofrida pelos trabalhadores da categoria durante o movimento grevista. Na Câmara Federal e no Senado, entregaram um relatório que apontava as violências cometidas pelos policiais. Em seguida, dirigiram-se ao Ministério do Trabalho, onde só foram recebidos pelo ministro Murilo Macedo após ameaçarem denunciar o descaso do ministério com os trabalhadores. Com ele deixaram uma cópia do mesmo relatório e uma carta em que solicitavam a apuração pelo ministério dos atos de violência da polícia ocorridos em Minas Gerais contra os trabalhadores metalúrgicos, da construção civil e professores. Também solicitaram a interferência do ministro para que “fatos lamentáveis não mais continuem desrespeitando o trabalhador mineiro”⁵⁸³.

Nenhuma apuração foi feita e as demissões continuaram a acontecer. Não obstante, a denúncia pública da violência do aparato repressivo do Estado tinha sua importância nesse contexto, pois engrossava o coro da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e pelo fim da ditadura militar. Ao mesmo tempo, mostrava os limites da abertura política e tornava visível a luta dos metalúrgicos e demais trabalhadores mineiros fortalecendo sua presença na cena política brasileira.

A fim de aproveitar o momento de mobilização na região, o Centro de Estudos do Trabalho (CET) organizou, juntamente com a Pastoral Operária, Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária (Getec) e *Jornal dos Bairros*, a 1ª Jornada Operária de Cultura. O objetivo, segundo os organizadores, era propiciar um espaço de reflexão aos trabalhadores grevistas de Minas Gerais sobre suas experiências⁵⁸⁴. A abertura ocorreu no Colégio Santa Rita, no Barreiro, em Belo Horizonte, com a projeção do documentário *Braços cruzados, máquinas paradas*, de Sérgio Segall e Roberto Gervitz, produzido em 1979 e que abordava o movimento sindical e as greves de São Paulo ocorridas no ano anterior. Em seguida, Frei Betto fez uma exposição sobre o tema “a igreja e os trabalhadores”.

⁵⁸² *Ibidem.* p. 4.

⁵⁸³ METALÚRGICOS denunciam violência policial. *Idem*, n. 79, 26 de outubro a 08 de novembro de 1979, p. 12.

⁵⁸⁴ JORNADA de cultura dos operários começa dia 24. *Idem*, n. 80, 09 a 22 de novembro de 1979, p. 5.

Os outros encontros da programação foram realizados na subsede do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, na Cidade Industrial, e contou com as seguintes palestras: “As greves em Minas Gerais”, com Efigênia de Oliveira, ativista e metalúrgica de Contagem; “A fábrica, o sindicato e a CUT”, com José Ibraim, um dos líderes da greve de Osasco, em 1968; “O movimento operário até 64 e a CGT”, com Dazinho, ex-mineiro da Mina de Morro Velho, em Nova Lima, e deputado estadual por Minas Gerais cassado pela ditadura militar em 1964; a historiadora Lucília Neves e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, João Silveira. A Jornada Cultural também contou com os seguintes debates: “As greves em Minas Gerais”, com João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade; “A nova política salarial do governo”, com o representante do Dieese, Virgílio Guimarães, e o ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Dídimo Paiva; e, por fim, a palestra “A união dos operários e camponeses”, com Manoel da Conceição, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim, no Maranhão⁵⁸⁵. A realização da Jornada Cultural Operária mostra a preocupação das lideranças sindicais metalúrgicas em não deixar que a experiência da greve se encerrasse nela mesma. Ao contrário, buscavam com esse evento promover a reflexão sobre o movimento e ao mesmo tempo criar um espaço de formação política dos trabalhadores.

Em junho de 1980, teve início a campanha salarial dos metalúrgicos de BH/Contagem com a realização de reuniões por fábricas. É interessante observar como essa prática, introduzida a partir da campanha salarial de 1978 entre os metalúrgicos, por pressão da oposição sindical, tornou-se parte do repertório da categoria e foi apropriada pelo sindicato. É o próprio presidente da entidade, João Silveira, quem fala sobre isso ao *Jornal dos Bairros*: “queremos mobilizar ao máximo a categoria, desenvolver a campanha por fábrica, porque temos que estar fortes para que no final da campanha, se os patrões não cederem às nossas reivindicações, possamos estar preparados para ir até a greve”. Além de reafirmar a importância das reuniões por fábricas, Silveira, que sempre foi reticente e sustentou um comportamento desencorajador da categoria quando a possibilidade de greve era mencionada nas assembleias, agora assegurava que, se as reivindicações não fossem aceitas, os metalúrgicos estariam preparados para a greve. Afirmou ainda que “a polícia e o governo estão contra os trabalhadores”. Ele, que nas assembleias mantinha um discurso conciliador em relação ao governo ditatorial, agora falava claramente que o governo estava contra os trabalhadores e que a política salarial era uma “enganação”. Também exaltava a importância

⁵⁸⁵ COMEÇA a Jornada Operária de Cultura. *Idem*, n. 81, 23 de novembro a 06 de dezembro de 1979, p. 12.

da Comissão de Salários, que acompanhava a diretoria do sindicato para negociar com os patrões, e da Comissão de Mobilização, responsável por articular os trabalhadores no interior das fábricas. Isso também demonstra a mudança no discurso do presidente do sindicato e uma apropriação das práticas introduzidas no meio metalúrgico de Belo Horizonte e Contagem pela pressão da oposição sindical e da categoria⁵⁸⁶.

Na primeira assembleia, além de definir quem faria parte da Comissão de Mobilização, os metalúrgicos decidiram fazer reuniões com as associações de bairro e a Pastoral Operária para pedir apoio para a campanha salarial⁵⁸⁷. Na assembleia posterior, a categoria definiu a seguinte pauta de reivindicações: aumento salarial de 15% além do índice estabelecido pelo governo, estabilidade de emprego a todo trabalhador metalúrgico pelo prazo de 12 meses a contar a partir do acordo salarial, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, reconhecimento e garantia de no mínimo um delegado sindical por fábrica com direito a estabilidade no emprego por dois anos, salário-mínimo para a categoria, com piso salarial de dez mil cruzeiros (Cr\$10.000,00) para todos os metalúrgicos e reajuste salarial trimestral em razão do aumento do custo de vida⁵⁸⁸.

Dessa vez, porém, a campanha salarial não empolgou os trabalhadores como nos anos anteriores. A adesão às assembleias, que chegaram a contar com mais de sete mil operários, agora permanecia baixa. Não havia segurança por parte dos ativistas sindicais e da categoria para realização de uma greve, o fantasma do desemprego rondava os trabalhadores⁵⁸⁹.

⁵⁸⁶ METALÚRGICOS iniciam luta salarial de 1980. *Idem*, n. 91, julho de 1980, p. 12. A partir de julho de 1980 o *Jornal dos bairros* tornou-se mensal.

⁵⁸⁷ REIVINDICAÇÕES serão decididas dia 10. *Idem*, n. 92, agosto de 1980, p. 8.

⁵⁸⁸ METALÚRGICOS unidos. *Idem*, n. 93, setembro de 1980, p. 8.

⁵⁸⁹ UMA RAZÃO para lutar: o trabalhador está sendo roubado em pelo menos 15% no salário. *Idem*, n. 94, outubro de 1980, p. 8.

CAPÍTULO 8 - TEMPO DE OPOSIÇÕES?

8.1 Unidade ou oposições sindicais

Para Maria Helena Moreira Alves (2005), o período que compreende o final dos anos 1970 e início da década de 1980 pode ser caracterizado pela preocupação de parcela dos trabalhadores com a organização política e a criação de partidos de oposição à ditadura, já que estava claro que a liberdade sindical estava ligada a questões políticas e às decisões do regime militar. O movimento sindical também teve de mudar suas estratégias de luta em função da recessão econômica vivida no Brasil no início dos anos 1980. Em muitos sindicatos, a luta passou a ser pela democratização dos locais de trabalho e pelo estabelecimento de comissões de fábrica. As greves por aumento de salários deixaram de ser prioridade diante do aumento do número de desempregados no país, ganhando importância os movimentos pela garantia de segurança no emprego (ALVES, 2005, p. 317).

Além disso, de acordo com Leôncio Rodrigues (1990, p. 11), nesse período ocorreu uma “veloz recomposição organizatória do sindicalismo brasileiro”. Essa recomposição pode ser observada, por exemplo, na organização do Partido dos Trabalhadores, e na realização de encontros e reuniões, como o Encontro Nacional dos Trabalhadores das Oposições Sindicais (Enos), seguido do I Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes) e ainda a formação da Articulação Nacional do Movimento Sindical e Popular (Anampos), que deram origem a duas entidades intersindicais de cúpula: Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (Conclat) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) (MARTINHO; SANTANA, 2002, p. 81).

Nesse momento, algumas reivindicações trabalhistas uniam sindicalistas de diversas correntes políticas e de atuação sindical, como a estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho sem perda nos salários, reforma da CLT, direito de greve, liberdade e autonomia sindical. As demandas políticas não ficaram de fora. Os sindicalistas também exigiam o fim das leis de exceção, a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte e reforma agrária. No entanto, Rodrigues (1990) aponta que, no geral, essas reivindicações eram bastante moderadas, afinal a ditadura ainda vigorava com suas instituições e legislação repressivas, e havia uma busca por manter uma unidade no movimento sindical, o que depois para o autor se mostrou “impossível”.

Mesmo assim, dois grupos se destacavam na luta por hegemonia no interior do movimento sindical: de um lado, “os autodenominados autênticos”, que unidos às oposições sindicais compunham o bloco que se autodeclarava “combativo”; do outro lado, a Unidade Sindical, que agrupava lideranças mais tradicionais, chamadas de “pelegas” pelo bloco combativo e congregava setores da esquerda como o PCB, o PCdoB e o MR-8. Esses dois blocos serão a base para fundação dos organismos intersindicais de cúpula posteriormente, o primeiro a CUT e o segundo a CGT (MARTINHO; SANTANA, 2002, p. 82). Diante disso, é interessante identificar como as lideranças operárias e ativistas sindicais do meio metalúrgico de BH/Contagem se posicionarão nessa conjuntura, as reivindicações trabalhistas encaminhadas e as demandas políticas defendidas.

Em 1981, os principais assuntos que ocuparam uma parcela dos metalúrgicos de BH/Contagem e principalmente os ativistas foram o desemprego e as eleições sindicais para a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Nesse cenário, as esquerdas, segundo a avaliação do ativista sindical Paulo César Funghi, não conseguiram manter uma unidade, como na eleição de 1978, visando constituir uma única chapa para concorrer com a chapa da continuidade, que tinha novamente à frente João Soares Silveira.

Ainda era janeiro de 1981, mas os ativistas sindicais de oposição deram início a reuniões para discutir como se organizariam para disputar as eleições sindicais daquele ano. O ativista Paulo Moura Ramos, integrante da Convergência Socialista, organizou um encontro na Pastoral Operária, na Cidade Industrial, que contou com a presença de 23 pessoas. No mesmo dia, no Colégio Padre Vieira, na região industrial, ocorreu uma reunião para debater sobre as eleições com outro grupo também denominado de oposição. Desse encontro participaram Albênio Dias de Carvalho, do MR-8, Cesário da Silva Palhares, Artur Geraldo Barbosa e José Vieira, do PCdoB.

Na opinião do agente da Polícia Militar de Minas Gerais que produziu o informe com os detalhes das duas reuniões, a oposição sindical estava dividida em três grupos: o primeiro liderado por Paulo Moura Ramos, o segundo por Albênio Dias de Carvalho e o terceiro ainda por ser identificado⁵⁹⁰. Essa avaliação, porém, não se confirmou. No final das contas, dois grupos de oposição se delinearão entre os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Um deles liderado por José Vieira e outro por Albênio Dias de Carvalho. No entanto, conforme veremos adiante, a intenção inicial, pelo menos de uma parte da

⁵⁹⁰ Informe nº 054/81/SST.3.2.1/PM/2, Belo Horizonte, 23 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 4938/81.

oposição, não era dividi-la, mas unir forças, como na eleição anterior, para “recuperar o sindicato”, já que tanto Vieira quanto Albêzio concordavam que, “para derrubar a ditadura militar, primeiro temos que conquistar os sindicatos pelegos”⁵⁹¹.

O grupo em torno de José Vieira passou a reunir-se na sede do jornal *Tribuna da Luta Operária*⁵⁹² e foi denominado União e Renovação. Era composto inicialmente por Joaquim José de Oliveira, nesse momento também envolvido na criação do PT, Paulo Moura Ramos, Paulo César Funghi e Maria Isabel Vieira, da Convergência Socialista, e ainda Ademir Romeu Batista, Cesário da Silva Palhares, Mauro Fernando e Joaquim Camilo. De início, as reuniões tinham como objetivo montar a plataforma da candidatura e organizar o trabalho da chapa de oposição. Foi então criada uma comissão composta por Paulo Moura, Joaquim Camilo, Cesário da Silva Palhares e Marcos Vinícius para analisar as sugestões surgidas nas reuniões. Também constituíram um plantão diário para coleta de propostas entre os trabalhadores.

No panfleto distribuído entre os metalúrgicos convidando para a reunião do “Movimento de Unidade e Renovação Sindical”, o grupo se posicionava contra o desemprego e por melhores salários. Além disso, dirigia-se aos trabalhadores dizendo que há 12 anos a categoria era “visita” no “nosso” sindicato e conclamava a retomada da entidade nas próximas eleições⁵⁹³. No encontro com trabalhadores realizado no dia 12 de abril de 1981, amplamente divulgado pelo panfleto *O Facão Vem Aí*, o tema do desemprego em massa no país e a proposta de redução da jornada de trabalho sem redução de salário foram debatidos. Havia inclusive boatos de que na Mannesmann ocorreria redução de quatro turnos para três, em função da diminuição de produção da Volkswagen, em São Paulo, já que a siderúrgica trabalhava na fabricação de chapas para a montadora. Diante disso, conforme ficou registrado pelo agente policial, para Ademir Romeu Batista “o ideal seria derrubar esse governo militar e implantar aqui o socialismo”. A *Tribuna da Luta Operária*, que acompanhou a organização desse grupo, depois de uma das reuniões publicou

⁵⁹¹ Fala registrada por um agente no Informe nº 444/81/SST3.2.1/PM/2, Belo Horizonte, 28 de abril 1981. APM, Fundo Coseg/MG.

⁵⁹² A *Tribuna da Luta Operária* foi um jornal semanário que circulou nacionalmente, entre 18 de outubro de 1979 e 30 de maio de 1988. Com tiragem que variava entre 5 mil e 60 mil exemplares, era vendido em portas de fábricas, bancas de jornal e nos sindicatos, e trazia notícias do movimento operário, sindical e camponês de várias partes do país. Em algumas fontes, é mencionado apenas como *Tribuna Operária* ou *TO*.

⁵⁹³ As reuniões do Movimento de Unidade e Renovação Sindical foram registradas nos seguintes informes: Informe nº 282 e 333/81/SST3.2.1/PM/2, Belo Horizonte, 02 de abril 1981, e panfleto anexo do movimento “Unidade e Renovação”. Informe nº 371/81/SST3.2.1/PM/2, Belo Horizonte, 06 de abril 1981 e nº 413/81/SST3.2.1/PM/2, Belo Horizonte, 15 de abril 1981. APM, Fundo Coseg/MG.

que todos os presentes eram “combativos grevistas de [19]79”⁵⁹⁴. Isso demarcava o tipo de comportamento político do grupo e o perfil de sindicato que se propunha a construir.

Paralelo à organização do Movimento de Unidade e Renovação Sindical, Albênio Dias de Carvalho também seguia se movimentando. Em um panfleto intitulado *Eleições: unidos pra vencer*, assinado por ele e distribuído aos metalúrgicos, Albênio conclama a diretoria do sindicato a realizar uma consulta pública à categoria, por meio de uma convenção. O objetivo era escolher o grupo que “seria a aspiração da categoria”, possibilitando ao sindicato, que “ganhou força e passou a ser o pesadelo dos patrões após as greves de 1979”, prosseguir com seu papel de destaque no Movimento de Unidade Sindical de Minas Gerais e na preparação da 1ª Conferência das Classes Trabalhadoras, a Conclat. Além disso, a estratégia proposta por Albênio visava “barrar” a ação do que ele chamou de “divisionistas”, que apareciam somente “para tumultuar nossas campanhas, fazer intrigas e semear a discórdia, atacando o nosso sindicato”⁵⁹⁵.

Insistindo em sua proposta de realizar uma convenção no Sindicato dos Metalúrgicos, Albênio convocou os trabalhadores para comparecer à entidade no dia 26 de abril de 1981, conforme divulgado no panfleto *Todos à convenção*⁵⁹⁶. A reunião começou com o clima quente, pois João Silveira e alguns membros da diretoria foram à subsele do sindicato tentar impedir a sua realização, já que Albênio não havia avisado à diretoria antes de convocar a categoria. O presidente da entidade ainda acusou Albênio de querer jogar os metalúrgicos contra a atual diretoria do sindicato e ganhar pontos para a eleição. João Silveira foi ameaçado de agressão pelos participantes da convenção e retirou-se do local com os demais dirigentes sob vaias.

Para Albênio de Carvalho, que confirmou sua intenção de formar uma chapa e se candidatar à presidência do sindicato, a atitude de João Silveira demonstrava o medo de perder as eleições. Nesse momento, ele foi contestado pelo ativista José Vieira, que o informou que, no dia 23 de abril, o Movimento Unidade e Renovação Sindical havia feito uma convenção na sede do jornal *Tribuna Operária* com a presença de 150 metalúrgicos e formado uma chapa de oposição na qual ele seria o presidente. Afirmou ainda que se

⁵⁹⁴ SILVEIRA envergonha operários mineiros. **Tribuna da Luta Operária**, São Paulo, n. 36, ano 2, 04 a 17 de abril de 1981, p. 4.

⁵⁹⁵ Panfleto *Eleições: unidos pra vencer*, assinado por Albênio Dias de Carvalho. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 4938/81.

⁵⁹⁶ Panfleto *Todos à convenção*, assinado por Albênio Dias de Carvalho. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta CA.02.01.

Albênzio quisesse poderia entrar na chapa, para que a oposição não ficasse dividida, mas ele se recusou⁵⁹⁷.

Albênzio Dias de Carvalho e seu grupo acabaram registrando a chapa 3 às vésperas de terminar o prazo legal para registro de chapas. Seguia acusando a chapa 2 de “divisionista” e afirmando que a chapa 1 havia se formado “entre quatro paredes”. João Silveira rebateu a crítica no *Jornal dos Bairros* explicando que Albênzio havia tentado entrar na chapa 1, mas, como não foi aceito, passou a criticá-la⁵⁹⁸.

A questão é que naquele momento, no plano nacional, militantes do PCB, do MR-8 e do PCdoB participavam juntos de uma corrente do movimento sindical denominada Unidade Sindical. Francisco Martinho (2001, p. 216) explica que seus participantes, de um modo geral, defendiam a participação política no PMDB e tachavam a proposta do PT de “divisionista”. Em relação às questões sindicais, eram favoráveis à autonomia dos sindicatos diante do Estado, mas não a sua total liberdade quando se tratava da possibilidade de se ter mais de um sindicato por base territorial. Em 1983, a Unidade Sindical irá fundar a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat).

Em alguns lugares do país, essa unidade se concretizou parcialmente, unindo o MR-8 ao PCB que, por meio dos jornais *Hora do Povo* e a *Voz da Unidade Operária*, se aliaram a lideranças que até aquele momento eram criticadas pelas oposições sindicais. Na eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, por exemplo, a chapa encabeçada por uma das lideranças das greves do fim da década de 1970, o Alemão, foi apoiada pela *Hora do Povo*, mas acabou perdendo para o grupo que tinha o apoio de Luís Inácio da Silva, o Lula. Já no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim de Andrade, o Joaquinzão, ganhou as eleições com apoio da *Hora do Povo* e da *Voz da Unidade Operária* e assumiu o sindicato pela sétima vez⁵⁹⁹.

No plano local, a unidade não foi possível. Mesmo Albênzio de Carvalho e João Silveira participando juntos de reuniões da Unidade Sindical de Minas Gerais meses antes, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem a tentativa do grupo político ligado ao MR-8 de fazer aliança com Silveira foi frustrada, pois ele se recusou a aceitar

⁵⁹⁷ Informe nº 444/81/SST3.2.1/PM/2, Belo Horizonte, 28 de abril de 1981. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta CA.02.01.

⁵⁹⁸ NOTAS sindicais: eleições metalúrgicas. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 103, junho de 1981, p. 12.

⁵⁹⁹ O resultado destas duas eleições foi comentado em: METALÚRGICOS de maior organização do país massacram a chapa apoiada pelo “Hora do Povo”. **Jornal dos Bairros**, Belo Horizonte, n. 105, agosto de 1981, p. 11.

Albênzio na chapa⁶⁰⁰. O MR-8 e o PCdoB também não se acertaram e não conseguiram montar uma chapa conjunta para concorrer às eleições. Os militantes do PCdoB, nesse momento, mantiveram-se na oposição e contaram com a participação de lideranças ligadas ao PT em sua chapa. No final das contas, para disputar a eleição de 1981 para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, constituíram-se três chapas: a chapa 1, encabeçada por João Silveira, que tentava se reeleger para seu quinto mandato consecutivo; e duas chapas de oposição: a chapa 2, liderada por José Vieira, ligado ao PCdoB; e a chapa 3, por Albênzio Dias de Carvalho, do MR-8.

No dia 31 de maio de 1981, ocorreu o lançamento oficial das chapas 1 e 3. De acordo com um informe confidencial do Serviço de Informações da Polícia Federal/Superintendência Regional de Minas Gerais, a chapa 1 foi lançada na subsede do sindicato, na Cidade Industrial, em um evento que contou com a presença de aproximadamente 600 pessoas. No informe, o agente da PF explica que a chapa 1, que ocupava a presidência do sindicato por 12 anos, seguia uma “linha moderada”, propondo-se a dar continuidade ao trabalho desenvolvido até então, com a ampliação das instalações do sindicato, construção de creches, assistência médica, dentária e jurídica aos associados, construção de escolas para os filhos dos associados e intercessão junto ao BNH para aquisição de casa própria. Também se propunha a lutar por estabilidade no emprego, combate ao alto custo de vida, fim do desemprego, pelo direito de greve, por melhores condições de vida e trabalho para a categoria.

Na ocasião, João Silveira e Ildeu do Couto Balbino, candidatos a presidente e vice, respectivamente, deixaram claro a posição da chapa 1: “conduzir as lutas com moderação e responsabilidade”. Para eles, o sindicato só seria forte se tivesse à frente pessoas aptas a negociar com as autoridades as reivindicações dos operários e em condições de conduzir as lutas sustentadas num suporte legal.

A chapa 3, por sua vez, foi lançada no mesmo dia, em uma quadra de esportes no Barreiro, em Belo Horizonte, com a presença de aproximadamente 800 pessoas. Na avaliação do mesmo agente, a chapa 3 seguia uma “linha esquerdista” e estava sendo apoiada pelo jornal *Hora do Povo*. O lançamento, que teria sido preparado por militantes do jornal,

⁶⁰⁰ Informe nº 166/116, ABH/80, Belo Horizonte, 22 de julho de 1980. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 1911/80. O objetivo dessa reunião era escolher os representantes mineiros para comporem a Executiva Nacional da Unidade Sindical. Também estiveram presentes João Paulo Pires de Vasconcelos, representante do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade; Wagner Alves Benevides, do Sindipetro/MG; Dídimo Paiva, do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais; Nilton Ferreira Borges, do Sindicato dos Fumageiros do BH; Arlindo José Ramos, dos Bancários; Marílio Malagut, do Sindicato dos Médicos e um representante da Fetaemg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais).

transcorreu em clima festivo, com a presença do líder comunista Luís Carlos Prestes e do líder sindical do ABC Paulista Emilson Simões de Moura, o Alemão, e foi animado com um show do cantor Agnaldo Timóteo.

A chapa 3, encabeçada pelo militante do MR-8 Albênio Dias de Carvalho, contava também com Antônio Carlos Gonçalves de Farias, Joaquim Fellizardo Gomes, José Araújo de Oliveira, Gentil Candido Neto, Geraldo Rodrigues e Regina Costa Almeida. No lançamento da chapa, Albênio Dias não apresentou uma plataforma de trabalho, mas afirmou “a sua disposição de lutar contra os exploradores da classe trabalhadora”. Segundo ele, o sindicato deveria “ser a trincheira dos operários para lutar contra o governo que oprime e humilha os trabalhadores”. Para Luís Carlos Prestes, que discursou na ocasião, o povo deveria centralizar sua luta contra o aumento do preço dos aluguéis e do custo de vida, contra a redução de salários e o desemprego, bem como pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Alemão, por sua vez, falou da necessidade de a oposição controlar os sindicatos para preparar uma greve geral nacional caso o governo não tomasse medidas de combate ao desemprego. Falaram ainda: Guilherme Tell, presidente do Sindicato dos Professores de BH, e Dimas Perrin, como representante do PMDB e militante histórico do PCB. Também foi notada a presença de José Sales Pimenta, vice-presidente da UNE, Juarez Amorim, ex-vice-presidente da UNE, Geraldo Magela, do Centro Brasileiro Democrático (Cebrade), Maria de Fátima Oliveira, a Fatinha, e Vicente Gonçalves, presidente da União dos Trabalhadores da Periferia de BH (UTP/BH)⁶⁰¹.

A chapa 3 passou a denominar-se Metalúrgicos Avante!, tendo como principal líder Albênio Dias de Carvalho, o Boné, liderança reconhecida pelos metalúrgicos depois das greves de 1979. Os panfletos citados anteriormente intitulados *Eleição: unidos para vencer* e *Todos à convenção* eram assinados por ele e traziam sua foto falando aos trabalhadores da Mannesmann durante as greves.

Para o lançamento da chapa 3, Albênio Dias de Carvalho reuniu-se com moradores dos bairros da região industrial, prática comum do movimento operário e sindical daqueles anos. A reunião do dia 24 de maio, realizada com moradores da Vila Santa Maria, em Contagem, no galpão anexo à igreja local, contou com a presença de 17 pessoas e foi registrada pela Coordenação de Informações da Coseg/MG⁶⁰². Tinha como objetivo angariar

⁶⁰¹ Todas as informações sobre o lançamento das chapas 1 e 3 foram extraídas do Informe confidencial n°0562/81-SI/SR/DPF/MG, Belo Horizonte, 05 de junho de 1981. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta CA.02.01..

⁶⁰² Informe 145/Coseg/81, Belo Horizonte, 03 de junho de 1981. Assunto: Reunião de moradores da Vila Santa Maria. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta 4938/81.

apoiadores para a chapa. Na ocasião, duas moradoras integrantes da associação do bairro, Maria Luzia Ferreira e Geni Pereira Mendonça, defenderam o apoio à chapa, em especial a Albênzio. Maria Luzia parecia estar bem informada sobre a trajetória do ativista. Em sua fala, a moradora comentava que, depois de liderar a greve dos metalúrgicos da Mannesmann em 1979, ele teria sido perseguido, tendo dificuldade para conseguir novo emprego e que, em razão disso, ela o estava ajudando na campanha da chapa 3. Maria Luzia também conta aos presentes que Albênzio havia tentado uma união entre as chapas concorrentes, mas não obteve êxito. Por fim, convidou os presentes para a festa de lançamento da chapa e pediu o apoio dos moradores da vila. Geni Mendonça também se manifestou. Em sua fala, ela afirmou não gostar de política, mas apoiava Albênzio “por ser ele um bom rapaz”, mostrando-se empenhada em ajudá-lo na campanha eleitoral.

Segundo o mesmo informe da Coseg/MG, Geni havia distribuído e afixado cerca de 70 cartazes da chapa 3 pela vila e imediações, bem como distribuído panfletos de propaganda. É dela também a sugestão para que Albênzio providenciasse dois ônibus para levar os moradores da vila ao evento de lançamento da chapa. Ao que parece, o agente que elaborou o informe preocupou-se especialmente com Geni, pois acrescentou informações pessoais sobre ela no documento: era separada, seu ex-marido vivia em Governador Valadares/MG com seus dois filhos, vivia “maritalmente com outro homem”, com quem tinha dois filhos, todos morando em um barraco de madeira localizado à rua 13, n. 20; trabalhava como costureira e faxineira. Pelo que se vê, o agente não encontrou ligação de Geni com grupos políticos, mas se preocupou demasiadamente com a vida amorosa dela.

A chapa 2, também inscrita na disputa eleitoral, foi lançada no dia 13 de junho de 1981, na subsede do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, na Cidade Industrial. Animado por um “lascado forró” e com apoio de antigas lideranças metalúrgicas como Mário Bento e Antônio Santana Barcellos⁶⁰³, o lançamento contou com a presença de 600 pessoas, incluindo representantes de outros sindicatos, como dos médicos, das assistentes sociais e dos professores de Minas Gerais. Na ocasião, o metalúrgico e cabeça de chapa José Vieira se comprometeu a lutar pela estabilidade no emprego, contra o alto custo de vida, pelo direito de greve, salário desemprego, construção de creches para os filhos de trabalhadores, criação de uma cooperativa para vender gêneros alimentícios a preços mais

⁶⁰³ METALÚRGICOS fazem em Contagem grande festa da chapa 2. **Tribuna da Luta Operária**, São Paulo, n. 43, ano 2, 04 a 17 de julho de 1981, p. 4

baratos e pela Central Única dos Trabalhadores⁶⁰⁴. Sobre a plataforma da chapa 2, observa-se que, com exceção da proposta referente à criação da CUT, de um modo geral, as demais não se diferenciam das apresentadas pela chapa 1. Nota-se também que, no final das contas, algumas pessoas que participaram do processo inicial de organização da chapa 2 retiraram-se dela, provavelmente por divergências políticas. Foi o caso de Paulo César Funghi e Paulo Moura Ramos, ambos da Convergência Socialista, e Ignácio Hernandez, que nesse momento estava envolvido com a estruturação do PT, tendo assumido a presidência do diretório do partido em Contagem.

8.2 O problema do desemprego

Além da disputa eleitoral, que com certeza consumia grande parte da energia das lideranças sindicais nesse momento, havia a preocupação com o problema desemprego. Os ativistas e dirigentes do sindicato realizaram algumas reuniões para debater o tema e elaboraram boletins para esclarecer os trabalhadores e convocá-los para participar desses encontros⁶⁰⁵. No entanto, mesmo os ativistas reunidos para debater um tema que era uma preocupação de todos, pois a luta contra o desemprego apareceu entre as promessas de campanha das três chapas concorrentes, isso não os fazia deixar os conflitos de lado. Ao contrário, as reuniões sindicais sempre foram e continuavam sendo espaços de disputa política. Na assembleia do dia 17 de maio de 1981, em que estiveram presentes 200 metalúrgicos, número aquém daqueles apresentados em plenárias realizadas no ano de 1979, ocorreu um tumulto entre os integrantes das chapas de oposição e a diretoria do sindicato. Albênio Dias de Carvalho, líder da chapa 3, chegou a ser ameaçado de agressão e foi acusado por um diretor do sindicato de não ser metalúrgico de fato e ficar na entidade somente para jogar a classe contra a diretoria, conforme registrado pelo agente secreto da Polícia Militar presente. José Vieira, líder da chapa 2, também entrou em atrito com a diretoria da entidade, mas na avaliação do mesmo agente foi em grau menor que Albênio, que na mesma ocasião acusou a chapa 2 de “divisionista”.

Apesar do tumulto, os metalúrgicos conseguiram aprovar as seguintes proposições: que o trabalhador não deveria assinar aviso prévio sem antes consultar o sindicato nem fazer

⁶⁰⁴ Informe nº 0605/81 – SI/SR/DPF/MG, Belo Horizonte, 22 de junho de 1981. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 4938/81.

⁶⁰⁵ Informe 127/Coseg/81, Belo Horizonte, 13 de maio de 1981. Em reunião realizada no dia 03 de maio de 1981 estiveram presentes 60 metalúrgicos. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta CA.02.01.

horas extras, apoiariam a greve dos metalúrgicos da Fiat Diesel do Rio de Janeiro por meio do fundo de greve e criariam uma comissão de metalúrgicos para estudo de medidas que evitassem demissões nas indústrias metalúrgicas, mecânica e de material elétrico de Belo Horizonte e Contagem⁶⁰⁶. A partir dessas proposições, o sindicato lançou um boletim orientando os trabalhadores, divulgando as ações e convocando os metalúrgicos para participar das reuniões seguintes. O boletim acusava a classe patronal de se aproveitar da crise vivida no país, criada, principalmente, pela “incompetência” do governo e pela “submissão” aos interesses das multinacionais e dos banqueiros, uma situação que, segundo o boletim, provocava o desemprego em massa e a falência das pequenas e médias empresas.

Diante disso, era “hora de dar um ‘basta’ a esses abusos” e dizer “não” à redução da jornada de trabalho, resistindo como os “metalúrgicos da Volkswagen” e os trabalhadores da Fiat-Diesel, no Rio de Janeiro, que haviam entrado em greve pela estabilidade e contra a demissão de 250 trabalhadores. Também relatava que em Belo Horizonte e Contagem houve tentativa de implantar a redução da jornada com redução salarial, mas diante da “posição firme e decidida da diretoria do sindicato” as empresas recuaram. Por isso, a diretoria conclamava “a participação valente dos metalúrgicos e metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem”. Pela primeira vez, o sindicato assumia um discurso mais agressivo em relação aos empregadores afirmando claramente: “nosso sindicato continuará a não compactuar com esses abusos dos patrões. Não podemos e não vamos aceitar essas demissões. Não homologaremos essas dispensas em massas. Vamos exigir a garantia do emprego para todos!”. E completava dizendo que para enfrentar tudo isso precisava do apoio da categoria e que qualquer ameaça de demissão deveria ser denunciada ao sindicato⁶⁰⁷.

Alguns meses depois, não foi possível e nem preciso mais sustentar essa atitude aguerrida, afinal, as eleições já tinham passado e João Silveira havia garantido mais um mandato. Fato é que em agosto de 1981 a Belgo Mineira propôs aos trabalhadores redução salarial de 22% e diminuição da jornada de trabalho em todas as suas unidades: no escritório central, em Belo Horizonte, e nas fábricas de Sabará, Contagem e João Monlevade, tendo alcançado êxito nas três primeiras. Em Contagem, a diretoria do sindicato ignorou a decisão dos metalúrgicos em plenária de que as negociações com os patrões deveriam ser submetidas a votação secreta e realizou uma assembleia na Belgo para submeter a proposta

⁶⁰⁶ Informe nº 516/81/SST3.2.1/PM/2, Belo Horizonte, 22 de maio de 1981. APM, Fundo Coseg/MG,

⁶⁰⁷ Cópia xerox de boletim de convocação. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta CA.02.01.

da empresa aos trabalhadores⁶⁰⁸. Obviamente, esses trabalhadores não puderam se manifestar livremente por estarem participando de uma reunião dentro da fábrica, vigiada pelas chefias, onde o risco de demissão era certo para quem fosse abertamente contrário à proposta da Belgo.

O Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem continuou convocando reuniões para tratar do tema do desemprego. Porém, a participação dos metalúrgicos era pequena. Na reunião do dia 26 de maio, por exemplo, apenas 70 trabalhadores compareceram, entre eles os ativistas sindicais de sempre: Albênio Dias Carvalho, Joaquim José de Oliveira, José Vieira, Mário Castro, Paulo César Funghi e os dirigentes João Silveira, Ildeu do Couto, Benedito Leandro, Gaspar dos Reis e Pedrinho. No entanto, novamente a reunião contou com a presença de um agente policial infiltrado, que registrou a denúncia da demissão de 12 funcionários da fábrica Auso, incluindo três membros da Cipa, e a presença das metalúrgicas Regina, Júlia Maria Pinto, Eliete e Marisa. Delas, somente Regina Costa Almeida – integrante da chapa 3 e militante do MR-8, metalúrgica na fábrica União Aproveitamentos Industriais – falou, insistindo na necessidade de o sindicato se reunir com os trabalhadores para discutir desemprego e estabilidade de seis meses. João Silveira também se pronunciou para informar sobre sua ida a Brasília para levar as propostas levantadas em reuniões anteriores: garantia de estabilidade de seis meses no emprego, delegado sindical, criação do Dia Nacional dos Metalúrgicos, revogação da lei de redução de horas e readmissão de trabalhadores demitidos⁶⁰⁹.

Em julho de 1981 ocorreram as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem. A chapa 1 venceu no primeiro turno, com 6.030 votos contra 2.730 da chapa 2 e 2.300 da chapa 3. O *Jornal dos Bairros* aproveitou o momento para fazer algumas reflexões sobre esse resultado. A primeira ponderação era de que não adiantava criticar os metalúrgicos por terem votado na chapa 1. Na opinião do jornal, o voto dos metalúrgicos merecia respeito e, se eles que fizeram greves, participaram de assembleias votaram em João Silveira, era pelo fato de não terem aceitado as alternativas propostas pelas chapas de oposição. Aqui, é interessante como a responsabilidade pela vitória da chapa 1 é colocada na conta das oposições. É fato que a divisão da oposição nesse contexto facilitou a vida de João Silveira e de seu grupo, mas nada garante que se houvesse apenas uma chapa concorrente o resultado seria diferente. Outra coisa é que, se os votos dos metalúrgicos mereciam respeito, então,

⁶⁰⁸ MULTINACIONAL Belgo Mineira usa pelego e reduz salários. **Tribuna da Luta Operária**, São Paulo, n. 46, ano 2, 15 a 28 de agosto de 1981, p. 8.

⁶⁰⁹ Informe sem número. Belo Horizonte, 29 de maio de 1981. APM, Fundo Coseg/MG, Pasta CA.02.01.

porque não considerar que talvez aqueles que votaram na chapa 1 realmente desejassem a continuidade de João Silveira e demais dirigentes do sindicato, ainda mais que essa diretoria continuava garantindo a assistência aos trabalhadores e suas famílias.

O segundo ponto analisado pelo jornal foi a soma dos votos da oposição. Estes totalizavam 5.030, ou seja, apenas 1.000 votos atrás de Silveira, colocando a oposição em um lugar relevante na categoria. Essa matemática eleitoral para os analistas possibilitaria “empurrar o sindicato pra frente”, pois a nova diretoria não teria como ignorar o peso da oposição. De todo modo, a avaliação era de que o Sindicato dos Metalúrgicos havia mudado depois de 1978: lançou um jornal e seguiu o surto grevista, dando menor peso ao assistencialismo. É interessante observar que essa constatação não vinha acompanhada com o habitual tom de crítica sempre dirigido a João Silveira. Na verdade, há até certo otimismo da parte do *Jornal dos Bairros*, ao afirmar que a nova diretoria eleita daria “novos passos no sentido da democratização e abertura do sindicato”.

A meu ver, João Silveira soube fazer uma leitura do contexto pelo qual passava o movimento operário e sindical no Brasil e em nível local e acomodou-se a esse novo momento, consolidando a mudança em sua “fachada política”, permitindo-se até mesmo algumas críticas ao regime militar e aos patrões, algo inimaginável em anos anteriores. Contudo, se faltou crítica a João Silveira, sobrou para as oposições, que para o jornal não haviam sido capazes de conquistar a confiança da maioria dos metalúrgicos. Assim, enquanto depois de 1978 a diretoria do sindicato mudou, em sua avaliação a oposição não amadureceu, dividindo-se em diversas “facções” que inclusive dificultaram a campanha salarial de 1980. A chapa 3, formada no último momento por partidários do jornal a *Hora do Povo*, depois da recusa de João Silveira em aceitar Albêzio Dias de Carvalho na chapa 1, só não sofreu um vexame nas urnas pois contou com votos de funcionários da Mannesmann, fábrica onde Albêzio trabalhava e se destacou como liderança sindical durante as greves de 1979. A chapa 2, que em sua opinião seria a “verdadeira oposição”, também foi criticada, por não ter conseguido o engajamento de setores como a Igreja Católica, movimentos de bairro e outros sindicatos e, principalmente, o reconhecimento da categoria⁶¹⁰.

Em minha análise, as duras críticas do *Jornal dos Bairros* à oposição sindical passavam também pelas disputas políticas do campo da esquerda nesse momento. Os jornalistas à frente desse jornal, como Nilmário Miranda, ex-militante da Polop, e Tilden

⁶¹⁰ METALÚRGICOS de maior organização do país massacram a chapa apoiada pelo “Hora do Povo”. *Jornal dos Bairros*, Belo Horizonte, n. 105, agosto de 1981, p. 11.

Santiago, entre outros, em sua maioria, estavam envolvidos com a construção do Partido dos Trabalhadores e utilizavam o jornal como espaço de disputas com os outros partidos e organizações, especialmente o MR-8.

José Vieira corrobora em parte com a opinião do jornal. Para ele, se não tivesse ocorrido uma divisão na oposição sindical, teria sido possível “derrubar” João Silveira nas eleições de 1981.

Em [19]81, se não fosse a divisão da oposição a gente teria derrubado essa diretoria do João Silveira, certo, mas a oposição se dividiu. Esse líder que tinha surgido aí que era ligado a um partido político, no caso um movimento, o MR-8 na época, que era o Albênzio, ele racha a oposição, aí sai três chapas. Sai a situação, repete a chapa de [19]78, as forças que compuseram a chapa de [19]78 se agrupam novamente na chapa 2, aí, fui eu que encabecei essa chapa. Fui candidato a presidente em [19]81 e o Albênzio que tinha, que estava se beneficiando dessa liderança recente dele através dessa greve de maio da Mannesmann, ele monta uma chapa, sem muita representatividade, mas suficiente para dividir os votos da oposição. Então, por muito, por uma pequena margem a situação voltou a ganhar, não é? E sem muito segredo. Porque tradicionalmente o quadro de aposentados dos sindicatos vota com a situação. E nesse período aí, a diretoria do sindicato tinha trabalhado muito sobre esse controle dos aposentados, aí os aposentados decidiram essa eleição. A base dos aposentados é que decidiu essa eleição, essa de [19]81. Agora do ponto de vista do movimento operário todos esses anos aí, a partir de [19]79, foram num crescendo, não é? As greves foram se repetindo, houve muita formação de comissões de fábrica, algumas legais, outras clandestinas. Era uma linha de organização do movimento operário nessa época de montar as comissões de fábrica e uma efervescência, um debate de ideias muito rico. Até hoje o maior volume de ativistas do movimento sindical é dessa fornada, é de gente que se formou durante o auge do movimento de massas, durante esse ascenso do movimento que houve a partir de [19]77 até meados de [19]80. (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

Vieira coloca na conta de Albênzio Dias de Carvalho a divisão da oposição e fala da falta de representatividade da chapa 3. No entanto, é preciso problematizar essa afirmação, pois o resultado da eleição mostra um equilíbrio em relação ao número de votos das chapas oposicionistas. O entrevistado também responsabiliza os aposentados pelo resultado da eleição, pois segundo o ativista foram os votos deles que deram a vitória a João Silveira. De todo modo, José Vieira não desconsidera o trabalho realizado; para ele, o movimento operário havia crescido muito nesse período, fruto da ação da oposição, que conseguiu organizar comissões de fábrica abertas e clandestinas e formar muitos ativistas para atuarem no movimento sindical.

Quem também fez uma avaliação do resultado das eleições foi o Serviço Nacional de Informações, por meio de sua agência em Belo Horizonte (SNI/ABH). Para o órgão, a eleição movimentou consideravelmente a vida dos trabalhadores metalúrgicos da região. A chapa 1, nomeada de “situação” e encabeçada pelo atual presidente da entidade, era descrita

como “sem vinculação ostensiva a qualquer organização subversiva, mas simpatizante do PCB, ala Giocondo Dias”. Também dentro do movimento operário, os integrantes da chapa 1 demonstravam serem partidários da Unidade Sindical de Minas Gerais (USMG). Já a chapa 2, teria sido inicialmente liderada por Ignácio Hernandez, considerado pela agência o criador da Oposição Sindical Metalúrgica em Belo Horizonte e Contagem. Porém, por divergências com ele, a liderança da chapa passou para “os militantes esquerdistas” José Vieira e Joaquim José de Oliveira, tendo a chapa 2, a partir daí, passado a receber apoio do PCdoB e veicular propaganda no jornal do partido: *Tribuna da Luta Operária*. Aqui, cabe esclarecer que a saída de Ignácio da chapa talvez se explique mais pelo fato de ele não fazer mais parte da categoria e ter assumido a presidência do PT em Minas Gerais do que propriamente por divergências. Por fim, a chapa 3, de acordo com o informe, era liderada por Albênio Dias de Carvalho, líder grevista, identificado como militante do MR-8 e ligado à ala de Luís Carlos Prestes no PCB, que a essa altura já havia saído do partido.

A agência ainda descreveu quais foram as estratégias desenvolvidas por cada uma das chapas durante a campanha. A chapa 1, segundo relatório, foi a que menos fez propaganda. Sua atuação deu-se basicamente no meio metalúrgico, “conscientizando” os trabalhadores nas fábricas e os lembrando do trabalho realizado até então, denominado de “sindicalismo autêntico”. A chapa 2, por sua vez, atuou também na “conscientização” dos trabalhadores, tendo extrapolado de “maneira modesta” em suas propagandas o meio metalúrgico de BH/Contagem. Já a chapa 3, na avaliação do SNI/ABH, teve a campanha mais movimentada das três, realizando amplo trabalho de panfletagem na região da Grande BH. Teve atuação abrangente junto aos trabalhadores nas portas de fábricas e buscou conquistar simpatizantes, fazendo “propaganda contrária e ofensiva” à chapa 1⁶¹¹. A chapa 3, como visto anteriormente, também procurou apoiadores entre as associações de bairro e moradores da região industrial.

A briga entre integrantes das chapas 3 e 1 acabou resultando em violência quando em frente à portaria 4 da Mannesmann, durante um tumulto envolvendo membros e apoiadores das duas chapas, os médicos Ulisses Panisset e Roberto Bittencourt, apoiadores da chapa 3, foram feridos por golpes de faca. Roberto foi ferido levemente no braço e Ulisses, identificado como líder grevista e militante do MR-8, foi internado no Hospital de Pronto-Socorro, sendo logo liberado. Depois dessa briga as coisas se acalmaram, tendo o

⁶¹¹ Informação nº 133/116/ABH/81, Belo Horizonte, 21 de setembro de 1981. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 4938/81.

pleito e a posse da chapa 1, vencedora das eleições, transcorrido de forma tranquila, segundo registros da agência. A tranquilidade, no entanto, era vista de maneira cautelosa pelo SNI/ABH, pois se por um lado a vitória da chapa 1 representava a continuidade de um comportamento identificado como moderado, “dentro de um sindicalismo mais autêntico”, por outro, em sua avaliação, a oposição à diretoria empossada tenderia a aumentar, devido ao nível de organização alcançado pelas chapas de oposição e pela quantidade de pessoas que conseguiram arregimentar durante a campanha eleitoral. Sobre isso, é interessante observar que em todas as avaliações das eleições o trabalho de organização da oposição é reconhecido, inclusive pelo SNI.

Em 13 outubro de 1981, a Agência Central do Serviço Nacional de Informações, com base em informações enviadas pela Agência de Belo Horizonte, produziu um documento que foi encaminhado à Divisão de Informação do Ministério do Trabalho (DSI/MTb), ao Centro de Informação do Exército, da Aeronáutica e Marinha, Cie, Cisa, Cenimar, respectivamente, e ao Centro de Informação do Departamento da Polícia Federal (CI/DPF). O informe confidencial reproduzia informações relatadas pela SNI/ABH sobre as três chapas concorrentes e trazia a relação dos nomes e empresas onde trabalhavam os integrantes da diretoria empossada no dia 29 de agosto daquele ano, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Ao final, o documento concluía que não havia registros de ligações com “organizações subversivas” de nenhum dos membros da nova diretoria e que esta vinha atuando exclusivamente no meio metalúrgico, pautando sua ação numa “linha moderada” e voltada para a defesa das reivindicações de interesses trabalhistas da categoria⁶¹².

Assim, por mais que o jornal *Em Tempo* tenha falado em uma mudança na “fachada política” de João Silveira e o *Jornal dos Bairros* apontado as mudanças no Sindicato dos Metalúrgicos depois de 1978, e mesmo com alguns ativistas mais combativos tendo acusado Silveira de se apropriar de suas práticas, os órgãos de informações da ditadura militar naquele momento estavam tranquilos em relação à diretoria eleita, pois ela apresentava um comportamento político moderado e uma linha de ação que, ainda que com algumas mudanças, representava, para usar a expressão de Heliene Nagasava (2018), o “sindicato que a ditadura queria”. Após o resultado das eleições, a categoria se reuniu em torno da campanha salarial. Contudo, as mobilizações já não tinham o mesmo ímpeto do final da década de 1970. O desemprego era um inimigo real e se colocava como mais um desafio ao

⁶¹² Informação nº 356/19/AC/81, Belo Horizonte, 21 de setembro de 1981. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 19953/81.

movimento operário e sindical no que tange às formas de organização dos trabalhadores naquele contexto.

8.3 Depois das eleições, como mobilizar?

Para Michel Le Ven (1987), de um modo geral, o movimento operário e sindical em Minas Gerais mudou de estratégia e de conteúdo entre 1981 e 1985. Com isso, teria perdido seu caráter de massa e modificado o conteúdo e as formas reivindicativas acerca das questões salariais e de melhoria de condições de trabalho, passando de uma posição ofensiva para defensiva. Nesse sentido, o autor aponta que o movimento operário buscou mais do que nunca a estratégia da negociação com empresas e o poder público a fim de defender o emprego e as melhorias já conquistadas, mas que nessa conjuntura se encontravam ameaçadas, obrigando muitas vezes os trabalhadores “a trocar benefícios salariais por segurança no emprego” (LE VEN, 1987, p. 38).

Outra estratégia utilizada pelos metalúrgicos foi a realização de campanhas salariais unificadas, como as realizadas em 1982, 1984 e 1985, com objetivo de aumentar o poder de pressão da categoria, visando manter o nível salarial em um padrão razoável e coletivo, evitar a rotatividade de mão de obra e, em última instância, o desemprego. De todo modo, embora com uma conjuntura desfavorável e o risco iminente de perder o emprego, os trabalhadores metalúrgicos de BH/Contagem continuaram a fazer greves e movimentos reivindicatórios dentro do espaço fabril (LE VEN, 1987), como será analisado adiante. Mas o fato é que, mesmo sendo o momento de “abertura política”, o Sindicato dos Metalúrgicos, suas lideranças e ativistas seguiam sendo monitorados pelos órgãos de informação e reprimidos pela polícia.

No início de 1982, a Agência do SNI em Belo Horizonte produziu um informe em que avalia novamente o resultado das eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Também comunica que na campanha salarial do ano anterior as partes, trabalhadores e patrões, seguiram para a fase de negociação no Tribunal Regional do Trabalho e já na primeira reunião, realizada no dia 13 de outubro, foi celebrado acordo entre elas. O acordo não constituía reajuste salarial, mas estabelecia valores percentuais referentes à produtividade a serem recebidos pelos metalúrgicos a partir da data-base: 3,5% para quem recebia até três salários-mínimos, 2% para quem ganhava entre três e dez salários e 1,5% acima de dez mínimos; e por fim, a garantia de estabilidade

no emprego até janeiro de 1982. Como se vê no acordo, a necessidade de garantir um tempo mínimo de estabilidade no emprego ganhou importância nas negociações, mais do que as reivindicações por reajuste salarial, ainda que tenha havido uma tentativa de garantir algum ganho relativo à produtividade.

Apesar do resultado dessa campanha salarial, a ABH/SNI levantava uma preocupação em relação ao sindicato e sua diretoria, o que causa certa estranheza. Segundo o informe, o Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem havia iniciado a publicação do jornal *Marreta na Bigorna*, cuja responsabilidade era atribuída ao presidente da entidade, João Silveira. Na análise da agência local do SNI, o jornal estava tentando promover o descontentamento dos trabalhadores com os patrões, a formação de comissões de fábrica, o boicote à produção e a maior participação dos trabalhadores nas reuniões do sindicato. Concluía que não era possível ainda avaliar a repercussão da publicação entre os trabalhadores, pois o periódico se encontrava ainda em sua terceira edição, não conseguindo “despertar o leitor normalmente despreparado culturalmente para seus reais objetivos”. De toda forma, a agência se manteria atenta, pois para ela havia o risco de *Marreta na Bigorna*, no médio prazo, transformar-se em aliado na condução de movimentos de massa junto aos trabalhadores da região industrial⁶¹³. Como a ABH/SNI anexou os três primeiros exemplares do jornal ao relatório, é possível conhecer o conteúdo da publicação. Separei alguns trechos para análise.

O boletim *Marreta na Bigorna* foi produzido em formato de história em quadrinhos, usando de desenhos e linguagem direta. Chama a atenção a mudança na estratégia de comunicação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos com a categoria, buscando com isso falar mais diretamente ao trabalhador. A publicação quinzenal era desenhada por Alberto José Lobo, o Berzé, ex-metalúrgico e ativista sindical, que nesse momento já não fazia mais parte da categoria, dedicando-se exclusivamente ao desenho.

O primeiro número do boletim data de dezembro de 1981. Nele, um trabalhador aparece correndo do custo de vida, da crise, do desemprego e ao final perde o fôlego e se rende. Em contraposição a isso, aparece um grupo de trabalhadores discutindo sobre a crise e combinando de irem ao sindicato marcar uma reunião. O grupo avista o metalúrgico Juca e o convida para ir ao sindicato. Ele se recusa por achar que não adianta nada e vai embora. Ao chegar em sua casa relata o ocorrido à esposa, que, nervosa, faz um discurso favorável à

⁶¹³ Informação nº 021/112/ABH/82, Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 1982. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 6019/82.

luta dos trabalhadores e o ameaça dizendo que se ele não fosse à reunião ela iria em seu lugar. O episódio termina aí. Entendo ser um episódio, pois o boletim finaliza com uma chamada aos leitores para que não perdessem a continuação no próximo número, buscando gerar uma expectativa em relação ao comportamento de Juca dali em diante e dos demais trabalhadores.



Figura 23 - Capa do primeiro número do boletim *Marreta na Bigorna*, 1981. Fonte: Arquivo Nacional, Fundo SNI.

O número dois, de janeiro de 1982, começa com um patrão sentado em cima de sacos de dinheiro. A história anterior é retomada com uma reunião no sindicato que contou com a participação de apenas 23 trabalhadores e gerou certo desânimo. Nesse momento, surge o presidente do sindicato, João Silveira, transformado em personagem da história. É ele quem aparece para animar o trabalhador, dizer que os patrões eram minoria e que tinham medo da organização dos trabalhadores. O boletim também aborda a pouca participação nas assembleias e as demissões de trabalhadores em função da atuação no sindicato, demonstrando que a prática de demitir trabalhador que tivesse qualquer tipo de ativismo

sindical ainda continuava no início dos anos 1980. Os 23 trabalhadores presentes na assembleia decidem se mobilizar nas fábricas, buscando, em cada seção das empresas, operários dispostos a organizar a luta. Além disso, decidem diminuir a produção fazendo uma operação tartaruga para que, sem estoque, a fábrica não precisasse demitir os trabalhadores. No entanto, o boletim reafirma que qualquer reivindicação só seria alcançada se os trabalhadores se unissem ao sindicato. Observa-se aqui uma busca do sindicato de reforçar seu papel de mediador e tentar trazer os trabalhadores para a entidade.

No terceiro número do boletim, o tema trazido foi a organização dos trabalhadores no interior da fábrica.



Figura 24 - Detalhe do terceiro número do boletim *Marreta na Bigorna*, 1981. Fonte: Arquivo Nacional, Fundo SNI.

No trecho acima, em linguagem simples e direta, tanto nos desenhos quanto nas falas, o informativo procura mostrar os ativistas sindicais mobilizando os trabalhadores em suas seções, conversando sobre o melhor momento para se reunirem e dialogarem, que era normalmente na hora do café ou do almoço, ou ainda fora da fábrica, na casa de algum trabalhador. Afirma ainda a necessidade de se sindicalizarem e alerta os trabalhadores para não trabalharem tanto, pois isso poderia enfraquecer a luta. É interessante observar que, se a história em quadrinhos comunicava de maneira direta com os trabalhadores, por outro lado também alertava os empregadores e os órgãos de informação sobre o repertório de ação das lideranças naquele momento.

Em agosto de 1982, buscando manter-se informado sobre a atuação de alguns setores da sociedade, o Serviço Nacional de Informações encaminhou uma circular às agências regionais solicitando que elaborassem uma “apreciação conjuntural” em cada estado

avaliando a “atuação da subversão” nos últimos três meses nos “setores políticos, estudantil, operário, sindical e de trabalho de bairro”. No documento, deveria constar o número de militantes e as ações das organizações, a infiltração comunista nos setores de circulação da imprensa alternativa, as dissidências internas e/ou alterações na política-ideológica das organizações e sua participação nas frentes políticas de esquerda. Nas conclusões, as agências deveriam avaliar se houve “evolução” ou “regressão” das atividades subversivas, especificando em que segmentos da sociedade esse fato ocorreu. Assim, na década de 1980, mesmo com o discurso público de abertura política, os órgãos de informações continuavam monitorando alguns setores da sociedade, instituições e indivíduos, em busca de “atuação da subversão” e de “infiltração comunista”, demonstrando os limites dessa abertura.

De um modo geral, a apreciação da Agência Regional do SNI em Belo Horizonte avaliava que nos últimos três meses de 1982 (junho, julho e agosto) não haviam sido verificadas ocorrências de “atividades subversivas ostensivas”. O que se observou, segundo o informe, foi que “as organizações subversivas” estavam realizando “ações de politização e doutrinação esquerdista” no meio estudantil e operário. Contudo, o órgão não explica exatamente em que consistiam essas ações.

Em relação ao setor operário e sindical, foco de interesse deste trabalho, de acordo com a agência, a atuação das “organizações subversivas” ocorreu por meio de militantes que faziam parte do quadro de sindicatos e associações, localizados especialmente na grande Belo Horizonte, “por concentrar os sindicatos de maior representatividade do estado”, possibilitando aflorar “elementos comprometidos com organizações e/ou ideologias alienígenas”. Aqui aparece novamente o discurso que relaciona a militância política a ideias externas. O órgão ainda explicava que o movimento sindical naquele momento estava dividido em duas correntes, a unidade sindical e a oposição sindical, que, mesmo “antagônicas entre si”, lutavam pelo mesmo objetivo: “a construção de uma Central Sindical a nível nacional”. Nesse ponto nota-se que os órgãos de informação estavam atentos às discussões recentes no meio sindical no sentido de organizar uma central sindical.

Dos sindicatos “controlados ou infiltrados por elementos esquerdistas”, o documento cita o Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, destacando a figura do presidente João Silveira como simpatizante do Partido Comunista Brasileiro e José Vieira, Joaquim José de Oliveira, Albênio Dias de Carvalho, conhecidas lideranças metalúrgicas. Em relação ao presidente do sindicato, gera estranhamento a afirmação acerca da simpatia de João Silveira pelo PCB, visto que ele adotou durante grande parte do período em que esteve na direção do sindicato um comportamento político alinhado ao Ministério do Trabalho e em alguns

momentos chegou a elogiar a ditadura militar. Talvez a suposta “simpatia” seja em função da participação de Silveira na Unidade Sindical, uma das correntes do sindicalismo brasileiro no período que contava com a participação do PCB. Ao final, a Agência Regional concluiu que, “apesar da atuação da subversão ter sido intensa” no setor operário, “não se registrou ascensão acentuada”, mesmo contando com apoio das pastorais operárias, de favelas e do clero progressista, este setor “permaneceu dentro dos parâmetros da normalidade”⁶¹⁴.

Resta saber o que os órgãos de informação e repressão consideravam exatamente parâmetros de normalidade, já que a Polícia Militar de Minas Gerais alguns meses depois vigiava até mesmo palestras oferecidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos como atividade de formação para os trabalhadores. O evento organizado em formato de palestras com convidados diferentes foi realizado em três encontros e tinha como objetivo discutir a seguinte questão: “Como age e funciona o sistema econômico sobre o trabalhador”⁶¹⁵. O primeiro encontro, de acordo com o relatório da PMMG, realizado no dia 25 de fevereiro, contou com a participação de 100 pessoas e teve como debatedores: Walter Barelli, técnico do Dieese, e Luiz Carlos Bernardes, do *Jornal de Casa e Diário do Comércio*. Barelli teria falado de temas como a política de recessão do governo, desemprego, inflação, dívida externa, FMI e reforma salarial; já o segundo palestrante teria abordado o controle da imprensa pelo governo e a proibição de os jornais terem uma coluna sobre sindicalismo. O ativista José Vieira aproveitou o momento para divulgar a realização do III Encontro das Classes Trabalhadoras (Enclat), em Belo Horizonte, e as reuniões preparatórias para o referido encontro. Na ocasião foram coletadas assinaturas para o abaixo-assinado contra a reforma salarial anunciada pelo governo e divulgado que em função desse projeto de reforma estava sendo organizada uma caravana de trabalhadores a Brasília e manifestações em diversas capitais, incluindo Belo Horizonte⁶¹⁶.

O segundo encontro, realizado no dia 4 de março de 1983, também objeto de relatório da PMMG, contou com a presença dos ativistas sindicais José Vieira, Albênio Dias e de Ênio Seabra, importante liderança metalúrgica dos anos 1960, além dos dirigentes sindicais João Silveira, Ildeu Balbino, Gaspar dos Reis, Pedro Alves, Geraldo Martins, José

⁶¹⁴ Apreciação nº 007/116/ABH/82, Belo Horizonte, 31 de agosto de 1982, referência: telex 361/16/AC/82, origem: Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 7372/82.

⁶¹⁵ Informe nº 121/83-SI/SR/DPF/MG, Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 1983. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 8376/83.

⁶¹⁶ Informe nº 097/SST-3.2.1/PM/2, Belo Horizonte, 02 de março de 1983. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 8376/83.

Milton Pereira, José Cardoso Neto e Elias Cândido. Os palestrantes dessa noite foram Theotônio dos Santos, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que falou sobre a importância do ciclo de debates organizado pelo sindicato para servir como uma “contrainformação” para o trabalhador, já que a imprensa não divulgava os dados reais da inflação, desemprego e o índice do aumento do custo de vida. O segundo debatedor, Jorge Noman Neto, vice-presidente da Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais, disse acreditar que a relação entre o sindicalismo brasileiro e o sindicalismo internacional poderia ajudar a fazer uma pressão externa para a mudança de governo. Segundo o informe, os participantes do encontro também discutiram formas de organizar a CUT para, por meio dela, promover uma greve geral exigindo eleições diretas para presidente da República, a instalação de uma Assembleia Constituinte, fim da Lei de Segurança Nacional, extinção do SNI e a volta dos militares aos quartéis⁶¹⁷. Mesmo considerando que essa fala acima foi filtrada por um agente da polícia, ainda assim é interessante observar uma crença dos participantes do evento na força política dos trabalhadores, de suas instâncias de organização e como elas poderiam efetivamente fazer a diferença e exigir mudanças no cenário político brasileiro.

Sobre o terceiro e último encontro, foi elaborado um breve relatório pela 4ª Divisão do Exército. Realizado também no Sindicato dos Metalúrgicos, na Cidade Industrial, no dia 11 de março de 1983, teve como debatedores os economistas Inácio Muzzi e Virgílio Guimarães. O primeiro lembrou as greves dos metalúrgicos em 1979 e falou da necessidade de os trabalhadores se unirem para atividades políticas; já o segundo palestrante fez um apanhado da economia brasileira desde os anos 1960 e estimulou os trabalhadores presentes a não aceitarem os índices de reajuste salarial estabelecidos pelo governo⁶¹⁸.

O problema do desemprego era tão preocupante nesse contexto que foram criados os Comitês de Desempregados em Minas, também chamados Comitês de Luta contra o Desemprego. O primeiro foi fundado em Belo Horizonte, mas já funcionava em Montes Claros, Janaúba, Teófilo Otoni e na região do Vale do Aço, englobando as cidades de Ipatinga, Timóteo e Coronel Fabriciano. Na capital, segundo relatório do SNI – Agência Belo Horizonte, o comitê se formou por iniciativa de associações e grupos comunitários de bairros de periferia e tinha atuação na região metropolitana. O documento não deixa claro

⁶¹⁷ Informe nº 0159/SST-3.2.1/PM/2, Belo Horizonte, 21 de março de 1983. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 8376/83.

⁶¹⁸ Informe nº 232/83/E2-N/4ª DE, Belo Horizonte, 28 de março de 1983. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 8376/83.

que tipo de atuação é essa, informando somente que o comitê estava estruturado em três comissões: infraestrutura, ampliação e imprensa, que seus integrantes se reuniam na sede da Pastoral Operária da Cidade Industrial e contava com a participação de lideranças e entidades, entre elas o metalúrgico e ativista sindical Joaquim José de Oliveira e o Sindicato dos Metalúrgicos. No entanto, avalia que, apesar de serem justas as suas reivindicações, verificava-se “intensa infiltração e a politização esquerdista em seu meio”, que vinha se aproveitando da “situação aflitiva” dos desempregados para “lhes incutir sentimentos de revolta contra as autoridades constituídas e a lutarem por uma nova ordem política e social”.

Nota-se que, ao longo da ditadura militar, o discurso presente nos relatórios e informes dos órgãos de informação que considerava os trabalhadores e/ou mais pobres incapazes de tomarem decisões por si próprios é recorrente. Mesmo sendo atingidos pelo desemprego e pela crise econômica vivida no país, considerava-se que os trabalhadores e desempregados ainda assim não desenvolveriam sentimentos de revolta, vontade de mudança, comportamentos políticos de resistência diante da situação; ao contrário, estariam eles sempre sujeitos a serem “iludidos” por ideias de esquerda⁶¹⁹.

8.4 Uma greve na Belgo contra as demissões

Foi também o desemprego que desencadeou uma greve dos metalúrgicos na Belgo Mineira em 1983, depois da demissão de 13 operários ocorrida no dia 28 de julho. Os trabalhadores também reclamavam da estratégia que a empresa vinha adotando de demitir e contratar novos empregados por meio de empreiteira, recebendo apenas um salário-mínimo. Os demitidos seguiram para o Sindicato dos Metalúrgicos, onde formaram uma comissão que retornou para a empresa a fim de parar o turno da 0h. Muitos trabalhadores aderiram, mas o grupo não pôde ficar na porta da fábrica, pois a Polícia Militar cercou a portaria da Belgo.

No dia seguinte, pela manhã, os trabalhadores entraram para a fábrica, mas mantiveram as máquinas paradas, mesmo com as ameaças de demissão. “Os que se

⁶¹⁹ Informe nº 029/19/ABH/83, Belo Horizonte, 20 de junho de 1983. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 8573/83. Esse tipo de iniciativa ocorreu em outras cidades brasileiras, o jornal *Tribuna da Luta Operária*, São Paulo, n. 129, ano IV, 01 a 07 de agosto de 1983, p. 6, faz referência, por exemplo, à criação do Comitê de luta contra o desemprego em Guarulhos.

recusaram a trabalhar foram empurrados para fora da fábrica pelos chefes e vigilantes”⁶²⁰. Para tentar esvaziar a greve, a empresa contratou táxis que iam às casas dos trabalhadores buscá-los para trabalhar. Além disso, o ônibus da fábrica entrava direto no pátio com as cortinas fechadas para não mostrar a quantidade de trabalhadores entrando na empresa. Na reunião de negociação na Delegacia Regional do Trabalho, a Belgo se recusou a negociar a volta dos demitidos e a estabilidade de um ano para os trabalhadores e o delegado do Trabalho ameaçou o sindicato de intervenção.

Na avaliação do jornal *Tribuna da Luta Operária*, o medo da demissão, o aparato repressivo e o isolamento dos grevistas que esperavam que a Belgo Mineira em João Monlevade, no interior do Estado, também entrasse em greve acabaram esfriando o movimento. Alguns grevistas ainda tentaram convencer os operários a não entrarem na fábrica, mas a Rotam (Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas) e a tropa de choque da PM impediram a atuação desse grupo⁶²¹.

Para a PM, quem conclamou os trabalhadores a parar foi o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. João Silveira teria ido até a fábrica e solicitado aos trabalhadores que começariam seu turno de trabalho às 23h a não assumirem seus postos, conseguindo a adesão de 400 trabalhadores. Se a versão da PM sobre os fatos estiver correta, em todos os anos à frente da entidade, esta era a primeira vez que João Silveira assumia o protagonismo na condução de um movimento grevista da categoria, indo pessoalmente à fábrica para convocar os trabalhadores a fazerem greve.

Na ocasião, foram detidos na portaria principal da empresa o ativista sindical José Vieira, metalúrgico da Esab (Eletro Soldagem Autogenas brasileiras), e os jornalistas da *Tribuna da Luta Operária* Edgard Bandeira e Pedro Veríssimo da Rocha Neto, que segundo depoimento ao Dops compareceram à fábrica depois de receberem um telefonema do sindicato falando sobre a deflagração do movimento grevista. José Vieira declarou em seu depoimento à polícia que o motivo da greve era protestar contra a demissão de 13 operários da Belgo e a necessidade de mobilização a fim de negociar com a empresa o retorno dos demitidos e evitar novas demissões⁶²².

⁶²⁰ BELGO para contra demissão. *Tribuna da Luta Operária*, São Paulo, ano IV, n. 130, 08 a 14 de agosto de 1983, p. 8.

⁶²¹ *Ibidem*.

⁶²² Informe nº 057/19/ABH/83, Belo Horizonte, 24 de agosto de 1983. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 8883/83. Encaminhamento xerocopia de ocorrência policial nº 08/Coseg/83, Belo Horizonte, 03 de agosto de 1983, assunto: detenção na Belgo Mineira, origem: Coseg/Sesp/MG. Arquivo Nacional, Fundo SNI, Pasta 8827/83.

Nesse mesmo mês de julho ocorreu a convocação de uma greve geral pela Central Única dos Trabalhadores, a recém-criada CUT, ligada ao PT. O objetivo com a greve era “dar uma resposta política à crise econômica” (NAPOLITANO, 2014, p. 305), tendo conseguido maior expressão no ABC Paulista, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, estados onde os trabalhadores ocuparam as ruas com grandes passeatas, seguidas de forte repressão policial. Meses depois, a Unidade Sindical rompe com a CUT e cria a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que dará origem a mais uma intersindical: a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1986.

8.5 Os metalúrgicos e a campanha pelas Diretas

No início de 1984, o Serviço Nacional de Informações produziu extenso relatório sobre a campanha pelas eleições diretas em Minas Gerais. Procuo destacar nesta seção as informações referentes às atividades que contaram com a participação de metalúrgicos, ativistas sindicais e do sindicato da categoria. A campanha pela volta das eleições diretas para presidente da República, lançada em novembro de 1983 pelo PMDB em um comício em São Paulo, ganhou as ruas já no início do ano seguinte e buscava pressionar o Congresso Nacional a aprovar a emenda constitucional que determinava o restabelecimento de eleições diretas para presidente em 1985, proposta pelo deputado federal Dante de Oliveira do PMDB/GO. Assim, a partir de janeiro de 1984, um “furor cívico” tomou conta do Brasil nos comícios pelas “*Diretas Já*”.

Desse movimento participaram vários setores da sociedade: estudantes, sindicalistas, artistas, ativistas de movimentos sociais, militantes de esquerda e até pessoas com comportamento político mais moderado e/ou conservador, sendo notória a presença de famílias inteiras nos comícios. Para Marcos Napolitano (2014, p. 308), foi exatamente essa “amplitude social e ideológica” o ponto fraco da campanha, pois não havia uma agenda concreta de como conduzir a transição, varrer o autoritarismo impregnado nas instituições e desmontar a engrenagem repressiva. Além disso, o autor chama a atenção para o fato de a “catarse” propiciada pela campanha ter servido para aliviar as tensões sociais e econômicas naquele contexto, criando certa ilusão de que todos os problemas seriam resolvidos por meio do voto livre no próximo presidente da República (NAPOLITANO, 2014, p. 308).

Em Minas Gerais, vários grupos se mobilizaram pelas diretas: partidos políticos, associações de bairro, federação dos favelados, organizações estudantis e sindicatos de

diversas categorias; por outro lado, os órgãos de informação e repressão mantiveram-se atentos a essa movimentação. Em Belo Horizonte, entre as entidades sindicais presentes, estava o Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem.

Para levar adiante o trabalho de mobilização, foi criada uma intersindical que em reunião realizada no Sindicato dos Professores se organizou em três comissões “com o propósito de se engajarem na luta pelas diretas”: a comissão de contato; da qual faziam parte os sindicatos dos economistas, marceneiros, União Nacional dos Servidores Públicos e o Sindicato dos Metalúrgicos, com o objetivo de fazer contato com políticos, associações de bairros para participarem da luta pró-diretas; a comissão de imprensa, formada pelos sindicatos dos jornalistas e dos bancários, com o papel de divulgar as atividades realizadas pelo movimento sindical; e a comissão do plebiscito, realizado no dia 31 de janeiro de 1984, composta pelos sindicatos dos professores, engenheiros, metalúrgicos de BH/Contagem e médicos, com a função de preparar o evento, confeccionar urnas, cédulas e faixas. O plebiscito organizado pela intersindical realizou-se na Praça Sete, no centro da capital, onde foram distribuídas oito mil cédulas a quem passava pelo local. Ao final, a votação teve o seguinte resultado: 7.833 votaram a favor das diretas e 167 contra. Tilden Santiago falou ao microfone para os passantes e o Serviço Nacional de Informações destacou a presença do ex-metalúrgico, ativista sindical e militante do MR-8 Albênio Dias de Carvalho.

Pelas informações do relatório do SNI, a realização de plebiscitos com a população foi uma estratégia amplamente utilizada pelos grupos de mobilização pelas *Diretas Já*. No dia 12 de fevereiro foi promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem um comício com celebração de missa e plebiscito pelas “diretas” na subsede do sindicato na Cidade Industrial, direcionado aos metalúrgicos e à população local. O evento foi presidido por João Silveira e Ildeu do Couto Balbino, presidente e vice-presidente da entidade, respectivamente. Na ocasião foram distribuídas 287 cédulas com a pergunta: “Você é a favor ou contra as eleições diretas?” Os resultados indicaram 283 votos a favor das diretas, 2 contra e dois nulos. Também estiveram presentes no evento Albênio Dias de Carvalho e Ignácio Hernandez, ex-metalúrgico, ativista sindical e presidente do diretório estadual do PT. Dois dias depois, a intersindical promoveu novo plebiscito pelas diretas em Belo Horizonte, com a participação de cerca de mil votantes. Foi registrada a presença de representantes dos sindicatos dos professores, dos médicos, dos Metalúrgicos de Betim e pessoas ligadas ao PT e ao MR-8.

No dia 17 também do mês de fevereiro, novamente em Contagem, na Praça da Cemig, na Cidade Industrial, foi realizado um comício pelas eleições diretas no Brasil. A

atividade, de acordo com o relatório do SNI, foi promovida pelo Comitê Suprapartidário Pró-diretas e pelo Comitê de Luta Popular de Contagem, com apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, de Betim, Pastoral Operária, Associação de Professores de Contagem e associações de bairros. O evento foi coordenado por Marília Borges, radialista da Rádio Inconfidência, e contou com a participação do cantor Rubinho do Vale, “que interpretou várias canções de cunho político”. Entre as pessoas que subiram ao palanque destacam-se Ildeu do Couto Balbino, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem; Adriano Sandri, da Pastoral Operária; Paulo Baeta e Augusto Gomes, da Federação das Associações de Bairros, Favelas e Vilas de Belo Horizonte; algumas pessoas da cena política local como Ademir Lucas, Letícia de Penha, Maria José Chiodi e o prefeito de Contagem, Newton Cardoso, do PMDB; além das lideranças Albênio Dias de Carvalho, do MR-8, e Paulo Moura, da Convergência Socialista, e algumas do PCdoB e do PT.

Várias faixas foram expostas no local com os dizeres: “Metalúrgico quer votar para presidente”; “Fora Figueiredo e Delfim – eleições livres e diretas”; “Emprego e educação para todos”; “O voto é um direito de todos”; “Venham ao grande comício pelas diretas na Praça da Rodoviária”; “Os professores de Contagem aprovam as eleições diretas”. Teve faixa de protesto contra a política local como “Newton Cardoso demite professores – que democracia é essa? APC-UTE”, além das faixas de partidos e organizações de esquerda como: “Alicerce da Juventude Socialista”; “MR-8 – Abaixo o arrocho, fora FMI já”; “Presidente quem escolhe é a gente – PT”; “Fora Figueiredo e o regime militar – Tribuna da luta operária”; “Partido Comunista do Brasil”. Na ocasião, a Comissão Nacional pela Legalidade do PC do Brasil distribuiu panfletos convocando os trabalhadores a organizarem nas fábricas, bairros, escolas e no campo comitês pelas eleições diretas.

O “grande comício de Minas pelas diretas” ocorreu no dia 24 de fevereiro na Praça Rio Branco, em frente ao terminal rodoviário, no centro da capital mineira. O evento promovido pelo “comitê regional suprapartidário pró-diretas” foi financiado pela venda de materiais publicitários e por doações de pessoas ao comitê. Contou, como visto anteriormente, com intenso trabalho de mobilização em várias cidades de Minas Gerais e nos bairros da capital e da região metropolitana, com panfletagem, apresentações artísticas, plebiscitos, passeatas e manifestos. Teve início às 6 da manhã, com afixação de faixas e cartazes no local. Em frente ao Cine Teatro Brasil, foi instalado um caminhão palanque onde algumas pessoas se revezavam nos discursos. Na Praça da Liberdade, Luís Inácio da Silva entregou uma bandeira de Minas Gerais a um sindicalista e o deputado Ulysses Guimarães, do PMDB, entregou uma bandeira nacional ao deputado Ronan Tito, do mesmo

partido, para ser hasteada na Praça Sete. Às 4 da tarde, cerca de 25 mil pessoas já aguardavam o início do comício cantando “um, dois, três, quatro, cinco mil queremos eleger o presidente do Brasil”.

O comício começou com o cartunista Ziraldo dizendo aos presentes que mais uma vez Minas Gerais entrava para a história. Às 5 da tarde, já havia 65 mil pessoas no local cantando “abaixo a Rede Globo”. O transporte coletivo foi gratuito no dia do evento, “uma cortesia” do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Minas Gerais. Além disso, 150 ônibus e inúmeros carros particulares transportaram pessoas de diversas cidades mineiras para a capital para acompanhar o evento. Pelo palco do comício das diretas passaram políticos, artistas, jogadores de futebol, cantores, senadores e lideranças dos movimentos sociais, entre elas o presidente da UNE, Acildon de Mattos; Ana Coroacy, do Movimento da Mulher Mineira; Dalva Estela Rodrigues; e o metalúrgico e sindicalista Luís Inácio da Silva, o Lula, que de acordo com o SNI foi o orador mais aplaudido da noite.

Outras lideranças metalúrgicas também se fizeram presentes nesse evento, como João Silveira, que além de presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem fazia parte da Coordenação das Classes Trabalhadoras de Minas Gerais (Conclat/MG). Ele leu um manifesto dessa entidade, que pedia as eleições diretas para presidente da República. O manifesto também criticava a “submissão do país aos credores internacionais” e o projeto do ministro do Trabalho, Murilo Macedo, sobre os salários dos trabalhadores e as negociações diretas com os patrões, o que na opinião da Conclat seria uma exigência do FMI. Também subiu ao palco o líder sindical e representante da CUT João Paulo Pires de Vasconcelos, que convocou os trabalhadores a ocuparem as ruas e lutarem por seus direitos. O comício foi finalizado às 10 da noite com a fala do deputado Ulysses Guimarães e todos no palanque, de mãos dadas, cantando o Hino Nacional com a multidão. A polícia esteve presente durante todo o comício, mas foi “orientada a atuar discretamente”, permanecendo mais distante da concentração; já a tropa de choque da PMMG acompanhou toda a movimentação posicionada no centro da capital⁶²³.

Além de Belo Horizonte, comícios pelas *Diretas Já* foram realizados em várias cidades brasileiras. Porém, mesmo com o clamor das ruas, a emenda Dante de Oliveira foi derrotada no Congresso Nacional em abril de 1984. Em seu lugar, foi costurada uma proposta negociada de eleição presidencial por um Colégio Eleitoral com as candidaturas de

⁶²³ As informações referentes a campanha pelas diretas em Minas Gerais foram retiradas do Informe nº 015/15/ABH/84, Belo Horizonte, 18 de outubro de 1984, difusão: Chefia ABH. Arquivo Nacional, Pasta 10318/84. O informe contém 179 páginas.

Tancredo Neves pelo PMDB e Paulo Maluf pelo PDS, sendo a vitória de Tancredo consumada em janeiro de 1985. Em todo esse processo, muitos trabalhadores procuraram se posicionar politicamente, participando individualmente de comícios e manifestações, engrossando o coro pelo voto direto para a Presidência da República e, posteriormente, em apoio a Tancredo Neves, ou por meio de suas associações sindicais, como foi o caso do Sindicato dos Metalúrgicos, que se fez representar em diversas comissões com esses fins.

Em agosto de 1984, contudo, sem mais esperanças de eleger no cenário nacional, por meio de eleições diretas, o presidente da República, no cenário local os metalúrgicos preparavam-se para eleger o presidente da sua entidade e os demais integrantes da nova diretoria.

8.6 “Fora João Silveira, Delfim e Figueiredo”

Para concorrer à eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem daquele ano, duas chapas se formaram: uma composta por uma aliança surpreendente para alguns, entre o lendário João Silveira e seus seguidores e os ativistas e militantes do PCdoB; e uma segunda formada exclusivamente por poucos militantes da Convergência Socialista.

O lançamento da chapa 1, nomeada de Unidade e Renovação, ocorreu no Sindicato dos Metalúrgicos. O discurso para justificar a composição era a necessidade de unir forças para enfrentar a crise econômica vivida no país e que atingia os trabalhadores. Em três anos, de acordo com a *Tribuna da Luta Operária*, empresas como a Isomonte, Barmel e Fichet haviam fechado suas unidades na região e a categoria tinha tido uma redução de 15 mil metalúrgicos devido ao número de demissões. Além disso, na avaliação da chapa 1, as empresas estavam se aproveitando do momento de crise e do constante medo da demissão para reduzir a jornada de trabalho e os salários, demitindo trabalhadores e recontratando por meio de empreiteiras com rebaixamento salarial. Outra coisa que teria motivado a composição de ex-opositores com a atual diretoria, segundo o jornal, foi a mudança de comportamento dos dirigentes do sindicato, que teriam saído do “imobilismo” e tentado mobilizar os metalúrgicos na campanha salarial de 1983, mas sem sucesso em função da crise econômica e da falta de experiência de seus dirigentes em atuação na base⁶²⁴.

⁶²⁴ METALÚRGICOS lançam chapa de unidade em BH. *Tribuna da Luta Operária*, São Paulo, ano V, n. 170, 04 a 10 de junho de 1984, p. 5.

Naquela eleição, para surpresa de muitos, depois de 15 anos à frente da entidade, João Silveira não foi reeleito. Venceu a chapa 2, no segundo turno, com 5.173 votos contra 3.605 da chapa 1. Na análise da *Tribuna da Luta Operária*, a derrota se deu por vários motivos: a insatisfação da categoria diante da crise, “fruto da política antioperária e antipopular” da ditadura militar, sendo essa insatisfação projetada na atual diretoria do sindicato e que teria sido incapaz de canalizar esse sentimento para a luta reivindicatória. Nesse quadro, segundo o jornal, para os metalúrgicos de BH/Contagem, a chapa 1 caracterizava-se como “continuísta”, o que era uma realidade, já que os integrantes da diretoria seriam mantidos nos cargos mais relevantes, tendo sido incorporados somente quatro novos componentes, entre eles o ativista sindical José Vieira, que efetivamente desenvolvia havia muitos anos um trabalho de base junto à categoria. Outra causa da derrota, para o periódico, foi o excesso de confiança da chapa 1 na vitória, que se traduziu na pouca propaganda e na reprodução de práticas clientelistas por muito tempo utilizadas pela diretoria e que até então haviam garantido a vitória nas urnas, mas que nesse momento não foram suficientes para vencer as eleições⁶²⁵.

As lembranças de José Vieira, ativista sindical, militante do PCdoB e um dos integrantes da oposição desde 1978 que integrou a chapa 1 com João Silveira, ancoram-se ao contexto da época para explicar a mudança de orientação do partido nacionalmente que possibilitou essa aproximação com João Silveira.

[19]84 marca uma virada nisso aí, já era o clima das “diretas já” e com uma particularidade que em [19]83 ocorre uma profunda crise econômica, profundíssima, o desemprego batendo picos e junto com isso também houve uma perseguição qualitativa, eu diria, sobre os ativistas sindicais durante o correr de [19]82, [19]83. A gente tem que lembrar que nesse período [19]82 marcou a fundação do PT, [19]83 foi a fundação da CUT, embora a CUT tenha nascido divisionista, ela racha o movimento sindical, não é? Divide o movimento sindical, nós fomos contra a criação da CUT, os militantes comunistas da época eram todos contra a criação da CUT, ela divide o movimento sindical, mas estava nesse movimento. E a campanha das diretas que estava polarizando mais, na esteira do que já vinha ocorrendo em outros estados, isso aí foi uma linha nacional, uma boa parte da esquerda, em função da crise econômica e financeira que o país estava passando e do desemprego, há uma supervalorização da unidade no Brasil inteiro. Sindicatos que desde [19]78 tinham tido, tinham formado oposições sindicais de esquerda, reveem essa linha e fazem uma unidade onde era possível. Então ocorre unidade nos metalúrgicos do Rio, havia uma conexão também, isso é interessante de colocar, que havia uma conexão nas oposições sindicais. A gente se articulava com a oposição sindical do Rio de Janeiro e de São Paulo frequentemente, a gente tinha contatos, viajávamos para São Paulo, divulgávamos os boletins da oposição sindical paulista, fomos ao Rio de Janeiro várias vezes e coincidia que as eleições também eram no mesmo ano. Então, no mesmo período que estava se formando as

⁶²⁵ METALÚRGICOS elegem chapa 2 em Minas. *Idem*, ano V, n. 178, 30 de julho a 05 de agosto de 1984, p. 6.

chapas de oposição em São Paulo e no Rio, estava formando aqui. (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

No âmbito do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, a composição se deu entre o comunista José Vieira e João Silveira, à frente do sindicato havia cinco mandatos. O mesmo Silveira que ao longo dos anos sustentou um comportamento político controverso, acomodando-se às mudanças do regime militar e do movimento sindical. Suas atitudes foram de proximidade com o Ministério do Trabalho, por meio principalmente de sua Delegacia Regional, estabelecendo desde práticas de troca de favores na entidade até a encampação de propostas da oposição sindical no final de 1978. A chapa de composição foi formada mesmo com tamanhas divergências. Tal postura fazia parte de um movimento mais amplo do PCdoB, que constituiu chapas de unidade também no movimento sindical metalúrgico de São Paulo e do Rio de Janeiro. Diante disso, continua José Vieira:

Nesses anos de [19]80... a partir de [19]83 para as eleições de [19]84, principalmente os comunistas, eles se alinham, eles formam chapas de unidade, por causa da conjuntura de desemprego: “– Não, vamos fortalecer o sindicato e montar chapa de unidade”. Então ocorrem composições com as diretorias pelegas no Rio, em São Paulo e Belo Horizonte. Não foi um movimento isolado, foi uma coisa conectada, a gente não tinha percebido que o clima político nacional por mudança e aquela história das diretas já estava criando uma maré diferente na opinião pública, nos trabalhadores, não é? Então a gente monta uma chapa de composição com João Silveira. Praticamente todos os elementos representativos dessa esquerda sindicalista que estava em Contagem e Belo Horizonte entram na chapa com o João Silveira, certo? (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

Vieira reconhece que a composição em São Paulo, Rio de Janeiro e em BH/Contagem era com diretorias “pelegas”, mas naquele momento, diante da crise e do problema do desemprego, o mais importante para os comunistas era a unidade para “fortalecer o sindicato”. Ao mesmo tempo, o entrevistado reconhece que, ao tomar essa decisão, o partido na realidade não havia percebido o clima de mudanças que a campanha das diretas havia criado no país e atingido também os trabalhadores, e isso seria demonstrado no resultado da eleição para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, em 1984, já que a unidade acabou perdendo. No entanto, em sua avaliação, esse fracasso não passa somente pela conjuntura nacional, mas pelo fato de João Silveira ter criado indiretamente as condições para que a chapa 1 perdesse a diretoria. Ele explica:

João Silveira toma uma decisão pessoal, monocrática, como presidente do sindicato, e resolve aceitar um registro de chapa, de uma chapa de oposição, sabendo que não teria nem condições legais de se registrar de tantas

irregularidades. Ela não tinha nem o número mínimo de trabalhadores para constituir a chapa. Ela não tinha representatividade. O argumento dele era que era bom ter uma chapa de oposição para legitimar a vitória deles. E a gente falava: “– olha, nós compusemos para não ter uma chapa de oposição, em nome da unidade, uma chapa única e você vai aceitar, e ainda uma chapa irregular?”. O tamanho da idiotice foi que ele perdeu a eleição, houve esse verdadeiro fenômeno político eleitoral e um grupo sem nenhuma representatividade, ou muito pouca, nenhuma é bobagem falar isso... era o grupo da Convergência Socialista, que eram uns três ou quatro militantes, eram uns gatos pingados de fábricas desimportantes e que não tinham uma tradição, a inserção deles no próprio movimento sindical, eles eram uma força absolutamente minoritária. Ganham o sindicato que na época era o maior sindicato de Minas Gerais. (José Vieira. Entrevista concedida à autora, 28/06/2016).

Segundo Vieira, Silveira teria decidido sozinho por aceitar a inscrição de uma chapa concorrente alegando que “era bom ter uma chapa de oposição para legitimar a vitória”. No entanto, a proposta da composição era exatamente o contrário. Para os militantes comunistas a ideia era compor para não ter chapa de oposição, “garantir a unidade” e finalmente vencer as eleições. Ildeu do Couto Balbino, vice-presidente do sindicato à época e integrante da chapa 1 de composição, também fala sobre isso:

Quando nós perdemos a eleição, o Paulo César Funghi e o Paulo Moura, que eram os que estavam coordenando o trabalho para assumir o sindicato, foram fazer o registro de chapa. O João não estava em Belo Horizonte, estava viajando, me procuraram eu falei: “– olha, eu não posso aceitar porque, primeiro, o presidente não está, segundo, vocês não tem tempo de serviço ainda. O Estatuto está sendo ferido, que eles entraram pra área metalúrgica tinha três meses, quatro meses, sabe? E já era candidato, porque já estavam trabalhando. (...) O João andou conversando fiado com eles, mas aceitou registrar a chapa. E naquela ocasião foi fora Delfim, é, “fora Delfim, Figueiredo e João Silveira”, eles propagaram isso na cidade toda. Fizeram uma proposta para os trabalhadores de devolver o imposto sindical naquela ocasião, não devolveram pra ninguém, até hoje está aí a briga pelo imposto sindical, mas não devolveram nada para ninguém. (Ildeu do Couto Balbino. Entrevista concedida à autora, 06/09/2017).

Na lembrança de Ildeu, o problema do registro da chapa 2 não estava no número de integrantes, mas no fato de alguns deles terem pouco tempo de serviço na categoria, trabalhando na área somente para concorrer às eleições. O entrevistado cita Paulo Funghi e Paulo Moura como exemplos dessa situação, o que não se confirma, pois vimos anteriormente que ambos eram metalúrgicos havia alguns anos e participavam de reuniões e ações da oposição sindical.

Ildeu Balbino se recorda ainda que João Silveira havia prometido a ele o cargo de presidente já nas eleições de 1981 e que isso não se concretizou, nem naquela eleição e tampouco no pleito de 1984.

(...) quando nós perdemos a eleição, ele tinha comprometido comigo uma eleição anterior que eu seria o presidente, sabe? Depois eu acho que ele desanimou disso, sabe? E resolveu continuar e o pessoal... (...) Tinha expectativa de ser o presidente. Ele mesmo que fez isso comigo, não é? Ele que prometeu. Já estava numa época mais difícil, né? Então eu tinha que enfrentar uma situação mais forte. Nós perdemos a eleição para o Paulo César, para o Paulo Moura, sabe? Eles ganharam a eleição com esse tipo de proposta que eu te falei no início, né? Mas o João tinha falado comigo: “– não, na próxima eleição é você que vai ser”. E todo mundo sabia disso. Aí ele começou a trabalhar paralelo, sabe? E eu sabendo disso, alguns colegas meus da diretoria efetiva falaram: “– oh, você vai montar uma chapa que nós vamos com você”. Eu falei: “– não, eu prefiro sair a ter que sofrer esse embate como João, porque não é... ele é que me trouxe”. (...) Foi aí que perdeu. Nós perdemos a eleição nessa ocasião. Eu sei que quando... não foi no primeiro turno, teve um segundo turno, nesse segundo turno me falaram que eles propuseram lá o seguinte: “– que ele tirava o nome dele e punha meu nome como presidente, e eu seria eleito presidente, “– Mas como? Já teve o primeiro turno”, a esquerda nesse tempo queria me apoiar também, mas eu não quis não, também eu não podia, né? (Ildeu do Couto Balbino. Entrevista concedida à autora, 06/09/2017).

O entrevistado demonstra lealdade a quem o levou para o sindicato. No entanto, deixa antever que já havia um desgaste em relação a João Silveira, inclusive de parte da própria diretoria, que chegou a propor a Ildeu que montasse uma chapa independente para concorrer às eleições de 1984, proposta que ele recusou por não querer entrar em embate com Silveira. No entanto, em sua avaliação, esse desgaste é uma das explicações para a derrota da chapa 1.

No fim, mesmo diante das polêmicas, a chapa 2 foi aceita por João Silveira e registrada sem contar com o número mínimo de trabalhadores para ser constituída. O próprio Paulo Funghi, um dos integrantes da chapa 2, reafirma isso em entrevista: “nessa época a nossa chapa, ela tinha 17 pessoas, nós não conseguimos nem montar a chapa toda. A chapa na época era 24. Na época eram 24 pessoas, eu acho”. Assim, ao aceitar o registro da chapa 2, uma “idiotice” segundo Vieira, João Silveira não sabia, mas estava selando o fim da sua longa carreira como dirigente sindical. Os metalúrgicos optaram pela mudança e elegeram a chapa 2, assumindo a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem um pequeno grupo político ligado à Convergência Socialista. Paulo Funghi, que pertencia à chapa 2, fala sobre o resultado dessas eleições:

Quando veio o processo de mobilização, obviamente que essa direção tinha que cair mesmo, e caiu. Não caiu em [19]78 por erro político. Por erro político da oposição, não é? Que não conseguiu entender bem a conjuntura e tirar proveito da insatisfação que estava brotando no movimento sindical. E... em [19]82, nós... na... no próximo em [19]83, que foi a eleição, final de [19]83, nós usamos o eixo certinho, que a gente dizia: “Fora João Silveira, Delfim e Figueiredo”. Figueiredo, Delfim e João Silveira. Então o eixo pegava certinho, colava o presidente do sindicato na questão da ditadura que estava já em processo de final, e já tinha uma revolta da sociedade como um todo contra a ditadura. Então, essa palavra de ordem levou a uma vitória nossa que foi um grupinho da Convergência Socialista

da época, um grupinho que ninguém acreditava, o restante da oposição tinha feito um acordo com o João, o PCdoB, MR-8, fez um acordo com o João, e... erraram politicamente, e nós acabamos ganhando a eleição. Com uma chapa incompleta, inexperiente, mas com um eixo correto que encaixou, não é? Quer dizer, as pessoas entenderam como corretíssimo, é aquilo mesmo. (Paulo César Funghi. Entrevista concedida à autora, 27/11/2015).

Sobre o processo eleitoral de 1984, e não de 1983, como ele diz, Paulo Funghi reconhece que a Convergência Socialista à época era um “grupinho” inexperiente e desacreditado por aqueles que sempre constituíram oposição sindical na região. No entanto, por outro lado, esse pequeno grupo conseguiu fazer uma leitura do contexto e investir em um *slogan* de campanha que associava João Silveira a ícones da ditadura militar como Delfim Netto, ministro da Fazenda, bastante conhecido dos trabalhadores pelas políticas econômicas do regime e por ter maquiado os índices inflacionários de 1973 e 1974 que gerou um impacto direto nos salários, e ao presidente general João Batista Figueiredo. Com o “Fora João Silveira, Delfim e Figueiredo”, a CS trazia uma palavra de ordem que condensava uma possibilidade de mudança para a maioria dos metalúrgicos de BH/Contagem. Ildeu do Couto Balbino, da chapa de João Silveira, também se lembra do *slogan* citado por Funghi e propagandeado “na cidade toda” e ainda de uma das promessas de campanha da chapa de oposição, que era de devolver o imposto sindical aos trabalhadores caso vencessem.



Figura 25 - Foto da campanha da oposição sindical nas eleições de 1984. Foto acervo do Sindicato dos Metalúrgicos.

Dessa maneira, o pequeno grupo da Convergência Socialista venceu as eleições de 1984, colocando fim à trajetória do sindicalista João Silveira à frente do Sindicato dos Metalúrgicos e a uma forma de administrar a entidade. A nova diretoria, de início, lança campanha pela jornada de trabalho de 40 horas sem redução salarial e no plano da política nacional se posiciona publicamente com o “Nem Tancredo, nem Maluf. Boicote ao Colégio Eleitoral!”. Paulo Funghi lembra-se também que eles e os demais dirigentes se preocuparam muito pouco com a questão administrativa: “teve um aspecto positivo por um lado, mas do ponto de vista administrativo, coisa que não era nosso forte, levou a um endividamento do sindicato... mas foi feito, não é? E fizemos algumas coisas, tivemos um papel muito importante, durante todo um período”⁶²⁶.

Em um contexto de redemocratização do país, a nova diretoria adotou uma postura mais radicalizada, estabeleceu outra forma de relacionamento do sindicato com as empresas, com menos disponibilidade para conciliação e mais disposição para o embate. Se por um lado retomou a greve como instrumento de luta durante as campanhas salariais; por outro, não conseguiu romper com a estrutura sindical vigente, conforme prometido em campanha, nem se desvencilhar do assistencialismo⁶²⁷. Mas isso já é outra longa história.

⁶²⁶ Paulo César Funghi. Entrevista concedida à autora, 27/11/2015.

⁶²⁷ UMA história forjada na luta. Contagem: Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, 2004, p. 22-23.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Às vezes eu gosto de contar aquela piada da seleção de [19]58, que o Feola... todo mundo conta, eu imagino até que seja folclore, não é? O Feola orientando o Garrincha como é que ele ia driblar a defesa russa e que o Garrincha teria perguntado: “– mas você já combinou com os russos?!”. Então, como é que nós íamos fazer uma revolução operária sem combinar com os operários, não é?! (Sálvio Pena. Entrevista concedida à autora, 16/04/2018).

Sálvio Pena foi operário metalúrgico da Companhia Belgo Mineira, primeiro em Sabará, depois na Cidade Industrial, em Contagem. Foi também militante político da Ação Popular, ativista sindical e amante de *jazz*. Com atuação política e sindical, ele congrega em si uma das formas possíveis de ser trabalhador durante a ditadura militar e de se lembrar dessa experiência. Encontrei ao longo da pesquisa outras vivências de trabalhadores e trabalhadoras que adotaram comportamentos de resistência à ditadura semelhantes à de Sálvio. Com alguns deles, a revolução, mesmo que não tenha ocorrido, já estava combinada.

São homens e mulheres que em um contexto de arbítrio fizeram a opção por atuar politicamente na região industrial de BH/Contagem empreendendo estratégias de resistência que abrangiam o trabalho junto à categoria metalúrgica, no sindicato, nas fábricas, na oposição sindical, bem como o engajamento em partidos políticos e organizações de esquerda. Lutaram contra a política econômica da ditadura, que intensificou a exploração sobre os trabalhadores, o arrocho salarial e a lei “antigreve” e a favor da liberdade sindical. Reivindicaram direitos sociais, buscando melhorias nas condições de vida e de infraestrutura básica nos bairros da região e promovendo ações contra o aumento do custo de vida. Exigiram também direitos políticos, engajando-se na luta pela anistia e na campanha pelas *Diretas Já*. E foram, por isso, vigiados e perseguidos pelas forças repressivas do regime militar.

Mas a categoria metalúrgica da região industrial de Belo Horizonte e Contagem era grande e, apesar da ênfase desta pesquisa nas atitudes de resistência adotadas pelos trabalhadores, elas não constituíram o único comportamento visível no meio operário. Além da resistência, pude observar atitudes de adesão e acomodação em relação à ditadura militar. No caso dos comportamentos de adesão, eles foram verificados principalmente na ação de sindicalistas nomeados como interventores no Sindicato dos Metalúrgicos pelo Ministério do Trabalho. Esses interventores obedeciam às ordens dos golpistas por meio do chamado “Comando Revolucionário” e da Delegacia Regional do Trabalho, procurando adequar o sindicato àquilo que a ditadura queria, seja por compartilhar dos mesmos valores do novo

regime, pois acreditavam que com isso ajudariam “nessa missão tão espinhosa de recuperação moral e cívica do país”, seja por perceberem a possibilidade de obter cargos e vantagens, como foi o caso do dirigente sindical Onofre Martins Barbosa.

O comportamento de acomodação, que serviu muitas vezes para criar espaços de negociação entre atores sociais e estatais e reduzir os conflitos durante a ditadura, pode ser visualizado predominantemente na maneira de conduzir o Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem entre 1969 e 1984, quando esteve à frente da entidade o sindicalista João Silveira. Ao longo de sua gestão como presidente do sindicato, Silveira adotou um tom conciliador em seus discursos e práticas, não fazia crítica aberta à ditadura militar e procurava sempre o caminho dos acordos e negociações, principalmente em relação às instituições do estado.

Embora o foco principal da pesquisa tenha sido sobre as lideranças operárias, ativistas sindicais e militantes políticos, não deixei de me atentar para as experiências de trabalhadores comuns. As experiências das mulheres trabalhadoras no movimento operário e sindical de BH/Contagem também foram analisadas. Elas tiveram atuação relevante em todas as frentes de luta empreendidas naquele momento. Lutaram contra a ditadura militar, engajaram-se em partidos políticos e grupos de esquerda, participaram de greves, mobilizações, movimentos de bairro, na luta pela anistia e na campanha pelas *Diretas Já*. Integraram-se em lutas mais amplas, mas buscaram também garantir demandas específicas da mulher trabalhadora. Algumas ativistas sindicais tornaram-se lideranças reconhecidas pela categoria, que era formada, em sua maioria, por homens. Para isso, enfrentaram preconceitos de gênero, piadas e assédio, nos sindicatos e nas fábricas, muitas vezes entre os próprios companheiros de luta. Conquistaram espaço político e foram perseguidas pela ditadura militar. Enfim, romperam com construções históricas acerca do espaço “adequado” destinado a elas.

Esta tese partiu do pressuposto de que as condições específicas da região industrial de BH/Contagem – marcada pela presença de muitas empresas em um mesmo espaço – possibilitaram o surgimento e a ação desses atores sociais, influenciando a vida das pessoas na região. Nesse sentido, para compreender a luta de trabalhadores e trabalhadoras por direitos sociais e políticos naquele contexto, foi importante analisar a criação da Cidade Industrial, em 1941, e sua expansão nos anos subsequentes, consolidando-se como polo da indústria mineira nos anos 1960, quando atingiu sua capacidade total, com 105 indústrias em funcionamento dentro do traçado do hexágono – o que levou à inauguração do Centro Industrial de Contagem, o Cinco, nos anos 1970, para viabilizar a ampliação industrial da região.

Buscando dar conta da diversidade de comportamentos políticos de operários e operárias nesse espaço industrial, tomei como ponto de partida o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Fundada em 1934, a entidade teve sua trajetória marcada pela participação de grupos políticos diversos, com a predominância de membros do Partido Comunista Brasileiro a partir de 1957, mesmo ano em que o sindicato ampliou suas bases territoriais para o município de Contagem, passando a atender os trabalhadores da Cidade Industrial. Nos anos 1960, por sua atuação à frente de reivindicações específicas da categoria metalúrgica, mas também por tomar parte de lutas e discussões políticas de âmbito nacional, o Sindicato dos Metalúrgicos projetou-se como uma importante associação sindical no cenário local e regional.

Por sua atuação, o sindicato acabou sendo alvo de intervenção logo depois do golpe civil-militar, em 1964, quando teve sua diretoria destituída e viu lideranças e ativistas terem seus direitos políticos cassados. Mesmo assim, os metalúrgicos foram notícia nacional com as greves de abril e de outubro de 1968 contra a política econômica do governo e o arrocho salarial. Com a promulgação do AI-5, a ação da repressão aumentou e grandes mobilizações de rua não foram mais possíveis. No entanto, muitos trabalhadores buscaram reorganizar-se nas fábricas para lutar, ainda que de maneira silenciosa, por melhorias salariais e nas condições de trabalho. Nos anos 1970, se de um lado havia um sindicato cada vez mais estruturado do ponto de vista assistencial, com uma diretoria preocupada em ampliar o patrimônio da entidade e os serviços oferecidos aos seus associados, de outro havia a organização de um movimento de oposição a essa forma de conduzir a entidade e a favor de que o papel do sindicato era lutar para garantir melhores condições para os trabalhadores.

Neste trabalho, procurei conectar as experiências locais dos metalúrgicos aos grandes processos vividos pela sociedade brasileira durante a ditadura militar. A pesquisa apontou ainda que o Sindicato dos Metalúrgicos, lideranças operárias e ativistas sindicais foram sistematicamente vigiados pelos órgãos de informação e segurança ao longo de toda a ditadura militar. Em razão disso, o acesso à documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social, a Coordenadoria de Segurança de Minas Gerais e o Serviço Nacional de Informações – disponível para consulta no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Nacional – foi imprescindível para o desenvolvimento desta tese. Isso demonstra a importância da abertura dos arquivos da ditadura para ampliação do conhecimento sobre esse período e o funcionamento das forças repressivas.

As memórias de trabalhadores e trabalhadoras também foram fontes fundamentais para a pesquisa, pois possibilitaram “seguir o fio das experiências” de homens e mulheres para reconstituir as dimensões dos comportamentos políticos de ativistas sindicais, lideranças metalúrgicas, militantes políticos e trabalhadores/as comuns durante a ditadura militar e a maneira como esses atores se lembram desse passado.

Pretendi, por fim, contribuir com a historiografia recente sobre a ditadura militar demonstrando como a mudança no universo da política, com a implantação do novo regime, afetou o cotidiano dos trabalhadores, suas formas de organização, ora agindo por meio da violência e da repressão ora procurando atrair a simpatia e apoio da classe trabalhadora com a criação de políticas sociais, tendo os sindicatos como mediadores dessas políticas. Demonstrei também, conforme argumento inicial, que as relações entre ditadura e sociedade são mais complexas e que os trabalhadores desenvolveram comportamentos políticos diversos caracterizados pela resistência contra a ditadura, por atitudes de adesão e pela acomodação ao regime militar.

Meu trabalho de pesquisa se encerra no momento pós-eleição de 2018, quando Jair Bolsonaro é eleito presidente do Brasil. O que vai ser daqui para frente não é possível prever, porém, o quadro não é nada animador, já que o candidato eleito defende publicamente a ditadura militar, além de se dizer a favor do uso da tortura. Ademais, sua agenda de políticas para os trabalhadores também não é muito promissora, com a extinção inclusive do Ministério do Trabalho. É nesse contexto que finalizo minha tese sobre a experiência de trabalhadores metalúrgicas durante a ditadura militar, esperando que um regime político como este não volte a vigorar no Brasil e que, apesar de tudo, *“amanhã há de ser um novo dia”*...

FONTES

FONTES ORAIS

BALBINO, Ildeu do Couto. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Belo Horizonte, Brasil, 06 set. 2017, 1h40min52s.

BATISTA, Eulália. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Belo Horizonte, 05 dez. 2017, 2h11min28s.

BERNAREGGI, Padre Pigggi (Padre Pier Luigi). [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore e Adebald de Andrade Júnior. Belo Horizonte, Brasil, 27 abr. 2016, 1h34min6s.

FRAGOSO, Padre Carlos. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Belo Horizonte, Brasil, 25 abr. 2017, 1h11m46s.

FUNGHI, Paulo César. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Contagem, Brasil, 27 nov. 2017, 1h24min60s.

GONÇALVES, Delsy. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Belo Horizonte, 26 dez. 2017, 1h33min53s.

GOULART, Orosinda Maria Taranto. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore e Adebald de Andrade Júnior. Brumadinho, Brasil, 20 nov. 2017, 1h50min33s.

HERNANDEZ, Adélia. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Belo Horizonte, 30 out. 2018, 1h31min31s.

LARA, Neir. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Contagem, Brasil, 10 abr. 2018, 1h53min31s.

LUCAS, Edmilson da Assunção. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore, Contagem, 02 mar. 2018, 1h32min40s.

MAGALHÃES, Luiz Marcos Gomes. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Belo Horizonte, Brasil, 10 jan. 2018, 2h06min24s.

MIRANDA, Nilmário. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Belo Horizonte, Brasil, 26 jun. 2016, 38min13s.

NAHAS, Maria José. [Entrevista cedida a] 28min5s. Carolina Dellamore. Belo Horizonte, Brasil, 06 nov. 2017.

NASCIMENTO, Luiz. Contagem, Brasil, 11 de outubro de 2017, 1h33min33s. Entrevista concedida a Carolina Dellamore.

OLIVEIRA, Conceição Imaculada de. [Entrevista cedida a] Thiago Veloso e Isabel Leite. Belo Horizonte, 23 set. 2009.

OLIVEIRA, Conceição Imaculada de. [Entrevista cedida a] Sebastião Neto, Contagem, 16 abr. 2018.

OLIVEIRA, Efigênia Maria de. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Ibirité, 15 jul. 2016, 2h11min29s.

PARDO, Rosalva. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Belo Horizonte, Brasil, 21 nov. 2017, 1h42min49s.

PENA, Sálvio Humberto. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Belo Horizonte, Brasil, 23 mar. 2017, 1h54min44s.

PENA, Sálvio Humberto. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Belo Horizonte, Brasil, 16 abr. 2018, 1h05min39s.

RIBEIRO, Silvério. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Contagem, Brasil, 29 jun. 2016, 1h46min5s.

RIBEIRO, Silvério. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Contagem, Brasil, 19 jul. 2016, 2h16min12s.

SEABRA, Ênio. [Entrevista cedida a] Michel Le Ven e Marlucci da Silva C. Moreira. Acervo do Núcleo de História Oral da FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, Brasil, 08-22 nov. 1995.

VIEIRA, José. [Entrevista cedida a] Carolina Dellamore. Belo Horizonte, Brasil, 28 jun. 2016, 1h14min13s.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Público Mineiro

Fundo Departamento de Ordem Política Social (Dops/MG)

Fundo Coordenadoria de Segurança (Coseg/MG)

Arquivo Nacional

Fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI)

Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem

Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais

Folha de Minas

Estado de Minas

Última Hora

Diário da Tarde

Jornal do Brasil

Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária (Getec)

Jornal dos Bairros

Plataforma *Issu*

De Fato

Hemeroteca da PUC Minas

Em Tempo

Instituto Maurício Grabois

Tribuna da Luta Operária

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: **1964-2004: 40 anos do golpe - ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7letras, 2004. p. 119-139.

ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Ed. Unicamp; Imprensa Oficial, 1999.

ÁGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983**. Un estudio sobre La represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

ÁGUILA, Gabriela. Las escalas de análisis en los estudios sobre el pasado reciente: a modo de introducción. **Avances del Cesor**, Rosario, ano XII, v. XII, n. 12, p. 91-96, 2015.

ALBANO, Celina. **The making of a Brazilian industrial city: the experience of Contagem, 1980**. 320 f. Tese (Doutorado) – University of Manchester, Ph.D in Sociology, Manchester, 1980.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALMEIDA, Célia. Comentário: Política e planejamento: o Plano de Saúde Leonel Miranda. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo: v. 40, n. 3, p. 381-385, jun. 2006.

ALMEIDA, Daniela Lacerda de. **A voz (popular) que informa: ecos de um discurso político nas páginas do Jornal dos Bairros (1976-1981)**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. Campinas: Ensaio; Ed. Unicamp, 1988.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez. 2007.

ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Para onde foi o “novo sindicalismo”? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 128-141.

ARAÚJO, Ângela M. Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 10, v. 11, p. 55-81, 1998.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento de. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARAÚJO, Nansen. Da vigília cívica à advertência na vitória. **Revista Vida Industrial**, Belo Horizonte, Ano XI, mar./abr. 1964.

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. (Org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

BATISTONI, Maria Rosângela. **Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da oposição sindical metalúrgica de São Paulo (1967-1987)**. 2001. 498 f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BONIFAZI, Chiara. **Irmã Raffaella (Linda Bimbi): uma vida, tantas histórias**. Belo Horizonte: Trinca, 2016.

BRANCO, Andréa Castello. A História contada pelos protagonistas. **Teoria e Debate**, São Paulo, edição especial, ano 21, p. 14-20, 2008.

CARVALHO, Yuri Rosa de. “**Se dez vidas tivesse, dez vidas daria**”: o Movimento Revolucionário Tiradentes e a participação da classe trabalhadora na resistência (1964-1971). 2014. 268 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório Final. **Violações dos direitos humanos dos trabalhadores**. Texto 2, v. II, textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Acesso em: 10 fev. 2015.

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. Relatório Final. **A repressão ao mundo do trabalho e ao movimento sindical urbano em Minas Gerais, de 1946 a 1988**. v. 3. Belo Horizonte: Covemg, 2017, p. 14-274.

CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 22, 2009. p. 85-104.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CORRÊA, Larissa Rosa. “**Disseram que voltei americanizado**”: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura civil-militar (1964-1978). 2013. 375f. Tese (Doutorado) –

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

CORRÊA, Larissa Rosa. A “rebelião dos índices”: política salarial e Justiça do Trabalho na ditadura civil-militar (1964-1968). In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (Org.). **A Justiça do Trabalho e sua história**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013. p. 263-300.

CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo; NEGRO, Antônio Luigi. Trabalhadores e Ditadura. **Mundos do Trabalho: Dossiê Trabalhadores e Ditadura**. Florianópolis: v. 6, n.11, jan./jun. 2014. p. 5-9. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2014v6n11p5>. Acesso em: 10 jul. 2014.

CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo. “As falas de Jerônimo”: trabalhadores, sindicato e a historiografia da ditadura militar brasileira. In: CORRÊA, Larissa Rosa; ESTEVES, Alejandra; FONTES, Paulo; SALES, Jean. **Mundos do trabalho e ditadura no Cone Sul (1964-1990)**, Rio de Janeiro: Multifoco, 2018. p. 119-149.

COSTA, Edmilson. **A política salarial no Brasil: 1964-1985**. 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória. São Paulo: Boitempo, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A longa noite das atas secretas: cassação de deputados operários – Minas Gerais (1964-1998). In: **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 79-95.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Politização do sagrado: padres franceses e autoritarismo. In: **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 97-105.

DELLAMORE, Carolina. **Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira**. Brasília: MinC/Ibram, 2011.

DE LUCA, Tânia. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DREIFUSS, René Armad. **1964: a conquista do Estado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

EAKIN, Marshall C. **Tropical capitalism: the industrialization of Belo Horizonte, Brazil**. New York: Palgrave, 2001.

ESPINOSA, Antônio Roberto. Dois relâmpagos na noite do arrocho. **Cadernos do presente**. n. 2, p. 156-180, jul. 1978.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-91.

FARIA, Marcos Moutta de. A experiência do Movimento Convergência Socialista. **Cadernos AEL**. Campinas, v. 12, n. 22/23, p. 217-261, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 1-13.

FICO, Carlos. **Além do golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina. Intervenções sindicais e o “novo sindicalismo”. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 163-145, 1978.

FILGUEIRAS, Cristina. **Práticas educativas no movimento popular: a experiência das mulheres no bairro Industrial**. 1986. 394 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

FONSECA, Geraldo. **Contagem perante a história. 1716-1978**. Prefeitura de Contagem, 1978.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)**. 2002. 399 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FONTES, Paulo; MACEDO, Francisco. Piquetes como repertório: organização operária e redes sociais nas greves de 1957 e 1980. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 23-47, jan./abr. 2017.

FORTES, Délcio Pereira. (Org.). **Hélcio**. Belo Horizonte: Usina do Livro, 2017.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Os direitos das mulheres – organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)**. 2016. 198 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário: 1964/1984: A resistência à ditadura 1964/1971**. São Paulo: Novos Rumos, 1987. v. 1.

FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário: 1964/1984: A crise do “milagre brasileiro”**. São Paulo: Novos Rumos, 1987. v. 2.

FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário: 1964/1984: A reconstrução**. São Paulo: Novos Rumos, 1987. v. 3.

FUKS, Julián. **A resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GITAHY, Leda; HIRATA, Helena, LOBO, Elizabeth; MOISÉS, Rosa. Operárias, sindicalização e reivindicações: 1970-1980. **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 8, p. 90-116, jun. 1982.

GONÇALVES DE PAULA, Delsy. **No labirinto das minas** – a modernidade postergada. 1994. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, 1994.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GROSSI, Yonne de Souza. As greves de Contagem - 1968: notas para uma revisão crítica. **Cadernos Movimentos Populares Urbanos**, Belo Horizonte, n. 1, p. 3-54, 1979.

GUIMARÃES, Alisson P. A Cidade Industrial. **Boletim Mineiro de Geografia**, Belo Horizonte, n.1, p. 38-54, jul.1957.

HERNANDEZ, Ignácio Agero; BATISTA, Ademir. E os mineiros matutaram e abandonaram o salão. **Em Tempo**, São Paulo, n. 32, p. 6-7, 09-15 out. 1978.

HERNANDEZ, Ignácio Agero. **Memória operária**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HUMPHREY, John. Sindicato: um espaço masculino. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 47-52, abr. 1983.

ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo E. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 29-42, jul./dez. 2008.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

LEITE, Isabel Cristina. Comandos de Libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969). 2009. 199 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LE VEN, Michel Marie. Movimento operário e sindical, 1972-1985. In: POMPERMAYER, Malori José. (Org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais**: emergência e perspectivas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1987. p. 25-49.

LE VEN, Michel Marie. **Trabalho e democracia**: a experiência dos metalúrgicos mineiros (1978-1984). 1988. 346 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular**: da JUC ao PCdoB. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOWY, Michel. **A guerra de deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 92-111.

MARONI, Amnéris. **A estratégia da recusa**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; SANTANA, Marco Aurélio. Sindicatos e processo de redemocratização no Brasil: analisando algumas conjunturas. **Penélope**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 75-90, 2002.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O estatismo sindical e a transição democrática: um estudo sobre o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1974-1985). In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2001. p. 213-247.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARTINS, Richard de Oliveira. **A regulamentação do direito de tendências no Partido dos Trabalhadores (1986-1992)**. 2015. 260 f. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MARTINS, Richard de Oliveira. A vigilância sobre o movimento operário nos arquivos da polícia política paulista: autoritarismo e suspeição na “transição democrática” (1984-1985). **Revista de Fontes**, São Paulo, n. 7, p. 40-53, 2º sem. 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. **Revista História e Lutas de Classes**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-18, abr. 2005.

MILKMAN, Ruth. Gender and trade unionism in historical perspective. In: TILLY, Louise A.; GUSIN, Patricia. (Ed.). **Woman, politics and change**. New York: Russell Sage Foundation, 1990. p. 87-107.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá *et al.* República, política e direito à informação: os arquivos do DOPS. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 29, p. 126-153, jan. 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLII, n. 1, p. 52-70, jan./jun. 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 30-67, jan./jun. 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Páginas**, Rosario, Argentina, v. 8, n. 17, p. 9-25, 2016. Disponível em: <http://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/222/278>. Acesso em: 21 jan. 2017.

MOURA, Alessandro de. **Movimento operário e sindicalismo em Osasco, São Paulo e ABC Paulista**: rupturas e continuidades. 2015. 434 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

MUNIZ, Reynaldo Maia. **A estrutura sindical brasileira e a dinâmica do sindicalismo metalúrgico em Minas Gerais**. 1984. 296 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

NAGASAVA, Heliene. **O sindicato que a ditadura queria**: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967). Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2018.

NAHAS JÚNIOR, Antônio. **A queda**: Rua Atacarambu, 120. Belo Horizonte: Scriptum, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e cidadania**: as trabalhadoras de Contagem. Petrópolis: Vozes, 1994.

NEGRO, Antonio Luigi. Pés e mãos do Brasil grande e potente: as greves de 1968, em Contagem e no ABC. **História-Unisinos**, v. 6, n. 6, p. 157-183, 2002.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de montagem**: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978. São Paulo: Boitempo, 2004.

NOLASCO, Vital. A história de uma greve organizada. **Revista Debate Sindical**, São Paulo, ano 12, n. 28, p. 32-33, jun./jul./ago. 1998.

OLIVEIRA, Edgard Leite. **Conflito social, memória e experiência**: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968. 2010. 229 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **“Trabalhadores Favelados”**: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. 2014. 332 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

O PLANO do Parque Industrial. **Revista Mineira de Engenharia**, Belo Horizonte, n. 23 e 24, p. 39-45, jan./fev. 1941.

PAIVA, José Maria de. Comunidades eclesiais de base. In: POMPERMAYER, Malori José. (Org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987. p. 150-167.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982)**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, n. 3, p. 117-127, 2000.

PEREIRA, Murilo Leal. Cuícas, pelotas e coroas: cultura operária e popular em São Paulo (1950-1964). **Perseu**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 203-235, 2008.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PLANO Metropolitano de Belo Horizonte. **Diagnóstico das áreas industriais existentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Plambel; CDI-MG, 1978.

Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=47126>. Acesso em: 08 dez. 2015.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 305-324, jul. 2005.

PROJETO “CINCO” Cidade Industrial: estudo de viabilidade. Belo Horizonte: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, 1968. v. 1.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RAMALHO, José Ricardo. Sinais de mudança no sindicalismo brasileiro: o significado das greves de 1968 em Contagem e Osasco. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula. (Org.). **1968: 40 anos depois – história e memória**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. p. 131-149.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REVEL, Jacques. (Org.). Microanálise e construção do social. In: **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-38.

RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: **1964-2004: 40 anos do golpe - ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004. p. 140-152.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O sindicalismo nos anos 80: um balanço. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 4, v. 1, p. 11-19, jan./mar. 1990.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006. p. 81-91.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: AARÃO REIS, Daniel; ROLLAND, Denis. (Org.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 57-96.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **A greve no masculino e no feminino: Osasco 1968**. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena – experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005.

SANTANA, Marco Aurélio. O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, p. 19-35, 10 nov. 1998.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores e militância sindical: a relação partido/sindicato/classe no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964). In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. (Org.). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2001. p. 165-212.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 279-309, out. 2008.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e ditadura militar: O operário no Brasil. In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos (Org.). **1968 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7letras, 2009. p. 150-167.

SANTANA, Marco Aurélio. **Bravos companheiros: comunistas e metalúrgicos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7letras, 2012.

SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 33, p. 85-96, 1º semestre 2014.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa, Portugal: Letra Livre, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEMELIN, Jacques. Qu'est-ce que "résister"? **Esprit**, n. 198, p. 50-63, jan. 1994.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Brasil, o "campeão mundial de acidentes de trabalho": controle social, exploração e precarização durante a ditadura empresarial-militar brasileira. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 7, n. 13, p. 151-173, jan./jun. 2015.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. 2016. 424 f. Tese (Doutorado) –Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Os doqueiros do Porto de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968)**. 1992. 413 f. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

SILVA, Shirlene Linny. **Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais**. 2007. 253 f. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 409-418.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das gerais: os Novos Inconfidentes e o golpe militar de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986.

THOMPSON, Edward H. **A miséria da teoria ou planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UMA história forjada na luta. Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Contagem, Minas Gerais, 2004.

VIANA, Gilney. Ernesto da Corrente. In: FORTES, Délcio Pereira (Org.). **Hélcio**. Belo Horizonte: Usina do Livro, 2017. p. 119-124.

VITRAL, Thiago Veloso. **Corrente Revolucionária de Minas Gerais**: resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais (1967-1969). 2013. 158f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco (1968). **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, n. 6, 1972.